

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Diana María Peña García

**SOJA EM UM VASO DE FLORES:
Geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho na América Latina
(1986-2015)**

Santa Maria, RS
2021

Diana María Peña García

**SOJA EM UM VASO DE FLORES:
Geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho na América Latina (1986-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Dra. Carmen Rejane Flores

Santa Maria, RS
2021

García, Diana María

SOJA EM UM VASO DE FLORES: Geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho na América Latina (1986-2015)

/ Diana María García.- 2021.

400 p.; 30 cm

Orientadora: Carmen Flores

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, RS, 2021

1. Divisão territorial do trabalho 2. Divisão sexual do trabalho
3. Agronegócio 4. Economia camponesa I.
Flores, Carmen II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pela autora. Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DIANA MARÍA GARCÍA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas.

Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Diana María Peña García

**SOJA EM UM VASO DE FLORES:
Geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho na América Latina (1986-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovada em 13 de dezembro de 2021

Carmen Rejane Flores, Dra.
(Presidenta, orientadora)

Rosa Maria Vieira Medeiros, Dra. (UFRGS) - Videoconferência

Júlio César Suzuki, Dr. (USP) - Videoconferência

Cesar de David, Dr. (UFSM) - Videoconferência

Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM) - Videoconferência

Santa Maria, RS
2021

A mis abuelas, Ligia (*in memoriam*) y Teresa:
Infinitas gracias por crear nuestro mundo con el amor de sus vientres
y por sostenerlo con la fortaleza de sus manos.

María Landó

César Calvo / Chabuca Granda / Susana Baca

*La madrugada estalla como una estatua
Como estatua de alas que se dispersan por la ciudad
Y el mediodía canta campana de agua
Campana de agua de oro que nos prohíbe la soledad
Y la noche levanta su copa larga
su larga copa larga, luna temprana por sobre el mar*

*Pero para María no hay madrugada,
pero para María no hay mediodía,
pero para María ninguna luna,
alza su copa roja sobre las aguas...*

*María no tiene tiempo (María Landó)
de alzar los ojos
María de alzar los ojos (María Landó)
rotos de sueño
María rotos de sueño (María Landó)
de andar sufriendo,
María de andar sufriendo (María Landó)
sólo trabaja
María sólo trabaja, sólo trabaja, sólo trabaja
María sólo trabaja
y su trabajo es ajeno*

*Pero para María no hay madrugada,
pero para María no hay mediodía,
pero para María ninguna luna,
alza su copa roja sobre las aguas
María no tiene tiempo (María Landó)
de alzar los ojos
María de alzar los ojos (María Landó)
rotos de sueño
María rotos de sueño (María Landó)
de andar sufriendo,
María de andar sufriendo (María Landó)
sólo trabaja
María sólo trabaja, sólo trabaja, sólo trabaja
María sólo trabaja
y su trabajo es ajeno*

*María Landó, María Landó, María Landó,
María Landó sólo trabaja,
María Landó sólo trabaja,
María Landó
sólo trabaja
María Landó
sólo trabaja y su trabajo es ajeno...*

RESUMO

SOJA EM UM VASO DE FLORES: Geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho na América Latina (1986-2015)

AUTORA: Diana María Peña García
ORIENTADORA: Carmen Rejane Flores

A presente tese questiona se o regime alimentar corporativo não só determina a tecnologia, os padrões de especialização e a financeirização da agricultura, mas também exacerba a divisão sexual do trabalho, como parte da estratégia de alienação do capital. Adotou-se um referencial teórico neomarxista que busca construir uma ponte entre as escalas global e doméstica. Na escala global, a análise de *Regimes Alimentares* aprofunda nas correlações entre a divisão territorial do trabalho e a acumulação de capital; na escala doméstica, a abordagem da *reprodução social* permite analisar tanto os mecanismos de apropriação capitalista do mais-valer quanto as estratégias das famílias camponesas para permanecer nos seus territórios. Para descobrir qual o papel da América Latina nesse arranjo mundial se contrastaram dois casos: a floricultura na Colômbia e a produção de soja no Brasil, sendo o fio condutor o trabalho das mulheres. Esses casos expõem a lógica da especialização dentro da geopolítica dos alimentos e introduzem importantes reflexões nos horizontes da acumulação capitalista, a soberania alimentar e o gênero; especificamente, evidencia-se na região um processo contraditório e combinado de masculinização e feminização da produção de cultivos não tradicionais para a exportação. Esses cultivos estão associados a pacotes tecnológicos que determinam combinações específicas de capital e força de trabalho, as quais, por sua vez, são uma resposta geográfica à divisão internacional do trabalho. A evidência empírica mostra uma correlação positiva entre mecanização e masculinização, sendo o complexo soja um dos exemplos mais chocantes; essa masculinização do trabalho produtivo e consequente invisibilização do reprodutivo permite manter a remuneração da força de trabalho artificialmente baixa. De maneira contrastante, a feminização da floricultura na Colômbia revela os mecanismos de exploração da população mais vulnerável nos agronegócios intensivos em mão de obra.

Palavras-chave: Divisão territorial do trabalho, divisão sexual do trabalho, agronegócio, economia camponesa.

ABSTRACT

SOY-BEAN IN A FLOWERPOT: Geopolitics of food and sexual division of labour in latin-america (1986-2015)

AUTHOR: Diana María Peña García
ADVISOR: Carmen Rejane Flores

This thesis examines if the corporate food regime not only determines the technology, specialization patterns, and financialization of agriculture, but also exacerbates the sexual division of labor as part of the capitalist alienation strategy. A neo-Marxist theoretical framework was adopted to build a bridge between the global and domestic scales. At the global scale, the analysis of Food Regimes delves into the correlations between the territorial division of labor and capital accumulation; at the domestic scale, the social reproduction approach allows us to analyze both the mechanisms of capitalist appropriation of surplus value and the strategies of peasant families to remain in their territories. To discover the role of Latin America in this global arrangement, two cases were contrasted: floriculture in Colombia and soybean production in Brazil. These cases expose the logic of specialization within the geopolitics of food and introduce important reflections on the horizons of capitalist accumulation, food sovereignty, and gender; specifically, a contradictory and combined process of masculinization and feminization of the production of NTCs is evident in the region. These crops are associated with technological packages that determine specific combinations of capital and labor, which, in turn, are a geographic response to the international division of labor. Empirical evidence shows a positive correlation between mechanization and masculinization, with the soybean complex being one of the most striking examples; this masculinization of productive labor and consequent invisibilization of reproductive labor keeps the remuneration of the labor force artificially low. In contrast, the feminization of floriculture in Colombia reveals the mechanisms of exploitation of the most vulnerable population in labor-intensive agribusinesses.

Keywords: Territorial division of labour, sexual division of labour, agribusiness, food sovereignty, peasant economy and agriculture.

RESUMEN

SOYA EN UN FLORERO: Geopolítica de los alimentos y división sexual del trabajo en América Latina (1986-2015)

AUTORA: Diana María Peña García

TUTORA: Carmen Rejane Flores

La presente tesis se cuestiona si el régimen alimentario corporativo no sólo determina la matriz tecnológica, los patrones de especialización y la financiarización de la agricultura, sino que también exacerba la división sexual del trabajo, como parte de la estrategia de alienación del capital. Se adoptó un marco teórico neomarxista que busca construir un puente entre las escalas global y doméstica. En la escala global, el análisis de *Regímenes Alimentarios* profundiza en las correlaciones entre división territorial del trabajo y acumulación de capital; en la escala doméstica, el abordaje de la *reproducción social* permite analizar tanto los mecanismos de apropiación capitalista de la plusvalía como las estrategias de las familias campesinas para permanecer en sus territorios. Para descubrir cuál es el papel de América Latina en ese orden mundial se contrastaron dos casos: la floricultura en Colombia y la producción de soya en Brasil, siendo el hilo conductor el trabajo de las mujeres. Esos casos exponen la lógica de la especialización dentro de la geopolítica de los alimentos e introducen importantes reflexiones en los horizontes de la acumulación capitalista, la soberanía alimentaria y el género; específicamente, se evidencia en la región un proceso contradictorio y combinado de masculinización y feminización de la producción de cultivos no tradicionales para la exportación. Tales cultivos están asociados a paquetes tecnológicos que determinan combinaciones específicas de capital y fuerza de trabajo, las cuales, por su vez, son una respuesta geográfica a la división internacional del trabajo. La evidencia empírica muestra una correlación positiva entre mecanización y masculinización, siendo el complejo soya uno de los ejemplos más pasmosos; esa masculinización del trabajo productivo y consecuente invisibilización del reproductivo permite mantener la remuneración de la fuerza de trabajo artificialmente baja. De manera contrastante, la feminización de la floricultura en Colombia revela mecanismos de explotación de la población más vulnerable en los agronegocios intensivos en mano de obra.

Palabras clave: División territorial del trabajo, división sexual del trabajo, agronegocio, economía campesina.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Geopolítica dos alimentos na América Latina	20
1.2 Geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho nos agronegócios da soja no Brasil e da floricultura na Colômbia.	30
1.3 Objetivos, hipótese e pergunta da pesquisa	43
1.3.1 Objetivos	44
1.3.2 Hipóteses	45
1.4 Fundamentação teórica e metodológica	45
2. FEIJÕES TRANSGÊNICOS E CRAVOS AZUIS: UMA LEITURA DA DIVISÃO TERRITORIAL E SEXUAL DO TRABALHO AGRÍCOLA À LUZ DA TEORIA MARXISTA	48
2.1 Árvore genealógica da pesquisa	65
2.1.1 Chayanov e a divisão do trabalho na unidade camponesa de produção-consumo	67
2.1.2 A abordagem dos Regimes Alimentares e a divisão territorial do trabalho agrícola....	78
2.1.3 A teoria da reprodução social, a invisibilização do trabalho das mulheres e a apropriação capitalista do trabalho camponês	88
3. AMÉRICA LATINA NA GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS	100
3.1 América Latina na formação dos Regimes Alimentares.....	105
3.1.1 Livre comércio e transição republicana	110
3.1.2 Fatores geofísicos e determinismo econômico. Algumas chaves para traçar as origens da agroexportação na América Latina	135
3.1.3 Regime alimentar colonial-diaspórico.....	157
3.1.4 Regime alimentar mercantil-industrial	182
4. REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA	209
4.1 Regime alimentar corporativo	209
4.2 O regime alimentar corporativo e o consenso das commodities	245
4.2.1 Impactos da financeirização na agricultura latino-americana	267
4.2.2 As forças da sojização no Cone Sul	275
4.2.3 As forças da exotização: América Central, o Caribe e o norte da América do Sul	295
4.3 Agronegócio e divisão sexual do trabalho na América Latina	312
4.3.1 Deus ex machina: O mercado mundial, as mulheres e a relação capital/trabalho	315
4.3.2 A soja e a masculinização da agricultura nas plantações mecanizadas	322
4.3.3 A floricultura e a feminização do trabalho agrícola precarizado	326
4.4 O trabalho invisível e as estratégias de permanência no território	330
5. TODA A GLÓRIA DO MUNDO CABE EM UMA SEMENTE	340
REFERÊNCIAS	357
ANEXOS	367

ÍNDICE DE IMAGENS, QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

Imagem 1. Representação dos momentos da pesquisa dialética	50
Imagem 2. Esquema dos momentos da pesquisa dialética	51
Imagem 3. Árvore genealógica da pesquisa	66
Quadro 1. Acepções complementares do conceito de Regimes Alimentares	82
Quadro 2. Regimes alimentares na América Latina	131
Quadro 3. Origem geográfica dos principais cultivos da dieta contemporânea	142
Quadro 3. Continuação	143
Quadro 3. Continuação	144
Imagem 4. Carta isotérmica de William C. Woodbridge (1823)	156
Imagem 5. Fotografia de um navio de migrantes aportando nas Ilhas Ellis, Nova York (1906)	159
Imagem 6. Trem Piggyback nos moles do Riachuelo transportando maquinaria agrícola (1901)	173
Imagem 7. Construção da cúpula do emblemático Teatro Amazonas em Manaus	174
Imagem 8. Condições do proletariado britânico no século XIX	177
Imagem 9. Trator Crawford-sherman (adaptação de tanques de guerra à agricultura)	183
Imagem 10. Os grãos como uma arma: quem ganha, quem perde	199
Quadro 4. Cronologia das Rodadas de Uruguai e Doha.....	214
Quadro 5. Estrutura do AOA	216
Imagem 11. Sistema de compartimentos ou caixas da OMC	218
Tabela 1. Equivalente do Subsídio aos Produtores Agrícolas (ESP) declarado pelos países da OCDE na Rodada de Uruguai	219
Gráfico 1. Número de acordos comerciais.	220
Gráfico 2. Acordos de investimentos.....	220
Gráfico 3. Efeitos pós-acordos de investimentos	221
Gráfico 4. Acordos comerciais: Taxas alfandegárias e medidas não tarifárias.....	221
Imagem 12. Onde as corporações atuam. As principais atividades do agronegócio	224
Imagem 13. Exemplo de integração vertical e horizontal de uma companhia varejista	230
Tabela 2. Principais cadeias de comércio varejista direta ou indiretamente relacionadas com os alimentos.....	231
Imagem 14. Características para a flexibilização de cultivos.....	239
Imagem 15. Cronologia do Consenso de Washington.....	242
Imagem 16. Linha do tempo do regime alimentar corporativo	244
Imagem 17. Cronologia do Consenso das Commodities.....	251
Imagem 18. Ilustração de exemplares de tulipa com TBV (1640).....	255
Imagem 19. Principais agentes na financeirização da economia.....	260
Imagem 20. Financeirização da agricultura e processo correlatos na América Latina.....	272
Imagem 21. República Unida da Soja segundo Syngenta	279
Imagem 22. Dez maiores marcas de produtos alimentícios no mundo	283
Imagem 23a. Estrutura do complexo-soja no Cone Sul	286
Imagem 23b. Estrutura do complexo-soja no Cone Sul (detalhe da fase agrícola).....	287
Gráfico 5. Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de soja em grão em BR	290
Gráfico 6. Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de soja em grão em RS	290
Mapa 1. Localização dos municípios de Guarani das Missões (RS) e Cruz Alta (RS).....	292
Imagem 24. Fotografia aérea de Cruz Alta (RS)	293
Imagem 26. Fases da floricultura na Sabana de Bogotá.....	302

Imagem 27a. Estrutura produtiva do agronegócio das flores de corte na Colômbia	305
Imagem 28. Cadeia de suprimentos, produção e consumo das rosas colombianas	307
Imagem 29. Fotografia aérea da floricultura na Sabana de Bogotá	309
Mapa 2. Localização dos municípios de Guasca e Madrid na Sabana de Bogotá	310
Imagem 30. Correlação entre a divisão territorial e sexual do trabalho agrícola na América Latina	319
Imagem 31. Complexos agroindustriais.....	321
Imagem 32. Patamares da sociedade segundo Fernand Braudel	332
Imagem 33. Superposição das esferas produtiva e reprodutiva	333
Imagem 34. V Assembleia de Mulheres de LVC.	335
Imagem 35. Financeirização e bifurcação da agricultura na América Latina.....	345
Imagem i. Principais correntes da Geopolítica	369
Quadro i. Principais correntes da Geopolítica	370

AGRADECIMIENTOS

Qué difícil es hacer ciencia en América Latina, particularmente cuando adquirimos ese vicio de permitirnos mirar las relaciones de la sociedad en la que vivimos con extrañamiento, de intentar explicitar verdades veladas por el hábito... por eso, detrás de cada investigación, artículo, trabajo de grado, no está sólo el esfuerzo de sus autoras, sino también el de sus redes de apoyo. El primer nodo en esa red, claro está, es la universidad pública, que ha conseguido sobrevivir gobiernos de turno y fallas estructurales; comienzo pues agradeciendo a las trabajadoras y trabajadores de nuestra región, que con sus impuestos permiten ese espacio de reflexión y cambio.

En especial, agradezco a la centena de millón de brasileñas y brasileños que con el sudor de sus frentes mantienen viva la educación pública de calidad, y a las funcionarias y funcionarios de la *Universidade Federal de Santa Maria* –administrativas, de logística, directivas y docentes–, que garantizan el acceso universal a un claustro digno; quiero aún expresar mi gratitud a la *Pró-Reitoria de Assuntos Estudiantis*, por proveerme las condiciones materiales (techo y comida) para cursar los créditos presenciales de mi plan de estudios, a lo largo del 2017.

A las profesoras y profesores que, con sus experiencias de vida y bagaje teórico, me nutrieron en sus salas de aula: Ana Estela Domínguez Sandoval y Luis Fernando Pesce Guaraschelli, Benhur Pinos Costa y Nécio Turra Neto, Eduardo Schiavone Cardoso, Marcel Elias Achkar Borrás, Meri Lourdes Bezzi, y, muy especialmente, a mi orientadora, Carmen Rejane Flores, por arriesgarse a dirigir un proyecto de investigación que una extranjera, sin formación de base en Geografía y presa de los nervios, apenas sí pudo defender, durante la entrevista del proceso selectivo. A los miembros del jurado del examen de cualificación y de defensa: Cesar de David, Eduardo Schiavone, Júlio César Suzuki, Jussara Mantelli, Rosa Maria Vieira Medeiros y Stanley Malinowitz, por sus críticas constructivas y amables.

A Noemi y Lauro, por su generosidad; a Paulo, Vomar, Sheila y doña Alice por su amistad, a Churrin por su compañía. A las chicas, por alegrarme el alma y endulzar mis días; a la tocaya y a Fredy, por brindarme su ayuda cuando el punto final parecía infinitamente lejano y las obligaciones laborales más me impedían dedicarme para poder alcanzarlo. A Valen por sus comentarios siempre inteligentes y pertinentes, por sus recomendaciones y por ayudarme en la primera fase de ese trabajo de campo, hoy truncado pero que espero poder concluir algún día. A Jorge, por su cariño e incondicionalidad, por inspirarme y ayudarme a confiar en mí misma, incluso en los días más oscuros e inciertos.

A mi familia, que me enseñó a ejercer la ciudadanía consciente y el pensamiento crítico. A mis padres: Teresa y John Jairo, por permitirme ser yo misma y buscar mis sueños; a mi abuelo Misael, que siempre se enorgullecía cuando le explicaba qué es lo que estaba haciendo en Brasil... así lo olvidara minutos después, a la abuela Teresa, por su vitalidad e inteligencia y por respetar la decisión de escribir “esa tesis tan eterna”; a mis tías: Ángela, Ara, Mari, Marle, Martha, Pato (nótese, en orden alfabético, jajaja), siempre dispuestas a tender una mano y apuntar una dirección cuando el camino se vuelve confuso; a la Luisis, por ser una verdadera hermana mayor; a Juanpa, por su soporte técnico durante la cualificación; a David y Laura, que tanto me han enseñado a flexibilizar los presupuestos de la Economía Marxista, y sobre la importancia del cuerpo en la construcción de propuestas anticapitalistas.

A mi compañero, Michi, por su apoyo y complicidad, por amarme y permitirme amarlo, en medio de este viaje sin ruta definida, en el que nos guía la curiosidad científica (tome la forma de grafeno o de relaciones de producción y consumo alimentario) y el deseo de explorar nuestros propios territorios y trazar nuestros propios mapas. Vivir nuestras propias vidas.

A todas las mujeres increíbles que la vida me ha presentado: a la Doctora Liliam, doña Blanca, Rosita, Lilly, doña Amparo, Deme, Mirian, Lucha y Luz Ángela, Yubi, Aidé, Vicky, Tere, Beatriz, Celmy, Chila y Paula, doña Marina, a mi suegra, Maria Silvina, y en nombre suyo a las mujeres cubanas, por su ejemplo de dignidad y valor. A Olga Lucía por ayudarme a calibrar mi GPS. A todas las artistas, filósofas, científicas y luchadoras sociales que los anales de la historia han mantenido en el anonimato, y en cuyos hombros nos levantamos hoy. No cabe duda de que el futuro de la humanidad es femenino... para fortuna de nuestra especie y de todas las formas de vida con las que cohabitamos este planeta Madre.

1. INTRODUÇÃO¹

“Alega-se [...] que o livre-câmbio faria nascer uma divisão internacional do trabalho, a qual atribuiria a cada país uma produção em harmonia com seus recursos naturais. Pensais, talvez, senhores, que a produção de café e de açúcar é o destino natural das Índias Ocidentais. Dois séculos antes, a natureza, que não se preocupa muito com comércio, não havia colocado naquela região nem cafeeiros nem cana de açúcar”

Karl Marx. *Discurso sobre o livre câmbio. A miséria da filosofia.*

A ordem planetária do pós Segunda Guerra Mundial foi projetada para se sustentar na Organização das Nações Unidas (ONU) e no tripé pactuado pelo Acordo de *Bretton Woods*: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, hoje contido no Banco Mundial, BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC); porém, esta última só foi formalmente constituída meio século depois, no íterim, essa institucionalidade velou pelos interesses comerciais das potências mundiais, através do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, pela sigla em inglês). Uma das principais razões para essa dilação foi a agricultura, que por seu caráter estratégico tem sido objeto de acirradas discussões entre países (principalmente entre Estados Unidos e seus homólogos do Norte Global), sendo um verdadeiro tabu no marco do GATT até o ano 1984, quando da instauração da Rodada de Uruguai.

Essa questão é mais intrincada do que poderia parecer à primeira vista, incluso, para alguns estudiosos do capitalismo contemporâneo a incorporação da agricultura na OMC é uma das perguntas cruciais,² começando pela sua natureza ambígua –enquanto construção política e concreção do novo ideal livre-cambista–, que permeia toda a cadeia das relações de produção e circulação de mercadorias, pela implementação de ordens e instituições contraditórias, que evidenciam a lacuna entre regulação estatal e poder corporativo.³ Mais importante ainda é o fato desse alicerce institucional ser resultado e evidência das assimetrias que envolvem as relações entre os Estados-nação, e nesse sentido, os programas de ajuste econômico e liberalização comercial promovidos pela tríada BM-FMI-OMC, têm implicado profundas alterações no quebra-cabeças global do poder e no próprio sistema estatal, bem como a emergência de novos agentes.

No contexto da Rodada de Uruguai se abordaram temas polêmicos, como a distorção de

¹ Essa introdução foi apresentada, com algumas modificações, no artigo *Soya en un florero: división territorial y sexual del trabajo agrícola en América Latina* (1986-2015), e-cadernos CES No. 34, 2020. Alerta vermelho, alerta verde: dar forma à transformação Ecosocialista, p. 147-171.

² Para Bill Pritchard, a pergunta mais relevante na análise dos regimes alimentares é como teorizar a incorporação da agricultura na OMC (MCMICHAEL, 2009).

³ Como veremos, Friedmann (1993, p. 30) salienta que “(...) dentro do setor agroalimentar existe a maior brecha entre regulação nacional e organização económica transnacional”.

preços gerada pelos subsídios à agricultura nos países industrializados, contudo, isso não deve tomar-se como um indicativo de maior vontade política para se punirem o *dumping*⁴ e outras práticas desleais no comércio mundial, e sim como um reflexo do abandono do Estado de Bem-estar Keynesiano e entrada em vigor da ordem neoliberal, que reconfigurou o cenário econômico planetário após as crises de 1973-1975. A história moderna demonstra a subordinação do poder político ao capital, destarte, entende-se que as definições regulatórias no âmbito global visam a preservação de uma divisão territorial do trabalho que seja favorável ao regime de acumulação vigente, lógica que aplica também para a produção e o comércio alimentares.

Há, portanto, uma estruturação de instituições públicas e privadas que, ao favorecer processos geográficos de acumulação de capital, dá origem a uma verdadeira geopolítica dos alimentos, a qual visa a complexa tarefa de tecer agendas globais a partir de interesses diversos e incluso contraditórios, principalmente pelo surgimento das empresas transnacionais como agente central da produção e o comércio de *commodities* alimentares. Em termos metodológicos, vale lembrar que ao falarmos de geopolítica estamos fazendo referência a um campo multidisciplinar de problematização, mais do que a um corpo teórico, por isso, aqui analisamos as relações espaciais e de poder dos alimentos, a través do conceito de “Regimes Alimentares”, que se refere à organização de toda a cadeia agroalimentar mundial, a partir das ordens e instituições que regram o comportamento dos sujeitos envolvidos –agricultores, empresas, governos, organismos multilaterais, consumidores, etc.

O propósito da presente tese é levantar algumas questões em relação ao papel dado à América Latina nesse arranjo mundial e suas repercussões na agricultura e economia camponesas, focando a análise na territorialização do agronegócio na região, como expressão de sua condição histórica de celeiro mundial, porém, com uma matriz tecnológica heterônoma e uma política pública voltada quase exclusivamente ao mercado de *commodities*. O fio condutor para discutir a comoditização da agricultura será o trabalho das mulheres, categoria que permite abordar tanto os mecanismos utilizados pelo capital para incorporar em seus circuitos de acumulação os valores produzidos pelo campesinato, quanto as estratégias de permanência das comunidades camponesas em seus territórios. Se analisa o período 1984-2015, como momento de rupturas e continuidades entre os Consensos de Washington e das *Commodities*.

⁴ A prática de invadir um mercado com produtos vendidos a um preço menor ao custo de produção, com o intuito de levar à falência aos concorrentes, para obter benefícios monopolistas. No caso da geopolítica dos alimentos, esta prática é possível devido à existência de subsídios estatais, principalmente nos países do norte global.

Como evidenciou o surto do SARS-CoV-2 (COVID-19),⁵ a comoditização dos complexos agroalimentares é uma questão que atinge não só a humanidade toda, senão ao conjunto de espécies e ecossistemas que coabitamos a Terra. Portanto, não defendemos que esta problemática afete só às mulheres camponesas ou à América Latina, nem sequer ao Sul Global, alguns contraexemplos sendo a produção de amêndoas na Califórnia, a horticultura em estufas em Almeria, e a avicultura corporativa em províncias como Anhui;⁶ esses processos têm a ver realmente com o extrativismo do meio físico, a ruptura dos ciclos ecológicos (*metabolic rift*) e a exploração da força de trabalho mais vulnerável, nos casos acima mencionados, principalmente de imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos e africanos na Espanha, e das comunidades pior remuneradas na China.

Logo os subsídios e demais políticas protecionistas não implicam a ausência de conflitos relacionados com o atual modelo agroalimentar, aliás, tais pacotes de medidas têm afetado também aos agricultores familiares e à cidadania em geral no Norte Global, havendo na prática uma transferência de fundos públicos ao agronegócio, um setor maioritariamente privado e cujo alvo é a exportação, não a soberania alimentar. Assim, a geopolítica dos alimentos que emerge com o Consenso das Commodities é complexa e foge do delineamento de padrões categóricos norte/sul (potências/explorados), pois se cimenta numa multipolaridade –crescente, porém, frágil–, que confere um dinamismo inusitado às relações internacionais; no entanto, isso não significa que o Norte Global tenha perdido todo seu domínio, muito menos que haja umas relações mais horizontais entre países, sendo o verdadeiro centro do modelo o poder corporativo em geral, e o financeiro em particular.

O documento se divide em cinco capítulos, o primeiro deles a presente introdução, na qual se apresentam a justificativa, os objetivos e as teses da pesquisa, e se faz um preâmbulo ao referencial metodológico e conceitual, aspecto que é desenvolvido no segundo capítulo; posteriormente se aprofunda na teoria, traçando uma árvore genealógica e introduzindo algumas discussões centrais; no terceiro e quarto capítulos, se desenvolvem os temas propostos, começando por um panorama histórico da geopolítica dos alimentos, o papel do agronegócio e sua repercussão sobre a divisão sexual do trabalho agrícola na América Latina, indicando as múltiplas inter-relações entre os espaços produtivo e reprodutivo, sob uma perspectiva dialética.

⁵ A deterioração de ecossistemas e consequente perda de biodiversidade continua a ser a causa mais provável da atual pandemia, sendo a infecção de doenças de animais silvestres uma consequência da zoonose, que em condições artificiais, como as criadas pelo agronegócio, tem no ser humano o melhor hospedeiro.

⁶ Por exemplo, Guangdong Wen's Food Group Co., Ltd., Shandong New Hope Liuhe Group Co. Ltd., Charoen Pokphand Group, Dalian Hanwei Enterprise Group and Beijing DQY Agriculture Technology Co., Ltd. marca *Sun Valley* da Cargill.

Por último, se apresentam as considerações finais, tentando enunciar algumas estratégias de permanência do campesinato em seus territórios, nos horizontes do gênero e da soberania alimentar.

1.1 GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA

A divisão social do trabalho em que se alicerça o sistema capitalista –a qual é premissa para a produção de mercadorias e sustento da sociedade de classes–, pode ser evidenciada desde a esfera global até a doméstica, aqui queremos fazer referência à maneira em que essa multiescalaridade se manifesta na agricultura camponesa e a produção de alimentos na América Latina. Assim, começamos pela divisão internacional do trabalho agrícola, como forma concreta da geopolítica dos alimentos, cuja lógica já era satirizada por Marx, no contexto das *Anti-Corn Laws* na Inglaterra, que propugnavam a abolição de impostos à importação de grãos e a especialização na indústria:

[...] o nosso solo é constituído apenas de rochedos e de bancos de areia. Imaginais, por acaso, que *se poderá produzir trigo em um vaso de flores?* Assim, se, em vez de prodigalizarmos nosso capital e nosso trabalho num solo completamente estéril, abandonássemos a agricultura para nos dedicar inteiramente à indústria, toda a Europa abandonaria as manufaturas, e a Inglaterra formaria uma só cidade manufatureira, que teria como campo o resto da Europa [MARX, 1987, p. 145].

Contudo, bastou pouco mais de um século para que os planejadores –não só britânicos, mas os de todas as metrópoles–, descobrissem que a agricultura poderia reportar suculentos lucros ao capital, mesmo investido nos “rochedos e bancos de areia” europeus, graças à ação da alquimia tecnocrática e tecnocientífica, levando a que o furor livre-cambista do século XIX desse passo aos subsídios agrários e o *dumping*, e com isso, ao protagonismo do chamado primeiro mundo na produção alimentar mundial.

Apesar dessa impressionante transmutação na vocação produtiva europeia, parece que os poderes dos mesmos alquimistas são menos efetivos neste lado do Atlântico, pois o papel dado a *Nossa América* nos arranjos mundiais continua essencialmente imutável, como pródiga e inesgotável despensa do capital –a fantástica terra de *El Dorado*–, ora como colônias nas chamadas Índias Ocidentais, ora como repúblicas bananeiras, cafeeiras ou sojeiras nas “democracias” contemporâneas. Carlos Porto-Gonçalves e Paulo Alentejano (2010) são taxativos ao falar da permanência da matriz de poder colonial como sustento da ordem geopolítica dos alimentos, cujas transformações desde 1492 são só formais, tendo como única finalidade a auto-renovação, para não ser superada pelos processos sociais.

Uma breve conversação com Clio –loquaz testemunha da passagem das sociedades humanas pela Terra–, nos ajuda a entender esse paradoxo, chamando nossa atenção sobre um aspecto apontado por Marx na epígrafe, quando brinca sobre o fato da natureza “não se

preocupar muito com comércio”, em resposta aos argumentos da especialização produtiva dos países em função das ditas vantagens comparativas –recursos naturais, posição geográfica, etc.–, que o paradigma clássico(neoclássico) da ciência econômica arvora em defesa do *status quo*. Assim, embora seja óbvio que a divisão internacional do trabalho obedece a razões históricas e não naturais, este deverá ser o ponto de partida na nossa discussão.

Devido à amplitude e complexidade do tema, a presente tese se focará unicamente em duas das suas arestas: o papel da América Latina na divisão territorial do trabalho agrícola e suas inter-relações com o trabalho das mulheres camponesas. Um primeiro elemento para análise é o que Porto-Gonçalves e Alentejano denominam –a partir das teorizações de Milton Santos– complexo “técnico-científico-agroindustrial-financeiro-midiático”, no qual se alicerçam o atual modelo agroalimentar e os jogos de poder que acionam a produção e o comércio alimentares no mundo: quem são os planejadores e como funciona a alquimia tecnocrática, capaz de reconfigurar territórios radicalmente.

É nesse sentido que Harriet Friedmann e Philip McMichael (op. cit.), propõem a abordagem dos “Regimes Alimentares”, conceito que historiza o comportamento do mercado mundial de alimentos, identificando padrões de especialização e comércio, que correlacionam um sistema de poder com um sistema de produção agrícola, e uma participação no consumo diretamente associada à própria divisão social do trabalho (*class diet*), distinguindo períodos de congruência relativa nos interesses dos agentes com poder de decisão. Friedmann (2004), precursora dessa análise, o define como:

[...] um período histórico relativamente delimitado, no qual, expectativas mutuamente reforçadas dominam o comportamento dos agentes sociais, como agricultores, empresas, e trabalhadores envolvidos em todos os aspectos do cultivo, transformação, distribuição e venda de comida, bem como as agências governamentais, cidadãos e consumidores.

Em relação a isto, deve lembrar-se que a geopolítica, enquanto estruturação de agentes e instituições públicas e privadas, não é uma unidade congruente, bem pelo contrário, ela obedece a interesses diversos, muitas vezes contraditórios, com a acumulação de capital como única lei inquestionável e inquebrantável. Essa natureza complexa é exacerbada no caso da geopolítica dos alimentos, dentre outras coisas, pelo fato da comida ser um dos direitos humanos mais básicos, o que não significa necessariamente que a busca de seu cumprimento tenha um objetivo humanitário, e sim que na delicada diplomacia internacional é politicamente incorreto falar abertamente da fome como consequência do modelo agroalimentar vigente; portanto, os regimes alimentares:

Só existem em determinados momentos, funcionando melhor quando são naturalizados e, conseqüentemente, se alicerçam em normas e regras que são pelo menos parcialmente implícitas. As regras dos regimes alimentares têm sido bem mais

implícitas que as que regem, por exemplo, o mercado monetário ou a guerra [FRIEDMANN, 2004, p. 125].

Assim, Friedmann identifica dois regimes alimentares na história recente (de 1870 até hoje), a partir dos quais se configuraria um terceiro; há uma discussão aberta em torno desse último regime entre ela e McMichael, sendo este último quem o formalizou como regime “corporativo”:

1. O primeiro regime, identificado no período de 1870 a 1914, é o “regime alimentar colonial-diaspórico”, que promoveu uma especialização regional em função dos interesses das potências coloniais, principalmente Grã-Bretanha, a partir da qual se configurou o espaço rural de países como Argentina e Uruguai, pela espoliação em territórios indígenas para a produção tritícola e pecuária, incentivando a migração de colonos europeus, um processo análogo ao que se deu no sul do Brasil.
2. O segundo regime, “mercantil-industrial” (1947-1973), se diferencia do primeiro – assentado na ideologia do mercado regulador– ao inscrever-se no clima da Guerra Fria e a institucionalidade do acordo de *Bretton Woods*, marcando o começo da *pax americana*. Isto se traduziu na conformação de complexos agroindustriais sob a égide da Revolução Verde; nesse período, os países europeus reproduziram a política agrícola norte-americana, subsidiando a produção e as exportações, através de iniciativas como a Política Agrícola Comum (PAC), o *dumping* emerge então como ameaça constante para as agriculturas locais no chamado “terceiro mundo”. As crises econômicas da década dos anos setenta marcaram o fim deste regime.
3. O terceiro regime, “das corporações transnacionais”, se caracterizaria pela financeirização, comoditização e o aumento do poder corporativo como principais heranças do Consenso de Washington; porém, o neoliberalismo contemporâneo não só é muito mais intrincado que o *laissez faire* do século XIX, ele incluso é mais incoerente que a versão original consignada no dito consenso, uma vez que na prática se conjugam subsídios, tratados de livre comércio, vetos comerciais, e outras práticas contraditórias, que só conseguem ser reconciliadas pelos tecnocratas, que realizam alquimias em função de um capital cada vez mais caprichoso e voraz. A mencionada discussão em torno desse regime será apresentada mais adiante.

Estes períodos são determinantes na história da América Latina, lembrando que a conformação dos Estados-nação modernos não só foi premissa para uma divisão internacional

do trabalho *verdadeiramente capitalista*,⁷ também foi sua consequência, tratando-se de uma relação bidirecional (FRIEDMANN E MCMICHAEL, 1989). Parafraseando a Marx,⁸ uma vez que a distribuição é o reverso da produção, resulta lógico que, assim como faz o sistema produtivo, também o comércio global tenha gerado umas relações jurídicas correspondentes, influenciando inclusive na mais universal delas na ordem burguesa: o Estado-nação; portanto, não resulta estranho que após as crises de 1973-1975 o neoliberalismo, ao reconfigurar o cenário econômico planetário, impulse a transformação das funções do Estado, como será visto a continuação.

Através do conceito dos Regimes Alimentares é possível entender a matriz de *produção-especulação*⁹ que caracteriza às agriculturas latino-americanas, e que se manifesta em ciclos de especialização em culturas determinadas pelo mercado internacional, sejam elas açúcar, café, cacau, borracha, soja ou flores. As especificidades da fórmula neoliberal se evidenciam na reorganização do setor, com uma matriz tecnológica dita moderna e a mediação da produção pelo mercado de futuros e outras estratégias do capital financeiro, sendo a figura paradigmática o *pool de valores* –utilizada pela primeira vez no Cone Sul–, com intermediários que negociam colheitas na bolsa sem haver plantado um só grão, contratando posteriormente a outras empresas ou indivíduos para se encarregarem da produção, o preço, apesar de ser pactuado a priori, não escapa à volatilidade do mercado bolsista.

Consequentemente, nas últimas três décadas acelerou-se a incorporação do setor agroalimentar nos circuitos de acumulação de capital, o que Maristella Svampa (2012, p. 18) entende como um processo de rupturas e continuidades entre o Consenso de Washington – epítome do programa neoliberal– e o que ela denomina *Consenso das commodities*, o qual “(...) estabelece regras que supõem a aceitação de novas assimetrias e desigualdades ambientais e políticas por parte dos países latino-americanos na nova ordem geopolítica”. Conforme a autora, a passagem de um Consenso ao outro está marcada por três características:

- ✓ A primeira característica é que a fantástica subida dos preços das *commodities* obedeceu não só à demanda das potências mundiais históricas, senão cada vez mais às de potências

⁷ Como veremos no terceiro capítulo, Friedmann (op. cit.) salienta que o que diferencia a divisão territorial do trabalho agrícola a partir do século XIX, é que por vez primeira houve um mercado centrado no preço, sendo o trigo a primeira commodity comercializada sob esse esquema, o que significou uma “solução dupla” para a consolidação do capitalismo e do poderio britânico, de um lado, a migração às Américas foi uma válvula de escape para a multidão de camponeses despossuídos pela acumulação originária do capital industrial, do outro lado, forneceu alimentos baratos para a massa proletarizada que ficou na Europa.

⁸ Especificamente, a Contribuição à crítica da economia política, onde Marx afirma que “cada forma de produção cria suas próprias relações de direito”.

⁹ Ver Ocampo (1984).

emergentes,¹⁰ o que configura uma geopolítica dos alimentos mais emaranhada, uma vez que não está alicerçada unicamente na histórica exploração norte-sul, senão de maneira crescente num fluxo sul-sul de capitais especulativos.

- ✓ A segunda, diretamente relacionada com a anterior, é que há um “espaço de maior flexibilidade em relação ao papel do Estado, permitindo o desdobramento e coexistência entre governos progressistas, que questionam o consenso neoliberal, com governos que continuam aprofundando uma matriz política conservadora no marco do neoliberalismo” (SVAMPA, 2012, p. 19).
- ✓ A terceira característica dessa “nova ordem econômica e política” é a exacerbação do extrativismo como modelo de acumulação via espoliação, uma vez que “(...) está baseado na sobre-exploração de recursos naturais (...), bem como na expansão das fronteiras até territórios antes considerados como ‘improdutivos’” (SVAMPA, 2012, p. 17).

Há então um ponto de inflexão no neoliberalismo que, num primeiro momento, se apresenta através do programa de ajuste estrutural (privatização de empresas e serviços públicos, Estado mínimo, abertura dos mercados, etc.), promovido pelos organismos multilaterais no marco da crise da dívida dos anos oitenta, fenômeno generalizado na região; num segundo momento, esse pacote clássico de medidas se flexibiliza, num cenário político e econômico dúbio, o qual Svampa se aventura a caracterizar como pós-neoliberal, indicando, contudo, que isso não significa “a saída do neoliberalismo”, mas a configuração de “(..) um espaço de geometria variável no qual é possível operar uma espécie de movimento dialético, que sintetiza as ditas continuidades e rupturas” (2012, p. 19). Adotaremos a divisão entre dois momentos do neoliberalismo claramente diferenciáveis, mas não a categorização de pós-neoliberalismo para fazer referência ao segundo momento (ver imagem 16).

Para dimensionar a primeira característica do Consenso das *commodities*, devemos contextualizar-nos na liberalização generalizada do comércio de mercadorias agrícolas que se promoveu na América Latina a partir dos últimos anos da década dos anos oitenta, processo que conduziu à financeirização desse mercado, ao aumento do poder monopolista das corporações, à deterioração, manipulação e privatização do patrimônio genético e das condições socioambientais em geral. À vista disso, os alimentos deixam de sê-lo e passam a ser mercadorias gerenciadas pelo agronegócio, termo criado por Ray Goldberg da Universidade de Harvard, no auge da Revolução Verde, e que Marcel Achkar, Ana Domínguez e Fernando Pesce

¹⁰ Com destaque para o grupo de países conformado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), que são um bloco complexo, heterogêneo e crescentemente diferenciado.

(2008, p. 11) definem como “(...) um complexo espaço econômico que concentra investimentos no conjunto das atividades econômicas vinculadas à produção, industrialização e comercialização de itens agropecuários”.

A base do agronegócio é o modelo de produção de *commodities*, que por definição são matérias-primas comercializadas no mercado internacional e a partir das quais o capital financeiro consegue *derivar* valor; aqui é importante lembrar que –de acordo com a teoria marxista–, o valor só pode ser obtido a partir do trabalho humano, assim, os *derivativos*, e em geral os instrumentos financeiros, são contratos que possibilitam a seus detentores se apropriar de mais-valia futura, por isso, a âncora da especulação se encontra sempre na economia real, o resto é ilusão e estoura como as bolhas de sabão. Como veremos, o sistema agroalimentar mudou radicalmente quando o capital financeiro começou a brincar com a comida, um exemplo clássico é a securitização, a especulação sobre os seguros agrícolas (e de toda índole), que “são algo que tem sido usado por muito tempo para manejar o risco. Ao invés disso, os agentes financeiros começaram a utilizá-los para especular” (THOMSON E DUTTA, 2018, p. 23).

Vale destacar que essa redefinição dos alimentos (já não como questão estratégica nacional, senão como mercadoria comum), se sustenta numa estrutura hierarquizada de poder, que num primeiro momento (o neoliberalismo “clássico”) se correspondia com a estrutura colonial norte/metrópole, sul/colônia, de maneira que as potências tradicionais conservaram plenamente a prerrogativa estatal na produção dos principais gêneros agrícolas, enquanto os outros países a perderam, este fato transpareceu na alocação do Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, John Block, quando da instauração da Rodada de Uruguai:

A ideia de que países em via de desenvolvimento deveriam alimentar-se a si mesmos é um anacronismo de uma era passada. Poderiam garantir melhor sua segurança alimentar confiando nos produtos agrícolas dos Estados Unidos, os quais estão disponíveis, em muitos casos a menores custos.¹¹

Esse renovado interesse na produção de alimentos por parte das potências industrializadas se relaciona com as crises permanentes de sobre-acumulação de capital, aceleradas pela financeirização da economia no período pós Bretton Woods, nesse cenário se dão deslocamentos espaço-temporais dos capitais que correm o risco de ficarem ociosos, investindo esses fundos em outros lugares, em outros setores, ou em atividades com rendimentos futuros, como as inovações tecnológicas (HARVEY, 2004).

Um claro exemplo de deslocamento espaço-temporal de capital é a “flexibilização” de cultivos, fenômeno entendido como a aplicação de tecnologias de ponta na agricultura, com o fim de encontrar-lhe novos usos (alimentares e não alimentares, como no caso dos agro-

¹¹ Citado por Bello (2008, online).

combustíveis), o qual tem possibilitado que o milho e a soja se tornem a base de processos de derivação financeira e da standardização da dieta, que cada vez é mais dependente de umas poucas espécies e variedades gerenciadas pelo agronegócio.¹² Como menciona Svampa, também houve um incentivo do lado da demanda, relacionado com o aumento generalizado da renda nas potências tradicionais e emergentes, que modificou os padrões de consumo nessas sociedades e, conseqüentemente, os padrões do comércio mundial, ressaltando especialmente o consumo de carne –um subproduto dos mencionados cultivos– em países da dimensão da China.

A segunda característica destacada pela autora é que o Consenso das *commodities* é uma estrutura fraturada, ambivalente e paradoxal que, a diferença do neoliberalismo dos anos oitenta e noventa, não se apresenta como discurso único, senão como uma coexistência de valores contraditórios. Com relação a isto, na primeira década do século XXI encontramos o caso emblemático da subida de governos progressistas na América Latina, fenômeno ambivalente porque esses programas políticos –indiscutivelmente mais volcados à política social– longe de conter a comoditização da agricultura se sustentaram em estruturas econômicas abertas, extrativistas e reprimarizadas;¹³ a fragilidade do modelo se evidencia com a crescente *direitização* da região, que coincide, desde o ano 2015, com a desaceleração em mercados como o da soja, *commodity* por excelência.

No trânsito entre o Consenso de Washington e o Consenso das *commodities* a matriz colonial se transforma (embora a essência não mude), fato que se manifesta na geopolítica agroalimentar como um trânsito da Rodada de Uruguai –que como foi visto, estava mais claramente assentada no poder das potências tradicionais– à controvertida Rodada de Doha, cujo mais claro indicador foi a emergência dos BRICS (conjunto de países que agrupa a Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul), como novos polos de atração dentro do panorama econômico global, e como pontos desestabilizadores do discurso único. Sem embargo, esta aparente multipolaridade deve redimensionar-se num contexto em que as corporações transnacionais ultrapassam o poder estatal e os fluxos de capital especulativo ultrapassam as transações da economia “real”.

¹² No terceiro capítulo desenvolveremos melhor essa questão, a propósito do conceito de *flexcrops* (ou cultivos flexíveis), apresentado por Gustavo de L. T. Oliveira e Mindi Schneider numa publicação do TNI (2014).

¹³ O conceito de reprimarização parte da clássica diferenciação da economia em três setores: terciário, ou de serviços, secundário, ou manufatureiro, e primário que, como indica seu nome, faz referência à extração de matérias-primas; paradoxalmente, quando falamos em reprimarização no contexto do neoliberalismo, estamos falando da negligência da indústria em virtude do setor terciário, especificamente do sistema financeiro, cuja atividade especulativa termina derivando num modelo extrativista.

Em relação com a terceira e última característica, o extrativismo, Svampa resgata o conceito do sociólogo boliviano René Zavaleta¹⁴ da visão *eldoradista* que o mundo moderno criou sobre o continente americano –em especial da América Latina–, como armazém do capital, fonte inesgotável de recursos naturais e base de um modelo econômico rentista, imagem que é reproduzida não somente pelo resto do mundo, senão incluso pelos próprios países da região, que continuam alimentando a tendência histórica à exportação de matérias-primas. Nas últimas décadas esse mito de *El Dorado* vem sendo retomado, incorporando a lógica da exploração mineira e de hidrocarbonetos na produção agropecuária, devastando as culturas indígenas, quilombolas e camponesas que encontram pelo caminho.

Como consequência, no segundo momento do neoliberalismo se abandona definitivamente o ideal de uma economia nacional em que agricultura e indústria se complementam mutuamente (FRIEDMANN E MCMICHAEL, 1989), toda prerrogativa de soberania estatal parece desvanecer-se em função do eficientismo e a deslocalização, derivando em fenômenos como a estrangeirização de terras, a flexibilização de cultivos, a realocação de maquiladoras no Sul Global, o fluxo irrestrito de capitais sustentando novas formas de exploração sul-sul e norte-norte, mas também, de maneira discordante, a permanência de subsídios para a agricultura do norte e barreiras tarifárias e não tarifárias para a agricultura do sul.

Por isso, na atual geopolítica dos alimentos os clássicos padrões norte-sul se intrincam, porém, para o caso latino-americano queremos esboçar uma sub-divisão em dois grupos, a partir de critérios físicos e históricos, que ajudam a identificar qual a especialização que a divisão internacional do trabalho impõe aos países da região:

- ✓ Por um lado, países da zona intertropical, como os de América Central e do norte sul-americano, cuja estrutura produtiva está voltada às commodities “exóticas” ou “tropicais” (café, frutas, flores, plantações madeireiras e para a produção de agro-combustíveis, etc.).
- ✓ Pelo outro lado o Cone Sul, o ‘celeiro do mundo’, cuja condição aparentemente privilegiada no comércio internacional de produtos agrícolas (carnes, cereais e grãos), tem tido um alto custo socioambiental, associado ao modelo de complexos homogêneos e dependentes de insumos sintéticos.

É claro que essa categorização serve somente como ponto de partida, nesse sentido, é importante esclarecer, em primeiro lugar, que mesmo parecendo que partimos de um critério geofísico (as latitudes em que se localizam os países latino-americanos), realmente nos

¹⁴ ZAVALETA, René. Lo nacional-popular en Bolivia. La Paz: Plural, 1986.

referimos à maneira em que o capital reforça os atributos que lhe são mais funcionais, seja o suposto exotismo da franja intertropical, ou a similitude climática do Cone Sul, tendo sempre como referência as características ecossistêmicas e culturais do Norte Global. Não obstante, veremos que, embora essa distinção derive em diferenças formais –por exemplo, o grau de mecanização–, a situação é essencialmente a mesma: a comoditização da agricultura, que em um caso exerce pressão via exotização e no outro a través da sojização, com análogas consequências para as comunidades rurais.

O segundo esclarecimento é que os grupos propostos não fazem referência a unidades homogêneas, por exemplo, na América Central e o norte sul-americano há vários sub-grupos, sendo os mais evidentes o sub-grupo andino, o da franja amazônica e da orinoquia, os litorâneos, e dentre destes, o caribenho, cada um com suas particularidades. Também devemos explicitar que nessa classificação não se inscreve plenamente o caso mexicano,¹⁵ cujas peculiaridades obedecem em grande medida à pronta assinatura do tratado de livre comércio com Estados Unidos e Canadá (TLCAN), que durante mais de duas décadas tem gerado tensões sobre as agriculturas camponesas e indígenas; tampouco podemos incluir aqui o caso cubano, dessa vez, devido às particularidades históricas da maior das antilhas.

Para descobrir qual o papel da América Latina nesse arranjo mundial, se contrastará dois casos –ilustrativos, mas não exaustivos–, a partir dos quais é possível estabelecer outras discussões, que serão introduzidas posteriormente. Por um lado, se questiona a posição da Colômbia que, enquanto país pertencente à primeira categoria, tem se especializado no cultivo de gêneros tropicais (banana, café, palma de dendê, flores), a despeito das principais culturas alimentares para sua população; pelo outro lado está o Brasil, que por sua dimensão se insere nas duas subdivisões (intertropical e meridional), porém, aqui se fará referência unicamente a sua região mais austral, que permite trazer a discussão sobre o Cone Sul.

A análise se focalizará na floricultura na Colômbia e na produção de soja no Brasil, não só por esses agronegócios evidenciarem o papel que cada um destes países cumpre na geopolítica dos alimentos, senão também porque a partir deles se desabrocham interessantes reflexões nos horizontes do agronegócio, a agricultura camponesa, a soberania alimentar e o gênero. Como foi mencionado, o projeto ficaria mais completo se incluísse uma análise do México –especificamente do milho, que ali tem seu centro de origem–, mas isso ultrapassa as possibilidades concretas da presente pesquisa, num contexto de cortes orçamentários à

¹⁵ Aliás, conforme Laura Reynolds (1993), a utilização do caso mexicano para estudar as dinâmicas econômicas da América Latina tem levado a muita incompreensão e falsas suposições, precisamente por não ser representativo da realidade no grosso da região, em particular na faixa intertropical.

educação pública, tanto pelo governo brasileiro, quanto pelo colombiano. Em posteriores trabalhos se pretende ampliar esta discussão comparando os três casos, para completar assim o quadro da natureza morta na América Latina, e das estratégias comunitárias de permanência no território.

O período estudado é as últimas três décadas, correspondentes com o regime alimentar corporativo ou das companhias transnacionais, a problemática da espacialização do capital financeiro, comoditização da agricultura e suas repercussões na agricultura camponesa, com o neoliberalismo como alicerce ideológico do programa político da globalização, tentando atenuar as contradições inerentes ao capitalismo, pela livre mobilidade do capital e manipulação das funções do Estado, em virtude do mercado como arbitro supremo da vida social. A partir das citadas autoras (Friedmann¹⁶ e Svampa), é possível identificar três momentos no atual regime alimentar:

1. O primeiro deles (1986-1995), no marco das negociações da rodada de Uruguai, como ponto de inflexão na geopolítica dos alimentos, pela incorporação dos gêneros agroalimentares nas discussões do comércio mundial;
2. O segundo momento (1995-2003), refere-se à conformação da Organização Mundial do Comércio (OMC), e ao Acordo sobre Agricultura (AOA, pela sigla em inglês) a ela associada;
3. Finalmente, o terceiro momento (2003-2015), está marcado pelo auge e aparente crise do “Consenso das *commodities*”, o ponto de partida é a rodada de Doha, cujo aspecto mais destacado é o surgimento de coalizões de países –dentre os quais Brasil e Argentina, com uma destacada participação– exigindo às potências mundiais a redução de subsídios agrícolas, pela distorção que eles geram nos preços internacionais.

Nesse período ressalta a crise hipotecária (de créditos *subprime*), que começou nos Estados Unidos em 2006, mas rapidamente se espalhou pelo mundo afora, derivando na crise alimentar de 2008, como materialização da migração massiva dos capitais do mercado imobiliário às commodities em geral e às alimentares em particular, em concordância com as estratégias de deslocamento espaço-temporal enunciadas por David Harvey (2004). Outro momento importante no recorte temporal é o ano 2014, quando começou a perceber-se a desaceleração do modelo, com o menor crescimento da demanda chinesa e o desabamento do

¹⁶ Embora Friedmann tenha receios acerca da existência desse terceiro regime alimentar –como será visto mais adiante–, sua análise da conjuntura agroalimentar mundial foi crucial na construção dessa periodização.

preço do petróleo, causando uma reação em cadeia em outras commodities, como a soja, aspecto que tinha sido sumariamente mencionado parágrafos acima.

Sob o neoliberalismo o sistema financeiro passou de intermediar as transações de mercadorias físicas a servir-se delas para criar a ilusão da *derivação* de valor, a consequência é a referida distopia em que o fluxo anual de “dinheiro” do mercado financeiro ultrapassa em mais de cem vezes ao do mercado real,¹⁷ numa estrutura frágil que foge constantemente do equilíbrio, e que, ironicamente, recorre às instituições governamentais para que elas intervenham quando da constatação de catástrofes econômicas. Apesar das ilusões criadas pelas bolhas especulativas, os programas públicos de resgate financeiro são uma clara confirmação do antigo princípio de que de o nada, nada nasce, com a privatização dos ganhos e a socialização das perdas; uma prova maciça disso é que, enquanto o governo estadunidense dava substanciais injeções de dinheiro aos bancos, milhares de famílias perderam seus empregos e seus tetos.

Essa socialização das perdas é visível em todo o mundo, o sistema financeiro saiu fortalecido da crise de 2006, continuando a fazer os mesmos malabares que a causaram, até encaminhar-se ao que parece ser uma nova crise, no entanto, os trabalhadores e trabalhadoras em todas as latitudes não conseguem sacudir-se totalmente a poeira dessa recessão; as mulheres são especialmente vulneráveis, sendo sempre as primeiras vítimas nos momentos de crise econômica. A continuação se desenvolverá o debate da divisão social do trabalho agrícola já na escala doméstica, aqui quer se aprofundar na maneira em que a atual geopolítica dos alimentos repercute na organização da unidade camponesa de produção familiar e, conseqüentemente, na economia camponesa, o fio condutor será o trabalho das mulheres, que não só permite analisar os mecanismos utilizados pelo capital para extrair a mais-valia da unidade de produção-consumo, mas também, as estratégias do campesinato para permanecer em seus territórios.

1.2 GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NOS AGRONEGÓCIOS DA SOJA NO BRASIL E DA FLORICULTURA NA COLÔMBIA.

Da mesma forma em que a divisão territorial do trabalho pretende ser resultado de uma pré-condição natural –as chamadas vantagens comparativas–, a divisão sexual do trabalho é justificada com argumentos pretensamente biológicos que disfarçam arranjos culturais –as relações sociais de sexo–. Enquanto categoria de análise, a divisão sexual do trabalho tem evoluído graças às teóricas feministas, que souberam questionar o significado original dado por cientistas da estatura de Lévi-Strauss, que a entendia em termos de uma complementaridade de

¹⁷ Conforme dados do TNI, “em 1973, a proporção entre o valor das divisas em transações e o comércio global foi de 2: 1; em 2004 essa relação atingiu 90: 1. Para 2017, o valor total do comércio global era de \$ 17.88 bilhões por ano. Isso se compara com transações de divisas de \$ 5,1 bilhões por dia” (DUTTA, 2018, p. 4).

tarefas no seio das organizações familiares; na dimensão do gênero, se entende que essa atribuição não é neutra, e manifesta uma relação de poder do sexo masculino sobre o feminino. Assim, se chega à definição de Danièle Kergoat (HIRATA e outras, 2009, p. 67):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher).

Ambos os princípios estão profundamente alicerçados num dos postulados mais importantes do pensamento moderno: a dicotomia natureza-sociedade, a partir da qual desabrocham as falsas oposições subjetivo-objetivo, selvagem-culto, atrasado-moderno, etc., como principal herança do patriarcalismo *baconiano* (SHIVA, 1988). As teorias feministas se centraram na dicotomia trabalho produtivo-trabalho reprodutivo, demonstrando não só a invalidação do segundo dentro da economia capitalista –princípio de hierarquização–, senão também que com a crescente inserção das mulheres na esfera dita produtiva seu bem-estar longe de melhorar estava piorando, isso devido a várias questões que serão discutidas ao longo desta seção, começando pela mais evidente delas, que se refere à exploração *simultânea* nas jornadas do trabalho assalariado e do cuidado da família.

Fala-se de *relações sociais de sexo* quando se entende esse binarismo como uma construção social com uma base material (HIRATA e outras, 2009); nesse cenário se dão interessantíssimos entrecruzamentos com a teoria marxista, procurando uma abordagem que supere a análise de sistemas duais, no sentido de enxergar essas falsas oposições como partes constitutivas de um todo que as inter-relaciona, assim, se parte não da esfera privada como espaço do trabalho doméstico *em oposição* à esfera pública do trabalho assalariado,¹⁸senão, parafrazeando a Lise Vogel, do trabalho reprodutivo como gerador da força de trabalho da qual depende todo o sistema de produção de mercadorias, ponto de partida e de chegada dentro do circuito econômico e social (BHATTACHARYA, 2017).

Essa análise integrada dos trabalhos produtivo e reprodutivo é conhecida como “Teoria da Reprodução Social”, trata-se de uma abordagem em construção, mas que já tem rendido frutos, ao ampliar o entendimento da força de trabalho e da economia em geral. No primeiro caso, se questiona a presunção de que a força de trabalho é uma entidade acabada, um dado

¹⁸ Essa tem sido uma posição popular que, segundo Helena Hirata (e outras, 2009) tem lhe arrebatado o potencial revolucionário a esta conceptualização, ao criar divisões internas entre grupos sociais cujo inimigo comum é o capitalismo.

prévio e independente, o ponto de partida no processo de produção capitalista, entendendo-a como o produto de uma “complexa rede de processos sociais e relações humanas”, que só pode ser disponibilizada ao capital porque é reproduzida, no marco de umas relações sociais de sexo determinadas. No segundo caso, aprofunda na compreensão do processo de acumulação de capital, que não se limita à relação visibilizada por Marx (trabalhadores-donos dos meios de produção), senão que atinge a reprodução desses trabalhadores (BHATTACHARYA, 2017).

Assim, se amplia o entendimento do capitalismo, além da fábrica e a produção de mercadorias, para integrar as relações sociais que permitem a reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, do sistema; essa ideia já se encontra esboçada em Marx, ao indicar que a força de trabalho não só é medular para o capitalismo (sendo o que o movimenta), senão também seu caráter de mercadoria singular (“*unique commodity*”), no sentido em que não se produz dentro do mercado, contudo, ele não conseguiu desenvolvê-la, uma vez que seu foco eram o fetichismo da mercadoria e a alienação do trabalho. Ao aguçar a compreensão do trabalho e sua contradição com o capital, a teoria da reprodução social tem significado uma verdadeira revolução epistemológica dentro da perspectiva marxista, pois, como expressa Tithi Bhattacharya (2017, p. 3), ela busca ampliar a visão da classe trabalhadora:

[...] em toda sua subjetividade caótica, multiétnica, multigênero, e heterogeneamente capacitada, [perguntando-se] o que significa unir a luta de classes teoricamente só ao ponto de produção, sem considerar a miríada de relações sociais que se estendem entre locais de trabalho, lares, escolas, hospitais, um conjunto social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano de maneira contraditória, porém constitutiva. O mais importante é que aborda a relação entre exploração (normalmente vinculada à classe) e a opressão (normalmente entendida por gênero, raça (sic.), etc.) e reflexionam si essa divisão expressa adequadamente as complexidades de um nível de análise abstrato no qual forjamos nosso instrumental conceitual, e um nível concreto de análise, quer dizer, a realidade histórica onde aplicamos essas ferramentas.

Um aspecto que tem possibilitado essa rica contribuição é o diálogo estabelecido com outras correntes feministas, muito especialmente com o feminismo negro dos Estados Unidos, que chamou atenção para a *interseccionalidade* da opressão,¹⁹ conceito que desvenda os mecanismos de dominação por causa da classe, o sexo, a herança genética e o fenótipo (erroneamente denominados raça), a identidade de gênero, etc., não como experiências

¹⁹ Este termo foi cunhado pela jurista negra Kimberlé Williams Crenshaw em 1989, tendo como predecessora e inspiradora a Sojourner Truth, quem em 1851 pronunciou o discurso *Ain't I a woman?*, no marco da Convenção de Mulheres em Akron, Ohio, no qual expressava ao grupo de *suffragettes* que sua experiência de opressão como escrava não se equiparava com a das mulheres brancas de classe média. Também estão as contribuições de comunistas negras como Cláudia Jones e Angela Davis, sobre o entrelaçamento de opressões na sua condição de mulheres negras da classe trabalhadora. Outro precedente é o do Coletivo do Rio Combahee (*Combahee River Collective Manifesto*) que diziam que estavam essencialmente de acordo com Marx, mas que sua liberação precisava da consideração simultânea das questões de “raça” e gênero, chamando à unidade de todos os grupos oprimidos, que de maneira separada não conseguiriam nada (ver SMITH, 2017).

justapostas senão que se sobrepõem, o que significa que não podem ser analisadas separadamente, pois elas se conjugam produzindo uma única e mais complexa estrutura de exploração. A interseccionalidade permite entender melhor a heterogeneidade social e, no caso de sua aplicação dentro da abordagem da reprodução social, identificar a forma em que o capital explora essas diferenças.

Isto é muito relevante quando se estuda o espaço rural latino-americano, cuja especificidade social se assenta na organização familiar e comunitária da produção agrícola, e portanto, deve ser estudado também na escala doméstica, sem que isso signifique desatender as dinâmicas relacionadas com o contexto societário mais amplo, em especial as tensões com os processos de acumulação capitalista. Assim, incluso um conceito clássico como o de campesinato, deveria ser o suficientemente flexível para admitir “(...) a complexidade e os graus de ambivalência, (expressando) uma tentativa de acatar a questão em um nível teórico. Não essencialmente uma resposta, mas uma pressuposição que ajuda a engendrar novas respostas específicas”, lembrando que é precisamente onde os fatos desentoadam com os pressupostos teóricos, que pode encontrar-se as perspectivas mais significativas e as reflexões mais profícuas (SHANIN, 2005, p. 19).

A propósito disto último, vale ressaltar que a adoção do conceito campesinato para fazer referência aos homens e mulheres que se dedicam à agricultura de base familiar na América Latina, responde a filiações teóricas, metodológicas e políticas; assim, embora alguns setores considerem este debate uma teimosia escolástica, na Colômbia continua tendo enorme vigência, no marco dos processos de paz com as guerrilhas, que têm como um dos seus eixos centrais a defesa dos direitos territoriais dos camponeses como sujeitos políticos, econômicos e culturais. Estudos empíricos permitirão determinar até que ponto é possível esticar o conceito sem rompê-lo, partindo de pressupostos como o desenvolvimento paradoxal do capitalismo na região, cujas especificidades históricas levaram à reprodução de relações capitalistas e não capitalistas.²⁰

Nesse sentido, Teodor Shanin (2005, p. 17) opina sobre a revogação do conceito de campesinato, salientando, em primeiro lugar, que “nenhum conceito deve ser revogado simplesmente por representar apenas alguns aspectos da realidade”, uma vez que “todo conceito é simplesmente seletivo e, portanto, tem limitações e obscuridades necessárias”; em segundo lugar, aponta que tampouco deve rejeitar-se como resultado de deduções lógicas sem uma suficiente comparação com a realidade; e por último, que o exercício analítico deve cuidar-se da assepsia –idealização– exagerada. Para este autor, a única razão válida para o abandono

²⁰ Ao longo deste documento retornaremos a esse assunto, especialmente nos itens metodológico e conceitual.

deste ou qualquer conceito seria que ele não trouxesse esclarecimentos, “devido à representação equivocada da realidade social e/ou à irrelevância para problemas de importância e/ou à estrutura lógico defeituosa e à incoerência” (idem.).

Essa discussão não tem sido alheia à teoria marxista já desde seus alvares, sendo objeto de acirradas discussões a propósito da comuna camponesa russa.²¹ Por isso, queremos ressaltar ainda que nossa leitura do próprio Marx é aquela de Shanin (2005, 2017), quem o entende como um autor dinâmico e vinculado aos movimentos da sociedade em que viveu, capaz de reconsiderar sua obra, por ser seu interesse a análise dialética da vida social e não a preservação de uma doutrina teórica, chegando incluso a afirmar “não ser um marxista” (SHANIN, 2017, p. 33). Esse fato explica seu retorno –nos últimos anos de sua vida– ao campesinato, entendendo-o já não como uma batata dentro de um saco de batatas (afirmação que, além do mais, deve contextualizar-se dentro do nível de abstração próprio de O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte), senão como agente central na Rússia pré-revolucionária (idem).

Feita a clarificação, trazemos à discussão a Carmen Diana Deere, quem chama atenção sobre a divisão sexual do trabalho como um dos aspectos mais ilustradores quando se quer adentrar no estudo da agricultura camponesa, pois transcende a organização familiar da produção, introduzindo-se nos emaranhados domínios da heterogeneidade social. A autora salienta que “a participação das mulheres na agricultura é muito diversa, e varia, por exemplo, de acordo com a região, com a raça (sic.) e a etnia”; no caso latino-americano, essa participação:

[...] é muito mais importante nos Andes e na América Central –regiões caracterizadas por um campesinato indígena– do que é no Cone Sul –onde o campesinato é predominantemente branco ou mestiço. A participação das mulheres na agricultura também é bastante alta no Caribe, onde o campesinato é predominantemente afro-americano [DEERE, 1995, p. 55].

A divisão sexual do trabalho também permite fazer análises multi-escalares, pois além desse componente cultural-privado, está diretamente relacionada com o grau de mecanização, que por sua vez obedece aos requerimentos do mercado mundial. Nesse sentido, comprova-se uma masculinização nos cultivos mais mecanizados, que não por acaso se correspondem com os cultivos massificados –como soja, milho e arroz–, que exigem um barateamento dos custos, e em consequência, um investimento maior em tecnologias desse tipo, enquanto as plantações de bens suntuários –como frutas e flores–, são intensivas em mão de obra, razão pela qual costumam contratar camponesas e outras pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

Como resultado das relações sociais de sexo há uma suposição implícita de que o tempo e o trabalho das mulheres são menos valiosos, por isso se usam corriqueiramente como coringa,

²¹ Essa discussão será apresentada posteriormente, a propósito das diferentes correntes e abordagens marxistas da questão agrária.

especialmente nas guerras e períodos de crise econômica. Consequentemente, diversas autoras²² têm argumentado que os efeitos da expansão do agronegócio são particularmente nocivos para as mulheres, quem são sistematicamente empobrecidas, marginadas dos seus direitos, exploradas simultaneamente pela sua condição sexual e de classe; dessa maneira coexistem dois fenômenos aparentemente contraditórios: a masculinização da agricultura mecanizada que, como sucede no sul do Brasil, obriga especialmente às jovens a migrarem de seus territórios pela falta de oportunidades de trabalho digno, e a feminização dos trabalhos agrícolas mais precários, como sucede no planalto de Bogotá.

Aqui vale ressaltar a tese de Ester Boserup (1970), que foi pioneira em discutir a masculinização decorrente da adoção dos pacotes da Revolução Verde no espaço rural dos países do chamado terceiro mundo, contudo, dita tese tem sido corretamente questionada por oferecer explicações demasiado lineares e economicistas, que só conseguem abordar algumas das consequências do agronegócio para as camponesas latino-americanas. No entanto, dentro da chamada corrente neo-chayanoviana, da qual fazem parte autores aqui citados (Harriet Friedmann e o mestre Teodor Shanin), se parte da complexidade dos processos sociais no espaço rural, que não devem ser entendidos como processos unívocos e unidirecionais – descamponização, masculinização, industrialização, etc. – senão como verdadeiros movimentos dialéticos, que encerram em si uma força no sentido contrário.²³

Desde os alvares da Revolução Industrial se evidencia uma relação conflitiva entre tecnologia e gênero, com a maquinização houve uma incorporação generalizada da força de trabalho de crianças e mulheres em todas as indústrias britânicas, num processo formalmente contrário ao que acontece na atualidade com a mecanização nas plantações de soja, no entanto, em ambos os casos essas tecnologias significaram profundas transformações na organização familiar e no bem-estar das mulheres;²⁴ a esse respeito, Friedmann (1986) argumenta que o atual modelo agroalimentar, não só aumenta a sujeição da unidade de produção familiar em relação ao capital, senão também as tensões entre patriarcado-cooperação, que caracterizam a economia camponesa.

²² Ver por exemplo a Ester Boserup (1970), Harriet Friedmann (1986), Vandana Shiva (1988), Carmen Diana Deer (1995), Rosa Rossini (2002), Anita Brumer (2004), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), Christiane Campos (2011), Omaira Paez Sepúlveda (2011), Érika González (2014), Esther Vivas (2014), Guisella Lara, Patricia Velosa y Juliana Flórez (2015), Tithi Bhattacharya (2017), Beth Amit Tzadok Ben Sasson (2018), por mencionar só algumas das diretamente implicadas no tema abordado.

²³ Dentre os defensores dessa posição ressalta Jan Douwe van der Ploeg (op. cit.), quem estuda as dinâmicas de re-camponização como resposta e alternativa ao avanço do capitalismo no espaço rural.

²⁴ Para uma aproximação à relação conflitiva entre produção capitalista, maquinaria e gênero, ver: BROWN, Heather. **Marx on gender and the Family. A critical study.** Leiden: Brill, 2012.

No entanto, o avanço tecnológico continua sendo promovido como um processo linear, neutral e benéfico em si mesmo, apesar das muitas evidências da sua propensão a favorecer o *status quo*. Aqui quer se debater sobre a maneira em que o agronegócio deteriora as relações de produção na unidade familiar em decorrência da sujeição do trabalho feminino, bem seja pelo confinamento à esfera reprodutiva –como acontece recorrentemente nas lavouras mecanizadas–, ou como consequência da precarização da força de trabalho empregada em plantações “tropicais”, como as de flores e frutas.

Embora a tecnologia seja por definição um meio e não um fim em si mesma, esse fato é convenientemente obscurecido, relegando critérios verdadeiramente técnicos –como os princípios da eficiência energética e a adaptação às condições peculiares de cada lugar, nas dimensões edafo-climáticas e culturais–, priorizando os interesses da acumulação de capital (TOLEDO, 2002). Nesse processo há uma homogeneização da agricultura sob a égide dos pacotes tecnológicos, porém, há também uma diferenciação espacial que se dá, não em função das mencionadas peculiaridades locais, senão das necessidades do capital especulativo, aspecto que será retomado em parágrafos posteriores.

Nos casos propostos, por um lado, o sul brasileiro, como efeito de um significativo fomento governamental, a monocultura de soja começou a ganhar espaço a partir da década dos anos setenta, se espalhando pelos férteis territórios gaúchos, deslocando a seu passo culturas alimentares básicas para a dieta tradicional, e impondo um modelo produtivo mecanizado e intensivo no uso de água e os nutrientes do solo, levando, portanto, à privatização de bens comuns e à segregação dos agricultores que não puderam aceder aos métodos e técnicas ditos modernos; estas reflexões podem servir como ponto de referência, feitas as devidas contextualizações, para os demais países do Cone Sul (ACHKAR E OUTROS, 2008; MATOS E PESSÔA, 2011).

Do outro lado, no caso da Colômbia, a imposição por parte do mercado internacional de uma especialização em commodities não alimentares nos países intertropicais, derivou na localização da floricultura no planalto bogotano, uma das regiões mais férteis e de maior tradição agrícola – aliás, pré-hispânica–, especialmente na produção de diversas variedades de tubérculos (GONZÁLEZ, 2014). Este processo também data da década dos anos setenta do século passado, porém, foi a partir dos anos oitenta –com a paulatina liberalização do mercado– que começou seu crescimento exponencial, levando a uma situação paradoxal, na qual há uma reprimarização da matriz produtiva, pela constituição de agronegócios intensivos em mão de

obra, porém, em detrimento da soberania alimentar.²⁵ Situações análogas se dão em outros países latino-americanos dessa zona climática.

A propósito da incorporação do trabalho camponês no agronegócio, Svampa aponta que outro traço central do modelo de *commodities* é a escala: o tamanho das corporações involucradas, o grau de especialização da produção, os impactos socioambientais e as enormes inversões de capital. Ao contrário da autora, consideramos que este último aspecto –o montante dos capitais investidos– não descarta a existência de agronegócios intensivos em mão de obra, o determinante é que tanto nestes quanto naqueles mais mecanizados, as onerosas estruturas de custos e as matrizes tecnológicas de ponta continuam assentadas na força de trabalho das famílias camponesas. Aqui vale lembrar a Santos (op. cit.), quando se refere à tecnologia como vector que determina uma combinação específica entre capital e trabalho, e resposta geográfica à divisão internacional do trabalho, dentro do complexo técnico-científico-informacional.

Se manifesta então que a modernização da agricultura obedece às dinâmicas de acumulação, e que a finalidade do progresso técnico é “(...) fabricar instrumentos apropriados para aumentar a produtividade da terra e do trabalho e também para submeter o processo produtivo ao capital” (MATOS E PESSÔA, 2011, p. 11). Uma prova disso é que em ambos os casos têm se incorporado a transgenia –uma tecnologia considerada de ponta– nas variedades de soja *Roundup Ready* (RR) no Brasil, e de cravos azuis na Colômbia. Os transgênicos se apresentam como tábua de salvação do desgastado modelo da Revolução Verde, numa análise bastante estreita, em função de uma única variável: o uso de defensivos químicos, desconsiderando não só a realidade sociocultural, senão também a complexidade ambiental sob o princípio de precaução (Idem).

Porto-Gonçalves e Alentejano (2010, p. 52) dão luzes a esse respeito, expressando que “a tecnologia de ponta e as relações sociais e de poder” são “os dois lados da mesma face”, cujo único objetivo é possibilitar “a maior acumulação de capital, onde matar e desmatar constituem práticas irmãs”. Os países intertropicais são especialmente elucidativos nessa dinâmica, pois neles se reforça um exotismo que se reflete em sua posição –especialmente subordinada– na geopolítica dos alimentos, e, portanto, na ausência de tecnologias apropriadas às condições edafo-climáticas e ao relevo dessa região, após mais de meio século de inovações continuadas

²⁵ Na Colômbia, nos últimos trinta anos tem se observado uma queda no cultivo de cereais, grãos e leguminosas, que são a principal fonte da alimentação humana (no consumo direto e na produção pecuária), sendo que até o ano 1989 o 92% do consumo interno era fornecido pela produção nacional, após a liberalização do comércio esta cifra chegou à metade das proteínas e calorias consumidas por habitante, o resto é importado.

nas agriculturas das zonas temperadas, não porque seja impossível, senão porque até agora não é lucrativo para o capital.

Transparece mais uma vez a funcionalidade econômica e não técnica da modernização da agricultura, que mais que buscar otimizar processos, se adequa às estruturas de lucro do agronegócio. Ainda nesse ponto, retomando a primeira característica do Consenso das commodities, lembramos que a localização de monoculturas de soja no Brasil e de flores na Colômbia, é um resultado direto da mudança nos padrões do comércio internacional, sendo a soja uma resposta à demanda de carne e, mais recentemente, de agro-combustíveis, enquanto as flores são um indicador de opulência e poder aquisitivo, nessa lógica parece que o gado, os automóveis e o status social, têm prevalência sobre soberania alimentar das sociedades latino-americanas (SVAMPA, 2012; PORTO-GONÇALVES E ALENTEJANO, 2010).

Olhando em retrospectiva, se evidencia que o principal intuito na dinâmica modernizadora tem sido o revigoração dos circuitos de acumulação de capital, criando novos mercados a montante e a jusante, a partir da “(...) dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros (...)” (MATOS E PESSÔA, 2011, p. 3). Essa estruturação da produção derivou na reorganização do território, pois “todas as mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias, não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações, assim, a modernização da agricultura faz parte do processo de modernização do território” (Idem).

Portanto, o programa de desenvolvimento técnico da agricultura, “além de uma estratégia de reprodução do capital, consolida-se como uma afinada estratégia de controle social” (MATOS E PESSÔA, 2011, p. 5). Este processo tem tido consequências profundas na vida das pessoas, sendo a mais patente a reversão na relação entre população urbana e rural, no marco das reformas impulsionadas por organismos e missões internacionais a meados do século XX, cuja finalidade era suprir a demanda de mão de obra das indústrias emergentes, modificando as relações de trabalho não só no espaço urbano, senão também no rural, lembrando que um dos setores mais atingidos por essa estratégia de controle social é o das mulheres camponesas. Atualmente, essa urbanização da população não se traduz numa proletarização, senão no aumento da precariedade, do número de pessoas “fazendo bico”.

Em relação ao anterior, David Harvey (2004, p. 121) destaca que uma modalidade usual de acumulação via espoliação é a “mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas

alternativas (autóctones) de produção e de consumo”, revelando assim a intencionalidade do capital para apropriar-se do sobre-trabalho da agricultura camponesa, como estratégia para driblar crises permanentes de acumulação, como foi mencionado a propósito da comoditização da agricultura. A relevância dessa questão radica em que uma das principais fortalezas da agricultura camponesa é estar assentada no trabalho familiar, fato que historicamente lhe deu uma margem de autonomia (tecnológica, produtiva e cultural), dentro do sistema dominante de produção de valores (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1973).

O agronegócio se concretiza de diversas formas na América Latina, o que se reflete na organização do espaço e, conseqüentemente, na relação capital/trabalho específica (SANTOS, op. cit.), a qual determina a forma em que se incorpora o trabalho camponês nos circuitos de acumulação, seja diretamente, através de contratos de produção que submetem às unidades familiares a sua lógica produtiva; ou, indiretamente, empregando em suas plantações aos membros das famílias camponesas como mão de obra barata. As dinâmicas de modernização da agricultura implicam a modernização do território, que se alicerça na diferenciação dicotômica entre o progresso, como espaço do capital, e o atraso, como espaço das expressões tradicionais da produção e da cultura:

A modernização do território por meio da difusão do meio técnico-científico-informacional, ao atingir as relações de produção, afeta não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho [MATOS E PESSÓA, 2011, p. 4].

Assim, as transformações do território, além de levar a uma mercadificação da força de trabalho, ferem a cultura local. Claros exemplos disso são, de um lado, a localização da floricultura numa região que, como foi mencionado, era fundamental para a soberania alimentar na Colômbia, país que, após três décadas de commoditização, passou de ser auto-fornecedor de grãos e cereais, a importar a metade desses alimentos;²⁶ do outro lado, a sojização da agricultura brasileira, que não só se expressa através de plantações industriais, senão incluso pela introdução dessa cultura em unidades familiares, como acontece no norte do estado de Rio Grande do Sul.

A esse respeito, Porto-Gonçalves e Alentejano (2010, p. 50) lembram que a modernização da agricultura na América Latina, tentou fazer tabula rasa em territórios habitados por uma diversidade de culturas:

O aumento da demanda por terras está por trás também do aumento dos conflitos envolvendo populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, faxinalenses, retireiros, geraizeiros, enfim diferentes formações camponesas com suas qualidades características desenvolvidas junto às

²⁶ Ver nota anterior.

peculiaridades dos nichos dos distintos biomas brasileiros) por ações de expulsão das famílias dos territórios que ocupam há dezenas ou centenas de anos.

A importância dessas formas diversas de praticar a agricultura, é que elas estão adaptadas às características locais (relevo, clima, características edáficas, etc.), e, portanto, se assentam em matrizes tecnológicas menos degradadoras do ambiente, e incluso mais eficientes em termos energéticos, tanto na produção propriamente dita, quanto no escoamento, pelo predomínio dos ciclos curtos de comercialização (TOLEDO, op. cit.). A escala cumpre aqui um papel importante, havendo uma comprovada superioridade da pequena propriedade, devido à racionalidade ecológica e econômica camponesa, assentada na diversificação de cultivos, e numa divisão do trabalho mais solidária, que visa a satisfação das necessidades do núcleo familiar e da comunidade à qual pertence, e não o lucro desmesurável (TOLEDO; CHAYANOV, op. cit.).

Isso não significa que não haja contradições no seio dessas agriculturas, especialmente em relação às construções de gênero dentro da própria unidade de produção familiar, aspecto que também será abordado (FRIEDMANN, 1986), porém, nosso foco será a divisão sexual do trabalho sob a lógica do agronegócio.²⁷ A exploração do trabalho feminino não é uma estratégia nova do capitalismo, mas as inovações tecnológicas têm intensificado a divisão sexual do trabalho no seio da agricultura, especialmente quando da financeirização da economia, que tem “provocado metamorfoses no mundo do trabalho”, expressadas em estratégias como “terceirização, informalidade, e o aumento das condições precárias do trabalho” (MATOS E PESSÔA, 2011, p. 4), sendo as mulheres as mais vulneráveis nesses (des)arranjos.

Essas dinâmicas se expressam de maneira diferente no agronegócio da soja no Brasil, e da floricultura na Colômbia, posto que o trabalho das mulheres camponesas é predominante nas estufas de cultivo e nas fábricas embaladoras de flores, enquanto se confina ao reprodutivo nas plantações da dita oleaginosa. Essa incorporação do trabalho feminino de acordo com as necessidades específicas do agronegócio, introduz particularidades na unidade de produção familiar:

- ✓ No caso das plantações tropicais, a inserção direta da força de trabalho feminina se correlaciona com o aumento do *exército de reserva*, devido à deterioração das economias

²⁷ Ver Deer (1995), quem demonstra a heterogeneidade das relações sociais no espaço rural latino-americano, fato que dificulta “(...) estabelecer qualquer relação linear entre a participação das mulheres na agricultura e o grau de desenvolvimento do capitalismo” (p. 55), aliás, conforme a autora, os esforços nessa direção podem chegar a ser indesejáveis, como as relações reducionistas e unidirecionais traçadas no modelo de Ester Boserup. Contudo, deve ressaltar-se que as condições materiais que desabrocham das tensões entre as economias capitalista e camponesa são, sem dúvida nenhuma, um dos fatores mais determinantes nas mudanças das estruturas sociais e produtivas do campesinato (Idem.). Ver também a Friedmann (1986), quem se refere à tensão entre solidariedade e patriarcalismo dentro da produção camponesa.

camponesas locais e consequente precarização das condições de trabalho. As flores, enquanto bem de luxo, suportam uma estrutura de custos laborais alta, devido, não à remuneração das trabalhadoras –maioritariamente mulheres em condições de vulnerabilidade, que aceitam contratos muito precários–, senão à pouca mecanização da produção, precisamente por não ser do interesse do capital a incorporação de tecnologias que acarretem uma redução de preços.

- ✓ No caso da masculinização de agriculturas mecanizadas como a soja, a família não só se torna mais dependente tecnologicamente, senão que os preços da produção ficam artificialmente baixos, pela invisibilização do trabalho reprodutivo das mulheres. Esta é a outra cara da situação anterior, sendo uma prioridade do capital o barateamento dessa commodity, que é a base, junto com o milho transgênico BT, do consumo de massas (*class diet*).

Logo, essa diferenciação longe de expressar uma dicotomia, é o resultado de uma única lei: a acumulação do capital, que não só se especializa de acordo com as particularidades locais, senão que as usufrui, gerenciando as diferenças nas dinâmicas de valorização para incorporá-las nos circuitos de acumulação (SANTOS, op. cit.; HARVEY, 2004). Esse gerenciamento se dá principalmente a través do mercado financeiro (com destaque da bolsa de valores), que não é mais do que uma sofisticação do jogo de comprar barato e vender caro, beneficiando-se do acesso privilegiado a informação sobre operações dos bancos centrais dos países, assim como do comportamento de empresas públicas e privadas: venda de ações, fusões, anúncios de falência, etc. (HARVEY, 2004).

No caso da floricultura, e em geral, dos agronegócios intensivos em trabalho, a participação mais ativa das mulheres na esfera produtiva não só não redundava numa melhor qualidade de vida, senão que aprofunda a crise das economias camponesas, pelo ferimento das relações familiares e comunitárias de produção. Já no caso das produções mais mecanizadas, evidencia-se uma correlação direta entre mecanização e invisibilização do trabalho feminino. Rossini (2002, p. 12) é contundente a esse respeito, quando aponta que “(...) a modernidade tecnológica na agricultura, nesta fase, só tem acelerado as masculinidades: o trabalho no campo capitalista é masculino”, afirmação que não indica que o trabalho que sustenta a produção de *commodities* seja exclusivamente o dos homens, senão que o trabalho das mulheres não é visível perante a mecanização, embora seja medular na agregação de valor.

Como foi mencionado, essa estratégia permite ao capital manter os preços da produção familiar de soja baixos de forma espúria, já que o lucro se veria seriamente minguado se a

remuneração fosse devidamente ajustada para incluir o trabalho feminino, expresso especialmente nas tarefas ditas reprodutivas (alimentação, higiene, cuidado de doentes, etc.), necessárias para a manutenção da força de trabalho (DEER, 1995). Isto aponta que a atual geopolítica dos alimentos não só determina a matriz tecnológica e a financeirização da produção, senão que exacerba a divisão sexual do trabalho, como parte da estratégia de incorporação do mais valor camponês nos circuitos de acumulação do capital.

A teoria da reprodução social começa a fazer importantes entrecruzamentos com a geopolítica pois, para entender as múltiplas inter-relações que a força de trabalho tece com o capital, é preciso estudar não só os lares e vizinhanças onde ela é reproduzida, senão também as crescentes diferenças salariais entre o norte e o sul globais, com uma marcada atenção para os processos migratórios das latino-americanas aos Estados Unidos, e das africanas e asiáticas à Europa, para trabalharem na agricultura e no cuidado de crianças e idosos; como temos visto nesse documento, essa brecha é mantida não só a través da migração, mas também da localização do agronegócio no Sul Global. As feministas chamam atenção para o fenômeno da bi-polarização do trabalho feminino, o surgimento de dois grupos de mulheres com diferentes perfis socioeconômicos, que cria um antagonismo em função da ascensão profissional, sob o dúbio discurso do empoderamento (HIRATA E KERGOAT, 2007; BHATTACHARYA, 2017).

Mas a fecunda relação entre a teoria da reprodução social e a geopolítica dos alimentos não contribui só ao diagnóstico dos problemas, ela dá luzes no horizonte das alternativas. Alexander Chayanov destacou a esfera doméstica como lugar da produção camponesa, de sua contradição com o capital, mas também da reprodução da lógica econômica do campesinato como fonte de sua autonomia relativa; de maneira análoga, Tithi Bhattacharya, salienta que as dimensões produtiva e reprodutiva fazem parte de uma unidade, mas estão separadas, uma vez que o capital só tem controle total dentro do lugar da produção, sendo sua influência limitada nos circuitos da reprodução da força de trabalho, que estão atravessados pelas decisões relativamente autônomas de homens e mulheres: como se alimentar, como aproveitar o tempo de lazer, conformar ou não famílias, e se for o caso, que tipo de famílias, ter ou não filhos, e se for o caso, como criá-los, etc.

Esse grau de autonomia é ainda mais expressivo quando a análise se translada ao espaço rural, e mais especificamente, às unidades camponesas de produção-consumo familiar; o controle incompleto do capital dentro dos sítios camponeses –não só na esfera reprodutiva senão incluso na produtiva–, possibilita o traçado de alternativas ao atual modelo agro-alimentar, as quais podem devir em verdadeiras estratégias de permanência no território,

quando acompanhadas de uma visão coletiva e integradora, como os princípios reitores da Soberania Alimentar construídos pelo campesinato organizado dentro de Via Campesina. A força de trabalho feminina tem sido fundamental na materialização desses projetos, pela recuperação de práticas ancestrais baseadas na reciprocidade com o meio natural e as pessoas, seja através da agroecologia, o artesanato, o resgate e cuidado das sementes e demais elementos do patrimônio fito-genético, etc.

Com relação a isso último, Svampa (2012, p. 22) ressalta a multi-escalaridade e *ambientalização* das lutas sociais –o que ela chama de *giro ecoterritorial*–, como uma prova da criatividade com que a sociedade civil consegue sobrepor-se à arremetida da mercadificação da vida na era financeira,

[Construindo] marcos comuns de ação coletiva, os quais funcionam não só como esquemas de interpretação alternativos, senão como produtores de uma subjetividade coletiva. Bens comuns, soberania alimentar, justiça ambiental e ‘bem viver’ são alguns dos tópicos que expressam este entrecruzamento produtivo entre matrizes diferentes.

Resumindo, como Piotr Kropotkin (op. cit.) e como José Martí (op. cit.), acreditamos na importância de se estudar o funcionamento do capitalismo com rigor, pois constantemente e por todos os meios é nos apresentado como algo mecânico, mostrando fenômenos como a quebra das economias camponesas como se fossem corolários de uma lei irremediável, da seleção natural do espécimen mais forte –equiparado com o agronegócio–, e não o produto de ações políticas determinadas. Porém, como Sevilla e González (2013), entendemos que o foco deve estar na defesa das agriculturas camponesas, ressaltando sua importância ecológica, econômica, nutricional e cultural.

1.3 OBJETIVOS, HIPOTESE E PERGUNTA DA PESQUISA

Neste projeto partimos de quatro premissas amplamente abordadas na literatura; a primeira se relaciona com a capacidade do agronegócio para extrair o mais-valor camponês, explorando as particularidades da unidade de produção familiar, fato que se traduz na coexistência de relações capitalistas e não capitalistas; não obstante, defendemos que essa coexistência se dá não só pela sua funcionalidade ao capital, senão também pelas especificidades econômicas, ecológicas e sociais do campesinato, cujas estratégias de adaptação e permanência no território constituem a segunda premissa. A terceira premissa é que a matriz tecnológica do agronegócio é uma consequência da divisão internacional do trabalho, e que a partir dela se determinam combinações específicas entre capital e trabalho; o último ponto de partida é a tese da correlação positiva entre grau de mecanização e masculinização dos

cultivos, e a evidência empírica da feminização dos chamados Cultivos Não Tradicionais para Exportação (NTC, pela sigla em inglês).

A discussão transversal da incorporação do trabalho –produtivo e reprodutivo– das mulheres camponesas nos agronegócios das flores e da soja, introduz as seguintes perguntas interdependentes, que nortearão a pesquisa:

- ✓ Pergunta 1: Qual a relação entre divisão sexual e divisão territorial do trabalho agrícola no contexto do agronegócio na América Latina?
- ✓ Pergunta 2: Quais as estratégias do campesinato para permanecer no território perante a incorporação do trabalho feminino pelo agronegócio?

Por meio destas perguntas buscamos contribuir à compreensão dos mecanismos concretos através dos quais o capital incorpora formas não capitalistas –como o trabalho camponês em geral e o das mulheres em particular– em seus circuitos de acumulação, mas também das estratégias das comunidades para defender seus territórios e formas de vida frente esses avanços e, a partir daí, os desafios e potencialidades das sociedades latino-americanas no fortalecimento de modelos agroalimentares social e ambientalmente mais justos. Com base nisso se traçaram os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar a correlação entre geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho nos agronegócios da floricultura na Colômbia e da soja no Brasil, com o propósito de contribuir à compreensão dos mecanismos do capital para a extração da mais-valia camponesa, e das estratégias das comunidades camponesas para permanecerem nos seus territórios, na América Latina.

Objetivos específicos:

1. Identificar as formas em que o capital incorpora o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres camponesas nos agronegócios da floricultura na Colômbia e da soja no Brasil.
2. Correlacionar a divisão territorial do trabalho agrícola, os padrões de especialização, o grau de mecanização e a incorporação do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres latino-americanas.
3. Analisar a intensificação da divisão sexual do trabalho no espaço rural como mecanismo do capital para a extração do mais-valor da economia camponesa.
4. Examinar os impactos da comoditização das agriculturas colombiana e brasileira na economia camponesa, através das transformações na organização produtiva e na divisão do

trabalho na unidade familiar.

5. Identificar as práticas da reprodução social dentro das estratégias de permanência dos campesinatos brasileiro e colombiano nos seus territórios.
6. Conhecer algumas estratégias criadas pelos campesinatos colombiano e brasileiro para permanecerem nos seus territórios perante a incorporação do trabalho das mulheres nos mencionados agronegócios.

1.3.2 Hipóteses

A partir do anteriormente mencionado, o propósito da pesquisa é dar resposta às perguntas enunciadas, contrastando as seguintes hipóteses:

1. Hipótese 1: O agronegócio exacerba a divisão sexual do trabalho, como parte da estratégia de apropriação da mais-valia camponesa, incorporando o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, de acordo com as necessidades técnicas específicas que lhe impõe a divisão territorial do trabalho.
2. Hipótese 2: As estratégias de reprodução social são a chave para a permanência do campesinato latino-americano em seus territórios, perante a incorporação do trabalho feminino pelo agronegócio.

1.4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Nosso ponto de partida é a divisão social do trabalho agrícola, sendo nossa categoria basilar o trabalho das mulheres nos agronegócios da soja e das flores, por isso, pretendíamos que as vozes das trabalhadoras rurais colombianas e brasileiras fossem as protagonistas, no entanto, por causa dos desafios da pandemia e desfinanciamento da ciência latino-americana em geral, e das ciências sociais em particular, tivemos de apelar à resiliência e aprofundar na base teórica e historiográfica da geopolítica dos alimentos, esperando poder realizar um trabalho de campo bem fundamentado em próximos exercícios investigativos. A proposta metodológica para os trabalhos de campo tencionados se apresenta no anexo 7, enquanto a revisão teórica, o estado da arte e os antecedentes históricos ocupam principalmente os capítulos 2 e 3.

Por último, cabe mencionar que, embora a análise seja necessariamente multiescalar, deve haver um ponto de referência para a construção do recorte espacial mais consistente com os objetivos da pesquisa (SANTOS, 1997), aqui se partirá de duas regiões: de um lado, o planalto de Bogotá e sua área de influência (Sabana de Bogotá), onde surgiu o agronegócio das

flores no país, concentrando atualmente 78% do total da área cultivada.²⁸ Do outro, o noroeste do Rio Grande do sul, que conjuga três características importantes para o propósito aqui traçado: uma produção de soja histórica, significativa e com alta participação das unidades familiares;²⁹ em relação a isto último, vale aclarar que, apesar de que a expansão da soja por regiões como o centro-oeste e o cerrado possa ser mais expressiva do processo de *comoditização* da estrutura agrária brasileira, o norte gaúcho é onde as unidades de produção familiar têm uma maior participação na produção estadual desse cultivo (36%).³⁰

²⁸ Dados disponíveis até 2016, *Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural*, consultados no site do Ministério: <https://www.agronet.gov.co/estadistica/Paginas/home.aspx?cod=1>, no dia 13 de março de 2019.

²⁹ Em estados do norte (Amazonas) e do nordeste, como Rio Grande do norte, Paraíba e Pernambuco, a soja é produzida majoritariamente pela agricultura familiar, porém, essas regiões não se localizam no cone sul (critério crucial para a análise da divisão territorial do trabalho), e não se trata de uma produção histórica nem com volumes significativos.

³⁰ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, Censo Nacional Agropecuário de 2006.

Mazúrquica Modérnica

Violeta Parra

*(...) Varias matáncicas tiene la histórica
En sus pagínicas bien imprentádicas
Para montárlicas no hicieron fáltica
Las refalósicas revoluciónicas
El juraméntico jamás cumplídico
Es el causántico del descontentico
Ni los obréricos, ni los paquínicos
Tienen la cúlptica señor fiscálico (...)*

2. FEIJÕES TRANSGÊNICOS E CRAVOS AZUIS: UMA LEITURA DA DIVISÃO TERRITORIAL E SEXUAL DO TRABALHO AGRÍCOLA À LUZ DA TEORIA MARXISTA

O termo Geopolítica dos alimentos pode soar pomposo, sobretudo porque remete a uma escala tão global que pareceria difícil que chegasse a atingir às pessoas de carne e osso; no entanto, cada mulher, homem e criança é atravessada por complexas redes de além-mar (a maioria das vezes sem sequer imaginá-lo), quando preenche (ou não) seu prato almejando satisfazer uma das necessidades mais básicas para a conservação da vida, e conseqüentemente, para a reprodução da sociedade. Por isso, parece-nos que a alimentação é um dos processos sociais mais fascinantes, um escritor e cozinheiro se referia a ela como a arte de “(...) (meter) a paisagem dentro de uma panela”,³¹ belíssima imagem que queremos temperar com as agrídoces contradições econômicas.

As ditas contradições desabrocham em cada elo da cadeia agroalimentar, porém, elas começam a desvanecer-se ao serem agregadas nas séries estatísticas em que se alicerçam os fazedores de política, os quais partem da difundida ideia de que na análise dos fenômenos sociais “(é) mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados (...). Todavia, bem analisado, esse método seria falso” (MARX, 2008, p. 258). Conforme David McNally, esse método de análise é próprio da lógica formal, cujas “tendências à abstração (...) esforçam-se por decompor os fenômenos em partes cada vez menores, que podem ser separadas em caixinhas e rotuladas” (BHATTACHARYA, 2017, p. 103). No entanto,

Hegel, numa jogada que é radicalmente estranha à lógica formal, introduz o conceito da vida na sua obra “Ciência da lógica”. Uma vez que o intuito do pensamento (...) é compreender a vida, é requerido um sistema conceitual adequado a seu complexo, dinâmico e multidimensional desdobramento. Isto necessita não de categorias lógicas, senão dialéticas; não dos fixos e estáticos conceitos da filosofia analítica, com suas moedas cunhadas, senão de conceitos que sejam internamente dinâmicos e autotransformadores, conceitos que capturem o próprio devir das coisas nas suas múltiplas arestas [BHATTACHARYA, 2017, p. 103].

Assim, a ciência moderna e a sociedade ocidental são embebidas com o pensamento de Heráclito,³² introduzindo a dinâmica e a relacionalidade, “(...) os quais são, claro está, o dinamismo e a relacionalidade da vida mesma (...). A dialética traça ‘o devir do objeto’, as dinâmicas e cambiantes inter-relações entre os elementos da vida que compreendem uma

³¹ Trata-se do controverso catalão Josep Pla, jornalista, escritor de romances da primeira metade do século XX e defensor da cozinha mediterrânea, sua ambigüidade política causou desdenho entre círculos progressistas, porém, hoje em dia se resgatam seus tratados sobre a cultura popular.

³² Isso se fazer referência somente ao pensamento ocidental do qual a dialética é herdeira, pois essa noção de contrários complementários está presente em culturas ancestrais ao longo do mundo, sendo o conceito taoísta de *yin-yang* uma das figuras mais reconhecidas.

totalidade concreta”, portanto, a concepção organicista da realidade é a que lhe confere historicidade (idem).

Marx resgata esse dinamismo do método hegeliano, porém, sob a perspectiva materialista que defendia Ludwig Feurbach, propondo assim –junto com Friederich Engels– uma abordagem revolucionária, a qual nem “(chega) à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si” (MARX, 2008, p. 259), base do idealismo de Hegel, nem fica estática na crítica teórica, como fizera Feuerbach.³³ Enrique Dussel (1991) expressa essa ruptura nos esquemas 1 e 2 (ver), especialmente nesse último é possível enxergar a diferença entre as dialéticas marxista e hegeliana: a linha horizontal azul separa os pontos A e B – universos real e dos conceitos, respectivamente–, dando origem ao materialismo histórico que, a diferença da dialética idealista, entende que a realidade é sempre exterior e anterior ao pensamento, que tenta apreendê-la pela razão, mas não deve confundir-se com ela.

Sob a abordagem materialista histórica:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação [...].

Dessa maneira, contradizendo o senso comum, no método marxista se analisa os processos sociais partindo, não do fenômeno real e concreto, pois aí “elaboraria uma representação caótica do todo (...)”, senão de conceitos simples (determinações abstraídas, DA), às quais se chega por meio de um importante passo prévio, o qual consiste em abstrair as variáveis mais constitutivas dessa realidade concreta e suas inter-relações, que a tornam dinâmica, movida pelo jogo dialético entre contrários:

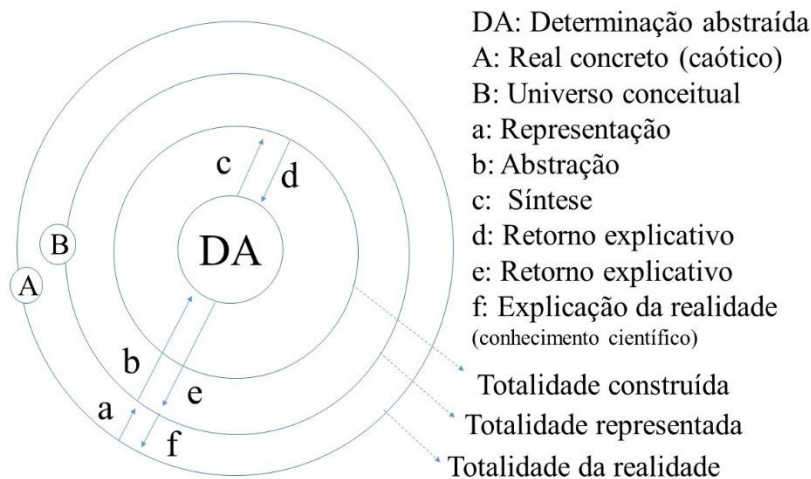
[...] do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com [a realidade concreta], mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, senão como uma rica totalidade de determinações e relações diversas [MARX, 2008, p. 258-259].

No caso que nos convoca, buscamos entender o papel da América Latina na Geopolítica dos alimentos, não a partir das balanças comerciais e séries estatísticas dos organismos competentes, senão de determinações ou conceitos simples, como campesinato, agronegócio, divisão sexual e territorial do trabalho, os quais só fazem sentido dentro de um contexto e em relação uns com os outros, “esses elementos destacados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações

³³ Aliás, nas teses sobre Feuerbach é onde se esboça o pensamento marxistas sobre a *práxis*, o qual frisa na possibilidade que o ser humano tem de modificar seu entorno (décima primeira tese), aspecto desconsiderado por Feuerbach, razão pela qual Marx qualifica sua teoria de materialismo intuitivo ou passivo.

e o mercado universal” (MARX, 2008, p. 258). Os dados estatísticos são uma ferramenta muito importante, mas podem levar a enganos, quando não interpretados no marco de uma teoria que relacione todas as variáveis constitutivas do fenômeno.

Imagem 1. Representação dos momentos da pesquisa dialética



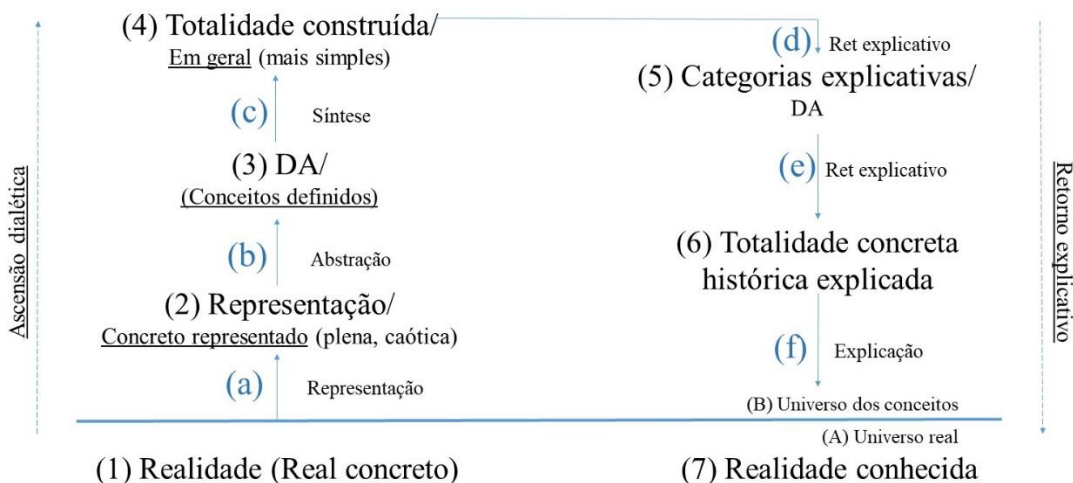
Fonte: Dussel (1991, p. 49).

Dussel analisa minuciosamente o método marxista, identificando sete momentos fundamentais, que representa nas mencionadas imagens 1 e 2 (ver). Na primeira imagem os visualiza através de um conjunto de círculos concêntricos:

- ✓ O mais externo deles (A), representa o “Real concreto”, o fenômeno em toda sua complexidade e incomensurabilidade: América Latina dentro dos fluxos globais do comércio agroalimentar.
- ✓ Na sequência, se chega ao círculo (B), universo dos conceitos, o qual é resultado do processo espontâneo de apreensão do fenômeno pelo cérebro humano (representação, seta a): A chamada geopolítica dos alimentos. A partir dessa representação se abstraem as variáveis mais constitutivas do fenômeno (seta b), já não de maneira espontânea, senão pela sistematicidade da análise.
- ✓ O processo de abstração (b) nos dirige ao círculo mais interior (DA), as determinações simples ou abstraídas, que são o verdadeiro ponto de partida de uma pesquisa materialista histórica, no nosso caso, nos baseamos em conceitos simples como campesinato e agronegócio, que permitem delimitar o fenômeno, para identificar as partes que o constituem e analisá-lo a partir de suas múltiplas inter-relações.
- ✓ Pela análise se chega à síntese das relações contraditórias entre as determinações simples (seta c), penúltimo círculo, que é um momento chave neste método, pois é um passo intermédio entre os processos de “ascensão dialética” e “retorno explicativo”, que serão

esclarecidos melhor no segundo esquema (figura 2). No entanto, aqui podemos relacionar este momento da pesquisa com o trabalho de campo, por exemplo, a interlocução com camponesas colombianas e brasileiras, sob a guia da metodologia proposta.

Imagem 2. Esquema dos momentos da pesquisa dialética



Fonte: Dussel (1991, p. 50).

Os achados do momento anterior são analisados novamente no nível teórico (seta d), para finalmente oferecer uma resposta científica às perguntas que originaram o exercício da pesquisa (setas e, f). No nosso caso, o momento (d) se corresponderia com a sistematização dos mapas e entrevistas elaborados com as mulheres, e os momentos (e) e (f) com o exame de qualificação e a defesa da tese.

A imagem 2, na qual Dussel oferece um esquema detalhado dos momentos da pesquisa marxista, ajudará a entender melhor este método:

- ✓ O momento (1) é o “Real concreto”, esta realidade “guarda sempre uma exterioridade de todo possível conhecer”, pois é anterior ao pensamento humano e não pode ser totalmente apreendida por ele, por isso há uma linha horizontal demarcando este momento e diferenciando-o dos outros (DUSSEL, 1991, p.49).
- ✓ No momento (2) o pesquisador ou pesquisadora apreende esse concreto real através de uma representação “plena” ou “caótica”. “ (Este) é um momento do conhecimento cotidiano, pré-científico, pré-dialético”, porém, importante e delicado, uma vez que a realidade nunca se enxerga de maneira nua e objetiva, senão que está mediada pela subjetividade, complexa e fugidia questão, que as correntes mais ortodoxas englobavam na superestrutura (ideologia, sistema de crenças, etc.), e que nesta pesquisa se relacionaria com a esfera da reprodução social. Por isso, “para Marx, o conhecido (o que está ‘na

cabeça' [im Kopfe]) não pode confundir-se com o real” (DUSSEL, 1991, p. 51; 49), marcando sua ruptura com o idealismo.³⁴

- ✓ A partir do momento (3) começa o processo de “ascensão dialética”, cujo ponto crucial é a abstração (seta b), que “(...) parte da representação (todo pleno) e chega à determinação abstraída (clara, porém simples)” (DUSSEL, 1991, p. 52). Trata-se então de identificar as partes que constituem o todo –suas determinações simples ou abstraídas (DA)–, para ter uma versão simplificada, mas ordenada do processo. A abstração é já um exercício analítico (a diferença da “mera representação”, que como se mencionou, é um ato espontâneo), “(...) que exige a disciplina do pensar metódico”, à luz de um corpo teórico coerente (DUSSEL, 1991, p. 51).
- ✓ O momento (4) é o ponto de partida na análise marxista, o exercício da síntese (seta c), que reconstrói a totalidade a partir de suas determinações simples (DA), lembrando que estas só fazem sentido através das correlações; por isso, para Dussel (1991, p. 52), “o método dialético consiste em saber situar a ‘parte’ no ‘todo’, como ato inverso do efetuado pela abstração analítica”. Graças à síntese podemos relacionar dados e conceitos de maneira coerente, no marco de uma teoria que explicita a totalidade da qual são partes constitutivas, elevando-nos “do simples ao complexo”.
- ✓ No momento (5) começa o processo de retorno explicativo (setas d, e, f), as determinações abstraídas são preenchidas de significado ao ter-se explicitado quais as suas múltiplas inter-relações, o que as capacita para analisar fenômenos cada vez mais concretos, tornando-as verdadeiras categorias explicativas, por meio das quais “se constitui sinteticamente (...) uma nova totalidade que adquire autonomia (a totalidade articulada com múltiplas determinações). Chegado a este nível concreto o que antes aparecia como oposto (...), agora forma parte de uma unidade que os compreende e explica” (DUSSEL, 1991, p. 53).
- ✓ Assim, vai atingindo-se os níveis mais concretos, momentos (6) e (7), no primeiro caso, “até dar de novo com (a realidade concreta), mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, senão como uma rica totalidade de determinações e relações diversas”, que Dussel denomina “totalidade concreta histórica explicada”. No segundo caso, entramos nos domínios da realidade exterior ao pensamento humano, porém, ela poderá ser representada de maneira mais fiel graças ao avanço no conhecimento científico, dando início a um novo ciclo de perguntas e pesquisas.

³⁴ Para aprofundar nessa questão ver Marx (2008).

O rigor do método materialista dialético pode ser evidenciado ao longo da obra de Marx, como destaca Shanin, a propósito da maneira em que abordou o campesinato; em suas palavras: “os camponeses pertencem aos tempos antigos e medievais no *Grundrisse*, ao passado mais imediato da Inglaterra em *O Capital*, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em ‘países de maioria camponesa’” (SHANIN, 2005, p. 15). A partir desse exemplo podemos ver como a pesquisa marxista é abordada desde diferentes níveis de abstração, assim, dependendo da questão estudada e do momento da pesquisa –de ascensão dialética ou de retorno explicativo–, se analisam os processos em geral (de maneira simplificada, porém, ordenada) ou em concreto, como salientado por Shanin, e incluso por marxistas mais ortodoxos, como Karl Kautsky (1980).

Essa viagem de subidas e descidas permite entender mais plenamente o assunto, abordá-lo desde seus diferentes ângulos, o que é possível precisamente pela capacidade de ver a parte dentro do todo, e analisar o todo a partir de suas múltiplas determinações, sem romper o vínculo entre uma e outra escala. McNally ressalta especialmente este último aspecto, lembrando que “uma totalidade concreta alcança sua concretude a través das diferenças que a compõem. (E que) ao mesmo tempo, cada uma dessas diferentes partes leva a totalidade dentro de si; enquanto elementos da vida, sua reprodução é impossível por fora do todo vivente”, usando a figura da anatomia humana, com seu conjunto de órgãos diferentes, mas interdependentes (BHATTACHARYA, 2017, p. 106).

No exercício de identificação das partes constitutivas, Dussel (1991, p. 72) “(...) adverte um uso metódico da abstração (na obra de Marx, na qual) descartam-se variáveis que produziriam ruído numa análise essencial (da essência da questão)”. Com relação a isso, McNally se refere à diferença entre a abstração sob as perspectivas da lógica formal e da dialética, uma vez que “para Hegel e Marx as totalidades ou universalidades não são abstrações da diversidade e multiplicidade concretas das coisas. Pelo contrário, as totalidades estão constituídas em e através da diversidade e dinamismo dos processos da vida real”, dessa forma, enquanto a lógica formal separa e estereotipa, o pensamento dialético identifica e vincula as diversas partes que constituem uma unidade (BHATTACHARYA, 2017, p. 106).

Assim, embora seja um momento prévio, a abstração é crucial na análise dialética –esta última, por definição, uma ascensão do simples ao complexo–, pois, se as determinações não são identificadas sob um pensamento global e relacional, pode cair-se no erro da lógica formal que, ao cindir e isolar as partes, não consegue reconstruir as relações que as definem. Já sob o pensamento dialético, “(...) ao ir elaborando as relações mutuamente constitutivas (...), constrói

um todo onde (as) determinações constituem uma nova totalidade com mútuas co-determinações” (DUSSEL, 1991, p. 52-53). É isso o que diferencia o materialismo dialético do individualismo metodológico, esse último próprio da ciência positivista, em especial, das ciências econômicas, de cujos autores clássicos Marx zombava ao falar da “robinsonada”³⁵ de se analisar a sociedade a partir de indivíduos isolados (MARX, 2008).

Se nenhuma parte é autônoma em termos absolutos (uma vez que cada uma delas está essencialmente interconectada), então não há como pretender exprimir o significado de um processo através dela, nem sequer o seu próprio, que só poderá ser plenamente compreendido em relação com as demais partes e com o todo. Em resumo, o cerne do assunto é que “o todo orgânico está constituído de e através de suas partes (...), porém, ele não é redutível a elas. Trata-se de algo maior e mais sistemático do que uma simples somatória”, por trás dessa diferença está o dinamismo e organicidade do pensamento hegeliano, para o qual “há relações de reciprocidade mais do que mecanismos, entre as partes e dentre elas e o todo. Aliás, isso é o que significa ser um organismo vivo em vez de um mecanismo inerte” (BHATTACHARYA, 2017, p. 105).

Outra importante questão para atingir uma melhor compreensão do método dialético, é a abordagem da causalidade:

[...] o pensamento não dialético está dominado por um conceito de causalidade, de uma sucessão no tempo: primeiro chega a causa, depois seus efeitos. Mas a concepção de Hegel sobre a vida vai além. Na vida, afinal, o significado pleno do que eu fiz no passado só renderá frutos no presente ou no futuro. Se eu plantar sementes em um jardim, o resultado do feito fica a ser visto. Se eu não tiver sucesso cuidando das sementes, ou se faltar chuva, meus esforços se reduzirão a nada. Tal vez uma guerra tirar-me-á de minha terra. Por outro lado, uma série de ações subsequentes poderá permitir-me que as ditas sementes deem frutos. Só após o fato posso dizer se meu plantio foi capaz de criar cultivos alimentares [BHATTACHARYA, 2017, p. 106-107].

A partir daí evidencia-se a falácia de argumentos que fazem tabula rasa, qualificando o materialismo histórico como uma abordagem inerentemente economicista, o que tem mais a ver com uma visão demasiado estreita sobre a economia –mesma que infelizmente é a mais difundida–, do que com o método dialético. Contudo, um vício que tem verdadeiramente acompanhado esta corrente teórica é a leitura teleológica dos processos, pela tendência a ler o significado das coisas retroativamente, quer dizer, a ideia de que “(...) na vida os finais determinam os começos –ou, aliás, que eles são os começos” (idem.). Deve ressaltar-se que essa leitura teleológica da vida social ainda está muito arraigada dentro do marxismo, incluso McNally defende essa posição.

³⁵ Lembre-se que Marx (2008) usa a figura de Robinson Crusoe (protagonista do romance homônimo de Daniel Defoe), para expor as fraquezas do individualismo metodológico.

Os debates sobre o teleologismo têm ganho centralidade dentro das ciências sociais críticas nas últimas décadas, especialmente a propósito das consequências socioambientais do projeto desenvolvimentista, aspecto que será sumariamente abordado no terceiro capítulo, em relação ao regime alimentar mercantil-industrial. No entanto, há um ponto a ser discutido nesta secção, e que se relaciona com aproximações entre o marxismo e outras correntes, processo que na perspectiva mais ortodoxa tem sido condenado abertamente, pelo receio de que estas possam degradar o rigor da dialética, fenômeno que é conhecido como ecletismo: “(...) a reunião mecânica e sem princípios de tendência, correntes, conceições, convicções e teorias ideológicas heterogêneas”.³⁶

McNally argumenta que esse tipo de apreciações pode chegar a contradizer a própria dialética, uma vez que esta última se fundamenta na *negação determinada*, quer dizer, ao recapitular uma das heranças mais revolucionárias da filosofia hegeliana –a ideia de que cada processo contém seu próprio contrário e madura através dele–, entende-se que, “a diferença da *negação abstrata*, que simplesmente rejeita uma posição em favor de outra, a negação determinada indica como as contradições dentro de um sistema de pensamento empurram em direção de sua própria superação. Inscreve, assim, essas contradições dentro de um processo dual de apropriação e superação” (BHATTACHARYA, 2017, p. 95). Por outras palavras, o movimento dialético de tese, antítese e síntese aplica não só aos processos sociais em si, senão à epistemologia, sendo medular a confrontação entre teorias divergentes, em prol do aprimoramento do conhecimento científico.

Nessa perspectiva, se entende que não deveria descartar-se uma concepção simplesmente como sendo falsa, “(...) incluso quando transcendida por uma teoria mais robusta, uma perspectiva anterior, cheia de saídas em falso, ainda faz parte da história da (busca da) verdade, como um processo de descobrimento, exploração e formulações teóricas” (BHATTACHARYA, 2017, p. 95). Isto é especialmente relevante neste documento, que está baseado em correntes contemporâneas, as quais têm tentado enxergar questões tão clássicas quanto a divisão do trabalho desde pontos de vista inovadores, evidenciando um renascimento do marxismo, que procura trazer luz à complexa conjuntura atual; aliás, nada seria mais anti-dialético que querer encontrar na obra de Marx e Engels verdades prontas, pois isso implicaria que em mais de um século não houve mudanças no mundo.

Ao considerar a sociedade de maneira orgânica, como um sistema vivo e dinâmico, o materialismo histórico tem enriquecido múltiplas áreas do saber, dentre as quais interessam-nos

³⁶ Rosental e Iudin (1946).

a geografia, os estudos agrários e de gênero. Para começar, faremos referência a um autor bem próximo do processo que buscamos explicar: Milton Santos, cuja leitura do método marxista é um dos mais acabados esforços por preencher o vácuo espacial que deixaram Marx e Engels;³⁷ assim, a totalidade estudada por Santos (1986, p. 12) é o espaço geográfico, que ele define como:

[...] uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por elas contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o culturalideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais ou artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fracção da natureza abriga uma fracção da sociedade atual.

O espaço deixa então de ser abordado de maneira coisificada (a versão espacial do fetichismo da mercadoria, como desvelado principalmente por Henri Lefebvre),³⁸ para ser considerado enquanto realização das funções e processos sociais, quer dizer, a condensação das ações presentes e passadas das sociedades:

Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial, e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, se realizam através de formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico [SANTOS, 1986, p. 12].

Em posteriores trabalhos Santos consegue elaborar definições menos rígidas mantendo o rigor conceitual,³⁹ no entanto, o parágrafo citado oferece precisões que serão cruciais nessa pesquisa, e, em todo caso, tem muita significação dentro das ciências geográficas latino-americanas, encontrando-se aí o germe de um fértil entrecruzamento entre geografia e materialismo dialético na nossa região. Alguns pontos que queremos ressaltar num primeiro momento são os seguintes: primeiro, que na terminologia de Santos as funções fazem referência à ação social, e que, conforme ele, cada função “é condizente com a forma que a contém”;

³⁷ Embora se reconheça a importância de Henri Lefebvre como pioneiro da geografia marxista (mesmo desde uma perspectiva crítica da dialética), na análise das dinâmicas espaciais e do cotidiano, consideramos que a reelaboração de Milton Santos é mais coerente com o foco da presente pesquisa, nesse mesmo sentido, considerou-se que a análise dialética integradora da teoria da reprodução social se complementava melhor com o conceito de regimes alimentares, sendo este último um ponto crucial na análise da geopolítica dos alimentos.

³⁸ Ver nota anterior.

³⁹ Por mencionar só dois obras que não serão abordadas nessa pesquisa: *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996; e, *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

segundo, que “os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados”; terceiro, que a relação entre as formas e as funções (ações ou conteúdos) é mediada pelo movimento dialético (SANTOS, 1997, p. 2).

Sob essa perspectiva, o autor propõe como critério para determinar as partes que constituem a totalidade espacial aos chamados “elementos do espaço”, que por definição seriam as unidades analíticas “(das quais) se parte para a compreensão das coisas num dado momento, desde que se tenha o cuidado de levar em conta as mudanças históricas” (SANTOS, 1997, p. 5). A partir daí identificam-se cinco principais categorias que englobam os elementos do espaço (SANTOS, 1997, p. 6):

- ✓ Os homens (sic.), que em “Espaço e método”, obra basilar de Santos, são equiparados com a força de trabalho e os detentores dos meios de produção, em clara concordância com o marxismo ortodoxo; hoje em dia poderíamos considerar essa definição um tanto economicista e claramente patriarcal, porém, ela supôs (e incluso supõe) um recorte coerente e pertinente para analisar fenômenos na escala global.
- ✓ As empresas ou firmas, que são as instituições dedicadas à produção de “bens, serviços e ideias”; logo após do momento em que Santos publicou este trabalho (a meados da década dos anos oitentas), começou a ascensão vertiginosa das companhias transnacionais como novo agente central dentro da divisão territorial do trabalho, sob a égide neoliberal.
- ✓ As instituições, termo genérico para fazer referência ao conjunto de agentes que “produzem normas, ordens e legitimações”, dentre os quais a figura mais visível seria o Estado-nação.
- ✓ O meio ecológico, que é o “conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano”, vale salientar que, ao estar em constante interação com as sociedades humanas, trata-se de natureza já modificada, aliás, em certo grau funde-se com infraestruturas artificiais.
- ✓ As infraestruturas, que por definição “são o trabalho humano materializado e localizado em forma de casa, plantações, caminhos, etc.”.

Cada vez são “mais íntimas e muito mais extensas” as inter-relações desses elementos dentro da totalidade espacial, aliás, a maior complexidade da sociedade contemporânea faz com que eles sejam, até certo grau, reduzíveis e intercambiáveis entre si; assim, por exemplo, “(...) as funções das firmas e das instituições de alguma forma se entrelaçam e confundem, na medida em que as firmas, direta ou indiretamente, também produzem normas, e as instituições são, como o Estado, produtoras de bens e serviços” (SANTOS, 1997, p. 7).

Santos coincide com Dussel acerca da relevância do processo de abstração das determinações –ou elementos, na sua linguagem–, de maneira que “a escolha de variáveis não pode ser (...) aleatória, mas deve levar em conta o fenômeno estudado e a sua significação em um dado momento, de modo que as instâncias econômica, institucional, cultural e espacial sejam adequadamente consideradas”, e isso está diretamente relacionado com a seleção de um referente teórico que permita manter a coerência entre o todo e a parte (SANTOS, 1986, p. 15). Santos agrega que estes elementos devem ser submetidos a “uma classificação o mais rigorosa possível”, no intuito de determinar de maneira pertinente suas múltiplas correlações (idem.).

Aqui cabe lembrar que o âmago da análise dialética são as relações –bilaterais e globais– entre as partes e o todo, pois “a través do estudo das interações recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social” (SANTOS, 1997, p. 7). A partir daí, Santos traduz os preceitos do método marxista –já apresentados a través das reflexões de McNally e Dussel– à linguagem geográfica, lembrando que o que diferencia a dialética da lógica formal é a reconstrução da totalidade a partir das determinações abstraídas (retorno explicativo), dessa forma:

Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si [SANTOS, 1997, p. 14].

Há uma questão medular na análise dialética, a qual ajuda a elucidar esse conjunto de correlações que se conjugam para recrear a totalidade, ela é o elo entre essência e aparência, pois –embora pareça o contrário– as partes se relacionam não a partir de si próprias, senão de seus atributos ou qualidades (idem). Para entender melhor este ponto retomaremos o conceito proposto por Marx de *fetichismo da mercadoria* (ponto de partida na sua análise), a percepção ilusória de que a produção capitalista é uma força espontânea e exclusivamente material, o véu que disfarça as relações sociais nas quais se sustenta a dita produção, levando a sua naturalização; em termos geográficos, esse fetichismo se refere à abordagem coisificada do espaço, como se se tratasse de um mero cenário.

Com relação a isso, Santos (1986, p. 13) expõe: “como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, senão *formas-conteúdo*”, este aspecto é muito mais relevante do que poderia parecer, pois é precisamente o conteúdo dos elementos que compõem a totalidade espacial –sua essência social–, o que lhes dá dinamismo e significado, incluso quando fazemos referência aos objetos geográficos –o substrato material dos territórios–, pois, como diz o precioso e célebre aforismo de Marx, *tudo o que é sólido*

desmancha no ar. Esse conteúdo social é o que muda ao longo do tempo, movimentando também as formas em consequência,

O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e a través da realidade geográfica. Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre cambiando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as fracções da sociedade que lhe cabem não são as mesmas [SANTOS, 1986, p. 13].

Nessa discussão da aparência e a essência tenta-se abranger a totalidade, entendendo que ambas qualidades são co-constitutivas, assim, embora tenha se ressaltado que o conteúdo é o que movimenta os processos, isso não significa que tenha prelação, pois ele não poderia realizar-se sem a forma, no sentido contrário, a forma sem conteúdo não teria significado algum. Este aspecto é central nesta pesquisa, uma vez que pretendemos aprofundar no conteúdo do fenómeno do agronegócio e sua relação com as agriculturas e economias camponesas, o qual se expressa de formas diversas ao longo do subcontinente latino-americano, chegando a apresentar-se incluso de maneira contraditória.

Destarte, apesar do receio com que algumas correntes enxergam a comparação de casos (o qual pode ter fundamento, quando não há plena clareza sobre o que comparar e como fazê-lo), partimos de que agronegócios em aparência tão dissimilares, quanto a floricultura na Colômbia e a soja no Brasil, são equiparáveis na sua essência. Entendemos que o agronegócio se concretiza de diversas formas na América Latina, e que suas necessidades específicas determinam a forma em que o trabalho camponês –em especial o das mulheres– é incorporado nos circuitos de acumulação, ora diretamente, pelo assalariamento dos membros das famílias nas plantações e pelos contratos de produção que sujeitam as unidades à lógica da produção de commodities; ora indiretamente, como sucede com o trabalho reprodutivo.

Essa abordagem integradora de casos aparentemente isolados é possível graças à perspectiva dialética; em termos espaciais, pode entender-se a totalidade como um sistema, aliás, “(...) se os elementos do espaço são sistemas (tanto quanto o espaço), eles são também verdadeiras estruturas. Nesse caso, o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução de suas próprias estruturas” (SANTOS, 1997, p. 16). Ao respeito, McNally recalca que os sistemas sempre devem ser entendidos de maneira orgânica, estando conseqüentemente sujeitos às mesmas condições dos organismos vivos: nascer, florescer, reproduzir-se e morrer (BHATTACHARYA, 2017); como veremos alguns parágrafos mais adiante, essa característica dos sistemas –ser complexos e orgânicos– tem conseqüências cruciais para nossa pesquisa.

Já vimos que um primeiro elemento que deriva de se entender a totalidade como um sistema orgânico é a historicidade, por isso, Santos (1986) fala da natureza espaço-temporal da pesquisa dialética. Como expõe o mesmo autor ao longo de sua obra, essa dimensão temporal está diretamente relacionada com o desenvolvimento tecno-científico, destarte, no caso das dinâmicas agroalimentares na América Latina, a *modernização conservadora* é transversal aos processos aqui estudados, levando em consideração que, “como a mesma variável muda de valor segundo o período histórico (...), a análise, qualquer que seja, exige uma periodização, sob pena de errar frequentemente em nosso esforço interpretativo”, ainda, “tal periodização é tanto mais simples quanto maior a escala do estudo (...) e tanto mais complexa e capaz de subdivisões quando mais reduzida é a escala” (SANTOS, 1986, p. 28; p. 14).

Contudo, a mutabilidade dos elementos do espaço não poderia existir sem algum grau de estabilidade, aliás, “os elementos (dispõem) de uma inércia, pela qual eles podem permanecer nos seus próprios lugares, enquanto, ao mesmo tempo, existem forças que buscam deslocá-los, ou penetrar neles” (SANTOS, 1986, p. 18). Essa inércia seria então a configuração ou organização do espaço geográfico, definida como “(...) o conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área”, isso significa que a ação das normas é “externa (...) ao movimento espontâneo”, uma vez que ela “existe, exatamente, para prolongar a vigência de uma dada função, de maneira a lhe atribuir uma continuidade e regularidade que seja favorável aos detentores do controle da organização” (idem, p. 13).

No segundo, terceiro e quarto capítulos aprofundaremos na discussão das continuidades favoráveis aos detentores do controle da organização, a propósito do conceito de hegemonia, central na definição que Harriet Friedmann (op. cit.) faz de Regime Alimentar. No entanto, cabe aqui mencionar que, quando enxergada numa escala global, a configuração espacial reproduz dinâmicas centro-periferia (mesmo na emaranhada geopolítica dos alimentos atual), as quais se traduzem em pacotes tecnológicos e combinações trabalho/capital específicos (SANTOS, 1997). Para abordar essas questões também se dialogará com outras importantes figuras dentro do marxismo, muito especialmente com David Harvey quem, a partir de Hanna Arendt e Rosa Luxemburgo, desenvolve a dimensão espacial do capitalismo, discutindo o papel de países ditos sub-desenvolvidos –como os da nossa região– no deslocamento espaço-temporal de capitais transnacionais.

Ainda, deve salientar-se que, embora o agronegócio seja uma força determinante na configuração do espaço agrário latino-americano, as formas que dele emanam –plantações de soja, estufas de floricultura, silos, portos, etc.–, não são unívocas, lembrando que sob a

perspectiva dialética “(...) os objetos são de fato relações; essas relações estão em fluxo, sofrendo transformações temporais que os reconfiguram como elementos de um sistema vivo” (BHATTACHARYA, 2017, p. 104). O movimento –resultado do confronto entre as economias capitalista e camponesa–, está marcado pelas crises, as quais são inerentes ao esquema da acumulação ampliada, pois, “enquanto sistema orgânico, o modo de produção capitalista deve ser capaz de reproduzir-se no tempo e no espaço” (idem. p. 108).

Por isso, outra importante questão dentro da análise dialética é o conceito de reprodução, o qual, conforme McNally, é o ponto de culminação “(...) no modelo teleológico da vida de Hegel (...). Pode haver pouca dúvida acerca de essa hipótese hegeliana ser o alicerce do conceito de reprodução (ampliada) de capital de Marx” (BHATTACHARYA, 2017, p. 108). Um dos mais interessantes matizes que adquiriu essa questão nas últimas décadas, é a leitura feminista, “(que) começou a desdobrar uma abordagem distintiva sobre como as donas de casa da classe trabalhadora reproduzem a mercadoria essencial em torno da qual gira o capitalismo –a força de trabalho”, dessa maneira, “ao invés de focar exclusivamente na reprodução de capital, se interrogaram pela reprodução da classe trabalhadora, ocupando-se das dinâmicas de gênero através das quais a força de trabalho se reproduz diária e geracionalmente” (idem.).

Na perspectiva de Hegel, permeada como está pela metáfora da vida, é a reprodução a que garante a renovação do ciclo vital, “ainda, é o organismo como um todo que deve se reproduzir, pois o que vive é o organismo total, seja ele biológico ou social. Cada um dos órgãos vive apenas através da reprodução de todo o organismo” (BHATTACHARYA, 2017, p. 105). É devido a essa interdependência que o todo e a parte são indissociáveis, analiticamente fracionáveis, mas levando sempre em consideração a unicidade essencial, ponto de partida da teoria da reprodução social, a qual:

[...] é uma metodologia para analisar o trabalho e a força de trabalho sob o capitalismo e se adequa melhor para oferecer um mapeio rico e policromático do capital enquanto relação social; além disso, [...] é uma metodologia que privilegia os processos, ou, em palavras de Lukács, que acredita que ‘as tendências históricas constituem uma realidade maior que os ‘fatos’ empíricos’ [BHATTACHARYA, 2017, p. 4-5]

Nesse mapeio se analisam os espaços produtivo e reprodutivo dentro da totalidade da sociedade capitalista, buscando descrever suas particularidades, mas também suas inter-relações, sendo essa a principal fortaleza da teoria da reprodução social, que entende a economia de uma maneira integradora.

Com relação ao anterior, Santos (1986, p. 15) anota que a totalidade espacial “(...) somente pode ser apreendida se separarmos analiticamente, o que aparece como caracteristicamente formal do seu conteúdo social (...)”, máxima que, quando traduzida ao objetivo aqui traçado, nos lembra a pertinência e necessidade de identificar as diferenças entre

os espaços da produção e da reprodução social, os quais, como veremos no seguinte capítulo, estão formalmente separados, mas essencialmente integrados. Nesse exercício é preciso calibrar as lentes da análise de acordo com os preceitos da pesquisa dialética, mas tendo também a suficiente abertura para se auxiliar de outras ferramentas, desde que se mantenha uma coerência conceitual.

Por isso, entendemos a pesquisa como um exercício multi-escalar e com diferentes níveis de abstração, que exige em cada momento o uso de ferramentas metodológicas pertinentes. Nesse sentido, da mesma maneira em que no momento da ascensão dialética deve analisar-se os processos à luz de um marco teórico adequado, o trabalho de confrontação com a realidade deve realizar-se de forma sistemática e coerente. É nesse sentido que tínhamos proposto a conformação de dois grupos focais com camponesas dos quatro municípios pertencentes às duas regiões identificadas, buscando explorar as dinâmicas do agronegócio junto com elas, por meio de algumas técnicas da pesquisa qualitativa –especificamente a cartografia social– que ajudam no registro e processamento da informação construída durante estas jornadas.

Essa combinação de metodologias remete à discussão sobre o ecletismo, por isso, aqui também cabe indicar que a mesma só poderia prejudicar a pesquisa se não for abordada sob um corpo teórico e adequado; na presente pesquisa entendemos que a teoria da reprodução social permite manter a coerência conceitual entre as escalas doméstica e global, numa perspectiva marxista. Assim, entende-se a cartografia social como a ferramenta mais propícia para traçar uma panorâmica dos processos sociais, para que os indivíduos possam contemplar-se dentro da totalidade, sem que essa totalidade seja vista de maneira global e abstrata, senão à escala das pessoas comuns, entendendo como a própria experiência constitui a coletividade e se constrói a partir dela.⁴⁰

A cartografia social ajuda a trazer luz sobre as mais complexas dinâmicas que se tecem nos territórios, permitindo desemaranhá-las pela identificação dos agentes, processos e formas geográficas, bem com as múltiplas inter-relações entre esses elementos. Se trata aqui de fazer “mapeios” coletivos, não se produzem “mapas” no sentido estrito do termo, senão instrumentos gráficos que ajudam a dilucidar os processos sociais, podendo partir-se mesmo de mapas ou croquis, os quais são intervindos pelas pessoas que participam na análise, como exercício horizontal e plural. O principal objetivo é identificar agentes, estruturas, linhas de tempo e traçar

⁴⁰ Um referente obrigatório nesse tipo de exercícios é o coletivo argentino *Íconoclasistas*, em cujo site disponibilizam uma coletânea de mapas e dinâmicas que têm utilizado em seus próprios trabalhos de cartografia social: <https://iconoclasistas.net/>.

inter-relações, que são sistematizadas a través de diagramas e constelações, tentando ir além do simples diagnóstico, e contribuir às perspectivas de organização e resistência.

Como foi mencionado, sob a perspectiva da teoria da reprodução social podemos identificar dois espaços formalmente diferenciáveis dentro dos territórios da disputa entre o agronegócio e as agriculturas e economias camponesas: o da produção e o da reprodução, sendo esse o ponto de partida para explorar as estratégias de um e outro agente, ao traçar as inter-relações, rupturas e continuidades entre esses espaços, e como cada um desabrocha a partir do outro, no contínuo fluxo da forma/conteúdo. O recorte da pesquisa permite focar melhor, atingir um grau maior de detalhamento, tentando ver nessa pequena parte que representam ambos os grupos focais, o fractal das tensões da geopolítica dos alimentos, lembrando que “a abordagem materialista histórica (é) essencialmente um método de análise que se aplica a situações históricas concretas” (BHATTACHARYA, 2017, p. 20).

Não queremos encerrar essa secção sem antes esclarecer mais um pouco a discussão sobre os níveis de abstração e as escalas de análise, a qual consideramos vital dentro do método materialista histórico. Ambos os aspectos estão intrinsecamente vinculados; o primeiro deles tem a ver com a maneira em que se aborda o processo social em questão, seja quando da ascensão dialética, ao separar analiticamente as partes que constituem o todo, ou no retorno explicativo, quando se tenta reconstruir a totalidade a partir das partes –como salientado especialmente por Santos e Dussel–, dependendo, portanto, do estágio da pesquisa. Já ao falarmos de escala de análise estamos nos referindo à calibragem da nossa lente, quanto devemos abrir o diafragma e o obturador para focar adequadamente o assunto, ora para enxergá-lo panoramicamente, quando estamos tentando identificar as partes e as relações entre elas, ora mais de perto, quando nosso objetivo é ver como a totalidade se expressa em cada uma de suas partes.

Para entender melhor este ponto, Shanin (2017, p. 33; 191-195) aprofunda no caso da comuna camponesa russa (brevemente introduzido anteriormente), referindo-se à carta que Marx encaminhou a finais do ano 1877 ao conselho editorial do *Otiechéstvennie Zapiski* (Memorial da pátria), para questionar interpretações evolucionistas que alguns dos seus leitores (nesse caso, Mikhailovsky) tiraram de O Capital, a partir das quais tentavam justificar a ideia de que o desenvolvimento capitalista era unívoco e inevitável:

O capítulo da acumulação primitiva pretende nada mais que traçar o caminho pelo qual, **na Europa ocidental**, a ordem econômica capitalista emergiu da ordem econômica feudal [...] Agora, que aplicação à Rússia podia fazer meu crítico desse esboço histórico? [...] Ele insiste absolutamente em transformar meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, quaisquer que sejam as

circunstâncias históricas em que eles se encontrem, para chegar, ao fim, a essa formação econômica que garante a maior expansão das forças produtivas de trabalho social, assim como o mais completo desenvolvimento do ser humano [Carta de Marx, 1877, citada por SHANIN, 2017, p. 193-194; o grifo é nosso].

O centro do debate era o papel da comuna camponesa no conturbado clima político da Rússia pré e revolucionária, para alguns, um pesado fardo do moribundo feudalismo czarista, para outros, a vanguarda da nascente sociedade socialista.⁴¹ Como expressa Shanin (op. cit.), muitas das más interpretações da obra de Marx derivam de uma insuficiente compreensão do método dialético, não podendo ler as ideias dentro do seu contexto histórico/metodológico, quer dizer, no nível de abstração e a escala adequados –desde a mais abstrata abordagem do campesinato em *O Capital*, até os mais concretos posicionamentos sobre a conjuntura política que podem apreciar-se na sua obra epistolar.⁴²

Eduardo Archetti⁴³ faz referência a esse erro, a propósito do trilhado debate sobre a contraposição das teorias da diferenciação demográfica e a diferenciação social (ou pior, Chayanov versus Lênin/Kautsky), para ele, “quem contrapõem estas duas teorias (...) não veem que elas recortam diferentes aspectos de uma realidade muito complexa”, desconsiderando, além do mais, os contextos específicos aos que elas fazem referência –a dinâmica camponesa mais autêntica que se manifesta nas zonas afastadas, no primeiro caso, e as áreas onde a influência do mercado capitalista é maior, no segundo (CHAYANOV, 1974, p. 15). Contudo, na análise de Archetti, entende-se que a diferenciação demográfica é um caso particular da teoria da diferenciação social de Lênin (o caso dos chamados camponeses médios), e continuaria sujeita às dinâmicas da potencial transformação em proletariado rural e produtores ricos, posição que será discutida ao longo do documento.

Assim, o movimento de renovação epistemológica que há hoje dentro do marxismo tem significado uma maior aproximação ao âmago da dialética: a convicção no movimento perpetuo da vida e, conseqüentemente, dos conceitos que tentam abarcá-la, de maneira tal, “(...) quando as coisas e suas inter-relações são concebidas, não como algo fixo, senão cambiante, suas imagens mentais, as ideias, também estão sujeitas à mudança e a transformação, não estando encapsuladas em definições rígidas” (BHATTACHARYA, 2017, p. 104). A partir de todo o anteriormente falado, entendemos o estudo dos dois casos propostos não de maneira isolada,

⁴¹ Para aprofundar nessa questão ver Shanin (2017) e Sevilla e Guzmán (2013).

⁴² Aqui vale lembrar que Hegel usa as categorias abstrato e concreto de maneira diferente ao senso comum, o abstrato não significando etéreo por oposição ao concreto, senão como dois momentos de um processo interconectado, o abstrato é a semente do concreto, quando ainda não se sintetizaram as múltiplas determinações que integram o objeto na sua concretude. Que algo seja mais ou menos abstrato ou concreto sempre dependerá do ponto de vista, uma coisa é concreta em si mesma, mas pode ser abstrata quando considerada dentro de uma totalidade maior.

⁴³ Autor do Prefácio da edição argentina de “A organização da Unidade Econômica Camponesa” de Chayanov.

senão contextualizando-os como partes dentro da totalidade da geopolítica dos alimentos, sujeitas ao movimento dialético entre a forma e o conteúdo, como veremos nas próximas seções.

2.1. ÁRVORE GENEALÓGICA DA PESQUISA.

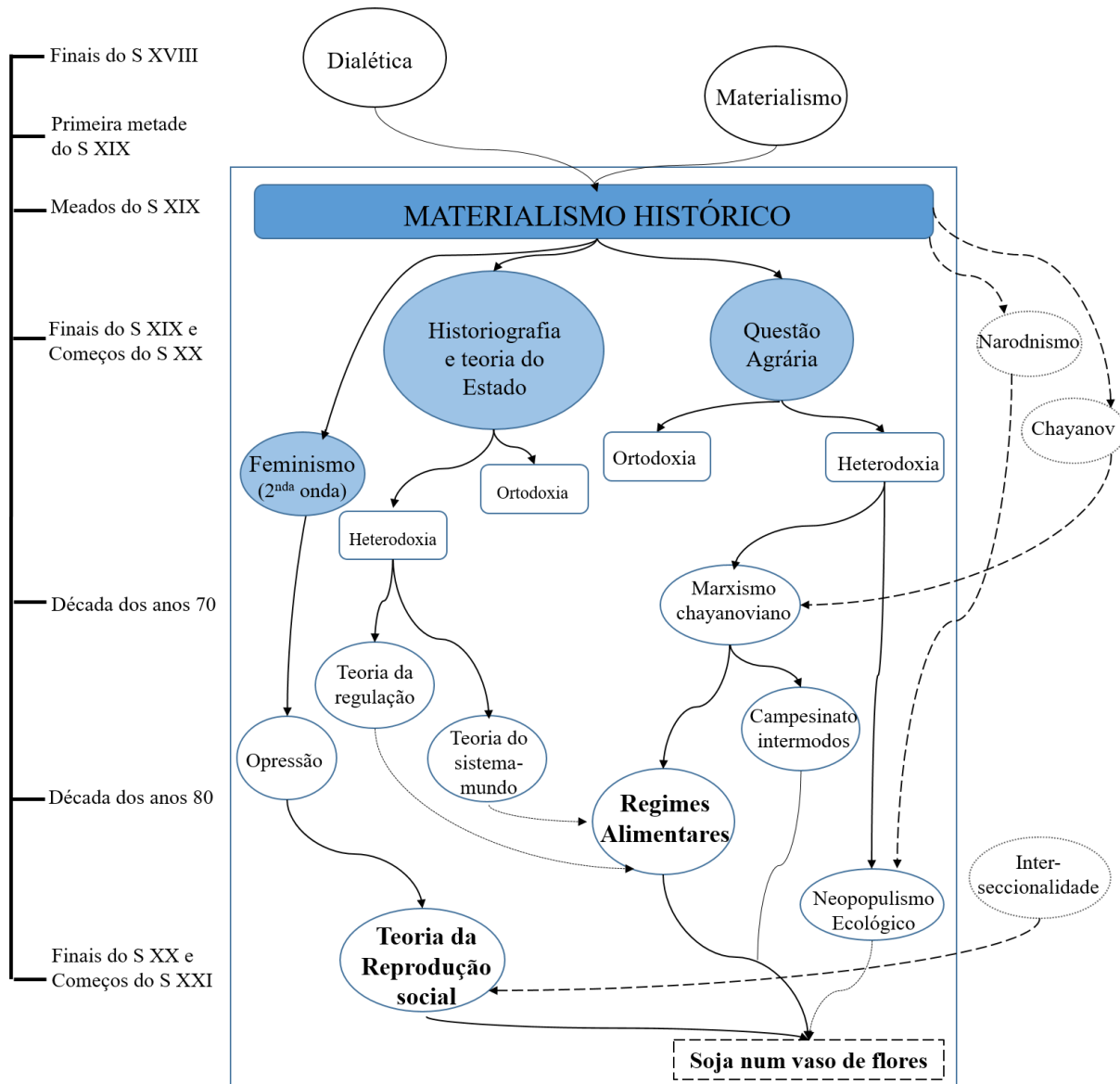
O trabalho humano –em suas diversas manifestações– é a base de todas as civilizações que têm se erigido na face da Terra, sendo, portanto, uma categoria medular dentro das ciências sociais, e base da teoria marxista. Só para ilustrar essa afirmação, vale lembrar que para Claude Raffestin (op. cit.) o poder “se enraíza” no trabalho, o que em última instância significa que é também crucial para entender a geopolítica e as dinâmicas territoriais. Enquanto produtor do espaço geográfico, o trabalho humano pode ser abordado de diversas maneiras, segundo seja o objetivo almejado, aqui quer-se explicitar as inter-relações entre divisão sexual e territorial do trabalho, como reflexo do papel dado a América Latina no sistema agroalimentar global, tendo como alicerce teórico algumas releituras marxistas da questão, especificamente a través dos conceitos de Regimes Alimentares e de reprodução social.

Uma das razões pelas quais se adoptou esse referente conceitual é a possibilidade de construir uma ponte inter-escalar, a qual conecta a família camponesa com o capital no marco da geopolítica dos alimentos, e pode ser adequadamente atravessada pela questão do trabalho feminino, conformando assim um complemento perfeito entre ambos os conceitos. Como foi mencionado, enquanto a abordagem dos Regimes Alimentares permite enxergar a questão agrária numa escala global e uma perspectiva temporal ampla, a teoria da reprodução social propicia uma análise integradora da produção de mercadorias e a esfera doméstica, sem menoscabo da heterogeneidade social e a complexidade das relações extra econômicas. Se apresentarão os pontos mais significativos dentro de ambos os corpos teóricos, tentando esboçar sua origem, o contexto em que surgiram e suas elaborações ao dia de hoje.

Conscientes de que o marxismo –ou melhor, sua ortodoxia– tende a uma leitura economicista da realidade, também estabelecemos diálogos com autoras e autores cujas abordagens podem oferecer novas perspectivas a esse corpo teórico, principalmente desde correntes como a agroecologia e os estudos feministas. Neste último caso, há autoras materialistas dialéticas, como Helena Hirata e Danièle Kergoat, que oferecem explicações próximas, mas não circunscritas, à teoria da reprodução social, bem como há outras cujas filiações teóricas são menos estritas, sendo especialmente relevante a contribuição de Carmen Deer e Magdalena León, que têm estudado a questão agrária latino-americana em clave de gênero; no tocante à agroecologia, adoptaremos a visão da importância ecológica do

campesinato, presente em Eduardo Sevilla e Manuel González (herdeiros do anarquismo agrário), e Víctor Toledo.

Imagem 3. Árvore genealógica da pesquisa



Elaboração própria, a partir de McMichael (2009), Bernstein (2015), Sevilla e González (2013), Bhattacharya (2017), Winders e Smith (2018), e Bernstein, Friedmann e outros (2018).

Na imagem 3, “árvore genealógica da pesquisa”, tenta-se resumir o referencial teórico e conceitual. Na lateral está representada a linha do tempo, começando na última década do século XVIII, com as contribuições de Georg Hegel, quem resgata e reintroduz a dialética dentro do pensamento ocidental, na sequência, na primeira metade do século XIX, ilustra-se a emergência do materialismo de Ludwig Feuerbach; a partir dessas duas influências surge o materialismo histórico, cujo contexto teórico e político data de meados do século XIX. O desenvolvimento do materialismo histórico é representado pelo retângulo azul, o qual contém

algumas das discussões e teorias que têm desabrochado a partir das obras de Marx e Engels, e que conservam uma coerência conceitual com elas, sem que isso implique a defesa de verdades inquestionáveis.

As caixas de diálogo simbolizam teorias e correntes conceituais, aquelas dentro do retângulo azul são derivações do marxismo, por fora dele encontramos as origens do materialismo histórico (a dialética e o materialismo), e três correntes que, apesar de não serem estritamente marxistas, foram influenciadas por e/ou tiveram influência sobre o marxismo (o narodnismo, Chayanov e a interseccionalidade). A posição e o tamanho das caixas de diálogo buscam representar o peso relativo e grau de aderência de uma teoria ou corrente dentro do marxismo, quer dizer, enquanto maiores e mais próximas do centro estiverem, maior será o número de teóricos discutindo-as e sua aceitação pela ortodoxia. Vale salientar que nem as caixas de diálogo nem a linha de tempo têm escala, analogamente com as setas que inter-relacionam as teorias, sua grossura representa quão influente é uma sobre a outra, e o traço, contínuo ou descontínuo, representa se essa influência é endógena ou externa, respectivamente.

2.1.1 Chayanov e a divisão do trabalho na unidade camponesa de produção-consumo

Embora na atualidade haja um chamado pela integração de correntes dentro dos estudos do campesinato (BERNSTEIN, FRIEDMANN E OUTROS, 2018), quer traçar-se –com fins meramente expositivos– a árvore genealógica da presente pesquisa, cuja raiz epistemológica é o pensamento dialético, sendo sua derivação materialista histórica o tronco teórico; a partir desse ponto tem se adoptado uma das ramas heterodoxas da questão agrária, que Sevilla e González (2013) denominam “marxismo chayanoviano”, precisamente por defender a particularidade da economia camponesa, como sistema de organização produtiva coerente e oposto à lógica da acumulação capitalista (de acordo com os pressupostos desenvolvidos por Chayanov, 1974). Nesta corrente se inscrevem as análises de Teodor Shanin e Harriet Friedmann, duas das referências mais importantes neste documento (ver imagem 3).

Tradicionalmente tem se defendido a existência de duas vertentes principais dentro da abordagem marxista, de um lado, a mais ortodoxa, à qual pertenceria o mestre historiador Eric Hobsbawm, quem declarou que o século XX seria o da morte definitiva do campesinato, entendido como uma anomalia pré-capitalista, e, portanto, condenado a desaparecer por um processo de diferenciação social entre pequena burguesia e proletariado agrário, em decorrência da integração desigual da agricultura camponesa com a indústria. O embasamento dessa tese, sistematizada por Vladimir Lênin e Karl Kautsky (op. cit.), se encontra no livro I de O Capital, quando Marx trata o processo de industrialização da Inglaterra e da Irlanda, e no III, com relação

à renda diferencial. Dentre os autores contemporâneos, pode destacar-se a Henry Bernstein (op. cit.) nesta vertente.

Do outro lado, há leituras que entendem o campesinato como um agente com especificidades sociais e econômicas que têm garantido sua reprodução dentro de diferentes modos de produção. A principal fonte teórica dessa corrente é Alexander Chayanov (1974), quem analisa a morfologia interna da unidade de produção camponesa, concluindo que a organização familiar do trabalho obedece a uma lógica econômica própria e divergente da capitalista, pois não procura o lucro individual, senão o do núcleo familiar como um todo; isso sem desconsiderar as dinâmicas complexas que a economia camponesa tece com seu meio histórico em geral, e com o capital em particular:

Resulta evidente que para cada sistema econômico, e incluso para cada fase de seu desenvolvimento, há grandes variações no papel que desempenham as unidades econômicas camponesas na economia nacional, na inter-relação de estas com outros tipos de unidades econômicas, assim como nas inter-relações na luta do campesinato como classe com outras classes coexistentes e, por fim, no modo em que aquelas participam na distribuição da renda nacional. Não obstante, o modelo organizativo da célula básica, a unidade de exploração agrícola familiar, permanecerá idêntico, pois as mudanças se referem sempre a traços particulares, adaptando-se às circunstâncias da economia nacional enquanto a unidade camponesa exista como tal, claro está, e não tenha começado a ser reconstruída conforme outras formas organizativas. Essa é a gênese e a essência da nossa teoria da unidade camponesa entendida como uma das formas de organização das empresas econômicas privadas [CHAYANOV, 1997, p. 33-34]

Nesse cenário, a unidade de análise é o sítio familiar de produção-consumo,⁴⁴ que é definido por Chayanov (1974, p. 337) como a “unidade explorada por uma família sem força de trabalho assalariada, e que às vezes se ocupa de ofícios rurais não agrícolas”, sendo sua principal característica que, “ao não existir a categoria salário, é inaplicável a análise em função de categorias capitalistas normais. Além disso, a motivação deste tipo de unidade não é o lucro senão o balanço trabalho-consumo”. Esse último conceito, por sua vez, constitui o cerne da teoria de Chayanov (1974, p. 333), que o define como “o cálculo, não necessariamente explícito ou consciente, que estabelece o equilíbrio econômico básico entre a *fadiga do trabalho* e a *satisfação das necessidades* (dos membros da família)”.

Esses atributos são a base da tese de que o campesinato é um agente inter-modos, e a razão para que, apesar de todos os prognósticos em contra, continue trabalhando e habitando em diversos territórios, reproduzindo relações de produção mais horizontais, através da chamada equação braços-bocas, o balanço entre a força de trabalho disponível na família e suas

⁴⁴ Os termos unidade de produção familiar, unidade de produção camponesa, sítio camponês, estabelecimento familiar, são utilizados como sinônimo neste trabalho, por isso, é importante salientar que o sentido será sempre o de uma unidade camponesa de produção-consumo, cuja base é o trabalho familiar e que funciona sob o pressuposto teórico de Chayanov (balanço braços-bocas/fadiga-consumo).

necessidades de consumo, variáveis que dependem da composição e o tamanho da família. Por isso, as dinâmicas demográficas (crescimento vegetativo, idade média, condições socioculturais, etc.), são centrais nessa análise, “cada família, de acordo a sua idade, constitui em suas diferentes fases uma estrutura de trabalho, a intensidade e demanda de suas necessidades, a relação consumidor-trabalhador e a possibilidade de aplicar os princípios da cooperação complexa” (CHAYANOV, 1974, p. 55-56).

Para Chayanov, as necessidades de consumo da família camponesa tendem a conservar-se no tempo, sobretudo no caso da dieta, premissa que não se ajusta muito ao mundo contemporâneo e que, por conseguinte, deve ser questionada, a propósito incluso da leitura de Marx, que já no século XIX vislumbrava o consumismo como uma das derivações do *fetichismo da mercadoria*; no entanto, é válido dizer que no espaço rural os padrões de consumo continuam sendo *relativamente* mais estáveis do que os do espaço urbano, aspecto que se conjuga com a lógica produtiva do sítio camponês (balanço braços-bocas/fadiga-consumo), determinando o limite da produção de uma maneira autêntica e divergente da lógica capitalista:

[...] o trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores econômicos internos da sua exploração, isto é, diminui a auto-exploração da sua capacidade de trabalho. Satisfaz as exigências da família de maneira mais completa despendendo menos trabalho e diminuindo, portanto, globalmente, a intensidade técnica da sua atividade econômica [CHAYANOV, 1981, p. 485].

Essa forma organizativa da unidade camponesa é um caso particular do que Chayanov (1981) denomina sistemas econômicos não capitalistas, que são aqueles que operam sob uma lógica diferente à maximização do lucro, sendo a agricultura camponesa paradigmática; porém, há uma diversidade de agriculturas não capitalistas –indígenas, quilombolas, ribeirinhas, etc.–, cujo traço distintivo é se assentarem no trabalho da família e da rede comunitária à qual pertencem, e se reproduzirem principalmente dentro dos circuitos de produção de valores de uso, a pesar da obrigada vinculação com os circuitos de acumulação. Como veremos também no quarto capítulo, a partir de Chayanov há uma ampliação no significado de categorias centrais da análise marxista, como trabalhador e remuneração do trabalho.

Essa abordagem foi construída dentro da chamada “Escola para a análise da produção e organização camponesas” –para abreviar, a *Escola*–, herdeira da tradição russa de manter uma detalhada base estadística do espaço rural (tamanho e composição da unidade de produção, organização familiar, atividades agrícolas e extra-agrícolas, padrões de consumo, etc.).⁴⁵ Com

⁴⁵ A escola de agronomia e economia agrária é pré-revolucionária, data das reformas de Alexander II que, numa tentativa por imitar a modernização da Europa ocidental, tentou impulsionar medidas como a abolição da servidão, essas reformas não conseguiram dar conta da complexidade do império russo, assim, na prática endividou uma importante parcela dos camponeses e deveio nas insurreições de 1905 e 1917, ver Archetti (1974). O que nos

relação ao anterior, poderiam surgir perguntas sobre a pertinência de se auxiliar em teóricos pertencentes a um contexto tão alheio quanto a Rússia de começos do século passado, em palavras de Shanin:

[...] uma das peculiaridades da Rússia era sua combinação de um campesinato massivo e um sofisticado sistema universitário. Europa ocidental e os Estados Unidos tinham universidades bem desenvolvidas, porém, já não havia uma presença massiva do campesinato, enquanto nas “sociedades em desenvolvimento” havia um campesinato massivo mas um sistema universitário limitado. Isso explica em parte por que os estudos sobre os camponeses floresceram na Rússia imperial e na década dos anos 1920s [BERNSTEIN; FRIEDMANN, E OUTROS; 2018, p. 691].

Daí a riqueza desses debates que, ainda hoje, continuam a contribuir nos estudos do campesinato e da questão agroalimentar. Nesse mesmo sentido, Eduardo Archetti, autor do Prefácio da edição argentina de “A organização da Unidade Econômica Camponesa” de Chayanov,⁴⁶ salienta:

[...] poderia dizer-se que o fato de que a Rússia dessa época fosse um país com oitenta e cinco por cento da população no campo, que o modo de produção predominante nas zonas rurais fosse o camponês mercantil simples, que a economia dependesse do seu setor externo agrícola, que em seu seio se desenvolvessem escolas de pensamento dissimiles mas todas elas concentradas no problema agrário, e que dispuseram de um vasto material estatístico eram condições mais que suficientes para a produção de conhecimento substantivo sobre a situação social e econômica e sobre o comportamento político do campesinato. Quando se volta à polêmica entre populistas e marxistas, ou quando se lê Chayanov, tem-se a impressão de que muita da literatura posterior sobre camponeses [...] é simples repetição de algo que tinha sido dito antes com mais paixão [CHAYANOV, 1974, p. 9].

A partir daí é possível introduzir um debate que será desenvolvido alguns parágrafos mais adiante, o qual tem a ver com a complexa natureza do campesinato que, embora possua traços distintivos e identificáveis nas mais longínquas latitudes, é um grupo diverso e muito dinâmico. A esse respeito, Jan Douwe Van Der Ploeg, outro representante do marxismo chayanoviano, lembra a máxima de Shanin de que os camponeses existem como um processo, “(...) eles estão em constante fluxo, com dinâmicas contraditórias, porém, frequentemente combinadas (como camponesação e descamponesação) (...). Há uma irrefutável heterogeneidade. O contexto em que opera o campesinato está sujeito a câmbios estruturais” (BERNSTEIN; FRIEDMANN, e outros; 2018, p. 694).

Essa peculiaridade do campesinato é um dos preceitos fundadores da *Escola*, a qual defendia que as economias capitalista e camponesa são incotejáveis, pois a última não pode determinar os custos de produção na medida em que nela não há fluxos de salário, conseqüentemente, não haveria um equivalente entre o lucro capitalista e o benefício que a

importa nesse momento, é que uma das estratégias traçadas pelo czar no seu afã “modernizador” foi levar uma base estadística de todo o território e suas dinâmicas sociais, a partir da qual se desenvolveram os debates que deram origem à Escola para a análise da produção e organização camponesas.

⁴⁶ ARCHETTI, Eduardo. Prefácio. Em: CHAYANOV, A. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, p. 7-21.

unidade de produção familiar obtém pelo trabalho de seus membros. Para Archetti, a lógica trabalho-consumo não está muito longe da análise marxista (no livro III de O Capital), especificando que “(...) tanto para Chayanov quanto para Marx é possível falar em (...) economia camponesa só quando o campesinato se apropria integralmente do produto da terra em que trabalha” (CHAYANOV, 1974, p. 11). Claramente essa não é a situação na América Latina, mas, implica isso a morte do campesinato como sujeito histórico e categoria de análise?

Com relação à condição de apropriação do trabalho por parte do campesinato, sublinhada por Marx e Chayanov, vale lembrar o debate sobre as escalas de análise e os níveis de abstração, pois essa afirmação poderia levar a enganos, se não soubéssemos interpretá-la dentro do seu contexto, entendendo que faz parte de modelos de análise determinados, os quais tentam simplificar a realidade no intuito de poder apreendê-la de maneira ordenada:

[O] que são os camponeses, conceitualmente falando? Voltando, uma vez mais, aos princípios epistemológicos, os conceitos, as generalizações e os modelos não são a realidade, que é, de fato, infinitamente mais rica. Isso torna sem sentido uma pergunta genérica, tal como: Os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe?, pois esses conceitos não são mutuamente excludentes, nem intercambiáveis; as luzes que trazem podem ser tomadas. Os conceitos são instrumentos de análise; sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade. Nenhuma dessas conceituações pode ser total, exceto aquelas que são tautológicas e/ou triviais.

Consequentemente, também é importante levar sempre em consideração a diferença entre o campesinato enquanto conceito e enquanto grupo social complexo, sabendo transitar entre uma e outra acepção, à luz do materialismo dialético, assim:

[...] tal afirmação não constitui defesa de um ecletismo de princípios, pois a hierarquia de importância é central e pressuposta, e diferentes conceitos mostram diferentes medidas de esclarecimento (ou nenhuma que seja), especialmente quando a pergunta está determinada. São, portanto, a maneira de utilizar o conceito e seus resultados heurísticos o que é central em nosso caso, isto é, a discussão sobre um debate atual dentro de um quadro de referência de análise claramente marxista [SHANIN, 2005, p. 15].

Por isso é possível estabelecer diálogos entre correntes aparentemente discordantes; neste caso, apesar da difundida ideia de que se trata de teorias contraditórias, o próprio Chayanov explicita suas dívidas com o marxismo –por exemplo na questão da renda sob uma produção camponesa parcelar–, se bem, enquadra seu trabalho na escola austríaca de utilidade marginal, salientando, isso sim, que a diferença dela, seu propósito não é “(...) derivar de avaliações subjetivas da utilidade dos objetos *um sistema completo* de economia nacional. (O qual teria sido) seu principal erro” (1974, p. 260, cursiva no original).

Diversos autores (dentre eles Archetti e Friedmann), desenvolvem esse ponto de convergência, que pode ser identificado no terceiro livro de O Capital, quando se expressa que a especificidade da economia camponesa se dá, precisamente, pelo fato do limite da produção

estar determinado não pelo lucro médio (por não se tratar de um produtor capitalista senão de um camponês parcelário –um “pequeno capitalista”–), nem pela geração de renda da terra (já que tampouco se trata de um latifundiário). O que diferenciaria a ambos os autores seria a resposta ao porquê dessa particularidade, a qual, por sua vez, obedece à perspectiva adotada por cada um deles, para Marx, uma derivação da questão macroeconômica da formação do salário e da renda, para Chayanov, uma atribuição subjetiva correspondente com a morfologia interna da unidade de produção-consumo.

Archetti e Friedmann (1986, 1987, 1993) chegam à mesma conclusão, partindo de diferentes vias: ambos enquadram a economia camponesa dentro dos princípios da circulação simples de mercadorias M-D-M, “metabolismo do trabalho social”, na qual “(...) a primeira metamorfose de uma mercadoria, sua conversão da forma-mercadoria em dinheiro, é sempre, ao mesmo tempo, uma segunda metamorfose contrária de outra mercadoria, sua reconversão de forma-dinheiro em mercadoria” (MARX, 2011, p. 248), nesse caso, o fim da produção situa-se por fora do processo de acumulação de capital, no horizonte dos valores de uso. Friedmann desenvolve mais essa ideia, desentranhando as tensões e contradições dentro da produção simples de mercadorias no âmbito familiar, suas inter-relações com o capitalismo e as dinâmicas da acumulação.

O ponto de partida da autora é que a produção agrícola familiar possui duas características na sociedade capitalista: a combinação de propriedade e trabalho –que por sua vez é uma derivação da circulação simples de mercadorias–, e a unidade de produção-consumo, ela salienta que ambas as características têm sido abordadas de maneira isolada (eis a clivagem entre as teorias da diferenciação social e demográfica, por exemplo), sendo sua proposta relacioná-las entre si e com o capitalismo (FRIEDMANN, 1987). Vale lembrar que “só sob o capitalismo a combinação entre propriedade e trabalho é *contraditória*”, uma vez que ele próprio está alicerçado na separação entre força de trabalho e meios de produção, portanto, ao falarmos de economia e agricultura camponesas nos deparamos com uma figura *sui generis* dentro da divisão capitalista do trabalho (idem, p. 249, cursiva no original).

Como veremos no seguinte capítulo, há uma forte correlação entre a consolidação do capitalismo no século XIX e o fluxo de famílias de colonos camponeses que se assentaram em regiões como o Cone Sul latino-americano (no marco do primeiro regime alimentar), processo que possibilitou a proletarização –notadamente na Inglaterra–, pelo estabelecimento de um mercado para os alimentos da cesta básica. Friedmann é taxativa a respeito da superfluidade dos debates sobre se a economia camponesa é ou não um modo de produção, ao invés, opta por

uma solução um tanto pragmática, ao referir-se a ela como uma “empresa dentro dos ramos da economia capitalista”, salientando, isso sim, sua peculiaridade; destarte:

Precisamos de um conceito para analisar a inesperada situação em que trabalhadores-proprietários têm predominado, por um século e de maneira notória, num ramo da produção capitalista de alimentos básicos. Os sítios familiares comerciais carecem de duas das características distintivas das empresas capitalistas: seu trabalho não é social, no sentido em que não está monetizado através dos mercados de trabalho; e o lucro é csubjetivo, pois não pode ser diferenciado estruturalmente de outros componentes do retorno total da empresa, o que previne qualquer tendência à igualação das taxas de lucro [FRIEDMANN, 1987, p. 248].

À vista disso, propõe o conceito de produção simples de mercadoria para enquadrar o sítio familiar. Antes de passar ao seguinte ponto, vale precisar por que, de acordo com a teoria marxista do valor, a produção simples de mercadorias —e consequentemente a economia camponesa—, não atinge os pré-requisitos para ser qualificada como um *modo* de produção, que na sua definição mais clássica faz referência a um período historicamente determinado “(...) que compreende a unidade das forças produtivas e de suas correspondentes relações de produção”;⁴⁷ por isso, Friedmann a denomina uma *forma* de produção, “quer dizer, que ela deve especificar-se simultaneamente a través das relações externas com a mais ampla sociedade capitalista, e a través do processo interno de trabalho”, no mundo contemporâneo, a conjugação simultânea das relações econômicas camponesas e do capitalismo (FRIEDMANN, 1987, p. 248).

Isto posto, a autora começa a explorar as relações dialéticas entre sítios familiares, o sistema estatal e o capital, através do conceito de Regimes Alimentares que, como foi mencionado, é basilar nesta pesquisa e, portanto, será discutido ao longo do documento, especialmente com relação à contradição entre agronegócio e agricultura e economia camponesas, sem que isso implique negligenciar o conflito dentro da mesma unidade familiar. Friedmann (1986) aprofunda nas peculiaridades de uma produção mercantil simples baseada na parentela, sublinhando as tensões entre cooperação e dominação que emergem a partir da contradição entre trabalho e propriedade, e da reprodução de relações patriarcais; lembremos que aquela contradição é uma consequência direta do capitalismo, e se evidencia na divisão territorial do trabalho agrícola, enquanto o segundo ponto pode ser melhor desenvolvido em conjugação com a teoria da reprodução social.

Archetti também aprofunda nas características da unidade familiar de produção-consumo, porém, focando sua análise na lógica econômica do campesinato, a partir de assuntos tão relevantes quanto a determinação do limite da produção, a acumulação de capital,

⁴⁷ “Dicionário filosófico marxista”, de M. Rosental y P. Iudin, traduzido do russo ao castelhano por M. B. Dalmacio, e editado em Montevideu por Ediciones Pueblos Unidos (1946).

a introdução de tecnologia e a transferência do valor, mais uma vez, contrapondo a análise de Marx e a de Chayanov. Essas questões serão abordadas no terceiro capítulo, à medida que sejam rastreadas as origens e pontos de inflexão dos regimes alimentares na América Latina, porém, é importante introduzir aqui alguns aspectos imprescindíveis nessa discussão.

Começaremos com o ponto de convergência: o princípio de que a economia camponesa e a capitalista operam de maneira diferente, desdobrando-o minuciosamente, até começar a encontrar as divergências, ou aparentes divergências; pode parecer cansativo, mas aqui é bom ressaltar novamente a questão dos níveis de abstração e das escalas de análise, pois tendo em mente isso é possível entender que o propósito de Marx e o de Chayanov são diferentes, sem que isso signifique que sejam opostos; assim, o primeiro examina o assunto enquanto subsidiário do funcionamento da sociedade capitalista:

Para nossa exposição é, portanto, uma objeção irrelevante que se recorde que existiram **ou que existem ainda** outras formas de propriedade fundiária e de agricultura [...]. Para nós, a abordagem da moderna forma de propriedade fundiária é necessária porque, de modo geral, trata-se de considerar determinadas relações de produção e de intercâmbio que se originam do investimento do capital na economia agrícola. Sem isso, a análise desta não seria completa. Limitamos, portanto, exclusivamente ao investimento de capital na agricultura propriamente dita, ou seja, na produção dos principais produtos de origem vegetal, dos quais vive uma população. Podemos dizer trigo, porque este é o alimento básico dos povos modernos desenvolvidos capitalistamente [MARX, 1985, p. 123-124, o grifo é nosso].

Já Chayanov reconhece que sua análise é menos abrangente, nas suas palavras, “não cabe a nós o destino da unidade econômica camponesa, nem sua concepção econômica, histórica e nacional. Nossa tarefa é infinitamente mais modesta. Simplesmente aspiramos a compreender o que é a unidade econômica camponesa, de um ponto de vista organizativo” (CHAYANOV, 1974, p. 36). Cada um deparou-se com diferentes arestas da realidade, porque diferentes eram seus recortes e seu foco, é como se dois fotógrafos estivessem num mesmo sítio, um deles dedicado a tomar fotografias da paisagem em seu conjunto e o outro de um detalhe nessa paisagem, seria absurdo esperar que o trabalho de ambos produzisse a mesma imagem, como absurdo seria considerar que só uma das imagens resultantes fosse válida. Vale lembrar ainda que aqui fazemos referência a análise que Marx adotou em *O Capital*, onde o grau de abstração é maior, como tínhamos salientado na seção anterior.

Por isso, os dois autores oferecem explicações diferentes ao porquê do contraste entre as economias camponesa e capitalista —expressa na apropriação do mais-trabalho da primeira pela segunda—, num caso, tendo como referência a morfologia da unidade de produção familiar e a relação entre seus membros, e no outro, a transformação histórica do campesinato perante o desenvolvimento das forças produtivas do capital; daí se desprende que, enquanto nos

prognósticos teóricos de Chayanov o limite da produção camponesa –a satisfação de necessidades que tendem a conservar-se no tempo– não é ultrapassado, Marx defenda tanto o dinamismo das necessidades culturais sob o regime capitalista, quanto a possibilidade de que o produtor camponês utilize os excedentes gerados de diversas formas. Os dois processos puxam para seu lado, sendo um dos motores do movimento dialético no espaço rural latino-americano.

Em consequência, também a partir daí é resolvida a falsa oposição entre as teorias da diferenciação social e demográfica, cuja fonte seria a repercussão da renda diferencial no funcionamento da economia camponesa. De um lado, partindo de que, no caso da propriedade parcelária, o camponês não deve pagar a terceiros a renda pela terra que trabalha (da qual é proprietário, por definição), porém, quando da comercialização dos excedentes da produção, ele estará sujeito às mesmas condições que regem toda mercadoria, cujo preço médio é regulado no mercado, destaque:

[...] a renda diferencial, uma parte excedente do preço das mercadorias para as terras melhores ou mais bem situadas, precisa evidentemente existir aqui tanto quanto no modo de produção capitalista. Mesmo que essa forma ocorra em condições sociais onde nem sequer esteja desenvolvido qualquer preço geral de mercado, existe essa renda diferencial; ela aparece então no mais-produto excedente. Só que ela vai para o bolso do camponês, cujo trabalho se realiza sob condições naturais mais favoráveis [MARX, 1985, p. 260].

Essa possibilidade dos camponeses “cujo trabalho se realiza sob condições mais favoráveis” poder enfiar nos bolsos a renda diferencial, é a que abriria a porta para a diferenciação social entre camponeses ricos e pobres, e conseqüente decomposição do campesinato em pequena burguesia e proletariado rural. Do outro lado, enxergando a questão na escala doméstica:

[O] produto indivisível do trabalho não é sempre o mesmo para todas as explorações familiares. Haverá variações segundo a situação do mercado, a localização da exploração relativamente aos mercados, as disponibilidades em matéria de fatores de produção, a dimensão e a composição da família, a qualidade do solo, assim como todas as outras condições de produção próprias à exploração. Porém, como veremos mais adiante, o excedente obtido pela exploração devido a uma melhor localização, ou a disponibilidades relativamente melhores em matéria de fatores de produção, não é idêntico nem em gêneros nem em quantidade à renda ou ao juro do capital na economia capitalista [CHAYANOV, 1981, p. 482]

Uma vez que, conforme a teoria de Chayanov, o quesito mais importante para a família camponesa é determinar o grau certo de “auto-exploração”,⁴⁸ sendo esse o ponto de partida para tomar qualquer decisão acerca do rumo da produção, espera-se que perante uma vantagem, gerada pela renda diferencial ou de qualquer outra natureza, os produtores camponeses não

⁴⁸ Aqui cabe introduzir uma crítica que Maria de Nazareth Wanderley (2009) faz ao termo de auto-exploração camponesa, salientando que é o capital, por meio do mercado diferenciado, o que se apropria do sobre-trabalho camponês, sendo conseqüentemente seu explorador. Este assunto, que será desenvolvido no terceiro e quarto capítulos, será crucial para abordar as tensões entre as economias camponesa e capitalista.

reagirão no sentido da acumulação de capital, senão buscando satisfazer melhor e mais facilmente as necessidades da família (em concordância com a equação braços-bocas/fadiga-consumo).⁴⁹

Qual a teoria correta? Isso depende, pois, como vem sendo argumentado, ambos os teóricos abordam a questão com objetivos diferentes, podendo portanto ser complementários, como defendem Friedmann e Archetti. A respeito disso, Archetti argumenta que a teoria de Chayanov considera não só os aspectos “especificamente demográficos”, senão também a multiplicidade de fatores externos que “afetam a existência mesma” da unidade camponesa, mesmo sem aprofundar neles, dessa maneira, “(...) aproxima-se mais da análise marxista”, no sentido em que permite um estudo mais detalhado do movimento dialético entre a acumulação capitalista e as forças que se lhe opõem, enquanto “na tradição do pensamento marxista a influência do sistema económico global aparece como mais relevante para (explicá-las)” (CHAYANOV, 1974, p. 19).

Portanto, a análise global marxista e a doméstica chayanoviana, não deveriam ser vistas como uma sendo a refutação da outra, senão como duas arestas dentro de uma abordagem integradora. É assim como entendemos as respostas que cada uma delas oferece a uma questão central da presente pesquisa: a apropriação do trabalho excedente do campesinato pelo capital. Para Marx, o camponês transfere o mais-trabalho à sociedade porque não o contabiliza, aspecto que pode desalentar a acumulação de capital dentro da economia camponesa; para Chayanov, o camponês não acumula capital precisamente porque seu limite é a satisfação de suas necessidades, corolário da lógica econômica do campesinato, que de alguma forma adere a teoria marxista, embora não se detenha a desenvolver suas implicações. Sem intenciona-lo, cada teoria se ocupa de um aspecto que complementa a abordagem da outra.

Resumindo, tanto para Marx quanto para Chayanov a especificidade da economia camponesa resulta do fato do limite da produção não estar determinado pelo lucro médio, nem pela geração de renda da terra, o que diferenciaria a ambos os autores seria a resposta ao porquê dessa particularidade, a qual, por sua vez, obedece à perspectiva adotada por cada um deles: para o primeiro, um tópico auxiliar da questão macroeconômica da remuneração de capitalistas, latifundiários e trabalhadores, para o outro, a busca subjetiva do equilíbrio entre as necessidades de consumo da família e o desgaste de energia vital para satisfazê-las. Na tradição teórica da

⁴⁹ Sob essa mesma lógica se determinaria também o limite da aceitação da tecnologia dentro da unidade de produção-consumo, a partir do equilíbrio entre menor esforço e garantia de “pleno emprego” dos recursos de força de trabalho, ou seja, até que exista a ameaça de substituição da força de trabalho. No quarto capítulo retomaremos esta questão.

economia camponesa duas condições básicas são reconhecidas: trabalho familiar e não acumulação de capital, sob essa perspectiva, quando não cumprida a última condição entrar-se-ia no modelo *farmer*,⁵⁰ cuja dinâmica é descrita plenamente pela teoria da diferenciação social.

Contudo, uma vez que o conceito de campesinato não faz referência a uma unidade estática e fechada, se trata de abordá-lo de maneira dialética –enquanto sujeito histórico e abstração teórica–, como um movimento constante e rico em contradições, um “processo”. Nas últimas décadas está se reivindicando a contribuição de Chayanov, máxime quando o regime estalinista –dito marxista– foi o que o exiliou no *Gulag* e provocou sua morte prematura. Autores como Shanin (2017) e van der Ploeg (2014) salientam que na *perspectiva política* de Marx o campesinato tem protagonismo –pelo menos para o caso russo, como expresso na famosa carta a Vera Zasulich–, o que demonstra que a difundida imagem do saco de batatas deve ser interpretada dentro do seu contexto metodológico (de ascensão dialética), e não tomada como uma máxima do pensamento agrário marxista, erro que levou à incompreensão da proposta teórica de Chayanov.

O mesmo pode ser dito a respeito da economia capitalista, que tampouco é um fenômeno absoluto e acabado, ponto especialmente importante para analisar os processos sociais na América Latina, devido à forma em que o capitalismo se constitui na região –com a matriz colonial como traço inerente–, como apontava o grande marxista peruano, José Carlos Mariátegui (op. cit.). Essa premissa tem sido popularizada no Brasil por autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, quem resgata o conceito de desenvolvimento desigual e combinado, Maria de Nazareth Wanderley, a través da tese de que o campesinato consegue se reproduzir num espaço criado pelo próprio capitalismo, Bernardo Mançano Fernandes, quando se refere à mútua produção de territórios capitalistas e não capitalistas, ou Milton Santos, ao falar da “combinação de variáveis de idades diferentes” no espaço.

Em palavras do próprio Bernstein (2011, p. 70), estes debates “(...) exigem uma investigação empírica detalhada, uma pesquisa sensível à variação concreta –sem esquecer o postulado de Marx, de que o concreto... é a síntese de muitas determinações”, o ponto de partida deve ser, portanto, os campesinatos que emergiram dos processos históricos particulares do

⁵⁰ A via *farmer* se refere à organização da estrutura agrária cuja base são os estabelecimentos familiares de pequeno ou mediano porte, seja pela destruição de estruturas latifundiárias (sendo o caso emblemático as revoluções da Europa ocidental na passagem entre o feudalismo e o capitalismo), seja pelos fluxos de colonização de assentamento, como aqueles que se deram no marco do primeiro regime alimentar; o aspecto mais importante, é que esses estabelecimentos familiares conseguem se vincular à economia capitalista, sendo paradigmática a conformação de cooperativas de produção. Em contraposição está a via *junker* ou prussiana, que se refere à transformação dos latifúndios em empresas capitalistas sob a égide governamental, nesse sentido, diversos autores defendem que é o caso mais próximo à realidade da América Latina.

Brasil e da Colômbia, como se vêm afetados pelas transformações que a comoditização da agricultura tem trazido nos seus territórios, e quais as estratégias de adaptação adotadas nesses contextos. No caso da geopolítica dos alimentos e suas inter-relações com a divisão sexual do trabalho na América Latina, identificamos uma acentuada correlação entre *sojização* e masculinização nas plantações mecanizadas do Cone Sul, e entre *exotização* da agricultura e feminização do trabalho precarizado, na América Central, o Caribe e o norte sul-americano.

Como foi mencionado no capítulo anterior, não há dúvida acerca da pertinência do conceito de campesinato na Colômbia, porém, já no caso do Cone Sul a discussão é muito mais complexa e, apesar do conveniente que ela é –tanto no horizonte conceitual quanto no social e organizativo–, transborda o recorte proposto; assim, se aceite a utilização do conceito campesinato para falar dos agentes que habitam e trabalham no espaço rural gaúcho, vale salientar que –por ter-se conformado no marco do primeiro regime alimentar, a partir da espoliação das comunidades que ancestralmente ocuparam o território pampiano, posterior chegada de colonos europeus, e ulterior territorialização do agronegócio–, se trata de um agente muito vulnerável, que desde suas origens depende enormemente dos ditames do mercado mundial.

Para finalizar, cabe sublinhar que na atualidade há toda uma renovação epistêmica no estudo da agricultura e a alimentação, principalmente desde a Agroecologia e seus entrecruzamentos com as chamadas correntes subalternas e decoloniais, a partir dos quais tem surgido um campo fértil para o pensamento crítico latino-americano, cujas reflexões seria impertinente desconsiderar. No entanto, defendemos que a teoria marxista continua sendo uma ferramenta muito valiosa na análise das relações de produção, das quais se desabrocham a maioria dos conflitos da nossa sociedade, sendo especialmente útil na análise de fenômenos numa escala global, mesmo reconhecendo que essa poderosa lente deve ser calibrada quando o foco são questões mais ligadas à vida cotidiana, nas quais se escondem importantes reflexões, incluso para tentar responder as perguntas que convocaram essa pesquisa.

2.1.2 A abordagem dos Regimes Alimentares e a divisão territorial do trabalho agrícola

Em seu artigo de 1982, “*The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order*” (A economia política da comida: emergência e queda da ordem alimentar mundial do pós-guerra), Harriet Friedmann identificava o programa de ajuda alimentar dos Estados Unidos (*Food Aid*) como um arma geopolítica no contexto da Guerra

Fria, inaugurando assim a que seria uma fértil vertente da questão agrária;⁵¹ cinco anos depois (1987), a autora publicou um ensaio (*The Family farm and the international food regime*) na segunda edição do clássico livro de Shanin: “*Peasants and peasant societies*”,⁵² no qual atinge uma maior sistematização do conceito, porém, é no artigo que escreveu com Phillip McMichael, já referenciado em parágrafos anteriores, que este é apresentado formalmente, como:

[um conceito] que vincula as relações internacionais de produção e consumo alimentar com formas de acumulação, distinguindo períodos de transformação capitalista desde 1870 (Aglietta, 1979). Ele nos permite caracterizar o capitalismo de finais do século XIX como uma forma extensiva que constrói relações de produção capitalista a través do crescimento quantitativo do trabalho assalariado; e o capitalismo de meados do século XX como uma forma intensiva de reconstrução das relações de consumo e parte do processo de acumulação de capital, com consequências particulares para a produção agrícola [FRIEDMANN E MCMICHAEL, 1989, p. 95].

O propósito desse artigo é desvelar as inter-relações que a agricultura e o Estado-nação têm construído enquanto vectores da economia mundial capitalista. Os autores procuram dentro do marxismo correntes que auxiliem suas análises, especificamente na abordagem dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein, e na teoria da regulação de Michel Aglietta (MCMICHAEL, 2009; 2014); essa influência está representada na imagem 1.

A voz de Aglietta é especialmente audível, com o foco nos mecanismos utilizados pelo capitalismo para conter as forças sociais pela reprodução do *status quo*, e nas periodizações que podem ser identificadas a partir desses marcos regulatórios; em palavras de Friedmann (2009, p. 336):

Regime significa regulação, a existência de “regras” que os analistas podem inferir a través do comportamento consistente de agentes relevantes: Estados, empresas, corporações, movimentos sociais, consumidores e cientistas. As regras nesse sentido às vezes são difíceis de precisar, mas o esforço vale a pena. Na análise dos regimes alimentares, elas se relacionam tanto com a regulação estatal, às vezes indireta, quanto com a hegemonia. A definição gramsciana de hegemonia adaptada por Arrighi (1994)⁵³ inclui muito mais que a dominação monetária (e militar) de um Estado dentro de um sistema estatal historicamente específico.

O conceito de hegemonia de Giovanni Arrighi (op. cit.) está diretamente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo financeiro, introduzindo importantes discussões nas dimensões historiográfica e epistemológica, as quais serão abordadas na terceira secção.

Embora a análise de sistemas-mundo remonte o surgimento do capitalismo ao século XV, com a expansão colonial europeia, Friedmann situa sua análise dentro da história recente,

⁵¹ Bem White também referencia os artigos: *World Market, State, and Family Farm. Social Bases of Household Production in the era of Wage Labour (1978)*, e: *Household Production and the National Economy: Concepts for the Analysis of Agrarian Formations (1980)*, como precursores do conceito de regimes alimentares (BERNSTEIN; FRIEDMAN, e outros, 2018).

⁵² Há uma edição em castelhano, mas nela não aparece esse artigo de Friedmann, pois é uma tradução da edição original de 1971.

⁵³ ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times**. Londres, Verso, 1994. Existe tradução em português publicada pela editorial Contraponto.

de acordo com a periodização da escola francesa da regulação, “mudando (seu) foco dos Estados-nação ao sistema de estados, e da indústria à agricultura”. Conforme a autora, dessa maneira a abordagem dos regimes alimentares dotou a “(...) incipiente teoria de sistemas-mundo (com) um mapeio empírico das relações de classe e a especialização geográfica em relação a complexos de commodities historicamente específicos” (FRIEDMANN, 2009, p. 335). Como veremos mais adiante, a escolha desse recorte temporal tem suscitado algumas críticas dentro da comunidade acadêmica.

McMichael salienta que o conceito de Regimes Alimentares tem servido para problematizar as “representações lineares da modernização da agricultura”, e isso é possível precisamente pela sua lente histórica, que situa à agricultura dentro das contradições do capitalismo e aos alimentos como pivôs das crises dos regimes de acumulação numa escala global; portanto, esse conceito:

Complementa uma série de leituras sobre a economia política global que focam, convencionalmente, na indústria e as relações de poder da tecnologia como veículos de desenvolvimento e/ou supremacia [...] A diferença feita pela análise dos regimes alimentares é que ela prioriza a maneira em que as formas de acumulação do capital dentro da agricultura constituem arranjos de poder globais, expressos nos padrões de circulação dos alimentos [MCMICHAEL, 2009, p. 140].

Este corpo teórico permite estudar a questão agrária desde uma “perspectiva estruturada”, estabelecendo uma série de “(...) parâmetros para a análise histórica de relações espaciais contraditórias dentro da economia política de um sistema alimentar internacional (...)” (MCMICHAEL, 2009, p. 141).

A escala global é privilegiada, “ao especificar padrões de circulação dos alimentos na economia mundial se sublinha a dimensão agroalimentar da geopolítica, mas não se apela pelo tratamento integral das diferentes agriculturas ao redor do mundo” (MCMICHAEL, 2009, p. 140). Por isso, autores como David Goodman e Michael Watts (1994)⁵⁴ consideram que o conceito de Regimes Alimentares oferece uma mirada universalizante e economicista, que tende a desconsiderar as resistências que se constroem cotidianamente, de maneira local e anônima, equiparando agricultura e indústria a despeito das particularidades da primeira; porém, eles não souberam resgatar a importância e alcance da periodização proposta por Friedmann e McMichael, na análise dos desafios que as agriculturas locais enfrentam perante o avanço do agronegócio.⁵⁵

⁵⁴ GOODMAN, D; WATTS, M. Reconfiguring the rural or fording the divide? Capitalist restructuring and the global agro-food system. Em: **The Journal of Peasant Studies**, vol. 22, nº1, p. 1-49, 1994.

⁵⁵ Para aprofundar na origem, evolução e contribuições ao conceito de regimes alimentares, ver McMichael (2009).

Críticas como a mencionada trasladaram o foco de análise, das regras –explícitas e implícitas– ao carácter dialético dos Regimes Alimentares, a diversidade dos agentes em confrontação dentro de uma ordem dita hegemônica, fazendo com que Friedmann (2005, p. 229) prestara especial atenção aos períodos de transição e ao papel dos movimentos sociais como “motores da formação e crises dos regimes”. Isto incluso levou a que a autora renomeara os dois regimes identificados, para denotar “(...) o protagonismo dos trabalhadores e dos agricultores, respectivamente, na configuração dos regimes alimentares colonial-diaspórico e mercantil-industrial” (MCMICHAEL, 2009, p. 146). A propósito dos dois primeiros regimes, cabe introduzir uma clivagem entre Friedmann e McMichael em torno ao terceiro deles.

No centro desse debate está a questão da hegemonia, para a precursora do conceito, não se pode falar em “regime” quando não há um marco regulador, tal o caso da plêiade de forças em confronto que caracteriza a globalização neoliberal. O ponto de partida é o conceito de “regime internacional”, que se define como “um conjunto específico de relações, normas, instituições e regras (amiúde implícitas) em torno das quais convergem as expectativas de todos os agentes relevantes”, pressupõe-se então um certo grau de estabilidade, possível pelos “(...) aspectos ideológicos ou discursivos *implicitamente* compartilhados (...)”, o que não significa a carência de contradições senão sua naturalização, até o momento em que as forças sociais as façam explícitas, colocando o regime em xeque (FRIEDMANN, 2009, p. 335).

Assim, os momentos de transição se tornam centrais nesta abordagem, pois revelam o dinamismo social mesmo em cenários dados como hegemônicos; a autora define as transições como “(...) (períodos) de experimentação e réplica não resolvidas”, a partir dos quais se desabrocham “múltiplas possibilidades”, uma vez que “os conflitos nomeiam aspectos (...) previamente naturalizados dos velhos regimes alimentares, e oferecem marcos competentes para resolvê-los” (FRIEDMANN, 2009, p. 335). Partindo dessa base, Friedmann não emite um parecer conclusivo sobre se atualmente há um regime em formação ou uma inércia do anterior, salientando que “se não existe um conjunto identificável de tensões estabilizadas, a óptica dos regimes alimentares sugeriria outro período de transição, ou tal vez o fim dos ciclos de regimes” (idem).

Já McMichael (2009, p. 163) optou por uma visão mais operacional do conceito, diferenciando entre regimes alimentares como momento histórico –“períodos estáveis de acumulação e períodos de transição associados”–, e a “análise dos regimes alimentares para identificar relações e contradições nos processos capitalistas ao longo do tempo e o espaço”. Propõe então uma abordagem *complementária* entre ambas as acepções, defendendo a validade

do “(...) ‘regime alimentar’ não só como período histórico, ou conjunto de regras, senão como método de análise. (Sendo) as diversas representações de um ‘terceiro regime alimentar’ expressões da apropriação do regime alimentar como dispositivo analítico” (MCMICHAEL, 2009, p. 148).

Para distinguirmos entre ambas as acepções, propomos a seguinte notação: usaremos maiúscula inicial para falarmos do conceito de Regimes Alimentares, enquanto os períodos históricos serão identificados como regimes alimentares, em minúscula. Vale salientar ainda, que o conceito de Regimes alimentares em si possui acepções complementares, dependendo do nível de abstração e o foco da pesquisa, como podemos apreciar no quadro 1.

Quadro 1. Acepções complementares do conceito de Regimes Alimentares

Regimes alimentares	
Na forma	“(…) O conceito de regimes alimentares define uma ordem mundial capitalista, governada por regras que estruturam a produção e o consumo de alimentos em uma escala global” (FRIEDMANN, 1993, p. 30–31).
No conteúdo	“(…) O conceito de regimes alimentares refere-se à projeção do poder a través de circuitos alimentares, derivados de relações historicamente específicas de produção e acumulação de capital” (MCMICHAEL, 2014, p. 8).
Em abstrato	O conceito se refere à maneira em que o capitalismo organizou a agricultura, em função de suas necessidades de acumulação (fornecimento matérias primas e alimentos baratos); por isso, em palavras de Farshad Araghi trata-se “da face política das relações de valor histórico mundial” (apud. MCMICHAEL, 2014, p. 8).
Em concreto	“(…) Um regime alimentar representa uma conjuntura histórica mundial específica na qual as regras de governo definem uma relação de provisão de alimentos, governada por preços determinados no mercado mundial” (MCMICHAEL, 2014, p. 8).

Elaboração própria a partir de Friedmann e McMichael (op. cit.).

Bernstein (2015, p. 2, 13) vê nessa bifurcação o carácter mais “orientado às regras ou institucional” na perspectiva de Friedmann, e mais “definitivo e abarcador” na de McMichael. Este autor estuda a evolução do conceito, desde sua elaboração original, centrada no Estado e o capital, passando pela integração dos movimentos sociais e as contradições ecossistêmicas, até chegar à versão atual de McMichael (2014), quem afrouxa a precondição da hegemonia sob a mais pragmática noção de “projeto”, vinculando cada um dos regimes alimentares a um projeto específico do capital: o projeto colonial, o projeto desenvolvimentista, e o projeto da globalização, este último caracterizado “(...) pela resistência dos movimentos de agricultores cujo estandarte é a agroecologia” (BERNSTEIN, 2015, p. 3).

A partir daí McMichael nomeia ao atual momento como “regime alimentar corporativo”, Bernstein e Friedmann têm alguns receios frente essa leitura, no caso da segunda,

pelas tentativas do capital por incorporar as críticas dos movimentos sociais (sendo paradigmático o discurso do “capitalismo verde”), sem que isso tenha se traduzido numa mudança real. Ela apela à definição clássica do conceito (o conjunto de “relações de classe, especialização geográfica e poder interestatal” vinculado à produção e consumo alimentares e à acumulação capitalista), e se pergunta “se há ou não uma constelação suficientemente estável de relações agroalimentares para que os Estados, indivíduos, corporações, movimentos sociais e outros agentes, possam prever o resultado das ações” (FRIEDMANN, 2009, p. 335).

Num texto anterior (já referenciado), a autora apresentava uma perspectiva mais aberta à possibilidade de que um terceiro regime alimentar estivesse esboçando-se, nele afirma literalmente:

Um novo regime parece estar emergindo, não a partir dos esforços por restaurar elementos do passado, senão de um grupo de alianças e questões transversais que vinculam a comida e a agricultura a novos tópicos. Dentre os quais qualidade, segurança, diversidade biológica e cultural, propriedade intelectual, bem-estar animal, poluição ambiental, uso da energia, e desigualdades de gênero e raça (sic.). As mais importantes destas caem sob a categoria geral de meio ambiente [FRIEDMANN, 2005, p. 249].

Porém, entre esta apreciação e aquela mais cética transcorreram dois eventos transcendentais na geopolítica dos alimentos: de um lado, a crise alimentar de 2008, que chamou atenção para o fenômeno da comoditização da agricultura; do outro, os impasses na rodada de Doha, lembrando que ela surgiu precisamente para dar continuidade às negociações no ponto sobre comércio agrário, que não pôde ser pactuado no transcurso da rodada de Uruguai, evidenciando que o comércio alimentar continua sendo motivo de polêmicas, o que indica a ausência de um marco regulatório que consiga compatibilizar os interesses dos diversos agentes, e conseqüentemente, de um regime alimentar em sentido estrito.

Como foi mencionado, Bernstein defende a tese da diferenciação social, porém, reconhecendo quão apurados são seus diagnósticos sobre a abordagem dos Regimes Alimentares e a conjuntura agroalimentar, será um interlocutor constante de Friedmann e McMichael ao longo deste documento, mesmo discordando das conclusões que ele tira a partir desses diagnósticos. A continuação se apresentarão as mais importantes críticas ao conceito de Regimes Alimentares, bem como suas reelaborações, tendo como principais insumos as genealogias elaboradas por este autor (BERNSTEIN, 2015), por Friedmann (2009) e McMichael (2009). Começando com as críticas:

- ✓ Em primeiro lugar, o já mencionado questionamento de Goodman e Watts, o qual, conforme Bernstein (2015, p. 19), se sustentava, primeiro, nas “diferenças fundamentais entre agricultura e indústria (...) com novas explorações sobre a territorialidade e a espacialidade, fundamentais para diferenciar as formas de agricultura e os padrões do comércio agrícola”;

segundo, no que eles consideram problemas de continuidade na explicação da queda do segundo regime; terceiro, no papel dos Estados na regulação da agricultura; e por último, nas já referidas críticas à escala global da abordagem.

A questão central seria o que os autores denominaram “problema de ‘mimetismo’ na tentativa de caracterizar um novo ‘sistema agroalimentar global’ aplicando à agricultura a periodização do capitalismo recente na teoria da regulação, e em particular a mudança do ‘Fordismo’ ao ‘pós-Fordismo’ na organização industrial” (idem).

- ✓ Farshad Araghi (2003)⁵⁶ questiona também o diálogo com a teoria da regulação, mas oferece uma leitura diametralmente oposta, qualificando a crítica de Goodman e Watts de “sintoma da virada pós-moderna”, e alegando que os autores falham precisamente por não permanecerem fieis à ortodoxia marxista, não enfatizando suficientemente nas relações de valor que o capital estabelece com os alimentos, enquanto mercadoria necessária para a reprodução da força de trabalho, marco em que “o foco continua nas relações do capital, e não na comida em si mesma, que é sobre todo um meio para o fim do aprovisionamento e o controle da relação laboral” (MCMICHAEL, 2009, p. 154).

Propõe então uma periodização alhures os marcos temporais de Aglietta, que ele considera arbitrários e ideologizados, dessa maneira inclui os Regimes Alimentares dentro das mais amplas “relações globais de valor”, começando com a Colônia (1492-1832), continuando com a emergência do capitalismo industrial (1832-1917), o afastamento do liberalismo clássico pelos levantamentos revolucionários do século XX (1917-1975), e a globalização neoliberal dos anos setenta até nossos dias (1975-).

Com relação às críticas de Araghi, cabe lembrar que tanto a teoria de sistemas mundo quanto o regulacionismo são muito criticadas dentro do marxismo. No caso do regulacionismo, critica-se não só por causa da periodização que propõe, senão sobretudo pelos conceitos em que se alicerça, como o de regime de acumulação que, por definição, está subordinado à existência do Estado-nação, horizonte temporal que deixa por fora momentos chave na conformação do capitalismo, especialmente para o continente americano; também em relação com o Estado surge a central discussão da hegemonia, reflexada nas polêmicas em torno do terceiro regime alimentar. O âmago dessa crítica seria a perspectiva marcadamente eurocêntrica do marxismo ortodoxo, que determina os momentos mais determinantes da história europeia como baliza da história mundial, deficiência que tenta reparar Wallerstein, incorrendo, porém, em outros erros.

⁵⁶ ARAGHI, Farshad. Food Regimes and the Production of Value: Some Methodological Issues. Em: **Journal of Peasant Studies**, vol. 30, nº 2, p. 41-70, 2003.

- ✓ Por sua vez Bernstein (2015) aponta quatro questões na sua própria crítica dos Regimes Alimentares: a abordagem dada às forças sociais que confrontam o capitalismo, os períodos de transição, a demografia e os debates sobre o campesinato. As duas primeiras estão diretamente relacionadas, argumentando que, apesar que as reelaborações de Friedmann tentaram incluir o papel das famílias de colonos, as lutas proletárias na Inglaterra e a sociedade civil, o peso relativo dessas forças é muito menor do que o do capital e o sistema estatal que o suporta; conseqüentemente, a crise e queda dos regimes não têm sido suficientemente esclarecidas, pois não se desenvolve os mecanismos utilizados pelos movimentos sociais e demais agentes quando da confrontação com o capital.

Bernstein salienta ainda que só no terceiro regime alimentar os movimentos sociais aparecem como eixo de análise, mas nem por isso fica isento de críticas, questionando especialmente a proposta de McMichael por considerá-la maniqueísta, aspecto que será retomado no próximo capítulo, a propósito dos riscos constantes de se basear em marcos teóricos demasiado fechados, que podem promover análises reducionistas da sociedade.

No tocante às dinâmicas populacionais, expressa que “a falta de qualquer dimensão demográfica na análise dos Régimes Alimentares é surpreendente, e se acentua por contribuições com títulos como *‘Feeding the empire’* (alimentar ao império, Friedmann, 2004) e *‘Feeding the world’*(...)” (alimentar ao mundo, McMichael, 2006), alegando que estes “realmente não dizem nada acerca dos números (em aumento) de quem têm que comer” (BERNSTEIN, 2015, p. 25). O último ponto, o debate sobre o campesinato, é abordado em concordância com sua posição teórica, refutando o que ele chama de “virada camponesa”, porque “ela passa por cima das demandas analíticas e empíricas (requeridas) para avançar no conhecimento do momento do capitalismo que vivemos” (BERNSTEIN, 2015, p. 30). Esta última questão também será retomada.

Com relação às reelaborações que têm surgido a partir da abordagem dos Regimes Alimentares, vale destacar que a maioria delas gira em torno da discussão sobre o terceiro regime, a qual é desenvolvida desde os mais diversos ângulos; Friedmann (2009, p. 336) organiza essas contribuições em dois blocos de relações: “i) entre a economia política e a identificação (ou negação) de um novo regime alimentar, e ii) entre aspectos centrados na natureza, quer dizer, a ecologia e a saúde, e um jogo contínuo de elementos que poderiam constituir um novo regime”. No caso das leituras desde a economia política:

- ✓ Bill Pritchard (2009)⁵⁷ centra sua análise nas complexas dinâmicas que acompanharam a inclusão da agricultura nas negociações comerciais em Uruguai, a constituição da OMC e o fiasco da Rodada de Doha; para este autor, a OMC opera como árbitro dentro de um sistema estatal hierarquizado, como "veículo organizativo de estados soberanos globalmente poderosos", evoluindo a partir do GATT em resposta às crises do regime mercantil-industrial, "e nesse sentido não representou um regime sucessor produto de uma ruptura total" (MCMICHAEL, 2009, p. 157). Contudo, Pritchard também chama atenção para a dialética do processo, expressa especialmente na emergência de novos polos no Sul Global e estruturação do Grupo dos 20 (países industrializados e emergentes, G20). No seguinte capítulo retomaremos alguns dos seus questionamentos.
- ✓ Por sua vez, David Burch e Geoffrey Lawrence (2009) consideram que o que diferencia o atual cenário agroalimentar é a financeirização, que "(...) se torna endêmica à indústria de alimentos" e toda a cadeia associada, em palavras de McMichael (2009, p. 158, 159) este enfoque "(...) é oportuno, e possivelmente augura uma maior centralização do sector corporativo de alimentos à medida que se desabrocha a crise financeira mundial" (de 2008, que não foi superada plenamente). Assim, a diferença de Pritchard, Burch e Lawrence defendem a existência de um novo regime alimentar, centrado no capital financeiro. Estes dois autores também serão convidados ao diálogo, a propósito da comoditização da agricultura latino-americana.

Friedmann (2009, p. 336) celebra as reflexões desses três autores, porém, assinala como ponto fraco que "(...) a hegemonia, particularmente as instituições monetárias, são uma peça crucial e ausente nas contribuições da economia política, o que poderia melhorar suas perspectivas". Finalmente, no caso das leituras desde a ecologia e a saúde pública:

- ✓ Gabriela Pechlaner e Gerardo Otero (2008)⁵⁸ vinculam a liberalização comercial com a biotecnologia e a proteção de direitos de propriedade intelectual das corporações, no marco de um "regime alimentar neoliberal", sendo os únicos autores da perspectiva ecológica que aderem à ideia de um novo regime alimentar, o qual, contudo, ainda não chegou a seu apogeu, pois depende da entrada em vigor de acordos –via regulação estatal–, que em todo caso se enfrentam com as resistências dos movimentos sociais e demais agentes que discordem com esse projeto.

⁵⁷ PRITCHARD, Bill. The long hangover from the second food regime: A world-historical interpretation of the collapse of the WTO Doha Round. Em: **Agriculture and Human Values**, Vol. 26, No. 4, p. 297-307, 2009.

⁵⁸ PECHLANER, Gabriela; OTERO, Gerardo. The third food regime: neoliberal globalism and agricultural biotechnology in North America. Em: **Sociologia Ruralis**, vol. 48, nº 4, p. 1–21, 2008.

- ✓ Jane Dixon (2009) chama atenção para as mudanças na dieta, manifestadas no incremento na ingestão de proteínas de origem animal, gorduras, açúcares e carboidratos processados, promovidos no marco de programas de desenvolvimento nacional. Ela argumenta que há um movimento associado, que não só hierarquiza os alimentos em função do poder aquisitivo dos consumidores (*class diet*), senão que traz uma “revolução sócio-técnica e do conhecimento ininterrompida”, que coloca às ciências da nutrição e o que ela denomina “nutricionalização corporativa” (*corporate nutritionalisation*) por cima dos saberes locais e as cozinhas culturais. Suas reflexões contribuíram para entender as dinâmicas dos grãos oleaginosos e os cultivos ditos exóticos na América Latina.
- ✓ Por último, Hugh Campbell (2009)⁵⁹ desenvolve a dimensão ambiental dos regimes alimentares a partir da própria Friedmann, buscando visibilizar os impactos ecológicos, culturais e na saúde pública, da globalização do modelo agroalimentar da revolução verde e sua evolução no contemporâneo modelo do agronegócio. Este autor também salienta a importância dos movimentos sociais, especialmente sua capacidade de colocar na agenda política os circuitos curtos de produção e consumo, ambiental e culturalmente adequados (da *food from nowhere* à *food from somewhere*).

Outra autora próxima da abordagem dos Regimes Alimentares é Laura Raynolds (op. cit.), nenhum dos autores citados a inclui diretamente dentro deste corpo teórico em suas diagnoses, mas McMichael (2009, p. 150) referencia suas pesquisas “sobre o aumento das ‘exportações não tradicionais’ de frutas e verduras do Sul Global, e elaboração de estudos posteriores sobre diversas commodities”. Raynolds foi uma presença contínua na análise dos processos de *exotização* da agricultura em centro-américa e o norte sul-americano e seus entrecruzamentos com as questões de gênero, sendo uma importante referência o trabalho que realizou sobre a reestruturação das agriculturas latino-americanas, a partir do caso da fruticultura na República Dominicana.

Nesta pesquisa se recorreu à abordagem complementar de McMichael, entendendo os Regimes Alimentares sobre tudo como uma ferramenta para estudar a conjuntura atual, tarefa que o próprio Bernstein (2015, p. 30) reconhece como sendo mais difícil que a análise em retrospectiva, “uma síndrome comum da teoria social”. Só a história revelará se o chamado regime das corporações transnacionais (ou corporativo-ambiental, na terminologia de Friedmann) é uma ressaca do anterior, um período de transição, ou um regime em si próprio;

⁵⁹ CAMPBELL, Hugh. The challenge of corporate environmentalism: social legitimacy, ecological feedbacks and the ‘food from somewhere’ regime. Em: **Agriculture and Human Values**, vol. 26, nº 4, p. 309-319, agosto de 2009.

nesse último caso, há um desafio na redefinição de conceitos basilares como hegemonia e Estado-nação, dada a emergência da multi-poralidade, não como resultado de um sistema estatal mais equilibrado, senão em função do protagonismo das companhias transnacionais e do capital financeiro. De qualquer forma, o aspecto mais importante do conceito de Regimes Alimentares é sua leitura dialética da geopolítica dos alimentos, a desnaturalização de regras implícitas ressalta os confrontos das diversas forças sociais, já não só o Estado e o capital, mas o conjunto de agentes involucrados na produção e o consumo alimentar, ou seja, cada uma das pessoas que habitam este planeta, sejam como agricultores, consumidores, distribuidores, etc. Bernstein (2015, p. 24) enfatiza que a análise dos regimes alimentares enriqueceu os debates “(...) ao aproximar-se desde uma direção muito diferente, em diversos sentidos, da que os clássicos da ‘questão agrária’ tinham traçado”, destacando especialmente sua dimensão temporal, que permite analisar as dinâmicas do imperialismo contemporâneo (seguindo os postulados de Lênin), como veremos no terceiro capítulo.

Descendo no nível de abstração, para analisar de maneira articulada os casos propostos, a dita base teórica foi complementada com outras leituras marxistas da realidade social contemporânea, convidando a autores como Rosa Luxemburgo, David Harvey, Maristella Svampa, Ariovaldo Oliveira, Marcelo Achkar, Ana Domínguez, Fernando Pesce, Esther Vivas, entre outros, que contribuem a decifrar as tensões entre acumulação capitalista –aquí materializada no agronegócio– e formas locais de apropriação do território. Finalmente, quer ressaltar-se alguns dos estudos sobre a soja e a floricultura que mais dialogam com a pesquisa, os quais também serão uma referência ao longo do documento, no primeiro caso, os de Christiane Campos, Simoni Marmilicz e Yamila Goldfarb, e no segundo, os de Jenny Veloza e Guisella Lara, Érika González, Vivian Castro, Beth Tzadok e os das organizações não lucrativas *Censat Agua Viva* e *Cactus*.

2.1.3 A teoria da reprodução social, a invisibilização do trabalho das mulheres e a apropriação capitalista do trabalho camponês

Como foi mencionado na introdução, as teóricas feministas fizeram uma enorme contribuição às ciências sociais ao desnaturalizar a divisão sexual de trabalho, cunhando o conceito de *relações sociais de sexo*.⁶⁰ No decorrer desse debate foi se aprimorando um corpo teórico contundente, porém flexível, que num primeiro momento se alicerçou na análise de sistemas duais, a qual começou a questionar-se pelo gênero dentro das relações de classe, distinguindo entre os espaços público –masculino ou da produção–, e privado –feminino ou da

⁶⁰ Ver Anexo 1.

reprodução—; posteriores diálogos foram aumentando o espectro da análise, integrando debates como o do racismo. “Sem embargo, mais recentemente, em paralelo com uma renovação do materialismo histórico, teóricas criativas têm renovado a teoria da reprodução social ao enfatizar no trabalho humano no seu sentido mais amplo, como atividade humana prática” (BHATTACHARYA, 2017, p. 109).

Assim, de acordo com Tithi Bhattacharya (2017, p. 4), a corrente da reprodução social tem reformulado a teoria marxista e a compreensão do capitalismo de duas formas, em primeiro lugar, “(pela) conversação entre o marxismo e o estudo de opressões específicas, como as de gênero e raça (sic.)” e em segundo lugar, “ao desenvolver uma maneira mais rica de entender como o marxismo, enquanto corpo teórico, pode focar a relação entre a teoria e os estudos empíricos sobre a opressão”.⁶¹ A mesma autora traz —a partir de Johanna Brenner e Barbara Laslett—⁶² uma diferenciação entre os termos reprodução societal e reprodução social, sendo a primeira a acepção usada por Marx para fazer referência “(...) à reprodução do sistema capitalista como um todo”, em contrapartida, a segunda denota:

[...] ‘as atividades e atitudes, comportamentos, emoções, responsabilidades e relações diretamente envolvidas na manutenção da vida, de maneira cotidiana e intergeracional’. (Este conceito) compreende vários tipos de trabalho socialmente necessário —mental, físico, e emocional— cujo alvo é prover os meios histórica, social e biologicamente determinados para preservar e reproduzir a população [BHATTACHARYA, 2017, p. 6].

Consequentemente, nessa abordagem a alimentação cumpre um papel determinante, analisando as complexas redes que contêm o ato social de se alimentar, já que, como bem expressava o próprio Marx, “a fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca e garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes”.⁶³ Nesse sentido, a teoria da reprodução social pode ser crucial dentro dos debates do modelo agrícola global e da Soberania Alimentar,⁶⁴ conceito este último cujo sentido é precisamente explicitar os o que, como, por que, quando, quem e onde da produção e consumo de alimentos, como veremos ao longo deste documento.

Tal vez uma das maiores contribuições desse corpo teórico é o cuidado com que aborda a categoria trabalho, conseguindo que o rigor da análise marxista não implique uma renúncia à

⁶¹ Ver a citação de Tithi Bhattacharya (2017, p. 3), onde expõe a diferenciação operativa entre exploração (convencionalmente mais ligada à produção), e opressão.

⁶² LASLETT, Barbara; BRENNER, Johanna. Gender and social reproduction: Historical perspectives. Em: **Annual Review of Sociology**, vol. 15, nº1, p. 381-404, 1989.

⁶³ Grundrisse (Londres: Penguin, 1973), citado por John Bellamy Foster (op. cit.).

⁶⁴ Tal vez o conceito de Soberania Alimentar seja o mais emblemático dentro do território da disputa política, simbólica e epistemológica da questão agrária, a forma em que a Via Campesina o construiu, de maneira coletiva e como contraproposta ao discurso oficial da Segurança Alimentar, guarda em si mesma muitas lições sobre a conjuntura, as fortalezas e fraquezas das alternativas atuais.

heterogeneidade social, o que possibilita uma maior compreensão dos mecanismos da alienação, sob a premissa de que “apesar dos impulsos homogeneizantes da extração capitalista de valor – não toda a força de trabalho é igual. Alguns trabalhadores, aliás, de maneira crescente, são mais vulneráveis à opressão que outros”. Assim, uma das propostas mais apuradas da teoria da reprodução social é que esse fenômeno obedece “(...) não a alguma diferença na forma em que as leis da acumulação capitalista operam, senão a que as relações de opressão além do lugar de trabalho mediam a reprodução social da força de trabalho” (MCNALLY E FERGUSON, 2015, on-line).

Essas considerações implicam uma redefinição do conceito de classe trabalhadora, que já não estaria circunscrita à esfera da produção fabril, senão que, como expressam David McNally e Susan Ferguson (2015) incluiria a “todas as pessoas que trabalham para reproduzir a si próprias e a seu mundo”. Por isso Bhattacharya (2017, p. 7) se foca nas particularidades da força de trabalho, “(...) enquanto mercadoria que é produzida simultaneamente por fora do ciclo produtivo ‘normal’ de outras mercadorias (...)”; aqui tem enorme relevância a leitura geográfica da realidade social, que permite traçar adequadamente as inter-relações entre “(...) dois espaços separados, mas conectados – os espaços de produção de valor (lugares de produção) e espaços de reprodução da força de trabalho”.

Essa separação entre o espaço econômico (de trabalho) e o espaço social (lar) foi definida num primeiro momento dentro da leitura dualista da reprodução social, que entendia que as e os trabalhadores participam da geração da riqueza da sociedade durante a jornada produtiva, e que recobram suas forças ao saírem dos lugares de trabalho, negligenciando de alguma forma as transições entre ambos os espaços. No entanto, as análises contemporâneas se dedicam precisamente a explicitar as inter-relações entre estes espaços que, estão separados “(...) num sentido estritamente espacial, mas estão realmente unidos nos sentidos teórico e operacional” (BHATTACHARYA, 2017, p. 74). Bhattacharya salienta que essa separação obedece a “(...) uma forma histórica na qual o capitalismo se apresenta. Aliás, algumas vezes os dois processos podem suceder no mesmo espaço” (idem.).

A partir daí, as abordagens marxistas da teoria da reprodução social entendem a separação espacial entre o público e o privado como uma forma histórica, o que amplia a própria noção da esfera da reprodução além da privacidade da casa de família, propondo uma visão integradora do trabalho, como desgaste da força e capacidades humanas, independentemente do lugar onde elas sejam acionadas. Todo o anterior deriva numa perspectiva mais global da economia, que busca superar outra das falsas oposições do sistema capitalista, desta vez

expressa no “econômico” como esfera desvinculada do “político”; no entanto, “(Marx) nos convida a ver a economia como uma relação social, uma que involucra a dominação e a coerção, apesar de que as formas jurídicas e instituições políticas pretendam obscurecer esse fato” (BHATTACHARYA, 2017, p. 71).

Lise Vogel é precursora dessa análise, questionando-se pelas dinâmicas da reprodução da força de trabalho, em primeiro lugar, dentro da família, como espaço histórico para a renovação geracional da classe trabalhadora, a través da satisfação das necessidades biológicas dos indivíduos; posteriormente transcende esse limite da parentela, para ocupar-se das demais relações e instituições dentro do circuito de reprodução social –sistemas de saúde, educação, lazer, segurança pública, etc.–, necessárias para atender as expectativas de bem-estar e conforto dos e das trabalhadoras (BHATTACHARYA, 2017). Vale salientar que essas expectativas de bem-estar são determinadas socialmente, aspecto crucial dentro da perspectiva marxista, que será retomada na quarta secção.

Sob essa leitura, a reprodução social se contextualiza dentro do circuito de acumulação de capital, numa perspectiva global, que verdadeiramente se ocupa de analisar a parte dentro do todo e o todo a partir de suas partes constitutivas:

[...] por conseguinte, não se trata da separação entre uma esfera não-econômica e outra econômica, senão de como o impulso econômico da produção capitalista condiciona essa dimensão dita não-econômica. O ‘não-econômico’ inclui, entre outras coisas, que tipo de estado, instituições jurídicas, formas de propriedade tem uma sociedade —estas estão condicionadas, mas nem sempre determinadas, pela economia [BHATTACHARYA, 2017, p. 75].

É nesse sentido que propomos a discussão do trabalho das mulheres no contexto do agronegócio, esperando contribuir à análise das tensões entre economia camponesa e capitalismo, traçando algumas inter-relações entre as esferas produtiva e reprodutiva. A teoria da reprodução social parece-nos o marco teórico mais coerente, sendo suas ferramentas de análise capazes de descrever as particularidades do campesinato latino-americano dentro da totalidade capitalista.

Um insumo central nessa análise –na qual propomos comparar o aparentemente incomparável– é a diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que tinha tanta relevância para Marx, que começou a discuti-la já nos primeiros dois capítulos do livro I de O Capital, quando se refere à dupla natureza da mercadoria, enquanto valor de uso e valor de troca. Esse corpo teórico permite identificar que o trabalho das mulheres camponesas no Brasil e na Colômbia adquire diferentes formas (cuidado da família, da horta e dos animais de pequeno porte, elaboração de artesanato, cuidado de flores em estufas e embalagem das mesmas, etc.),

as quais são expressão do seu carácter de trabalho concreto, e que o atributo que faz equiparáveis essas diferentes formas é o trabalho abstrato, uma vez que:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso [MARX, 2011, p. 172].

Porém, na discussão proposta esse debate é um pouco mais complexo, já que não nos limitamos à produção de mercadorias –esfera produtiva–, senão que nos adentramos nos domínios da reprodução da própria força de trabalho –esfera reprodutiva–, que, como vimos, não se trata de um espaço independente, senão intrinsecamente inter-relacionado com a produção. O trabalho abstrato é o que confere valor de troca às mercadorias, permitindo cotejar objetos formalmente diferentes, ademais de ser a base da mais-valia, já o trabalho concreto é o que permite a existência do mercado e da divisão social do trabalho, que precisa da criação de mercadorias diversas e intercambiáveis entre si; contudo, quando a questão é o trabalho reprodutivo essa diferenciação não é tão absoluta, mais ainda quando atravessada pelas especificidades da economia camponesa na América Latina.

Bhattacharya faz ênfase nesse aspecto, lembrando que a tensão entre ambas as formas de trabalho pode ser evidenciada na cotidianidade da jornada laboral, como enunciado pelo próprio Marx, sendo que a alienação dos e das trabalhadoras ocorre precisamente pela ativação de sua inteligência e desgaste físico no lugar de trabalho, que por definição obedece aos interesses particulares e opostos do capital. Contudo, a autora salienta que daí não deve concluir-se que os mesmos trabalhadores e trabalhadoras sejam totalmente livres por fora do lugar de trabalho, como propõem alguns autores que “(...) aduzem que o trabalho concreto, em oposição ao trabalho abstrato, é trabalho não alienado, uma vez que não produz para o lucro ou o intercâmbio”, essa leitura “(...) confunde a relação entre ‘trabalho’ e ‘lazer’, termos do senso comum, com os conceitos marxistas de trabalho abstrato e concreto” (BHATTACHARYA, 2017, p. 10).

Assim, “(...) além da útil diferenciação entre trabalho concreto e abstrato, Marx está propondo que a realização do nosso trabalho concreto também está saturado/determinado por relações sociais alienadas da matriz global dentro da qual existe o dito trabalho”, a jornada de trabalho seria então um marco espaço-temporal que limita a livre expressão e criatividade da classe trabalhadora, e que permeia a reprodução social (BHATTACHARYA, 2017, p. 10). No entanto, uma vez que a influência sobre a esfera reprodutiva não chega a ser total –apesar das tentativas do capital– ela se oferece como um ponto chave na construção de alternativas social

e ecologicamente mais justas, o que tem profundas consequências nos horizontes político e teórico.

Destarte, David McNally se refere aos diálogos entre o marxismo e as correntes feministas como “(...) um ponto de inflexão no desenvolvimento das teorias materialistas das múltiplas opressões sociais”, argumentando que o verdadeiro pensamento dialético se fortalece pela superação dos pontos fracos de teorias aparentemente contraditórias, no espírito hegeliano da “negação determinada”, como foi exposto na introdução; nesse diálogo ressalta a corrente da interseccionalidade (BHATTACHARYA, 2017, p. 94). Na mesma sintonia, Lise Vogel chama atenção para a importância epistemológica da superação de contradições superficiais, celebrando a apropriação do conceito de interseccionalidade por parte das feministas marxistas (idem.).

McNally vai além, traçando o desenvolvimento teórico da corrente da interseccionalidade, cuja maior fraqueza seria, conforme ele, o fato de estar permeada pelo individualismo metodológico herdeiro da física newtoniana,⁶⁵ que se expressa na noção de um conjunto de vectores de opressão independentes entre si, os quais reproduzem uma visão atomista da realidade social, que pode ser percebida na própria etimologia do termo, em palavras deste autor, “desde o começo, a interseccionalidade lutou com a metáfora espacial que a define. Depois de tudo, uma intersecção é um espaço em que vias ou eixos discretos se cruzam” (BHATTACHARYA, 2017, p. 96). Continuando com essa alegoria, o autor se refere à física moderna, sobre a qual ressalta que “(...) as interações dinâmicas aparecem como o problema central em todos os campos da realidade” (BHATTACHARYA, 2017, p. 99).

Uma e outra perspectiva estariam representadas, de um lado, por Kimberlé Crenshaw,⁶⁶ uma das fundadoras da abordagem da interseccionalidade, e quem, conforme McNally, usa corriqueiramente a imagem da intersecção de rodovias para falar de suas teorizações sobre o entrecruzamento de opressões; por trás dessa metáfora está a ideia de que a alienação do trabalho, o racismo, o patriarcado, etc., são processos independentes entre si, “(...) podendo ser entendidos unicamente como elementos atômicos completamente discretos, cujas identidades excluem os efeitos co-constitutivos dos outros” (BHATTACHARYA, 2017, p. 104). Do outro lado está Himani Bannerji, que entende os fenômenos concretos dentro de uma totalidade social:

⁶⁵ Esta herança se remonta até a economia clássica, McNally lembra a correspondência entre a abstração física do espaço e a abstração econômica do mercado, sendo a mão invisível de Adam Smith a mais clara prova dessa noção.

⁶⁶ CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color. Em: **Stanford Law Review**, vol. 43, p. 1241-199, 1993.

[...] ‘devemos aventurar-nos’, escreve ela, ‘dentro de uma leitura mais complexa do social, onde cada aspecto possa ser mostrado para refletir os outros, onde cada pequena peça contenha o macrocosmos no microcosmos.’⁶⁷ Assim, as diferentes partes da totalidade social estão relacionadas internamente; se mediam mutuamente e ao fazê-lo se constituem mutuamente [idem.].

É claro que esta segunda perspectiva está muito próxima do materialismo histórico, aliás, autoras como Patricia Hill Collins têm chegado a entender cada experiência de opressão como “parte de um sistema peculiar e historicamente criado”, o que lhe permitiria “(...) abrir-se caminho até uma concepção orgânica da sociedade como um sistema de relações sociais internamente conectadas (e conseqüentemente co-constitutivas)” (BHATTACHARYA, 2017, p. 106), numa leitura verdadeiramente dialética da sociedade.

É importante salientar que a perspectiva mais “atomizada” da interseccionalidade surgiu nos anos oitenta como resposta a leituras economicistas do marxismo ortodoxo, que tendiam a subestimar questões como o racismo, o gênero e a habilidade (sem mencionar muitas outras que nem sequer estavam no escopo), por considerá-las secundárias perante os problemas relacionados com a estrutura econômica –na qual as subsumia–, e nesse sentido, essas reflexões têm sido vitais para a renovação epistemológica das ciências sociais críticas. Nessa retroalimentação, se entende que as experiências de opressão possuem características específicas, as quais devem ser estudadas na sua especificidade, mas sem perder de vista a totalidade social da qual são parte co-constitutiva, nunca podendo ser vistas de maneira absoluta senão relacional.

Esse diálogo entre a teoria da reprodução social e a corrente da interseccionalidade não está isento de críticas, dentro da ortodoxia materialista dialética, pelo receio com o ecletismo metodológico, e dentro de outras correntes críticas, pela ideia de uma volta ao fundamentalismo economicista. No primeiro caso, Sharon Smith⁶⁸ salienta que há dois tipos de interseccionalidade, um pós-estruturalista –esse sim contraditório com o pensamento dialético–⁶⁹ e um das feministas negras dos Estados Unidos, diretamente vinculado com as lutas das comunidades afro-americanas contra a exploração, e na qual McNally vê uma renovação das

⁶⁷ BANNERJI, Himani. Building from Marx: Reflections on Class and Race. Em: **Social Justice**, vol. 32, nº. 4, p.144-160, 2005.

⁶⁸ SMITH, Sharon. Una defensa marxista de la interseccionalidad. Em: **Viento Sur**, 30 de agosto de 2017, [online].

⁶⁹ Em palavras de Smith (2017, online): “os pós-modernos colocam a ênfase no carácter limitado, parcial, subjetivo, das experiências individuais da gente, rejeitando a estratégia de luta coletiva contra as instituições de opressão e exploração para centrar-se nas relações individuais e culturais como centros de luta. Não é coincidência que o pós-modernismo florescesse no mundo acadêmico após o declive da luta de classes e os movimentos sociais dos 60 e 70, e com a ascensão do neoliberalismo (...) Neste contexto, o marxismo foi qualificado geralmente de “reducionista” e “essencialista” por acadêmicos que se autodenominavam pós-modernos, pós-estruturalistas e pós-marxistas”.

correntes materialistas históricas “(...) em parte como resposta aos críticos desafios da interseccionalidade e o antirracismo” (BHATTACHARYA, 2017, p. 94).

No segundo caso, deve salientar-se que a teoria da reprodução social não prevê explicações de causalidade entre o capitalismo e a opressão, defende que o capitalismo estabelece os limites materiais em que se desenvolvem as sociedades, mas que a opressão é um fenômeno complexo que deve ser analisado num horizonte mais amplo. Mais importante ainda é explicitar que esta corrente não pretende fazer “(...) debates abstratos do tipo: é o racismo necessário ao capitalismo?”, uma vez que estes “(...) estão definitivamente desfocados. Ninguém pode saber essas coisas de antemão, baseando-se em princípios abstraídos da história concreta. O que pode ser dito é que o processo histórico efetivo por meio do qual emergiu o capitalismo no nosso mundo involucrou integralmente relações sociais de raça e dominação racial” (BHATTACHARYA, 2017, p.107).

Por outras palavras, a teoria da reprodução social não busca explicações mecanicistas da relação entre o capitalismo e práticas como o patriarcado ou o racismo, senão desvelar as formas por meio das quais o sistema se vale da categorização e opressão para apropriar-se da mais-valia das pessoas mais vulneráveis:

[...] os corpos, práticas e instituições racializadas, sexualizadas, atravessadas pelas dinâmicas de gênero, devem importar-nos: o racismo e sexismo não são aberrações que de alguma forma possam ser separadas do funcionamento “real” ou “ideal” do capitalismo. Pelo contrário, eles são integrais e determinantes –no sentido em que facilitam real e ativamente– de verdadeiros processos de espoliação e acumulação do capital. Pelo mesmo razoamento, desafiar o racismo, o sexismo, ou qualquer opressão que impacte a reprodução social da força de trabalho, pode obstaculizar a reprodução do capital [MCNALLY E FERGUSON, 2015, on-line].

Nesse mesmo sentido, Bhattacharya destaca que a união estratégica das lutas contra todos os tipos de opressão e exploração pode render frutos quando consegue identificar o capitalismo como o inimigo comum, formalmente diferente, mas essencialmente o mesmo; e isso só é possível quando orientado sob uma perspectiva integradora da economia, que a entende como produto histórico e indissociável da política. Assim, quando se fala em economicismo se está fazendo referência à visão fragmentada que defendem os economistas neoclássicos (ou burgueses, na linguagem de *O Capital*), e que Marx denominava “livre-cambismo *vulgaris*”.

Por isso, conforme McNally, o livro de Angela Davis, “*Women, Race and Class*” (Mulheres, Raça e Classe), que viu a luz em 1981, seria uma das obras basilares dentro da renovação da teoria da reprodução social, o que não significa negar sua filiação com a corrente da interseccionalidade, senão “(...) um resgate do seu núcleo materialista histórico e seu poder como um clássico do antirracismo e do marxismo feminista, um que comparte o espírito dos

trabalhos mais convincentes da teoria da reprodução social” (BHATTACHARYA, 2017, p.109). No seu argumento, destaca a tese de Davis sobre o carácter “sistematicamente relacionado” da escravização de pessoas negras no sul dos Estados Unidos, a exploração dos trabalhadores no norte e a opressão social das mulheres, a qual transcende a ideia da intersecção de experiências de opressão independentes entre si, na perspectiva integradora do marxismo.

A Geografia crítica tem reconhecido a relevância dessas discussões já que, como foi mencionado anteriormente, a divisão capitalista entre as esferas produtiva e reprodutiva é um processo inerentemente espacial; a esse respeito, Jamie Winders e Barbara Smith (2018) salientam que sem a diferenciação entre esses espaços, o capitalismo não teria conseguido criar um mercado para a força de trabalho. As autoras apresentam a evolução do conceito de reprodução social, desde a visão dualista que caracterizou as primeiras análises –que chamam de imaginário da “separação e (des?)igualdade”–, até as versões mais contemporâneas, nas quais desvanecem-se completamente as fronteiras entre os espaços da produção e reprodução, como sintoma da precarização neoliberal do trabalho; aqui identificam duas acepções, uma marxista –que analisa a “fusão” de ambas esferas–, e outra mais heterogênea –centrada nas chamadas atividades do “cuidado”, e sua relação com os fluxos migratórios sul-norte–.

No entanto, aqui enquadrámos a pesquisa dentro do que elas denominam imaginário da “superposição” das esferas produtiva e reprodutiva (também marxista), a qual permite focar melhor nas questões de nosso interesse, uma vez que a diferenciação “conceitual” entre ambos espaços é útil para o propósito de desentranhar as estratégias de extração do mais-trabalho camponês, sem que isso implique desconhecer que eles estão essencialmente vinculados, sendo a identificação de suas inter-relações uma das chaves para analisar o processo. O ponto de partida nessa perspectiva é a abordagem integradora da economia:

Os trabalhos que surgiram a partir dessa definição mais ampla visualizaram uma geografia da reprodução social diferente, a qual se expande além do lar para abranger ‘a família, a comunidade e o estado de bem-estar’. A convergência das teóricas feministas em torno destes locais e fenômenos ampliados da reprodução social, tem como imaginário comum duas esferas equivalentes –uma para a produção e outra para a reprodução– que se aproximam e, em alguns lugares, se superpõem. Embora dentro deste imaginário as mulheres e as relações de gênero tendam a permanecer desproporcionalmente associadas com a reprodução social, as mulheres também são reconhecidas como trabalhadoras no âmbito da produção, que em si mesmo é examinado como lugar para a produção do gênero e da raça (sic.), tanto quanto da classe. Ainda, as esferas da produção e da reprodução social se sobrepõem, em reconhecimento da comoditização e comercialização de muitas atividades para a reprodução social (comida a domicílio, lavandarias comerciais, etc.), bem como a remuneração de trabalhos como ensinar a crianças, cuidar de doentes, e se involucrar em outras atividades reprodutoras da sociedade dentro dos lares e outros espaços [WINDER E SMITH, 2018, p. 6].

Nesses cenários precarizados há uma convergência entre as esferas da produção e da reprodução, a qual afeta mais a certos grupos sociais, dentre os quais as mulheres em geral e as

do espaço rural em particular. No quarto capítulo aprofundaremos na genealogia apresentada pelas autoras, a propósito das particularidades do trabalho das camponesas no Sul Global, em comparação com o trabalho das mulheres urbanas do Norte Global, sendo estas últimas o ponto de referência nas primeiras elaborações do conceito de reprodução social, que precisou evoluir em consequência, para analisar mais adequadamente as dinâmicas da força de trabalho.

Aqui vale a pena redigir o estado da arte da teoria da reprodução social, mesmo que se trate de uma corrente relativamente nova e em construção; com esse fim utilizaremos a seleção de Tithi Bhattacharya (2017, p. 5-6):

- ✓ Bhattacharya apresenta em primeiro lugar o trabalho de Cinzia Arruzza, *Dangerous Liaisons* (Ligações perigosas), do ano 2013, o qual está focado nos “entrelaçamentos de gênero e classe na produção capitalista”, traçando uma genealogia dos diálogos entre marxismo e feminismo.
- ✓ A continuação referencia o livro *Marxism and Feminism* (Marxismo e feminismo, 2015), de Shahrzad Mojab, que trata sobre o delicado equilíbrio entre ambos os termos, fazendo um chamado para que a leitura marxista não reduza as questões de gênero às de classe, nem que o feminismo perca seu potencial revolucionário ao esvaziar-se da crítica anti-capitalista.
- ✓ Nessa mesma perspectiva, Nancy Holmstrom salienta que, embora o marxismo seja um corpo teórico coerente e com grande vigência, ele precisa ser “suplementado” ou renovado, em concordância com o pensamento dialético, reflexões que se consignam em *The Socialist Feminist Project: A Contemporary Reader in Theory and Politics* (O projeto do feminismo socialista: Uma leitura contemporânea da teoria e a política, 2002).
- ✓ Na sequência, Kathi Weeks em *The Problem with Work: Feminism, Marxism, Antiwork Politics, and Postwork Imaginaries* (O problema com o trabalho: Feminismo, marxismo, política anti-trabalho e imaginários pós-trabalho, 2011), reflexiona sobre as diversas formas em que o capitalismo aliena o trabalho, e as alternativas que se constroem em prol de um trabalho digno e criativo.
- ✓ Finalmente, a coletânea de Kate Benzanson e Meg Luxton, *Social Reproduction* (Reprodução social, 2006) se aproxima à da própria Tithi, no sentido de esboçar a rota política e epistemológica da teoria da reprodução social, sob a premissa de que “nas sociedades capitalistas a maioria das pessoas subsistem combinando trabalho remunerado e trabalho doméstico não pago para se manterem”, sendo que “esta versão da reprodução social analisa as formas em que ambos trabalhos fazem parte do mesmo processo socioeconômico”,

A teoria da reprodução social tem sido uma das respostas mais eloquentes à pergunta de como calibrar a teoria marxista para que possa focar a realidade contemporânea com maior precisão, “(ela) oferece-nos uma oportunidade de reflexionar as múltiplas maneiras em que a fase neoliberal tem nos forçado a repensar a potência e pertinência de certos termos previamente inquestionados dentro da tradição marxista”, como vimos, alguns desses termos são categorias basilares como “economia”, “trabalho” e “classe trabalhadora”, cujo significado tem evoluído desde o século XIX até hoje (BHATTACHARYA, 2017, p. 19). Cabe mencionar mais uma vez que essas reflexões são ainda mais pertinentes na Nossa América, pelas especificidades étnicas e históricas que representam nosso legado e nosso desafio, seguindo a tradição de Mariátegui.

Assim, no caso latino-americano, essa renovação epistemológica busca dar conta do acentuado processo de acumulação via espoliação que caracteriza o Consenso das commodities; dentro desse contexto, as teóricas feministas da região alertam sobre os projetos do capital para controlar a esfera da reprodução social, dentre outras estratégias, através da privatização dos bens comuns (ecossistêmicos, de infraestrutura e culturais), e da violação dos direitos das comunidades, pessoas e coletivos que se opõem a esse avanço avassalador, sendo uma das táticas mais macabras o *feminicídio corporativo*, o assassinato sistemático de mulheres que cumprem um papel amalgamador dentro de suas comunidades e organizações, nos movimentos de defesa dos territórios frente o agronegócio.

Antes de continuar com o seguinte capítulo, é importante fazer uma breve introdução a um tema medular, o qual também será desenvolvido na quarta seção deste documento. Se partimos de que os processos e bens materiais mais básicos para a satisfação das necessidades biológicas e culturais das e dos trabalhadores, “(...) não podem ser realizados dentro do processo de produção capitalista, uma vez que o processo como um todo existe para a valorização do capital e não para o desenvolvimento social da força de trabalho”, entendemos o enorme potencial que tem a esfera reprodutiva na construção de alternativas à exploração capitalista, como ressalta a própria Bhattacharya (2017, p. 18). Esse é o alicerce para defender que o trabalho dito invisível pode ser central para as estratégias de permanência do campesinato no espaço rural latino-americano.

América

José Luis Perales

*Me hueles a merengue y a bolero
a caña y a café*

*Me hueles a corrido y a charango
carnavalito y miel*

*Me hueles a maracas y a guitarra
a gaucho solitario y a sabana
a piel morena y sal*

*Me hueles a canela y a bananas
querida siempre y siempre maltratada
soñando libertad*

América, América

*Me hueles a guayaba
a cordillera helada
a tierra verde
y lluvia tropical*

*Me hueles a pradera
y a eterna primavera
me hueles a futuro y libertad*

*Me hueles a tabaco y a manises
a dátiles y a ron*

*Me hueles a emigrantes que se fueron
cantando una canción*

*Me hueles a torrente y a quebrada
a sangre campesina derramada
para tu libertad*

*Me hueles a mujer enamorada
querida siempre y siempre abandonada
soñando frente al mar*

3. AMÉRICA LATINA NA GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS

As origens da América Latina foram modeladas pelos interesses das monarquias europeias (ibéricas, britânica, francesa e holandesa), cujo projeto colonial na região era essencialmente de exploração, não de povoamento; adicionalmente, no caso espanhol, o fim era a expansão militar e eclesiástica, como expressava Mariátegui (2007). Essa terrível herança tem acompanhado as diferentes figuras com que os dirigentes tentam ordenar o território, desde a fazenda e o sistema de *plantation*, o latifúndio tem evoluído até o moderno agronegócio, e atrelado a ele uma constelação social de formas não capitalistas, nas quais se enraízam as agriculturas e economias camponesas (GARCÍA NOSSA, 1973; WANDERLEY, 2009). Nesse capítulo se discutirá a gênese da geopolítica dos alimentos na América Latina e sua evolução até o chamado Consenso das commodities; assim, iremos aprofundar no conceito de Regimes Alimentares⁷⁰ e sua relação com a história do continente americano.

Por definição, a geopolítica dos alimentos se refere à maneira em que se articulam as relações de produção, comercialização, distribuição e consumo alimentares, no e com o espaço; no caso específico dessas relações sociais no capitalismo, concerne às dinâmicas da produção de mercadorias e alienação dos valores produzidos ao longo dos complexos agroalimentares, cujo objetivo é o lucro, a reprodução da força de trabalho e o fornecimento de matérias-primas para a indústria. Por isso, o âmago da argumentação de Friedmann e McMichael (op. cit.) é que a agricultura tem sido central na configuração do poder capitalista; de maneira análoga, as dinâmicas do poder têm moldado as relações sociais alimentares (sendo mesmo a gênese do que conhecemos como questão agrária), portanto, trata-se de duas forças: capitalismo e agricultura, que são “mutuamente condicionantes”, e a partir das quais se cimentou uma geopolítica dos alimentos, pois:

Historicamente, o aumento e a consolidação do capital têm dependido centralmente dos alimentos –como insumo biopolítico ou de processamento para fornecer mão-de-obra e aumentar os lucros– e isso, por sua vez, depende do acesso aos recursos para a produção dos alimentos: fronteiras terrestres, fazendeiros e força agrícola de trabalho, espécies vegetais e animais, e tecnologias (dos cultivares aos OGM). A forma em que têm se organizado a agricultura e a circulação dos alimentos, depende de mudanças nas configurações do poder [...] [MCMICHAEL, 2014; p. 24].

Como foi referido nos capítulos anteriores, o capital tenta estabilizar as relações sociais agrárias e dos alimentos a través dos regimes alimentares, estabelecendo um marco regulatório –em boa medida implícito– que legitime sua autoridade, a qual se materializa nos padrões de especialização e troca e nos preços internacionais. Por conseguinte, partindo de que “o poder na era capitalista reside, em última análise, nas relações de propriedade e na força da

⁷⁰ Como vimos no capítulo anterior, vamos diferenciar entre Regimes Alimentares, como conceito, e regimes alimentares, referidos a um dado momento histórico.

mercantilização”, entendemos que, “embora cada regime seja o reflexo das disputas decorrentes das mudanças nas paisagens sociais e ecológicas, é a política do capital a que demarca essas resoluções. Destarte, o barateamento dos alimentos é a condição para a acumulação de poder”, almejando, não tanto reduzir os custos dos salários *per se*, senão preservar as condições necessárias para os regimes de acumulação vigentes (MCMICHAEL, 2014; p. 11).

Para entendermos essa relação entre poder e agricultura (em particular, com a chamada agricultura familiar), Friedmann (1987, p. 251) entrelaça três conceitos: o complexo agroalimentar –que é a estrutura que define as dietas e a produção dos alimentos–, os já mencionados regimes de acumulação (de Aglietta), e o regimen alimentar internacional, como síntese de ambos. Por sua parte, num exercício epistemológico, McMichael (2009, 2014) aprofunda nos dois conceitos em que se alicerça esta construção teórica de Friedmann:

- ✓ O conceito de regime em si, que foi abordado pela teórica na acepção de Stephen Krasner,⁷¹ como um conjunto de normas e princípios que possibilitam a convergência de expectativas entre os diversos agentes que intervêm nas relações internacionais.
- ✓ O conceito de hegemonia, aqui concebido na perspectiva de Arrighi (op. cit.), como o poder que detém um agente ou grupo, não só para impulsar a sociedade a uma meta acorde com seus interesses particulares, senão de convencê-la de que essa meta é coletiva, aspecto que discutiremos posteriormente.

Deste modo, os regimes alimentares chegam a ser entendidos como um “arranjo regulatório estável para as relações internacionais dos alimentos, que suporta uma forma particular de acumulação”, quer dizer, um conjunto de normas e instituições que, explícita ou (sobretudo) implicitamente, regram a produção e o consumo alimentares, criando uma arquitetura política e econômica que normalizam determinado regime (MCMICHAEL, 2014; p. 11). Esse processo de normalização do arranjo depende de sua capacidade para preservar a estabilidade, de garantir aos agentes um grau de previsibilidade, e o instrumento privilegiado nesse exercício tem sido a política econômica, o estabelecimento de uma moeda e um preço que mediem as transações globais; não obstante, é inevitável que o arranjo seja colocado em xeque periodicamente, pela conjugação das próprias dinâmicas da acumulação de capital e as forças sociais (MARX, 1985, 2011; ARRIGHI, 1996).

Uma vez que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção esteve cimentado no “crescimento quantitativo do trabalho assalariado” (FRIEDMANN E MCMICHAEL, 1989, p. 95), cada regime formula as condições específicas para produzir alimentos baratos, de acordo

⁷¹ KRASNER, Stephen. **International regimes**. Ithaca: Corner University Press, 1993.

com as dinâmicas de acumulação às quais está associado. Cria-se então um “perfil institucional próprio” (em consonância com a máxima de Marx (2008) de que cada forma de produção cria suas próprias relações de direito), alguns de cujos elementos são reformulados e absorvidos pelos regimes sucessores; assim, os poderes governantes traçam uns “objetivos estratégicos” e umas “ideologias legitimadoras” dos mesmos (FRIEDMANN, 2004; MCMICHAEL, 2014):

1. No regime colonial-diaspórico: A arquitetura institucional está ligada à emergência do sistema de Estados-nação; Inglaterra define os preços internacionais e o padrão-ouro, para conformar um mercado global sob os princípios da livre concorrência e fundamentado na migração de famílias camponesas europeias, as quais mantiveram os complexos trigo-gado, num modelo extensivo, localizado principalmente nas colônias das zonas temperadas de América e Oceania; isto constituiu uma “solução dupla” para as necessidades da *pax britannica*, como veremos mais adiante.
2. No mercantil-industrial: Estados Unidos promove a modernização da agricultura sob o paradigma da revolução verde, inerentemente intensivo, por tratar-se de uma translação do fordismo ao espaço rural; o modelo é sustentado na ideologia do desenvolvimento econômico, como ponta de lança na estratégia de contenção ao comunismo, dentro da qual se privilegiam as táticas do investimento e a ajuda internacionais, e se promove a descolonização (principalmente em Ásia e África), consumando o sistema de Estados.
3. No regime corporativo: Trasparece a subordinação do Estado ao mercado –através da doutrina neoliberal–, e se combinam alguns dos elementos reitores dos regimes anteriores, nomeadamente, o livre comércio para as agriculturas do Sul Global, e o protecionismo para as do norte, mesmo que sob a nova fórmula da comoditização, num modelo produtivo juntamente extensivo e intensivo.

Friedmann e McMichael salientam que os regimes alimentares são, ao mesmo tempo, a materialização das forças políticas e ecológicas que se mobilizam em cada momento da história –sua aresta agroalimentar–, e um estímulo para aprofundar as relações capitalistas de produção e consumo dos alimentos, no primeiro caso, a partir da crescente comoditização, e no segundo, pela bifurcação entre um tipo de dieta massificado e outro mais suntuário (*class diet*). Por isso podemos falar em regime, não querendo significar a existência de hegemonias absolutas –ou domínio puro, que, como veremos, é insustentável por definição (ARRIGHI, op. cit.)–, senão que as regras ou princípios reitores que organizam o sistema tendem à preservação do *status quo*.⁷²

⁷² O que em palavras de Santos (1986) determina a organização do espaço.

Por conseguinte, também as mudanças nas dinâmicas do poder vão acarretar transformações dos regimes alimentares; conforme McMichael (2014, p. 8-9), esses movimentos demonstram que: “ (1) o capitalismo não segue um rumo linear, pelo contrário, implica ciclos de acumulação politicamente organizados, e, (2) as relações agroalimentares são centrais nessas ordens políticas, na medida em que elas os sustentam materialmente e os legitimam”. A esse respeito, na perspectiva de Hanna Arendt (2011), entende-se o poder como o elemento legitimador da ação política e oposto da violência, que é um recurso oneroso e vil – mas tristemente eficaz – para conseguir que uma ordem seja obedecida; ambos podem ir juntos, especialmente nos movimentos de dominação –invasões, ocupações, etc.–, porém, sempre sob o risco de que a violência termine destruindo o poder.

Essa “equação entre poder e violência” de Arendt ajuda a entender a dinâmica dos regimes, em particular, a necessidade de executar ordens (pelo menos parcialmente) implícitas; o ponto de partida é a maneira em que Antônio Gramsci entende a hegemonia, como uma relação que precisa se legitimar para permanecer, precisamente pelo exercício do poder, aqui concebido como:

[...] a capacidade dos grupos dominantes para fazer acreditar que seu domínio serve não só aos próprios interesses senão também aos dos subordinados. Quando essa credibilidade falta ou desvanece-se, a hegemonia passa a ser pura dominação, ou o que Ranajit Guha⁷³ tem chamado ‘domínio sem hegemonia’ [ARRIGHI, 2005a, p. 28].

Na sociedade contemporânea, os instrumentos econômicos são uma das formas privilegiadas do poder, em especial, a manipulação das políticas cambiais e monetárias, para ajustar os preços e os juros, de acordo com as necessidades específicas da acumulação de capital; porém, ao longo da história essa arma tem demonstrado ter dois gumes e marca as respostas dos setores afetados. Por isso, é sempre importante recalcar que no regime não há uma força unívoca e unidirecional.

Aliás, uma vez que “as relações de poder no sistema de Estados incluem a mobilização social, para os nossos fins, agricultores, trabalhadores e consumidores se somam às empresas e Estados (e suas instituições multilaterais, quando for relevante), na construção e reestruturação do regime alimentar” (MCMICHAEL, 2014; p. 12). À vista disso, Friedmann (2005, p. 228) se refere a uma estabilidade “relativa” do regime, relaxando os supostos teóricos dos regimes de acumulação de Aglietta, e sublinhando que a sucessão de períodos de estabilidade e instabilidade “(é) moldada pelos confrontos políticos em torno do novo caminho a ser percorrido”, sendo o maior indicador de crise de um regime o fato de “muitas das regras que

⁷³ GUHA, Ranajit. *Dominance Without Hegemony and its Historiography*, em R. Guha (ed.), **Subaltern Studies VI**. Nova Delhi: Oxford University Press, 1992, pp. 231-232.

tenham sido implícitas começar a serem identificadas e questionadas”; essa “ênfase nos períodos de estabilidade global, e nos de mudança” é o sinal distintivo dos Regimes Alimentares, segundo sua principal teórica.

Essa lente permite focar na relação travada entre agricultura, capital e Estado-nação – que, como dissemos, é especialmente elucidativa na história da América Latina–, podendo relacioná-la com as três fases em que, segundo Ocampo (2004, p. 725), modelou-se a economia no subcontinente latino-americano, cujo traço mais característico e generalizado é a dependência da exportação de commodities: “a ‘era das exportações’, entre os decênios de 1870-1880 e os anos 1920; a fase de ‘industrialização dirigida pelo Estado’ entre os decênios de 1930 e 1970, e o período mais recente, denominado ‘a ordem neoliberal’”. No Longo Século XX inauguram-se as repúblicas modernas e predomina a lógica capitalista do poder, cujo exercício é imanente à geopolítica dos alimentos, e os diferentes arranjos territoriais que dela advêm.

Assim, identificamos três momentos chave na relação Agricultura/Capital/Estado-nação na América Latina: o primeiro, os movimentos independentistas e a emergência das repúblicas modernas, o segundo, o auge das políticas cepalinas (modernização conservadora, Complexos Agroindustriais, Industrialização por Substituição de Importações), e o terceiro, a desnacionalização e globalização da economia e a vida social. É claro que esses três momentos também dizem respeito ao exercício do poder e da hegemonia, no primeiro e segundo casos, encarnados pelas potências anglo-saxãs na *pax britannica* e a *pax americana*, no terceiro, na difusa hegemonia da OMC –como a denomina McMichael–, a qual seria um reflexo do cenário mais multipolar que sobreveio à queda do muro de Berlim. O rigor e versatilidade desse corpo teórico fazem dele o mais adequado para traçar as origens e evolução da divisão territorial do trabalho agrícola na nossa região.

No entanto, no capítulo anterior foi mencionado que algumas das críticas mais categóricas ao dito conceito apontam para sua periodização, em especial, Araghi (2003) argumenta que começar com a *pax britannica* é uma escolha arbitrária, remontando sua própria historiografia da geopolítica dos alimentos até as chamadas relações globais de valor da Colônia (em conformidade com os parâmetros da teoria do Sistema-Mundo), afinal, o que incentivou os reis católicos a financiar as viagens de Colombo foi a busca de rotas alternativas para a especiaria, após a conquista otomana de Constantinopla (hoje Istambul), porta de entrada para mercadorias do Oriente tão prezadas pela aristocracia europeia, quanto a pimenta, não por acaso apelidada do reino. Qual a periodização correta? Mais uma vez, propomos que isso depende da

pergunta inicial, pois cada marco temporal foca determinados aspectos da dinâmica social e obscurece outros.

3.1 AMÉRICA LATINA NA FORMAÇÃO DOS REGIMES ALIMENTARES

“Como tenho dito sempre, o império é uma questão de pão e manteiga. Se quiserem evitar uma guerra civil, devem tornar-se imperialistas”
Cecil Rhodes (agente imperial, 1895)⁷⁴

Em resposta ao questionamento de Araghi, Friedmann (2004) salienta que só a partir do século XIX a divisão territorial do trabalho agrícola se dá em função de produtos da cesta básica, a diferença dos temperos ou o açúcar, cujo comércio estava restrito aos círculos aristocráticos, lembrando que o propósito dos Regimes Alimentares é traçar a ligação entre a agricultura e a *consolidação* do capitalismo. Nessa mesma linha argumental, McMichael (2014, p. 22; 23) expressa como “é tentador remontar o conceito de regimes alimentares até a era colonial”, usando como exemplo o açúcar, cujo estatus quase nobiliário o colocou num primeiro momento no centro das disputas entre impérios, posteriormente, transformando a paisagem das colônias americanas no propósito de massificar seu cultivo; dessa maneira, “o açúcar passou de ser uma rareza em 1650, a ser um luxo em 1750, e virtualmente uma necessidade em 1850”.

Na análise dessa virada, destaca o trabalho de Sidney Mintz,⁷⁵ pioneiro no estudo do comércio de dito edulcorante e suas consequências para as metrópoles e as colônias, sendo que “o cambiante rol do açúcar expressou a emergência do capital industrial, que impulsionou à política britânica a criar um imperialismo do livre-mercado, e a partir daí um mercado mundial baseado no padrão-ouro internacional” (MCMICHAEL, 2014, p. 23). Tal vez esse seja o cerne, o que diferencia o imperialismo ibérico do moderno, o jogo de claro-escuros entre um poder exposto –mais vulnerável– e outro implícito, que busca se legitimar a partir de ideologias pretensamente universalistas e da crescente massificação dos bens materiais –dentre os quais ressaltam os alimentos, como brilhantemente levantam Friedmann e McMichael–, secundando a doutrina do progresso, como translação do darwinismo ao âmbito social.

Nessa perspectiva, as relações comerciais da Colônia não poderiam constituir regimes alimentares, por se exprimirem dentro de uma ordem explicitamente hierárquica e repressora, com o trabalho escravo na base da pirâmide social, a diferença da proletarização capitalista, que se assenta na ideologia da liberdade e o progresso. A esse respeito, Bernstein (2015, p. 24) destaca quatro aspectos centrais na análise dos Regimes Alimentares, nomeadamente:

⁷⁴ Citado por PATEL, RAJ. **Stuffed and Starved: Markets, Power and the Hidden Battle over the World's Food System.** London: Portobello Books, 2007.

⁷⁵ MINTZ, Sidney. **Sweetness and Power: The place of sugar in modern history.** Nova York: Vintage, 1985.

Primeiro, sua periodização indicou um ponto de inflexão na década de 1870 (o qual é, claro está, o momento em que Lênin data o começo do imperialismo moderno), quando os alimentos básicos começaram a produzir-se numa escala cada vez maior e viajando longas distâncias. Segundo, o comércio internacional de grande escala focou a atenção nas colônias (temperadas) de povoamento –Estados Unidos e Canadá, além de Argentina, Austrália e Nova Zelândia– as quais foram a principal fonte das exportações de grãos e posteriormente de carne a partir de finais do século dezenove. Terceiro, uma nova forma social –a ‘agricultura familiar’ comercial– foi central para a produção dos alimentos básicos nas regiões que *careciam* de ‘camponeses’ em alguma forma familiar às classes agrárias pré-capitalistas da Europa e Ásia (a diferença da maior parte de África). Quarto, começando a emergir no primeiro regime alimentar e cristalizando-se no segundo, as múltiplas dinâmicas e determinações (contraditórias) dos mercados mundiais de alimentos expandiram as categorias limitadas de agentes de classe (e formas institucionais) no centro das noções herdadas da corrente da questão agrária [a ênfase é nossa].

Por isso, o marco temporal dos regimes alimentares diz respeito das forças involucradas na transição republicana da América Latina, não como processo de ruptura com as relações coloniais, senão só com sua estrutura formal, em função das necessidades da *pax britannica*; os três últimos pontos destacados por Bernstein são especialmente elucidativos no caso do Cone Sul, o terceiro deles uma introdução à história insuficientemente visualizada da espoliação das comunidades indígenas, sob o relato da desolação pampeira, que continua sendo reproduzido e ampliado às dimensões físicas desse território, cuja biodiversidade é camuflada na aparente monotonia da vegetação.

Em relação ao primeiro aspecto destacado por Bernstein, na historiografia do imperialismo apresentada por Lênin,⁷⁶ apesar da promoção livre-cambista da *pax brittanica*, já na década dos anos sessenta do século XIX começa a delinear-se o poder monopolista, mas é com a crise econômica de 1873 que essa força tão determinante na sociedade contemporânea se consolida; as guerras independentista no continente americano vieram a ratificar essa tendência, ao transladar o poder das coroas aos bancos e empresários que emprestaram o dinheiro necessário para armar os exércitos anti-realistas, fato que ajudou a colocar o poder econômico no centro da sociedade. Nesse sentido, McMichael (2014) resgata o conceito de Farshad Araghi⁷⁷ de “relações globais de valor”, as quais “incluem a política de relações de Estado, o mercado mundial, a colonização, o imperialismo, e os regimes laborais (muitas vezes segregados geograficamente) de produção de mais-valia relativa e absoluta” (p. 41).

Para podermos dimensionar a relevância das relações de valor no capitalismo devemos voltar à questão do poder que, conforme Arrighi (1996, p. 33, 34), é exercido a partir de duas lógicas opostas: de um lado, a territorialista, e do outro, a capitalista; na definição desse autor:

⁷⁶ LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Lisboa: Edições Progresso, 1984.

⁷⁷ ARAGHI, Farshad. Food regimes and the production of value: Some methodological issues. Em. **The Journal of Peasant Studies**, Volume 30, 2003 - Issue 2, p. 41-70.

“os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial”, enquanto “os governantes capitalistas (...) identificam o poder com a extensão do seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital”. Isso em termos teóricos, já na prática ambas as lógicas do poder “(...) não funcionaram isoladamente uma da outra, mas relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal”, sendo essa contradição uma peça chave na análise do capitalismo (tanto histórico, quanto como conceito).

Se os temperos despertaram a fome europeia por percorrer o mundo, a cornucópia que encontraram no mal chamado “novo mundo”⁷⁸ exacerbou sua gula de riquezas, sendo antessala para o sistema capitalista, tal a centralidade dos alimentos e do continente americano para a história moderna. Contudo, sendo nosso interesse a história contemporânea da nossa região, e em concordância com a tese de Friedmann e McMichael (1989), queremos começar evidenciando a correlação entre a conformação dos Estados-nação latino-americanos e a consolidação de um modelo de produção especializado e agroexportador, isso sem desconhecer a importância das heranças coloniais, principalmente na estrutura fundiária, mas não só. Qual a origem das nossas repúblicas das bananas? Sociedades que parecem não atingir jamais sua maioria aos olhos do mundo e a institucionalidade em que se alicerça, territórios fadados à produção-especulação, ao extrativismo, a heteronomia e o intercâmbio desigual.

Quanto a isso, a partir de Charles Tilly⁷⁹ e da monumental obra de Fernand Braudel,⁸⁰ Arrighi (1996) destaca a conformação do sistema de Estados-nação e a construção da economia mundial capitalista, como processos interdependentes e cruciais para a sociedade contemporânea (o Longo Século XX, cujo motor fora o “sistema norte-americano de acumulação de capital”); nesses processos identifica três grandes crises que pautaram o curso da história, nomeadamente: a Grande Depressão de 1873-1896, sintoma da desaceleração econômica após a bonança da segunda revolução industrial, a crise de trinta anos (1914-1945), de confrontação bélica entre as potências globais, e as crises da década dos anos setenta. Vimos que nesses períodos se encontram as origens do complexo agroalimentar latino-americano,

⁷⁸ A etnia colombo-panamenha Kuna tem a palavra Abya-Yala, que significa terra madura e é utilizada para designar os territórios andinos e caribenhos por eles conhecidos, atualmente essa expressão está sendo resgatada para explicitar o fato do continente hoje chamado americano estar povoado muito antes da chegada dos europeus, não sendo portanto um “novo mundo”, e sim um território já constituído, maduro. Ver www.colectivoagrario-abyayala.org/

⁷⁹ TILLY, Charles. **Big structures, large processes, huge comparisons**. Nova York, Russel Sage, 1984.

⁸⁰ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**, séculos XV-XVIII. 3 Tomos. Alfragide: Teorema, 1998.

sendo, portanto, um importante marco de referência para nos ajudar a entender a maneira em que operam os atuais processos de financeirização e comoditização da agricultura.

Para nos referirmos à construção do moderno sistema de Estados-nação e sua correlação com a estruturação de uma economia global centrada na acumulação de capital, mesmo que o surgimento do Sistema-Mundo não se remonte ao tratado de Tordesilhas –conforme a mencionada anotação de Gunder Frank–, reconhecemos nesse fato o nascimento da Europa, enquanto “monstruoso modelador da história mundial” –para usar a expressão do mestre Braudel–, e conseqüentemente, ainda deveremos dedicar algumas linhas à Colônia. Na tradição mais ortodoxa do marxismo (que como mencionamos no capítulo anterior, não escapa do teleologismo hegeliano, transformado numa sorte de progressismo), América entra no relato do capitalismo basicamente dentro da chamada acumulação originária de capital, base material que possibilitaria a posterior consagração do continente europeu como centro econômico de poder. Em palavras de Sandra Pesavento (2014, p. 9):

No plano geral europeu, desencadeava-se o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, proporcionando uma primeira acumulação de capitais. Um dos mecanismos que contribuíram para que esse processo se desse foi a exploração colonial, que permitia extrair excedente econômico produzido nas colônias a fim de ser acumulado na metrópole. A exploração colonial assentava-se basicamente em produção já existente nas áreas coloniais (as riquezas minerais, por exemplo) ou em formas de produção agrícola aqui instaladas segundo os interesses e as necessidades do capitalismo nascente (caso do açúcar).

Nossa atenção está nas heranças do segundo modelo na vida republicana, aquele que instalou explorações agrícolas no continente americano, “segundo os interesses do capitalismo nascente”.

Antes de continuarmos, consideramos importante explicitar que somos conscientes de que a história do continente não começa com a ocupação ibérica; embora saia do escopo, queremos lembrar a diversidade de culturas e civilizações que representam o passado, presente e futuro americano, pois, enquanto siga sendo reproduzida a imagem de inferioridade das sociedades originárias, apagando suas lutas históricas sob o relato de que trocaram seus tesouros por espelhos, será necessário seguir repetindo-o até que consigamos re-escrever a história. No entanto, sendo nosso foco a América Latina, que por definição faz referência ao choque com os poderes europeus –a espolhação indígena e a barbárie da escravidão, como bases econômicas para a consolidação do capitalismo–, devemos levar em consideração a modernidade, consequência desse encontro entre mundos, o abraço doloroso que constitui a rica e complexa identidade latino-americana.

Como evidência da persistência dessa matriz colonial, para urdir nossa história deveremos remontar-nos à história europeia, indo e voltando entre os períodos colonial e das

revoluções industriais, e com esse propósito vamos revisar “A grande transformação”, de Karl Polanyi (2000), onde se desenha muito bem a Europa oitocentista (ponto de partida na análise dos Regimes Alimentares), que, conforme o autor, se firmava em quatro instituições:

- ✓ Na escala internacional: 1) Sistema de equilíbrio de poder: A construção de uma política internacional capaz de impedir uma confrontação armada entre as “grandes potências” da época; 2) Padrão internacional do ouro: Uma institucionalidade econômica para gerar um clima de estabilidade e predictibilidade no mercado mundial.
- ✓ Na escala nacional: 3) Mercado autorregulável: Que possibilitou a massificação da riqueza material, sendo “fonte e matriz do sistema”; 4) Estado liberal: Que teria sido uma criação do próprio mercado autorregulável, como o marco normativo no qual operaria.

Para Polanyi (2000, p. 29-30), o traço mais distintivo desse período é o que ele chama “cem anos de paz” –razão de ser do sistema de equilíbrio de poder–, dado que “o maior perigo que ameaçava os capitalistas da Europa (...) não era o fracasso tecnológico ou financeiro e sim (...) uma guerra generalizada entre as grandes potências”; evidencia-se então a “emergência de um forte interesse pela paz”, que acabaram consentindo as antigas disnatias feudais (cuja autoridade desmoronara a Revolução Francesa), para dessa maneira se aliar com as burguesias emergentes, estabelecendo os “negócios pacíficos” como uma meta “universal”. Portanto, “o sistema de equilíbrio de poder (...) não podia garantir a paz por si mesmo. Isto foi conseguido pela finança internacional, cuja própria existência incorporava o princípio de uma nova dependência do comércio à paz” (idem); como frisa o autor, dessa forma, a *haute finance* fez a incipiente institucionalidade nacional e internacional servir à sua causa.

Isso introduz uma questão muito importante: a esfera que Braudel bautizou “anti-mercado”, porém, teremos de esperar para abordá-la, sob a guia de Arrighi. Nesse meio-tempo focaremos na escala da América Latina, pois, embora essa aliança entre burguesias e elites tradicionais em torno da economia evitasse muitas confrontações bélicas no continente europeu (sem mencionar o fato dela neutralizar em boa medida a força revolucionária das classes médias nascentes), o sistema de equilíbrio de poder não salvaguardava o resto do mundo, onde a divergência de interesses –principalmente sobre territórios da África e Ásia– se traduziu em guerras coloniais. Assim, paradoxalmente, o sistema econômico –em particular, as políticas comerciais e monetárias– foi o “pano de fundo” para garantir a referida “paz” de cem anos, ao mesmo tempo que motivava algumas guerras (nos continentes africano e asiático), e repercutia em outras (movimentos emancipatórios em América).

3.1.1. Livre comércio e transição republicana

“O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado,
quando é o Estado”

Fernand Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*.⁸¹

No tocante aos processos independentistas no continente americano, embora defendamos o descontentamento das elites *criollas* (locais) como um dos seus detonantes (exacerbado após as reformas borbônicas e pombalinas),⁸² reconhecemos a importância do xadrez geopolítico que se jogava entre as potências europeias, e, a partir da independência dos Estados Unidos, com a embrionária hegemonia norte-americana, na (monstruosa) modelagem da história nas Américas. A trapaça era um componente corriqueiro na diplomacia dos séculos XVIII e XIX, fosse através de agentes privados –desde comerciantes e mercenários até piratas– que infringiam acordos pactuados pelas monarquias, de maneira mais ou menos sistemática e conivente, ou pela ação direta delas, que tentavam sempre tirar proveito das confrontações, para anexar territórios e/ou se posicionar no comércio transatlântico.

De fato, a independência estadunidense contou com o apoio de França e Espanha, mas o curso da história é traiçoeiro, e em só um lustro era a vez da monarquia francesa defrontar alçamentos populares, já no seu próprio território, ao grito de *Liberté, Égalité, Fraternité*, o qual ecoou nas suas colônias, sendo um importante precedente para a insurreição haitiana, que por sua vez foi secundada pelas coroas britânica e espanhola; inauguram-se assim –com as devidas ressalvas– os processos emancipatórios da América Latina,⁸³ Grã-Bretanha aperfeiçoa o estratagema, afirmando seu controle sobre as colônias do Caribe, particularmente Jamaica, que foi um refúgio para os comandantes dos exércitos libertadores hispano-americanos traçarem suas estratégias, com destaque para a conhecida carta redigida por Simón Bolívar, na qual, além de pormenorizar os vexames espanhóis para ganhar adeptos à causa independentista entre as potências europeias, elogia-se a modernidade e o sistema anglo-saxão de governo.

Trata-se de um processo complexo e cheio de revira-voltas, mas não compete a nós aprofundar nele,⁸⁴ vamos simplificar nossa exposição apontando só os aspectos mais diretamente relacionados com nosso objetivo. As invasões napoleônicas na península ibérica

⁸¹ Citado por Arrighi (1996).

⁸² Para uma aproximação ao balanço historiográfico que considere o papel das revoltas populares e as ideias oficiais, ver a Guerra (1997, p. 17), quem salienta “as reformas Bourbon, em particular a legislação comercial promulgada entre 1778 e 1782, permitiram diminuir o tradicional isolamento dos bens espanhóis causado pelo antigo sistema de monopólio. Estas medidas não só facilitaram o comércio livre com Espanha e entre as próprias Colônias (1795-1796), mas também com os chamados países neutros. A relativa abertura das Índias levou a maiores ligações com os mercados europeus e norte-americanos, o que impulsionou a actividade económica como um todo”.

⁸³ Quer dizer, considerando os aspectos de gênero, classe e raça.

⁸⁴ Para aprofundar ver, por exemplo, as aulas da prof. Dr. Gabriela Pellegrino Soares, disponíveis no acervo eaulas da Universidade de São Paulo: <https://eaulas.usp.br/portal/video?idItem=5049>.

tiveram repercussões imediatas no outro lado do Atlântico, começando com a mais óbvia: o traslado da corte portuguesa ao Rio de Janeiro (1807-1822), cuja fuga foi escoltada por embarcações da armada britânica, em compensação pela recusa dos lusos ao chamado “bloqueio continental”, com o qual Napoleão queria demolir o monopólio comercial inglês que já se adiversava; no caso dos vice-reinos espanhóis na América, as consequências para os movimentos emancipadores foram dúbias, pois ao mesmo tempo que desviava a atenção da já atribulada família real aos conflitos internos da metrópole, conseguiu despertar o nacionalismo e sobrepô-lo às disputas sucessórias,⁸⁵ legitimando o reinado de Fernando VII.

Mais uma vez, quem melhor saiu-se nesse cenário foi Grã-Bretanha, ironicamente, seu papel foi crucial tanto na resistência à ocupação francesa na Espanha, quanto no financiamento e consolidação militar dos exércitos independentistas na hispano-américa.⁸⁶ Como consequência da aliança com as monarquias ibéricas para frear o avanço napoleônico, oficialmente não houve apoio inglês à emancipação das colônias espanholas (em oposição à participação direta que teve na revolução haitiana), o que expressa uma virada na política britânica na região, que desde o século XVI tinha se caracterizado pelas múltiplas tentativas de se apropriar destes territórios, sobretudo em Cuba e na ribeira do *Plata* (lembrando as invasões a Buenos Aires e Uruguai, ocorridas poucos anos antes), além de respaldar o plano de Francisco de Miranda (quem incluso exiliou-se na Inglaterra após sua derrota), que –como sabemos– antecedeu a *campanha libertadora* de Bolívar.

Séculos de confrontações imperialistas deixaram muitos ensinamentos aos britânicos, o principal, que nas condições dadas era mais sensato renunciar ao anelo de anexar as colônias ibero-americanas a seus domínios, mantendo o apoio oficial a Fernando VII e seu império, enquanto banqueiros, manufatureiros, comerciantes, mercenários e incluso alguns funcionários no Caribe –mesmo que de maneira clandestina–, cristalizavam uma agenda oculta com as elites *criollas*, viabilizando a emancipação e conformação de repúblicas, com as quais perfilavam alianças e privilégios econômicos. A opção pela diplomacia é responsabilidade do ministro de relações exteriores, o visconde de Castlereagh, quem quis priorizar o sistema de segurança coletiva que as monarquias tinham desenvolvido –da Santa à Quádrupla Aliança–, para evitar a avançada de Napoleão, garantir a estabilidade interna e o sistema de equilíbrio entre potências.

Nesse marco assinou-se o tratado anglo-espanhol de 1814, que pretendia cortar o fluxo de armas entre as Antilhas inglesas e os rebeldes nos vice-reinos, ratificando uma nova lei em

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ Vale lembra a condecoração de Bolívar ao regimento inglês do exército libertador.

1817, para frear o recrutamento de mercenários britânicos à causa independentista (apesar da qual, calcula-se a chegada de uns sete mil ingleses e irlandeses nesse período);⁸⁷ mas a posição de Londres não deixava de ser vaga, como se queixaram em múltiplas ocasiões os espanhóis, pois, embora não houvesse um pronunciamento oficial a favor dos movimentos emancipadores na hispano-américa, tampouco houve uma punição direta, optando por uma política de “neutralidade”. Em suma, tratava-se de agradar a gregos e troianos, preparando o terreno para uma nova arquitetura institucional; assim, no meio do caos, a balança comercial inclinou-se definitivamente a favor da Grã-Bretanha, que se posicionou ao longo das rotas marítimas, ilhas e pontos continentais estratégicos.

Polanyi (2000, p. 32) explica o carácter *sui generis* da política exterior britânica nesse período, evidenciado não só pelo respaldo oficial à Espanha, um inimigo histórico na carreira imperialista, senão pelo chamado à neutralidade em sucessos como os que se desenvolviam na tão cobiçada terra de *El Dorado*, dando prelação à estabilidade econômica, numa clara inclinação a um tipo de governo essencialmente capitalista (em contraste com uma lógica mais territorialista de poder), isso possibilitou que:

[...] na Guerra Hispano-Americana, navios neutros com carregamentos de propriedade americana, e que não eram contrabando de guerra, [destinaram-se] a portos espanhóis [. Assim,] o século XIX revelou uma mudança decisiva em favor de medidas para salvaguardar o sistema econômico em tempo de guerra.

Segundo a tese do autor, antes e depois do dito século os interesses econômicos e a guerra parecem estar sempre estreitamente ligados, então, por que as potências optaram nesse momento pelo “pacifismo pragmático”? Para começar, o clima pós-guerras napoleônicas ainda estava enrarecido, portanto, um armistício só poderia ser bem-sucedido se atrelado a um efetivo equilíbrio de poder entre as potências, e é isso o que orientou o chamado “Concerto de Europa”, o qual é, como veremos, um indício da dialética oitocentista, estando diretamente relacionado com o surgimento da *pax britannica*, e conseqüentemente, com a conformação dos regimes alimentares.

A economia industrial começa a ser, de maneira progressiva, o principal móvel da política britânica; de um lado, a primeira Revolução Industrial resultou num excedente de mercadorias que requeriam da expansão comercial (deslocamento espacial, na terminologia de Harvey), do outro lado, a crescente urbanização e proletarização implicaram maior dependência do comércio externo, calculando-se que em 1815 Inglaterra importava 31% dos alimentos e 61% dos insumos que demandava.⁸⁸ Em ambos os casos, o que hoje conhecemos como América

⁸⁷ Ver McFarlane (2016).

⁸⁸ Ver Vargas (2006).

Latina continuava a ser um campo promissor, porém, tendo renunciado ao anexo desses territórios, ainda reconhecidos como parte dos impérios de Bourbon e Bragança, Grã-Bretanha dispôs-se ao robustecimento de sua força naval na região, com contingentes de embarcações e bases localizadas nos estratégicos portos de *San Blas*, Rio de Janeiro, *Buenos Aires*, Lima e Valparaíso, para proteger o comércio lícito do contrabando e a pirataria.⁸⁹

Já em 1820 entramos num novo meandro, o qual alterou o curso da diplomacia das monarquias europeias, levando-a do conservadorismo crasso a correntes mais liberais e republicanas. O primeiro processo relevante nessa virada é a vantagem que começam a tomar os exércitos libertadores sobre os realistas ao longo de sul-américa, encetando em 1817, com a *travessia dos Andes*, e culminando em 1821, na decisiva batalha de Carabobo; o segundo processo, intrinsecamente relacionado com o anterior, é o levante liberal na Espanha (1820), em parte, uma reverberação dos eventos no continente americano, sobre os quais teve uma retroalimentação positiva, uma vez que a política da metrópole passou da repressão à negociação com os insurrectos. Antes de continuar, devemos destacar que os movimentos na Espanha estavam em consonância com as chamadas “revoluções liberais do Mediterrâneo” (que também se desenvolveram em Nápoles e Grécia), sintoma do dinamismo do momento.

A resposta britânica perante essa mudança é paradigmática, num primeiro momento não reconheceu as repúblicas nascentes, porém, após a queda definitiva do império fernandino, muda novamente a tática, em 1823 retira-se da Santa Aliança e a partir de 1824 começa a aceitar oficialmente a independência das ex-colônias espanholas (começando com a *Gran Colombia*, o México e as *Provincias Unidas del Río de la Plata*). O então ministro de relações exteriores, George Canning, coloca a Latino-américa no centro da agenda britânica; no caso da América espanhola, a consolidação das novas repúblicas adequava-se à política econômica adotada em Londres (regulamentação monetária, crédito internacional e livre mercado), augurando um novo ciclo de exploração de recursos e força de trabalho, acorde à expansão do capitalismo, como transparecia numa carta, do 17 de dezembro de 1824 (dirigida ao também diplomata, Granville Leveson-Gower):⁹⁰

O fato foi feito, o prego foi pregado, a América espanhola é livre, e se não dirigirmos mal nossos assuntos, ela é inglesa [*The deed is done, the nail is driven, Spanish America is free; and if we do not mismanage our affairs sadly, she is English*].

⁸⁹ Vale lembrar a célebre aneddotica de a rainha Isabel I censurar a pirataria em público, enquanto empossava como *sir* a piratas tão famosos quanto Fran Drake em privado.

⁹⁰ Apud, Temperley (1906).

As elites *criollas* estavam cientes disso, sendo um claro exemplo a carta que Simón Bolívar redigira a Antonio José de Sucre, no dia 26 de maio de 1823, a propósito da solicitação de empréstimos para as guerras independentistas:⁹¹

Inglaterra é a principal interessada no sucesso desta transação já que deseja conformar uma liga com todos os povos livres de América e de Europa contra a Santa Aliança, para se colocar à cabeça dos povos e dirigir o mundo. Não é do interesse da Inglaterra que uma nação europeia como Espanha mantenha uma possessão como Peru na América. Prefere que seja independente com um poder débil e um governo frágil. É por isso que sob um pretexto qualquer, Inglaterra apoiará a independência de Peru.

Essa citação de Bolívar, apesar de entusiasta demais, é esclarecedora, pois nela se revela que a guerra realmente não se tratava de uma confrontação entre espanhóis e americanos, senão entre defensores dos valores da Santa Aliança –com o papa Leão XII à cabeça, condenando energicamente a independência das ex-colônias ibéricas– e os propagadores do nascente liberalismo anglo-saxão, portanto, o que estava em jogo era a passagem do poder das monarquias feudais e todas as instituições a elas atreladas, aos Estados-nação modernos.

O caso brasileiro é emblemático nesse trânsito; como vimos, quando o liberalismo era apenas uma faísca ameaçando em se tornar conflagração, de mãos do império francês, a dinastia Bragança respondeu conformando o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, posteriormente, ao assumir a iminência da democracia como nova forma do poder, reconheceu a independência do Brasil por meio do Tratado de Rio de Janeiro (29 de agosto de 1825), fato que lhe permitiu constituir uma monarquia constitucional para dirigir os rumos do país, até 1889, como sabemos. Vale ressaltar que entre Portugal e Grã-Bretanha havia uma aliança muito antiga (datando do século XIV), a qual, apesar de não estar isenta de episódios tensos (sobretudo a respeito da África), foi se consolidando, especialmente a partir dos ditos tratados de “comércio, paz e amizade” (século XVII), que na prática colocaram à monarquia lusa numa relação de clientela perante a britânica; a mesma tendência permaneceu no século XIX.

A maneira relativamente pacífica em que se deu a independência do Brasil,⁹² veio evidenciar que nesse momento as forças sociais puxavam para a transformação das colônias em Estados-nação; no outro lado do espectro da conformação das repúblicas latino-americanas está Haiti (então *Saint Domingue*), que por essa razão tal vez seja o melhor indício dos interesses em pugna. Um primeiro elemento na nossa exposição é que “onde se sentiram com mais força as agudas contradições sociais e étnicas existentes nas colônias europeias de América foi na área antilhana”, principalmente para a população afrodescendente escravizada nas plantações

⁹¹ Apud, Toussaint (2017).

⁹² Ver as aulas da prof. Dr. Gabriela Pellegrino Soares, disponíveis no acervo eaulas da Universidade de São Paulo: <https://eaulas.usp.br/portal/video?idItem=5049>.

coloniais (GUERRA, 1997, p. 22), por conseguinte, não estranha o carácter eminentemente popular dos movimentos emancipadores haitianos (os primeiros desse tipo no hemisfério ocidental), daí a denominação de “jacobinos pretos”⁹³ para se referir a Toussaint L’Ouverture e o exército revolucionário que guiara.

Esse processo, longo e doloroso, que começara em 1790 e desembocara na conformação do primeiro estado latino-americano independente, em 1804, logo no começo foi objeto de sabotagens e sanções econômicas metropolitanas, isto, somado aos conflitos intestinos, levaram à pauperização profunda, à divisão da *Hispaniola* em dois (Haiti e a atual República Dominicana), e ao endividamento infundável, aspecto que retomaremos de aqui a pouco. Antes disso, queremos aprofundar em alguns processos que consideramos chave para entendermos a ligação entre a constituição dos estados-nação, dos complexos agroexportadores e dos regimes alimentares na região; iniciaremos apontando algumas diferenças entre os processos de emancipação no norte do continente, Haiti e ibero-américa, os quais dão conta das rupturas e continuidades na transição à hegemonia do capital.

É importante lembrar que a declaração de independência estadunidense (*The Unanimous Declaration of the Thirteen United States of America*), dada em julho de 1776, não só foi um referente crucial para a Revolução francesa e toda a doutrina liberal dos direitos humanos⁹⁴ (base axiológica da ordem burguesa), ela assinala a consolidação do liberalismo econômico anglo-saxão, herdeiro dos ciclos de acumulação genovês e holandês (séculos XV a XVII e XVI a XVIII, respectivamente), responsáveis no seu conjunto da configuração do capitalismo (ARRIGHI, 1996). Particularidades da colonização na América do norte,⁹⁵ como o peso das comunidades e costumes puritanos dentro do universo dos colonos (condensado na ideia do destino manifesto), a migração temprana de agricultores de outras regiões europeias, e em geral, as estruturas que levaram ao que Lênin denominou “via *farmer*” do desenvolvimento da agricultura, puseram aos Estados Unidos “à vanguarda do capitalismo moderno”.⁹⁶

Nesse sentido, o confronto bélico entre britânicos e estadunidenses é paradoxal, pois, embora num primeiro momento a independência dos treze estados fosse um obstáculo para as aspirações imperialistas dos ingleses, no longo prazo acabou dando um impulso ao ciclo anglo-

⁹³ Título do libro de JAMES, C.L.R. **The Black Jacobins: Toussaint L’Ouverture and the San Domingo Revolution**. Londres: Secker & Warburg Ltd., 1938.

⁹⁴ “We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness” (Consideramos estas verdades óbvias, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo seu Criador de certos Direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade).

⁹⁵ Em particular, a importancia dos puritanos nos processos de colonização na América do Norte.

⁹⁶ Ver: LÊNIN, Vladimir. “El desarrollo del capitalismo en Rusia”, México: Edición Cultura Popular. 1971.

saxão de acumulação de capital. Por isso, a relação metrópole/colônia que sustentaram Grã-Bretanha e Estados Unidos, mesmo que única no continente, nos insta a transcender as leituras mais estreitas das lutas independentistas, por exemplo, no tocante às consequências das Reformas Borbônicas em hispano-américa, nas que geralmente se destaca só o descontentamento das elites *criollas* pelo aumento de impostos e a perda de prerrogativas, sem considerar o impulso que elas supuseram para o livre comércio,⁹⁷ e por conseguinte, para as estruturas agrárias dos nossos países (GUERRA, 1997).

Em última análise, com as independências houve ganhadores e perdedores em ambos os lados do Atlântico, qual o comum denominador entre uns e outros? Voltando à América Latina, a queda irreversível do monopólio econômico das metrópoles continentais acarretou profundas transformações sociais, principalmente no caso das colônias ibéricas, nas quais foram tomando forma sociedades proto-capitalistas. Guerra (1997, p. 18-19) relata a maneira em que começaram a se materializar esses processos, na última etapa da ordem colonial; de um lado, no caso dos vice-reinos, a crescente demanda de matérias-primas para a indústria britânica suscitou grande dinamismo na economia:

Todas estas transformações tiveram, em consequência, sensíveis modificações na composição classista da sociedade colonial, dominada até então pelo exclusivo círculo europeu de funcionários, comerciantes monopolistas e grandes proprietários, o alto clero e os latifundiários senhoriais *criollos*, de economia natural e vinculados a *mayorazgos*. Agora se desenvolveram grupos sociais emergentes –muito mais ligados que os anteriores ao comércio exterior e ao capital... em determinadas regiões litorâneas, cidades e portos como Habana, Caracas, *Cap-François*, Rio de Janeiro, Veracruz, Guayaquil e *Buenos Aires*, que denotavam a presença de certos elementos proto-burgueses.

Do outro lado,

O caso do Brasil no século XVIII caracterizou-se pelo traslado de sua zona nuclear do Nordeste ao Centro sul, em virtude do descobrimento por parte dos bandeirantes de fabulosas jazidas de ouro e diamantes em Minas Gerais, que gerou ao seu redor toda uma série de atividades econômicas colaterais. Este *boom* trouxe consigo a expansão do poder metropolitano, em detrimento da tradicional autonomia administrativa e a relativa liberdade comercial que até então desfrutavam os brasileiros. Essa foi, precisamente, a tarefa do Marquês de Pombal, representante português de um 'despotismo ilustrado' muito distinto em quanto a resultados de sua contrapartida hispânica.

⁹⁷ Em palavras de Guerra (1997, p. 17): “las reformas borbónicas, en particular las legislaciones comerciales dictadas entre 1778 y 1782, permitieron la disminución del tradicional aislamiento de las posesiones españolas provocado por el viejo sistema de monopolio. Estas medidas no sólo facilitaron el comercio libre con España y entre las propias colonias (1795-1796), sino también con los países llamados neutrales. La relativa apertura propició mayores vínculos de las Indias con el mercado europeo y norteamericano, lo que incentivó la actividad económica en su conjunto. La minería se reanimó en el Virreinato de Nueva España, la producción de plata pasó de 5 millones de pesos (1762) a 27 millones (1804) y cobró un nuevo impulso la actividad colonizadora, iniciando una pujante expansión productiva en áreas hasta entonces marginales del Imperio colonial español: las Antillas, Venezuela y el Río de la Plata”.

Dessa maneira, a irrupção de comerciantes não monopolistas, intelectuais e artesãos tornaram mais complexa a oligarquia *criolla*, introduzindo “um componente progressista nos conflitos de classe”, que já não se limitavam à exploração dos estratos populares por parte das aristocracias tradicionais –latifundiárias e proprietárias de minas. As reivindicações em prol do livre mercado das elites emergentes se somaram aos fatores externos, dentre os quais destacamos o contrabando e o bloqueio inglês às embarcações espanholas e francesas – “agudizado desde a derrota da Espanha na batalha naval de Trafalgar (1805) ”–, minando definitivamente o monopólio comercial ibérico: “os ingleses desde as Malvinas, *Colonia de Sacramento* e Jamaica, e em menor medida os holandeses desde Curaçao e Paramaribo, controlavam por via de *interlopers* uma parte substancial do comércio colonial hispano-americano” (idem.).

Porém, para completar o contexto econômico pré-guerras independentistas, devemos nos referir também ao componente mais “enfudado” (segundo a denominação do autor acima citado), atrelado desde os primórdios da ocupação europeia de América à propriedade da terra. Consideramos que não é necessário voltar sobre a “*Real cédula de consolidación para la venta de bienes pertenecientes a obras pías*” e demais componentes fiscais das leis Borbônicas, por ser uma matéria suficientemente explanada nos cursos de história da América Latina,⁹⁸ isso sem desconhecer sua relevância no declínio do poder colonial; focaremos em aquilo que permanece até hoje, configurando o que poderíamos chamar de “via *junker/prussiana*” (para seguir com a terminologia leninista/kautskiana), isto é: o latifúndio e seu sistema de produção associado –o *plantation*–, que são o substrato para a reprodução contraditória e combinada de formas capitalistas e não capitalistas no espaço rural latino-americano.

Como sabemos, a estrutura fundiária na nossa região é intocável, constituindo um tabu primordial nas agendas políticas, como consequência, ao se proclamar a independência dos Estados-nação não houve uma ruptura radical com as hierarquias e o sistema racializado da Colônia, senão uma *transição conservadora* ao capitalismo moderno; já na escala global, o vertiginoso nascimento da hegemonia anglo-saxã foi fundamento para, e se fundamentou em, uma visão dicotômica do mundo, com o hemisfério norte sendo equiparado à civilização e o sul à barbárie. Pela conjugação dessas causas internas e externas, as elites *criollas* não “(estiveram) em condições de imprimir um selo propriamente burguês às relações de produção e ao curso ulterior das transformações socioeconômicas” (GUERRA, 1997, p. 19), sendo a inércia da

⁹⁸ Por exemplo, ver as da prof. Dr. Gabriela Pellegrino Soares.

escravatura –que tardou décadas em ser abolida após a constituição das novas repúblicas– a arista mais óbvia, mas não a única, nessa imprecisão.

Em todo caso, quais os alcances do projeto nacional no continente americano? Para nos debruçarmos nessa questão serve rememorar que Francisco de Miranda –prócer da independência de hispano-américa por antonomásia–, propunha a designação “Colômbia” para nomear à América Latina (então, Índias Ocidentais), numa tentativa por cortar o vínculo simbólico com as metrópoles ibéricas, mas não com um dos grandes mitos do Sistema-Mundo moderno: Cristóvão Colombo, o que marca o cariz eurocêntrico dessa gesta; Simón Bolívar e seus pares retomaram essa visão quando da confrontação com os exércitos e funcionários realistas. Esse é um primeiro indício das continuidades com esse projeto inerentemente eurocêntrico que é América, patronímico derivado de alguém que –sem demérito a suas contribuições à Geografia– mal pus os pés neste território.

O sobrenome “Latina” não põe fim a essa antinomia, sendo consequência das aspirações panlatinistas de Napoleão Bonaparte, para fazer contrapeso ao influxo britânico; em resumo, desde sua incorporação ao Sistema-Mundo, o continente americano tem construído uma identidade a partir da alteridade, desconhecendo as heranças ancestrais dos povos do Abya-Yala, discussão que abordaremos sumariamente, a propósito do pensamento de Martí e de Mariátegui. Como destaca José Antonio Ocampo (2004, p. 726): “a criação da nacionalidade foi traumática e incompleta na maioria dos países, pelo menos em dois sentidos diferentes”, o primeiro deles:

[...] significou uma guerra civil recorrente em muitos países durante o século XIX, que contribuiu à geração de sistemas políticos nos que o governo oligárquico se entrelaçou estreitamente com o poder militar. Por sua vez, isso último significou que a vitória do liberalismo econômico no século XIX não esteve acompanhada na maioria dos países pelo desenvolvimento de instituições políticas liberais.

Em segundo lugar, nos deparamos com uma condição que por si só explica em grande medida a opção pela agroexportação:

[...] em termos econômicos, a ausência de comunicações modernas significou que os países foram realmente um conjunto de localidades, arquipélagos econômicos nos que as diversas partes das nações estavam amiúde melhor integradas aos portos de Europa ou os Estados Unidos que entre si. O desenvolvimento de um verdadeiro mercado interno foi assim um processo relativamente tardio na maioria dos países.

Ainda no tocante ao surgimento dos Estados-nação latino-americanos, as *juntas de gobierno* que antecederam os levantamentos militares independentistas foram presididas pelas elites dos vice-reinos, cujos interesses particulares marcaram o ritmo, os avanços e retrocessos na separação do poder da coroa espanhola; no Brasil, os dois movimentos mais influentes na declaração de Independência (a revolução pernambucana e o alçamento liberal portuense),

também foram promovidos pelas elites, isso por não mencionar a transversalidade da família real nesse processo.

Por isso, as nuances nos movimentos independentistas estão diretamente relacionadas com a heterogeneidade das elites *criollas*, as quais –enquanto produto dos conflitos e debates da sociedade à qual pertenciam– defendiam ideais que iam do republicanismo popular ao realismo; como argumenta Guerra (1997, p. 24), “ (...) a atitude das classes privilegiadas diz respeito ao maior ou menor grau de polarização social e racial. Onde as confrontações étnicas e de classe eram muito agudas, a aristocracia *criolla* manteve por mais tempo uma posição contrária à independência”, tais os casos de Peru e de Haiti, sociedades dissímeis em muitos sentidos, porém, unidas pelo “temor a que se desencadeara uma incontrolada sublevação popular, em particular de escravos negros ou do campesinato indígena, (estando) ainda fresca a comoção provocada pela rebelião de Túpac Amaru (1780) e a revolução haitiana”.

Já para as vertentes mais radicais dentre os *criollos*,

[...] procedentes na sua maioria da intelectualidade e outros sectores das camadas médias, geralmente não atados a nenhum interesse econômico fundamental, a Revolução Francesa –com suas conquistas: abolição da escravidão, eliminação de direitos feudais, repartições agrárias, destruição do regime de privilégios, etc.– inspirava um programa ‘jacobino’ que tendia ao aprofundamento do processo emancipador e a concitar com suas consignas anti-feudais e igualitaristas, o apoio das grandes massas oprimidas, integradas por escravos, peões, camponeses endividados, índios [GUERRA, 1997, p. 20].

Nesse sentido, ressalta o levante de “verdadeiras revoluções populares” no marco dos processos independentistas, por exemplo, nos países que hoje conhecemos como Brasil (revolta dos Búzios, 1798), México (Hidalgo e Morelos, 1810), Uruguai (Artigas, 1811), Peru (Pumacahua, 1815), e Bolívia (Warnes; Azurnuy e Padilla; 1811-1825), entre muitos outros movimentos populares, “(os quais) foram portadores de uma concepção insólita do estado e a sociedade que por um tempo logrou ultrapassar e pôr em crise o restringido marco político-institucional e social traçado para a emancipação por parte da aristocracia *criolla*” (GUERRA, 1997, p. 24).

Não obstante, como salienta o autor, as possibilidades históricas levaram a que triunfasse um projeto de república de índole mais elitista, havendo vários episódios infames em que as oligarquias atraíram aos setores populares –indígenas, afrodescendentes, peões–, prometendo terra, liberdade, e outros direitos básicos que não foram garantidos após as confrontações e vitórias militares; o fato é que essa aliança policlassista não obedecia necessariamente a convicções, e sim a uma obrigatoriedade, dada a correlação de forças, especialmente após a chamada *Reconquista*, última tentativa do império fernandino por manter sua autoridade nos vice-reinos de América. No caso brasileiro, as alianças entre as elites locais

e Dom Pedro, dito líder da independência e defensor perpetuo do Brasil, tornam mais evidente a composição de classe das independências latino-americanas.

Como consequência da estratificação e das restrições à educação, as elites *criollas* geralmente eram educadas na Europa, favorecendo os vínculos econômicos e culturais com as oligarquias europeias, dentre as quais procuraram aliados e investidores, não só para as guerras independentistas em si, senão também para os Estados-nação que daí desabrochariam, desde esse momento projetados para a *produção-especulação*, conceito proposto por José Antonio Ocampo (1984), para explicar a lógica econômica da embrionária burguesia latino-americana (em particular, na região intertropical), e que se refere à orientação agroexportadora da produção, apostando às dinâmicas do mercado mundial (subidas nos preços, escassez na oferta, etc.), o que derivou no auge do cacau, da borracha, do tabaco, entre outros ciclos; posteriormente veremos que essa opção obedeceu em boa parte ao contexto de endividamento externo, fraca articulação interna, dissenso e questionamento às novas autoridades, etc.

No entanto, hoje há consenso –pelo menos desde os estudos agrários críticos– em torno da vulnerabilidade e heteronomia que devieram dessa estrutura econômica, extractivista e especializada num número limitado de itens, os quais são priorizados a partir de uma variável impredecível, como é a tendência da demanda global. Além disso, o extrativismo –velho e contemporâneo–, está alicerçado na exploração da força de trabalho das camadas populares, e isso independe da composição orgânica de capital, como demonstram os agronegócios na atualidade; assim, apesar das louváveis façanhas de tantos homens e mulheres que viveram e morreram pela construção de sociedades justas, nos incipientes Estados-nação houve uma continuidade da economia colonial e pouco se modificou a pirâmide social,

Desta maneira, ao lado do enfrentamento entre as colônias e suas metrópoles, entre os europeus beneficiários do monopólio comercial e os *criollos* partidários do livre comércio, pulsava outra contradição: a que existia entre os detentores do poder econômico nas sociedades latino-americanas e os produtores deserdados. Por essa razão, o estouro do movimento revolucionário na América Latina não só esteve compulsado pelo regime de opressão política e a exploração econômica a que estavam sometidas as colônias americanas pelas metrópoles europeias, senão também pela extrema polaridade social e as rígidas regulamentações raciais [GUERRA, 1997, p. 21].

À vista disso, no século XIX surge um dos paradoxos básicos na América Latina, pela coexistência de encadeamentos com o mercado global –a montante e a jusante– cada vez mais modernos e uma estrutura agrária retrógrada. Aqui vale lembrar que as formas mais usuais de posse da terra nas sociedades coloniais eram: a *plantation*, a *hacienda* (fazenda, que originalmente se diferenciava da anterior por estar mais voltada ao mercado doméstico), a estância, a propriedade eclesiástica, a pequena propriedade e os territórios indígenas; esse

“sistema heterogêneo” não só permaneceu na transição à vida republicana, a progressiva concessão de títulos de propriedade sobre terras públicas, por exemplo, como doações para as altas patentes dos exércitos independentistas, acabou favorecendo a consolidação da grande propriedade e do poder latifundiário.⁹⁹

Adicionalmente, a diferença dos Estados Unidos, onde o avanço técnico na agricultura era contínuo –chegando a ser incluso celebrado por Lênin, Kautsky e o próprio Marx–, a herança ibérica se patenteava em cada centímetro de terra, que fornecia ao mundo de produtos sustentados no trabalho escravo e/ou outros sistemas de exploração da mão de obra das comunidades étnicas e camponesas. A complexa relação travada entre as diversas categorias de trabalhadoras e trabalhadores rurais e o latifúndio na América Latina, pode ser abordada a partir do conceito de “constelação social”, de Antonio García Nossa (1973), que entende a grande propriedade como um núcleo que exerce forças centrípetas e centrífugas sobre as economias camponesas, quilombolas, indígenas, etc., que a circundam e com as quais se territorializa, aspecto que será retomado no quarto capítulo.

Contudo, esse tipo de contradições não é exclusivo da nossa região, aliás, “a oposição à mobilização da terra foi o pano de fundo sociológico na luta entre o liberalismo e a reação, que constituiu a história política da Europa continental no século XIX”; em palavras de Polanyi (2000, p. 221-222), “o liberalismo econômico estava aferrado ao Estado liberal, enquanto o mesmo não ocorreu com os interesses fundiários (...)”, sendo a Santa Aliança a bandeira dos poderes clerical e latifundiário, cujo apelo ao passado (envernizado para cobrir as marcas das fomes, guerras e doenças, até deixar só o que havia de bucólico), ia claramente na contramão do progressismo moderno, por isso, o mesmo autor pergunta: “o que permitiu à aristocracia feudal do continente manter sua influência num estado de classe média, quando já havia perdido as funções militar, jurídica e administrativa às quais deviam a sua ascendência?” (Ibid, p. 220).

Para desemaranharmos esses processos devemos dimensionar o furor *laissezfairista* que caracterizou o século XIX, caricaturizado por Marx no já citado “Discurso sobre o livre mercado” (*On free trade*, ver anexo 2), que expõe a falácia dos argumentos pelo desmantelamento das *Corn Laws*: redução dos preços da cesta básica, especialização a partir das vantagens naturais, convergência de preços e salários, entre outros, sobre os quais se erigeu a estratégia da *Oficina do Mundo*. Nesse contexto não só se desatenderam as consequências sociais da industrialização, senão também a velocidade com que começaram a se deteriorar os ecossistemas, sendo desde então a ameaça contínua “o aumento econômico (que pode) se

⁹⁹ Ver Bértola e Ocampo (2004), Osorio (2005).

ampliar facilmente, de forma a englobar as condições de segurança e estabilidade ligadas à integridade do solo e dos seus recursos” (POLANYI, 2000, p. 220).

Assim, as forças desatadas pelo liberalismo econômico começaram a ganhar inércia, a ambição desmedida dos industriais britânicos prenunciava uma morte prematura para o capitalismo, pois, ao pretenderem se “dedicar inteiramente à indústria”, para que “toda a Europa (abandonasse) as manufaturas, e a Inglaterra (formasse) uma só cidade manufatureira, que teria como campo o resto da Europa” (MARX, 1987, p. 145), a custas do meio ambiente e a agricultura local, “já haviam esquecido que a terra era parte do território do país, e que o caráter territorial de soberania não era apenas um resultado de associações sentimentais porém de fatos concretos, inclusive fatos econômicos” (POLANYI, 2000, p. 220). Dessa forma responde Polanyi sua própria pergunta, salientando que, ao contrabalançarem o inviável rumo da industrialização total, o protecionismo agrário em geral, e a aristocracia feudal em particular, acabaram contribuindo à consolidação do capitalismo na Inglaterra:

O contramovimento protecionista na verdade conseguiu estabilizar o campo europeu e enfraquecer o fluxo em direção às cidades, que era o tormento da época. A reação foi a beneficiária de uma função socialmente útil que lhe coube executar. A mesma função que permitiu às classes reacionárias da Europa jogar com os sentimentos tradicionais em sua luta por tarifas agrárias foi responsável, na América do Norte, cerca de meio século mais tarde, pelo sucesso da TVA [*Tennessee Valley Authority*, empresa pública de electricidade] e outras técnicas sociais progressistas. As mesmas necessidades da sociedade que beneficiaram a democracia no Novo Mundo [sic.] fortaleceram a influência da aristocracia no Velho Mundo [sic.] [POLANYI, 2000, p. 221-222].

Marx (1987, p. 158) explicava essa ironia histórica com seu habitual senso de humor: “em geral, o sistema protecionista é nos nossos dias conservador, enquanto o sistema de livre câmbio é destrutor. Corrói as velhas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado”, agregando que “o sistema da liberdade de comércio acelera a revolução social. E só neste sentido revolucionário, voto, senhores, a favor do livre câmbio”. Como sabemos, o sistema de equilíbrio de poder não conseguiu dar conta da crescente hostilidade entre potências, o poder latifundiário não foi totalmente extinguido, a Grã-Bretanha não concretou a aspiração (suicida) de se tornar a *Oficina do Mundo*, e o capitalismo –incrível mutante–, pôde incorporar as características que a história lhe exigia para sua continuidade.

No entanto, não coube aos grandes proprietários da terra na América Latina a mesma função. A esse respeito, vale retomar ao mestre Santos (1986, p. 26-27), quando refere que “as técnicas são (...) variáveis, porque elas mudam através do tempo, (e) só aparentemente formam um contínuo”, de maneira que, “em função das técnicas utilizadas e dos diversos componentes de capital mobilizados, pode-se falar de uma idade dos elementos ou de uma idade das variáveis”; assim concebida, a idade dos elementos do espaço permite entender a coexistência

de tecnologia de ponta e relações escravocratas, por exemplo, nas *plantation* da cana de açúcar, uma vez que “(...) a evolução técnica e a do capital não se fazem paralelamente para todas as variáveis. Também, ela não se faz igualmente nos diversos lugares, cada lugar sendo uma combinação de variáveis de idades diferente”, como bem podemos observar no espaço rural latino-americano ainda hoje.

No lado mais moderno dessa equação –tecnologia moderna-relações de produção antigas– encontramos o capital financeiro, bastante dinâmico a começos do século XIX, especialmente em Londres, que já se perfilava como capital das finanças. Como mencionamos tangencialmente, a independência das Américas não se conseguiu só nos campos de batalha, as elites liberais usaram a diplomacia para ganhar adeptos e arrecadar fundos para a causa, principalmente entre as burguesias europeias, havendo um fluxo de empréstimos –não por vias oficiais, devido às mencionadas alianças com as coroas ibéricas, senão a través do mercado acionário londrino–, ao longo da década de 1820; esses movimentos eram “puramente especulativos, no sentido mais estrito do termo, as rendas eram regularmente investidas em títulos do governo interno, (pois) nenhum mandatário julgava conveniente apoiar os seus nacionais engajados na tarefa muito arriscada de emprestar dinheiro a governos ultramarinos de reputação duvidosa” (POLANYI, 2000, p. 306-307).

Com relação aos capitais europeus (particularmente, britânicos) investidos nas guerras de independência e conformação das novas repúblicas latino-americanas, vale mencionar uma anedota, por ela denotar a natureza especulativa dessas transações; de acordo com os registros da época, em 1822, o escocês Gregor McGregor, filho de um banqueiro, fraudou centenas de pessoas que, não só investiram umas 200.000 libras esterlinas no reino fictício de *Poyais*, algumas (calcula-se que mais de 250) incluso partiram rumo a essa terra prometida, para estabelecer uma colônia escocesa, no que resultou ser um lote inóspito e não cultivável dentro da atual Honduras. Assim, pelo carácter arriscado desses investimentos, foram cobradas taxas leoninas, fato que continuou atraindo capitais, com um auge entre 1824 e 1825, ano em que estourou a primeira bolha especulativa de escala global na história do capitalismo.

Nesse sentido, devemos precisar que, assim o capital financeiro seja medular na constituição da economia moderna, ele não representa:

[...] uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de ‘antigos’ regimes e da criação simultânea de ‘novos’ [ARRIGHI, 1996, p. ix-x].

Vale salientar que, conforme Arrighi, a atual financeirização da economia desvia-se desse padrão, e por isso é um aspecto medular dessa tese. Voltando à questão do investimento de capital especulativo nas proto-repúblicas latino-americanas, do ponto de vista local, ali datamos a origem do endividamento externo, salientando ainda que só a partir de 1828 houve uma suspensão generalizada do pagamento do serviço da dívida (com moratórias que foram dos quinze aos trinta anos), sendo portanto uma consequência da crise, e não sua causa, como aponta a historiografia mais reacionária.¹⁰⁰ Como foi referido, a opção pelo modelo agroexportador obedeceu em parte a fatores externos, dentre os quais sobressai precisamente o pagamento da dívida, cuja inércia perdura até hoje, sendo um componente *sine qua non* na análise do agronegócio contemporâneo, em especial, no fenômeno da *sojização* no Cone Sul (GOLDFARB, 2013).

Até aqui temos abordado processos tão complexos quanto o Concerto europeu de maneira simplificada, sendo nosso propósito apenas delinear os antecedentes do agronegócio na América Latina. No entanto, há dois momentos claramente diferenciáveis nesse sistema de equilíbrio entre potências, o primeiro deles, de cunho conservador –no marco da já mencionada Santa Aliança–, foi instituído pelo “Congresso de Viena” (1814-1815), e marcava o final das guerras napoleônicas, já no segundo momento encontramos novos matizes, à medida que as revoluções burguesas se consolidavam no mundo, além disso, as crises econômicas da década de 1870 revelaram contradições e exacerbaram rivalidades, levando a uma revisão dos termos no “Congresso de Berlim” (1878), que operou até 1914, quando colapsou definitivamente, até derivar na Primeira Guerra Mundial; como veremos, não por acaso essa segunda etapa coincide com a segunda Revolução Industrial e o primeiro regime alimentar.

Aliás, Polanyi (2000, p. 33) salienta que foi a organização internacional da economia – livre mercado e revolução industrial– a que conseguiu sustentar o Concerto de Europa; os avanços tecnocientíficos maravilham à sociedade, as indústrias produzem “um bem-estar material sem precedentes”, configurando paulatinamente uma nova hegemonia, centrada no livre mercado:

Orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito. Já no último quarto do século XIX, os preços mundiais das mercadorias constituíam a realidade principal das vidas de milhões de camponeses continentais; as flutuações do mercado monetário de Londres eram anotadas diariamente pelos negociantes de todo o mundo, e os governos discutiam os planos para o futuro à luz da situação dos mercados de capitais mundiais. Só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo

¹⁰⁰ Como destaca Eric Toussaint, do *Comité para la abolición de las deudas ilegítimas* (CADTM), ver o artigo: América latina: Deuda y libre comercio como instrumentos de subordinación, do 26 de abril de 2017, publicado no site de CADTM, <https://www.cadtm.org/>.

da existência material da raça humana. Como o sistema precisava de paz para funcionar, o equilíbrio de poder era organizado para servi-lo. Se se retirasse esse sistema econômico, o interesse pela paz desapareceria da política.

Essa segunda etapa da revolução industrial trouxe transformações técnicas, econômicas e sociais, estreitamente relacionadas entre si. No primeiro caso, o descobrimento de novas fontes energéticas (gás, eletricidade, petróleo), facilitou o desenvolvimento de sistemas automotivos (trens e barcos a vapor, automóvel, avião) e da telecomunicação (telefone e rádio), que conjugados redundaram numa redução dos custos da produção e distribuição de mercadorias, e do transporte de passageiros; no tocante às transformações sociais, somado aos avanços técnicos, irrompe o *fordismo* na virada do século, levando a uma divisão social do trabalho hiper-especializada (materializando o sonho anelado dos economistas burgueses, desde Adam Smith e sua arquetípica fábrica de alfinetes), o que derivou no desemprego da massa proletarizada na primeira etapa da industrialização, e em mudanças na forma de trabalhar, consumir e se alimentar.

Já desde os primórdios da primeira Revolução Industrial tinha havido na América Latina um notável aumento na exportação de matérias-primas, em resposta à demanda crescente:

Em consequência, durante as últimas três décadas do século XVIII produziu-se um considerável incremento da produção agropecuária latino-americana, cujo valor não tardou em exceder ao da mineração. Por exemplo, o comércio de Cuba que em 1770 requeria apenas cinco ou seis barcos, necessitava 200 em 1778. A exportação de couros de Buenos Aires passou de 150 mil unidades anuais a 800 mil. As vendas de café e cacau brasileiro se setuplicaram entre 1798 y 1807, favorecidas pela neutralidade de Portugal nos conflitos europeus. Em 1740, 222 barcos ancoraram no porto de Veracruz, enquanto 1500 o fizeram em 1790. Para toda Hispano-américa o valor total do comércio com Espanha aumentou um 700% entre 1778 e 1788. Simultaneamente, registrava-se um extraordinário crescimento demográfico –ao redor de 50%–, que reverteu a tendência negativa prevalecente desde a Conquista [GUERRA, 1997, p.18].

Porém, a partir da década de 1870 há diferenças quantitativas e qualitativas no comércio transatlântico, sendo as mais notáveis a escalada na imigração europeia e a exportação de alimentos para o consumo massivo. De um lado, também no continente europeu houve uma explosão demográfica no século XVIII, o que implicou a superlotação das cidades –como expunha Polanyi–, o aumento dos *exércitos de reserva*, e consequente deterioração do bem-estar das massas proletarizadas; do outro lado, e como consequência do anterior, a população urbanizada demandava alimentos que a Grã-Bretanha não podia (e como vimos, originalmente nem queria) produzir, dessa forma, as correntes do livre mercado foram impulsando a produção agrícola na América Latina, e assim:

[...] conformou-se uma mais diversificada estrutura agrária associada às particularidades regionais. Nas áreas pecuaristas do *Río de la Plata*, de tardia colonização, a velha economia autossuficiente de fazendas enfeudadas que dominou o panorama latino-americano nos dois primeiros séculos coloniais carecia de importância –apenas existiam *mayorazgos*–, situação bem diferente às zonas mais

povoadas de Mesoamérica ou a parte andina. Uma evolução similar às regiões pecuaristas produziu-se onde despontava a economia de plantação e, em menor medida, no norte de México e os *llanos* venezuelanos [Idem.].

Nesse cenário, o regime alimentar se materializa como a mercantilização da cesta básica e a construção de um mercado mundial para essas mercadorias, regido por um preço único. Isso contribuiu à construção do imaginário do mercado autorregulável (o qual funciona como um mecanismo cujas engrenagens são calibradas por uma mão invisível), mas nada poderia estar mais longe da realidade, pois, “a maneira em que se determina esse preço (foi) uma questão secundária perante o processo de integração das regiões produtoras, (...) é esse efeito do preço (a sujeição dos produtores a um preço único) o que expressa o princípio reitor de cada regime”; por outras palavras, a construção de um circuito agroalimentar global é um fenômeno mais político que econômico, “na medida em que constitui um poder de mercado com fins políticos”, daí que Araghi considere o regime alimentar como a face política na construção das relações de valor (MCMICHAEL, 2014, p. 24).

Para refinar a cronologia desse primeiro regime, McMichael (2014, p. 26) resenha a Bill Winders,¹⁰¹ quem destaca dois momentos na consolidação da *pax britannica*. O primeiro momento é a revogação das já mencionadas *Corn Laws*, política tarifária sobre as importações de grãos, que teve vigência no Reino Unido entre 1815 e 1846; para chegar a um acordo com os contraditores dessa medida, principalmente entre os latifundiários, criou-se uma coalizão interclassista, pois a estratégia “dependia do surgimento de uma classe industrial cada vez mais coerente e politicamente estabelecida, que precisava reduzir os custos trabalhistas, em aliança com os pecuaristas, que também buscavam grãos mais baratos na ultramar”. O segundo momento é o tratado comercial anglo-francês, de 1859, que foi o primeiro tratado internacional de livre comércio, e ponto crucial na estratégia de converter a Grã-Bretanha na *Oficina do Mundo*.

Essa estratégia derivou numa “rivalidade industrial” entre as potências europeias, a qual desabaria o regime alimentar colonial-diaspórico e acabaria com os ditos “cem anos de paz” nesse continente; mas ela teve uma repercussão ainda mais direta nas dinâmicas do mercado mundial de alimentos, na medida em que o livre comércio se afirmava no resto do mundo, particularmente na América Latina, como “(...) o veículo para importar tecnologia e matérias-primas (incluídos os alimentos). Agricultores de todas partes concorriam pelos mercados, produzindo mais do que os consumidores procuravam, deprimindo os preços agrícolas” (MCMICHAEL, 2014, p. 26), lançaram-se assim as bases da modernização da agricultura –

¹⁰¹ Winders, Bill. **The politics of food supply**: U.S. agricultural policy in the world economy. New Haven: Yale University Press, 2009.

como processo heterônomo—, e do *dumping*, como tática para a constituição de poderes monopólicos.

Nessa sentido, para Rosa Luxemburgo (2009, p. 224) os processos de acumulação de capital têm um carácter duplo, o primeiro, puramente econômico, se dá entre os capitalistas e os trabalhadores e trabalhadoras assalariadas, nos locais de produção da mais-valia (fábricas, plantações, minas), “paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas”; o segundo,

[...] se realiza entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Este processo tem lugar na cena mundial. Aqui reinam como métodos a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. A violência, o engano, a opressão e o roubo não são dissimulados. Por isso é difícil descobrir as leis estritas do processo econômico nesta confusão de atos políticos de violência, e nesta luta de forças.

Essa diferenciação é tal vez uma das principais heranças teóricas da mestra Luxemburgo, como destaca, entre outras, Vandana Shiva (1988, p. 1), lembrando que um corolário do segundo aspecto da acumulação de capital, é que “o desenvolvimento industrial precoce na Europa Ocidental exigiu a ocupação permanente das colônias pelos poderes coloniais e a destruição da ‘economia natural’ local. Segundo (Luxemburgo), o colonialismo é uma condição necessária constante para o crescimento capitalista: sem colônias, a acumulação de capital iria parar”.

O imperialismo contemporâneo, enquanto componente da política exterior britânica, também é *sui generis*. Outra grande ironia oitocentista é que, no mesmo período em que as colônias americanas ganhavam o status republicano, o colonialismo europeu em África e na Índia enrijecia, no marco do referido Congresso de Berlim; duas figuras paradigmáticas nesse processo foram o empresário e ministro de comércio da Grã-Bretanha, Joseph Chamberlain, e o escritor Rudyard Kipling, que defendiam o expansionismo europeu ao redor do mundo, sob a crença de estarem impelidos a propagar a *civilização*, o “fardo do homem branco”, para usar a infame expressão do poema de Kipling. Europa chegou ao dito *novo mundo* buscando a Índia, e voltou ao *velho mundo* replicando os modelos de colonização que implementaram no continente americano, tentando civilizar esses povos do Sul Global: “metade demónio, metade criança”, e fazer “guerras selvagens pela paz”, para “encher as bocas dos famintos”.¹⁰²

Como víamos no começo da secção, na citação do agente imperial britânico, Cecil Rhodes, um componente crucial nessa carreira imperialista eram “o pão e a manteiga”, por isso, Friedmann e McMichael salientam que o barateamento dos preços dos alimentos tem sido um

¹⁰² No poema “*The White Man’s Burden*” transparece a carga ideológica nas relações internacionais do século XIX, das quais é herdeiro o atual sistema interestatal, por isso consideramos muito pertinente sua leitura. Disponível em: http://www.kiplingsociety.co.uk/poems_burden.htm

artefato geopolítico, na medida em que possibilita, primeiro, criar uma certa estabilidade no cenário econômico global (pela redução dos custos trabalhistas e de matérias-primas, o aumento dos salários reais, e o conseqüente “apaziguamento da classe trabalhadora”), e segundo, exercer poder sobre outros países (através da apropriação de recursos, do *dumping* e seus efeitos correlatos –criação de monopólios, dependência e endividamento–, etc.). A emergência do capitalismo, “como sistema mundial de acumulação e governo” está relacionada, tanto com a constituição do moderno sistema interestatal, quanto com a existência de potências, que arbitram a dialética entre as lógicas territorial e capitalista do poder (ARRIGHI, 1996).

Como salienta Arrighi (1996, p. 32), “(o) *devir* do moderno sistema de governo esteve estreitamente associado ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de acumulação em escala mundial, (sendo) a ascensão e expansão do sistema interestatal tanto a principal causa quanto um efeito da interminável acumulação de capital”, mas isso não significa que o Estado seja “apenas um comitê para administrar os negócios comuns de toda a burguesia”,¹⁰³ resultando ilustrativo estudar a evolução dessa instituição política, como apresentamos de maneira sumária, a partir do citado autor. O elo nesse relato é a dialética capitalismo/territorialismo do poder, e tem como ponto de partida as cidades-Estado do norte italiano (Florença, Veneza, Gênova), pois:

[...] À medida que se acelerou a decadência do sistema de governo medieval, o enclave capitalista da Itália setentrional organizou-se num subsistema de jurisdições políticas separadas e independentes, unidas pelo princípio do equilíbrio de poder e por densas e vastas redes de diplomacia com sedes permanentes [ARRIGHI, 1996, p. 37].

Quatro fatores confluíram na conformação dessa nova fórmula do poder, até então pautado só pela lógica da expansão territorial: primeiro, a acumulação de capital e conseqüente desenvolvimento das altas finanças (produto do monopólio das rotas mediterrâneas de comércio, que eram porta de entrada para os territórios asiático e africano); em segundo, terceiro e quarto lugares, a compreensão de que as guerras são uma forma muito onerosa de acumular riqueza, optando pelo sistema de equilíbrio de poder, pela constituição de uma rede diplomática ao longo da Europa e por “(...) uma espécie de ‘keynesianismo militar’ em pequena escala – uma prática mediante a qual os gastos militares aumentam a renda dos cidadãos do Estado que faz as despesas, com isso elevando a a receita tributária e a capacidade de financiar novas rodadas de gastos militares” (ARRIGHI, 1996, p. 38). Nesse sentido,

[...] se houve algum dia um Estado cujo executivo atendeu aos padrões do Estado capitalista descrito no Manifesto comunista, ele foi a Veneza do século XV. Vistos por esse ângulo, os grandes Estados capitalistas de épocas futuras (as Províncias Unidas,

¹⁰³ Conforme a expressão de Marx e Engels no “Manifesto do partido comunista”, que, em todo caso, tem carácter panfletário (apud. ARRIGHI, 1996).

o Reino Unido, os Estados Unidos) afiguram-se versões cada vez mais diluídas dos padrões ideais materializados por Veneza séculos antes [ARRIGHI, 1996, p. 37].

Nessa sequência, vale ressaltar a contribuição das Províncias Unidas (atuais Países baixos) no estabelecimento do Estado moderno e do capitalismo a escala global. Na passagem do poder medieval ao capitalista havia dois polos, representados pela Espanha, que tentou – com o beneplácito papal –, utilizar o poder adquirido pela conquista da América para voltar à lógica feudal (territorialista), enquanto os holandeses pregavam pela inovação institucional; os processos sociais inclinaram a balança em favor dos segundos, pois à medida que se expandia o comércio de longa distância –com a incorporação das ricas rotas transatlânticas–, crescia a rivalidade entre coroas europeias, além disso, o aprofundamento da luta de classes¹⁰⁴ assinou o ponto de irreversibilidade, obrigando às monarquias a coerirem a aliança classista que propunha Amsterdã, a través do tratado de Westfalia, com o qual se consolidou a lógica capitalista de governo e o equilíbrio de poderes, germe do moderno sistema interestatal (ARRIGHI, 1996).

Assim sendo, a constituição do sistema de Estados-nação e de preços internacionais – uma de cujas formas mais patentes seria o regime alimentar –, foram meios para o fim de consolidar as relações de valor, porém, devemos levar sempre em consideração que “o estreito vínculo histórico entre o capitalismo e o moderno sistema interestatal é marcado tanto pela contradição quanto pela unidade” (ARRIGHI, 1996, p. 32). Aprofundando nos pontos de convergência, como ocorreu antes com a hegemonia holandesa, a conformação das repúblicas modernas foi funcional à sucessora hegemonia britânica (que Arrighi chama de “imperialismo do livre comércio”), marcando a territorialização do tipo capitalista de poder nos cinco continentes; a partir daí, e em reconhecimento da importância da agricultura na mudança social, o conceito de Regimes Alimentares “interpretou as condições históricas sob as quais emergiram os Estados-nação, a través da lente do comércio agroalimentar” (MCMICHAEL, 2014, p. 1).

Sabemos que na América Latina isto se relaciona com os movimentos independentistas, sendo mais clara a razão da intervenção britânica à luz desse corpo teórico, pois “(...) a ideia de uma economia integrada, ausente na estratégia britânica da ‘Oficina do Mundo’, surgiu nos assentamentos coloniais do ‘novo mundo’ (sic.) ” (MCMICHAEL, 2014; p. 1-2); por outras palavras, a pretensão de fazer da Inglaterra “uma só cidade manufatureira” implicava a transformação produtiva, não só do continente europeu, senão sobretudo do Sul Global, que na concepção moderna do mundo são territórios “em si” e não “para si”. O capital depende tanto da existência das fronteiras nacionais para a reprodução das relações capitalistas de produção –

¹⁰⁴ A propósito da qual cita Arrighi (1996, p. 41) ao mestre Marc Bloch: “(a) revolta dos camponeses era tão comum na Europa do início da Idade Moderna quanto são as greves nas sociedades industriais de hoje”.

principalmente pelo aparelho do Estado, que garante os direitos de propriedade e internaliza os custos de segurança—, quanto da possibilidade de transbordá-las para as dinâmicas de valorização e acumulação; isto é ainda mais evidente no caso particular do comércio de mercadorias.

A esse respeito, Friedmann (2004, p. 126) destaca que com a conformação do primeiro regime alimentar “criou (-se) um padrão de especialização regional baseado nos interesses e o poderio do principal importador, Grã-Bretanha”, que redefiniu essas regiões agroexportadoras como seus celeiros, o que evidencia uma relação iminentemente hierarquizada e heterônoma; nesse mesmo sentido, Bernstein (2011, p. 58) decompõe os padrões de especialização regional:

uma divisão global de trabalho, entre produção agrícola e comércio, que surgiu na década de 1870, compreendendo novas áreas de produção de grãos e carne nas ‘neo-Europas’ (Crosby, 1986), estabelecidas por colonos nas Américas de clima temperado, assim como em partes do sul da África, na Austrália e na Nova Zelândia; padrões mais diversificados de lavoura em partes da Europa (em conjunto com o aumento da migração rural); especialização em culturas tropicais de exportação em colônias na Ásia e na África, e em zonas tropicais de ex-colônias na América Central e do Sul (cultivadas tanto por camponeses e capitalistas quanto em plantações industriais).

Como vemos, dentro do comércio agroalimentar global que surgiu no marco do regime colonial-diaspórico, podemos identificar e diferenciar muito facilmente, primeiro, os fluxos de exportação para as zonas urbanizadas na Grã-Bretanha, segundo, a migração da população rural e a produção de cultivos mais diversificados na Europa continental, e terceiro, a constituição de padrões altamente especializados de agroexportação no resto do mundo, nomeadamente, nas regiões temperadas de Oceania, América e África: localização de complexos trigo-carne de gado, nas zonas intertropicais destes dois últimos continentes: culturas tropicais *complementares*, e aqui vale sublinhar esse carácter acessório das agriculturas praticadas nos países que se localizam entre os trópicos de câncer e capricórnio, o qual permanece até hoje.

McMichael (2014, p. 24) dá uma pista nos processos de especialização produtiva que buscamos desvendar, ao indicar como antecedentes dos regimes alimentares “os períodos (em que) o colonialismo europeu transformou lugares além Europa para exportar monoculturas que aprovisionassem os estados metropolitanos com vários *produtos tropicais*” (ênfase nossa), indicando, contudo, que não se trata de uma relação causal. Nosso argumento é que, embora o alvo dos produtos tropicais no comércio internacional os situe nas margens dos dois primeiros regimes alimentares —por terem estado historicamente destinados ao consumo suntuoso, não ao massificado—, nesses incipientes padrões de especialização e troca, que marcaram a integração do continente americano ao Sistema-Mundo, encontramos heranças ideológicas que fincam o

Quadro 2. Regimes alimentares na América Latina

Elementos de análise		Regime alimentar		
		Colonial-diaspórico	Mercantil-industrial	Corporativo
Recorte espaço-temporal	Onde	Grã-Bretanha e seus rivais / Recém conformadas repúblicas latino-americanas	Estados Unidos	Estados Unidos União Europeia O Globo
	Quando	Da segunda Revolução Industrial ao início da Primeira Guerra Mundial (imperialismo moderno)	Do pós Segunda Guerra Mundial ao Pós Bretton Woods	A partir da instauração da Rodada de Uruguai até hoje
Forças em Disputa		<p>Na Europa:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Capitalistas industriais *Latifundiários e remanentes do poder feudal *Camponeses despossuídos *Massa urbanizada e proletarizada <p>Na América Latina:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Oligarquias <i>criollas</i> (latifundiários, comerciantes, XXXX) *Proto-capitalistas <i>criollos</i> *Índigenas despossuídos *Afrodescendentes escravizados ou em vias de serem libertos, mas não indenizados *Camponeses sem terra *Artesãos 	<p>No Norte Global:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Blocos das Guerra Fria *Capitalistas *Movimentos de trabalhadores urbanos e rurais *Movimentos feministas <p>Na América Latina:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Capitalistas *Latifundiários *Movimentos de trabalhadores urbanos e rurais *Movimentos indígenas e afrodescendentes 	<p>No Norte Global:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Capital financeiro *Capital produtivo *Movimentos sociais (urbanos e rurais) <p>Na América Latina:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Capital financeiro *Latifundiários *Movimentos sociais (urbanos e rurais)
Ideologia		Livre mercado; Civilização	Desenvolvimento	Supremacia do mercado
Estratégia de acumulação de capital		Extensiva: Principal traço, o deslocamento espacial dos investimentos e incentivo à migração da força de trabalho	Intensiva: Principal traço, o deslocamento temporal de capital, investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias (R&D, pela sigla em inglês)	Extensiva e intensiva: Deslocamento espaço-temporal do capital, movimentos irrestritos dos capitais transnacionais, particularmente os financeiros, e punição à migração da força de trabalho
Projetos na Região		Estado-nação; Produção-especulação	Ajuda para o desenvolvimento	Segurança alimentar
Padrões de especialização	América central, Caribe e norte sul-americano	<ul style="list-style-type: none"> *Plantações de açúcar *Plantações de cacau *Plantações de tabaco *Plantações de café *Exploração de quina *Exploração de seringueiras *Exploração de anil 	*Cultivos não tradicionais (NTCs, pela sigla em inglês)	*NTCs ditos exóticos, para consumo suntuário
	Cone Sul	<ul style="list-style-type: none"> *Trigo *Pecuária (bovina, principalmente, ovina). 	<ul style="list-style-type: none"> *Conformação de complexos Agroindustriais (soja, milho, arroz) *Pecuária intensiva 	<ul style="list-style-type: none"> *Soja *Milho *Arroz *Pecuária

Elaboração própria a partir de Friedmann e McMichael (op. cit.).

que denominamos *exotização* das agriculturas das regiões intertropicais, central na bifurcação da dieta contemporânea (*class diet*), e logo, na hegemonia da OMC.

Aqui devemos fazer a seguinte clarificação, há uma parcela dos produtos tropicais – notavelmente, aqueles com efeitos estimulantes no sistema nervoso, como o tabaco e o açúcar–, que tem tido sim um papel importante não só no surgimento do regime alimentar colonial-diaspórico, senão na continuidade dos regimes posteriores, precisamente por estar integrada à cesta básica das classes trabalhadoras que, lembremos, é o escopo desses arranjos geopolíticos; aliás, conforme o próprio McMichael (2014, p. 23):

Um eventual regime alimentar emergiu através ‘do fornecimento a baixo custo de substitutos aos alimentos, tais como o tabaco, o chá e o açúcar, para as classes trabalhadoras metropolitanas. Ao afetar positivamente a energia e a produtividade do trabalhador, esses substitutos foram importantes para equilibrar as contas do capitalismo’ [MINTZ, 1985, p. 148-49, apud]. O poder dessa história é sua capacidade de influir na mutável ordem geopolítica à medida que amadurecem as relações de valor.

Por isso, essa é mais uma confirmação da regra, aliás, um dos pontos de viragem dos regimes alimentares é a massificação e síntesis de alguns destes produtos. Assim, o aporte calórico desse tipo de cultivos foi essencial na reprodução do capital e da força de trabalho, aspecto que será desenvolvido mais adiante.

Porém, o grosso do consumo de massas tem se cimentado em cultivos próprios das zonas temperadas do planeta, ou, por defeito, de variades adaptadas a estas: trigo, no primeiro regime, e, a partir do mercantil-industrial, o milho, a soja e suas derivações (*flex crops*). Assim, a troca de alimentos provenientes das colônias do norte do continente (particularmente, do atual Estados Unidos), e do Cone Sul (com destaque para o charque, que se consolidou em Rio Grande do Sul no século XVIII), cujo principal alvo era a sustentação da população escravizada nas regiões mineiras e agrícolas intertropicais, teve uma influência mais direta na conformação do regime alimentar colonial-diaspórico:

Um embrionário comércio de alimentos das zonas temperadas dos Estados Unidos complementou as economias regionais do Atlântico, com Baltimore fornecendo farinha diretamente ao Caribe e as regiões brasileiras de *plantation*, por exemplo. Não obstante, o preço mundial dos alimentos básicos só surgiu no último quarto do século XIX, cujo centro era o trigo [McMichael, 2014, p. 24].

A preferência pelas culturas das ditas zonas climáticas na dieta contemporânea obedece a uma taxonomia sobre o que deve ou não ser considerado comida, a qual se remonta aos tempos das Colônias ibéricas no continente, sendo um fiel reflexo da hierarquização social que sustentava as monarquias (SALDARRIAGA, 2016), aspecto que será retomado. No entanto, devemos explicitar que com o desenvolvimento da tecnologia agrícola –em especial da transgenia– a barreira edafoclimática está se esbatendo, como evidencia a crescente territorialização do agronegócio da soja nas zonas intertropicais da América Latina, lembrando

que o exercício de categorização que estamos propondo não pretende ser um ponto de chegada, mas uma base para esquadrihar os complexos padrões de especialização e troca no comércio agroalimentar corporativo, e algumas repercussões para a agricultura e economia camponesas.

Aqui buscamos a vênua de Santos (1986, p. 25), quando se refere à importância de definirmos os sistema espacial e temporal, quer dizer, a totalidade na qual se exprime a particularidade que tentamos compreender melhor, pois, como ressaltamos no capítulo anterior:

[...] somente através do movimento do conjunto [...] é que podemos corretamente valorizar cada parte e analisá-la, para, em seguida, reconhecer corretamente esse todo. Essa tarefa supõe um esforço de classificação. [Na medida em que, se pretendermos englobar indiscriminadamente todas as variáveis], a nossa análise não levaria em conta as múltiplas possibilidades de interação. Ao contrário, quanto mais sistemática for a classificação tanto mais claras aparecerão as relações sociais e, em consequência, as chamadas relações espaciais.

Na terminologia do mesmo autor, tendo delimitado nosso quadro espaço-temporal –as repúblicas agroexportadoras que começaram a desenhar-se a partir dos processos independentistas na América Latina–, definimos quais os elementos que nele interagem –trabalhadoras e trabalhadores rurais, agronegócio, os Estados e o sistema interestatal, etc.–, guiadas sempre pelos movimentos dialéticos entre o conceito e a realidade, a abstração e o retorno explicativo. A classificação do meio ecológico a partir de critérios que podem ser tão arbitrários, quanto os pontos latitudinais, deve ser entendida nesse sentido, como um exercício analítico para diferenciar alguns fios, aqueles que achamos mais pertinentes, dentro da rede do comércio global de alimentos.

É precisamente o método dialético o que permite a Friedmann (2014) perceber que o *regime alimentar colonial-diaspórico* emergiu como uma “solução dupla” para a consolidação do capitalismo e do domínio britânico, a migração foi uma válvula de escape para a prole das camponesas e camponeses despossuídos pela acumulação originária de capital e ao mesmo tempo forneceu alimentos baratos para a massa proletarizada que ficou na Europa; uma vez que a base da dieta da sociedade industrial foram o trigo e a carne bovina, o fluxo migratório privilegiou destinos nas latitudes mais setentrionais, como o Canadá, e meridionais, como Austrália e o Cone Sul sul-americano, as quais ofereciam condições edafo-climáticas ótimas para eles.¹⁰⁵ Desse modo, esse primeiro mercado mundial de alimentos, ao se institucionalizar, “(...) expressou uma confluência de forças sociais, relações e geopolítica, projetadas para reforçar o poderio internacional e imperial da Grã Bretanha” (MCMICHAEL, 2014, p. 28).

¹⁰⁵ Friedmann recapitula outras regiões que se especializaram na produção e exportação de trigo durante o primeiro regime alimentar: Sibéria, a bacia do Danúbio e o leste da Índia (Punjab), porém, todos eles se localizam no chamado “velho mundo”, não sendo do nosso interesse, senão na sua relação com a produção nas colônias americanas.

A libra posicionou-se como base da política monetária global e combustível do sistema de livre mercado, atingindo uma equivalência com o ouro, como moeda dos intercâmbios internacionais, com uma vantagem óbvia para a hegemonia britânica: a possibilidade de manipular a liquidez –e, portanto, a balança de pagamentos– em benefício próprio. Tudo isso lançou as bases de um mercado global “verdadeiramente capitalista”, quer dizer, “(...) cimentado na mercantilização do trabalho, a moeda e a comida”; no que diz respeito ao complexo trigo-gado, a partir da década dos anos setenta do século XIX, o preço do dito cereal começou a convergir entre os países mais longínquos, sendo tal convergência absoluta entre Estados Unidos e a Grã-Bretanha (cuja brecha nos preços do trigo passara de 54%, em 1870, até -0,8%, na antessala da Primeira Guerra Mundial) (idem.).

Mais adiante aprofundaremos nas consequências dessa manipulação da política monetária, que teve um preço alto para a *pax britannica*. Até agora temos falado sobre a rivalidade entre países europeus –que foi um resultado direto do expansionismo imperial–, e os remanescentes do poder feudal que contrapesavam as forças da industrialização, nesse contexto, “o sistema de livre mercado consolidou-se apesar do crescente protecionismo entre as classes agrárias da Europa, dado que as tarifas não regulavam diretamente a produção ou os preços”, função que cabia aos agentes do mercado londrino e seus representantes em cada canto desse império do livre mercado, mesmo que de maneira mecânica, sob a aparente neutralidade das leis da procura e a demanda; assim, “os produtores britânicos de grãos, isolados na luta pelas *Corn Laws*, ficaram desprotegidos frente as importações de grão barato”, dando início ao primeiro regime alimentar (MCMICHAEL, 2014, p. 27).

Para aproximar-se dessas dinâmicas conflituosas na Europa oitocentista, também auxilia-se McMichael (2014, p. 43) no basilar ensaio de Polanyi, lembrando que o fato da Grã-Bretanha ter se erguido sobre as demais potências europeias, não significa que sua hegemonia não fosse constantemente colocada em xeque pelo protecionismo dos seus rivais, os quais incluso optaram eventualmente por “anular o comércio mútuo (...) para evitar os ajustes econômicos requeridos para manter uma taxa de câmbio estável sob o padrão-ouro”, até forçar afinal às autoridades britânicas a uma resposta condizente com os postulados de Arrighi (Braudel) e Harvey (Luxemburgo/Arendt), ao deslocar seus investimentos de capital aos Estados Unidos e outros domínios imperiais, no último quarto do século. Isto terminou sendo uma barra nas engrenagens do livre comércio, com repercussões não só na economia, senão sobretudo no equilíbrio de poderes que ela respaldava.

Tal vez por isso, a abordagem original do conceito de Regimes Alimentares –mais próxima da escola de Aglietta–, focava uma das forças em contenda na geopolítica dos alimentos: o capital, de alguma maneira, deixando de lado as repostas da classe trabalhadora perante a exploração, questão que foi abordada a propósito da árvore genealógica da presente pesquisa; sabemos contudo que esse procedimento não é contraditório com o materialismo histórico, uma vez que tanto Friedmann como McMichael o fizeram em função dos diferentes níveis de abstração e escalas de análise com que têm se debruçado em cada fase da sua fértil obra. As sociedades humanas são dialéticas e, apesar da voracidade das forças capitalistas, essa história da crescente subordinação do espaço e o trabalho agrícola aos regimes de acumulação não está isenta de reviravoltas; apesar de toda tentativa nessa direção, o controle completo não ocorre e o poder hegemônico nunca chega a ser total.

Consequentemente, a maneira que encontrou o sistema para se reproduzir no meio dos protestos foi velar suas ordens, fazê-las implícitas; ainda, “essas regras expressam formas históricas no exercício do poder”, cuja configuração está sujeita à contradição e decorrentes mudanças, e portanto, “(...) tem sido distintiva em cada período, sendo a característica comum a organização da produção e comercialização dos alimentos para sustentar tais configurações de poder, atrelado a uma dinâmica de acumulação particular” (MCMICHAEL, 2014, p. 8-9). O poder britânico, dos Estados Unidos e das corporações transnacionais, tem sido exercido “através de ideologias legitimadoras, nomeadamente, o livre comércio, a ajuda para o desenvolvimento e a livre empresa” (idem), com estratégias de acumulação extensiva no primeiro caso, intensiva no segundo, até o atual regime da OMC, que se baseia em movimentos especulativos (deslocamentos espaço-temporais), extensivos e intensivos ao mesmo tempo.

3.1.2. Fatores geofísicos e determinismo econômico. Algumas chaves para traçar as origens da agroexportação na América Latina

(...) quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de facto, inferior; mas é sobre o alcance da palavra *ser* que precisamos entender-nos; a má-fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: *ser* é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta.
Simone de Beauvoir, O segundo sexo.

Agora, nosso maior interesse é nos adentrarmos em algumas das correlações entre essa configuração do poder pelos regimes alimentares, e a configuração do espaço agrário na América Latina, especificamente no tocante à divisão territorial do trabalho, para depois aprofundar na divisão sexual do trabalho a esta associada. Temos visto que tanto as construções de gênero como a divisão social do trabalho obedecem a fatores históricos, mas são naturalizadas e mascaradas por fetiches, que nos alienam do espaço, das mercadorias e demais

fluxos de informação, não percebidos como relações sociais, senão como meros objetos; no tocante à divisão internacional do trabalho agrícola, a Economia clássica e neoclássica tem enunciado elaboradas teorias para justificar a especialização produtiva a partir das chamadas vantagens absolutas e comparativas, cujos corolários não deixam de ser questionáveis.

O foco dos principais autores da teoria clássica do comércio internacional, Adam Smith¹⁰⁶ e David Ricardo,¹⁰⁷ eram os padrões e os termos da troca entre os países, claro está, sob a perspectiva das elites britânicas de começos dos séculos XVIII e XIX, às quais pertenceram, respetivamente. O princípio das vantagens absolutas de Smith (pai da Economia como disciplina científica), num resumo muito grosseiro, o que propõe é que os países com a tecnologia mais avançada, e portanto, mais produtivos, deveriam se especializar na produção e exportação de manufaturas, enquanto os países menos produtivos e mais ricos em recursos naturais, deveriam fazê-lo em matérias-primas, portanto, essa premissa é a formalização do projeto de tornar a Grã-Bretanha a oficina do mundo; a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, o que indica é que os países deveriam se especializar naquilo em que são relativamente mais eficientes, como veremos a seguir.

No modelo de Ricardo, se entende que qualquer país está em capacidade de produzir manufaturas, mesmo que de maneira ineficiente, o incentivo para o comércio internacional se dá quando resulta mais vantajoso se especializar numa atividade, e com os ganhos da exportação importar o resto; essa ideia persiste ainda hoje, sob modelagens mais sofisticadas.¹⁰⁸ Claro está que por trás dessas teorizações Ricardo também busca defender a indústria britânica, que para seu tempo já era uma realidade incontestável. No panorama regional, a distribuição da tecnologia e a comunicação com o mercado mundial sempre têm estado condicionadas por características físicas como a orografia e a densidade das selvas, por isso, “inicialmente foram as zonas litorâneas do Atlântico, Pacífico e Caribe, as que mais se beneficiaram. Quando isto se combinou com entornos institucionais mais favoráveis, ali se produziu um rápido crescimento, como em Chile e a região pratense” (BÉRTOLA E OCAMPO, 2010, p. 91).

Friedmann e McMichael (1989, p. 102) salientam que o comércio entre Europa e os países que receberam a diáspora camponesa oitocentista, não só modelou a agricultura, senão incluso a indústria, estabelecendo uma relação de interdependência entre ambas atividades

¹⁰⁶ SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

¹⁰⁷ RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Victor Civita, 1982

¹⁰⁸ Ver, por exemplo, o modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson.

produtivas, a qual se evidencia em três dinâmicas correlatas, dentre as quais destacamos a primeira:

Produtos complementares, baseados em diferenças climáticas e na organização social, deram lugar a produtos competitivos, transacionados de acordo com o princípio ricardiano de vantagem comparativa. A agricultura dos colonos produziu no exterior as mesmas plantas e animais que eram produzidos a um custo muito alto ou com insuficiente desenvolvimento comercial na Europa. Isto ancorou a primeira divisão *internacional* do trabalho e escorou uma nova fase do desenvolvimento industrial. Setores da agricultura especializada nos estados em que se assentaram os colonos, estabeleceram padrões de comércio entre as nações, os quais eram fundamentalmente diferentes ao padrão colonial.

As outras duas dinâmicas apontadas pelos autores são, por um lado, a transformação da agricultura num setor capitalista, pela vinculação ao mercado e a incorporação de tecnologias químicas e mecânicas, aspecto esse último que levou à crescente dependência de insumos externos nas unidades camponesas de produção-consumo; do outro, a relação de complementariedade entre indústria e agricultura, a qual foi base para o comércio internacional, mas “foi paradoxalmente interiorizada dentro de economias organizadas nacionalmente” (idem). Esses processos decorreram segundo as particularidades regionais, com destaque para as zonas climáticas.

Parece-nos conveniente explicitar qual a delimitação adotada para o zoneamento climático da América Latina; para começar, conscientes do carácter multifatorial da climatologia (inclinação dos raios solares pela latitude, características físico-geográficas, circulação atmosférica, etc.),¹⁰⁹ teremos de simplificar nosso modelo de análise, marginando em alguma medida aspectos importantes, como a altitude, que tem relevância na produção agrícola –muito especialmente na região andina, pela conformação de pisos térmicos. Especificamente, focaremos na radiação solar, sendo os paralelos nosso principal critério classificatório, na conformação das três grandes zonas climáticas: fria, temperada e cálida, de acordo com o mapeamento proposto por Alexander von Humboldt a começos do século XIX, a partir do qual evoluíram os atuais sistemas de classificação climática (ver imagem 4). À vista disso, enfatizaremos nas duas zonas climáticas que predominam na região latino-americana:

- ✓ Clima quente nas baixas latitudes, quer dizer, entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, onde a radiação solar é abundante e constante ao longo do ano; aqui se apresentam quatro grandes climas: equatorial úmido, tropical quente e úmido, tropical semi-árido e desértico.¹¹⁰ Nessa faixa se localizam os países de América central (Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá), do Caribe (Haiti, República

¹⁰⁹ Ver por exemplo, Nascimento e outros (2016).

¹¹⁰ Idem.

Dominicana, Puerto Rico, etc.), e do norte sul-americano (Colômbia, Venezuela, Equador, Brasil, Peru, Bolívia).

- ✓ Clima temperado nas médias latitudes (aproximadamente entre os 30° e os 65° de latitude norte e sul), com estações mais ou menos marcadas ao longo do ano e grande variabilidade nos sub-tipos climáticos (mediterrâneo, marítimo de costa ocidental, continental húmido e subtropical húmido).¹¹¹ Interessam-nos os países agrupados no Cone Sul: Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai e os estados brasileiros de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Embora não vá ser o nosso foco, devemos mencionar o clima de altas altitudes (acima dos 1200 m.s.n.m), o qual abrange a cordilheira dos Andes, onde se localiza a Sabana de Bogotá, sendo em consequência um elemento a considerar, nem que seja de maneira complementar.

Ressaltar a dita diferenciação não significa incorrer em determinismo geográfico, pois, como argumentam dois dos maiores historiadores econômicos da América Latina, Luis Bértola e José Antonio Ocampo (2010, p. 21), partindo de que os padrões de especialização são uma das variáveis clássicas na análise das dinâmicas comerciais, no caso dos produtos agrícolas, “(...) importa a diferença entre os de clima temperado e os de clima tropical, tanto pela natureza de seus processos de produção como pelas relações de competência ou complementariedade implícitas com respeito aos mercados de destino”. Essa apreciação é muito exata no caso do primeiro regime alimentar, sendo Inglaterra a principal importadora no comércio agrícola global, os parâmetros de complementariedade definiam-se a partir dela, restando ao trópico o fornecimento de produtos *exóticos* (do seu ponto de vista), e aos países com semelhança edafo-climática a produção do cultivo essencial na dieta da classe trabalhadora: o trigo.

Por razões complexas, que transbordam por muito os limites da presente tese, os grandes impérios da modernidade –da China dos Ming à Inglaterra vitoriana, passando pela idade de ouro neerlandesa– têm se localizado na faixa norte do globo,¹¹² o que explica a prevalência dos cultivos temperados na dieta moderna, condimentada às pitadas com os sabores de outras latitudes, sendo o paladar europeu o que marcara o ritmo. Em efeito, a cozinha é um dos lugares onde melhor tem se fraguado a miscigenação de culturas, mas nem sequer ela está isenta do euro-centrismo, por isso, embora não gostemos da divisão entre *velho* e *novo mundo*, no quadro

¹¹¹ Idem.

¹¹² Devemos levar em consideração que, embora fossem os ibéricos os primeiros em colonizarem América, e os que tiveram o domínio mais amplo, foram os genoveses, os holandeses e os britânicos os que modelaram o capitalismo..... Isto nos remete a uma questão complexa, que transborda por muito os limites da presente tese, mas que fora amplamente abordada por Arrighi (1996): por que foi Europa, e não China, a grande potência territorialista da época, a que atingiu as costas desse enorme continente, até então ignorado?

3 a usaremos com fins elucidativos, para sistematizar o centro de origem dos cultivos mais importantes na dieta contemporânea, e, no caso de aqueles provenientes do chamado *novo mundo* e/ou da faixa intertropical de Ásia e África, se foram plenamente incorporados pela culinária europeia, seja na era antiga, no medievo ou na Colônia.

O quadro 3 está baseado no estudo sobre “regiões primárias de diversidade”, conduzido em 2016, pelo Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), no qual aprofundaremos posteriormente; no entanto, vale introduzir a discussão sobre a origem geográfica dos principais cultivos da dieta contemporânea. O CIAT elucida a crescente globalização e homogeneização das práticas alimentares, ilustrando as redes de interdependência que têm se criado ao longo do planeta, a partir das dinâmicas de importação e exportação dos alimentos; o Centro utiliza principalmente dados da FAO, os quais registram o comportamento dos cultivos de maior importância para a economia global (no consumo direto, na pecuária e na fabricação de fibras e outros materiais), fato que se traduz na pouca visibilidade das espécies e variedades locais, e como consequência, na sub-valorização do seu aporte à alimentação humana.

O CIAT propõe como causante dessa desfasagem na construção de estatísticas sobre os cultivos e alimentos mais restringidos ao consumo local, as características físicas e culturais dos países onde tal se apresenta: “(...) topografias heterogêneas, culturas diversas, e reportes sobre a agricultura e a ingesta alimentar mais rudimentares” (KHOURY, ACHICANOY, BJORKMAN, E OUTROS, 2016, p. 7). Não por acaso, os ditos países costumam se localizar precisamente no hemisfério sul, por isso, nosso ponto é que estes dois aspectos estão inter-relacionados –a prevalência na dieta contemporânea dos cultivos oriundos de Europa ou plenamente incorporados na sua culinária, e a subestimação de espécies e variedades produzidas e consumidas nos circuitos locais do Sul Global–, sendo ambos um reflexo da arista agroalimentar do poder, cujo centro na modernidade tem sido Europa e os Estados Unidos.

À vista disso, a gastronomia torna-se outra variável medular no estudo dos complexos agroalimentares, uma vez que historicamente tem se cultivado aquilo que se come (embora na atualidade esteja se revertendo tal relação, através dos *flex crops*, traço distintivo do regime corporativo). Interessa-nos a maneira em que o poder se infiltra nas panelas e nas colheres das pessoas, legitimando a ordem capitalista a partir do que Friedmann (2014) denomina *class diet*: a bifurcação das dietas das classes trabalhadora e detentora dos meios de produção, que restringe o acesso aos alimentos mais saudáveis e requintados –frutas, verduras, proteínas de alta qualidade, produtos orgânicos, etc.– e reorganiza os agroecossistemas do Sul Global, onde

geralmente se localizam esses cultivos e criações destinados ao consumo das camadas privilegiadas da sociedade.

No caso da América Latina deveremos rastrear as origens dessa bifurcação, mais uma vez, nas relações sociais que herdamos da Colônia; Gregorio Saldarriaga (2016, p. 53) dá luzes a esse respeito, demonstrando que:

[...] a alimentação servia como um elemento de diferenciação social durante os séculos XVI e XVII, na América espanhola, não só como um fator econômico, senão associado à qualidade ou estado ao que pertenceriam as pessoas. Neste sentido, a cada um correspondia comer aquilo que era próprio da sua condição estamental. Este complexo modelo de hierarquização social estava baseado em princípios europeus que provinham da Idade Média, como a *grande cadeia do ser* e a *teoria humoral*. Na idade moderna, o modelo reforçou-se e em América tomou novas características, pela forma em que se procurou diferenciar entre espanhóis, *criollos*, mestiços e índios.

Nessa concepção, a qualidade de uma pessoa se relacionava, de um lado, com a prevalência de um dos quatro elementos (ar, água, terra, fogo) no seu corpo, que determinava seu *humor* (sanguíneo, fleumático, melancólico ou colérico); do outro, com o lugar que a divina providência lhe tivesse adjudicado. É esse o princípio da *grande cadeia do ser*, conforme o qual “deus tinha estabelecido uma ordem natural inquebrantável, que ia do alto ao baixo, do céu à terra, do espiritual ao material. Destarte, era uma divisão hierarquizada do mundo que (...) locava numa escala a cada espécie animal ou vegetal, incluso aos objetos inanimados, segundo suas qualidades e características” (SALDARRIAGA, 1996, p. 55). A escala “servia para organizar o mundo e dotá-lo de sentido”, e assim, “igualmente, se concebia que a sociedade era um reflexo do cosmos, no qual se impunha uma ordem hierárquica que seguia os mesmos princípios, indo do mais alto ao mais baixo; portanto, tal estratificação era natural” (idem.).

Este processo é o que Saldarriaga chama de “naturalização da sociedade e socialização da natureza”, que se refere à maneira em que a sociedade se alicerçou numa “ideologia da diferenciação social desde o consumo alimentar objetivado”, que seria a raiz mais profunda da dicotomia entre as dietas opulenta e massificada (*class diet*). O corolário das teorias humoral e da grande cadeia do ser é que há objetos, vegetais, animais e pessoas, mais próximos de deus, e outros mais afastados dele, sendo imperativo preservar a ordem divina pela atribuição dos alimentos correspondentes a cada estamento social (campesinato, clero, nobreza):

Nesta destinação de produtos segundo a qualidade das pessoas, se dava que entre os animais mais adequados para os estratos altos estavam as aves e depois seguia uma gradação de inferioridade à medida que se acercava ao solo. No caso dos cultivos, as frutas são dos produtos mais nobres; seguiam em nível as plantas que produzem grãos (trigo, mijo e outros cereais); logo, seguiam os produtos que eram mais adequados para as classes inferiores, como as herbáceas, das que se consome sua folhagem superior (menta, espinafre), das que se comem as raízes (cenouras, nabos); por último, aquelas que teriam um sabor acre, que são bulbos (alhos, cebolas e alhos-poró) [SALDARRIAGA, 1996, p. 58].

Dessa forma se naturalizaram as restrições alimentares das classes trabalhadoras, alegando que estas obedeciam “não só a suas limitações econômicas, senão porque fisiologicamente eram os alimentos adequados para eles, já que, dada sua complexão, se comiam alguns de outro tipo adoeceriam” (SALDARRIAGA, 1996, p. 57). Essa idéia alimentou por séculos a brecha nutricional entre as camadas altas da sociedade europeia, cujas dietas eram mais variadas, ricas em proteínas e temperos (esses últimos com reconhecidas propriedades medicinais), e as baixas, historicamente desnutridas.

Tal estratificação fez parte da bagagem dos *conquistadores* da coroa castelhana, qual seria sua impressão quando conferiram que a base da dieta de sociedades como a andina eram os tubérculos? Por exemplo, no *Nuevo Reino de Granada*, atual Colômbia, “construiu-se a ideia de que os indígenas eram glutões e viciosos, capazes de comer todas suas provisões de milho em pouco tempo, que sofriam carências o resto do tempo, ou bem que eram incapazes de prover-se da comida adequada, pois contentavam-se com muito pouco”, como destaca Saldarriaga (2016, p. 63), ambos os postulados, embora contraditórios entre si, justificaram o domínio ibérico sobre as civilizações originárias e, posteriormente, sobre a população afrodescendente escravizada; trata-se de uma incompreensão absoluta dessas outras formas de ser e habitar os territórios, sendo os rituais da colheita centrais na cosmogonia indígena,¹¹³ que dessa forma estreita seus vínculos com a mãe-Terra, agradece e lhe retribui pela sua abundância.

Essa hierarquização tenta legitimar, afinal de contas, a dominação sobre o território, aqui, *o fardo do homem branco* era *ensinar* aos indígenas a cultivar hortas, de maneira circunspeta e *ordenada*, a diferença do jeito índio, que mistura tudo nas suas *milpas* e *chagras*,¹¹⁴ não à toa eram comedores de “insípidas raízes”, como a batata e a mandioca, e no melhor dos casos de frutos rasteiros, como a abóbora, evidenciando assim sua inferioridade. No entanto, para poderem estabelecer os vice-reinos, eventualmente “hoube um processo de adaptação ou negociação com a cultura local que estava atravessado por considerações relativas ao gosto e o dever ser da comida”; uma das mais importantes formas de exercer o domínio era a tributação, “(que) se baseava na ideia de que os índios deviam dar um equivalente ao que entregavam a seus *caciques* em tempos pré-hispânicos” (SALDARRIAGA, 2016, p. 67).

¹¹³ Como o foram (e são ainda) também nas chamadas culturas paganas dentro da própria Europa.

¹¹⁴ A qual é a forma mais sustentável de se cultivar a terra, como tem demonstrado a Agroecologia.

Quadro 3. Origem geográfica dos principais cultivos da dieta contemporânea

Zona Climática	Velho Mundo			Novo Mundo	
	África	Ásia	Europa	América	Oceania
Temperada	Painço	Alfafa	Norte:	Norte:	Noz-macadâmia
		Alface	Alface	Abóbora	
		Alho	Aveia	Cabaça	
		Alho-poró	Avelã	Cranberry	
		Ameixa	Beterraba	Framboesa	
		Amêndoa	Chicória	Girassol	
		Arroz	Espargo	Mirtilo	
		Avelã	Framboesa	Morango	
		Berinjela	Groselha	Uva	
		Canela	Linhaça		
		Cânhamo	Lúpulo	Cone Sul:	
		Caqui	Maçã	Erva-mate	
		Castanha	Menta	Morango	
		Cebola	Trevo		
		Cenoura			
		Cereja	Sul e Medite-		
		Cevada	rrâneo:		
		Chá	Anis		
		Chicória	Alcachofras		
		Damasco	Alface		
		Espargo	Alfarroba		
		Espinafre	Alho-poró		
		Figo	Avelã		
		Framboesa	Azeitona		
		Girassol	Beterraba		
		Groselha	Caqui		
		Kiwi	Castanha		
		Laranja	Cenoura		
		Lima	Cereja		
		Limão	Chicória		
		Linhaça	Colza		
		Lúpulo	Ervilha		
		Maçã	Espargo		
		Marmelo	Figo		
	Melão	Framboesa			
	Menta	Girassol			
	Nectarina	Groselha			
	Noz	Linhaça			
	Pepino	Lúpulo			
	Pera	Maçã			
	Pêssego	Menta			
	Pistacho	Mostarda			
	Repolho	Nabo			
	Soja	Noz			

Notas

*Na categoria de “Plenamente incorporados na dieta contemporânea”, estamos incluindo aqueles cultivos adotados pela culinária europeia, seja na era antiga, no medievo ou na Colônia.

Quadro 3. Continuação

Zona Climática	Velho Mundo			Novo Mundo	
	África	Ásia	Europa	América	Oceania
Temperada		Tangerina Toranja Trevo Trigo Trigo sarraceno Triticale Uva	Papoula Pera Repolho Tremoço Trevo		
Inter-tropical	Plenamente incorporados na dieta contemporânea				
	Alcachofra Alface Algodão Alho-poró Amendoim Arroz Azeitona Beterraba Café Cenoura Cevada Dendê Ervilha Espargo Figo Fonio Gergelim Grão de bico Lentilha Lúpulo Melancia Melão Menta Mostarda Noz de cola Repolho Rícino Sorgo Tâmara Trevo Trigo Uva	Alface Alfafa Alho-poró Amêndoa Anis Arroz Avelã Azeitona Banana Berinjela Cana de açúcar Canela Cânhamo Caqui Castanha Cebola Cenoura Centeio Cereja Cevada Chá Chicória Coco Ervilha Espargo Espinafre Fava Figo Framboesa Gergelim Girassol Grão de bico Groselha Lentilha Lima Limão Linhaça Lúpulo Mango Marmelo			América central e Caribe: Abacate Abóbora Algodão Batata doce Baunilha Cacau Dendê Feijão Mamão Mandioca Milho Pimenta Andes: Feijão Batata Tomate Resto de sul-américa tropical: Abacaxi Abóbora Algodão Amendoim Batata Batata doce Baunilha Cacau Dendê Mamão Mandioca Pimenta

Quadro 3. Continuação

Zona Climática	Velho Mundo			Novo Mundo	
	África	Ásia	Europa	América	Oceania
Inter-tropical Plenamente incorporados na dieta contemporânea		Melão Menta Noz Noz-moscada Pepino Pera Pimenta do reino Pistacho Quiabo Rícino Tâmara Toranja Trevo Trigo Triticale Uva			
Historicamente restritos à culinária local (“exóticos”)	Feijão bambara Feijão frade Inhame	Malanga Inhame Mijo Feijão bóer		Amaranto Chia Erva-mate Quinoa Tremoço	

Elaboração própria a partir dos dados do CIAT (2016). Disponível em: <https://blog.ciat.cgiar.org/origin-of-crops/>

Aqui foi necessário “(...) que os espanhóis fizeram valorações que lhes permitissem estimar o mais apropriado para seu consumo. Deste modo, selecionaram alguns produtos e desestimaram outros, que ficaram para o autoconsumo dos povos, ou para venda e intercâmbio entre indígenas”; o cânon utilizado nessa complexa taxonomia alimentar data do século XIII, no trabalho do doutor da igreja católica, Alberto Magno, que distinguia quatro grupos: “a) árvores e arbustos frutíferos, b) cereais, c) plantas herbáceas (espinafre, couve, etc.), d) bulbos (cebola, alho, chalota, etc.) ” (SALDARRIAGA, 2016, p. 67). Conforme a grande cadeia do ser, na distribuição dos alimentos de cada grupo entre os estamentos sociais, vai se cotejando desde os níveis mais altos-aéreos, aos mais baixos-subterrâneos, isto derivava numa hierarquização de “(...) dois grandes grupos de comidas na produção agrícola aborígene: as adequadas para os espanhóis e as adequadas para os indígenas”; no primeiro grupo:

Se tem que os frutíferos, que eram uma parte mínima da tributação, estavam na parte mais alta da escala. Estes eram, segundo o princípio social da natureza, aptos para o consumo dos grupos mais nobres. Ante a ausência de uma nobreza ao pé da letra em Hispano-américa, a aristocracia local estava constituída pelos *encomenderos* e os personagens das classes dominantes, especialmente os oficiais reais, e, dentre eles, vice-reis, *oidores* e governadores. No segundo nível estavam os cereais, se bem, de maneira mais ampla, poder-se-iam incluir os grãos também. Como dois elementos não

podem ocupar o mesmo lugar na escala hierárquica, trigo, cevada e milho não se encontram no mesmo nível, embora pertenceram à mesma categoria.

No outro grupo:

No terceiro nível estavam as plantas herbáceas e as plantas cujas raízes podem comer-se; no quarto, os bulbos. Dentro da comida dos índios, como já se mencionou, havia *arracachas*, abóbora, *rascaderas* (planta das *araceae*), *yuyos* e um longo etcetera que se vê obscurecido, em ocasiões, pelo genérico ‘raízes’ que lhe davam os *visitadores*. Praticamente, o terceiro e quarto nível não entravam na tributação que tinham de fazer os indígenas, porque se considerava comida de gente baixa. A mandioca (*Manihot esculenta*) era uma exceção em certas zonas onde se utilizava para engordar gado ou para fazer casabe, usado nas embarcações durante as viagens por água; ademais disso a panificação jogava a seu favor, pois ao transformar-se num pão (casabe), convertia-se num alimento básico. Sem embargo, o casabe não contava com aceitação culinária e era considerado especialmente como alimento de necessidade ou de grupos subalternos [SALDARRIAGA, 2016, p. 68].

Em termos econômicos, se os espanhóis tivessem permitido aos indígenas continuar praticando sua agricultura tradicional (que hoje poderia se categorizar como um tipo de “permacultura”), teria fracassado o projeto de sociedade colonial –totalmente dependente do trabalho aborígine e afrodescendente–, legitimado através dessa socialização da natureza e naturalização da sociedade; além do componente simbólico, o propósito de controlar a produção de alimentos era garantir os tributos e a provisão de comida em todas as camadas sociais, por isso, também obrigou-se às comunidades ancestrais a praticar a pecuária, a criação de galinhas e outras espécies animais e vegetais exóticas, que mudaram as paisagens, e conseqüentemente as cozinhas e as mesas, em todo o *Abya-Yala*.

A batata (*Solanum tuberosum*) merece algumas linhas à parte. No começo, dentro da taxonomia hispânica, a batata entrava na denegrida categoria das raízes, o cronista do Peru, Pedro Cieza de León, incluso a denominou “tésticulo da terra”, imagem que foi mudando muito lentamente, pois, a pesar de começarem a reconhecer seu valor nutricional, ainda no século XVII era considerada comida subalterna, como expressava Frei Pedro Simón (apud. Saldarriaga, 2016, p. 68): “(as batatas) são de muito sustento, para toda sorte de pessoas, porém, não têm mais sabor de aquele com o qual as temperam”; Saldarriaga vasculha esse discurso:

[...] temos de procurar nesta afirmação sobre a insipidez da batata um valor social do grupo dominante, que se manifesta por meio de sua valoração: por um lado, a batata, como tubérculo, associava-se ao consumo de personas inferiores, daí que fosse comida apropriada para os indígenas; por outro lado, como o sabor era um referente de qualidade dos produtos, a ‘ausência de sabor’ e sua posição inferior na escala eram coincidentes; ambos elementos faziam com que a batata não fosse adequada para o consumo hispânico. Em Europa, por exemplo, esta ideia abrangia também os produtos que cresciam rês da terra, assim, pensava-se que a abóbora era ‘livre de todo tipo de sabor’ [idem.].

Contudo, em 1565 começou a cultivar-se nas ilhas Canárias, desde onde foi se propagando pelo continente euroasiático, entrando na península Ibérica, até atingir a costa mais longínqua –na China–, e cruzar ao Japão, várias décadas mais tarde. Nos círculos aristocráticos da Europa foi incorporada já a finais do século XVI, mas só com fins ornamentais (nas coleções

dos jardins botânicos e dos herbolários), e para a criação de cerdos, tendo que passar ainda outros duzentos anos para que chegasse a ser acreditada como apta para o consumo humano, após a fome de 1770, momento em que mandatários tão influentes quanto Frederico o Grande de Prússia, ordenam o cultivo de batata como suplemento alimentar para o campesinato, que ainda receava dela, apelidando-a “maçã do diabo”.¹¹⁵

As coisas começam a mudar realmente nessa virada entre os séculos XVIII e XIX, quando Europa comprova o alto teor nutricional deste tubérculo andino, evidenciado na redução das mortes por doenças até então endêmicas, como o escorbuto e o sarampo, e no aumento de nascimentos bem sucedidos, sendo um fator chave na referida explosão demográfica oitocentista; a dependência da batata na dieta das classes trabalhadoras chegou a tal ponto, que na década de 1840, ao começar a espalhar-se a praga do míldio (*Phytophthora infestans*) ao longo da Europa, desde Bélgica e Rússia, provocou a chamada grande fome, sendo o saldo mais mortal na Irlanda, cujo consumo calórico procedia num 80% desse cultivo. A elevação ao status *gourmet* atingiu-se na cozinha do nutricionista francês Antoine Parmentier, entusiasta e defensor da batata, e na mesa do presidente estadunidense Thomas Jefferson, que incluía no cardápio dos seus banquetes batatas “à francesa”, já consideradas *delicatessen*.¹¹⁶

O caminho trilhado pela batata é emblemático: do demoníaco subsolo aos pratos de eventualmente cada ser humano, tem transitado entre as esferas produtiva e reprodutiva, com o recorte de classe como principal elemento diferenciador, nos fogões domésticos, nos carrinhos dos vendedores ambulantes, nos balcões das cadeias de *fast-food*, na secção de congelados dos supermercados, nas feiras do agricultor, ou na mesa de um restaurante com estrelas Michelin; essa omnipresença tem sido representada na literatura, e incluso na pintura, muito especialmente na obra de Van Gogh, que dedicou várias telas a este vegetal. E assim entramos numa das questões centrais na nossa tese, o processo que temos denominado *exotização da agricultura intertropical*, a outra cara da moeda no bem documentado fenômeno da sojização no Cone Sul, que no seu conjunto marcam a comoditização da agricultura latino-americana.

Identificamos dois momentos nesse processo de exotização na América Latina, o primeiro, que abrangeu o continente inteiro, foi a *europização da agricultura*, a introdução de espécies exóticas para satisfazer as necessidades alimentares das sociedades europeias –cana, grãos, hortaliças, gados– na sua carreira pelo imperialismo moderno, em concordância com os postulados teóricos de Friedmann e McMichael. As mudanças nos usos do solo acabaram

¹¹⁵ Para aprofundar na apaixonante história deste tubérculo, ver o arquivo da FAO sobre o Ano Internacional Da Batata, 2008: <http://www.fao.org/potato-2008/>.

¹¹⁶ Idem.

abrangendo o globo inteiro, à medida que as mudanças quantitativas desencadeadas com a economia capitalista iam se tornando mudanças qualitativas, porém, no caso da América (e demais colônias europeias), este processo modelou mesmo os territórios, como aponta o CIAT (2016, p. 35-36): “o intercâmbio colombiano marcou acelerações cruciais no movimento das plantas alimentares, já que foram introduzidas nos países colonizadores, e em novas regiões de crescente assentamento colonial com uma emergente produção agroexportadora”.

O segundo momento se refere à exotização na acepção de bizarrice, de *alteridade das espécies nativas*, tendo como gabarito a agricultura e as mesas europeias, que ditaram a inferioridade do amaranto, a quinoa e outros *yuyos*, perante o trigo e demais grãos do dito velho mundo; vale esclarecer que estes momentos não têm um sentido diacrônico, aliás, trata-se de procesos paralelos e interdependentes, como veremos a seguir. Na teorização sobre os processos de exotização em América¹¹⁷ tem se compulsado as chamadas crônicas das Índias, nas quais se encontra o germe da hierarquização social, mas também do realismo mágico, com relatos que são sempre metade ficção, seja pela interpretação que os cronistas fizeram desse mundo estranho para eles, seja pelo anseio de se congraçar nas cortes e impressionar seus benfeitores, adornando suas façanhas com seres e locações fantásticas –sereias, monstros, bosques de canela e cidades de ouro–, para garantir financiamento e salvo-condutos nas futuras viagens.

Sabemos que Colombo não partiu à procura de ouro, senão de uma rota alternativa à da seda, então interdita para os cristãos, num dos pontos álgidos do confronto com os muçulmanos (que fora uma constante na história medieval), portanto, só após fazer seu relatório aos reis católicos, é que poderia saber como qualificar a jornada –fracasso ou serendipismo–. Sabemos também que a pimenta e demais especiarias do oriente eram o fim último da expedição,¹¹⁸ levando algumas amostras para poderem interpelar aos habitantes das terras onde for que chegassem (“lhes mostraram a canela e a pimenta e outros temperos que o almirante tinha entregue, eles disseram por sinais que havia muita, perto dali, no sueste, mas que lá mesmo não sabiam se havia”),¹¹⁹ por isso, após comprovarem que não encontrariam os cobiçados frutos da *Piper nigrum*, optaram por um sucedâneo, como admite Colombo no seu diário da primeira viagem, no 15 de janeiro de 1493:

Também há muito *ají* [*Capsicum annuum*], que é sua pimenta, mais valiosa que a pimenta, toda a gente não come sem ela, por a achar muito sadia; podem-se carregar

¹¹⁷ Ver, por exemplo, os fundacionais trabalhos do filósofo e historiador mexicano, Edmundo O’ Gorman, especialmente **La invención de América** (1958).

¹¹⁸ Para aprofundar na imprescindível história da pimenta, ver por exemplo: SHAFFER, Marjorie. **Pepper: A History of the World’s Most Influential Spice**. Nova York: St. Martin’s Publishing Group, 2013.

¹¹⁹ Diário de a bordo de Cristovao Colombo. Disponível em: <https://www.biblioteca.org.ar/libros/131757.pdf>

cinquenta caravelas cada ano em aquela Hispaniola [hoje República Dominicana e Haiti].

No entanto, não querendo enfadar a dona Isabel e dom Fernando, começa a chamá-las indistintamente de pimenta, omitindo a discrepância filogenética entre o tempero indiano (que pertence às *Piperaceae*), e o *aji* (pertencente à família das solanáceas, sendo, portanto, mais próximo do tomate e a batata), fato que encaminhou a história culinária a um equívoco que persiste até hoje,¹²⁰ pois em muitas línguas não se usam as palavras aborígenes para se referir à *Capsicum annuum* (*aji*, *chile*) e a distinguir da *Piper nigrum*.

A *Capsicum annuum* chegou a ser amplamente aceite, não só pelas suas qualidades organolépticas, senão sobretudo pelo seu potencial comercial (“podem-se carregar cinquenta caravelas cada ano (...)”), tendo um cultivo muito mais simples, por ser uma hortaliça e se adaptar melhor a outras zonas climáticas, a diferença da *Piper nigrum*, que é uma planta perene (cuja madurez produtiva tarda mais de um lustro), e só prospera na faixa tropical. Transtrocava-se assim a economia global de maneira peremptória, de um lado, a inauguração do comércio transatlântico levou à decadência da rota da seda, que por mais de 1500 anos integrou África e o continente euroasiático, sendo uma fonte inquestionável de poder, do outro lado, a introdução de espécies exóticas modificou ecossistemas, hábitos alimentares, o mercado e a estrutura agrária em todos os continentes, dando origem à moderna geopolítica dos alimentos.

O tom nos relatos dos cronistas das Índias marca a virada entre as primeiras expedições, de índole comercial, e a posterior ocupação violenta desses ricos e fantásticos territórios ultramarinos, em especial, vão transformando-se as descrições das pessoas, que nos diários de Colombo são sempre belas e encantadoramente ataviadas, até tornarem-se bárbaros com cabeça de cachorro e nenhuma cultura aos olhos dos *conquistadores*. A europeização da agricultura e a brutal colonização das Américas requeriam de uma justificativa, à luz da moral cristã, e com esse propósito fizeram detalhados inventários dos exíguos cultivos e dos exuberantes frutos, indicando assim que a terra dos índios era rica, mas que eles não a tratavam apropriadamente, cabendo aos espanhóis educá-los e comandá-los, civilizá-los; as descrições da fauna e a flora – violentas,¹²¹ mas não isentas de poesia – expressam esse jogo entre a carência e o potencial, entre o exotismo do ser e a inevitabilidade do dever ser.

¹²⁰ Ver o delicioso artigo de Anne Ewbank: Why Is a ‘Pepper’ Different From ‘Pepper’? Blame Christopher Columbus, publicado em 4 de junho de 2018 em Atlas Obscura: <https://www.atlasobscura.com/articles/why-called-pepper>.

¹²¹ Essa violência começa na própria Europa, que tem exotizado o Sul do continente, em particular a península ibérica

No tocante à *exotização da agricultura intertropical*, queremos ressaltar as crônicas de Gonzalo Fernández de Oviedo,¹²² cujo “Sumário da natural história das Índias” inclui primícias sobre orografia, árvores, insetos, mamíferos (como o bicho preguiça, do qual falou ser “o animal mais torpe que pode ser visto no mundo”), répteis (com destaque para a iguana, uma verdadeira alienígena no seu olhar), frutas (o abacaxi, por exemplo, adquire um cariz majestoso sob sua pluma), a agricultura e culinária nativas, e demais características da América Central, o Caribe e o norte sul-americano. Interessa-nos muito especialmente a crônica sobre o Golfo de Urabá, porta de entrada para a América do Sul:

[...] como a terra está em clima que naturalmente é caluroso, temperada pela Providência divina, logo se estraga o peixe ou a carne que não é assada o dia que morre. [...] não sem causa os antigos tiveram que a tórrida zona, por onde passa a linha equinocial, era inabitável, por ter o sol mais domínio ali que em outra parte da esfera e estar justamente entre ambos os trópicos, de Câncer e Capricórnio.

Essa ideia de inabitabilidade da zona tórrida tal vez tenha origem no fracasso de *Santa María la Antigua del Darién*, a primeira cidade espanhola em “terra firme”; fundada em 1511 e localizada no dito Golfo, foi epicentro de intrigas e desaforos, no meio do surto do “descobrimento”, que incitou a todo tipo de homens a testarem sua sorte nesses territórios “inexplorados”, dos quais muitas vezes não retornavam, porém, dado que quando conseguiam retornar o faziam carregados de riquezas, alimentou-se a cobiça de novos “descobridores”. O certo é que as brigas entre espanhóis foram a causa da queda de *Santa María*, mas o rigor da selva húmida tropical –que atrapalhou a reprodução da familiar quadrícula– e a prontidão com que a terra recobrou seus domínios, reduzindo a ruínas em poucos meses os edifícios abandonados em 1524, atizou o mito da letalidade dessa cidade, à qual achacaram “mais mortes que estrelas no céu”, como chegara a expressar o próprio Fernández de Oviedo.

Tal estereotipo foi (e é) reproduzido incluso na Colômbia, onde essa zona é conhecida como “*tapón del Darién*” (tampão do Darien), pela densidade da selva, ainda hoje considerada impenetrável, incluso para um megaprojeto da envergadura da Rodovia Panamericana. A esse respeito, Marta Herrera (2002, p. 107), salienta que as comunidades *Muiscas* (do altiplano cundiboyacense, onde se localiza a Sabana de Bogotá) eram sociedades hierarquizadas, mais parecidas com a estrutura social ibérica, por isso, enquanto “nos Andes Centrais, predominou um tipo relativamente homogêneo de planejamento espacial, que refletiu e reforçou o controle do Estado colonial sobre a população”, nas outras regiões do país, habitadas pelos chamados “índios bravos”, como as comunidades Caribe, “o que se destaca é a heterogeneidade das

¹²² FERNÁNDEZ DE OVIEDO, Gonzalo. *Sumario de la natural historia de las Indias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1950.

formas de planejamento espacial e de controle territorial”, como as “rochelas”, espaços mais horizontais e nômades, que para a coroa espanhola eram sinônimo de baderna.

Dessa maneira, a Sabana bogotana aparecia aos olhos dos exploradores como um oásis dentro das inclementes selvas tropicais, “*tierra buena*” (terra boa), como expressava um dos expedicionários que acompanhou a Gonzalo Jiménez de Quesada na sua incursão ao centro do vice-reino da Nova Granada (DELGADO, 2010); por conseguinte, não é por acaso que as capitais da Colômbia e outros países andinos se localizam nos topos da cordilheira, e não na linha litorânea. Já voltando à história contemporânea, no decisivo século XIX, podemos ver as reverberações destas ideias na filosofia do próprio Hegel, que enxerga a América como um “novo mundo”, em contraposição ao “velho mundo”: África, Ásia e, sobretudo, Europa, que ao “descobri-la” a inseriu na história, uma vez que o nosso continente não possuía uma própria; a imaturidade americana se reflexaria incluso na sua natureza, que não alberga grandes espécies como o cavalo, cruciais para a evolução de uma “verdadeira cultura”, equiparada à europeia.¹²³

E isto nos remete a um contemporâneo de Hegel, Humboldt, quem encarnou no seu ser e na sua obra as contradições da sociedade oitocentista. De um lado, a revisão dos seus diários e correspondência demonstram uma apurada sensibilidade social e ambiental,¹²⁴ sendo defensor de algumas das ideias mais nobres da Ilustração, como transparece, por exemplo, no célebre ensaio político de Cuba, onde reflexiona –a propósito da escravidão e o *plantation*– sobre as mudanças nos usos do solo, e o atraso técnico e moral que supõe tal sistema produtivo; além disso, sua riqueza deu-lhe certa liberdade, pela possibilidade de bancar suas expedições, a diferença de outros cientistas (como Darwin, que ao embarcar no *Beagle* submetia-se aos interesses políticos e comerciais da Marinha Real Britânica), precisando da retrógrada dinastia Bourbon só para lhe conceder salvo-conduto ao se adentrar nesses territórios –que ainda estavam sob domínio da metrópole– arribando a Cumaná (na atual Venezuela) em 1799.¹²⁵

¹²³ Para uma revisão da “Filosofia da natureza” de Hegel, ver, por exemplo, FERREIRO, Héctor. Hegel y América Latina. Entre el diagnóstico de la brecha de desarrollo y el eurocentrismo. Em: **Hermenéutica Intercultural Revista De Filosofía**, No. 31, 2019, p. 187-208.

¹²⁴ Os diários das viagens do cientista pelo continente americano podem ser consultados on-line, no site da Biblioteca Estatal de Berlin, <https://humboldt.staatsbibliothek-berlin.de/?lang=en>; e no site do Banco da República de Colômbia: <http://babel.banrepcultural.org/cdm/ref/collection/p17054coll10/id/2502>

¹²⁵ Para aprofundar na vida e obra de Humboldt, ver por exemplo, o ensaio de PRATT, Mary Louise (**Ojos imperiales. Literatura de viajes y transculturación**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011), que segue a tradição inaugurado por Edward Said no seu conceituado **Orientalismo**, a respeito da construção de um outro bárbaro –Ásia, América, África–, para justificar o colonialismo europeu; também resulta interessante a crítica de Aaron Sachs ao citado trabalho de Pratt, que tenta ponderar as ações de Humboldt à luz dos seus tempos (The ultimate “other”: post-colonialism and Alexander Von Humboldt’s ecological relationship with nature. Em: **History and Theory**, No. 42, dezembro de 2013, p. 111-135).

Do outro lado, tudo o anterior não o poupou das falhas da sociedade da qual era produto, bem seja por defeito pessoal –não escapando totalmente à ideia de que as civilizações não europeias eram “ainda muito imperfeitas”–, ou pelo uso que o imperialismo do livre comércio fez dos seus trabalhos. Interessa-nos só o segundo aspecto, que levava aos cronistas dos séculos XVIII e XIX a se tornarem –quiseram ou não– nos “olhos do império”,¹²⁶ trazendo a Europa o substrato sobre o qual construir uma imagem do resto do mundo que legitimara seu expansionismo econômico, no caso do continente americano, no contexto da transição republicana; nesse sentido, o exultante naturalismo de Humboldt e do seu colega nas “Viagens às regiões equinociais do novo continente”, Aimé Bonpland, reforçaram a visão *eldoradista* que os europeus tinham construído desde 1492, fazendo ênfase na exuberância da paisagem natural mais do que nas culturas aborígenes com as quais esta tinha coevoluido.¹²⁷

Em efeito, a incompreensão das territorialidades indígenas contribuiu (e ainda contribui) à ideia de que suas terras são baldias, e precisam da civilização (ocidental) para renderem frutos; na modernidade, a ciência veio ocupar o lugar da religião, construindo grandiosas edificações teóricas para sustentar a validade da economia capitalista (SHIVA, 1988), de sorte que, a ordem social que antes era resguardada pela Inquisição, agora é tida por natural: não é deus quem decreta a superioridade do homem diante da mulher, ou de uma nação frente outra, são a fisiologia, a localização e os recursos naturais, os que determinam o lugar que deve ocupar-se na atividade produtiva e, conseqüentemente, na sociedade. Humboldt, a partir de suas observações biogeográficas, sentou as bases do mapeamento climático, concebendo em 1817 o conceito das faixas isotérmicas: “curvas desenhadas através de pontos do globo que recebem uma quantidade igual de calor”, popularizado por William Woodbridge em 1823 (imagem 4).

É um facto que a latitude determina o ângulo de incidência da radiação solar, como também o é a existência de cultivos melhor adaptados a cada zona climática, o que está em discussão é a forma em que o capital explora tal diferenciação em função do lucro. Na secção sobre a financeirização da agricultura latino-americana vamos aprofundar nas soluções espaço-temporais às crises inerentes do capital, a partir dos postulados de Harvey, no entanto, vale

¹²⁶ Conforme a expressão de Pratt.

¹²⁷ Aqui resulta interessante a reflexão de Pratt: “As mulheres também desempenham um grande papel neste processo de reinvenção. Entre os exploradores sociais destas negociações, Flora Tristan e Maria Graham produzem textos do drama político sul-americano que diferem acentuadamente estilisticamente dos dos seus homólogos masculinos. Os textos das mulheres, argumenta Pratt, não são nem dirigidos a objectivos nem lineares. Elas privilegiam a domesticidade, as suas casas funcionando como refúgios e fontes de bem-estar. No entanto, as mulheres são parte integrante da “missão civilizadora” - elas constituem uma forma de intervenção imperial feminina na zona de contacto. Pratt denomina os seus relatos de “feminotopias” uma vez que apresentam um mundo idealizado de autodeterminação e prazer feminino” (idem).

introduzir sua reinterpretação do conceito de *destruição criativa* (originalmente proposto por Joseph Schumpeter), que se refere à maneira em que o capitalismo modela uma paisagem econômica, pela ação dos movimentos inter-setoriais e internacionais de fundos excedentes, cuja bússola são as divergências nas taxas de lucro, que se traduzem na entrada ou saída massiva de capitais; nesse sentido, as zonas climáticas, ao derivar em diferenças concretas que podem sustentar fluxos de intercâmbio, tornam-se incluso uma variável passível de especulação.

Claro está que diferenciação climática não é a única variável levada em conta nos cálculos do comércio agrário –embora seja uma das mais evidentes–, assim, para continuarmos traçando as origens da especialização agroexportadora na América Latina, apontaremos outros aspectos, como “a dotação de recursos, as distâncias e as vias de navegação, vinculado às tecnologias existentes em cada momento, (as quais) foram determinantes das possíveis respostas econômicas das diferentes regiões latino-americanas”, só a mineração escapa desse tipo de considerações, pois o alto valor dos metais compensa todos os custos, incluso quando as minas estavam encravadas nas mais íngremes cumes dos Andes; fora isso, como tínhamos mencionado antes, “as outras economias prósperas foram as que estava perto das costas, como a região de Buenos Aires e logo Entre Ríos e a Banda Oriental –economias de fronteira com forte peso da imigração– ou Cuba e Brasil” (BÉRTOLA E OCAMPO, 2010, p. 87).

No tocante a esses aspectos, novamente é conveniente rastrear as heranças da economia colonial, salientando que a prevalência da lógica territorialista do poder não implica que o ganho fosse omitido no roteiro das coroas ibéricas, nesse sentido:

O fomento de plantações no Caribe estava favorecido pelas vantagens da localização geográfica, passagem obrigada das principais rotas mercantis, do comércio triangular e muito próximo das fontes africanas de trabalho escravo. Esses elementos impulsionaram a expansão de cultivos tropicais nas Antilhas (tabaco, café e açúcar), bem como no litoral venezuelano (cacau).

O histórico dinamismo econômico nas regiões litorâneas está relacionado então com a maior facilidade do comércio colonial transatlântico, se estabelecendo como verdadeiros nodos nas redes que se adentraram no continente, conectando os mencionados “arquipélagos econômicos” que caracterizaram os países latino-americanos; por razões óbvias, nesse processo privilegiaram-se as localizações mais acessíveis, principalmente por vias fluviais:

Do mesmo modo que sucedeu nas ilhas caribenhas, em regiões costeiras, em planícies próximas e em áreas bem comunicadas por rios propiciou-se o crescimento econômico. Esse foi o caso do litoral nortenho de Peru, os vales próximos às terras baixas ao sul da Cidade de México, a costa de El Salvador e de maneira mais significativa a pampa argentina [GUERRA, 1997, p.17-18].

Por isso, resulta interessante o desenvolvimento das cidades andinas na Colômbia (dentre as quais, a capital do país e, portanto, nossa zona de estudo), que de alguma forma contradizem essa lógica econômica, por estarem distantes das costas e comunicadas só através

de íngremes caminhos; a localização das jazidas de ouro no interior explicam unicamente a incursão e mineração nessas zonas, mas não a fundação de assentamentos –lembrando que o mais usual nesses casos era a colônia de exploração–, mas aqui operam os motivos apontados por Herrera (2002). Na atualidade, com o desenvolvimento da aeronáutica é transbordada a barreira da conexão terrestre com os portos, mas não deixa de ser relevante a recapitulação desse processo que, de passo, nos ajuda a revelar o carácter histórico –político– das ditas vantagens em que se alicerçam a teoria e a prática do comércio internacional.

Desta maneira, temos esboçado fatores culturais, ideológicos e econômicos que derivaram no sistema agroexportador especializado da América Latina; é indiscutível que não se tratou de um processo mecânico, bem pelo contrário, foi resultado do exercício do poder britânico que, como vimos, soube ler o enrevesado panorama histórico do século XIX e tirar vantagem dele, dando um novo conteúdo à forma em que se relacionavam as metrópoles e suas colônias. Aliás, McMichael (2014, p. 10-11) argumenta que os arranjos produtivos originados na Colônia serviram como base concreta para a teoria do comércio internacional, que por sua vez era a base ideológica da *pax britannica*:

A divisão internacional do trabalho que definiu o sistema colonial aprofundou e acelerou o comércio entre nações como a regra implícita determinante que sustentava o regime alimentar. Ou seja, ela afirmou o princípio ricardiano de ‘vantagem comparativa’, segundo o qual o crescimento econômico dependia de que as nações se especializassem e trocassem produtos determinados pela sua dotação relativa de recursos [MCMICHAEL, 2014, p. 10-11].

Por outras palavras, Grã-Bretanha tomou como ponto de partida o *status quo*: uma sociedade hierarquizada e sustentada na exploração do trabalho alheio, e tentou justificar essa estrutura –que era funcional à hegemonia do livre comércio– através da teoria econômica, aspecto tão crucial para a consolidação do poder capitalista que, como referencia Marx (1987), a *Anti-Corn Law League* organizou um concurso de ensaios sobre as vantagens do liberalismo econômico, publicando os três vencedores em 1842, na curiosa coletânea: “*The three prize essays on agriculture and the Corn Laws*” (Os três ensaios premiados sobre agricultura e as Leis Cerealistas),¹²⁸ em que os autores galardoados: W. R. Gregg, George Hope e Arthur Morse, apresentam argumentos fracos (principalmente os dois últimos) e contraditórios entre si, os quais rebate sem esforço algum o precursor do materialismo dialético (no anexo 3 incluímos a portada da dita publicação, rica em símbolos sobre a ideologia oitocentista).

¹²⁸ Disponível no site da *Online Library of Liberty*: <https://oll.libertyfund.org/titles/anti-corn-law-league-the-three-prize-essays-on-agriculture-and-the-corn-law>

Salientamos, assim, que a naturalização da ordem social –com o patriarcado como uma de suas expressões mais remotas e duradouras–¹²⁹ foi crucial na consolidação da hegemonia do capital; no caso da divisão internacional do trabalho agrícola, parafraseando a Marx, é como se a natureza tivesse começado a se preocupar com o comércio, determinando padrões de especialização agroexportadora na América Latina, que consagraram o Cone Sul à condição de celeiro e a zona intertropical à produção dos cultivos “exóticos” que estiverem na moda. Amiúde, a representação desses espaços abrange as pessoas que os habitam, quer dizer, os estereótipos que se constroem em torno das já expostas vantagens absolutas e comparativas, não se limitam às características físicas do território, mas incluem apreciações sobre culturas e grupos étnicos (o “capital humano”), mais uma vez, sob valores europeus, em particular a ideia de progresso.

Nem sequer Engels escapou a esse erro, se referindo à expropriação ianque do norte do México (Califórnia, *Nuevo México*, Texas, etc.) como um “avanço”, na medida em que, dessa maneira, “(...) este país (via-se) arrastado forçosamente ao progresso histórico”,¹³⁰ apreciação que podemos ponderar no meio do entusiasmo suscitado pelo avanço das forças produtivas no século XIX –especialmente nos Estados Unidos, como mencionamos anteriormente–, o que não devemos fazer é negligenciar as consequências dessa leitura da sociedade na história contemporânea. Por isso, queremos replicar com as palavras do grande José Martí (2011, 17), que se pergunta com seu característico fervor latino-americanista:

[...] em que pátria pode ter um homem mais orgulho do que nas nossas tristes repúblicas da América, erguido entre as massas emudecidas de índios, ao barulho de luta do livro com o círio, nos braços sangrentos de uma centena de apóstolos?

Para sentenciar a seguir:

[...] o bom governante na América não é aquele que sabe como o alemão ou o francês se governa a si próprio, mas aquele que sabe de que elementos é feito o seu país, e como os pode guiar juntos, para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, a esse estado desejável onde cada homem se conhece e se exerce, e todos desfrutam da abundância que a Natureza colocou para todos nas pessoas que fertilizam com o seu trabalho e defendem com as suas vidas. O governo deve nascer do país. O espírito do governo deve ser o espírito do país. A forma de governo deve estar em conformidade com a própria constituição do país. O governo nada mais é do que o equilíbrio dos elementos naturais do país.

Pensar na América Latina sem levar em consideração essa dialética entre a luta histórica pela autonomia e a heteronomia imposta pela matriz colonial (e suas heranças vivas), é ficar só

¹²⁹ Por razões de afinidade, trabalharemos com Shiva, mas isto não nega a importância de Simone de Beauvoir, uma pioneira na sistematização do pensamento feminista; ver, por exemplo, o ensaio que revolucionou as ciências sociais: *O Segundo Sexo*.

¹³⁰ Ver: DE TOLEDO, Domingo; J. México en la obra de Marx y Engels. Em: **El Trimestre Económico**, Vol. 6, No. 21(1), abril-junho de 1939, pp. 84-140.

na superfície dos processos sociais em geral, e dos padrões de especialização agrícola, em particular.

Houve, contudo, fatores intrínsecos à Independência e conformação das repúblicas latino-americanas, que também contribuíram ao desenvolvimento de economias orientadas à exportação de commodities, com um mercado doméstico fraco e pouco diversificado; nesse sentido, Sergio Guerra (1997, p. 24) se refere à “(...) pobre participação popular (na) fase de guerra emancipadora, (...) o caráter fragmentário e local dos governos *criollos* e suas múltiplas contradições intestinas (centralistas e federalistas, republicanos e monárquicos, radicais e moderados)”, bem como ao “mercado antagonismo entre as classes populares e a aristocracia *criolla*”, como elementos que ajudam a explicar, não só as reviravoltas e contragolpes das coroas ibéricas nos processos independentistas, senão também a fragilidade das incipientes sociedades republicanas.

A isto podemos acrescentar as argumentações de Ocampo (2004, p. 726), quem salienta que:

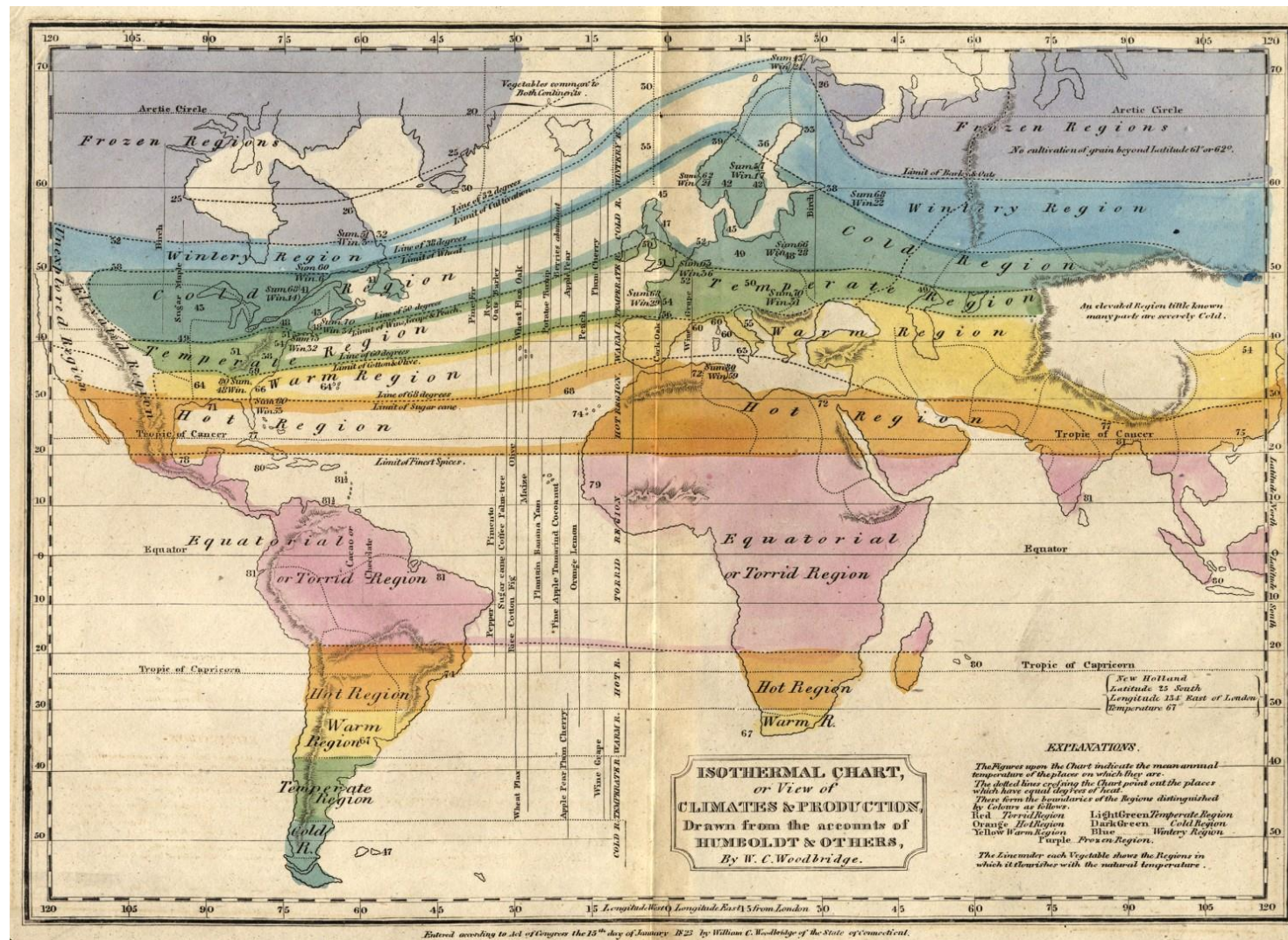
A criação da nacionalidade foi traumática e incompleta na maioria dos países, pelo menos em dois sentidos diferentes. Primeiro, isto significou uma guerra civil recorrente em muitos países durante o século XIX, o que contribuiu à geração de sistemas políticos nos quais o governo oligárquico entrelaçou-se estreitamente com o poder militar. Por sua vez, isto último significou que a vitória do liberalismo econômico no século XIX não esteve acompanhada na maioria dos países pelo desenvolvimento de instituições políticas liberais.

Esses fatores de índole política tiveram repercussões mais explicitamente relacionadas com a vocação agroexportadora da América Latina, pois:

Segundo, em termos econômicos, a ausência de comunicações modernas significou que os países foram realmente um conjunto de localidades, arquipélagos econômicos nos que as diversas partes das nações estavam frequentemente melhor integradas aos portos de Europa ou os Estados Unidos que entre si. O desenvolvimento de um verdadeiro mercado interno foi assim um processo relativamente tardio na maioria dos países.

Este autor destaca também o atraso tecnológico e a falta de capitais nas jovens repúblicas latino-americanas, como heranças coloniais e do endividamento ocasionado pelas guerras emancipadoras. Portanto, além dos “choques externos” (os jogos de poder das potências –entre si e com o resto do mundo–), podemos entender a referida “dependência regional das matérias-primas” a partir das lutas intestinas pelo poder, o déficit em tecnologia e em infraestruturas de integração, a política macroeconômica e “a incidência da instabilidade dos fluxos de capital”, que consolidaram a agroexportação e a mineração como os setores mais lucrativos para as oligarquias oitocentistas, senão os únicos.

Imagem 4. Carta isotérmica de William C. Woodbridge (1823)



Disponível em: <https://visual.ly/community/Infographics/geography/isothermal-chart-or-view-climates-production>

Em resumo, a bifurcação da dieta contemporânea (*class diet*) e consequente consolidação de padrões de produção agroexportadora nas duas grandes zonas climáticas da América Latina, podem ser lidas, de um lado, sob o olhar de um determinismo econômico, que prega as vantagens comerciais da especialização, como corolário das características físicas dos territórios, desconsiderando as dinâmicas do poder; do outro lado, na perspectiva de Friedmann e McMichael, reverte-se essa relação, entendendo a divisão territorial do trabalho agrícola como um processo essencialmente político, materializado por meios econômicos e cuja forma concreta é a especialização produtiva. Traçados o marco conceitual e os antecedentes dos regimes alimentares, podemos continuar no nosso apanhado histórico, analisando os processos a partir dos quais foi se configurando a atual comoditização da agricultura latino-americana.

3.1.3. Regime alimentar colonial-diaspórico

“(…) En el vagón especial llegaron también, revoloteando en torno al señor Brown, los solemnes abogados vestidos de negro que en otra época siguieron por todas partes al coronel Aureliano Buendía, y esto hizo pensar a la gente que los agrónomos, hidrólogos, topógrafos y agrimensores, así como Mr. Herbert (...) y el señor Brown (...) tenían algo que ver con la guerra. No hubo, sin embargo, mucho tiempo para pensarlo, porque los suspicaces habitantes de Macondo apenas empezaban a preguntarse qué cuernos era lo que estaba pasando, cuando ya el pueblo se había transformado en un campamento de casas de madera con techos de zinc, poblado por forasteros que llegaban de medio mundo en el tren, no sólo en los asientos y plataformas sino hasta en el techo de los vagones. Los gringos, que después llevaron sus mujeres lánguidas con trajes de muselina y grandes sombreros de gasa, hicieron un pueblo aparte al otro lado de la línea del tren, con calles bordeadas de palmeras, casas con ventanas de redes metálicas, mesitas blancas en las terrazas y ventiladores de aspas colgados en el cielorraso, y extensos prados azules con pavorreales y codornices. El sector estaba cercado por una malla metálica, como un gigantesco gallinero electrificado que en los frescos meses del verano amanecía negro de golondrinas achicharradas. Nadie sabía aún qué era lo que buscaban, o si en verdad no eran más que filántropos, y ya habían ocasionado un trastorno colosal, mucho más perturbador que el de los antiguos gitanos, pero menos transitorio y comprensible”.

Gabriel García Márquez, *Cien años de soledad*.

Quando chove, nesse país, chovem pérolas e diamantes, mas podem chover também raviolis. Em direção ao porto, denominado de Porto dos Ociosos, navegam embarcações carregadas de especiarias, mortadelas, toda a sorte de embutidos e presuntos. Rios de vinho grego são atravessados por pontes de fatias de melão, e lagos de molho soberbos estão coalhados de polpete e fegetelli. Fornadas permanentes de pão de farinha de trigo abastecem os habitantes do lugar. Aves assadas despencam do céu, direto sobre a mesa, enquanto árvores cobrem-se de frutos nos doze meses do ano. As vacas parem um vitelo ao mês e os arreios dos cavalos são de ouro, mas as rédeas são lingüiças... A topografia se completa com uma colina na qual está a prisão destinada aos infratores da única lei que vigora no país: não trabalhar e gozar a vida.

Cleodes Piazza Ribeiro, *Paese di Cuccagna* ou o País das Maravilhas.

Como indica seu nome, um dos traços mais distintivos do *regime alimentar colonial-diaspórico* é a migração massiva de pessoas (originárias da Europa e em menor medida de Ásia), processo que se prolongou por mais de um século (1815-1930), e teve seu ponto álgido entre 1880 e 1913; no total, calcula-se que uns sessenta milhões de migrantes europeus (ao redor de 15% da população desse continente) deixaram seus países natais nesse período, tendo como destino

privilegiado o continente americano (ver imagem 5);¹³¹ um quinto dessas pessoas chegou a América Latina (OCAMPO, 2004). Tínhamos visto que a imigração foi crucial na consolidação da hegemonia britânica:

A ideia era que os novos estados dos Estados Unidos se expandiram ao oeste, Canadá, Austrália, todos os governos que se expandiam a estes territórios mediante a construção de ferrovias que levavam os colonos europeus às explorações agrícolas, criando ingressos para o país pela exportação do trigo, de maneira que os assentamentos de colonos eram uma **dupla solução** ao número de personas pobres e tal vez perigosas na Grã-Bretanha e à necessidade britânica de importar [comida] [FRIEDMANN, 2014, online. Ênfase nossa].

Inaugura-se assim o primeiro mercado internacional capitalista para os alimentos:

Com o trigo como fio condutor, este regime alimentar uniu claramente aos agricultores colonos com os consumidores industriais (empresas e trabalhadores assalariados) ao outro lado do Atlântico. Através do processo de construção do Estado, a organização de uma fronteira do trigo modelou a oferta para as crescentes forças de trabalho das fábricas que requeriam alimentos acessíveis, e vice-versa. Em última instância, a construção desta fronteira de alimentos baratos serviu aos interesses do capital, em particular a seus requisitos para reproduzir uma força de trabalho assalariada em expansão a baixo custo [MCMICHAEL, 2014, p. 10].

Comida barata, produzida a grande escala, nas terras férteis e baratas das periferias do capitalismo no século XIX, onde a agricultura não tinha que disputar cada metro quadrado à indústria, comida barata produzida por famílias camponesas europeias, jogadas ao incipiente transporte transoceânico, como válvula de escape à perigosa fome que percorria as ruas das metrópoles.

Vimos também que a transição à vida republicana na América Latina está diretamente relacionada com esse surgimento de um “imperialismo do livre mercado”, sob o comando da Grã-Bretanha, portanto, nesse período o desenvolvimento dos países da região esteve orientado à integração com o mercado mundial –particularmente europeu e estadunidense–, inaugurando o que Ocampo (2004) denomina “era das exportações” (1870-1920). Nessa nova hegemonia:

As regras implícitas referiam-se à elaboração de relações comerciais internacionais (para além dos antigos sistemas coloniais de comércio direto), desencadeadas pela abolição prévia das *Corn Laws* e facilitadas pelo padrão ouro e a manipulação por parte da cidade de Londres da balança de libras esterlinas para manter e expandir relações comerciais [MCMICHAEL, 2014, p. 10].

Até agora, no nosso relato temos privilegiado a voz das potências e das oligarquias, postergando a análise dos movimentos dialéticos: a história desse grupo heterogêneo de migrantes –irmãos a sua chegada pela conformação de grêmios e colônias–, a história das pessoas escravizadas, que trás obter a liberdade formal herdaram a seus descendentes a brecha econômica de uma sociedade racializada, a história das comunidades originárias e sua resistência aos sucessivos ciclos de espoliação, a história do proletariado europeu, e de maneira transversal, as histórias das mulheres, na sua luta pela conquista dos espaços interditados pelo patriarcado.

¹³¹ BAINES, Dudley. European Emigration, 1815-1930: Looking at the Emigration Decision Again. Em: **The Economic History Review New Series**, Vol. 47, No. 3 (Aug., 1994), pp. 525-544.

Imagem 5. Fotografia de um navio de migrantes aportando nas Ilhas Ellis, Nova York (1906)



Fonte: Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, disponibilizada por *History Channel* [*Immigrants on their way to Ellis Island, on the deck of the S.S. Patricia*], no link: <https://www.history.com/topics/immigration/immigration-united-states-timeline>, com acesso em abril de 2019.

Por questões metodológicas, aqui só aprofundaremos nos fatores históricos que incentivaram a imigração das ditas famílias camponesas (principalmente ao Cone Sul latino-americano), derivando na conformação de um campesinato predominantemente branco e mestiço, e na violenta espoliação das pessoas que ancestralmente tinham ocupado esses territórios (DEER, 1995; FRIEDMANN, 2005). Conforme Carmen Diana Deer (1995), essa composição demográfica é a que possibilita uma abordagem a partir da teoria chayanoviana da unidade familiar de produção-consumo, a qual será o ponto de partida para entender as transformações recentes do espaço agrário gaúcho, lembrando que o regime alimentar colonial-diaspórico é a origem do complexo trigo-carne bovina, cartão postal do

pampa, cada vez mais ameaçado pela expansão de plantações transgênicas como a soja, o milho, e potencialmente, o eucalipto.

Além da anterior aclaração, vale salientar que Estados Unidos é o caso paradigmático na geopolítica dos alimentos oitocentista, sendo “o vínculo entre os dois (primeiros) regimes, (...) na teoria e na prática”, pois suas forças sociais desenvolveram uma agricultura que “(...) ao mesmo tempo virou o dilema europeu de abaratar a cesta básica (a expensas da agricultura doméstica tradicional, a finais do século XIX), e antecipou a agricultura industrial do século XX” (FRIEDMANN E MCMICHAEL, 1989, p. 95). No outro lado da balança está a faixa inter-tropical, evidenciando-se a bifurcação do modelo agroalimentar em função das diferenças climáticas que, como vimos, são passíveis de lucro, sob a argumentação espúria das vantagens naturais; nesse período sobressai a chamada febre da borracha (sobre a qual voltaremos posteriormente), que ajuda a entender o carácter especulador –de curto prazo– da agricultura capitalista nessa zona climática.

Sabemos que o sistema de *plantation*, que teve seu auge no continente desde começos do século XVII até meados do XIX, acarretou profundas transformações na forma de se organizar o espaço e o trabalho, sendo em maior ou menor medida o antecedente dos regimes alimentares. O comércio entre colônias e com as metrópoles deu passo a uma geopolítica dos alimentos cimentada na dita “complementariedade entre alimentos das zonas temperadas e tropicais”, que se materializou no primeiro regime alimentar; está claro que essa passagem não foi pacífica, nem na Europa, nem muito menos na América (sendo ela um elemento chave nos processos independentistas que se desencadearam ao longo do continente), como vimos na secção anterior, a propósito das *anti-corn laws* e a participação britânica nesses movimentos de emancipação das monarquias (especialmente da coroa espanhola).

Ficou claro que a independência formal das monarquias ibéricas¹³² não implicou o fim da exploração na América Latina, e sim o começo de um novo ciclo, o primeiro com “um mercado mundial realmente integrado”. A esse respeito, McMichael (2014, p. 29), referencia a Mike Davis,¹³³ que estuda as consequências da Revolução Industrial nos países do Sul Global, relato pouco aludido, perante a narrativa da grandiosidade dos avanços técnicos e, no melhor dos casos, dos abusos contra o nascente proletariado nas metrópoles; no entanto, “as relações de valor reorganizaram a vida social ao longo da paisagem do regime alimentar, com efeitos substanciais para as comunidades indígenas, e em termos raciais, de classe e gênero”, havendo uma continuidade do extermínio indígena (que começara logo após da arribada das caravelas, e ao qual se somara a barbárie da mercadificação de pessoas nascidas na África e suas descendências), agora a través do crescente domínio do capital na organização do território.

¹³² Infelizmente, não conseguimos desenvolver o caso de Haiti e as colônias francesas, holandesas e britânicas.

¹³³ DAVIS, Mike. **Late victorian holocausts: El niño famines and the making of the third world.** Londres: Verso, 2001.

Essa nova fórmula do extermínio é o que Davis denomina “holocausto do século XIX”, no qual se conjugam a violência econômica e militar, o deslocamento forçado das comunidades originárias e, como se fosse pouco, um fenômeno meteorológico. Nos países da zona intertropical, onde tem sido mais evidente a dinâmica de produção-especulação, o investimento estrangeiro esteve mais focado nas obras de engenharia –principalmente ferroviária–, e em geral, na logística associada aos ciclos de exportação da quina, a borracha, etc.; a exceção são as plantações de açúcar e banana (que apresentam economias de escala pelo investimento em capital fixo), nas quais houve sim participação direta do capital europeu –em particular, britânico–, e norte-americano, que já começava a perfilar-se na região:

[...] empresas norte-americanas como *Hershey, W.R. Grace & Co.*, e *United Fruit*, investiram em terras, transporte marítimo, adubos, infraestrutura de transporte e instalações de processamento na América Central e do Sul, para expandir a agroexportação de produtos tropicais. [...] [Além da sobre-exploração e repressão da força de trabalho], o último quarto do século XIX, experimentou uma sincronização de fomes causadas pelo *El Niño*, resultando numa seca devastadora ao longo do trópico, uma onda de mortes por causa da fome (30 a 60 milhões de pessoas) da China ao Brasil [tropical], passando pela Índia.

Nas zonas temperadas do continente a história tomou outra forma, embora essencialmente fosse a mesma coisa:

Nas pradarias, pampas e florestas norte-americanas e do Cone Sul, os habitantes nativos foram deslocados e/ou eliminados pela pecuária e o cultivo de trigo. Na Argentina e o Paraguai os empresários dividiram a pampa em grandes fazendas de trigo e gado, para fornecer o mercado europeu, importando maquinário dos Estados Unidos e da Europa, e empregando trabalhadores imigrantes provenientes de Europa [MCMICHAEL, 2014, p. 29].

Em ambos os casos o que se evidencia é como a acumulação originária de capital vai evoluindo a novas formas de acumulação via espoliação, em concordância com os postulados de Harvey. A partir daí, nessa seção vamos analisar as repercussões desse processo, primeiro, para a força de trabalho local (autóctone e migrante), para depois focarmos especificamente no espaço agrário da América Latina.

Para começar, na historiografia mais eurocentrada se enxerga o processo migratório como corolário da abundância de terra e a falta de mão de obra e capital no “novo mundo”; no entanto, quando analisada mais meticulosamente, vemos que a migração obedeceu a múltiplos fatores, de ordem local e global. Embora seja um processo heterogêneo, há duas ondas migratórias claramente diferenciáveis, tanto pelos países de origem, como pela natureza desses movimentos –permanente ou sazonal:

- ✓ Primeira onda da migração europeia (1815-1880): Período caracterizado pelo afluxo de famílias camponesas e de artesãos, cujo propósito era fixar residência permanente no lugar de destino, geralmente estabelecendo colônias de agricultores; esse movimento é consequência direta dos processos de espoliação, desemprego e consequente empobrecimento das classes trabalhadoras, acarretados pelo capitalismo industrial.

Provinham maioritariamente de Grã-Bretanha, Alemanha e os países escandinavos, e se asentaram em Estados Unidos (32 milhões), Canadá (5 milhões), Austrália (3,5 milhões), e na América Latina, Argentina (6,5 milhões), Brasil (4 milhões).

- ✓ Segunda onda (1880-1930): Correspondente à *pax britannica*, evidenciando-se um apogeu dos movimentos migratórios, agora compostos também por pessoas provenientes dos países mediterrâneos, de Portugal, e da Europa do Leste; a diferença mais marcante com o momento anterior, é que a maioria dessas pessoas eram homens jovens, pouco qualificados, que iam trabalhar principalmente em centros urbanos, e quase sempre tencionavam retornar após terem feito algumas economias.

Devido a sua complexidade, dinâmicas como a migração sazonal, aquela destinada a contextos urbanos e obras de infraestrutura –como redes ferroviárias e o canal de Panamá–, ou procedente de outras latitudes –especialmente Ásia–, só serão tratadas em função do relato central: a imigração como fator constitutivo do modelo agroexportador na América Latina em geral, e em particular do campesinato do Cone Sul.

É claro que a primeira opção para as famílias camponesas cujo modo de vida desabara com a primeira e segunda Revoluções Industriais eram as próprias cidades europeias, sendo a consequência direta desse processo a urbanização, principalmente na Grã-Bretanha e outros países da Europa ocidental (França, Bélgica, Alemanha), mas logo chegou o momento em que estas não conseguiram absorver o êxodo rural, e aí –graças aos avanços tecnológicos na área do transporte, em especial a navegação a vapor–, a migração transatlântica emergiu como uma alternativa viável (LANZA E LAMOUNIER, 2015). Os laços coloniais foram um fator importante na escolha do destino de migração para os britânicos (Estados Unidos), e os espanhóis (América hispânica), já os portugueses e italianos tomaram rumos mais diversificados, em especial os últimos.

O móbil para essa diáspora europeia foi, em todos os casos, a perda de terras e empregos no auge da industrialização. A esse respeito, a leitura de Sandra Pesavento (2014, p. 44) sobre as raízes das migrações oitocentistas está em concordância com a abordagem dos Regimes Alimentares:

A vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX é um movimento que se insere no processo mais amplo da expansão do capitalismo a nível mundial. No plano europeu, o desenvolvimento do capitalismo em países como a Alemanha e a Itália foi capaz de gerar um excedente populacional sem terra e sem trabalho, que se converteu num foco de tensão social intenso. A acumulação de capital de um lado, a concentração da propriedade do solo e a emergência da indústria tiveram como contrapartida a expulsão do camponês da terra e a desarticulação do trabalho artesanal. Entretanto, o estágio de desenvolvimento industrial (etapa manufatureira) não se revelava capaz de absorver essa mão de obra excedente. Além disso, tais países vinham experimentando conturbações políticas internas que haveriam de resultar no seu processo de unificação. A presença de uma massa populacional excedente em termos de ocupação vinha, de uma forma ou de outra, ameaçar a estabilidade interna das nações. Dessa maneira, o envio dessa massa imigrante para os chamados "países novos" tornou-se um negócio vantajoso, ainda mais que se descortinavam perspectivas de retorno de capitais, pela formulação de núcleos de nacionais no exterior que se vinculariam por laços comerciais à pátria de origem.

Tais circunstâncias aplicam também para os demais países receptores dos fluxos migratórios; ressaltamos aqui dois elementos da sociedade europeia que ela traz: “as conturbações políticas internas” associadas às dinâmicas de unificação nacional, e a importância econômica das remessas dos emigrantes, os quais contribuem a uma releitura da modernidade e o processo de construção do Estado-nação, como processo traumático incluso nas metrópoles foi traumática, e com um protagonismo das classes trabalhadoras negligenciado na narrativa oficial.

Adicionalmente, André Lanza e Maria Lamounier (2015, p. 92) se referem às mudanças introduzidas pelo capitalismo na agricultura, que podem ser sintetizadas no fato da terra deixar de ser “o meio de vida tradicional do mundo rural europeu, baseado na produção camponesa”, passando a ter uma nova função, “como fator de produção e fonte de capital, destinada à produção em larga escala”. Partindo desse pressuposto, os ditos autores analisam os elementos que derivaram na migração europeia à América Latina –tendo como base o estudo de Herbert Klein;¹³⁴ o primeiro e segundo elementos expostos são a explosão demográfica e o encarecimento do metro quadrado sob a pressão da indústria, os quais, ao se combinarem, “dificultaram o acesso à terra pelas populações camponesas, aumentando a quantidade de pessoas a serem mantidas com a produção de um mesmo lote de terra”.

O terceiro e último elemento ressaltado por Lanza e Lamounier, “a revolução agrícola e a mecanização da agricultura”, merece ser estudado mais de perto. Em efeito, com a industrialização oitocentista não só se modificou o espaço urbano –as fábricas, os subúrbios, as vias e meios de transporte público, a fumaça e todas as fontes de poluição–, senão também o espaço agrário, tanto nas colônias e incipientes repúblicas, quanto nas mesmas metrópoles. Em Europa, “o número de minifúndios diminuía enquanto o de latifúndios aumentava com rapidez. Os camponeses, que anteriormente viviam numa agricultura de subsistência, se viram obrigados a trabalhar para outros proprietários de terras”, sendo a mais radical dessas transformações nas relações de trabalho, que “muitos perderam seus empregos no meio rural (...) expulsando-os para o meio urbano”, o qual, como vimos, nem sempre podia recebê-los (idem); com isso não queremos, porém, defender uma posição ludista perante os avanços técnicos.

Nesse sentido, vamos retomar a questão da tecnologia, que pode levar a imprecisões, quando não cimentada num corpo teórico sólido e coerente. Na perspectiva de Marx, foi a industrialização a que possibilitou a sujeição do trabalho ao capital, marcando a maturidade do capitalismo, porém, ao longo do século XX, a tecnologia atingiu tal predominância na sociedade, que foi fácil promulgar a ideia de que era o desenvolvimento das forças produtivas (e não a luta de classes) o motor da história, chegando à doutrina falaz da neutralidade da tecnologia, como mencionávamos anteriormente; a

¹³⁴ Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

falsidade dessa ideia pode ser facilmente constatada no caso latino-americano, cuja divisão social do trabalho – historicamente assentada na exploração das camadas populares– tem sido favorecida pelo desenvolvimento tecnológico, que é constitutivo da matriz colonial (PORTO-GONÇALVES E ALENTEJANO, 2010; SANTOS, 1986).

Víamos, a partir de Santos (1986), que é precisamente a técnica a que determina a combinação específica entre capital e trabalho, e, conseqüentemente, a “idade dos elementos do espaço”; essa influência tem aumentado desde 1870 (até o meio técnico-científico-informacional do pós Segunda Guerra Mundial, sobre o qual voltaremos na seguinte secção), pois, ao incorporar-se os avanços técnicos não só na produção, senão também no transporte e a geração de energia, há repercussões muito diretas na vida cotidiana, além disso, a mais clara demarcação das fronteiras entre o rural e o urbano, e a possibilidade de importação transoceânica, levou a uma maior dissociação entre produção e consumo alimentares. É assim como a tecnologia se torna o centro do sistema e principal fonte para a acumulação de capital, redesenhando os espaços produtivos, em especial na África, onde a distribuição colonial da terra obedeceu ao poderio técnico (idem.).

Em palavras de Santos (1986, p. 46), “a Inglaterra se converteu na maior potência da época porque possuía, então, a mais avançada tecnologia, que lhe permitia uma maior acumulação de capital, muito maior que a dos outros. Esse fato é importante já que industrialização e capitalismo estavam convertendo-se em sinônimos”; nesse arranjo, a América Latina (e em geral, o Sul Global) entra numa condição de heteronomia, portanto, o que, o como e o para quem da produção, são definidos de maneira externa:

Se o cultivo da cana-de-açúcar ou tabaco na América nascera das necessidades do comércio, durante o primeiro período [de 1492 ao século XVII], o cultivo do trigo e a criação do gado na Argentina, Uruguai, Sul do Brasil, Austrália e Nova Zelândia foram a resposta às necessidades da indústria. Esta resposta, que é o tema dominante do período, dá à indústria uma certa autonomia em comparação com os outros elementos do sistema. A demanda da tecnologia precede ou acompanha a respectiva oferta; há uma espécie de confusão ou coexistência entre a atividade de produção e a de inovação. Esta situação é contemporânea da concentração da produção em uns poucos países, como conseqüência do pacto colonial. O desenvolvimento do próprio pacto é uma conseqüência da diferença de nível tecnológico entre os países situados no centro do sistema econômico mundial, isto é, os países da Europa Ocidental que o controlavam.

Recapitulando, a incorporação da tecnologia na produção não é um fenômeno inerentemente prejudicial para as classes trabalhadoras, aliás, ela tem possibilitado alguns dos maiores logros na história humana, o cerne está no propósito e a maneira em que esta se implementa. Ao torna-se uma fonte de acumulação de capital, o avanço técnico tem se constituído como uma força autônoma, um fetiche, que suporta relações de poder, com destaque para a matriz colonial, reconfigurada pelo imperialismo do livre comércio.

Aliás, um dos maiores paradoxos do regime colonial-diaspórico tem um viés tecnológico, uma vez que, como salienta Friedmann (2014, online), o novo modelo “substituiu uma agricultura capitalista sustentada em mão de obra assalariada a grande escala, (...) por mão de obra familiar

totalmente especializada, dependente das exportações e disposta a adotar maquinário assim que estiver disponível, porque havia escassez de trabalhadores”. Este exemplo é mais uma demonstração de que o desenvolvimento tecnológico não é linear, nem muito menos inequívoco, pois, para garantir o pleno potencial de suas forças produtivas, o capitalismo teve de se sustentar na economia camponesa, incluso a expensas das formas de agricultura assalariada que já começavam a despontar no espaço agrário britânico nos séculos XVIII e XIX; mais adiante voltaremos sobre este tópico, a propósito da constituição do campesinato latino-americano (em especial o gaúcho), e da mineração dos nutrientes do solo.

Do ponto de vista das classes trabalhadoras europeias, a migração tornava-se uma opção interessante quando as condições do lugar de acolhida compensavam os custos da viagem, nesse sentido, os Estados Unidos foi alvo do maior fluxo de imigrantes ao longo do século XIX, enquanto a América Latina continuava sendo enxergada como uma paragem exótica, tanto por questões mais subjetivas, como as diferenças culturais e climáticas, como por razões objetivas, como “(...) a instabilidade política das novas repúblicas (...), a baixa demanda por trabalho livre na maioria dos países que possuíam uma grande população ou faziam uso do trabalho escravo, (e) alto custo das passagens transatlânticas (...)” (LANZA E LAMOUNIER, 2015, p. 93). Só na virada do século, com a Segunda Revolução Industrial, foi possível transcender os obstáculos de ordem técnica, tanto os já referidos –navegação a vapor e transporte ferroviário–, quanto a comunicação transatlântica, com os cabos telegráficos.

Mas são as questões de cunho político as que chamam nossa atenção, essa “instabilidade das novas repúblicas”. Na nossa perspectiva, o imperativo da modernização –em especial, a construção de uma identidade nacional–, exacerbou as contradições com as cosmogonias das comunidades originárias, fato que se traduziu numa transição republicana marcadamente eurocêntrica; assim, “depois de 1870 com a estabilidade política e, desde as décadas de 1850 e 1860, com o crescimento das políticas visando à atração de imigrantes estrangeiros, a América Latina passou a ter mais visibilidade na rota mundial de imigração”, calculando-se a entrada de mais de treze milhões de pessoas entre 1870 e 1930, 90% das quais chegaram a Argentina, o Brasil, o Uruguai e Cuba. Lanza e Lamounier (2015, p. 94) destacam que “Brasil e Argentina são os melhores exemplos da influência (das mudanças políticas) em suas economias e sociedades”, e tal vez isso tenha a ver com a maneira em que a dinâmica modernizadora problematizou e reorientou o ordenamento do território; nessa perspectiva:

Até 1870, ambos os países eram caracterizados por amplos vazios populacionais (sic.) e população escassa e concentrada no litoral. Durante todo o século XIX, a necessidade de povoar territórios e encontrar mão de obra para sustentar o desenvolvimento da agricultura agroexportadora norteou os debates governamentais sobre o fomento da imigração nos dois países.

Conforme os autores, “a terra abundante disponível (sic.), a agricultura de exportação em ascensão e a escassez de mão de obra (sic.) para trabalhar em atividades relacionadas ao setor aliados aos salários mais altos em comparação à Europa tornaram-se o chamariz de imigrantes para os países da América Latina” (LANZA E LAMOUNIER, 2015, p. 93), no entanto, assim não possamos desenvolvê-la aqui, queremos pelo menos plantear a questão dessa aparente abundância de terras e escassez de pessoas, a qual fundamentou também, séculos atrás, outras diásporas –de natureza mais violenta–, como a trazida de africanos escravizados, as incursões dos bandeirantes paulistas, e antes disso, a *Encomienda*; na nossa perspectiva, o *quid* não repousa na disponibilidade de mão de obra, como se alega na historiografia acrítica, senão na sua imobilidade, o que também é uma herança colonial (OCAMPO, 2004). Sobre os relatos da abundância da terra voltaremos depois.

No tocante à transição do trabalho escravo ao assalariamento, à medida que a industrialização ia transformando os processos de produção, o sistema escravista tornava-se um empecilho para uma divisão social do trabalho condizente com os avanços nas forças produtivas (PESAVENTO, 2014), o que não implica que as hierarquias sociais implementadas no período colonial –cruciais nos processos de acumulação originária de capital–, deixaram de ser funcionais ao *status quo*, nesse momento ou ainda hoje. A esses fatores estruturais se somou outro de índole conjuntural: a bonança do mercado internacional de matérias primas, que impeliu aos proto-capitalistas latino-americanos a encontrar uma solução rápida à falta de um mercado local de força de trabalho (OCAMPO, 2004); a migração europeia apareceu então como uma sorte de transição conservadora entre ambos os momentos, quer dizer, uma forma de incorporar trabalho assalariado sem modificar a estrutura racializada da Colônia.

Tomemos como referência o caso brasileiro, onde, embora a abolição da escravidão fosse um processo paulatino, transcorrendo mais de três décadas entre a Lei Eusébio de Queirós (1850), passando pela Lei de Ventres Livres (1871), até a promulgação da Lei Áurea (13 de maio de 1888), não houve uma transição que levasse à incorporação da população afro-brasileira como força de trabalho assalariada, sendo o caso paradigmático a economia cafeeira no estado de São Paulo, cujo governo optou por incentivar a imigração europeia, subsidiando a viagem de famílias inteiras até as fazendas, onde tinham de trabalhar por cinco anos para cobrirem as despesas, ficando liberados posteriormente para retornarem ou ficarem trabalhando no Brasil; o resultado foi a entrada massiva de italianos, espanhóis e portugueses, convertendo ao Brasil num dos destinos preferidos do continente americano, ficando atrás só dos Estados Unidos e da Argentina.

Em termos gerais, o Cone Sul foi o principal polo de atração do fluxo migratório à América Latina, pois além do já referido caso argentino, encontramos a Uruguay e Chile como o terceiro e quarto destinos mais populares, respectivamente, isso sem mencionar que a imigração brasileira se centrou principalmente na região centro-sul do país. Dentro do panorama das jovens repúblicas latino-americanas, no Brasil e na Argentina,

Além de ser uma solução para a falta de braços nas lavouras e para o povoamento de territórios, nos dois países, a imigração era vista como o caminho para o progresso, para a modernização da sociedade e para o branqueamento da população. A partir de 1870 até 1930, os dois países foram os que mais receberam imigrantes na América Latina. Nesse período, a política de subsídios, custeando as passagens transatlânticas, hospedagem e colocação nas fazendas de café, foi implantada com sucesso no estado de São Paulo. Na Argentina, as políticas liberais de atração de imigrantes e os altos salários pagos nas épocas de colheitas do trigo e milho também tiveram êxito em atrair estrangeiros. Os dois países juntos receberam quase 80% do total dos que imigraram para a América Latina até 1930 [LANZA E LAMOUNIER, 2015, p. 94].

Mais uma vez, vale destacar que essa aparente “falta de braços nas lavouras e para o povoamento de territórios”, só faz sentido dentro do relato do “caminho para o progresso, para a modernização da sociedade e para o branqueamento da população”. Contudo, as políticas para atrair população alhures deram origem, sobretudo, a uma migração de tipo sazonal, a qual foi evoluindo aos poucos até o assentamento de colônias permanentes.

Nesse processo sobressai a chegada de colonos à região austral do continente, terra mítica e brava que até então só tinham conseguido domar os gaúchos (ou *gauchos*) –epitomados pelo Martín Fierro, que “*teniendo al campo la vista, sólo vía hacienda y cielo*”–. Com relação a isto, Friedmann (2014) destaca um outro movimento paradoxal na conformação deste regime alimentar, lembrando que o primeiro é o fato da produção agrícola global não estar alicerçada num sistema produtivo estritamente capitalista (por não se configurar, em pleno auge industrial, a partir de explorações empresariais, senão de unidades familiares de produção-consumo); o segundo paradoxo é que durante esse período se conformou um novo tipo de campesinato, altamente dependente do mercado internacional. Assim, embora o rigor do clima no Cone Sul seja proverbial, em palavras de Kautsky (1980, p. 14), o mercado global, “era para ele (o incipiente campesinato gaúcho) ainda mais caprichoso e mais incerto que a temperatura”.

O Rio Grande do Sul é um caso peculiar; em concordância com Sandra Pesavento (2014, p. 9), tínhamos visto que as coroas ibéricas implementaram dois modelos de exploração no continente: na produção já existente –referida basicamente à mineração–, e pelo estabelecimento de plantações agrícolas, porém, a região gaúcha “não se enquadrava em nenhum dos dois casos”, e a consequência disso é que tivesse uma “tardia integração ao sistema colonial”, havendo permanecido “inexplorada por mais de um século”, entre começos do século XVI, quando foi referenciada pela primeira vez nas expedições pré-colonizadoras e de inventário do pau-brasil, e finais do século XVII, quando começam os conflitos limítrofes no *Río del Plata* entre Espanha e Portugal, “enquanto que no restante da América portuguesa se desenvolviam os engenhos de açúcar”.

Nesse sentido, vale lembrar que a “escassez de mão de obra” com que se deparou a pecuária gaúcha no século XIX, foi precedida pela chegada dos bandeirantes às missões jesuíticas do Cone Sul no século XVII, que por sua vez vieram modificar os territórios *ava* (dos chamados *guranis*), e isso introduz outro processo importante na conformação do primeiro regime alimentar; num dos episódios

de disputas territoriais entre as coroas ibéricas, caça aos indígenas e deslocação dos missionários pelo pampa (cheio de reviravoltas que não são da nossa incumbência), que constituem a história sulina:

Os jesuítas [...] retiraram-se para a outra margem do Uruguai, levando os índios, mas deixando o gado que criavam nas reduções. Esses rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como "Vacaria del Mar". Estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro [PESAVENTO, 2014, p. 11].

A “vacaria del mar” referendou a vocação pecuária do Cone Sul e propiciou a integração do Rio Grande do Sul, marcando um precedente, tanto para a importante economia da courama do século XVII, como da pecuária propriamente dita, que se impôs como uma necessidade no século XVIII, pela depredação do gado xucro à medida que prosperava a exportação de couro; isto coincidia com os interesses do império luso na complexa geopolítica do *Río del Plata* na Colônia: “a Coroa portuguesa, vendo as dificuldades de conservar Sacramento, considerou ser conveniente que o vasto território entre o Prata e Laguna fosse ocupado”, e assim, “ao redor da terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado, com o abastecimento de estâncias”, mais uma vez, num processo *sui generis*, quando comparado com o resto do Brasil (PESAVENTO, 2014, p. 16).

No tocante à migração propriamente dita, encontramos um antecedente na entrada de famílias açorianas para a produção de trigo, “(...) na metade do século XVIII com o fim de ir povoar as Missões, que pelo Tratado de Madrid passariam a ser possessão portuguesa, estavam destinados também a dar início a uma economia de subsistência que abasteceria as tropas sediadas no Rio Grande do Sul”, começando a ser em 1780 um importante item nas exportações gaúchas, junto com o charque (PESAVENTO, 2014, p. 17). A produção tríticola propiciou uma acumulação de capital significativa, permitindo a compra de escravos –em particular para as charqueadas–, o que era um elemento novo na região; contudo, esse primeiro ciclo do trigo não esteve isento de impasses, tanto por razões internas (o caos característico da última fase colonial, e problemas de tipo fitossanitário), como externas (a concorrência estadunidense, prussiana e francesa, no mercado internacional) (idem.).

Por fatores que não entraremos a detalhar, as charqueadas uruguaias (saladeros) tomaram a dianteira na carreira modernizadora, “em 1838, foi introduzida a máquina de vapor, possibilitando a exploração dos subprodutos da carne, como a graxa”, além disso, “os saladeros começaram a localizar-se no litoral, próximo ao local de embarque de produção, levando ao barateamento desta e a melhorias sanitárias, como a canalização dos resíduos diretamente para o mar”, entrando num ciclo de inovações contínuas a partir de 1860 –utilização de mão de obra assalariada e maior divisão do trabalho, “aparelhamento dos portos, construção de vias férreas e intensa propaganda na Europa”, etc.– que se generalizou na produção pratina, e foi consolidado pelo fomento governamental (PESAVENTO, 2014, p. 40). Perante essa incorporação de melhoras tecnológicas, logísticas e políticas, as explorações gaúchas ficaram para atrás.

Isso provocou uma crise no setor pecuário gaúcho, cuja saída mais palpável parecia ser a imigração estrangeira, o que não implica ausência de obstáculos no caminho, pois:

No que toca à inserção do Rio Grande do Sul nesse processo, é necessário explicitar os interesses do centro cafeeiro com relação a uma província periférica. Há dois momentos fundamentais: o primeiro diz respeito à imigração alemã, iniciada em 1824, e o segundo à imigração italiana, que se desenvolve a partir de 1875. Com referência à vinda dos imigrantes alemães, preponderavam, ao que parece, os interesses relacionados com o povoamento e a colonização de áreas ainda virgens [sic.] e a possibilidade de que núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a neutralizar, pelo seu peso, o poder da oligarquia regional. Não pode ser desconsiderada, também nessa época, a perspectiva da diversificação da estrutura produtora, contribuindo para o abastecimento interno do país e amenizando o desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentícios. Já com referência à vinda dos italianos, o interesse do centro, ao que parece, se prenderia primordialmente a dois fatores básicos: promover o abastecimento do mercado interno brasileiro gerado pelo complexo cafeeiro e formar no Sul núcleos coloniais imigrantes bem-sucedidos que pudessem servir como foco de atração à imigração estrangeira para o país.

Assim, o poder econômico cafeeiro modelou em grande medida os processos de migração, não só no sudeste, senão também no sul:

Uma vez chegados no país, muitos imigrantes, que pensavam tornarem-se pequenos proprietários, acabavam sendo desviados para o trabalho nas fazendas de café de São Paulo. O que deve ser considerado, todavia, é que do ponto de vista da oligarquia regional a imigração não atendia aos seus interesses nem vinha solucionar seus problemas, uma vez que os imigrantes vinham trabalhar para si e não resolver problemas de falta de braços na pecuária[PESAVENTO, 2014, p. 45].

Esse conflito com os interesses das oligarquias paulista e sulina se somavam ao insuficiente auxílio governamental, de maneira que a territorialização das famílias colonas no estado esteve cimentada numa economia camponesa: “cultivaram variados produtos através da mão de obra familiar e agregados e socorreram-se com os vizinhos nas suas necessidades”, não obstante, as possibilidades de prosperar estiveram condicionadas por fatores externos, que beneficiaram só a “(...) aquelas colônias que, melhor localizadas no que diz respeito às possibilidades de escoamento da produção de excedentes puderam fazer chegar seus produtos até o centro urbano mais próximo”, mesmo assim, “o progressivo crescimento dos produtos coloniais na pauta das exportações, nas quais continuavam preponderando os tradicionais produtos pecuários, contribuiu para que, na virada do século, o Rio Grande do Sul fosse cognominado de ‘celeiro do país’”.

Como sabemos, a faixa intertropical teve uma função de complementariedade com os complexos trigo-gado localizados nos países temperados, mas isso não significa que não tivesse interesse para o capital, havendo, aliás, um importante fluxo de capitais a essas latitudes. Consequentemente, a migração teve ali outras dinâmicas, para começar, houve diásporas que se originaram além Europa, tanto pelo movimento de afrodescendentes entre alguns países da região, após a abolição da escravidão, como pela chegada de um contingente proveniente de Ásia; adicionalmente, e como foi mencionando, as explorações de matéria-prima tinham obras de engenharia atreladas, e nesse sentido:

Os migrantes estrangeiros que eram empresários e técnicos, provenientes sobretudo de Europa, foram também importantes, incluso em países que não receberam uma imigração massiva. A agricultura de plantação no Caribe, as costas caribenhas da América Latina e Peru

receberam correntes adicionais de mão de obra, algumas delas provenientes de Ásia (sobre todo de China e Índia), com diversos tipos de contratos de servidão (*indenture*), mas também correntes intrarregionais, como os movimentos de trabalhadores negros das Antilhas às plantações de banana de Centro América, a indústria açucareira cubana e a construção do Canal de Panamá [OCAMPO, 2004, p. 731].

A propósito dos empreendimentos nessa zona climática, queremos fazer referência às expedições botânicas que, ainda na passagem do século XIX para o XX, continuavam reforçando uma imagem exotizada, com destaque para a chamada “febre da borracha” (o sanguinário ciclo da exploração seringueira, *Hevea brasiliensis*) na Amazônia, que foi secundada –em maior ou menor medida– pelo trabalho de exploradores como o britânico Henry Wickham, a finais do século XIX, e o estadunidense Richard Evans Schultes, a começos do XX, com consequências atroz para as comunidades indígenas obrigadas a trabalhar na extração do látex.¹³⁵ Quanto aos ciclos da quina, do tabaco, do cacau, etc., mesmo sendo materialização da lógica de *produção-especulação*, devemos tentar não nos apressarmos em juízos anacrônicos

Como reconhecíamos, no contexto do século XIX e do ponto de vista das classes dirigentes, o desenvolvimento agroexportador era a melhor via, senão a única, para consolidar as independências, saldar as dívidas e superar os obstáculos econômicos que legaram os impérios ibéricos: no contexto internacional, um cerco comercial, e no local, um mercado caracterizado pelo isolamento e a pobre interconexão das regiões (*arquipélagos econômicos*), a falta de tecnologia e infraestrutura, a iliquidez e a escassez de capital. A importação de bens de capital e de consumo era imperativa nessa perspectiva, e para esse fim só havia duas opções realistas, a primeira, e mais difundida ao longo da América Latina, era a exportação de matérias-primas, a segunda, com resultados divergentes, era atrair o investimento de capitais europeus (ingleses, franceses, alemães) e estadunidenses (OCAMPO, 1984, 2004); a questão do investimento estrangeiro teve repercussões inesperadas em termos geopolíticos, como veremos de aqui a pouco.

No caso colombiano, a “longa e penosa transição ao capitalismo”, ao estar condicionada pela articulação à economia mundial, que por si era deficiente, deixou como única opção racional para a embrionária burguesia a agroexportação, já que, em palavras de Ocampo (1984, p. 44), “enquanto subsistisse a fraqueza estrutural associada ao carácter de periferia secundária e o mercado oferecesse novas oportunidades, esse tipo de desenvolvimento exportador permitia um ritmo aceitável de acumulação”, nessa lógica, o capital escasso e a infraestrutura rudimentar só podiam se compensar pela abundância de recursos naturais. Dessa maneira inauguraram-se os ciclos de exportação oitocentista, que, segundo o autor, podem ser divididos em três ciclos:

1. Primeiro ciclo da economia republicana (1820-1850), de rupturas e continuidades com as estruturas da produção e o comércio colonial, sem aumentos significativos no fluxo das

¹³⁵ Para aprofundar na história da borracha, recomendamos a leitura do romance de não ficção, *El río*, escrito pelo pupilo de Schultes, Wade Davis.

exportações, o que implicou um retrocesso em termos relativos, pela explosão demográfica que se constatou nesse período, com a duplicação da população.

2. Segundo ciclo (1850-1880), de crescimento contínuo, porém, atrelado a bonanças passageiras, como as explorações florestais (quino, anileira, seringueira), e do tabaco (que, apesar de ser exportado na Colônia, teve seu auge em 1855, quando seu comércio deixa de ser monopólio estatal e se dirige a Europa, Estados Unidos e as Antilhas, até 1870, pela entrada do mais barato tabaco indonésio). Como consequência houve uma frenética mobilidade de capitais entre um e outro setor, a qual almejava usufruir as altas momentâneas nos preços internacionais.
3. O último ciclo (1880-1910) é de oscilações, em decorrência das crises permanentes do sistema, dentre das quais ressaltamos a já referida Grande Depressão (1873-1896). Na escala local, este período foi antessala à economia cafeeira, que despontou em 1880 na zona leste do país, e teve seu declínio logo a finais do século; o setor ressurgiu na zona oeste a começos do século XX, superando o modelo de fazenda, pela separação entre a produção (realizada em unidades camponesas), e a comercialização centralizada, esquema bem-sucedido e com um comportamento relativamente estável, até a atual crise do regime corporativo.

Em suma, na tese de Ocampo (1984), a especialização agroexportadora não era uma saída inerentemente prejudicial para as repúblicas latino-americanas, aliás, sob a perspectiva modernizadora, era a única opção viável na conjuntura do século XIX: heranças coloniais, dívidas, falta de capital, demanda internacional por matérias-primas, facilidades para exportar; continuando nessa linha argumental, o problema subjacente seria certa falta de tino no empresariado latino-americano, que se deixou levar pela maré dos preços altos, entrando nos suficientemente descritos ciclos de produção-especulação, antepondo o lucro rápido dessas circunstâncias efêmeras, ao desenvolvimento de estruturas produtivas e economias domésticas estáveis.

Essa dinâmica de produção especuladora é mais veemente na agricultura dos países da faixa intertropical, cujo exemplo mais dramático tal vez seja a Venezuela, que até começos do século XX trilhou o mesmo caminho dos seus vizinhos (com destaque para a exportação de cacau), e posteriormente, com a popularização do motor de combustão e conformação de uma indústria petrolífera global, especializou-se na exploração de hidrocarbonetos, ao custo da desagrarização, o rentismo e conseqüente doença holandesa, assunto que reaveremos no quarto capítulo. A maneira vertiginosa em que o mercado internacional tem moldado o espaço nessa zona climática transparece no relato do controvertido escritor O. Henry (*"Cabbages and kings"*, 1904), que se refere ao clientelismo e a simbiose com o Estado nas plantações de Anchuria, local fictício inspirado na Honduras de finais do século XIX, dando origem à genial expressão república das bananas (*banana*

republic), ou seja, um Estado-nação governado pela agroexportação, e ainda por cima, de uma fruta exótica.

Na Sabana de Bogotá, nesse período constatou-se um aprofundamento da tese de Martha Herrera (2002), já que, em palavras de Juan Delgado (2010, p. 58), a europeização nos Andes colombianos, em particular, no planalto cundiboyacense, tem suas particularidades:

[...] premissas do determinismo geográfico, associadas ao racismo e ao regionalismo [foram] utilizadas para que aspectos como o clima, a geomorfologia, os solos, a vegetação e a fauna da Sabana apareçam como elementos ordenadores de territórios e populações em quanto a sus características morais. Vale dizer, que a Sabana apareceria nestes discursos como uma paisagem civilizada e ordenada, o que se atribuía em certa medida a suas similitudes estéticas e climáticas com paisagens que podem ser encontradas em lugares determinados do Velho Mundo.

A esse respeito, argumentamos anteriormente que, na nossa abordagem, o cerne do determinismo geográfico é sua funcionalidade ao determinismo econômico, como base da teoria e da prática do comércio internacional oitocentista; nesse substrato floresceu uma classe latifundiária com traços capitalistas,

Este discurso da paisagem, permitiria também à elite bogotana se diferenciar de outras regiões do país que se consideravam bárbaras e insalubres devido à mistura de alta temperatura e umidade, vegetação exuberante, fauna hostil e “gentes de todas as cores”. A ideia de paisagem, portanto, foi instrumentalizada para estes propósitos, pois aspectos como um “clima frio” e a presença de fauna e flora nórdicas, era evidência de uma maior proximidade da Sabana com Europa, e logo, com a civilização. Além disso, este discurso europeizante não fica só no plano das ideias, pois acompanha e reforça uma transformação material das “terras frias” colombianas que, ao possuir características climáticas similares às de latitudes temperadas, permitiu que a biota e as formas europeias de produção, particularmente a pecuária, chegaram a ser dominantes na paisagem.

A partir daí, o autor destaca três aspectos chave nesse discurso: a exacerbação das características climáticas como elemento “gerador de civilização”, a criação de gado como “agente europeizante”, e a construção de uma iconografia que reforça “uma imagem bucólica e “europeia” da Sabana”. Interessa-nos particularmente o papel da pecuária nas transformações do espaço e as relações de trabalho, uma de cujas heranças mais marcantes é o modelo de fazenda (*hacienda*), “que como unidade produtiva e como parte de uma formação social, emerge como elemento principal e característico na Sabana de finais do século XIX” (DELGADO, 2010, p. 96).

Nesse mesmo sentido, Jenny Veloza e Guisella Lara (2014, p. 28) referenciam a Cristobal Kay,¹³⁶ para se referir às transformações introduzidas pela fazenda no território *sabanero*, tanto em termos produtivos, quanto culturais; nessa abordagem, a fazenda é entendida como uma “unidade socioeconômica complexa”, que senta as bases para a construção de duas classes sociais “intimamente relacionadas entre si”, latifundiários e campesinato. Isto entra em consonância com a tese do mestre Antonio García Nossa (1973), sobre as economias camponesas como componente essencial da constelação social do latifúndio, que não poderia se reproduzir sem estas;

¹³⁶ KAY, Cristobal. **El sistema señorial europeo y la hacienda latinoamericana**. México. Editorial Era (Serie Popular), 1980.

consequentemente, as duas economias –latifundiária e camponesa–, se entrelaçam, criando relações de tensão e interdependência.

Constata-se assim um processo de rupturas e continuidades com os padrões de especialização da economia colonial, reconhecendo, contudo, uma exceção relevante no *Río del Plata*, que já a finais do século XVIII, “protagonizou o fato comercial mais notável de toda Hispano-américa nestes anos”, pelo “(...) impulso espetacular das exportações de couros (que estavam) destinadas a abastecer não só as fábricas europeias de calçado, senão sobretudo os requerimentos das partes móveis das máquinas da primeira fase da Revolução industrial” (GUERRA, 1997, p. 18). Nossa tese é que essas diferenças nos rumos das economias dos países do Cone Sul e do resto da América Latina, estão diretamente relacionadas com a bifurcação da dieta (*class diet*) e consequentemente, da produção agrícola; o contraste no desenvolvimento de Buenos Aires e de Manaus pode nos ajudar a ilustrar esse ponto.

Imagem 6. Trem Piggyback nos moles do Riachuelo transportando maquinaria agrícola (1901)

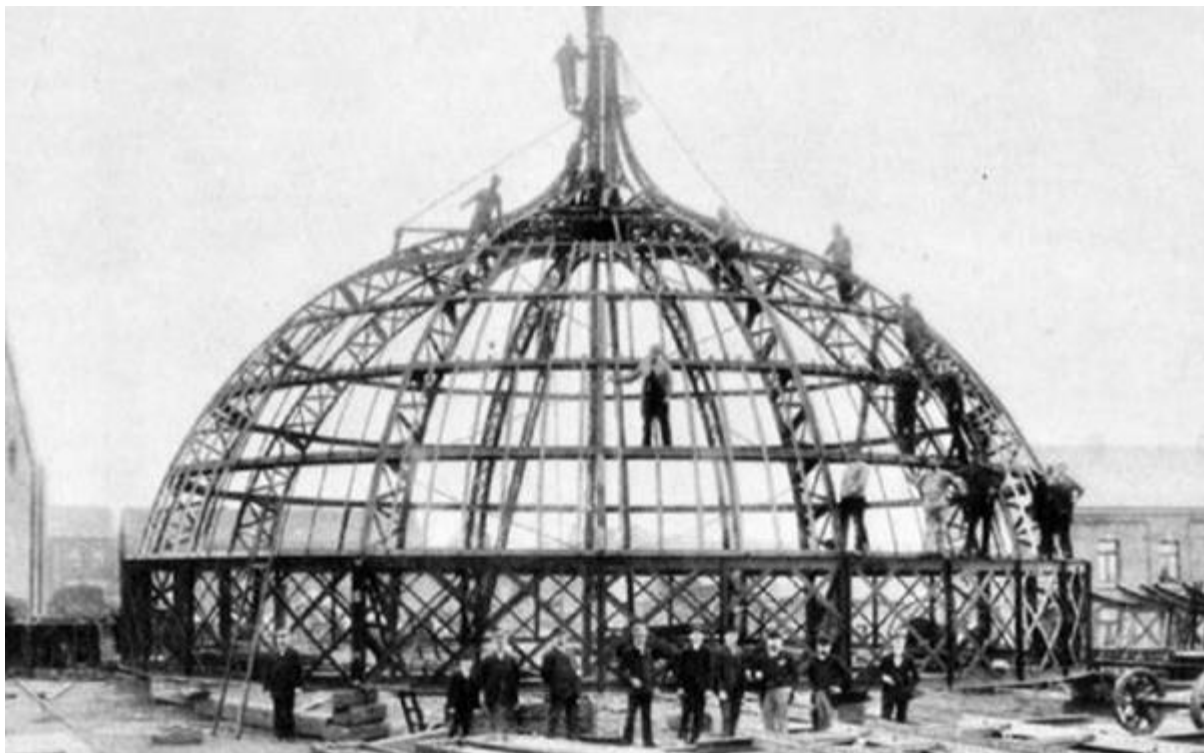


Fonte: *Archivo General de la Nación Dpto. Doc. Fotográficos. Buenos Aires. Argentina.* <https://www.histarmar.com.ar/>

Por um lado, Argentina não só experimentou “a expansão mais espectacular das exportações (...) desde o decênio de 1870 até a Primeira Guerra Mundial”, senão que conseguiu lançar umas bases

institucionais que lhe permitiram à economia riopratina ultrapassar os ciclos de crise do Longo Século XX (até o advento do neoliberalismo), garantindo um desenvolvimento contínuo da capital (OCAMPO, 2014, p. 729). Pelo outro lado, o destino da Paris dos trópicos esteve sujeito à (mal) chamada “fase áurea da borracha”, que findou quando da adaptação bem-sucedida das sementes de seringueira no sudeste asiático¹³⁷ e consequente perda do monopólio mundial do látex na primeira década do século XX, fato que derivou na decadência de Manaus, da qual conseguiu se repor só a finais da década de 1960, com os planos de industrialização da ditadura militar. Ao respeito, Ocampo (2014) se refere à correlação entre “natureza dos bens exportados” e desenvolvimento da estrutura socioeconômica, como veremos depois.

Imagem 7. Construção da cúpula do emblemático Teatro Amazonas em Manaus



Tomada de: <https://www.manaushoteis.tur.br/conheca-manaus/teatro-amazonas>

Como esperado, a pressão do florescente mercado mundial sobre a agricultura americana conduziu a um aumento na produção, com destaque para os Estados Unidos, que em três décadas (1859-1889) quase triplicou a quantidade produzida de trigo e milho; a consequência em termos fundiários foi que se triplicasse o preço da terra em quatro décadas (1875-1913) (MCMICHAEL, 2014). A criação dos mercados de terras nas Américas foi um processo marcado pelas peculiaridades locais, e não cabe expô-lo aqui, em termos gerais, esse processo se enquadrava nas reformas liberais (abolição da escravidão, supressão de monopólios, livre mercado, etc.), que eram compulsórias na construção dos Estados-nação modernos; em palavras de Polanyi (2000), este tipo de soberania

¹³⁷ EL RÍO + botânico Henry A. Wickham ilegalmente de Brasil semillas de este árbol, en 1876,

constitucional é corolário da economia de mercado, relação que é vasculhada por Friedmann e McMichael sob a lupa do comércio agroalimentar, entendido como o motor e a fonte do investimento público e privado para as instituições e infraestruturas que sustentariam a nova forma de governo.

Aliás, Ocampo (2004, p. 730, 731) destaca que o auge do comércio agrícola oitocentista está correlacionado não só com os já referidos movimentos da força de trabalho, senão também com os de capital, que começaram a ganhar força como ferramenta privilegiada no exercício do poder, mas também como acelerador das crises econômicas:

Após o auge financeiro do decênio de 1820, associado às dívidas da guerra de Independência e aos projetos precursores da mineração e a colonização, as moratórias generalizadas restringiram o acesso aos empréstimos externos durante vários decênios. Todavia, para alguns países, a história do século XIX foi desde então de renegociações da dívida externa, breves períodos de acesso aos mercados de capital seguidos de novas moratórias. Quem obtiveram um acesso estável aos mercados internacionais de capital nos últimos decênios do século XIX estavam sujeitos, em todo caso, aos ciclos de auge e contração que caracterizaram o financiamento externo: o frenesi de prestamos do decênio de 1880, seguido pela falência de Barings em 1890, o auge de princípios do século XX, bruscamente interrompido pela GM1, e o auge dos títulos de Wall Street no decênio dos vinte, seguido pelo colapso de 1929.

Como vimos, esses capitais provinham principalmente de Europa, mais especificamente da Grã-Bretanha –investidor predominante em todo o mundo–, de França e Alemanha, e eram usados sobretudo para obras de infraestrutura e para bancar as guerras que caracterizaram a América Latina do século XIX. Contudo, um indicador do declínio da *pax britannica* foi o paulatino protagonismo do capital norte-americano na região, que já no começo da Primeira Guerra Mundial representava a nada desprezível quantia de 20% do total dos capitais investidos em território latino-americano, mais importante ainda é o fato desses “(...) fundos estadunidenses continuarem fluindo durante a guerra e o decênio dos vinte, a maneira de investimentos diretos em petróleo, mineração, agricultura e, em menor grau, serviços públicos”, a diferença do fluxo de capitais europeus, que foi interrompido definitivamente pelo confronto bélico.

Esse interesse dos Estados Unidos na América Latina deve ser entendido no contexto da retomada da Doutrina Monroe pelo presidente Theodore Roosevelt, que foi delineando uma política intervencionista, materializada pela separação do istmo de Panamá da Colômbia. Quanto a esse ponto, Polanyi (2000, p. 306-307) salienta que a começar do século XX houve um “retorno gradual da influência dos negócios na política externa”, o qual teria obedecido em boa parte “ao fato de a moeda internacional e o sistema de crédito terem criado um novo tipo de interesses nos negócios que já transcendia as fronteiras nacionais”, a diferença do mercado de capitais oitocentistas, o qual tinha um carácter puramente privado –de acionistas estrangeiros–; “a retomada dos interesses da política externa nos empreendimentos de negócios no exterior resultou principalmente do fim do livre comércio e do conseqüente retorno aos métodos do século XVIII”, mas isso será abordado no regime mercantil-industrial.

A pergunta que surge agora é se as classes trabalhadoras da Europa se beneficiaram do regime colonial-diaspórico, depois de tudo, o barateamento dos alimentos da cesta básica era medular na estratégia de consolidação do primeiro regime alimentar –e dos que o sucederam–, mas isso não significa que a relação entre a hegemonia britânica e a queda no preço dos grãos e do pão seja linear; para começar, de acordo com Sébastien Rioux (apud. McMichael, 2014), calcula-se que o pão chegou a custar a metade em meio século (quatro libras passaram “de 10.75d. em 1855 a 8d. em 1870 até 5.08d. em 1895”), contudo:

Como tem documentado Rioux, não basta com atribuir a queda nos preços do pão só às condições internacionais –pelo contrário, a comida barata na Grã-Bretanha também dependeu de novos métodos na distribuição (e adulteração) dos alimentos entre a população urbanizada. Aqui hordas de vendedores ambulantes empobrecidos, donos e empregados de mercearias, baixaram a qualidade e abaratarem os alimentos para as famílias da classe trabalhadora [MCMICHAEL, 2014, p. 27-28].

Nesse mesmo sentido, McMichael (2014, p. 27) cita a um dos historiadores marxistas por excelência, Eric Hobsbawm (1969, p. 128-129),¹³⁸ quem ilumina novas dimensões nesse processo: “assim que os fluxos massivos de alimentos baratos convergiram nas áreas urbanizadas de Europa – em 1870–, a tendência à queda dos preços no mercado agrícola atingiu seu ponto mais baixo, não só nas áreas receptoras, mas nas regiões concorrentes dos produtores ultramarinos”, com consequências nocivas em todas as latitudes.

Assim, de maneira paradoxal, a queda nos preços dos alimentos não deveio em maior bem-estar para as trabalhadoras e trabalhadores, nem sequer na Grã-Bretanha, pois, “embora o barateamento da comida sugira um aumento nos salários reais nesse período, as dietas adulteradas e austeras das mulheres, crianças e pequenos vendedores apontam para outra coisa”, como veremos, a consolidação do capitalismo se traduziu numa tendência à sub-reprodução da força de trabalho, como a outra cara da sobre-acumulação de capital, aspecto que ameaça constantemente em derivar em mais profundas e recorrentes crises do sistema. Para a classe trabalhadora, “então, em termos globais, a auto-exploração dos produtores nos assentamentos de colonos fora da Europa, se combinou com a auto-exploração dos reprodutores (da força de trabalho) nos centros urbanos abastecidos pelo novo comércio de grão” (MCMICHAEL, 2014, p. 27-28).

A esse respeito, no já referenciado ensaio satírico de Marx (1987, p. 144), encontramos o tópico da comida barata como um dos argumentos mais usados para justificar o livre mercado no século XIX:

[...] ‘gravar com tarifas protetoras o grão estrangeiro é uma infâmia, é especular com a fome dos povos’. Pão barato e salários altos —*cheap food, high wages*—: tal o único objetivo pelo qual os *freetraders* ingleses têm gastado milhões, e já têm contagiado com seu entusiasmo a seus confrades do continente. Em geral, se se quer o livre câmbio é para melhorar a situação da classe trabalhadora. Mas, coisa estranha!, o povo, ao qual é requerido proporcionar pão barato a todo custo, é muito ingrato. O pão barato tem hoje em Inglaterra uma reputação tão má quanto o Governo barato na França. O povo vê nos homens cheios de abnegação, um Bowring, um Bright e consortes, seus maiores inimigos e os hipócritas mais desvergonhados.

¹³⁸HOBSBAWM, Eric. **Industry and Empire**. Harmondsworth: Penguin books, 1969.

Essa ingratidão do proletariado britânico estava bem fundamentada, como esclarece John Bellamy Foster (2016, Online), pois, sua alimentação estava totalmente desequilibrada: “embora o consumo calórico total fosse adequado em termos gerais, a dieta da classe trabalhadora vitoriana era rica em carboidratos e gorduras, baixa em proteínas e deficiente em várias vitaminas, especialmente C e D”, isto como resultado de “uma grave falta de alimentos frescos, verduras verdes, baixo consumo de proteínas e muito pouco leite fresco”, havendo “uma multidão para a qual o alimento diário (consistia), em cada refeição, em chá e pão, pão e chá”; a base para essa conclusão é o estudo epidemiológico conduzido por John Simon, chefe de saúde do Privy Council, em 1860, o qual era uma das principais fontes nos trabalhos de Marx e Engels.

Também nas colônias do chamado velho mundo (na Ásia e África), à medida que a locomotiva da modernidade ia descobrindo novas fontes de energia, as potências imperialistas iam anexando novos territórios, para neles explorar recursos e força de trabalho. “Na Índia, o colonialismo britânico desmantelou os sistemas aldeãos de celeiros, na medida em que o grão foi transformado numa *commodity* para a exportação”, tanto pela força das armas quanto dos avanços tecnológicos, “os sistemas de transporte, incluído o telégrafo para coordenar a assinação dos preços, independentemente das condições locais, permitiram aos comerciantes ao longo da linha transferir inventários desde o interior –afetado pela seca– até os centros de armazenamento”; o custo dessa subida no fluxo da exportação de grãos à capital do Império (que passou de três a dez milhões de toneladas anuais, conforme Davis), foi de entre doze e vinte milhões de pessoas mortas pela fome, incapazes de sobreviver ao aumento nos preços da comida (MCMICHAEL, 2014, p. 29).

Imagem 8. Condições do proletariado britânico no século XIX



<https://www.miloserdie.ru/article/rabotnyj-dom-istoricheskoe-antikrizisnoe/> spring potatoes in the Workhouse. England, late 19th century Photo from the site diletant.ru

Em conclusão, podemos ver que também no regime colonial-diaspórico houve uma estratégia de exploração diferenciada da força de trabalho, aqui adaptada a uma ordem mundial evidentemente assentada na matriz colônia-metrópole. McMichael nos dá luzes a esse respeito, lembrando o conceito de “aristocracia do trabalho”, de Kautsky e Lênin, sendo que “os alimentos baratos (consumidos pelo proletariado das metrópoles) demandava escravidão e trabalho agrícola mal remunerado no resto do mundo”, o que não implica que a classe trabalhadora das capitais europeias desfrutasse de um bem-estar real, como vimos acima:

O ponto é que a dinâmica da acumulação associada a um regime particular inclui processos de sub-reprodução, que levam a questionar as pretensões de civilização, ou desenvolvimento, ou segurança alimentar, [segundo seja a ideologia vigente].

Na teoria marxista, isso representa um exemplo crasso de apropriação da mais-valia absoluta (quer dizer, resultante do pioramento das condições dos trabalhadores e trabalhadoras, não de um aumento na produtividade) (MARX, 1985, 2011), condizente com um modelo extensivo de acumulação de capital, nesse caso, “integrado através desse novo circuito alimentar”;

Dado que o regime depende da normalização de suas requisições (comunicar “regras implícitas”), deve apresentar sua particular estruturação como se fosse a maneira racional, ou natural de organizar o mundo nesse momento. Ou seja, sua legitimidade deve derivar-se de uns mitos de origem, sendo um dos seus mitos fundacionais “o fardo do homem branco”, o partilhar dos frutos de sua superioridade no conhecimento e na organização do trabalho. Tal partilha acarreta a alienação do trabalho e do conhecimento do sujeito. A ilusão da assistência desvia a atenção das relações de exploração na ordem vigente [MCMICHAEL, 2014, p. 31].

Portanto, o mito da modernidade se materializou nas relações de valor e, a partir daí, na mercantilização das relações sociais na Europa e fora dela, o fetichismo da mercadoria, a intermediação de uns preços estabelecidos de maneira heterônoma em cada intercâmbio –comercial e incluso não comercial–, que integra “certa classe de pessoas e marginaliza outras”.

A revolução industrial deu-se então às custas da marginalização, da sub-reprodução da força de trabalho e da depredação do planeta, sob a “narrativa civilizatória”. Essa ideologia da civilização e o progresso –o fardo do homem branco–, é levada ao limite do cinismo no caso do colonialismo europeu em Ásia e África, onde se erigem civilizações que antecedem por milhares de anos à grega, berço da cultura ocidental; na Índia, sob o discurso da rainha Victória a tutela inglesa dos Estados-principescos justificava-se no resgate de uma “fome imemorial”, “embora um estudo de 1878, do *Journal of the Statistical Society* (Revista da Sociedade de Estatística), contabilizasse ‘trinta e um fomes sérias nos 120 anos de domínio britânico contra as dezessete registradas nos dos mil anos prévios’ (DAVIS, 2001, p.299, apud. MCMICHAEL, 2014, p. 30).

No caso das sociedades pré-colombianas é mais difícil estabelecer essas relações, não havendo pontos de comparação entre civilizações que tomaram rumos tão divergentes, como resultado da deriva do continente americano após a separação da Pangeia. Nosso continente evolucionou, com suas cordilheiras, florestas, penínsulas e lagos, e com ele co-evoluíram diversas culturas, as quais desenvolveram formas sofisticadas de conceber e habitar o mundo, que há pouquíssimo tempo

começaram a ter interlocutores entre a academia, epítome do pensamento ocidental; no ínterim, a relação entre Europa e Nossa América (*Abya-Yala*) foi mediada só pela *exotização*, que no regime colonial-diaspórico se materializou nas mencionadas expedições botânicas e etno-botânicas, cujo principal alvo era descobrir novas matérias-primas e fontes energéticas, com resultados tão infames quanto a febre da borracha.

Como vimos, a exotização das sociedades pré-colombianas implica a incompreensão de suas dinâmicas de territorialização, especialmente quando pouco atreladas ao sedentarismo e à construção de grandes objetos geográficos –monumentos, vias, etc.–, territorialidades da ocupação sazonal, da caça, o cultivo e a coleta guiados pelos ciclos dos ecossistemas com os quais co-evoluíram por milhares de anos. Assim, nas tundras, pradarias, selvas, bosques e pampas onde as mais diversas civilizações –inuit, tsalagi, rarámuris, tainos, tule, bora, ava, bem como maoris, pitjantjatjara, etc.– viam territórios dos espíritos e ancestrais, a modernidade viu baldios, como belamente expõe a cineasta neozelandesa, Jane Campion, em sua obra “O piano” (1993), por citar um exemplo; a esse respeito, Vandana Shiva (1988) explica que o pensamento moderno profanou o mito da mãe terra (*Terra Mater*), um dos mais universais, sob a ideia de recurso natural, *Terra nullius*, terra de ninguém, disponível para ser explorada pelo capital.

Assim, o regime colonial-diaspórico supus um novo choque cultural para as sociedades originárias, que mais uma vez eram tratadas como estrangeiras nas suas próprias terras, já não sob o relato da salvação da alma –que a caridade cristã acabara por lhes conceder–, senão da superação do atraso. Ainda, a sub-reprodução e a espoliação abriram o caminho para a mercantilização de bens que historicamente as famílias tinham provido a si próprias, sendo sempre a comida o mais essencial deles; aqui destaca McMichael (2014, p. 31) o trabalho de Jeremy Rifkin (1993, p. 83), que se refere ao estabelecimento do complexo de gado bovino na América do norte, ele resume a ironia do círculo vicioso criado pelo primeiro regime alimentar da seguinte maneira: “após ter matado os búfalos e tirado aos indígenas das planícies para poder pastar seu gado, os pecuaristas (*ranchers*) foram vender carne ao governo para que alimentasse às comunidades cuja fonte de alimentação eles mesmos tinham eliminado”.

De maneira análoga, no Cone Sul tem havido um apagamento sistemático das comunidades ancestrais (embora seu legado permaneça vivo em toponímias e costumes tão arraigados quanto a erva-mate), bem como da diáspora africana, que atingira o estado de Rio Grande do Sul no auge das charqueadas; ainda, lembrando o conceito de memória bio-cultural de Víctor Toledo, entendemos que ao marginarmos uma cultura estamos desperdiçando os conhecimentos que esta construiu no seu processo coevolutivo com o meio físico. Isto último aplica também às famílias colonas, pois, como sublinham Friedmann e McMichael (1989), à medida que as dinâmicas do mercado global iam se materializando como agriculturas mais especializadas, crescia a dependência, não só em termos

comerciais, senão também produtivos, pela progressiva incorporação de insumos de síntese industrial, que foram substituindo os adubos e fito-remédios tradicionais, preparados a partir do conhecimento tradicional e da reciclagem de elementos da própria unidade camponesa.

Em resumo, “as relações de valor chegaram ao mundo por violentos meios políticos, com umas consequências sócio-ecológicas distintas, com destaque para a expansão imperial fora da Europa (frequentemente a través de intermediários locais), a expensas da cultura, a base material e os habitats dos habitantes nativos” (MCMICHAEL, 2014, p. 25). Quando da exportação de uma *commodity*, seja ela a que for, não se exporta só o objeto em si: nas bananas da *United Fruit Company* (hoje *Chiquita Brands*) ia o sangue dos sindicalistas assassinados por mercenários contratados pela empresa em *Ciénaga* (milhares deitados em vagões de trem, na Macondo de Gabo), junto com a carne de gado sulina tem se exportado a água e a fertilidade do solo pampeiro, e incluso, dentro do maquinário trazido para América Latina desde a Grã-Bretanha, não só se apinhavam mecanismos e engrenagens, senão que se escondiam o suor e a fome de homens, mulheres e crianças da metrópole.

No movimento dialético, essa sujeição da vida social às relações de valor provocou reações nos mais diversos sectores das sociedades europeia, americana e do globo todo, daí que nas reelaborações de Friedmann os momentos de crise e transição dos regimes tenham tanta importância; na Europa, além das referidas mobilizações pela proteção das importações de grãos (que evidenciam a existência de divergências de classe entre capitalistas e latifundiários, aparentemente resolvidas no modelo do agronegócio contemporâneo), floresciam as manifestações contra o empobrecimento brutal e generalizado das classes trabalhadoras. A história do movimento proletário europeu se remonta às experiências comunais do chamado socialismo utópico, na primeira década do século XIX, até eclodir na Comuna de Paris (1871), passando pela publicação do Manifesto do Partido Comunista (1848), e a conformação da Primeira Internacional dos Trabalhadores (1864).

Também no espaço rural, os processos que possibilitaram o auge do imperialismo do livre comércio continham uma força no sentido contrário; a esse respeito, o mestre Hobsbawm (1969, p. 128-129; apud. MCMICHAEL, 2014) salienta as consequências da mercadificação dos alimentos no espectro dos produtores agrícolas das zonas temperadas:

O inflamado descontentamento dos *farmer* populistas na América do norte, o mais perigoso rugido dos revolucionários agrários da Rússia das décadas de 1880 e 1890, sem mencionar a eclosão de revoltas agrárias e nacionalismo na Irlanda na era da Liga da Terra (*Land League*), testificam os efeitos, diretos ou indiretos, dos preços mundiais nas regiões de agricultura camponesa ou familiar.

Capítulo aparte merece a teoria e a prática do populismo revolucionário russo, que, conforme Shanin (2017), contribui a uma verdadeira virada epistemológica no pensamento de Marx,¹³⁹ palpável

¹³⁹ Shanin (2017, p. 33-42) apresenta esse processo, a maneira de exemplo, vale destacar que “entre 1870-1871 começou a estudar russo, sendo Nikolai Tchernichevski um dos seus teóricos de cabeça, como evidencia sua correspondência de 1881, na qual se retrata pela posição evolucionista que tinha tido sobre a Rússia em suas obras anteriores, declarando a célebre frase de ele não ser um marxista Para ampliar sobre doutrina da Marcha atrás e o populismo russo”.

na mudança que há nos seus escritos a partir de 1867, quando inaugura a última etapa na sua fértil obra (o “Marx tardio”), um de cujos detonantes seria a já referida carta de Vera Zasulich, e da qual resultaram importantes reflexões quanto a questão agrária e o papel das periferias do capitalismo, como a América Latina:

De volta do passado/futuro ao presente, a consideração da coexistência e dependência mútua de formas sociais capitalistas e não capitalistas (pré-capitalistas?) fez Marx aceitar e considerar cada vez mais o ‘desenvolvimento desigual’ em toda sua complexidade [...] A aceitação do progresso unilinear é enfaticamente eliminada. A extensão de um modelo essencialmente evolucionista dentro das ideias do despotismo oriental agora é insuficiente. Especificamente, Marx viu o declínio da comuna camponesa na Europa ocidental e sua crise na Rússia não como uma lei das ciências sociais –processo econômico espontâneo–, mas como o resultado de um ataque à maioria do povo ao que se podia e devia opor. A consideração da comuna russa nos rascunhos da carta a Vera Zasulich trouxe tudo isso à tona [SHANIN, 2017, p. 45].

A transcendência da mobilização social no contexto do primeiro regime alimentar é incontestável, não só para essas reelaborações teóricas, senão sobretudo para a conformação do moderno sistema de Estados-nação; “os produtores rurais e os trabalhadores urbanos (...) compartilharam o aprofundamento das relações de valor, a comoditização da terra e o trabalho”, e responderam desafiando os vestígios do poder absoluto, nesse sentido, “os contra movimentos – separados, mas combinados– de agricultores e trabalhadores para proteger estes recursos sociais contribuíram à formação do Estado social democrático do século XX” (MCMICHAEL, 2014, p. 67).

Na sequência, devemos fazer referência à aresta ambiental da crise do regime colonial-diaspórico; em efeito, o modelo produtivo implementado nesse período era “mais próximo da mineração que da agricultura”, pois “a exploração do solo virgem numa fronteira ‘aberta’ significou uma bonança no curto prazo (...) mas o preço no longo prazo foi o colapso ecológico, à medida que as famílias super-produziam para compensar a queda dos preços no novo século”, desencadeando o chamado *dust bowl*, fenômeno ambiental de origem antrópica sobre o qual voltaremos na próxima seção (MCMICHAEL, 2014, p. 71). Por isso, Friedmann (2014) destaca que, de maneira paradoxal, essa ruptura metabólica (*metabolic rift*) pode ser explicada pelo fato da produção estar assentada no trabalho camponês, o que suprimiu barreiras de ordem econômica (salarial), transferindo um peso adicional ao ecossistema.

Porém, o motivo último da crise não foi de tipo social nem ambiental, mas obedeceu ao próprio funcionamento do sistema. O regime colonial-diaspórico emergiu não só como solução dupla para a hegemonia britânica, nas guinadas da história, ele também marcou seu declínio, e assim, o fim do primeiro mercado mundial de alimentos, constantemente atizado pela luta de classes, acabou chegando pela via econômica, quer dizer, pela queda tendencial da taxa de lucro, acelerada pelas políticas protecionistas das indústrias no Norte Global; em palavras de McMichael (2014, p. 28), o regime foi um arma de dois gumes, por ter “provocado uma concorrência e um protecionismo que eventualmente desmantelaram a ordem monetária baseada na libra esterlina, e portanto, o sistema de

livre comércio (inclusive quando incentivou uma mudança maciça nos investimentos britânicos a suas colônias e domínios)”.

A finais do século XIX a hegemonia da libra esterlina foi rebatida pela Alemanha,¹⁴⁰ que não só tornou ao protecionismo (com o propósito de fortalecer sua indústria e se proteger da avalanche de trigo proveniente dos assentamentos coloniais, sobre a qual tanto discorrira Kautsky), senão que conformou um bloco com Áustria-Hungria e Itália, enquanto Grã-Bretanha resolvia disputas territoriais (no Norte de África e Pérsia) com França e Rússia, para criar uma contra aliança, fato que acabou preparando o terreno para a confrontação bélica, que já na primeira década do século XX se configurava na Europa:

[...] os sintomas de dissolução das formas existentes de economia mundial –rivalidade colonial e competição por mercados exóticos (sic.)– tornaram-se agudos. A habilidade da *haute finance* em contornar a disseminação das guerras diminuía rapidamente. A paz ainda se arrastou durante os sete anos seguintes, mas era apenas uma questão de tempo para que a dissolução da organização econômica do século XIX terminasse com a Paz dos Cem Anos [POLANYI, 2000, p. 35].

Como salienta Polanyi (2000, p. 18), o alicerce da *pax britannica* é a noção do mercado “auto-regulável”, a qual em suas palavras não passa de uma “rematada utopia”, uma vez que, a pesar de toda tentativa retórica por apresentar a economia como uma força neutral, era impossível apagar suas conexões com a política; por isso, as fendas no livre comércio causaram a queda do regime, trasladando o epicentro do capitalismo aos Estados Unidos. A roda da história continuou girando, para além do *laissez faire* oitocentista, pois “uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger (...)”; a continuação vamos estudar os episódios mais marcantes nesse novo momento, com a conformação do complexo agro-alimentar na América Latina sempre no núcleo das discussões.

3.1.4. Regime alimentar mercantil-industrial

O “desenvolvimento nacional” consolidou os desígnios hegemônicos dos Estados Unidos mediante o apoio das classes dominantes nacionais em nome da segurança alimentar. A transformação de grande parte do Terceiro Mundo em regiões com déficit de alimentos é o indicador deste fenómeno.

Philip McMichael. *Food Regimes and Agrarian Question*.

Se o colapso do primeiro mercado mundial de trigo e o convulso período das Guerras Mundiais marcaram a origem do *regime alimentar mercantil-industrial*, foi a Guerra Fria a que marcou o clima em que se desenvolveu. Um aspecto central é a crise ecológica do modelo agrícola colonial-diaspórico, pela intensa mineração dos nutrientes de solos que tinham tido outro tipo de manejos por parte das culturas indígenas, sendo o caso paradigmático o chamado *dust bowl* das grandes planícies (*great plains*), um bioma que atravessa o centro dos Estados Unidos de sul a norte,

¹⁴⁰ Do ponto de vista da teoria econômica, é conveniente destacar os postulados protecionistas de Friederich List, que refutou a escola britânica do livre comércio.

território ancestral das comunidades pertencentes às famílias linguísticas sioux, caddo e algonquina, que no século XIX foram novamente espolhadas,¹⁴¹ no marco do *Timber Culture Act* (1873), que promovia a colonização dessa região como motor de desenvolvimento do país, sob a teoria espúria de que a chuva seguiria à enxada (“*rain follows the plow*”).

McMichael (2014, p. 72) é categórico : “(...) a agricultura de fronteira (*frontier farming*) era ecologicamente (e por tanto economicamente) insustentável”, devido à escala imposta pelo modelo agroexportador e não à agricultura camponesa em si, como se sugere no documentário financiado pelo governo estadunidense: “A enxada que rompeu as grandes planícies” (“*The Plow That Broke the Plains*”, dirigido por Pare Lorentz em 1936); nesse sentido, tal vez seja mais esclarecedor o romance “As uvas da ira” (“*The grapes of wrath*”), de John Steinbeck (1939). Ainda, devemos lembrar que essa crise ecológica coincidiu com o *crack* da bolsa de 1929. Por conseguinte,

A Depressão da década de 1930 levou a um alto na agricultura esgotadora do solo, associada à colonização da fronteira agrícola, impulsando um programa de estabilização dos produtos básicos, baseado em subvenções agrícolas e compras governamentais de excedentes de alimentos para gestionar os preços, protegidos por controles de importação. Esta foi a base do regime alimentar centrado nos Estados Unidos [ibid.].

A solução que surgiu encarna perfeitamente o espírito da época: a aplicação da tecnologia bélica na agricultura e na alimentação (o que conhecemos como Revolução Verde), evidente na tratorização (ver imagem 9), o uso de agrotóxicos, e incluso na comida enlatada. O outro aspecto chave na transição entre um e outro regime é a queda do liberalismo do período anterior, pela emergência –principalmente no Norte Global–, de políticas protecionistas e incentivos à criação de setores agrícolas nacionais, no marco do projeto desenvolvimentista do pós-guerra.

Imagem 9. Trator Crawford-sherman (adaptação de tanques de guerra à agricultura)



Fonte: <https://es.topwar.ru/139662-gusenichnyy-traktor-crawford-sherman-velikobritaniya.html>

¹⁴¹ Para aprofundar nesse processo de espolhação das comunidades indígenas no que hoje conhecemos como Estados Unidos, ver, por exemplo, as infames “*Indian removal act*” (1830) e a “*Longa marcha dos Navajos*” (1864).

Como sabemos, no bloco capitalista, os programas de reconstrução que seguiram ao armistício do pós Segunda Guerra Mundial foram liderados pelos Estados Unidos, através do Plano Marshall (*European Recovery Program*), mas há nuances. Para começar, nos Estados Unidos, os avanços técnicos e as políticas protecionistas tinham gerado excedentes (principalmente de trigo, soja e milho), que o governo usou como uma arma na sua cruzada anti-comunista, por isso, “(...) requeriam que os fundos Marshall fossem usados para comprar suas *commodities* excedentárias a taxas específicas, como 50% por baixo do preço doméstico”, prática que, por definição, constitui *dumping*, despertando uma resistência previsível entre os governos Europeus, porém, dada a devastação física e econômica, seu poder de negociação era limitado e “40% da ajuda Marshall para a alimentação e a agricultura em Europa se concentrou na importação de rações e adubos para a reconstrução agrícola” (FRIEDMANN, 1993, p. 35).

Conforme Friedmann (1993, p. 32-33), “o regime alimentar foi criado por uma série de decisões entre 1945 e 1949, as quais eram um reflexo da determinação dos Estados Unidos de controlar as importações e subsidiar as exportações (...) como complemento necessário à sua política agrícola doméstica”. As principais características desse novo regime eram o planejamento estatal para a consolidação de modelos de produção intensivos em capital, a especialização em *commodities*, a superprodução de grãos, e a distribuição dos excedentes via iniciativas multilaterais de “ajuda humanitária”, como os programas das Nações Unidas para combater a fome. McMichael (2014, p. 32) reitera a tese de Friedmann, sobre a “apropriação de uma crise de direitos humanos (a destruição bélica) com fins políticos, por parte dos Estados Unidos”, apresentando como argumento o famoso discurso de posse do ex-presidente Harry Truman:

Devemos embarcar num programa novo e audaz para disponibilizar os benefícios dos nossos avanços científicos e industriais para o melhoramento e crescimento de áreas subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas no mundo vive em condições próximas da miséria. Sua comida é inadequada... Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles como para as áreas mais prósperas.

Na prática, esse discurso levou à destituição de algumas atribuições da FAO, uma de cujas missões originais era “fomentar e gerenciar o comércio internacional de produtos alimentares” para garantir a estabilidade agrícola e a segurança alimentar, razão pela qual tinha proposto (junto com a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento) uma *Junta Mundial de Alimentos*, que foi anulada em 1946, para ceder a passagem aos programas bilaterais de ajuda alimentar dos Estados Unidos (*food aid*), desenvolvidos no marco do Plano Marshall e seu Programa para o Desenvolvimento Internacional (*Act for International Development*, AID) (FRIEDMANN, 1993, MCMICHAEL, 2014).

Outra maneira de evidenciar essa influência dos Estados Unidos na nascente arquitetura institucional global foi a exclusão da agricultura do GATT —que fora constituído para reduzir as barreiras do comércio—, em virtude do modelo estadunidense de economia nacional, com a

agricultura como tributária da indústria (na qualidade de fornecedora de matérias-primas), e dependente dos insumos de síntese química produzidos por esta. A legitimação desse modelo obedeceu, entre outros fatores, à prontidão com que conseguiu dar uma resposta ao esgotamento dos solos (*dust bowl*), tanto pelas políticas de reconstrução das fronteiras agrícolas nos estratégicos estados do centro do país (os chamados, *farm belts*), quanto pela aplicação de tecnologias como a hibridação (que despontou já na década de 1930, com a criação de milho híbrido), à qual se somariam fertilizantes e defensivos sintéticos, a partir da década seguinte.

E assim, o outro componente da hegemonia norte-americana era de tipo tecnológico, pois, “o modelo agroindustrial do pós-guerra nos Estados Unidos dependia da conversão do nitrogênio (usado para a produção de bombas durante a guerra) em adubos inorgânicos, que deslocaram as leguminosas fixadoras de nitrogênio e o esterco usados anteriormente”, é claro que essa transição teve múltiplas consequências, para começar, “junto com a mecanização, o uso de fertilizantes inorgânicos aumentaram a demanda agrícola de fuelóleos, gasolina e eletricidade”, aprofundando a dependência energética que, no final, contribuiu à consolidação do agronegócio contemporâneo (MCMICHAEL, 2014, p. 33). Como veremos, a propagação dos componentes técnicos e tecnocráticos do regime alimentar mercantil-industrial, foi transcendendo a esfera da reconstrução europeia, focando cada vez mais nos países do Sul Global, que nesse momento ganharam o rótulo de subdesenvolvidos.¹⁴²

Antes de continuarmos reconstruindo a consolidação da *pax americana* no período do pós Segunda Guerra Mundial, vale retroceder um pouco na história, até começos do século passado, para salientar que a hegemonia estadunidense no continente americano começou a cimentar-se décadas antes. Com efeito, como argumenta José Antonio Ocampo (2004, p. 729), em termos gerais, “a dependência dos mercados europeus ou estadunidenses se converteu num determinante decisivo do desempenho relativo das exportações depois de 1914”, sendo que, à medida que o centro de poder se trasladava da Grã-Bretanha para o país norte-americano, sua influência nas economias latino-americanas era mais contundente, e uma forma de evidenciar esse fato é que “as exportações à dinâmica economia estadunidense foram uma das razões de que a América Latina pudesse evitar seguir os passos da desaceleração europeia depois da Primeira Guerra Mundial”.

Como mencionávamos, o segundo regime alimentar não pode ser entendido fora do contexto da Guerra Fria, aliás, McMichael (2014) salienta que, assim como a “propagação da civilização” foi o mito fundacional da *pax britannica*, o “projeto desenvolvimentista” serviu como ideologia legitimadora da *pax americana*, um de cujos principais objetivos era a contenção da avançada do bloco socialista, tanto pela via militar, quanto pela via econômica; no último caso, a estratégia estadunidense estava cimentada na promoção da liberdade de empresa, que no espaço rural se

¹⁴²Ver Escobar (2007).

concretizou nos processos de modernização da agricultura. Mais uma vez, em concordância com os postulados de Friedmann (1992, 1993), a geopolítica dos alimentos foi fundamental na fabricação da cortina de ferro, com destaque para as reformas agrárias nos países asiáticos aliados do bloco ocidental, e a consolidação da doutrina do desenvolvimento econômico por meio dos programas de ajuda humanitária.

É nessa perspectiva que se aborda o programa de ajuda alimentar dos Estados Unidos, o qual “(foi) instituído pela Lei Pública (PL) 480 de 1954, reciclando os excedentes alimentares dos seus programas de estabilização da oferta de mercadorias, como subsídios alimentares para países selecionados em Ásia (incluindo o Japão ocupado), o Médio Oriente e América Latina” (MCMICHAEL, 2014, p. 34). A estratégia se consolidou na década dos anos sessenta através da campanha da FAO contra a fome mundial (*Freedom from Hunger*), que teve como uma de suas pontas de lança a extensão agrária no “terceiro mundo” (a fronteira entre os blocos oriental e ocidental da Guerra Fria); assim, o regime mercantil-industrial modificou o modelo de acumulação, que durante a hegemonia britânica era extensivo (pela abertura da fronteira agrícola, principalmente nas regiões temperadas das ex-colônias, como o Cone Sul latino-americano), e se tornou intensivo, centrado na produção moderna e subsidiada de grãos.

Dessa maneira, em tão só uma década (1950-1960), Estados Unidos passou de ser responsável pela terceira parte das exportações globais de trigo, a estar encarregado de mais da metade delas, e, à medida que Europa replicava o modelo norte-americano, Japão e o Sul Global se tornaram os principais importadores dessa commodity; nos países do chamado “terceiro mundo”, as importações subiram de 19% a 66%, no mesmo período, tendência que permaneceu até a década dos anos oitenta, quando se evidenciou a decadência definitiva do regime. No caso específico da América Latina, todos os países da região —com a notável exceção de Argentina e Uruguai—, tiveram como uma das principais sequelas da segunda ordem alimentar capitalista, a inversão da balança comercial de grãos, passando de exportadores a importadores líquidos, entre 1930 e os anos setenta do século XX (FRIEDMANN, 1993; MCMICHAEL, 2014).

A outra face da estratégia, a modernização produtiva, foi levada a cabo por meio de fundos de contrapartida (*counterpart funds*) com os governos de países estratégicos no “terceiro mundo” —dentre os quais, México, Brasil, Argentina, Venezuela, Filipinas, Indonésia e Índia—, no marco do programa PL-480. Conforme McMichael (2014, p. 35), a modernização agrícola ia muito além da adoção de insumos sintéticos sob o paradigma da revolução verde, se inserindo no plano do “desenvolvimento nacional”, o qual “(...) era uma bisagra deste regime alimentar, que vinculava o poder estatal militarizado no Terceiro Mundo com os objetivos da Guerra Fria”, por isso, “na América Latina (...) o investimento público na modernização da agricultura avançou a bom ritmo”, em

Colômbia, por exemplo, a despesa pública em crédito, assistência técnica, infraestrutura, etc., se multiplicou por cinquenta entre 1950 e 1972.

O autor se refere então à modernização agrícola como um “projeto de classe”, uma vez que, de um lado, consolidou os vínculos entre o Estado e os latifundiários —lançando as bases do agronegócio—, e do outro, pus um freio às reivindicações camponesas que estavam se inspirando na revolução cubana, instituindo mecanismos de mercado para o problema da terra (os quais, em última instância, não comprometem a grande propriedade). No tocante ao primeiro aspecto, as alianças entre Estado e latifundiários, a partir das reformas agrárias promovidas e suportadas pelos Estados Unidos, emerge uma sorte de “burguesia agrária moderna”, na nossa região, “(...) alguns desses grandes proprietários passaram de ser latifundiários a se tornar agroindustriais comerciais (...)” (MCMICHAEL, 2014, p. 36); no tocante ao segundo aspecto, a contenção do campesinato via reforma agrária e revolução verde, há uma dinâmica dúbia de integração/exclusão com o mercado.

Para começar, em todas as latitudes do “terceiro mundo”, os processos de reforma agrária que se desenvolveram nesse marco levaram à constituição de unidades familiares em zonas marginais, nas quais começaram a cultivar-se alimentos da cesta básica, sob esquemas de economia de subsistência, cada vez mais dependente dos “dispositivos do mercado e dos programas governamentais de crédito e comercialização”, enquanto as terras mais produtivas continuaram em mãos dos latifundiários, favorecidos pela legislação nacional (incentivos fiscais, financiamento, obras de infraestrutura, etc.), e pelo contexto internacional (idem.). Assim,

[...] a revolução verde foi realizada através de **crecentes inequidades no espaço rural – entre regiões ecológicas diferenciadas**, entre agricultores, entre trabalhadores agrícolas expostos a químicos tóxicos, e **no interior das unidades familiares, onde foi negado às mulheres o acesso aos insumos e aos serviços de extensão**. [Além disso], a ‘comida camponesa’ foi objeto de discriminação, como, por exemplo, algumas verduras de folha verde (uma fonte de micronutrientes, como a vitamina A) que foram redefinidas como ‘ervas’, tornando-se alvo de herbicidas no processo de otimizar os macronutrientes para a produção dos alimentos para a classe assalariada [*wage-food*] [MCMICHAEL, 2014, p. 38; ênfase nossa].

No próximo capítulo aprofundaremos na forma e o conteúdo dessas “inequidades crescentes no espaço rural”, especificamente naquelas relacionadas com a diferenciação por causa da zona climática e do sexo, que, como sabemos, constituem o cerne da presente tese; até lá, vale relembrar o trabalho pioneiro de Ester Boserup (1970), que demonstra como a propagação da Revolução Verde no Sul Global levou a uma perda do status das mulheres dentro da unidade familiar de produção-consumo, passando de ser agricultoras a ser consideradas simples “ajudantes”.

Nesse período, na América Latina há uma consolidação dos processos de *modernização conservadora*, cujo sentido expõe magistralmente o mestre García Nossa (1973, p. 2), “(...) como substituto tecnocrático das mudanças estruturais (que) inspirou os tipos de reforma agrária projetados

de acordo com as normas ou fins da Carta de Ponta do Leste ou a Aliança para o Progresso”,¹⁴³ sendo seu propósito condicionar a produção e o comércio agrícolas aos requerimentos do mercado no complexo quebra-cabeças da Guerra Fria, enquanto deixava intocada a estrutura fundiária “(...): o monopólio seletivo da terra, a dominação social do campesinato, o controle absoluto dos recursos nacionais de tecnologia e financiamento, a subocupação ou dilapidação da terra e a água, o crescente desemprego da força de trabalho rural”. Nem precisamos relembrar que tal modernização conservadora da agricultura é corolário da transição conservadora à vida republicana.

Voltando ao panorama internacional, no esquema de McMichael (2014, p. 37) há uma segunda bisagra do regime mercantil-industrial: a “transnacionalização da agricultura e o consumo alimentar”, porém, esta esteve condicionada pela primeira bisagra (o desenvolvimento nacional), sendo a revolução verde a ponte entre as escalas nacional e transnacional. Isto se traduziu no ressurgimento de postulados malthusianos, que vincularam o relato espúrio da necessidade de produzir mais comida para alimentar uma população em constante crescimento, com o combate ao comunismo,

[...] se antecipando à revolução vermelha com a verde, colocaram na mira aos agricultores comerciais, primeiro no México e depois alhures, na Argentina, sul de Ásia, médio oriente e sueste asiático. Os agricultores ricos foram arrancados da cultura da troca de sementes e a agricultura mixta, para a monocultura de grãos básicos para o consumo urbano. Além da criação do mito das ‘sementes milagrosas’, o nexa da revolução verde combinou o poder estatal, a filantropia, o programa de ajuda dos Estados Unidos [USAID], o Banco Mundial e o agronegócio, com serviços de crédito, *marketing* e assistência para uma classe espacializada seleta, para garantir o sucesso do rendimento e afirmar a ideologia do produtivismo.

Assim, na escala nacional, os pacotes tecnológicos da Revolução Verde se adequaram à política de substituição de importações, sobre a qual voltaremos, e na transnacional, integrou o Sul Global aos circuitos de acumulação ampliada de capital.

Segundo Friedmann e McMichael, a transnacionalização da agricultura possui duas características, a primeira –a especialização em insumos para produtos alimentares–, teria como uma de suas expressões mais acabadas o que a autora chama “complexo pecuário”, dentro do qual encontramos a soja, que conduziu à “(...) introdução massiva de uma planta asiática, a qual substituiu as forrageiras por cultivos comerciais (...) e uma nova indústria de rações intensiva em capital que se interpus entre pecuaristas e agricultores organizando ambos setores através de contratos de longo prazo” (FRIEDMANN, 1992, p. 377); a segunda característica, é a organização da atividade industrial a montante e a jusante, pois, “a industrialização subordinou as fazendas (*farms*) às corporações agroalimentares emergentes, tanto como compradoras de maquinário, químicos e rações, quanto como vendedoras de matérias-primas para a indústria processadora de alimentos e a pecuária” (FRIEDMANN, 1993, p. 33-34).

¹⁴³ A Carta de Ponta do Leste é o documento que condensa as discussões levadas a cabo na capital uruguaia, em agosto de 1961, que deram como resultado a chamada Aliança para o Progresso, em que os países do continente americano se comprometiam –sob a égide do presidente J. F. Kennedy– a assinarem programas conjuntos para o desenvolvimento regional.

Continuando com a caracterização do segundo regime alimentar, devemos enfatizar na produção de excedentes, um aspecto tão central que a mesma Friedmann também se refere a este como “regime dos excedentes” (*surplus regime*); no seu epicentro, Estados Unidos, a superprodução crônica foi o resultado de uma combinação entre a industrialização da agricultura e a política de compras governamentais (que se traduziu num incentivo para os agricultores “produzirem tanto quanto puderem”). Como destaca McMichael (2014), nas projeções de Kautsky iam se manter as regras que caracterizaram a geopolítica dos alimentos oitocentista, prefigurando assim a falência da agricultura da Europa ocidental perante a concorrência de novos assentamentos de colonos, no entanto, com a entrada em vigor da hegemonia norte-americana ocorreu o contrário, pois, como vimos, na prática houve uma reversão na balança comercial agrícola no Sul Global.

É importante nos deter nesse ponto; no contexto do Plano Marshall, a Organização Europeia para a Cooperação Econômica (constituída *ad hoc*) permitiu a entrada de milho e soja estadunidenses no seu território, mas numa perspectiva conjuntural, trabalhando de maneira paralela numa política que permitisse a reconstrução e fortalecimento da agricultura europeia, aliás, em compensação pela importação desses grãos, “os Estados Unidos aquiesceram que Europa protegesse a produção tritícola e de laticínios, incluso no alto nível que era necessário para evitar a entrada da mais eficiente e subsidiada produção estadunidense” (FRIEDMANN, 1993, p.35). É claro que tais prerrogativas só operaram no caso de Europa, e isto obedece a que os países da região noroeste desse continente (em particular dentro da chamada banana azul) continuavam (e continuam) tendo peso dentro da agenda e as resoluções globais.

Ironicamente, “assim que a reconstrução da agricultura começou a render frutos, os agricultores da Europa ocidental procuraram os mercados dos Estados Unidos para seus laticínios”, mas a resposta do governo estadunidense foi a promulgação de legislação para restringir os produtos importados (*Defense Production Act* de 1950), que “(...) habilitou à Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos a defender o país contra **qualquer importação que colocasse em risco a segurança nacional**, fosse queijo dinamarquês ou uvas-passas turcas” (FRIEDMANN, 1993, p. 36, ênfase nossa). Em 1957 conforma-se a Comunidade Econômica Europeia, cuja Política Agrícola Comum (PAC) é uma emulação do modelo estadunidense, e logo em uma década avançou na substituição das importações, com medidas protecionistas ainda mais altas (FRIEDMANN, 1993, p.35); desde então, a superprodução e o *dumping* têm sido constante fonte de conflito na geopolítica dos alimentos.

Mas esse processo não se limitou a Europa; como demonstra Friedmann (1993, p. 32), de uma ou outra maneira, todos os Estados do bloco capitalista foram impelidos a se alinhar com a política estadunidense de proteção da agricultura nacional e do mercado doméstico, colocando a produção e o comércio alimentares no centro da arena pública, mas não sem contradições. A primeira contradição –crucial para nossa análise– é que cada país devia “(adaptar) tais políticas a sua localização no regime

alimentar”, quer dizer, seu lugar nas relações de poder do sistema interestatal; a segunda, e mais evidente, é que esse cenário de “intensa regulação nacional”, “(...) estava em conflito com o propósito maior da política dos Estados Unidos, que era promover o livre movimento internacional de bens e dinheiro”. Como veremos, ambas contradições se conjugam, criando padrões de troca e especialização produtiva condizentes com a *pax americana*.

Tais conflitos foram arbitrados pela institucionalidade do Bretton Woods sob a égide dos Estados Unidos, porém, uma vez que a política agrícola e as práticas comerciais estadunidenses “(levaram) ao sacrifício de instituições multilaterais que tinham um amplo apoio entre os governos do pós-guerra, não só para regular os alimentos, senão também para a busca da agenda estadunidense mais ampla para o comércio liberal”, só se pôde chegar a uma resolução parcial, e não tanto pela via multilateral, mas através do modelo das corporações transnacionais; em consequência, “o livre movimento dos investimentos de capital tendeu a integrar os setores agroalimentares de Europa e Estados Unidos dentro de uma economia agroalimentar do Atlântico. Essa tensão demarcou os novos papéis dos países exportadores tropicais, incluindo as ex-colônias europeias, no regime alimentar” (FRIEDMANN, 1993, p. 32, 33).

Em ambos os lados do Atlântico Norte, “tanto as corporações europeias como as subsidiárias de corporações estadunidenses em Europa contribuíram ao crescimento massivo de alimentos manufaturados para a produção intensiva de gado e a substituição de matérias-primas nacionais e coloniais, como o linho e a farinha de algodão, pelo milho e a soja importados dos EE.UU.” (FRIEDMANN, 1993, p. 37), o poder corporativo emerge então como elo nas cadeias globais de suprimentos, induzindo agriculturas cada vez mais especializadas. A comida ultra-processada é o fim desse modelo, o que conduz a uma homogeneização da dieta que dificulta enxergar os diversos elos no processo (fetichismo da mercadoria), e assim, “como outros setores, a indústria pecuária parecia ser nacional, mas repousava numa cadeia de insumos que integrava em efeito um setor transnacional” (ibid.).

Mas a questão não parou por aí, “quando os Estados Unidos perderam o mercado europeu do trigo, o qual tinha sido sua única fonte de demanda até 1950, procurou outras saídas para os excedentes. Os achou no Japão e sobretudo no terceiro mundo” (FRIEDMANN, 1993, p. 37); tal determinação tomou forma através da já mencionada PL 480, que basicamente

[...] adaptava os mecanismos inventados para a ajuda no [Plano] Marshall. Sem embargo, enquanto os administradores em Europa haviam resistido as tentativas do Congresso de os inundar [*dump*] com trigo dos Estados Unidos, porque socavava o principal objetivo de reconstruir a agricultura, não houve tal contrabalanço para a ajuda da Lei Pública 480 nos países do terceiro mundo. As importações maciças fizeram dependentes da oferta mundial de trigo barato a muitos países do terceiro mundo [ibid.].

Por isso, podemos afirmar que as contradições do regime alimentar são exacerbadas nos países com pouco poder dentro do sistema interestatal, como os latino-americanos, e assim, embora alguns deles fossem relativamente bem-sucedidos na replicação do pacote tecnológico da Revolução Verde

–como os do Cone Sul–, “o terceiro mundo, como um todo passou a ser a principal fonte de demanda de importações no mercado mundial de trigo. As políticas de importação criaram dependência alimentar em duas décadas em países que haviam sido autossuficientes até o fim da Segunda Guerra Mundial” (idem.).

Conforme Laura Reynolds (1993), “o papel cambiante dos países dentro da internacionalização da agricultura” é corolário das dinâmicas da reprodução ampliada do capital, que pressupõe a integração desigual nos complexos agroalimentares globais; como veremos, a autora situa sua pesquisa na América Central –República Dominicana e Porto Rico–, e essa escolha é crucial na análise da espacialização do capital na agricultura latino-americana, pois evidencia que os padrões de especialização obedecem menos aos chamados recursos naturais de que dispõe um país, que a sua capacidade para incidir no sistema interestatal. McMichael (2014, p. 37) também se refere ao poder “particularmente prevacente” das companhias transnacionais na América Latina a partir da segunda metade do século passado, “(...) em meio de uma onda de nacionalização que começou nos anos sessenta, as corporações do agronegócio passaram da produção direta às atividades de processamento e distribuição”.

Mais uma vez, focaremos nas dinâmicas diferenciais na territorialização do regime alimentar na América Latina. Como víamos, destaca o complexo pecuário (de rações animais), cuja produção ainda estava mais restrita às zonas temperadas, o que não significa que o regime mercantil-industrial não atingisse ambas zonas climáticas do subcontinente latino-americano –intertropical e meridional–. Parafraseando a Marx, vamos então dar uma olhada embaixo das coloridas embalagens dos produtos que encontramos nas prateleiras de qualquer supermercado, pois ali repousa a “forma elementar da riqueza” no capitalismo; já tínhamos mencionado que a integração a montante e a jusante entre agricultura e indústria possibilitou a produção de comida ultra-processada, a partir de “ingredientes genéricos, como edulcorantes, gorduras e amidos, (o que) permitiu às corporações reduzir sua dependência de produtos específicos e incrementar as possibilidades de substituição” (FRIEDMANN, 1993, p. 34).

É o que Friedmann (1992, p. 317) denomina “complexo da comida não perecível” (*durable food complex*), o qual conforma –junto com o “complexo trigo” e o já mencionado “complexo pecuário– a principal tríada dentro dos complexos do regime alimentar do pós-guerra. Vamos enfatizar nos complexos pecuário e de não perecíveis, não só pela relação direta com a soja, senão também pelas repercussões que tiveram na agricultura da zona inter-tropical; o primeiro passo é refinar a definição de complexo agro-alimentar, coceito que tínhamos visto sucintamente na introdução deste capítulo, e assim, na abordagem da autora,

Cada complexo é definido como uma cadeia (ou rede) de relações de produção e consumo, vinculando agricultores e trabalhadores agrários aos consumidores [indivíduos, famílias e comunidades]. Dentro de cada rede há instituições privadas e estatais, as quais compram,

vendem, fornecem matérias-primas, processam, transportam e financiam cada elo. Cada complexo inclui muitas relações de classe, gênero e cultura, dentro de uma divisão internacional do trabalho específica (porém mutável).

É claro que cada complexo se territorializa de maneira diferenciada, a partir de características físicas, sociais, e do lugar ocupado dentro da hierarquia do sistema interestatal, pois, como destaca a própria Friedmann, “cada país ou região herda um legado específico de incorporação e marginalização”, dessa maneira,

[...] cada um dos três complexos criou condições gerais para o Terceiro Mundo. O complexo de trigo facilitou a dependência das importações de alimentos. O complexo de alimentos não perecíveis reduziu a demanda de exportações tropicais tradicionais, especialmente açúcar e óleos vegetais. O complexo pecuário (como frutas e verduras) passou de uma base nacional a uma transnacional; ao se apoderar diretamente da produção, diferencia ao Terceiro Mundo de novas formas e, mais diretamente que o complexo trigo, socava as economias locais mixtas [idem].

O primeiro fio condutor para entender a divisão territorial do trabalho agrícola associada aos ditos complexos são os processos industriais (meio técnico-científico-informacional), pois, “uma vez permitidas as substituições técnicas, os custos relativos dos cultivos podiam determinar quais seriam usados como matérias-primas para comida não perecível” (FRIEDMANN, 1993, p. 38), superando assim barreiras edafo-climáticas que ancoravam a oferta de alguns insumos importantes para tal complexo –como a cana de açúcar, até então o principal edulcorante, e gorduras vegetais (de dendê, coco, amendoim, etc.)– à produção nos trópicos, a qual resulta incerta quando comparada com os cultivos temperados, “(que) eram produzidos eficientemente, com frequência subsidiados e passíveis de contratos diretos que garantiam ofertas previsíveis” (FRIEDMANN, 1992, p. 374).

Como destacam as fundadoras da abordagem dos Regimes Alimentares, a industrialização das cadeias agroalimentares não só possibilitou o barateamento dos custos de produção, pela “apropriação” de alguns ciclos naturais e a substituição de matérias-primas, senão que “abriu uma nova fronteira de acumulação”, tanto na fabricação e venda de alimentos processados, quanto pela via da financeirização, que irromperia na década dos anos setenta. Os avanços tecnocientíficos possibilitaram essa comoditização dos alimentos, porém, Friedmann (1992, p. 375) salienta que “a substituição de óleos tropicais (e demais cultivos) obedece menos ao laboratório e mais à complexa política e economia do setor pecuário”, ao que agrega de maneira taxativa: “a maior mudança do pós-guerra girou em torno a um novo óleo temperado”, se referindo à soja, que foi ganhando importância à medida que demonstrava ser adequada aos novos requerimentos, em termos de custos de produção e de acumulação de capital.

No tocante aos aspectos técnicos, devido ao desenvolvimento de substitutos sintéticos e novos usos para os cultivos tradicionais, por exemplo, o açúcar passou a ser utilizado na produção de agro-etanol e fibras industriais, enquanto sua função como edulcorante foi substituída pelo xarope de milho alto em frutose, aliás, o milho e a soja tornaram-se onipresentes em cada um dos elos dos complexos agroindustriais, desde as rações animais e alimentos processados para a cesta básica (*class diet*), até

os óleos vegetais para uso industrial e doméstico, passando pela engenharia de materiais e os agrocombustíveis; é o que conhecemos como *flex crops*, que numa tradução tosca e literal do inglês significaria: cultivos flexíveis, fenômeno sobre o qual nos debruçaremos no próximo capítulo, sendo a pedra angular do regime alimentar corporativo (REYES E SANDWELL, 2018; BORRAS JR. E OUTROS; 2014; OLIVEIRA E SCHNEIDER, 2014).

Como veremos, o aumento da demanda dos *flex crops*, em junção com um dos episódios mais irônicos da Guerra Fria, levaram a uma consolidação do complexo soja (grão, farelo, óleo) no Cone Sul, com destaque para o Brasil, que despontou como um dos principais exportadores da dita oleaginosa, superando incluso aos Estados Unidos. No entanto, os efeitos desse movimento na zona intertropical foram menos diretos, mas igualmente palpáveis, pois, em tão só uma década (1950-1969), “o complexo de comida não perecível contribui ao declínio da demanda de exportações tropicais tradicionais do terceiro mundo”, à medida que estas foram substituídas pelas inovações no uso de cultivos temperados, que como vimos, podiam ser produzidos com mais eficiência, graças aos avanços tecnológicos, secundados pelas alianças classistas entre Estado e agronegócio, segundo fio condutor para entender a divisão territorial do trabalho agrícola (FRIEDMANN, 1992, p. 371; MCMICHAEL, 2014).

Aqui vale lembrar a anotação que fizemos antes, sobre a existência de uma parcela de cultivos tropicais que pertencem aos bens de consumo massivo, operando, portanto, os mesmos incentivos que levaram à industrialização da agricultura temperada; Friedmann perscruta os mecanismos políticos e econômicos que levaram à “perda do monopólio climático” desses produtos, quando da substituição por insumos ultraprocessados a base de milho e soja (1992, p. 374). No que tange à forma desse processo, “os cultivos tropicais enfrentaram o notório problema da deterioração dos termos de troca, incluso quando os países exportadores tentaram incidir nas ofertas” (1993, p. 38), perante os *flexcrops* temperados, com os Estados Unidos à cabeça dos cruciais complexos pecuário e de não perecíveis; não obstante, ao analisar o conteúdo, os aspectos técnicos e organizacionais do modelo (industrialização, especialização):

[...] de forma alguma levaram automaticamente ao domínio dos EE UU na produção mundial de rações. Uma vez que os produtores agrícolas e pecuários estavam ligados pelas empresas, os insumos poderiam, em princípio, vir de qualquer lugar, incluindo o Terceiro Mundo.

Por outras palavras, a rede de relações alimentares que levou à consolidação dos complexos temperados tem como principal nodo o governo dos Estados Unidos, mas não se trata de uma estrutura monolítica, em especial pela plêiade de atores privados que foi cimentando o poder corporativo transnacional:

Os principais processadores, representados pela poderosa *American Soybean Association*, eram sediados nos Estados Unidos, incluindo as maiores empresas comerciais de grãos, Continental e Cargill. Quando estabeleceram operações na Europa após a Segunda Guerra Mundial, juntaram-se a eles outras corporações transnacionais, notadamente a empresa *Anglo-Dutch*, Unilever, e a empresa de comercialização de grãos com sede na Argentina, Bunge e Born. A Unilever foi pioneira no fornecimento global de matérias-primas, incluindo

sementes oleaginosas tropicais da Ásia e da África, bem como sementes oleaginosas e grãos europeus domésticos, e a Bunge e Born tiveram acesso a sementes de linhaça e outras oleaginosas sul-americanas [FRIEDMANN, 1992, p. 377].

Como veremos de aqui a pouco, a entrada do Cone Sul –particularmente Argentina e Brasil– dentro da categoria que Friedmann (1992, 1993) nomeia “Novos Países Agrícolas” (*New Agricultural Countries*, ou NAC, para os relacionar com os chamados *New Industrial Countries*, NIC), na década dos anos setenta, está diretamente relacionada com a crise e transição do regime.

No que se refere aos hábitos alimentares, com a expansão do regime mercantil-industrial não só houve mudanças na dieta, senão também na maneira em que são consumidos os alimentos; em palavras de Friedmann (1993, p. 38), “embora as mudanças nas dietas dos Estados Unidos (e de outros países avançados) aumentassem o consumo per capita de açúcares e gorduras, estes eram cada vez mais consumidos em uma nova forma”, mais especificamente, começaram a ser consumidos de maneira intermediária, pois “tornaram-se ingredientes na fabricação de comida em vez de artigos usados diretamente pelos consumidores”. Já no contexto dos países do Sul Global, McMichael (2014, p. 36) se refere a algumas das práticas que se traduziram em maior dependência do mercado global de alimentos, no marco da ajuda alimentar dos Estados Unidos:

[...] o programa de ajuda alimentar introduziu a dieta estadunidense a outras culturas alimentares –exemplos bem conhecidos sendo a Nigéria, onde as importações de trigo acorrentaram a economia doméstica ao substituir o abastecimento local de alimentos; Egito, onde as políticas estatais de importação de trigo também permitiram a consolidação de uma indústria de grãos para ração para abastecer a demanda de proteína animal das elites; e a Coreia do Sul, onde fundos de contrapartida da PL-480 promoveram aulas de preparação de sanduíches para donas de casa. O *U.S. Feed Grains Council* canalizou fundos de contrapartida, por meio de mais de quatrocentas empresas do agronegócio, para o desenvolvimento da pecuária local e das indústrias avícolas, um relatório anual da PL-480 referia que tais instalações ‘expandiriam’ substancialmente o mercado de grãos para ração e outros ingredientes para rações’ (George 1977, p. 171–72) [apud McMichael].

Em ambos os casos, as mudanças radicais na dieta são causa e consequência do processo que Marx denominava fratura na relação metabólica entre sociedade e natureza (ou *metabolic rift*, conceito popularizado por John Bellamy Foster), que levam a estilos de vida mais artificiais, e em consequência, mais extrativistas e insustentáveis; como expúnhamos em outro texto: “os paradoxos desta ruptura com os ciclos naturais podem ser percebidos nas estantes dos supermercados, onde se aglomera toda sorte de (produtos), sejam ou não de temporada, vindos ou não do mercado local, criando uma diversidade ilusória que não concorda com a realidade”, pois, na prática há uma perda maciça da agrobiodiversidad, sendo que,

[...] das 50.000 espécies catalogadas como de interesse alimentar para a humanidade, tão só 200 são realmente aproveitadas, destas, unicamente 100 são comercializadas no mercado mundial, no entanto, a dieta de 80% da população mundial se alicerça em vinte culturas e, ainda, duas terças partes desses alimentos são produzidas com base em dez espécies entre as quais o arroz, o trigo, o milho e a soja. Não por acaso estas espécies são as principais culturas agrícolas do Brasil que, com essa escolha, simplificou os agroecossistemas do país [IPDRS, 2017, p. 11].

Por outras palavras, os complexos agroalimentares implementados pelo regime mercantil-industrial estão assentados em 0,02% dos vegetais que reconhecemos como comestíveis, esse aspecto

por si só inviabiliza a continuidade do modelo, como se evidencia no círculo vicioso do aquecimento global, dado que, por um lado, é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa, e pelo outro, cria agroecossistemas hiper-simplificados, ou seja, vulneráveis, incapazes de se adaptarem à mudança climática. Por isso, Vandana Shiva (op. cit.) é categórica quando fala do patriarcado como força destruidora do planeta, e do ecofeminismo como o melhor caminho para a humanidade, mas falaremos ao respeito no seguinte capítulo.

No entanto, a crise ecológica não é o único indicador de insustentabilidade deste modelo agroalimentar (embora seja o mais contundente), uma vez que ele parte de um oxímoro: mercantil/industrial: livre comércio/subsídios, que persiste até hoje. É momento de aprofundar nessa contradição e dimensionar quão “inestáveis” (*shaky*, em palavras de Friedmann, 1992) são as bases do agronegócio. O ponto de partida é o pivô Atlântico –Estados Unidos, CEE–, que deu forma às relações alimentares no bloco capitalista da Guerra Fria, elevando à escala internacional a incompatibilidade entre os componentes mercantil e industrial do regime, pela já discutida tensão entre integração e replicação:

A replicação dos superávits, combinada com a queda do dólar como moeda internacional, conduziu ao dumping e possíveis guerras comerciais, em particular entre a Comunidade Econômica Europeia e Estados Unidos. Isto finalmente fez com que fosse insuportavelmente custoso para os países pequenos, como Canadá ou Suécia, subsidiar os excedentes ou as exportações. Além do conflito internacional, as empresas transnacionais superaram os marcos regulatórios nacionais nos que nasceram e os perceberam como obstáculos para uma maior integração de um sector agroalimentar potencialmente global [FRIEDMANN, 1993, p. 39].

Como vimos, entre as décadas dos anos sessenta e setenta, após a bem-sucedida reconstrução da agricultura europeia, enrijeceu a rivalidade entre ambas potências agroalimentares, “contudo, a crise foi precipitada externamente por um evento que rompeu permanentemente a fronteira entre as partes capitalista e socialista do regime alimentar” (idem.).

Com efeito, a *détente* (distensão) dos anos setenta foi fundamental na geopolítica dos alimentos do século XX, portanto, queremos rememorar as circunstâncias que antecederam esse momento surpreendente da história contemporânea. No discurso oficial se ressalta a necessidade de dar um fim à carreira armamentista, depois de episódios como a chamada crise dos mísseis (que como sabemos, esteve sediada em Cuba), porém, houve também (sobretudo) motivações econômicas em ambos os lados da cortina de ferro; do lado estadunidense, em 1968, pela primeira vez na era pós-guerra, sua balança comercial não agrícola começa a ser deficitária, podendo ser bancada pelas exportações agrícolas só até 1971, ano em que é anunciado o abandono do padrão-ouro (e em últimas, do sistema Bretton Woods), pelo então presidente, Richard Nixon, no dia 15 de agosto, que inaugurou o chamado *Nixon Shock*.

Do lado soviético, há uma conjugação de circunstâncias estruturais e conjunturais que não conseguiremos expor aqui,¹⁴⁴ no tocante às segundas, a migração de jovens rurais aos centros urbanos –um efeito não desejado das políticas agrárias de Nikita Khrushchov–, unida à queda da produtividade (entre outras razões, pela sobre-exploração do solo das estepes, num processo parecido ao *dust bowl*), obrigou à importação sistemática de grãos a partir de 1964, após décadas de ser um exportador líquido; é claro que essa decisão teve consequências imediatas no mercado global de alimentos, dada a dimensão do mercado soviético. E assim, previamente à distensão oficial, o presidente John F. Kennedy, pouco antes de ser assassinado, autorizou a venda de 4 milhões de toneladas de trigo à União Soviética,¹⁴⁵ transação que, de maneira irônica, contribuiu à bonança comercial norteamericana desse momento.

Mas é em 1972 que as coisas se tornam interessantes, com o acordo cerealeiro assinado em 8 de julho, pelo qual o governo soviético recebeu uma nota da Corporação de Crédito para Commodities (*Commodity Credit Corporation*) por valor de 750 milhões de dólares (correntes), para importar trigo, soja e milho estadunidenses, negociando, ainda, que o Departamento de Agricultura (USDA) subsidiasse aos exportadores para que mantiveram o preço de venda. Quando se fez público, o acordo não foi bem recebido, pois os agricultores, ao desconhecerem as negociações, venderam suas colheitas aos preços baixos próprios da superprodução crônica, desse modo, as grandes companhias atravessadoras e o governo soviético conseguiram estocar o grão barato, criando uma escassez súbita no mercado mundial, e em consequência, uma subida dos preços; o fato foi resenhado pelo setor mais anticomunista do Congresso e a imprensa como o “grande roubo soviético dos cereais” (*great soviet grain robbery*) (FRIEDMANN, 1993).

Para dimensionarmos essa operação, basta dizer que os 30 milhões de toneladas métricas em jogo equivaliam a 75% dos grãos comercializados no mercado global, mas, contrário à ideia do “roubo soviético” de grão estadunidense, a negociação aliviou especialmente ao governo Nixon, cujo secretário de agricultura, Earl Butz, tinha sido nomeado para modificar a política de subsídios agrícolas –herdeira do *New Deal*–, buscando a diminuição das áreas cultivadas, precisamente para melhorar os preços de mercado.¹⁴⁶ No médio e longo prazo, contudo,

A repentina escassez de grãos e soja precipitada pelas compras soviéticas provocou uma resposta contraproducente por parte de Estados Unidos. Em primeiro lugar, a pesar de quarenta anos de experiência, o Departamento de Agricultura de Estados Unidos atuou como se tivesse desaparecido o problema crônico de excedentes engendrado pela preservação dos preços das matérias-primas.

¹⁴⁴ Para aprofundar na história agrária da União Soviética, matéria pouco estudada nos países que ficaram do lado ocidental da cortina de ferro, como os latino-americanos, com exceção de Cuba, ver, por exemplo: ULIANOVA, Olga. **Los cambios agrarios en los países socialistas y sus derivaciones para la agricultura de la región**. Santiago de Chile: Cepal, 1993.

¹⁴⁵ Ver, VILDOMIÚ CANELA, Lourdes. **La inserción de España en el complejo soja-mundial**. Madri, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, 1984.

¹⁴⁶ Idem.

Isto acabou intensificando as contradições do regime, a procura no mercado global de grãos e cereais, bem como as medidas compensatórias adotadas pelo governo em 1973 (*US Farm Bill 1973*), mais uma vez, incentivaram a superprodução, e atrelada a esta o endividamento (público e dos fazendeiros), que se triplicou nessa década, entre outros, pelo efeito das crises petrolíferas e da especulação fundiária; mais importante ainda, na escala internacional surgiram novos agentes e circuitos de comercialização, os quais, no conjunto, foram responsáveis por “mudanças no equilíbrio de poder entre os Estados”, uma vez que,

Em segundo lugar, a Administração de Nixon, já acossada pelos escândalos de *Watergate* e inquieta ante a perspectiva da escassez de rações no mercado doméstico, introduziu uma série de embargos entre 1973 e 1975, para impedirem ajustes de cooperação internacional perante as novas condições. [...] Os embargos foram um completo fracasso. Revelaram que o governo de Estados Unidos não podia controlar o comércio incluso quando, como no caso da soja, tinha um monopólio virtual sobre a oferta. As agências comerciais estatais e as empresas transnacionais e suas subsidiárias puderam utilizar transações e transbordos complexos para organizar o comércio fora do conhecimento, e sobretudo do controle, do governo dos Estados Unidos ou de qualquer estado. Dois meses depois de declarar o segundo embargo, Estados Unidos negociou o primeiro de uma série de contratos de cinco anos com a União Soviética. Isto representou a transação individual mais grande na economia alimentar mundial [FRIEDMANN, 1993, p. 40-41].

Nesse intrincado cenário estava se configurando outro evento desestabilizador para a *pax americana*: em 1973, a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decide fazer um embargo aos Estados Unidos e países aliados (principalmente da Europa ocidental), cortando o fluxo do prezado hidrocarboneto, em represália pelo apoio que estes forneceram a Israel na Guerra de *Yom Kippur*, derivando na Primeira Crise Petrolífera.

Ambos fatores –grãos e petróleo escassos, e em consequência, três vezes mais caros– se conjugam, provocando a Crise Alimentar de 1974 (ver imagem 15); o então Diretor-Geral da FAO, Addeke Boerma, convocou a uma Cúpula Mundial sobre Alimentação, para discutir a alarmante generalização da fome, sob o princípio que, nos seus termos, “a comida, como uma mercadoria qualquer, é vendida e comprada tanto no mercado internacional, quanto no doméstico. Porém, a comida não é como as demais mercadorias, (pois) se os seres humanos têm direito à vida, têm direito à alimentação”. Mas, como cabia esperar, essa posição da alimentação enquanto direito humano não frutificou no sistema interestatal, e, “com acusações de que a FAO foi incapaz de prever e administrar a crise, o sucessor do Diretor-Geral, Edouard Saouma (1976-1993) se comprometeu a descentralizar e reformar a FAO”, reformulando o conceito de Segurança Alimentar, como veremos mais tarde (MCMICHAEL, 2014, p. 39).

Quando estudamos a história econômica do século XX, as questões que saltam ao falarmos da década dos anos setenta são o já referido *Nixon Shock* e as crises petrolíferas, porém, como argumenta Friedmann (1992, p. 371), “o primeiro surto da crise alimentar a princípios da década de 1970 foi tão devastador para o terceiro mundo quanto a crise energética”. Mas as consequências do caos econômico não se limitaram às crises alimentar e petrolífera, o abandono da paridade dólar-ouro

aumentou a liquidez global, acarretando pressão pela liberalização financeira, foi como se tivessem aberto gaiolas (douradas) para os capitais migrarem ao Sul Global, primeiro, na procura de mão de obra barata –o que transformou as estruturas bancária e produtiva, para fazê-las mais internacionais–, e depois, pela simples especulação do capital andorinha (*swallow capital*) (TNI, 2018; MCMICHAEL, 2014).

Estávamos entrando então num período de transição, no qual o agronegócio do Cone Sul começa a se perfilar como novo polo agroexportador; no meio da confusão econômica e política, o governo Nixon seguia tomando decisões que, não só eram contraditórias entre si, senão que colocaram em xeque o monopólio comercial estadunidense. No contexto global, o referido fracasso dos embargos aos soviéticos levou à perda de protagonismo do pivô Atlântico da geopolítica dos alimentos (Estados Unidos-Comunidade Econômica Europeia), estimulado especialmente pela demanda de países asiáticos e a oferta argentina e brasileira:

Em 1972-73, a soja e o milho estiveram tão implicados quanto o trigo nas compras soviéticas que precipitaram a crise a longo prazo do regime alimentar. Pelo pânico diante da perspectiva de escassez doméstica durante os escândalos que rodearam às empresas envolvidas nas vendas, o governo de Estados Unidos embargou as exportações de soja. Apesar de que ao final se cumpriram todos os contratos, Japão rapidamente buscou diversificar seus fornecedores e outros países, em particular Argentina e Brasil, aproveitaram a oportunidade para ingressar a um mercado com escassez (temporal) e preços altos. A participação de Estados Unidos nas exportações de soja caiu de quase um monopólio a aproximadamente dois terços em muito pouco tempo [FRIEDMANN, 1992, p. 378].

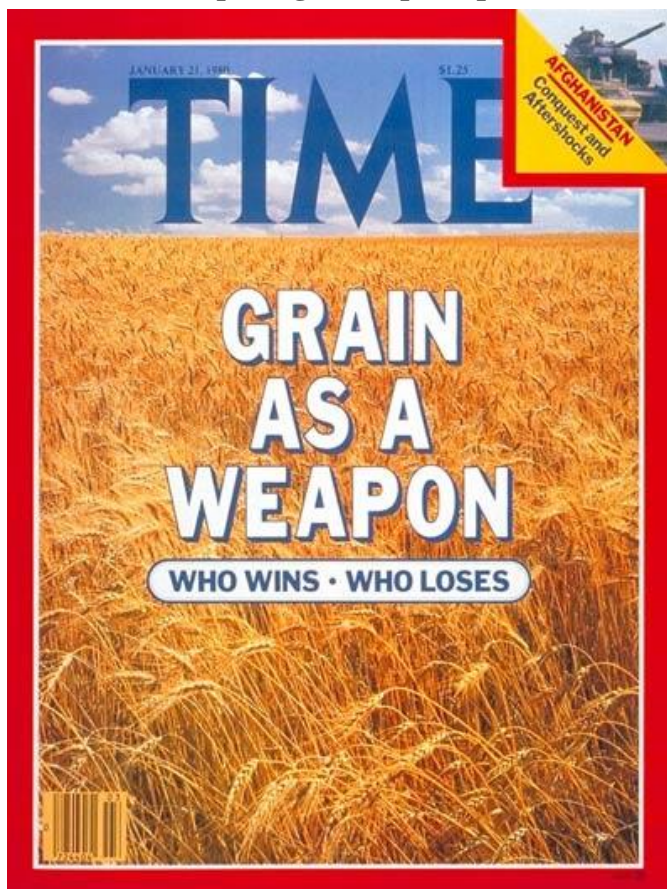
No ponto álgido dos escândalos de espionagem na sede do partido democrata (*Watergate*), Nixon pede a demissão, em agosto de 1974. Friedmann distingue dois tipos de agroexportadores que emergiram nesse contexto, o primeiro, dedicado a suprir matérias-primas para os complexos soja e de não perecíveis, e outro grupo de países –como os NICs, os ricos em petróleo, etc.– em que “(...) os estados intervêm na agricultura e o comércio para criar uma indústria pecuária nacional intensiva, utilizando rações industriais” (idem). Como veremos, o agronegócio brasileiro é um dos mais representativos desse segundo grupo.

Como se fosse pouco, em 1979 ocorre a Segunda Crise Petrolífera (dessa vez, pela agitada saída do shah de Irã, instauração da república islâmica e guerra contra Iraque), e há um novo enrijecimento da cortina de ferro, devido principalmente ao interesse de ambas potências sobre o Afeganistão (na doutrina *heartland*,¹⁴⁷ traduzida no apoio militar, de Estados Unidos a Al Qaeda e soviético ao governo afegão). Em janeiro de 1980, na segunda metade do seu mandato, o presidente James (Jimmy) Carter declara a proibição de exportar grão norte-americano à União Soviética (*1980 Grain Embargo*), marcando o fim da *détente*. Para o Cone Sul –especialmente para Argentina e Brasil, como vínhamos falando–, esse evento significou a consolidação de sua posição nos novos pivôs do

¹⁴⁷ Ver Anexo 1.

comércio internacional de alimentos, primeiro com os soviéticos embargados, e anos depois com o emergente poder chinês.

Imagem 10. Os grãos como uma arma: quem ganha, quem perde



Capa da revista TIME, do 21 de janeiro de 1980, sobre o embargo Carter à União Soviética. Disponível em: <http://content.time.com/time/magazine/0,9263,7601800121,00.html>

A dimensão política do pivô soviético-Cone Sul não é menos surpreendente do que fora a própria *détente*, lembrando que os países da região estavam ainda sob ditadura militar;¹⁴⁸ essa aproximação inaudita começou nos anos setenta, primeiro na Argentina, com a junta do autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, e posteriormente com outros países, dentre os quais ressaltamos novamente o Brasil, que, em concordância com o “pragmatismo responsável” de Ernesto Geisel, estabeleceu um fluxo de troca constante com o bloco socialista, o que implicou um distanciamento com os Estados Unidos, que se pronunciaram em contra do acordo nuclear assinado em junho de 1975 com a República Democrática Alemã. Para beneplácito soviético, a orientação à diversificação comercial brasileira não parou por aí, e foi construindo uma rede com

¹⁴⁸ Para aprofundar na aproximação soviética à América Latina nos últimos anos da Guerra Fria, ver, por exemplo, TURRENT, Isabel. La Unión Soviética en América Latina: el caso de Brasil. Em: **Foro Internacional**, vol. 27, nº 1 (105), Julho-Setembro de 1986, pp. 75-101.

outros países latino-americanos, o Japão e a Comunidade Econômica Europeia, corroendo as bases do monopólio agroalimentar norte-americano.

A balança comercial da União Soviética estava respaldada pelas exportações de petróleo, portanto, o embargo de Carter foi igual de ineficiente que os embargos de Nixon, “os soviéticos compraram quase a totalidade dos contratos cancelados no mercado mundial, principalmente de Argentina, Canadá e possivelmente incluso de Estados Unidos a través de transbordos desde Europa do Leste”, mas essa não foi a única ironia nessa jogada, “o embargo estadunidense acarretou preços extraordinários aos produtores dos países exportadores concorrentes e benefícios extraordinários aos comerciantes corporativos que aproveitaram as inusuais flutuações de preços” (FRIEDMANN, 1993, p. 41). Isto evidenciou que o governo estadunidense era falível e dependente da agroexportação, particularmente das vendas ao mercado do bloco socialista, e assim, em abril de 1981, logo no começo do seu mandato, Ronald Reagan levantou o embargo, mesmo no meio do mais recalcitrante discurso anticomunista.

Nesse último capítulo da Guerra Fria, Estados Unidos estabelece uma política de vendas subsidiadas à União Soviética, com importantes repercussões no mercado mundial de alimentos, mas isso será abordado no seguinte capítulo, que desenha o regime alimentar corporativo, marcado por dois importantes eventos em ambos blocos: a Rodada de Uruguai e a *Perestroika*. Vamos agora focar na origem dos NACs na América Latina, enfatizando no Cone Sul e, mais especificamente, na conformação do chamado Complexo Agroindustrial (CAI) no Brasil, analisando as principais mudanças socioeconômicas a ele associado, o papel balizador do Estado brasileiro, a definição de políticas públicas com vistas à modernização setorial, as transformações na matriz tecnológica, a estrutura produtiva, e, por conseguinte, nas relações capital/trabalho.

Na escala global, já a começo da década dos anos setenta, o Japão começou a procurar novos fornecedores para a soja, dada a instabilidade do mercado pelo uso político das exportações estadunidenses à União Soviética, sendo a demanda nipônica mais determinante do que poderia parecer a simples vista. Relativamente a isto, um primeiro elemento destacado por Friedmann (1993, p. 45) é que em Ásia a soja faz parte da cozinha tradicional e, por conseguinte, “(o mercado japonês) não entrou nas cadeias econômicas e técnicas da indústria de rações”, que como sabemos, era uma das pernas do tripé do então agonizante regime mercantil-industrial; este aspecto é especialmente relevante quando estudamos o comportamento das exportações estadunidenses, que em grande medida dependiam da venda de soja não processada, a diferença do Brasil, que vinha se especializando em commodities com alto valor agregado, aspecto que discutiremos daqui a pouco.

Mais importante ainda, “a singular estratégia econômica exterior (de Japão) tinha o potencial de socavar por completo a estrutura das relações alimentares internacionais”, uma vez que buscou “mudar a natureza da superprodução, de um problema de disposição, como encarado pelo Estados

Unidos e a Comunidade Europeia, a uma vantagem para o comprador” (FRIEDMANN, 1993, p. 45). E é aqui que se consolida o protagonismo dos países do Cone Sul, pois a política comercial japonesa “(...) encontrou um interesse complementar entre os países do terceiro mundo cujas políticas industriais nacionais criaram setores agroalimentares competitivos internacionalmente na década de 1960 e depois” (idem.); foram lançadas assim as bases do hoje importante pivô asiático-Cone Sul, em concordância com as orientações cepalinas, que tinham derivado na industrialização da agricultura sulina.

E aqui vale lembrar que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi constituída no marco da arquitetura do Bretton Woods, e, por conseguinte, seu foco na industrialização da região deve ser entendido dentro da narrativa do desenvolvimento nacional, ela própria reflexo de um mundo bipolar que, contudo, estava dominado pelo pragmatismo de ambas as potências, como vimos a propósito do comércio de trigo, milho e soja. Nesse cenário, o rádio de atuação de organismos como a CEPAL era limitado, mesmo na etapa mais prolífica na produção de teorias críticas (cuja maior herança seja, tal vez, o questionamento à ideia de desenvolvimento lineal –à Rostow–, dada a heterogeneidade estrutural e a deterioração dos termos de troca), como demonstraram a crise da dívida dos anos oitenta e a iminente virada neoliberal.

Conforme Ocampo (2004, p. 747-748) embora “o termo ‘Industrialização com Substituição de Importações’ tenha sido empregado amplamente para descrever o período que abarca de finais da GMII ao decênio dos setenta”, é mais adequado falar em “industrialização dirigida pelo Estado”,¹⁴⁹ pois na prática se tratou de um modelo misto, que “combinava a substituição de importações com a promoção das exportações”, a integração regional e a industrialização da agricultura, sob a égide estatal, “além disso, amiúde não havia uma substituição de importações neta durante o processo, e a substituição de importações não era sempre (...) a fonte principal do crescimento econômico”. Nessa etapa, as diferenças físicas (tamanho, localização, orografia, etc.) e históricas (tamanho e integração da economia nacional, regime político), bem como as políticas e instrumentos específicos adotados pelos governos, derivaram em diferenças entre os países latino-americanos, ou as aprofundaram.

Bértola e Ocampo (2010, p. 177, 179) identificam três etapas e três estratégias nesse processo de industrialização na América Latina. No tocante às etapas, falam em “etapa empírica”, que se refere ao comportamento relativamente favorável das economias da região durante o período entre-guerras; “etapa clássica”, do segundo pós-guerra até meados dos anos sessenta, na qual surgem pacotes de medidas explícita e conscientemente projetados,¹⁵⁰ “(...) uma combinação variável, segundo o país, de velhos instrumentos, usados agora com maior intensidade: proteção tarifária e não tarifária; tipos

¹⁴⁹ Para o autor, essa estratégia passou por três etapas: uma empírica, uma clássica e outra madura, em função das dinâmicas internas e globais.

¹⁵⁰ Os que de maneira imprecisa têm sido conhecidos como ISI pela historiografia recente latino-americana.

de câmbio múltiplos e racionamento de divisas; bancos de desenvolvimento e investimentos em infraestrutura”. Por último, a “etapa madura”, cuja “característica dominante (...) foi a diversidade crescente das tendências regionais”, à medida que os rumos produtivos e comerciais seguidos pelos países iam se ramificando, quer dizer, tomando formas diferentes, sendo comum o conteúdo.

Com relação às estratégias, a primeira, que foi “a dominante entre meados da década de 1960 e o primeiro choque petrolífero (e também a mais próxima às opiniões da CEPAL) fomentou de maneira crescente a promoção das exportações, gerando o que temos denominado ‘modelo misto’”; a segunda estratégia foi “(...) um aprofundamento maior da substituição de importações. Peru é o melhor exemplo de um país que, em contra de sua própria tradição *primarioexportadora*, optou por uma política mais orientada ao interior, a finais da década de 1960, em contra das tendências regionais”, outros países que investiram no mercado doméstico –em capital e na indústria de bens intermédios– foram Brasil e México. A terceira estratégia,

[...] foi um ataque frontal contra o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Com efeito, desde meados da década de 1960 houve um deslocamento nos debates intelectuais a uma concepção mais liberal das políticas econômicas, nas que se dava um maior peso ao mercado na atribuição de recursos. Igual que no século XIX, a economia liberal não esteve vinculada inicialmente com uma orientação política liberal. Aliás, nos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), os pioneiros de esta estratégia, as grandes reformas de mercado da segunda metade da década de 1970 estiveram impulsadas por ditaduras militares [BÉRTOLA E OCAMPO, 2010, p. 182].

Para entender esse paradoxo, baste lembrar que após o magnicídio de Salvador Allende, no 11 de setembro de 1973, os chamados *Chicago Boys* puseram em marcha as fórmulas que aprenderam na escola de Milton Friedman, derivando no chamado “milagre econômico chileno”. Por isso, autores como Walter Belik (1992) enfatizam que a modernização da agricultura não obedeceu à “evolução natural” dos setores agroexportadores já existentes, mas ao surgimento de novas agroindústrias, ligadas a capitais industriais e financeiros, mais do que à velha relação com as oligarquias agrárias e mercantis, transformação que não poderia ter ocorrido sem a participação ativa do Estado; essa questão será tratada no próximo capítulo, a propósito do agronegócio da soja no Rio Grande do Sul.

É difícil fazer um apanhado geral, pois os resultados das medidas foram muito heterogêneos, sobretudo no caso dos países com menor extensão territorial; o crescimento econômico não foi “uniforme ao longo da região, nem ao longo do tempo entre os distintos países” (BÉRTOLA E OCAMPO, 2010, p. 193). No entanto, os autores conseguem distinguir uma correlação entre o tamanho das economias e a estrutura produtiva, sendo os países pequenos e medianos mais dependentes dos ramos manufatureiros mais tradicionais, “desta maneira, só Brasil, México e Argentina tinham atingido um alto grau de diversificação”; além disso, não houve políticas de transferência técnica contínua e articulada, permanecendo a brecha tecnológica entre países, uma nova camada num sedimento cujo depósito primário se encontra na Colônia, e que vem se solidificando desde a transição republicana (idem, p. 186-187).

No que se refere à agroindústria, Bértola e Ocampo reconhecem que a modernização do espaço rural aprofundou a histórica distribuição desigual da riqueza, embora centrem sua análise nos benefícios dos processos de urbanização para as agriculturas familiares (mercados internos mais dinâmicos), e nos incipientes centros de ciência e tecnologia; dentro do panorama regional destacam o caso argentino, por ter se tornado um dos mais competitivos produtores a nível global. Nós continuamos a ressaltar também o caso brasileiro, cuja estratégia de fortalecimento ao agronegócio se evidencia, por exemplo, na constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972, ou, como aponta Friedmann (1992), do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), em 1975, que buscou transformar uma situação desvantajosa: a queda nos termos de troca do açúcar, num potencial: avançar na substituição da matriz energética do petróleo, tão volátil nesse momento.

Como vimos, desde a Colônia, a estrutura produtiva da agricultura latino-americana tinha se caracterizado pela existência de arquipélagos econômicos, incluso em países como Brasil e Argentina, cujos complexos agroexportadores –de café e cana de açúcar, no primeiro caso, e de trigo e gado, no segundo–, funcionavam “ainda relativamente isolados” até meados do século XX, como aponta Yamila Goldfarb (2013, p. 30); “com a modernização da agricultura proporcionada pela Revolução Verde a partir de 1960, novos elos entre setores foram sendo estabelecidos e novos produtos passaram a ser importantes para as exportações em ambos países”. No próximo capítulo aprofundaremos nesses elos –comercialização de adubos sintéticos e sementes melhoradas, maquinário, logística para o armazenamento, transporte, processamento, distribuição e venda dos produtos–, que conformam, a montante e a jusante, o que Marcel Achkar, Ana Domínguez e Fernando Pesce (2008) denominam a ensablagem mecânica do agronegócio.

Uma vez que esses processos de quimificação e mecanização da agricultura latino-americana deixaram intocada a estrutura fundiária (modernização conservadora), “basicamente foi possível aumentar a produção agrícola sem resolver a questão agrária. A agricultura se tornava cada vez mais subordinada ao capital monopolista, devido ao aumento do poder das empresas multinacionais produtoras de insumos e equipamentos agrícolas” (GOLDFARB, 2013, p. 32). Dessa forma, a produção agropecuária propriamente dita –os processos de cultivo e criação de animais–, foi sujeita aos outros elos da cadeia agroalimentar, muito especialmente à tecnologia e ao capital financeiro. Nesse sentido, Goldfarb lembra que

[...] alguns autores denominaram essa nova configuração do campo como Complexo Agroindustrial (CAI). Trata-se de uma ótica que foca, por um lado, a articulação de parte crescente da agricultura com a indústria produtora de insumos e bens de capital agrícola, e por outro, a articulação dessa agricultura com a indústria processadora de produtos agrícolas, a agroindústria. Isso indicaria que cada vez mais, a reprodução ampliada da agricultura passaria a depender dos meios de produção gerados por um setor especializado da indústria e menos dos recursos naturais disponíveis [idem].

No entanto, embora fosse um processo sistemático e generalizado na América Latina, não levou à completa homogeneização do espaço rural, demonstrando-se uma maior integração dos países do Cone Sul, e de setores específicos ao interior de cada um dos países da região, “por isso, a noção de complexo agroindustrial, se por um lado nos permite elucidar como se deu o processo de modernização da agricultura com relação às configurações entre os diferentes setores da economia, por outro, não é suficiente para explicar o campo como um todo” (idem, p. 35). Nos países onde a modernização foi mais intensa, os CAI não só incentivaram a industrialização (e a virtual emergência de NICs), senão que levaram à consolidação dos referidos “Novos Países Agrícolas” (NACs).

A esse respeito, Friedmann (1992, 1993) identifica dois efeitos associados à entrada de NACs na triada de complexos –trigo, pecuário e de não perecíveis– que caracterizaram o segundo regime alimentar. Em primeiro lugar, no tocante à participação no mercado mundial de alimentos, essas novas redes de relações levaram ao “fim irrevogável” da divisão entre primeiro e terceiro mundo, no sentido do maior número e complexidade dos pivôs (Ásia-Cone Sul, UE-exURSS, etc., se somaram ao agora mais intrincado pivô do Atlântico norte), mas isso não significa que haja um sistema interestal mais horizontal, bem pelo contrário, “para o terceiro mundo como um todo, a transformação de suas economias em plataformas de agroexportação, indensificou novas hierarquias globais entre o norte e o sul” (FRIEDMANN, 1993, p. 50). Em segundo lugar, o mesmo processo gerou novas divisões entre os países do Sul Global: i) os exportadores de petróleo, ii) os NICs, e iii) os mais empobrecidos.

Consideramos que na América Latina, pelo menos em parte, a segunda diferenciação está correlacionada com as zonas climáticas, pois os países do Cone Sul, ao se especializarem em cultivos temperados, totalmente integrados aos ditos complexos, tiveram mais incentivos para criar encadeamentos a montante e a jusante, epitomados nos CAI e sua impacto na industrialização da economia como um todo. Para entendermos melhor o último ponto, vamos falar sobre o caso brasileiro, em palavras de Friedmann, “o NAC mais importante”; a razão para esse resultado obedece, conforme a autora, à maneira em que o Estado guiou a agroindústria na década dos anos sessenta:

[...] uma combinação estratégica de políticas de expansão da fronteira agrícola, crédito e tributação para criar um setor pecuário intensivo baseado em grãos e soja de produção nacional. Não só isso, senão que os impostos à exportação de soja sem processar fomentaram o processamento nacional, já fosse por parte de corporações estatais ou privadas, nacionais ou transnacionais.

A organização estatal de CAIs, com destaque para a agroindústria processadora de soja, possibilitou a integração e combinação de circuitos de comercialização, tanto de matérias-primas, quanto de commodities com valor agregado; dessa maneira,

Brasil replicou e modernizou o modelo estadunidense de produção agroalimentar organizada pelo estado. Mudou o enfoque da política interna dos subsídios agrícolas à agroindústria, que aumentou o valor dos produtos básicos e não gerou excedentes. A política de exportação brasileira substituiu o enfoque dos EE. UU. na estabilização dos programas agrícolas nacionais, com ênfase nas exportações de alto valor agregado [FRIEDMANN, 1993, p. 46].

Assim, ao fomentar a agroindústria mais do que a produção agrícola não processada, o nascente agronegócio brasileiro não teve de lidar como o problema da superprodução crônica, focando sua atenção nas estratégias comerciais para se posicionar no mercado mundial, cada vez mais competido. Aliás, o aspecto “mais importante para as relações alimentares internacionais, (é que) o fenômeno NAC reviveu a intensa concorrência pela exportação nos mercados mundiais que existia antes do regime alimentar do pós-guerra, e transfere a vantagem dos exportadores aos importadores” (idem), não se trata exatamente de uma volta ao liberalismo oitocentista, mas de um neoliberalismo.

No final do regime mercantil-industrial, tais dinâmicas se registravam da seguinte maneira: em 1977, só cinco anos após o primeiro embargo de Nixon, Estados Unidos tinha perdido o monopólio da soja, exportando só 54,6% das sementes oleaginosas e farelos para rações e alimentos processados (*oilmeal*), essa tendência se intensificou, e após uma década representava apenas um sexto do mercado mundial, “exportou menos que Brasil e só um pouco mais que Argentina. China, Chile e Índia tinham se unido às filas dos maiores exportadores de derivados de oleaginosas” (FRIEDMANN, 1993, p. 47). Mas a questão não era só de ordem quantitativa, em termos qualitativos, “ironicamente, Estados Unidos reteve quase dois terços das exportações de sementes não processadas, enquanto Brasil exportou produtos com valor agregado”, se posicionando como a melhor alternativa à oferta estadunidense, especialmente de farelos de oleaginosas (*oilmeal*) (idem.).

É fácil se perder nesses dados de aparente sucesso, por isso, aqui vale lembrar as consequências ambientais e sociais da entrada do complexo soja brasileiro no mercado mundial, a qual, em palavras de Friedmann (1993, p. 47), “implicou uma complexa rede de transformações internacionais e sociais. Deu a Brasil uma vantagem competitiva numa economia alimentar internacional em evolução técnica e cada vez mais aberta, a um custo alto para as vítimas da transformação capitalista da economia agroalimentar”. Não vamos nos referir ao custo para a democracia, que é em si mesmo objeto para uma tese, centrando-nos nos aspectos relacionados à produção e consumo local de alimentos: a crescente dependência de insumos externos e poderes monopsonômicos, o arbítrio do Estado nas relações entre agricultores, a indústria de defensivos e adubos químicos, e a indústria processadora de alimentos, em favor dos dois últimos, a exploração do trabalho camponês, a standardização da dieta, etc.

No que resta do trabalho vamos abordar essa discussão, tentando apresentar elementos que nos ajudem a entender a mobilização social, manifesta nos momentos de crise e transição dos regimes mercantil-industrial e seu sucessor, o regime alimentar corporativo. Como sabemos, uma condição central do regime é a estabilidade relativa das regras que mediam as relações dos agentes envolvidos na produção, distribuição e consumo alimentares –preços, acordos, instituições, etc.–, no caso do segundo regime, a venda de grãos à União Soviética em 1972 quebrou a previsibilidade dos preços de referência, associados à superprodução (inerente ao modelo), sendo a consequência mais

importante a já referida reação do governo japonês. Vimos também que produtores públicos e privados de todas as latitudes aproveitaram essa conjuntura, Friedmann e McMichael são categóricos ao falar como, dessa maneira, as Corporações transnacionais começaram a socavar o liberalismo abigarrado da *pax americana*.

Mas esse não foi o único indicador do colapso da ordem pós Segunda Guerra Mundial, o efeito dominó começou numa das instituições basilares do Bretton-Woods, o padrão-ouro, até chegar ao âmago do poder comercial que tinha se constituído no pivô Atlântico: o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade*, GATT). Nesse sentido, tínhamos mencionado que houve rearranjos institucionais profundos, dentre os quais, McMichael (2014, p. 39) destaca a demissão de Addeke Boerma –Diretor-Geral da FAO– em 1975:

Isto foi num contexto de tensões geopolíticas exacerbadas por movimentos radicais de descolonização e uma breve afirmação da solidariedade do Terceiro Mundo através da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO)¹⁵¹ [...]

A instauração da Rodada de Uruguai, sem dúvida nenhuma, uma das respostas mais evidentes perante a perda do monopólio comercial estadunidense, será objeto do seguinte capítulo, no entanto, vamos olhar com um pouco mais de cuidado as reestruturações na FAO:

Os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), ameaçados pela ingovernabilidade do Terceiro Mundo, utilizaram as crises alimentar e do petróleo para debilitar o mandato institucional internacional da FAO sobre a alimentação e a agricultura. Substituíram um ‘mosaico de agências intergovernamentais politicamente convenientes, incluído o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), o Conselho Mundial de Alimentos (agora desaparecido) e uma agenda agrícola fortalecida no Banco Mundial’ (ETC GROUP, 2009). Como resultado, a FAO (uma instituição de um país, um voto) foi enfraquecida frente um complexo institucional que representa aos países donantes. A visão original da FAO desapareceu em 1986, quando o Banco Mundial redefiniu a Segurança Alimentar como a capacidade de comprar alimentos. Este foi o mesmo ano em que iniciou a Rodada de Uruguai de negociações GATT, que conduziu à formação da OMC em 1994 e à institucionalização do regime do ‘livre comércio’ necessário para uma visão de mercado da ‘Segurança Alimentar’.

Em contraste com esse olhar institucionalista da questão agroalimentar, o conceito de Soberania Alimentar proposto por *La Vía Campesina*, oferece uma abordagem ampla, multidimensional e que evolui em concordância com as mudanças sociais; desde a proposta original, lançada como alternativa às políticas neoliberais prescritas na Cúpula Mundial da Alimentação (1996), temos chegado à definição atual como “o DIREITO dos povos, de seus Países ou Uniões de Estados a definir sua política agrária e alimentar, sem dumping frente a países terceiros”,¹⁵² tendo como pilares a produção local, a reforma agrária popular, o direito dos camponeses e camponesas a definir o que cultivar, e dos consumidores e consumidoras a escolher o que comer, a proteção das

¹⁵¹ Incitativa pela construção de uma arquitetura interestatal mais horizontal, que surgiu na década de 1960, com a participação destacada do Movimento dos Não-Alinhados.

¹⁵² Definição disponível em: <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/>

sementes, a água e todos os bens comuns, e o reconhecimento do papel das mulheres na agricultura e a alimentação.

Nas três décadas que intercorreram o Tratado de Paris de 1947 e o primeiro embargo à União Soviética, em todos os países latino-americanos houve mudanças políticas, econômicas, demográficas, e em infraestrutura; não conseguimos aqui falar sobre as rupturas políticas em ambos os extremos do espectro político (em Bolívia, Cuba, Chile, Nicarágua, Argentina, Brasil, Uruguai), nem nas complexas guerras civis (em Colômbia e toda América Central, com exceção de Costa Rica e Panamá), mas há uma inegável conexão entre essa variável e a dinâmica econômica dos países (BÉRTOLA E OCAMPO, 2010). Nesse período, a urbanização da América Latina atingiu um ritmo inédito na história da humanidade, com uma média anual de 4,4%, há um crescimento demográfico acompanhado de mudanças na estrutura etária (um rejuvenescimento), e uma incorporação maciça do trabalho produtivo das mulheres nas cidades. Quais as intersecções entre as esferas produtiva e reprodutiva nesse mundo cambiante?

Manos de mujeres

Marta Gómez

*Mano fuerte va barriendo, pone leña en el fogón
Mano firme cuando escribe una carta de amor*

*Manos que tejen haciendo nudos
Manos que rezan, manos que dan
Manos que piden algún futuro
Pa' no morir en soledad ¡Ay! ¡Ay!*

*Mano vieja que trabaja
Va enlazando algún telar
Mano esclava va aprendiendo
A bailar su libertad*

*Manos que amasan curtiendo el hambre
Con lo que la tierra les da
Manos que abrazan a la esperanza
De algún hijo que se va ¡Ay! ¡Ay!*

*Manos de mujeres
Que han parido la verdad
Manos de colores aplaudiendo algún cantar*

*Manos que tiemblan, manos que sudan
Manos de tierra, maíz y sal
Manos que tocan dejando el alma
Manos de sangre, de viento y mar ¡Ay! ¡Ay!*

4. REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

“E não se passará talvez nem meio século, e não encontrareis mais ali nem café nem açúcar, pois as Índias Orientais, através de uma produção mais barata, já enfrentaram vitoriosamente este pretenso destino natural das Índias Ocidentais. E estas Índias Ocidentais com seus dons naturais já são para os ingleses um fardo tão pesado quanto os tecelões de Dacca, que, eles também, estavam destinados desde a origem dos tempos a tecer à mão”.

Karl Marx. Discurso sobre o livre comércio. A miséria da filosofia.

No capítulo anterior percorrimos a história contemporânea da América Latina e sua estreita relação com a geopolítica dos alimentos, desde as rupturas e continuidades com a Colônia, até a transição republicana; vimos que nosso continente foi causa e consequência da expansão mercantilista que a Europa foi espalhando pelos quatro cantos do mundo, e do posterior desenvolvimento industrial, (...) “no entanto, a integração precoce na economia mundial e a independência política não representaram autonomia econômica para a América Latina quando uma fase mais profunda de integração econômica mundial começou nas últimas décadas do século XIX” (OCAMPO, 2004, p. 726), como pudimos evidenciar no regime alimentar colonial-diaspórico. O século XX implicou um aprofundamento desse mesmo modelo, já sob a hegemonia estadunidense, expressada no regime alimentar mercantil-industrial. A continuação, vamos estudar a forma e o conteúdo do terceiro regime alimentar, e quais as implicações para as sociedades latino-americanas, nessa virada ao século XXI.

4.1. REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO

A partir da conformação do primeiro regime alimentar foram se configurando condições que derivaram no fortalecimento do poder corporativo; no período atual –caracterizado pelo auge do capital financeiro como principal herança da ordem pós Bretton Woods–, a instabilidade é a moeda corrente, e a produção agrícola não é alheia a essa condição. Vimos que as crises econômicas dos anos setenta marcaram o fim do regime alimentar mercantil-industrial, e começaram a dar forma ao presente regime, com as companhias transnacionais como agente central da geopolítica dos alimentos; no entanto, há também uma multiplicação de plataformas que buscam visibilizar e interconectar as alternativas que, anônima e tenazmente, vêm sendo reproduzidas desde o mesmo momento em que *Abya-Yala*¹⁵³ passou a ser América, e a modernidade quis engolir tudo o que fosse diferente.

A proposta mais contundente é, sem lugar a dúvidas, Via Campesina, cujo horizonte ético, teórico e programático se cristaliza na Soberania Alimentar, como construção coletiva e popular. Contudo, as contradições do *regime alimentar corporativo* não se limitam a uma oposição maniqueísta entre agriculturas camponesas e agronegócio, que são só os dois extremos mais evidentes, entre eles há uma nuance de agentes e agendas, razão pela qual as relações se intrincam e os típicos padrões de exploração norte-sul se tornam bem mais complexos; vale ressaltar que o

¹⁵³ Ver nota 93.

conflito de interesses se dá principalmente no lado corporativo dessa equação que, em consequência, foge constantemente do equilíbrio, assim, o modelo do agronegócio se trata menos de uma unidade acabada e coesa, e mais de um projeto para dar saída às crises permanentes do capital, intensificadas nas últimas quatro décadas.

Vamos então retomar a história do neoliberalismo e da OMC. Tínhamos entrado no último episódio da Guerra Fria, tanto o governo estadunidense quanto o soviético moviam suas fichas no tabuleiro geopolítico, com enormes repercussões no sistema agroalimentar global: a sucessão de estratégias contraditórias –acordos comerciais/embargos– gerou instabilidade no mercado mundial de grãos e cereais, beneficiando os grandes produtores, os atravessadores e a especulação. Quem perderam? em palavras de Friedmann (1993, p. 38), “a princípios da década do setenta o regime alimentar tinha capturado o terceiro mundo com uma tesoura. Uma lâmina era a dependência da importação de alimentos. A outra era a baixa dos ingressos das exportações tradicionais de cultivos tropicais”; na perspectiva do agronegócio, a saída para essa armadilha era, de um lado, a integração nos complexos pecuário e de não perecíveis, e do outro, os cultivos não tradicionais (NTC), comprovando-se uma combinação de ambas na América Latina.

Nesses acontecimentos pouco aludidos da Guerra Fria podemos evidenciar quão fundamentais são as relações de produção e comercialização dos alimentos para o exercício do poder, e quão implícitas são essas ordens; sabemos que as peripécias nas transações entre os blocos capitalista e soviético puseram de manifesto a dependência estadunidense das agroexportações, e a importância do campo socialista para o mercado mundial,

Sem embargo, em menos de uma década, o mercado soviético, o qual tinha se convertido no segundo maior do mundo, colapsou de maneira efetiva. No transcurso da década de 1980, as importações soviéticas começaram a ser sustentadas pelas mesmas práticas comerciais que Estados Unidos tinha aplicado anteriormente em Europa, Japão e o Terceiro Mundo. Um alto nível de garantias e bonificações, quer dizer, subsídios, manteve as compras soviéticas a Estados Unidos em 1990 e 1991. No 12 de dezembro de 1991 o presidente Bush ofereceu à URSS mil milhões de dólares em garantias creditícias para rações. Entre 1987 y 1991, Estados Unidos outorgou mais de \$ 708 milhões em bonificações pela compra de trigo. Nesse momento, as vendas subvencionadas de Estados Unidos à União Soviética representavam uma proporção tão grande do comércio mundial que cada transação deprimia ainda mais os preços [FRIEDMANN, 1993, p. 42]

Por isso, Friedmann (1992, p. 371) ressalta como “agora está claro que as relações estáveis, porém desiguais, do regime alimentar do pós-guerra estavam ligadas aos blocos comerciais mutuamente excludentes da Guerra Fria. Os blocos proporcionaram o marco para a descolonização e a construção das economias nacionais, incluída a alimentação e a agricultura, no Terceiro Mundo”. No entanto, nosso foco é o bloco capitalista, cuja ingerência na América Latina é mais direta (inclusive em Cuba que, apesar de pertencer ao bloco socialista, tem sido afetada pelas decisões dos governos dos Estados Unidos). Mais adiante veremos que o poder estadunidense está em xeque, como se evidencia nos chamados déficits gêmeos (público e de balança de pagamento), e na instabilidade do sistema monetário internacional, porém, ele continua sendo crucial na nova ordem.

Ainda por cima, à medida que a cortina de ferro caía, o conflito entre Estados Unidos e a União Soviética tomava novos cursos, “as guerras comerciais iminentes levaram a lutas sobre se, como e com que rapidez incluir produtos agrícolas nas negociações do GATT, e implicitamente a intentos coordenados dos principais exportadores para reduzir os excedentes de cereais nacionais” (FRIEDMANN, 1992, p. 373). Uma vez que tais guerras comerciais não puderam ser resolvidas na Sétima Conferência do GATT –Rodada de Tóquio–, na Reunião Ministerial celebrada em 1982 se acordou a criação de um Comitê Preparatório para a Oitava Conferência, que seria celebrada em 1986 em *Punta del Este*. Devemos frisar ainda que nessa transição entre o findo regime mercantil-industrial e o seu sucessor foi liberalizado e desregulado o capital financeiro (THOMSON E DUTTA, 2018), e como consequência, novos agentes e alinhamentos começam a emergir.

O GATT requeria de uma reestruturação condizente com esses movimentos, instaura-se assim a Rodada de Uruguai, em setembro de 1986, sob os princípios de transparência nas negociações, para o desmantelamento das restrições ao comércio (*roll back*), *Status quo* ou *stand still*, ou seja, compatibilidade com as disposições do Acordo Geral, e universalidade, indicando que só se chegaria a um acordo quando tudo estivesse negociado. A agenda de negociações aprovada pelos ministros constava de cinco pontos:¹⁵⁴

1. Acesso aos mercados a. Tarifas, b. **Medidas não tarifárias**, c. **Produtos tropicais** d. **Produtos obtidos da exploração de recursos naturais**.
2. Introdução de novos setores no Acordo a. **Agricultura** b. Têxteis e vestido c. Serviços.
3. Revisão do Acordo a. **Revisão dos códigos acordados na Rodada de Tóquio** b. Código de Salvaguardas c. Solução de diferenças.
4. Temas novos a. **Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o comércio** b. Investimentos relacionados com o comércio.
5. Funcionamento do GATT a. Vigilância do GATT das políticas comerciais b. Melhoramento da eficácia na tomada de decisões no GATT c. **Fortalecimento da relação do GATT com outros organismos internacionais para uma maior coerência na formulação da política económica mundial**.

Como podemos ver, entre esses pontos não estava a criação da OMC (empresa que tinha tido duas tentativas falidas no passado), mas a finais de 1990 a delegação canadiana obteve o respaldo da Comunidade Europeia para apresentar a proposta, que acabou sendo subscrita na Ata final da Rodada (Acordo de Marraqueche), a pesar da oposição inicial dos Estados Unidos. Aqui enfatizaremos duas das principais polêmicas do comércio internacional tratadas no marco da rodada: a inclusão de

¹⁵⁴ Para uma revisão detalhada das negociações do comercio internacional desde a criação do GATT até a OMC, embora desde uma visão da Economia neoclássica, ver: MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional: del GATT a la OMC**. Barcelona, La Caixa, 2001.

produtos agrícolas no GATT (que relacionamos com os pontos 1.c, 1.d., 2.a. e 4.a.), e as medidas não tarifárias que, de uma ou outra maneira, afetam a participação do Sul Global no mercado mundial (pontos 1.b., 3.a., 4.a. e 5.c.).

Ambas as polêmicas estão estreitamente vinculadas, no primeiro caso, vimos na introdução que a agricultura sempre foi um tabu nas instâncias internacionais do comércio, e isto foi se agudizando durante a conturbada década dos anos setenta, quando a superprodução crônica de grãos e cereais chegou a níveis insustentáveis, desestabilizando o mercado mundial de alimentos, via subsídios à exportação, acordos e embargos, sendo o caso paradigmático o já referido ciclo de rixas e aproximações comerciais, entre Estados Unidos e a declinante União Soviética. Para entendermos melhor essa controvérsia, devemos lembrar que os acordos do GATT restringiam o uso dos mecanismos tarifários para proteger a produção doméstica, conseqüentemente, em resposta à instabilidade econômica herdada dessa década, começaram a levantar-se barreiras não tarifárias (regulamentações técnicas –sanitárias e fitossanitárias–, valorações alfandegárias, subsídios e subvenções à produção e à exportação, licenças de importação, etc.).

Esse tópico apenas foi abordado pela primeira vez na Rodada de Tóquio, onde se criou um quadro normativo para práticas comerciais medulares: Código anti-*dumping*, Código sobre subvenções e direitos compensatórios, Código de normas ou obstáculos técnicos ao comércio, Código de licenças, Código de valoração em alfândegas e Código sobre compras públicas. Porém, na realidade esses códigos careciam de um estatuto de aplicabilidade, havendo um enrijecimento de práticas de comércio desleal –em especial do *dumping*–, pela persistência das principais potências agroalimentares –Estados Unidos e a União Europeia– em subsidiar não só a produção agrícola (em particular, o agronegócio), senão as exportações; assim, começou a constatar-se que, à medida que os países do Norte Global tomavam medidas mais protecionistas para evadir os ciclos recessivos próprios da economia pós-Bretton Woods, aumentava a discrepância entre o regime geral do GATT e os regimes especiais.

É um cenário dúbio, cujo fio condutor são as corporações transnacionais, e que tem, de um lado, o protecionismo para o comércio de bens –com destaque para os alimentos– no Norte Global, do outro, a liberalização generalizada do capital financeiro, e crescente liberalização no mercado de serviços, bem como a abertura unilateral das economias latino-americanas, dentro dos Programas de Ajuste Estrutural (PAE), que os organismos multilaterais impulsionaram como recurso para a crise da dívida dos anos oitenta (conhecida como “década perdida” pela historiografia neoliberal). Este último aspecto é central para nossa tese, e será discutido desde várias arestas, agora queremos destacar a eclosão de vozes de descontentamento no Sul Global no marco da Rodada de Uruguai, muitas delas vindas do próprio agronegócio, dentro das quais as delegações da América Latina, que reclamavam

facilidades para o comércio de produtos agrícolas e algumas confecções, como contrapartida para a abertura econômica. Não vamos fazer referência ainda às iniciativas dos movimentos sociais.

No que compete às coalizões para a exportação de produtos agrícolas, ressaltamos o G20, “(...) que exerce pressão para que se efetuem reformas ambiciosas da agricultura nos países desenvolvidos, com flexibilidade para os países em desenvolvimento (sic.)”, o Grupo de Produtos Tropicais, que pede maior acesso no comércio global para esse tipo de mercadorias, e o Grupo de Cairns (site da OMC),¹⁵⁵ cuja proposta era a congelamento imediato dos apoios diretos aos preços (*price support*). O Grupo de Cairns é um agente central na atual geopolítica dos alimentos, constituído logo em 1986, agrupa hoje a dezenove países agroexportadores, aprofundando sua influência nas discussões sobre o *dumping*, sem que isso implique uma convergência absoluta entre seus membros, tão heterogêneos como Austrália, Canadá, Vietnã, ou os nove países latino-americanos que o conformam: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai. Mais relevante ainda, o Grupo de Cairns é portabandeira do agronegócio na região.

Simultaneamente, o BM o FMI e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, comissionaram um estudo a John Williamson, do Instituto Internacional de Economia (*International Institute for Economy*), quem apresentou seus resultados numa palestra em novembro de 1989, intitulada: Ajustes latino-americanos: quanto tem se verificado? (“*Latin American Adjustment: how much has happened?*”), embora terminasse sendo popularizada pelo epíteto, Consenso de Washington; o propósito do dito trabalho era questionar a validade das políticas cepalinas após a “década perdida”, apresentando dez pontos que os ditos organismos multilaterais adotaram como sua política econômica, o que na prática implicava o abandono do Estado como principal impulsionador do desenvolvimento nacional:

1. Disciplina fiscal;
2. Política pública focalizada a través de subsídios, não universal;
3. Reforma tributária para ampliar a base de arrecadação via impostos marginais moderados;
4. Taxas de juros determinadas pelo mercado;
5. Taxas de câmbio competitivas;
6. Liberalização do comércio;
7. Liberalização do mercado de capitais e do investimento estrangeiro direto;
8. Privatização de empresas estatais;
9. Desregulação das medidas de proteção ao mercado doméstico e das restrições à concorrência;
10. Segurança jurídica para os direitos de propriedade.

Conforme Svampa (2018, p. 26), os PAE promulgados pelo Consenso de Washington, estão inseridos numa agenda “(...) baseada numa política de ajustes e privatizações, bem como na

¹⁵⁵ A listagem completa de coalizões de países e quais seus membros está disponível no site da OMC, https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/groups_by_country_e.htm.

valorização financeira, que terminou por redefinir ao Estado como um agente meta-regulador. Adicionalmente, o neoliberalismo operou uma sorte de homogeneização política na região, marcada pela identificação ou forte proximidade com as receitas do Banco Mundial”.

Quadro 4. Cronologia das Rodadas de Uruguai e Doha

Rodada de Uruguai	<p>Novembro de 1982: Reunião Ministerial do GATT</p> <p>Novembro de 1985: Comitê Preparatório da Oitava Conferência do GATT</p> <p>Setembro de 1986 –Punta del Este: Instauração da Rodada</p> <p>Julho de 1987: Primeira fase das negociações sobre a agricultura, com destaque para as delegações estadunidense, europeia, o Grupo de Cairns e a OECD (estimativa de suportes ao produtor, PSE)</p> <p>Dezembro de 1988 –Montreal: Balanço ministerial a metade do período (previsto). Colapso da primeira fase de negociações sobre a agricultura</p> <p>Abril de 1989 –Genebra: Conclusão do balanço ministerial. Retomada das negociações sobre a agricultura (segunda fase), compromisso para a redução progressiva de subsídios que distorcem o comércio</p> <p>Junho de 1990: Proposta do presidente do Grupo Negociador sobre Agricultura, Aart de Zeeuw, acolhida pelos Estados Unidos e o Grupo de Cairns, mas rejeitada pela União Europeia</p> <p>Dezembro de 1990 –Bruxelas: A Reunião Ministerial que em teoria clausuraria a rodada termina num estancamento, em boa parte pelo fracasso nas negociações sobre agricultura</p> <p>Fevereiro de 1991: Retomada das negociações sobre a agricultura (terceira fase), para discutir os detalhes de um potencial Acordo sobre a Agricultura</p> <p>Dezembro de 1991 –Genebra: Termina o primeiro projeto da Ata Final. O Diretor-Geral do GATT, Arthur Dunkel, apresenta a proposta de Acordo sobre Agricultura (<i>Dunkel Draft</i>)</p> <p>Novembro de 1992 –Washington: Estados Unidos e a União Europeia avançam na resolução de suas diferenças em matéria de agricultura (Acordo de “<i>Blair House</i>”)</p> <p>Julho de 1993 –Tóquio: Estados Unidos, UE, Japão e Canadá anunciam progressos nas negociações sobre acesso aos mercados na Cúpula do G7 (Quadrilateral)</p> <p>Dezembro de 1993 –Genebra: Finaliza a maior parte das negociações (prosseguem algumas conversações sobre acesso aos mercados)</p> <p>Abril de 1994 –Marraqueche: Assinatura dos Acordos</p> <p>Janeiro de 1995 –Genebra: Criação da OMC; entram em vigor os Acordos</p>
Rodada de Doha	<p>1997–2000: Início das conversações nas esferas da agricultura, os serviços, e a propriedade intelectual</p> <p>Novembro de 2001 –Doha: Inauguração do Programa para o Desenvolvimento</p> <p>Setembro de 2003 –Cancun: Realização do exame ministerial a metade do período (previsto), sem acordo</p> <p>Agosto de 2004: Acordo-quadro do Conselho Geral</p> <p>Dezembro de 2005 –Hong Kong: Compromisso durante a Conferência Ministerial por parte dos países ricos em eliminar seus subsídios para as exportações até 2013</p> <p>Junho de 2006 –Genebra: Suspensão da reunião do G6 por não chegar a um acordo</p> <p>Julho de 2008: Avanço nas negociações sobre apoio interno, acesso aos mercados e concorrência na exportação (“Pacote de julho de 2008”)</p> <p>Julho de 2008 –Genebra: Suspensão da reunião ministerial por não chegar a um acordo sobre modalidades para a agricultura e os produtos não agrícolas</p> <p>Dezembro de 2013 –Bali: Acordo pela simplificação de trâmites nas alfândegas, impulso do governo indiano para a concessão de um prazo para que os países não desenvolvidos subsidiem sua agricultura (“Pacote de Bali”)</p> <p>Dezembro de 2015 –Nairóbi: Decisões ministeriais pela eliminação dos subsídios às exportações, salvaguarda e trato preferencial para países não desenvolvidos (PMA), estoque público para segurança alimentar, medidas relacionadas com o algodão (“Pacote de Nairóbi”)</p>

Fontes: Site da OMC: www.wto.org/ e International Agricultural Trade Research Consortium (1994).

Para darmos fim a esse brevíssimo recorrido pela Rodada de Uruguai e conformação da Organização Mundial do Comércio, vamos falar da estrutura e das funções desse organismo, com o qual se consumava o tripé do sistema interestatal: BM-FMI-OMC. Quanto à estrutura, em termos gerais se manteve a do GATT: Conferência de ministros e Conselho Geral, desse último dependem os Conselhos e Comitês especializados, o Órgão de apelação e os Acordos Plurilaterais, por último, dentro dos Conselhos se criaram três grupos temáticos: o Conselho de Comércio de Mercadorias, o Conselho de Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio e o Conselho de Comércio de Serviços (ver anexo 6). No que se refere às funções da OMC, queremos destacar a quinta:

Com o fim de lograr uma maior coerência na formulação das políticas econômicas a escala mundial, a OMC cooperará, conforme proceda, com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento [atual Banco Mundial] e seus organismos conexos [artigo III do Acordo de Marraqueche, online].

Como veremos em parágrafos e seções a seguir, as questões dos direitos de propriedade intelectual e da cooperação entre a OMC, o FMI e o BM, têm tido profundos impactos no espaço agrário latino-americano. Os eventos mais marcantes na conformação da OMC, com destaque para o Grupo Negociador sobre Agricultura, se resumem no quadro 4.

Uma das primeiras tarefas da OMC foi a implementação do Acordo sobre a Agricultura (AOA) que, no meio de diversas vicissitudes, conseguiram pactuar os participantes da Rodada, ficando consignado no Anexo 1. do “Acordo sobre o Comércio de Bens”, que foi um dos capítulos cruciais do “Acordo que Cria a Organização Mundial do Comércio”, documento final das negociações. O Consórcio Internacional de Pesquisa sobre Comércio Agrícola (IATRC, pela sigla em inglês), apontava com entusiasmo, poucos meses depois da clausura da Rodada de Uruguai, que o AOA implicava uma “mudança qualitativa” ao tentar delimitar as políticas agrárias mais distorcedoras de preços, já que “no passado, os governos tiveram muita margem para definir suas políticas agrícolas como considerassem adequado para os interesses nacionais, tratando a agricultura como um caso especial no marco das normas comerciais” (IATRC, 1994, p. 5).

Revisaremos quão fundamentado era o entusiasmo do Consórcio Internacional de Pesquisa sobre Comércio Agrícola, partindo do já referido paradoxo da liberalização do comércio de produtos agrícolas promovida pela OMC, que, de um lado, consolidava a comoditização dos alimentos, e do outro, consentia a permanência de subsídios (ou compartimentos, na sua terminologia), sob o princípio de semáforo (caixas âmbar, azul, verde e de desenvolvimento), mas antes de tocar nesse tema, vamos falar sobre a estrutura do AOA, que se resume no quadro 5. No que respeita ao primeiro ponto, o acesso ao mercado, em teoria “(se converteriam) todas as barreiras não tarifárias à importação em tarifas consolidadas”, para assim “remover uma série de técnicas deixadas numa zona

cinzenta, as quais eram empregadas pelos países para controlar as importações, como os gravames variáveis, que escaparam ao disciplinamento do GATT” (IATRC, 1994, p. 9).

Quadro 5. Estrutura do AOA

	Regras	Liberalização	Salvaguardas
Acesso ao mercado	<ul style="list-style-type: none"> •Mudança de medidas não tarifárias a tarifas •Estabelecer cotas tarifárias •Vincular todas as tarifas 	<ul style="list-style-type: none"> •Reduzir tarifas existentes e novas em 36% em média ao longo de seis anos •Reduzir as tarifas para cada item em 15% 	<ul style="list-style-type: none"> •Oportunidades de acesso garantidas para os exportadores através de cotas tarifárias •Medidas especiais para importadores
Concorrência em exportações	<ul style="list-style-type: none"> •Limites definidos para os subsídios à exportação existentes •Não novos subsídios à exportação 	<ul style="list-style-type: none"> •Reduzir o gasto em 36% ao longo de seis anos •Reduzir o volume em 21% ao longo de seis anos 	<ul style="list-style-type: none"> •Adesão às regras de ajuda alimentar •Posterior negociação dos créditos de exportação
Subsídios domésticos	<ul style="list-style-type: none"> •Compartimento verde definido para subsídios permitidos 	<ul style="list-style-type: none"> •Reduzir o nível agregado de ajudas distorcedoras do comércio em 20% ao longo de seis anos 	<ul style="list-style-type: none"> •Isenção de muitos subsídios dos países em desenvolvimento (sic.) •Isenção de pagamentos sob programas de limitação à produção

Tomado de: International Agricultural Trade Research Consortium (IATRC, 1994, p. 7).

Em quanto à concorrência em exportações, entramos num dos maiores tabus do comércio agrícola: os subsídios à exportação. Os países signatários do AOA se comprometeram a proibir novas subvenções desse tipo, e, “mais importante, baseados nos níveis passados dos subsídios à exportação, (aceptavam) individualmente compromissos juridicamente vinculativos sobre subsídios máximos no futuro (artigo 3)” (IATRC, 1994, p. 10). Dentro desses compromissos ressaltamos: a redução no orçamento destinado a ajudas à agroexportação de 36%, e do volume das exportações subvencionadas em 21%, em até seis anos (com níveis de referência 1986-1990), para 22 categorias de produtos; sob o princípio de tratamento diferenciado, os países ditos em desenvolvimento tinham um prazo maior (de dez anos), e umas porcentagens de redução menores (22% e 14%, respetivamente).

Por fim, no tocante aos subsídios domésticos à produção agrícola –o outro tema tabu–, parte-se da Medição Global da Ajuda (MGA, artigo 1 e Anexos 3 e 4 do AOA), um indicador que não só inclui o gasto público nas referidas subvenções, senão também o manutenção de alguns instrumentos de política econômica, como os preços administrados (definidos pelo governo, para servirem de referência aos preços de mercado), o primeiro tipo de despesa se denomina “ajuda outorgada a produtos específicos” e o segundo “ajuda não referida a produtos específicos”. O compromisso pactuado no AOA era a redução da MGA em 20%, para os chamados países desenvolvidos, ao longo de seis anos (a partir do período de referência), e de 13% em dez anos, para os ditos em desenvolvimento. No entanto, embora os níveis máximos da MGA sejam definidos pela OMC, também foi adotado um sistema para classificar o grau de distorção gerado pelas políticas agrícolas, fato que na prática tem levado a novas zonas cinzentas.

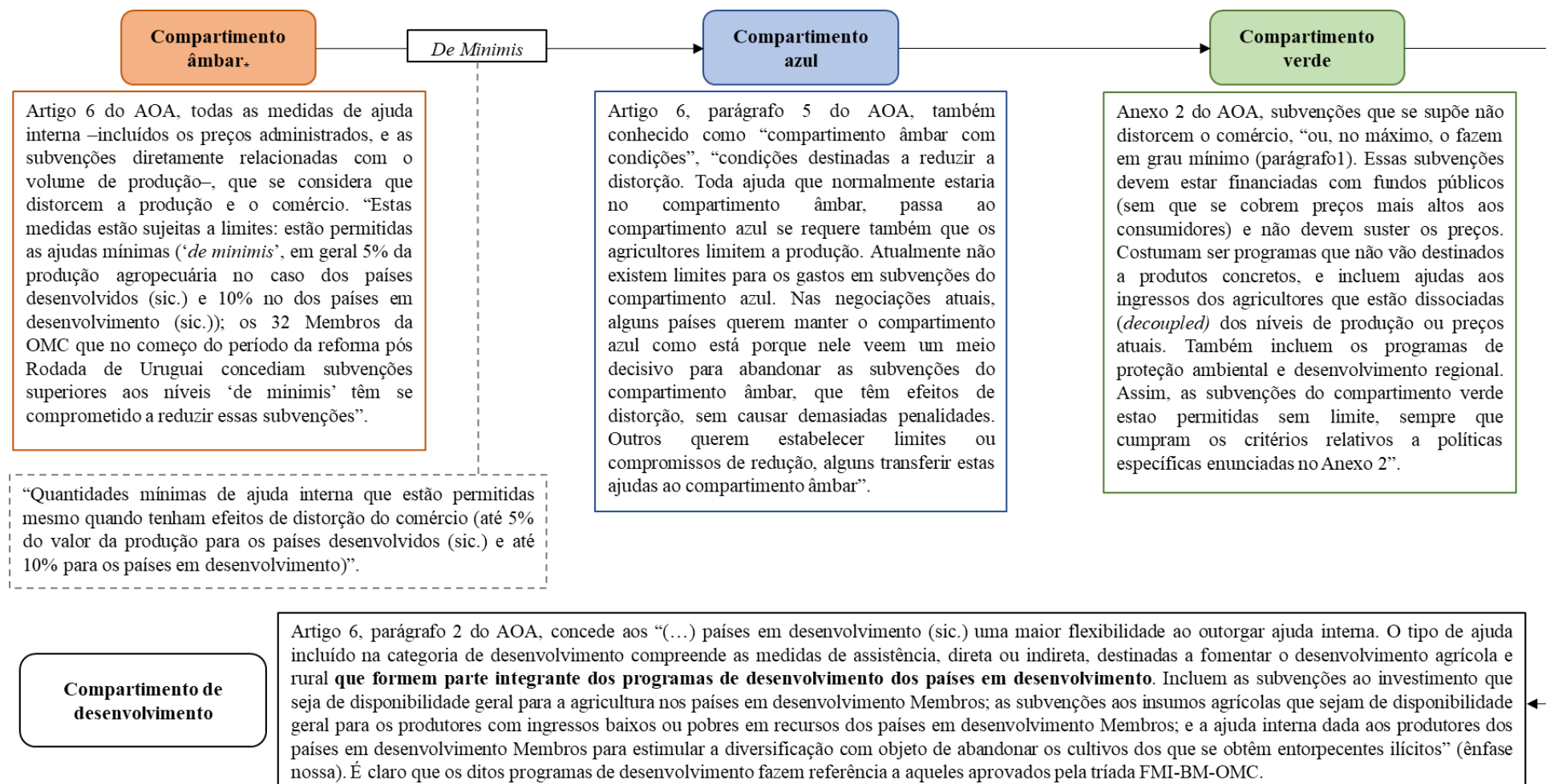
Esse sistema taxonômico contempla três caixas ou compartimentos, codificados com as cores âmbar, azul e verde, mais o chamado compartimento de desenvolvimento, que obedece ao princípio de tratamento diferenciado; como aponta no seu site oficial, a lógica seguida pela OMC é a do semáforo: “verde (subvenções permitidas), âmbar (subvenções sujeitas a redução) e vermelho (subvenções proibidas)”, porém, “como habitual, no setor da agricultura as coisas são mais complicadas. O Acordo sobre a Agricultura não tem compartimento vermelho, mesmo que a ajuda interna que sobrepassasse os níveis de compromisso de redução no compartimento âmbar esteja proibida”. Na imagem 11 aprofundamos no sistema de compartimentos da OMC para a agricultura, estes estão graduados de esquerda a direita, desde os subsídios mais distorcedores (caixa âmbar), até os permitidos (caixa verde).

Apesar de sua apariência de completude, o sistema de compartimentos não está isento de desavenças, como veremos mais adiante, a propósito da caixa verde e os subsídios aos agrocombustíveis, levando em consideração que o orçamento destinado a áreas como ajuda alimentar nacional e proteção ambiental não entram no cálculo da MGA (ver imagem 11), fato que não é problemático por si só, senão devido ao uso discricionário dessa medida, que tem se traduzido na efetiva distorção do comércio mundial.¹⁵⁶ Para dimensionarmos essa questão, devemos sublinhar que, no marco das negociações, enquanto a totalidade dos países do Norte Global subsidiavam seu setor agrário, “(...) somente quarenta (de pouco mais de cem) países em desenvolvimento (sic.) reportaram ante a OMC ajudas domésticas a sua agricultura e todos dentro dos limites permitidos”, além disso, “unicamente vinte e sete destes países reportaram subsídios para insumos para pequenos produtores e só dez manifestaram outorgar subsídios à exportação” (SUÁREZ, 2008, p. 184).

De maneira contrastante, em 1988, no meio da Rodada de Uruguai, os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que então agrupava os Estados mais poderosos, destinavam montantes de entre 8,5% e 92,4% do seu PIB agrícola aos subsídios (ver tabela 1), “uma porção muito alta deste suporte se conservou após tal Rodada” (SUÁREZ, 2008, p. 185). Mais uma vez, não estamos sugerindo que os subsídios agrícolas sejam nocivos, aliás, defendemos o tratamento diferenciado da agricultura e a alimentação dentro da política econômica e o ordenamento do espaço, sem embargo, quando a existência de zonas cinza nas regulamentações globais se intersecciona com as relações de poder inerentes ao atual sistema interestatal, temos como resultado mais provável um viés a favor dos agentes poderosos, fato evidenciado na brecha entre as medidas protecionista para a agricultura nos hemisférios norte e sul.

¹⁵⁶ Para aprofundar nessa importante discussão do compartimento verde ver, por exemplo: GALPERÍN, Carlos; DOPORTO, Ivana. Green box subsidies and trade-distorting support: is there a cumulative impact? Em: Ricardo Meléndez-Ortíz, Christophe Bellmann y Jonathan Hepburn (editores), *Agricultural Subsidies in the WTO Green Box: Ensuring Coherence with Sustainable Development Goals*. Editado pelo International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD). Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 239-258.

Imagem 11. Sistema de compartimentos ou caixas da OMC



Elaboração própria, a partir do site da OMC: <https://www.wto.org/>.

*Países que podem usar a caixa âmbar: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, União Europeia, Ex República Iugoslava de Macedônia, Islândia, Israel, Japão, Jordânia, Coreia, México, Moldova, Montenegro, Marrocos, Nova Zelândia, Noruega, Papua Nova Guiné, Federação de Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Suíça-Liechtenstein, Taipei Chinês, Tadjiquistão, Tailândia, Tunísia, Ucrânia, Estados Unidos, Venezuela, Vietnã.

Tabela 1. Equivalente do Subsídio aos Produtores Agrícolas (ESP) declarado pelos países da OCDE na Rodada de Uruguai

País	ESP (percentagem do PIB agropecuário)
Austrália	14,9
Áustria	56,3
Canadá	46,8
Comunidade Europeia	53,9
Finlândia	78,8
Japão	55,9
Nova Zelândia	8,5
Noruega	92,4
Suécia	53,5
Suíça	80,5
Estados Unidos	41,4

Tomado de: Suárez (2008, p. 185).

No “Atlas do agronegócio”, da Fundação Heinrich Böll e a Fundação Rosa Luxemburgo (2018, p. 34), se retrata uma das arestas que explica essa diferenciação entre o norte e o sul globais: o emaranhado assunto das barreiras não tarifárias ao comércio. Para começar, no gráfico 1 se apresenta a evolução dos acordos comerciais (regionais e bilaterais), desde a criação da OMC até 2016 (ano que, como sabemos, marca uma crise no modelo de comoditização da agricultura), esses acordos facilitaram o aumento do valor das exportações mundiais de alimentos em cinco vezes e em quatro vezes no valor das exportações agrícolas, entre 1990 e 2014. No marco desses acordos é fácil evidenciar a progressiva sujeição do Estado ao poder corporativo:

Corporações do agronegócio global têm desempenhado e continuam a desempenhar um papel fundamental nas negociações comerciais. Elas têm, frequentemente, acesso privilegiado aos negociadores oficiais, e fazem sua influência ser bastante sentida. Na Rodada Uruguai, o negociador-chefe dos EUA para a agricultura foi contratado pela Cargill, uma gigante das commodities, tanto antes como depois da realização das negociações comerciais. Ele pôde moldar a estrutura do acordo conforme os interesses de seu antigo e futuro empregador.

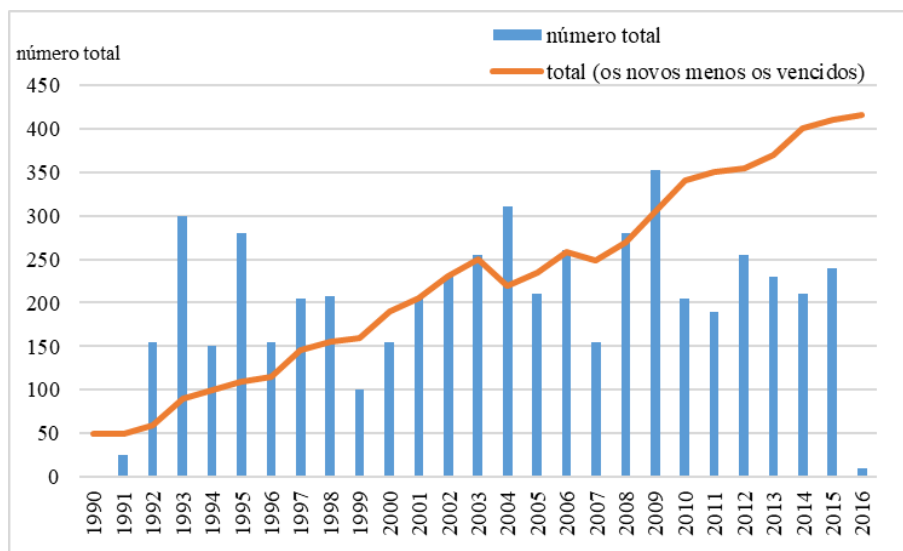
Como resultado, as fundações Heinrich Böll e Rosa Luxemburgo calculam que na atualidade existem mais de 420 acordos comerciais bilaterais e mais 2.900 acordos bilaterais de investimento; é claro que esse tipo de tratados opera transformações no espaço agrário, de maneira direta e indireta, pois, como expõe Santos (1986), à medida que a economia se torna mais dependente da instância da circulação, se facilitam os deslocamentos espaço-temporais do capital (para usar o termo de Harvey), e portanto, sua capacidade de explorar novos ramos e novos territórios.

Conforme Santos (1986, p. 19), uma das vias para entendermos como operam essas transformações é a institucionalidade, uma vez que as “as grandes corporações (...) não só impõem regras internas de funcionamento, senão que intervêm na criação de normas sociais a um nível mais amplo que o de sua ação direta, competindo com as instituições, e incluso com o Estado”, mecanismo que transparece, por exemplo, no “sistema de resolução de controvérsias investidor-Estado”,

[...] que contém cláusulas abrangentes que concedem aos investidores estrangeiros direitos exclusivos para desafiar políticas governamentais e decisões judiciais, prejudicando efetivamente o Estado de direito. Permite ainda que as empresas processem um governo estrangeiro signatário do tratado; elas podem reivindicar indenizações se o governo impor um novo regulamento que diminua os lucros futuros esperados. As empresas podem, portanto, prejudicar os objetivos das políticas públicas, como aqueles relativos à segurança alimentar, à saúde, à proteção ambiental e aos direitos dos trabalhadores [FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2018, p. 34].

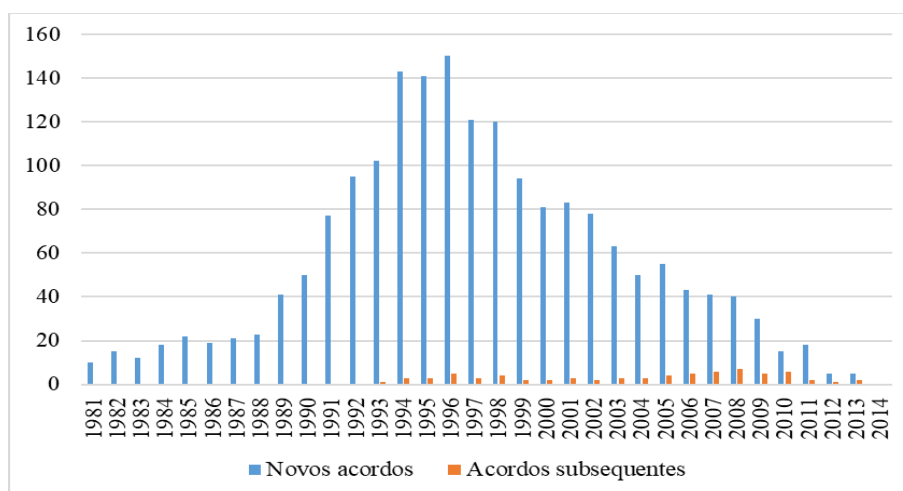
Consequentemente, como vemos no gráfico 2, a partir dos anos noventa do século XX houve um aumento maciço das reclamações de corporações transnacionais contra Estados-nacionais, que para inícios de 2017 totalizavam pelo menos 767 casos; o mais alarmante é que esse arremessamento contra a soberania perdura após o vencimento do acordo, como se aprecia no gráfico 3, no qual se ilustram acordos que formalmente terminam no máximo em 2028, mas cujos efeitos legais podem se prolongar por mais de duas décadas.

Gráfico 1. Número de acordos comerciais.



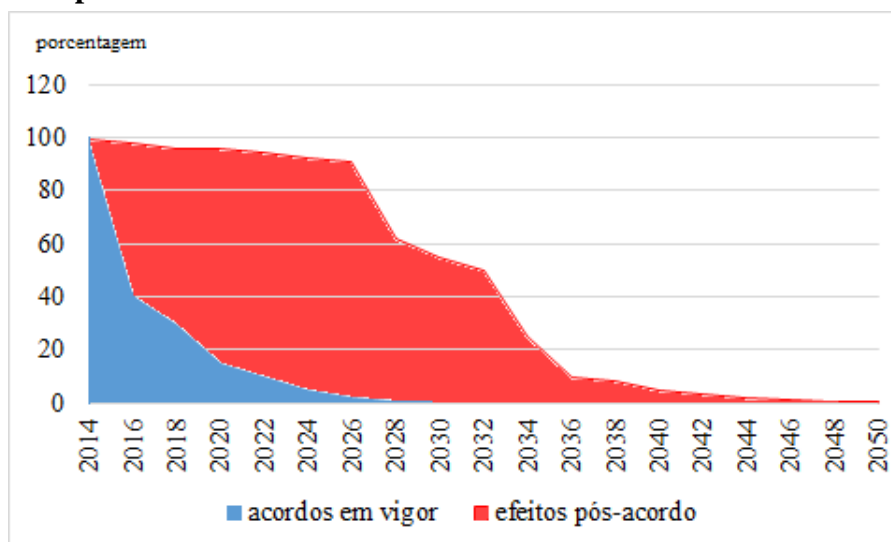
Tomado de: Atlas do agronegócio (Fundação Heinrich Böll e Fundação Rosa Luxemburgo, 2018, p. 35).

Gráfico 2. Acordos de investimentos



Tomado de: Atlas do agronegócio (Fundação Heinrich Böll e Fundação Rosa Luxemburgo, 2018, p. 35).

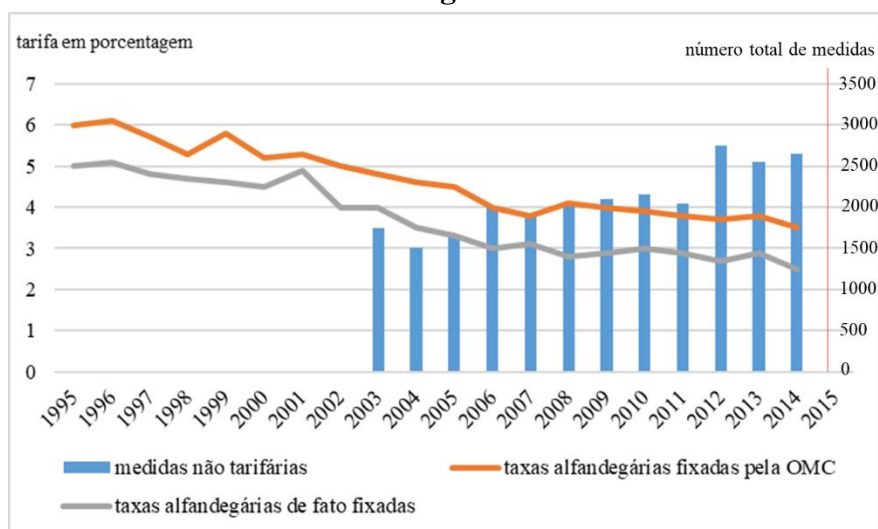
Gráfico 3. Efeitos pós-acordos de investimentos



Tomado de: Atlas do agronegócio (Fundação Heinrich Böll e Fundação Rosa Luxemburgo, 2018, p. 35).

Na sequência, no gráfico 4 se evidencia a brecha entre as taxas alfandegárias fixadas pela OMC e as taxas efetivamente fixadas no comércio mundial, mais importante ainda, enxergamos como coincide a diminuição destas e o aumento das medidas não tarifárias. Esse “(...) amplo dismantelamento das alfândegas e de outras barreiras comerciais sustenta a estratégia das multinacionais de importar matérias-primas baratas e exportar produtos para novos e lucrativos mercados”, penalizando o instrumento mais eficaz dos países do hemisfério sul para “(...) proteger a produção doméstica e os pequenos produtores contra as importações baratas de países desenvolvidos”, além de impor restrições técnicas que dificultam que estes posicionem seus produtos no mercado mundial (FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2018, p 34).

Gráfico 4. Acordos comerciais: Taxas alfandegárias e medidas não tarifárias



Tomado de: Atlas do agronegócio (Fundação Heinrich Böll e Fundação Rosa Luxemburgo, 2018, p. 35).

À medida que as corporações ganhavam destaque no cenário mundial, as agendas dos negociadores se tornavam mais complexas, por isso o AOA foi objeto de desentendimento desde o começo, e, por conseguinte, as tentativas para implementá-lo fracassaram, assunto que vamos tratar a seguir. Para começar, as diferenças iriam ser resolvidas “(no) conjunto de negociações comerciais subsequente (,) a Rodada de Doha, lançada em 2001 e que não foi finalizada” (FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2018, p. 34; ver quadro 4). McMichael (2014) aponta para o *lobby* das companhias transnacionais como uma das peças chave para entendermos os motivos do encalhamento da Rodada de Doha, se referindo aos protocolos da OMC como um regime privado bancado com orçamento público; chegou então o momento de precisarmos a que estamos nos referindo quando falamos de poder corporativo, e qual seu *modus operandi*.

A definição de corporação agroindustrial está diretamente relacionada com a definição de agronegócio –que será apresentada em parágrafos posteriores–, tal e como foi sistematizada por John Davis e Ray Goldberg, no ano 1957 em: “O conceito de agronegócio” (*A concept of agribusiness*), que sentou bases na abordagem contemporânea da produção agrária, como fronteira renovada para a acumulação de capital. Nesse sentido, as fundações Heinrich Böll e Rosa Luxemburgo (2018, p. 10), dividem as corporações entre empresas a montante e a jusante: “as empresas a montante forneceram máquinas agrícolas e agrotóxicos para grandes propriedades na Europa e extensas fazendas familiares comerciais nas Américas. Empresas a jusante focaram na comercialização e no processamento primário ou no desenvolvimento de novas tecnologias de preservação e transformação dos alimentos para produzir comidas e bebidas para o consumo urbano” (ver imagem 12). Essa divisão ficará mais clara quando falemos do agronegócio da soja.

Com relação ao anterior, Marcel Achkar, Ana Domínguez e Fernando Pesce (2008, p. 11-12), se referem à estrutura das companhias agroalimentares como uma ensambleme mecânica –a montante e a jusante–, destacando a tendência à integração horizontal e vertical como outro dos elementos fundamentais para analisar a territorialização corporativa:

A meados do século passado, os agronegócios incluíam em forma concatenada operações e atividades vinculadas às distintas fases agrícolas, aos efeitos de produzir bens alimentares ou matérias-primas para suprir a indústria. Sem embargo, devido à complexidade que têm adquirido os agronegócios na atualidade, está a tendência à integração tanto horizontal como vertical de empresas que cobrem o conjunto de atividades dos setores pré-primário, primário, secundário e terciário, vinculadas à oferta de bens alimentares no mercado global. É uma ensambleme mecânica de empresas transnacionais sob padrões fordistas e tayloristas de organização da produção. Isto significa a uniformização dos procedimentos e tecnologias, a especialização produtiva e a homogeneização territorial. A perspectiva inovadora consistiu simplesmente na transposição da lógica do capitalismo industrial urbano nos territórios rurais.

Essas integrações –que, como veremos, podem devir megafusões–, são corolário dos deslocamentos espaço-temporais de capitais passíveis de ficarem estagnados, para os quais têm se usado como vias privilegiadas as inovações nas tecnologias agropecuárias, nos instrumentos financeiros e tecnocráticos, questão que temos abordado já em várias das secções anteriores; sob essa

lente podemos interpretar a afirmação da Fundação Heinrich Böll e a Fundação Rosa Luxemburgo (2018, p. 11), de que “o domínio do capital financeiro e o impacto das biotecnologias resultaram em uma onda de fusões e aquisições desde a década de 1980, mudando a cara do setor”, fato que confirma os postulados teóricos de Harvey e nos ajuda a esboçar a trama do poder corporativo.

Todavia, embora os grandes avanços agrônômicos começassem nas primeiras décadas do século passado –pela referida ligação com as tecnologias das duas Guerras Mundiais–, sabemos que foi o Plano Marshall que possibilitou a expansão desse modelo, através da Revolução Verde; analogamente, com o neoliberalismo, “(desde) a década de 1980, as transnacionais agrícolas foram crescentemente se transformando em *global players*, com interesses no mundo inteiro. (...) Assim, algumas corporações globais agora estabelecem os padrões mundiais de agricultura e consumo de alimentos”, segundo as fundações (2018, p. 9-10), esse fenômeno não só se expande espacialmente, senão que também se prolonga no tempo, pois, “muitos dos atuais líderes mundiais dessa indústria foram fundadores do complexo agroindustrial moderno, como a Cargill (comerciante de grãos), a John Deere (máquinas agrícolas), a Unilever (alimentos processados e, no passado, plantações), a Nestlé (produtos lácteos e chocolate), o McDonald’s (*fast food*) e a Coca-Cola (refrigerantes)”.

Devido a essa onipresença espaço-temporal, as corporações transnacionais têm se tornado instituições em sentido estrito –como apontado por Santos (1986)–, quer dizer, agentes com capacidade para produzir “ordens, normas e legitimações”, e um dos mecanismos para entender esse atributo é precisamente o *lobby*, por exemplo:

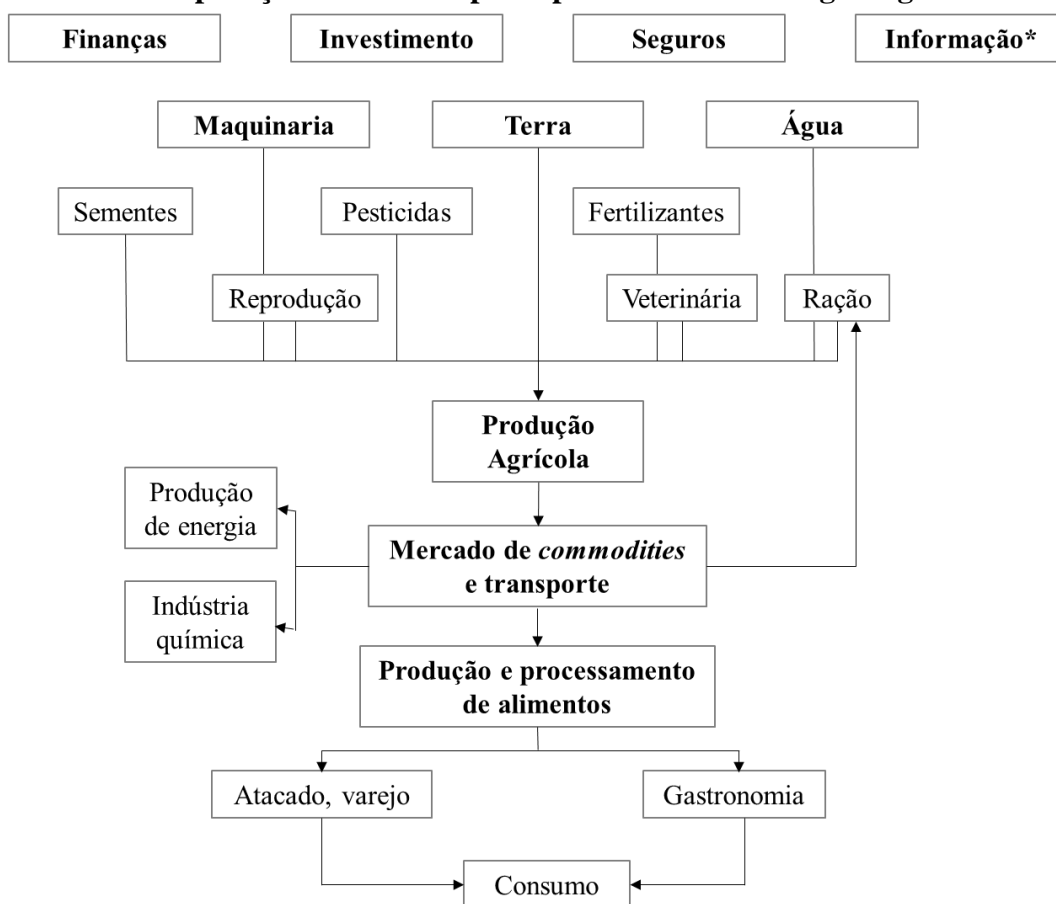
A Unilever, megacorporação global de agroquímicos e alimentos, representou a indústria europeia de alimentos e bebidas. A empresa pressionou os governos a permitirem a mais ampla abertura possível nos mercados de bens e serviços e dos fluxos de capital dentro das negociações da OMC. O representante da empresa foi nomeado “relator” de agricultura para a Confederação das Empresas Europeias. Esta posição permitiu à Unilever ter acesso privado à Comissão da União Europeia, que negocia os acordos comerciais em nome de todos os Estados-membros. Por sua vez, as organizações da sociedade civil manifestaram-se contra a agenda do livre mercado, alertaram sobre os impactos negativos na agricultura nos países em desenvolvimento e criticaram a falta de transparência das negociações [FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2018, p. 34].

O caso da Unilever na OMC não é um fato isolado, bem pelo contrário, a ingerência corporativa nos cenários públicos é sistemática e inerente ao terceiro regime alimentar, por isso, tanto as fundações Heinrich Böll e Rosa Luxemburgo, quanto Esther Vivas (2017), destacam as chamadas portas giratórias (*revolving doors*) dentro da questão agrária, como prática com repercussões de longo alcance. Logo, a cooptação da institucionalidade estatal e interestatal é outro elemento medular na territorialidade do agronegócio, como podremos verificar para a floricultura na Colômbia e a soja no sul do Brasil.

Dada a complexa ensamblagem exposta por Achkar, Domínguez e Pesce (2008), é virtualmente impossível demarcar as companhias transnacionais com precisão, como salienta Yamila

Goldfarb (2013, p. 20), a partir de Ladislau Dowbor:¹⁵⁷ “uma característica básica do poder corporativo, é o quanto é pouco conhecido”, tendência que tem se intensificado, visto que “as Nações Unidas tinham um departamento, UNCTC (*United Nations Center for Transnational Corporations*), que publicava nos anos 1990 um excelente relatório anual sobre as corporações transnacionais. Com a formação da OMC, simplesmente fecharam o UNCTC (...)”, por conseguinte, “o que é provavelmente o principal núcleo organizado de poder do planeta deixou de ser estudado, a não ser por pesquisas pontuais dispersas pelas instituições acadêmicas, e fragmentadas por países ou setores”. Por isso, para Friedmann, um indicativo da crise de um regime é que comece a se fazer explícito o que antes era implícito, quando se começa a nomeá-lo.

Imagem 12. Onde as corporações atuam. As principais atividades do agronegócio



*Informação: clima e gestão agrícola

Tomado de: Atlas do agronegócio (Fundação Heinrich Böll e Fundação Rosa Luxemburgo, 2018, p. 10).

Adicionalmente, McMichael (2014, p. 47), destaca que “o selo distintivo do regime privado patrocinado pelos subsídios públicos incorporados nos protocolos da OMC era uma suposição implícita de que os mercados eram o meio mais eficiente para promover a segurança alimentar

¹⁵⁷ DOWBOR, Ladislau. A rede do poder corporativo mundial. **Dowbor.Org**. 14 de março de 2012, Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/02/12-poder-corporativo-final-mar-2012.pdf>, acessado no 14 de abril de 2021.

mundial”, sendo o mito fundacional dessa suposição o que ele denomina “projeto globalizador”, o qual “(...) essencialmente inverte a ordem do ‘projeto desenvolvimentista’, em que os Estados gerenciavam o mercado. Agora, os Estados servem ao mercado”. Como veremos no próximo item, essa inversão, por um lado, foi possível pela financeirização da economia, “(...) um processo com várias vertentes, e habilitado por uma crise massiva de dívida, incubada e logo gerenciada por novos instrumentos financeiros” (idem); pelo outro lado, não se trata de uma menor intervenção do Estado na economia, como estipulado pela historiografia neoliberal, mas de um Estado-acordeão, cujo tamanho se adequa às necessidades do capital.

Relativamente à propalação do capital financeiro, a partir de Braudel e Arrighi, entendemos que, “historicamente, a financeirização está associada com o declive hegemônico e a perda de vantagens geoeconômicas, de modo que os investidores cambiam de capital fixo a empresas financeiras mais líquidas (por exemplo, fusões e securitizações, consolidação e venda de dívida)” (MCMICHAEL, 2014, p. 47). Um resultado dessa economia mais líquida para os Estados do Sul Global foi o endividamento nos anos setenta, e posterior generalização da moratória, uma vez que as taxas de juros aumentaram a partir dos anos oitenta e os termos de troca se deterioraram; nesse sentido, Friedmann (2009, p. 339) sublinha que “o FMI se converteu num instrumento de arrecadação de dívidas em nome dos bancos do Norte; o dólar seguiu sendo a moeda mundial sem regras, e Estados Unidos reteve o poder de veto efetivo a través das regras do FMI”.

No tocante à relação Estado-mercado, aprofundaremos nos mecanismos que conduziram à consolidação do modelo agroexportador, pois, os referidos processos de endividamento estiveram sujeitos a Programas de Ajuste Estrutural promovidos pelos organismos multilaterais (principalmente FMI e BM), sendo o agronegócio a base material em que se ancoraram a economia e todo o aparelho estatal. No caso da América Latina, à luz dos conceitos de Svampa e Gudynas, podemos comprovar que nessas reconfigurações há um espectro que vai desde o Estado mínimo até o chamado “Estado compensador”, que não contradiz o projeto da globalização, senão que implementa políticas para reparar alguns dos danos que este tem ocasionado nas camadas populares, utilizando também –de maneira irônica– os recursos da exportação de commodities, que irremediavelmente leva à mercantilização dos comuns.

No capítulo anterior vimos que o poder capitalista está fundamentado na mercantilização e nas relações de propriedade, por conseguinte, McMichael (2014, p. 2) argumenta que a arquitetura institucional pós Bretton Woods “(tendia a subordinar) aos Estados às relações de propriedade internacionais que assistiam a reestruturação agroalimentar. (A primeira) década de neoliberalismo, foi um momento de transição significativa na organização dos Estados e as economias, os sistemas políticos, o império e a ordem mundial”. As mudanças se introduziam em diferentes níveis, a mobilidade do capital (financeiro e produtivo) era garantida pelas corporações transnacionais:

O termo 'globalização' estava migrando da imprensa empresarial ao discurso acadêmico e público. As cadeias mundiais de produtos básicos que entregavam frutas e verduras durante todo o ano de regiões do mundo diferenciadas sazonalmente estavam cada vez mais organizadas por agronegócios especializados em insumos agrícolas, contratos de plantação e agricultura, e processamento e distribuição. As dietas ocidentais seguiram um comércio de cereais generalizado. A reestruturação agroalimentar desatou poderosas forças integradoras, estandardizando processos através do espaço ou reconfigurando as relações espaciais como elementos diferenciados de um processo global compartilhado. Neste sentido, a 'globalização' foi um processo formativo e contraditório, um mecanismo de reestruturação mais que um resultado inevitável (como se assume amiúde no discurso científico social e popular) [idem].

Agora bem, a que estamos nos referindo exatamente ao falarmos de “reestruturação agroalimentar”? De acordo com Friedmann e McMichael o que caracteriza o atual momento é a intensificação das cadeias de suprimentos que vinculam as agriculturas especializadas ao nível global. A partir daí, nesse processo podemos identificar sete questões estreitamente vinculadas:

1. A financeirização e comoditização da agricultura, e seus processos correlatos (“regime da dívida”, “redistribuição tecnológica”,¹⁵⁸ *flex crops*).
2. A preservação dos subsídios à agricultura do Norte Global (especialmente nas principais potências agroalimentares: Estados Unidos e a União Europeia) e de restrições não tarifárias para as agriculturas do Sul Global.
3. A chamada “revolução do supermercado”,¹⁵⁹ que tem incorporado novas regiões aos circuitos alimentares, com destaque para os complexos de proteínas animais.
4. A oligopolização das cadeias corporativas de produção, distribuição e comercialização dos alimentos.
5. A bifurcação da dieta (*class diet*), que se refere à existência de mercados diferenciados pelo foco na qualidade ou a quantidade dos alimentos.
6. O deslocamento das agriculturas locais tanto pelo *dumping*, quanto pela integração às cadeias globais.
7. A organização e mobilização social pela defesa da soberania alimentar no marco do chamado “giro eco-territorial”.

A segunda questão já foi abordada, quando da apresentação da cronologia das rodadas de Uruguai e Doha, enquanto a primeira, quarta, quinta, sexta e sétima, ocuparão o que resta deste trabalho, por isso, a continuação vamos nos referir ao terceiro ponto, a revolução do supermercado (categoria dentro da que também consideraremos as demais superfícies de distribuição varejista: hipermercados, redes de desconto, lojas de conveniência, Neighborhood Markets, etc.), que é transversal aos demais processos. Para começar, faremos um breve reconto das origens desse modelo de comercialização, e continuaremos descrevendo o panorama atual.

¹⁵⁸Ver: MOORE, Jason. “The end of the road? Agricultural revolutions in the capitalist world-ecology, 1450–2010.” Em: **Journal of Agrarian Change**, Vol. 10, No. 3, Julho de 2010, p. 389–413.

¹⁵⁹ Ver: REARDON, Thomas; GULATI, Ashok. **The Supermarket Revolution in Developing Countries**. Policies for “Competitiveness with Inclusiveness”. Em: IFPRI Policy Brief. No. 2, Junho de 2008, p. 1-2.

Com efeito, “o comércio varejista alimentar permaneceu local e familiar até a década de 1950 nos Estados Unidos (EUA) e até a década de 1960 na Europa, quando as cadeias de supermercados *self-service* surgiram”, porém, pelas transformações econômicas da década dos anos setenta, “grandes companhias de EUA e da Europa se transformaram em empresas transnacionais, investindo em outros países, e não apenas exportando seus produtos para eles. Oligopólios, em que poucos jogadores determinam as regras do jogo, surgiram em vários estágios ao longo da cadeia de valor” (FUNDAÇÕES HEINRICH BÖLL E ROSA LUXEMBURGO, 2018, p. 10). Enquanto à integração do Sul Global nesse modelo, “(...) os grandes varejistas começaram a organizar novas cadeias de suprimentos para se abastecerem de produtos frescos oriundos dos países em desenvolvimento (sic.)”, posteriormente, “expandiram-se também nos maiores países em desenvolvimento (sic.), com o objetivo de atender as necessidades das suas novas classes médias” (idem.).

As empresas privadas não só deram forma à transnacionalização dos circuitos alimentares, ademais, têm gerenciado os estoques (lembrando que a superprodução crônica é um problema herdado do regime mercantil-industrial), e difundido a matriz tecnológica ao longo do planeta, substituindo ao Estado nessas funções; como resultado, segundo McMichael (2014), na primeira década do presente século, as compras entre subsidiárias corporativas já representavam ao redor de um terço das transações do estoque global de alimentos (produzidos pelo modelo corporativo). Um aspecto mencionado acima, “o objetivo de atender as necessidades das (...) novas classes médias”, é fundamental nesse trabalho, pois ele responde à diferenciação dos padrões de consumo alimentar, em função das classes sociais (*class diet*), cuja tendência mais marcada é a bifurcação, uma vez que,

De acordo com a Lei de Engel, à medida que a renda aumenta, a proporção de renda gasta em alimentos cai. As empresas responderam a essa potencial perda de faturamento lançando produtos novos e mais caros e intensificando o seu marketing. As mercearias foram substituídas pelos supermercados, e os imensos revendedores exerceram sua influência tanto no início da cadeia agroalimentar –nos produtores e processadores– como no final –nos consumidores. As preocupações com a saúde e o bem-estar físico criaram demandas por produtos frescos, como vegetais, frutas e peixes, que passaram a ser estruturados sob o controle direto dos varejistas [FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2018, p. 10].

Temos proposto que essa tendência repercute nos padrões de especialização produtiva na América Latina, como tentaremos exprimir a partir dos casos propostos. Todavia, nas últimas décadas, o modelo de supermercado deixou de ser exclusividade das classes médias e das elites, devido a um barateamento dos preços, mas esse efeito aparentemente benéfico para as classes trabalhadoras urbanas, contrasta com a deterioração das agriculturas locais e, por conseguinte, das condições de vida, da saúde humana e dos ecossistemas, em síntese, da soberania alimentar.

No Sul Global, a expansão dos supermercados se deu em três ondas, a primeira, a começos dos anos noventa, atingiu a América do Sul, o leste asiático (excetuando China), e África do Sul, a segunda, de meados a finais da mesma década, chegou a México, América Central, e o sudoeste asiático, por último, nos primeiros anos do século XXI, a revolução do supermercado conquistou

China, Índia e Vietnã (REARDON E GULATI, 2008). Os fatores que possibilitaram a consolidação desse modelo de comercialização são a urbanização, a intensa concorrência e internacionalização de cadeias de lojas de varejo, os incentivos fiscais e as medidas sanitárias e fitossanitárias, e a redução de custos administrativos via sistematização, mas, “um fator crucial foi a liberalização do investimento estrangeiro direto (IED) varejista, que provocou uma avalanche de IED (e investimentos nacionais competitivos ou, em ocasiões, antecipatórios) durante a década de 1990 e até a década de 2000” (idem; p. 1).

Ainda sobre esse assunto, Esther Vivas (2017, p. 173) se refere à concentração empresarial como um dos traços mais expressivos, lembrando que “as dez principais varejistas de alimentos controlam aproximadamente 11% do mercado global, e Walmart representa 27% dos ingressos obtidos pelos dez principais varejistas de alimentos” (ETC GROUP, 2021, p. 29; ver tabela 2), com as consequentes dinâmicas de poder:

São as empresas que determinam o preço a pagar ao agricultor por seus produtos e qual o custo a ser cobrado no ‘super’. Dando-se o paradoxo de que o camponês cada vez recebe menos dinheiro pelo que vende, e nós, como consumidores, pagamos cada vez mais. Fica claro quem ganha. Trata-se de um oligopólio, em que poucas empresas controlam o setor, que empobrece a atividade rural, precariza as condições de trabalho, acaba com o comércio local e promove um modelo de consumo insustentável e irracional.

Além dos aspectos mencionados (precarização laboral nas cidades, exploração da força de trabalho camponesa, deterioração do comércio local), Vivas se refere à manipulação ao consumidor, a pegada de carbono do modelo do supermercado, e o manejo da imagem corporativo; no tocante ao primeiro assunto, fala de uma estratégia que contempla o tamanho do carrinho, a disposição dos produtos nas prateleiras, as promoções e o uso de números irracionais e não inteiros para os preços, a música e a ambientação das lojas, “(...) em um supermercado nada é deixado ao acaso. Tudo foi concebido para que compremos, e quanto mais, melhor”, é o que ela denomina “*Big Brother* no supermercado” (VIVAS, 2017, p. 177); no segundo assunto, os “alimentos viajantes”, estima que antes de chegar ao nosso carrinho, os alimentos que encontramos nas grandes cadeias varejistas têm viajado uns cinco mil quilômetros, especialmente dos congelados e ultraprocessados.

A pegada ecológica –de carbono, hídrica, territorial– é corolário da ruptura nos ciclos metabólicos (*metabolic rift*) que caracteriza os regimes alimentares, particularmente o corporativo, à medida que esses alimentos viajantes garantem uma oferta contínua de frutas, verduras, peixes, mariscos, etc., malgrado os limites impostos pelas estações do ano. Isto se agrava pela falta de transparência no manejo da informação; a autora denuncia que na Espanha, “têm sido detectadas em Mercadona¹⁶⁰ laranjas etiquetadas como valencianas, ainda que com origem na Argentina, abóboras do Panamá, peixe congelado africano ou da América do Sul, bem como outros produtos com muitos

¹⁶⁰ Cadeia de Valencia, Espanha, localizada no lugar 36 do ranking mundial de varejistas (Global Powers of Retailing, Deloitte, 2020), e uma das mais importantes dentro da península Ibérica.

quilômetros rodados”, o mais absurdo é que a mesma situação pode ser evidenciada no sentido contrário, por exemplo, pela presença de hortaliças cultivadas nas estufas de Almeria em supermercados na América Latina, em ambos os casos, “com a consequente exploração do trabalho dos seus produtores e o impacto ambiental de tais alimentos viajantes” (VIVAS, 2017, p. 190).

Portanto, o terceiro assunto, o manejo da imagem corporativa, merece um pouco mais de atenção. Vivas (2017, p. 176) alega que uma tática corriqueira de todas as superfícies do comércio varejista corporativo é “passar um pano” “(...) quando confrontadas com os impactos negativos que lhe são atribuídos”, seja criando fundações caritativas, ou comercializando artigos rotulados como “justos”, “verdes”, etc. Também Yamila Goldfarb (2013, p. 19) se refere a esse ponto, quando fala da dificuldade de recopilar informação sobre as corporações transnacionais, pois, “seus websites são desatualizados e muitas vezes vagos, o retorno de chamadas telefônicas ou e-mails são vagos ou não acontecem, não existe obrigação alguma de expor relatórios financeiros ao público”, e “isso não é acidental”, bem pelo contrário, faz parte de uma estratégia para opacar as dimensões e domínio territorial dessas empresas, cujo retrato “(...) seria perturbador para muitos e revelaria (seu) poder”, nesse sentido, a autora referencia o conceito de Brewster Kneen, Gigante Invisível (*Invisible Giant*).

Por isso –a partir de Dowbor e Kneen–, Goldfarb aduz que as corporações transnacionais, um dos maiores e mais poderosos agentes do sistema alimentar (e da sociedade contemporânea em geral), são também os mais elusivos, os mais difíceis de mapear. A autora ilustra um dos matizes dessa estratégia a partir do caso da Cargill que, como ela precisa, é um “conglomerado de empresas sob o mesmo nome”, as quais “atuam na produção, processamento e comercialização de alimentos, bem como na produção de insumos químicos e biotecnológicos e ainda na oferta de financiamento para o setor” (GOLDFARB, 2013, p. 15); esse desdobramento é distintivo da estrutura do agronegócio –a referida ensamblagem mecânica–, cujos processos de integração horizontal e vertical se traduzem na criação de redes de firmas dissímeis, com ligações intrincadas, precisamente pelo ar de anonimato que cobre a estrutura toda (ver imagem 13).

Queremos ainda ressaltar uma última aresta no manejo da imagem corporativa: as fusões e a mudança na razão social das empresas, como tem se evidenciado, por exemplo, no oligopólio de insumos agrícolas. Efetivamente, o ETC Group (2015; 2017; 2021) vem denunciando o modus operandi das chamadas Big Ag, que a partir de 2016 começaram a rodada de megafusões: Syngenta-ChemChina, DuPont-Dow, Bayer-Monsanto, inviabilizando a concorrência das demais companhias do setor; essa voraz oligopolização é um dos aspectos mais sensíveis do regime alimentar corporativo, e portanto será desenvolvida com maior grau de detalhe em seções posteriores. Quanto ao manejo da imagem nessas transações, como expressava Silvia Ribeiro no caso de Monsanto, “o vilão mais conhecido da agricultura transgênica”, destaca como este “(conseguiu) desaparecer do cenário com

esse nome, (desde que se autorizou) sua compra por parte de Bayer –embora suas intenções sejam as mesmas” (ETC GROUP, 2015, online).

Imagem 13. Exemplo de integração vertical e horizontal de uma companhia varejista



Fonte: <https://www.thekrogerco.com/>

A continuação, na tabela 2 apresentamos as principais cadeias de comércio varejista em dois momentos que têm sido cruciais para o dito setor: o ano de 2014, que é expressão do convulso mercado financeiro, entre a crise de hipotecas *subprime* e o chamado fim do super-ciclo das commodities; e o ano 2020, de aprofundamento da commoditização da agricultura, com a aceleração da entrada das corporações digitais (*Big Tech*) na produção e distribuição dos alimentos,¹⁶¹ devido ao auge das plataformas de venda online no meio da pandemia pelo COVID 19.

Agora, na nossa região há particularidades nessa dinâmica, como demonstram Carmen Bocanegra e Miguel Vásquez (2014, p. 7) na sua análise sobre as estratégias de Wal-Mart Stores, uma das maiores transnacionais do mundo, para se introduzir em novos mercados. No caso latino-americano, sobressai a *joint venture*, consórcios com as marcas locais dominantes,“(…) com o propósito de concentrar o comércio cautivo da dita varejista. Ao mesmo tempo que vai se adaptando às particularidades de cada sociedade de consumo, às leis administrativas e claro está, trabalhistas”; alguns exemplos são a aliança com a cadeia *Comercios Aurrerá* para entrar no mercado mexicano, com Supermercados Changomás, na Argentina, com Bompreço-Grupo BIG em Brasil, com a holandesa Royal Ahold N.V. em Centroamérica, para penetrar o comércio varejista em Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicaragua, e com Supermercados Líder e Ekono, no Chile.

¹⁶¹ Ver: GRAIN, Controle digital: a entrada das Big Techs na produção de alimentos e na agricultura (e o que isso significa). Disponível em: <https://grain.org/>, 29 de janeiro de 2021.

Tabela 2. Principais cadeias de comércio varejista direta ou indiretamente relacionadas com os alimentos

No.	2014					2020				
	Nome	País de Origem	Ingresso anual (US\$M)	Países em que opera (#)	Presença em ALC (# países)	Nome	País de Origem	Ingresso anual (US\$M)	Países em que opera (#)	Presença em ALC (# países)
1	Wal-Mart Stores Inc.	EEUU	485,651	28	9*	Wal-Mart Stores Inc.	EEUU	514,405	28	8* ^Δ
2	Costco Wholesale Corporation	EEUU	112,64	10	1 ^Δ	Costco Wholesale Corporation	EEUU	141,576	11	1 ^Δ
3	The Kroger Co.	EEUU	108,465	1	0 ^E	Amazon.com Inc.	EEUU	140,211	16	20 ^Z
4	Schwarz Unternehmensgruppe	Alemanha	102,694	26	0	Schwarz Unternehmensgruppe	Alemanha	121,581	30	0
5	Tesco PLC	RU	99,713	13	0	The Kroger Co.	EEUU	117,527	1	0 ^E
6	Carrefour S.A.	França	98,497	34	6 ^H	Wallgreens Boots Alliance Inc	EEUU	110,673	10	2 ^Δ
7	Aldi Einkauf GmbH & Co.	Alemanha	86,47	17	0	The Home Depot Inc. ^Θ	EEUU	108,203	3	1 ^Δ
8	Metro Ag	Alemanha	85,57	32	0	Aldi Einkauf GmbH & Co.	Alemanha	106,175	19	0
9	The Home Depot Inc. ^Θ	EEUU	83,176	4	1 ^Δ	CVS Health Corporation ^Θ	EEUU	83,989	2	0 ^Δ
10	Wallgreen Co. ^Θ	EEUU	76,392	4	2 ^Δ	Tesco PLC	RU	82,799	8	0

Elaboração própria a partir do reporte de Deloitte, *Global Power of Retailing* 2016 e 2020, a imprensa especializada no mercado varejista e os sites das companhias.

Notas: * Em 2018, o Fundo de Investimento Advent adquiriu 80% do Walmart Brasil, que agora funciona sob a marca BIG. ^Δ Puerto Rico oficialmente é um Estado Livre Associado, um dos territórios não incorporados dos Estados Unidos, e como tal, algumas das empresas que operam no mercado estadunidense também o fazem no porto-riquenho, nesse sentido, quando aparecer o símbolo delta significa que a essa cifra oficial pode-se acrescentar a presença no país boricua. ^E Com relação à anterior nota, uma filial dessa companhia opera sim na América Latina, a Axiom Healthcare em Puerto Rico. ^Z Essa cifra se refere à presença de Amazon na América Latina e o Caribe, mas como a incursão da varejista virtual no segmento de alimentos é relativamente recente, seu peso no mercado da região ainda não é tão expressiva, mas é uma variável que deve ser monitorada. ^Θ Embora os objetos dessas empresas varejistas sejam, a venda de artigos para casa e a de produtos farmacêuticos, têm seções de comida e bebida (*Food, Snack Food, and Beverages*, no caso de The Home Depot Inc., e *Grocery*, no de Wallgreens e CVS, nesse último caso, chama atenção que o foco desse formato é o mercado hispano dos EEUU, sob a marca: “CVS / Pharmacy y Más”).

Como apontam as autoras, “tal integração a propicia em função de suas estratégias globais, o estabelecimento de seus formatos, marcas próprias (*Great Value*, a mais transcendente e das primeiras) e o oferecimento dos mesmos produtos”, bem como “a negativa à formação de organizações sindicais e a localização de fornecedores em cada país” (BOCANEGRA E VÁSQUEZ, 2014, p. 9). Na tabela 2 se aprecia o poder de Wal-Mart Stores, que começou nos anos noventa sua carreira como principal varejista do mundo, por isso, “em 2006 se lhe comparou com a economia Belga pelos seus ingressos de quase 316.000 milhões de dólares para esse ano; por seu número de empregados, 1.8 milhões, à força laboral de Costa Rica; e pela quantidade de clientes que visitaram seus estabelecimentos semanalmente, 176 milhões, com a população de Brasil” (ibid., p. 5); desnecessário aprofundar sobre as implicações do tamanho da referida corporação estadunidense e as relações que se estabelecem dentro do oligopólio que comanda.

Não obstante, o aspecto que mais nos interessa é a diferenciação geográfica de Wal-Mart nessa estratégia, constatando-se uma sorte de “segmentação” nos mercados mexicano, centro-americano e sul-americano; em palavras de Bocanegra e Vásquez, “as assimetrias atraem”, e assim, a cadeia estadunidense leva em consideração o tamanho e poder aquisitivo de cada país, tendendo a construir formatos mais baratos na América Central (do tipo *Bodega Aurrera Express*), e mais diversificados – ou seja, para consumo massivo, médio ou suntuário – nas outras regiões. É claro que essa segmentação do mercado varejista obedece à bifurcação da dieta (*class diet*), e se materializa na localização e os acabamentos das lojas (largura dos corredores, iluminação, material do chão, estacionamentos, etc.), o tipo e a qualidade dos alimentos distribuídos (transgênicos/biológicos, ultraprocessados/frescos, genéricos/gourmet), e os produtos e serviços adicionais que podem ser encontrados (adegas, *delicatessen* e barras de sushi, etc.).

Há outras nuances; “com o auge do comércio varejista mundial, a aquisição empresarial dos sistemas alimentares nacionais do Sul (incluídos os setores de sementes, adubos e insumos químicos) aprofundou os mercados mundiais e as cadeias de suprimentos mundiais e regionais” (MCMICHAEL, 2014, p. 50). Como cabe esperar, essa entrada das grandes transnacionais em cada elo do mercado varejista não é um processo sossegado, de fato, encontra resistência não só dentro dos movimentos sociais, senão também entre os capitalistas locais, sendo um caso emblemático os obstáculos encontrados por Wal-Mart no Cone Sul, onde “a cadeia norte-americana se enfrenta à concorrência das firmas líderes em Argentina, Brasil e Chile, as quais empenham-se em declarar-lhe a guerra e não a deixar que capture o consumidor da região, modificando os hábitos de consumo, com suas marcas próprias e estabelecimentos próprios” (BOCANEGRA E VÁSQUEZ, 2014, p. 19) (ao respeito, ver a nota * da tabela 2).

Essa instabilidade do mercado varejista é um reflexo da já mencionada contradição entre as lógicas capitalista e territorialista do poder (ARRIGHI, 1996; HARVEY, 2014); especificamente, Harvey (2014, p. 40; p. 84) chama atenção sobre os “movimentos moleculares da acumulação do capital no espaço e o tempo”, quer dizer, “a natureza individual dos interesses do capitalista, que só é responsável perante seu círculo social imediato (embora se veja limitado por las leyes), esse processo é “(...) perpetuamente expansionista e, portanto, permanentemente foge de qualquer tendência ao equilíbrio”. Por isso, o Estado e o sistema interestatal continuam sendo necessários para o funcionamento da economia neoliberal, de outra forma só haveria caos. É a raiz dessa molecularidade das companhias transnacionais que Friedmann considera o período atual como uma transição, e não um regime em sentido estrito.

Para entendermos melhor esse assunto, devemos lembrar que o quadro regulatório oferecido pelo regime alimentar tende a ser implícito –pois de maneira contrária cambaleariam as bases da arquitetura institucional global–, por conseguinte, há um necessário processo de normalização, e “por baixo dessa aparência natural do regime” é que encontramos os “supostos não declarados (...) que guiam as relações, práticas e resultados, como quais países se especializam em determinados cultivos e que países são importadores” (FRIEDMANN, 2005, p. 232). Logo, só se pode falar em hegemonia num cenário de previsibilidade, e na sociedade capitalista isso passa pela credibilidade do sistema monetário. McMichael (2014, p. 43-44) concorda com Friedmann (e Arrighi) em que “o exercício da hegemonia se expressa oportunamente a través de uma moeda que domine como moeda de reserva internacional, para facilitar o comércio interestatal, (e em que) a hegemonia também denota ocultação das relações de produção e poder”, destacando ainda que,

[...] os dos primeiros regimes alimentares se ajustam mais ou menos a esse tipo de definição, mesmo que de formas radicalmente diferentes, [uma vez que no regime colonial-diaspórico,] na prática, a ubíqua libra esterlina britânica era considerada tao boa quanto o ouro e a cidade de Londres promovia o comércio através da redistribuição da liquidez internacional ao manipular seus balanços de esterlinas. [Enquanto] na era pós-guerra, o dólar estadunidense foi a moeda de reserva internacional, mas as moedas eram inconvertíveis e a mobilidade de capital estava restringida sob os acordos de Bretton Woods.

A dúvida surge então quando ponderadas as dinâmicas no atual momento,

A pergunta aqui é se o mesmo molde [template] aplica ao período posterior, de declive hegemônico de Estados Unidos. É o binarismo padrão Estado/mercado associado aos dois primeiros regimes suficiente para capturar a complexidade de uma era caracterizada por novas formas de domínio do mercado associadas com a hegemonia corporativa e o desenvolvimento da dívida como mecanismo disciplinante ao serviço do lucro comercial e financeiro? Além do disciplinamento dos Estados endividados por parte do Banco Mundial/FMI, a OMC (uma organização de Estados membro) liberalizou as relações comerciais (reduzindo as proteções internas) através da expansão do mercado multilateral, permitindo um ‘regime privado’ constituído por TNCs privilegiadas por seus protocolos.

Assim, no regime corporativo haveria uma hegemonia privada, ou, “regime privado”, como apura McMichael, a partir do conceito de Claire Cutler, cuja principal característica é que “enquanto os regimes legais focam nos Estados como sujeitos legais, os regimes privados trabalham para limitar as regulações estatais ao serviço do ‘estado de concorrência’ neoliberal, reconstituindo a autoridade civil através do poder informal. Ao mesmo tempo, esse poder informal se formaliza na política neoliberal e é em efeito mais soberano que o Estado”. Uma vez que o sistema financeiro é o eixo do novo sistema interestatal, os centros do poder, como o FMI, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o G8, o G20 e o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, pela sigla em inglês), coordenam os bancos centrais e as casas da moeda, para se alinharem com as instituições financeiras internacionais, mesmo se isso vai na contramão dos interesses nacionais, e é claro que essa extinção do nacionalismo burguês se reflete no Estado.

Vimos que a raiz epistemológica dos Regimes Alimentares é o conceito de regime internacional, e que seu objetivo inicial foi ajudar a entender a mútua relação entre a formação dos Estado-nação e as relações agroalimentares, contudo, “uma vez que o sistema estatal é uma estrutura histórica, sua reconfiguração através do tempo e o espaço requer historizar o conceito de regime em si” (MCMICHAEL, 2014, p. 46). No Sul Global é mais evidente a relação – agricultura/ Estado/capital–, por exemplo, quando da transição à vida republicana na América Latina, fato que nos ajuda a entender essas instituições de maneira dinâmica, reconhecendo a necessidade de ampliar os arcabouços teóricos para considerar as novas funções do Estado e as recentes configurações no sistema interestatal, sob os Programas de Ajuste Estrutural (PAE), que não só acarretaram a comoditização da agricultura, senão que repercutiram imediatamente na noção e o exercício da soberania.

Como tínhamos mencionado, a relação entre os PAE e a comoditização da agricultura será exposta na próxima seção, vamos então tratar o assunto da soberania. A liberalização da economia implicou uma redistribuição do poder ao interior do Estado, que deixou de operar sob a lógica de ministérios orientados a programas sociais (serviços sociais, agricultura, educação, etc.), priorizando os bancos centrais, os ministérios de comércio e finanças e os acordos multilaterais; enquanto ao último ponto, Michael (2014, p. 50) destaca o protocolo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPs, pela sigla em inglês), o qual, “foi parte do preço de admissão” dos países do Sul Global na OMC, visto que companhias tão poderosas quanto as farmacêuticas vinham fazendo lobby para superar as barreiras legais no uso da biotecnologia (patentes), após avanços continuados nessa área desde

os anos oitenta, lembrando que “(...) o Sul continha (yielded) muita da informação genética, provocando reclamos de ‘recolonização’”.

Isto é especialmente relevante no caso da América Latina, sendo que seis dos dezessete países categorizados como mega-diversos estão localizados na nossa região (Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela), além disso, a biotecnologia é um dos componentes medulares da chamada terceira revolução verde. Para dimensionarmos esse ponto, vamos aludir o surto de modificações na legislação colombiana (Lei 1032/2006, Resolução 970/2010, Lei 1518/2012), que pretendiam restringir práticas tradicionais como a reprodução, comercialização e troca de sementes, criminalizando o uso de “variedades vegetais (...) similarmente confundíveis” com sementes patenteadas, para garantir a entrada em vigor do Convênio Internacional pela Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV 91) –o qual era um pré-requisito para a assinatura do tratado de livre comércio (TLC) com Estados Unidos–, mas foram declaradas inexecutáveis graças à mobilização social, demonstrando-se o perigo que representavam para as comunidades étnicas.

Agora, se a perda de soberania foi parte do preço que pagaram os países do Sul Global para serem considerados dentro do sistema interestatal neoliberal, qual era o restante desse preço? Sabemos que desde a abordagem marxista o cerne do assunto está na divisão internacional do trabalho, vamos então nos debruçar sobre esse ponto. Laura Reynolds (e outros, 1993, p. 1116) busca conceptualizar os processos de internacionalização da agricultura numa conjuntura crucial –os acordos de Blair House que possibilitaram a clausura da Rodada de Uruguai, após três anos de atraso, ver quadro 4–, concluindo que “(estes) devem situar-se dentro das transformações (que configuraram) os Estados e o capital”, caracterizadas “pela instabilidade no comércio mundial e os movimentos globais de capital, e por uma crescente estratificação internacional a través da crise da dívida”, o que acarretou “uma reorganização dos mecanismos de regulação capitalista internacional e um processo fundamental de reestruturação interna”.

É claro que essa perspectiva relacional da internacionalização da agricultura, o capital e o sistema interestatal, está em consonância com a abordagem dos Regimes Alimentares (por sinal, McMichael colaborou com a autora na publicação acima referenciada), mas convém citar os próprios formuladores da teoria nesse quisito. Começamos com Friedmann (2016, p. 1), que expressava numa entrevista como “a análise dos Regimes Alimentares iniciou com a ambição de compreender os sistemas de poder interestatal com relação aos câmbios na formação das classes e a divisão internacional do trabalho”, conseguindo ir muito além, ao definir um sistema

de conceitos e marcos temporais que permitem evidenciar as tramas que vinculam a produção, distribuição e consumo alimentares com a matriz de poder entre o Norte e o Sul Globais; nessa sequência, McMichael (2014, p. 50) indica algumas rupturas e continuidades na divisão do trabalho agrícola no marco da chamada globalização da economia:

A nova divisão internacional do trabalho agrícola desenvolveu e consolidou as tendências do regime alimentar anterior, com uma participação crescente (73-82%) da OCDE no volume de exportações de cereais (1970-1996), enquanto o Sul Global importou 60% de volumes mundiais de cereais. Ao mesmo tempo, os NACs expandiram sua participação nas exportações de produtos do mar e triplicaram o mercado mundial de frutas e verduras. Os países da OCDE se converteram nos principais fornecedores de variedades vegetais do mundo. Aqui, a mudança mais significativa foi política.

Dentro dessa dinâmica, o autor destaca as transformações na área de pesquisa e desenvolvimento agrícolas (P&D), que no regime mercantil-industrial era uma função do Estado, e que agora não só é assumida pela indústria privada, mas é sediada em países da OCDE, onde se criam conglomerados para o avanço de novas técnicas –desde o fitomelhoramento, até a robótica e a chamada agricultura de precisão–, dando lugar à acumulação de capacidade financeira e tecnológica no Norte Global. Já Santos (1986, p. 60) se referia a essa correlação entre a crescente acumulação de capital e a “unificação das técnicas” na escala global, até a constituição de um meio técnico-científico(-informacional), “há uma concentração maior da economia, com a presença de firmas de grande dimensão, levando a produção a depender cada vez mais de capitais fixos de grandes dimensões e, também, a uma dependência agravada do trabalho em relação ao capital”; esse será o foco na seção 4.3.1.

Sob o neoliberalismo esses avanços tecnológicos têm repercussões que não são óbvias, assunto apenas insinuado, quando falávamos dos flex crops, chegou o momento de nos adentrarmos nesse processo. Em palavras de Julie de los Reyes e Katie Sandwell, “por séculos, cultivos como o milho e o dendê têm sido a base para rações, fibras, álcool, e a produção energética, além de servir como fonte de alimento para as culturas que os plantam. Porém, novos usos para cultivos e novas economias em torno deles estão emergindo hoje” (TNI, 2018, p. 3), mais uma vez, nosso foco será a dimensão política desse fenômeno, e como isso se materializa no espaço agrário da América Latina. A particularidade no momento atual é que:

Os cultivos e os produtos básicos recebem usos novos, múltiplos e intercambiáveis, como alimento, ração, combustível e material industrial num processo ao que nos referimos como flexibilização (flexing). A flexibilização implica a criação de produtos completamente novos ou a transformação de subprodutos e resíduos que antes se consideravam "desperdícios" em novas commodities. Este processo se realiza em grande medida como resultado da convergência das crises alimentar, energética, financeira e climática, e das cambiantes necessidades de recursos das economias emergentes, para as quais os flex crops e as commodities se posicionam como uma solução (potencial) [TNI, 2018. p. 3].

Tais soluções são apresentadas como alternativas mais eficientes e ecológicas, no marco da dita Economia Verde ou Bio-economia, embora os informes dos expertos e dos ativistas demonstrem que longe de melhorar, nossa civilização esteja se aproximando perigosamente ao ponto de não retorno para a sexta extinção massiva; para dimensionarmos a ironia nesse discurso, resulta interessante remontar-nos às origens do automóvel.

Para começar, o protótipo do motor de combustão de Rudolf Diesel usava óleos vegetais, incluso o icônico Modelo T de Henry Ford projetava o uso de agro-etanol, porém, sabemos que é devido à geopolítica do petróleo que a gasolina acabou tornando-se o principal combustível. Tendo isso em mente, voltamos ao século XXI, mais especificamente a junho de 2002, quando cinquenta e cinco países –incluídos os da União Europeia– ratificaram o Protocolo de Kyoto, enquanto o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, se negava a fazê-lo, sob a alegação de que este representava uma ameaça aos interesses do seu país; resulta então emblemática sua viragem como porta-bandeira dos agrocombustíveis, logo em 2006, sendo que a começos do seguinte ano começa a subsidiar a produção de etanol de milho, privilegiando o oligopólio cerealista –em particular, ADM, Cargill e Bunge, nesse momento, responsáveis pela terceira parte da produção de agroetanol nos Estados Unidos–.

Assim, o agronegócio do milho para a produção de etanol, que ressurgiu nos primeiros anos do século XXI, se beneficiou com a bolha especulativa de 2007 –sobre a qual voltaremos–, ainda por cima, esquivando as proibições que a OMC tinha imposto aos subsídios agrícolas, amparado pelo uso não alimentar desses cultivos e pelo objetivo de mitigação das emissões de gases de efeito estufa (podendo assim cair na zona cinzenta da caixa verde), ganhando o aval de organismos multilaterais tão influentes quanto o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); situações análogas se dão no caso da soja e demais espécies com uso energético. A esse respeito, Saturnino Borrás Jr., Jennifer Franco (e outros) expõem a evolução dos flex crops e sua relação com as crises convergentes:

A Mudança Climática, o esgotamento do petróleo de fácil extração (*peak oil*), os atuais níveis de consumo de carne (meatification of diets), a expansão do transporte global sem precedentes, e a fenomenal eclosão dos BRICS e dos MICs [países de renda média], são transformações de contexto muito significativas —e são todas relativamente recentes. Em conjunto, encerram as características definitórias da geração atual de flex crops e commodities. Assim, por exemplo, a primeira geração de etanol de cana-de-açúcar (em países como Brasil e Alemanha nos anos de 1970) foi motivada pela crise petrolífera de começos dessa década, devido ao embargo da OPEP. Por outro lado, a atual geração de etanol é amplamente, porém não unicamente, incentivada pelas estratégias de mitigação da Mudança Climática e/ou compreensão do *peak oil*, duas narrativas que não estavam presentes nos anos setenta [TNI, 2014. p. 3].

É claro que o crescimento desse mercado acarreta um aumento na demanda de matérias-primas vegetais para a produção de plásticos, medicamentos, agrocombustíveis, farinhas para

os complexos pecuário e de comida ultra-processada, etc, e por conseguinte, “(...) novas geografias da produção têm emergido em resposta a essa demanda. Em anos recentes, países como Camboja e Zâmbia têm experimentado a maior expansão percentual do mundo em área plantada de cana-de-açúcar, enquanto Brasil tem se transformado no maior produtor e exportador de soja”; o traço mais chamativo dessas “novas geografias da produção” é que nelas “novas relações comerciais estão se estabelecendo entre países que tipicamente não tinham sido centros de comércio e capital” (TNI, 2018, p. 4), o que se traduz em relações de poder mais intrincadas e multipolares.

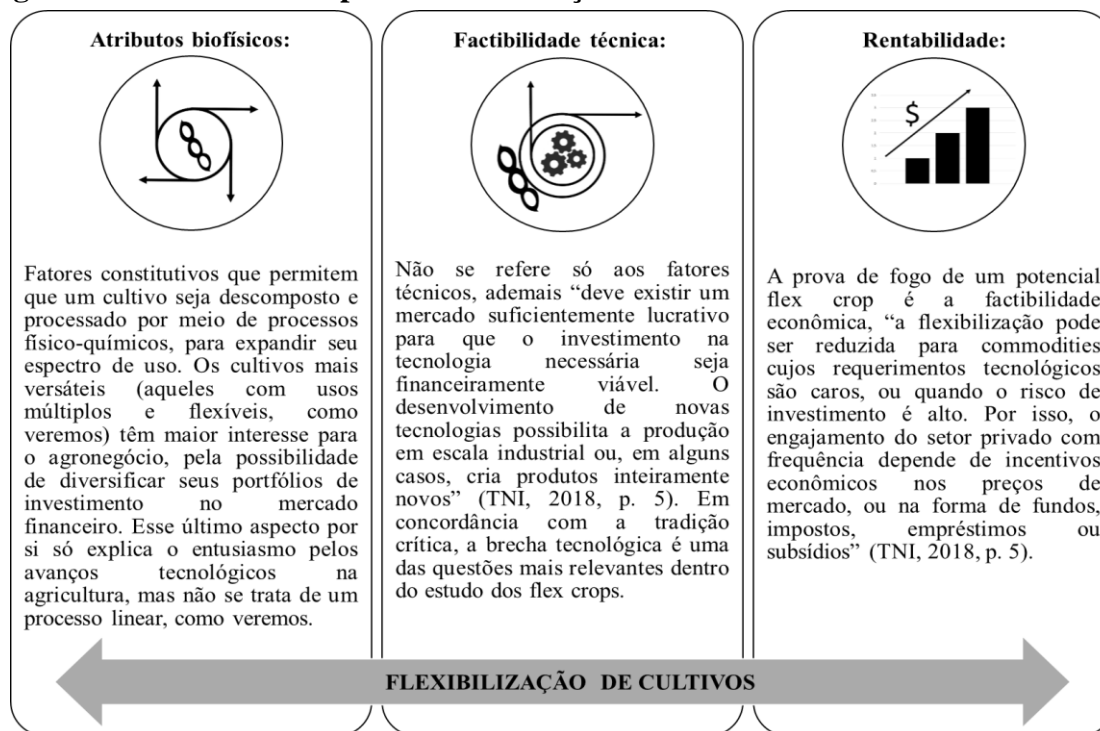
De los Reyes e Sandwell revelam os vínculos entre a flexibilização e a financeirização da agricultura, aspecto tão importante que mereceu um item para ser tratado exclusivamente, no entanto, podemos apresentar agora os principais atributos dos flex crops que os tornam passíveis da derivação financeira. Um primeiro destaque é que “os cultivos se transformam em flex crops onde há uma base material, social e econômica que suporte tal desenvolvimento” (TNI, 2018, p. 5), quer dizer, trata-se de um fenômeno para além dos avanços tecnológicos que, aliás, sempre estão ancorados nas relações político-econômicas, como sabemos a partir de Santos (op. cit.); conforme as autoras e autores do TNI, a metamorfose do simples cultivo em flex crop/commodity/ativo subjacente para um derivativo financeiro, só é possível quando existem três características: atributos físicos, factibilidade técnica e rentabilidade (ver imagem 14). Mais uma vez, estas três condições mínimas não operam de forma linear,

[elas] não operam num vácuo político. São moldadas num contexto de economia política de protestos sobre a propriedade, desenvolvimento e controle da tecnologia, como é formado um regime do trabalho, e como o poder político é exercido na sociedade. A formação de classe e as dinâmicas da sociedade influirão em se essas condições mínimas ocorrem, e no caso em que o façam, no como. A política estatal também joga um papel crítico ao determinar se essas três condições mínimas são atingidas, incluindo o investimento público em P&D, subsídios agrícolas e políticas comerciais. Sem embargo, há casos em que existe potencial para substituir os usos de alguns cultivos, mas por algumas razões socioeconômicas e políticas a flexibilização efetiva pode não ocorrer ou pode se tornar impopular, especialmente se se enfrenta a um dilema do tipo comida versus combustíveis [...] de maneira alternativa, deve haver casos em que a substituição de usos ocorre apesar de não ser viável em termos econômicos, como fica demonstrado parcialmente nos debates sobre a eficiência do etanol de milho estadunidense [TNI, 2014. p. 6].

Ainda no que concerne à metamorfose dos cultivos alimentares em flex crops e commodities, Borrás, Franco (e outros), aprofundam nos atributos bio-físicos, diferenciando as duas características físico-químicas –multiplicidade e flexibilidade dos usos–, que determinam a viabilidade de um cultivo para se tornar flex crop; a multiplicidade, em princípio se refere à possibilidade de uma planta ter vários usos, mas está mediada por dinâmicas da sociedade, como preferências alimentares (consumo de proteína animal), preocupações em matéria de saúde pública e ambiental (colesterol e aquecimento global), etc. A demanda por esse tipo de

cultivos não só tem aumentado em termos quantitativos, senão que agora é “mais difusa e global, em vez de simplesmente se concentrar num canto particular do hemisfério ou uma classe social consumidora particular”, levando a transformações nos padrões de produção, circulação e consumo (TNI, 2014, p. 4).

Imagem 14. Características para a flexibilização de cultivos



Elaboração própria, a partir de TNI (2014 e 2018).

A flexibilidade, por sua vez, se refere à intercambiabilidade entre os múltiplos usos de uma espécie vegetal, de maneira que, “se (estes) podem ser substituídos de um propósito específico para outro com facilidade técnica e com um retorno econômico atrativo, então não é difícil imaginar as transformações significativas para tal cultivo ou commodity, e as implicações de longo alcance para a economia política (...)” (TNI, 2014, p. 4). Para ilustrar esse assunto comparam a tendência dos agronegócios da soja e a jatropa, sendo que a segunda passou do crescimento vertiginoso à decadência em só uma década, uma vez que seu uso está restringido à produção de agrodiesel, por ser tóxico para o consumo humano e animal; no extremo contrário está a soja, que não só tem múltiplos usos, senão que estes podem ser facilmente substituídos entre si, sendo todos altamente demandados no mercado mundial, e com tecnologias de processamento relativamente baratos.

Se bem o auge da soja foi uma consequência do auge dos complexos pecuário e de comida processada logo no regime mercantil-industrial, a questão não para por aí, “os subprodutos do óleo de soja (experimentaram) um aumento da demanda com a expansão do

mercado de óleo vegetal em todo o mundo, incluso em China. O subproduto comercial mais recente da soja (é) o biodiesel (sic.)” (TNI, 2014, p. 4). Vale ressaltar que no caso do Brasil, a demanda pela soja e seus subprodutos aumentou tanto no nível global quanto no doméstico, em ambos os casos, “devido à atual economia política pecuarista, o principal produto é a ração animal, enquanto o óleo tem se convertido num produto secundário. Porém, esse óleo pode ter usos alimentares ou ser transformado em biodiesel”; essa flexibilidade do óleo de soja se vê respaldado pelo fato de que “as plantas usadas na geração de etanol são mais complexas que as utilizadas para a produção de biodiesel”, consolidando as sementes oleaginosas dentro do setor energético (idem, p. 6).

Borras Jr., Franco (e outros) exprimem um corolário desse processo de flexibilização de cultivos: “(a reconceptualização da agricultura) como fonte de biomassa para a futura bioeconomia”, o que traz repercussões manifestas e outras camufladas; dentro da segunda categoria se encontram as questões regulatórias, por exemplo, “como regar o óleo de dendê, que tem usos múltiplos e flexíveis? Deve incumbir ao setor alimentar, energético ou industrial?” (TNI, 2014, p. 2). Nesse sentido, consideramos pertinente apresentar o conceito de agronegócio segundo seus teorizadores, os já referenciados John Davis e Ray Goldberg (1957, p. 2),

Por definição, agronegócio significa a suma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de insumos agrícolas; operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de commodities e seus subprodutos. Assim, essencialmente, abrange hoje todas as funções que o termo agricultura denotava há 150 anos.

Dentro das repercussões manifestas, está o fato de a agricultura não ser mais considerada como fornecedora de alimentos, senão de simples matérias-primas. Numa economia financeirizada como a presente, o agronegócio busca produzir e especular com commodities, que é o seguinte termo a ser definido. No glossário apresentado no site do *Chicago Mercantile Exchange Group* (CME Group), agente central para as transações de commodities agrícolas na bolsa de valores, encontramos a seguinte definição de commodity: “qualquer produto aprovado e designado para negociações em bolsas ou para *clearing*, de acordo com as regras de uma bolsa de valores. Também pode referir-se a uma matéria-prima”.

O agronegócio é inerente às commodities agrícolas, sendo ele o incentivo para os processos de flexibilização, sem os quais os cultivos não poderiam se tornar ativos subjacentes para a especulação. Por isso, McMichael (2014, p. 84), em consonância com a tradição marxista, lembra que “o conceito de regime alimentar invoca a commodity como relação (e não como objeto)”, buscando evidenciar as tramas invisíveis das “relações geopolíticas, financeiras, sociais, ecológicas e nutricionais em momentos históricos significativos”. E assim chegamos à unidade básica para o estudo do atual regime alimentar corporativo, vamos agora rever as

demais questões identificadas na sua reestruturação: A financeirização e comoditização da agricultura, o dumping, a bifurcação da demanda e suas consequências nas cadeias de suprimentos, e o giro eco-territorial.

Sabemos que a comoditização da agricultura na América Latina começou a ser gestada no primeiro regime alimentar, e que algumas das suas heranças podem ser traçadas até a Colômbia, porém, há particularidades que devem ser analisadas para entendermos o modelo atual. Voltaremos então à década dos anos setenta; o mundo está no meio do *Nixon Shock* (histórico déficit na balança comercial estadunidense, excessiva emissão de dólares e consequente abandono do padrão-ouro), adicionalmente, há um efeito menos imediato e ainda não exposto das crises petrolíferas de 1973 e 1979 sobre a geopolítica dos alimentos, que tem a ver com as divisas arrecadadas pelos países exportadores do combustível nesse contexto (os chamados petrodólares), as quais foram colocadas no mercado pelo sistema bancário internacional, sendo emprestadas principalmente pelos países do Sul Global –dentre estes os latino-americanos–.

Em palavras de Frances Thomson e Sahil Dutta (2018, p. 3), “o que seguiu foi uma década de movimentos de derregulação monetária à medida que o mundo se movia a um novo regime de livre mercado de bens, taxas de câmbio flutuantes e livre mobilidade do capital”. Lembremos que na nossa região esse período, os anos oitenta, é tristemente lembrado como “a década perdida”, vamos ver agora o que há por trás de tal denominação; o primeiro país em apresentar os sintomas da recessão econômica foi o México, que em agosto de 1982 anunciou sua iliquidez em moeda estrangeira e consequente moratória no pagamento do serviço da dívida externa, gerando-se em poucas semanas um efeito dominó ao longo da América Latina.¹⁶² Pois bem, McMichael (2014, p. 47-48) recapitula os elementos dessa conjuntura e apresenta alguns conceitos que nos permitirão entendê-la, na forma e no conteúdo:

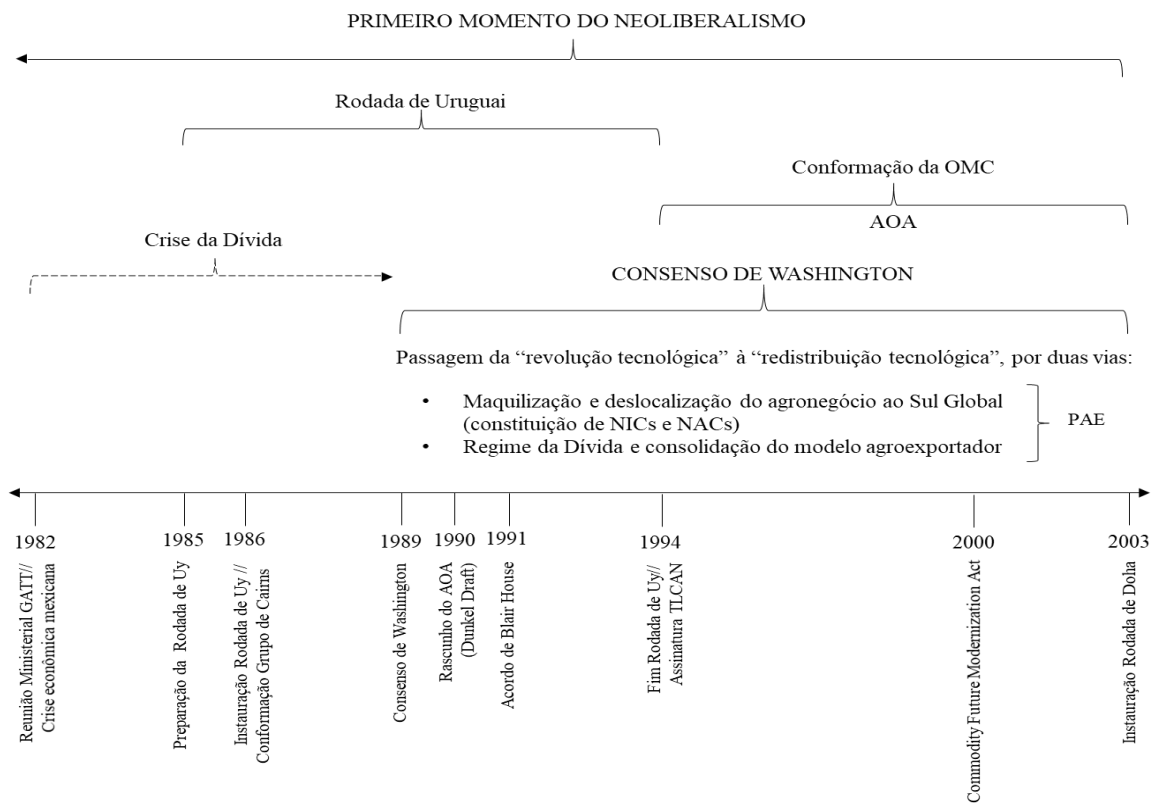
a desregulação financeira começou na década de 1970, com a convertibilidade do dólar que permitiu que os petrodólares fluíram pelos mercados financeiros do mundo ao serviço de empresas corporativas e bancárias globais e empréstimos a governos do Terceiro Mundo. Os banqueiros globais (replicando o papel do *City* de Londres a princípios do século XX) redistribuíram o dinheiro aos estados ‘em desenvolvimento’ orientados à exportação, um processo finalmente assegurado pelos banqueiros centrais da OCDE a través do Banco de Pagamentos Internacionais. Quando Estados Unidos elevou os juros em 1980, os estados endividados se converteram em objetivo dos instrumentos de ajuste estrutural determinados pelas instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI) em nome dos governos e bancos do Norte.

Vimos que o Consenso de Washington foi o quadro normativo para a aplicação dos ditos programas de ajuste estrutural (PAE) na América Latina, mas ainda há camadas por explorar

¹⁶² Vale mencionar que Colômbia, embora pertencesse aos países que mais afetou a apreciação do dólar, continuou pagando seus serviços da dívida, havendo uma demonstrada conexão entre esse fato e a entrada de divisas pelo narcocontráfico, uma hipótese que valeria a pena demonstrar é se nesse caso a política anti-drogas dos Estados Unidos, com destaque para o Plano Colômbia, cumpriu a mesma função da crise da dívida no resto da região.

nessa relação. Com esse propósito, McMichael resenha o conceito de “redistribuição tecnológica” de Jason Moore,¹⁶³ o qual se refere à aliança entre a máquina estatal e o capital financeiro, para ampliar os circuitos de acumulação, a través de duas vias principais: a primeira, a maquilização da indústria e a deslocalização do agronegócio ao Sul Global, levando à constituição de NICs e NACs; a segunda, a estruturação de um “regime da dívida”, que serviu de justificativa para a consolidação do modelo agro-exportador. Tal redistribuição tecnológica teria sucedido a “revolução tecnológica”, que caracterizou a era industrial até o momento atual, de financeirização; isso não significa que a tecnologia tenha sido relegada, senão que agora está submetida às dinâmicas do capital financeiro.

Imagem 15. Cronologia do Consenso de Washington



Elaboração própria, a partir de McMichael (2014) e Friedmann (op. cit.)

À primeira vista pode não ficar tão clara a conexão entre os três termos no conceito de Moore: a tecnologia, o *offshoring* e a dívida externa, mais uma vez, a abordagem dos Regimes Alimentares vai nos permitir delineá-la (ver imagens 15, 16 e 20). Antes, devemos lembrar os deslocamentos espaço-temporais de capital postulados por Harvey, que não só permitiram que o sistema se furta-se das crises de sobreacumulação pós-Bretton Woods, mas acarretaram uma mudança substancial (*epochal shift*) na forma de se conceber e conduzir a

¹⁶³ MOORE, Jason. The End of the Road? Agricultural Revolutions in the Capitalist World-Ecology, 1450–2010. Em: **Journal of Agrarian Change**, vol. 10, n.º. 3, Julho de 2010, p. 389–413.

economia, manifesta na virada do regime mercantil-industrial para o corporativo; os investimentos em P&D são paradigmáticos dentro das estratégias de deslocamento temporal de capitais, assim como a deslocalização o é no caso dos deslocamentos espaciais, e nessa sequência, o propósito da redistribuição tecnológica não é reduzir brechas no uso da tecnologia, e sim abrir novos circuitos de acumulação, como estratégia mista (deslocamento espaço-temporal).

É claro que essa mudança encontrou objeção, incluso dentro das classes capitalistas locais, que se viram ameaçadas pela concorrência direta do Norte Global, e é aqui que entram as alianças com o aparato estatal que, no marco do régime da d vida, se traduziu na desindustrializa o das economias latino-americanas; por conseguinte, houve processos de reprimariza o e renova o do modelo extrativista. Sobre esse ponto, McMichael (2014, p. 48) cita um trecho tão elucidativo do clássico de Raj Patel: *Obesos e fam licos*,¹⁶⁴ que quisemos traz -lo na íntegra:

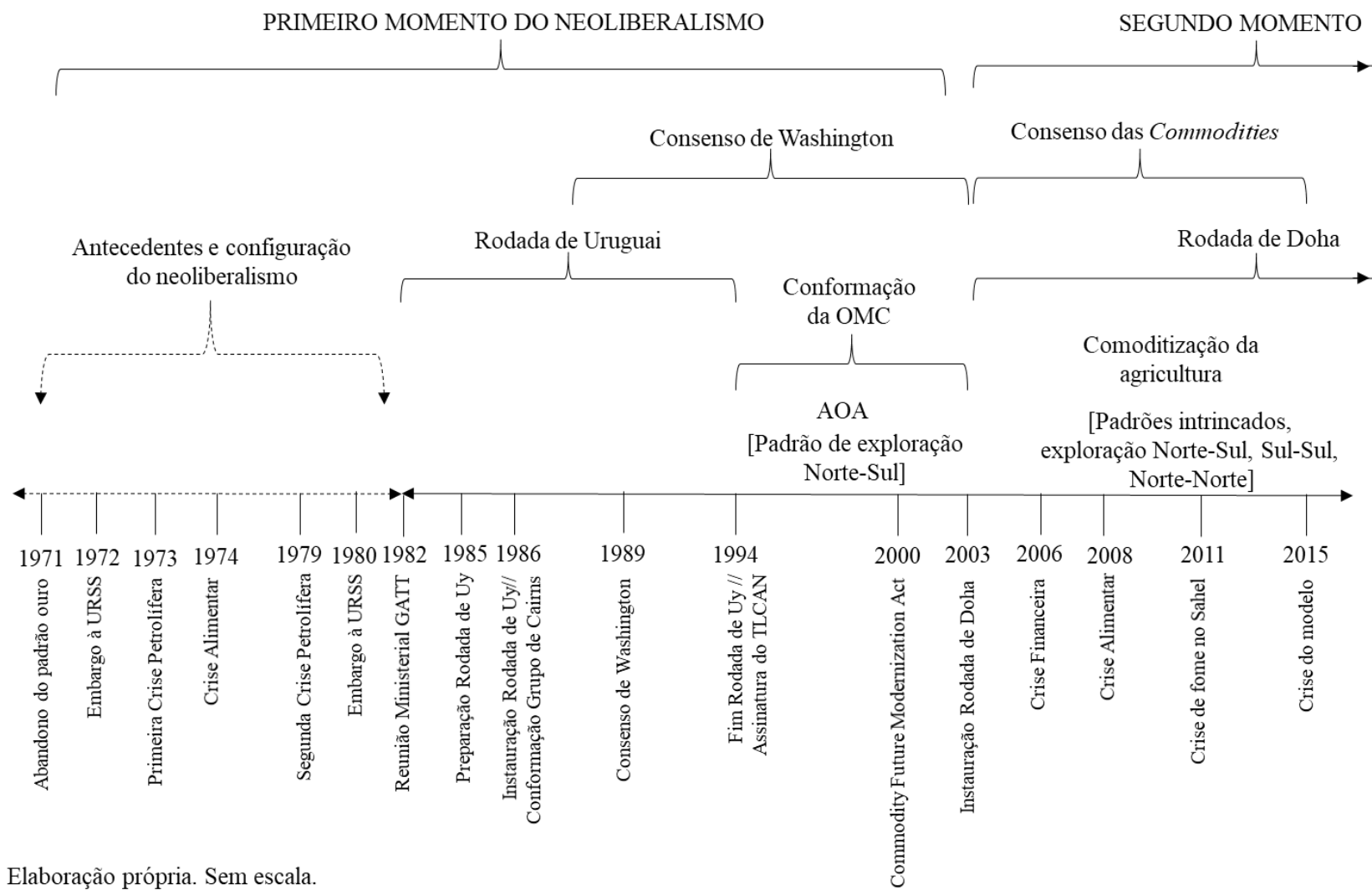
Mais uma vez, a comida iria ter um papel na política internacional. As d vidas nacionais ainda deviam ser pagas, e pagas em dólares estadunidenses. Os países buscaram formas de obter dólares. [...] o modo mais direto de obter dólares era produzir e vender bens aos países com dólares. E uma das maneiras de aplicar seus recursos ao problema era a través da exporta o de bens agrícolas. A través desse mecanismo novamente se tornou mais lucrativo para os países do Sul Global, que tivessem o clima e o solo apropriados, cultivar alimentos para o Norte Global que para si próprios. E o Norte Global conseguiu substituir os antigos instrumentos coloniais de comando e controle, com os novos e mais baratos mecanismos de disciplinamento de mercado 'autoimposto'. Com as taxas de câmbio flutuando livremente e as barreiras ao comércio reduzidas, o Norte Global pôde aceder   comida barata do Sul Global sob a aparência de magnanimidade: cada bocada desses alimentos baratos que era consumida no Norte estava auxiliando ao Sul para que pagasse sua d vida.

Nessa nova leitura da d vida externa e os Programas de Ajuste Estrutural, resulta evidente a rela o entre financeiriza o, redistribui o tecnológica e agronegócio. Aliás, a comiditiza o da agricultura não seria possível sem os outros dois aspectos; de um lado, a transgenia, o ultraprocessoamento e outras tecnologias próprias da flexibiliza o de cultivos que, em termos econômicos, os tornaram mais versáteis, além de possibilitar o comércio de produtos perecíveis e encurtar os ciclos naturais; do outro lado, a engenharia financeira, que tem redesenhado a sociedade toda, sem embargo, este instrumento não   um invento recente, já no século XVII os holandeses sentaram as bases do mercado de futuros, durante a chamada "febre das tulipas" (1636-1637),¹⁶⁵ sobre a qual voltaremos. A continua o, vamos ver as especificidades desse modelo na América Latina, e a transi o ao *Consenso das Commodities*.

¹⁶⁴ PATEL, Raj. **Stuffed and Starved**: The Hidden Battle for the World Food System. Londres: Portobello, 2007.

¹⁶⁵ Para uma revisão histórica das principais bolhas especulativas da história e seus legados para a sociedade contemporânea, ver: TR IAS DE BES, Fernando. **El hombre que cambió su casa por un tulip n**. Qu  podemos aprender de la crisis y cómo evitar que vuelva a suceder. Barcelona: Temas de hoy / Epublibre Raksha, 2009.

Imagem 16. Linha do tempo do regime alimentar corporativo



Elaboração própria. Sem escala.

4.2. O REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO E O CONSENSO DAS COMMODITIES

A partir do cenário descrito reconhecemos, de um lado, forças que puxam no sentido de um modelo social e ambientalmente mais justo, perante a evidente deterioração planetária e da soberania alimentar (giro ecoterritorial); do outro, forças que puxam pelo retorno ao modelo mercantil-industrial, em constante tensão com o poderoso capital financeiro, que consegue tirar vantagem de uma instabilidade na qual só podem reproduzir-se gigantes corporativos, havendo incluso uma crescente tendência às megafusões. O desencontro transparece na passagem do Consenso de Washington, “assentado sobre a valorização financeira e o ajuste estrutural”, ao Consenso das Commodities (SVAMPA, 2012, 2018), fato que na prática implicou a não entrada em vigor do AOA, em favor de uma produção predominantemente especuladora. Qual o papel da América Latina no meio dessa instabilidade?

Para abordar essa questão, começaremos lembrando um conceito que foi introduzido no primeiro capítulo, o extrativismo. Maristella Svampa (2018) faz um apanhado sobre a evolução desse termo, tão vinculado à história e à epistemologia latino-americanas; dentre os autores referenciados –Alberto Acosta, Horacio Machado Aráoz, Emiliano Terán Mantovani e Eduardo Gudynas– vamos nos focar nas contribuições de Gudynas e da própria Svampa, não sem antes precisar os pontos de convergência dentro da academia crítica: enquanto modelo de acumulação, trata-se de um processo multi-escalar e de longa duração, que se remonta até a Colônia, sendo portanto inerente ao surgimento, consolidação e reprodução do capitalismo e do Sistema-Mundo, isto em contraposição às leituras do extrativismo como um fenômeno recente e endêmico dos países ditos subdesenvolvidos, popularizadas especialmente na grande mídia.

Como víamos também na introdução, a mirada *eldoradista* sobre a América Latina tem justificado seu papel heterônomo na economia global,

Rica em recursos naturais, a região foi se reconfigurando uma e outra vez ao calor dos sucessivos ciclos econômicos, impostos pela lógica do capital, através da expansão das fronteiras das mercadorias; uma reconfiguração que a nível local acarretou grandes contrastes entre rentabilidade extraordinária e extrema pobreza, bem como uma grande perda de vidas humanas e de degradação de territórios, convertidos em áreas de sacrifício. Potosí, na Bolívia, marcou o nascimento de um modo de apropriação da natureza a grande escala e de um modo de acumulação, caracterizado pela exportação de matérias-primas e por um tipo de inserção subordinada na economia mundial. Especialização interna e dependência externa foram consolidando o que o venezuelano Fernando Coronil chamou acertadamente sociedades exportadoras de natureza [SVAMPA, 2018, p. 16].

Na mesma linha argumentativa, Gudynas salienta que o extrativismo é mais um modo de apropriação do que um modo de produção. Adicionalmente, a autora destaca que o dito modelo não tem tido um rumo linear na América Latina, “pois aparece atravessado pelos sucessivos ciclos econômicos, dependentes das demandas do mercado mundial, e pelos

processos de consolidação do Estado-nacional” (idem); sobre o primeiro ponto, lembramos o conceito de produção-especulação de Ocampo, que tanto nos auxiliou para entender a passagem da economia colonial à republicana, o segundo ponto será abordado posteriormente, a respeito da multiescalaridade do neo-extrativismo.

Com relação aos ciclos do extrativismo, desde a abordagem dos Regimes Alimentares, vimos que, segundo McMichael (2014), a ideologia que sustenta o capitalismo tem se transformado, desde a narrativa civilizatória (o “fardo do homem branco”), própria do regime colonial-diaspórico, passando pela ideia de desenvolvimento, no segundo regime, até chegar à supremacia do mercado no neoliberalismo (ver quadro 2); contudo, não se trata da superação das ideologias predecessoras, senão de sua sedimentação, por isso, como destacava o mesmo autor, na atualidade continua a prevalecer a ideologia desenvolvimentista, só que agora o faz sob o comando do mercado, não do Estado; Vandana Shiva (1988, p. 1) vai ainda mais longe:

‘O desenvolvimento’ iria ser um projeto pós-colonial, uma opção por ter-se anuído um modelo de progresso em que o mundo inteiro refez a si próprio à imagem do ocidente moderno colonizador, sem ter que sofrer a subjugação e exploração que implicava o colonialismo. A suposição era que o progresso ao modo ocidental era possível para todos. O desenvolvimento como bem-estar continuado para todos, foi então equiparado à ocidentalização das categorias econômicas: de necessidades, de produtividade, de crescimento. Conceitos e categorias sobre o desenvolvimento econômico e o uso dos recursos naturais que tinham emergido no contexto específico da industrialização e do crescimento capitalista num centro de poder colonial, foram elevados ao nível de supostos universais e aplicáveis ao contexto inteiramente diferente da satisfação das necessidades básicas das pessoas dos novos países independentes do Terceiro Mundo.

No entanto, em decorrência da já mencionada dialética interior-exterior (Harvey, Luxemburgo, Arendt), “a replicação do desenvolvimento econômico baseado na comercialização do uso de recursos para a produção de *commodities* nos novos países independentes criou colônias internas. Assim, o desenvolvimento foi reduzido à continuação dos processos de colonização” (idem.). Nesse mesmo sentido, e em concordância com Svampa, Gudynas (2019, p. 16) destaca o neo-extrativismo dentro das chamadas “narrativas do desenvolvimento”, pela sua capacidade “para construir e sustentar distintas políticas públicas, não só as que promovem distintas atividades, como pode ser entregar concessões ou subsidiar empresas, senão que brindam ideias que as legitimam”, entrelaçando conceitos, instituições e recursos de poder, que partem das duas categorias apresentadas por Shiva: progresso e recurso natural, as quais ganharam a qualidade de axiomas.

Sabemos que há um ponto de inflexão na hegemonia da OMC, identificando, a partir de Svampa, uma primeira e uma segunda etapa do neoliberalismo (ver imagens 15, 16 e 17), regradas pelo Consenso de Washington e o Consenso das *Commodities*, respetivamente; abordaremos agora as rupturas e continuidades entre ambos os consensos, bem como suas

relações com o modelo extrativista. Enquanto às características dessa passagem, das três expostas pela autora e apresentadas no primeiro capítulo (a demanda de *commodities* no mercado mundial, as mudanças no papel do Estado e a exacerbação do modelo extrativista), vamos focar no Estado e o neo-extrativismo. No tocante ao Estado, lembremos que sob o Consenso de Washington tinha-se tornado um “agente meta-regulador”, o implementador dos PAE elaborados pelo BM e o FMI; já no Consenso das *Commodities*, o Estado é uma figura mais versátil, e matiza desde o neoliberalismo ortodoxo ao progressismo.

Tendo abordado na seção anterior o papel do Estado no Consenso de Washington, podemos passar a discutir as particularidades desse agente sob o Consenso das *Commodities*, pois aí radica a principal ruptura entre ambos os momentos; em palavras de Svampa (2018, p. 24-25), “a diferença dos anos noventa, a partir do ano 2000-2003 as economias latino-americanas foram favorecidas pelos altos preços internacionais dos produtos primários (*commodities*), fato que se viu refletido nas balanças comerciais e o superavit fiscal”, nessa conjuntura, “(...) depois do longo período de estancamento e recessão econômica das décadas anteriores, particularmente o período abertamente neoliberal (os noventa)”, na América Latina, o aparato de Estado se fez tão dependente da exportação de *commodities*, que incluso governos mais progressistas cederam perante a suposta incontestabilidade do modelo extrativista, como destacam a autora e Gudynas (2012, 2019).

Dessa forma, o espectro ideológico dos governos latino-americanos só se evidenciou no uso que foi dado às divisas da exportação de matérias-primas, quer dizer, nas políticas que eram priorizadas no orçamento público. E assim, enquanto em governos de cunho mais neoliberal – México, Peru, Colômbia– os réditos das *commodities* foram investidos sobretudo em megaprojetos de infraestrutura e logística (isso por não mencionar os casos de malversação), “na visão progressista, o Consenso das *Commodities* aparece associado à ação do Estado, assim como a uma bateria de políticas econômicas e sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis, cuja base foi a renda extraordinária associada ao modelo extrativo-exportador”, portanto, “foram recuperadas certas ferramentas e capacidades institucionais do Estado, o qual voltou a se erigir como agente regulador e, em certos casos, como agente de redistribuição” (SVAMPA, 2018, p. 26).

Mas, quais as reais possibilidades para o Estado em termos de soberania? Svampa (2018, p. 26-27), é taxativa nesse ponto:

[...] no marco das teorias da governança mundial, que apontam a uma institucionalidade baseada em marcos supranacionais, a tendência não é precisamente a que o Estado nacional devesse ser um mega-agente, ou que sua intervenção garanta mudanças de fundo. Ao contrário, a hipótese de máxima aponta ao retorno de um

Estado moderadamente regulador, capaz de se instalar num espaço de geometria variável, isto é, num esquema multiagente, de complexização da sociedade civil, ilustrada por movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG) e outros agentes, mas em estreita associação com os capitais multinacionais, cujo peso nas economias latino-americanas longe de retroceder, aumentou de modo importante. Deste modo, embora o enfoque progressista tenha sido heterodoxo e tenha se afastado do neoliberalismo no tocante ao papel orientador do Estado, como salienta o economista argentino Mariano Feliz, este esteve longe de questionar a hegemonia do capital transnacional na economia periférica. Esta realidade colocou limites claros à ação do Estado nacional assim como um umbral inexorável à própria demanda de democratização das decisões coletivas, provenientes das comunidades e populações afetadas pelos grandes projetos extrativos.

Assim, a respeito das continuidades entre o Consenso de Washington e o Consenso das *Commodities*, mesmo nos governos de esquerda, “(...) que reivindicam a autonomia econômica e a soberania nacional, e postularam a construção de um espaço latino-americano”, houve uma “(...) confirmação de América Latina como uma economia adaptativa em relação aos diferentes ciclos de acumulação, e por conseguinte, a aceitação do lugar que esta ocupa na divisão global do trabalho” (idem, p. 28); logo, a visão *eldoradista* dos nossos territórios continua sendo o fio condutor entre ambos os consensos.

Com o súbito fluxo de divisas reviveram alguns debates que tinham se extinguido com a compulsória austeridade dos anos oitenta e noventa, “o neoextrativismo voltou a instalar com força a ilusão desenvolvimentista, expressa na ideia de que, graças às oportunidades brindadas pelo novo auge das *commodities* e, ainda mais, do papel ativo do Estado, seria possível lograr o desenvolvimento”, trata-se de um novo desenvolvimentismo, tão otimista quanto o do pós Segunda Guerra Mundial, embora menos duradouro, por estar atrelado ao volátil capital financeiro (SVAMPA, 2018, p. 17). Ainda, “grande parte das esquerdas e do progressismo populista continuam sustentando uma visão produtivista do desenvolvimento, (que tende) a privilegiar uma leitura do conflito social em termos de oposição entre capital e trabalho, minimizando (...) as relações capital-natureza, bem como as novas lutas sociais concentradas na defesa do território e os bens comuns” (Idem.).

Embora cada caso tenha suas especificidades, em termos gerais, os governos progressistas da região caíram numa nova armadilha, dessa vez, pela falsa oposição entre problemas estruturais (pobreza) e problemas ambientais, e isso teve repercussões para além da deterioração dos ecossistemas e a privatização dos bens comuns; especificamente, o avanço do poder corporativo terminou por afetar a democracia, uma vez que “em nome das ‘vantagens comparativas’ (da exportação de matérias-primas), os governos latino-americanos buscaram promover um modelo de inclusão associado ao consumo, num código plebeu-progressista, negando incluso seu caráter curtoprazista”, isto criou o que Svampa (2018, p. 28) chama de

“cidadão-consumidor”, que foi facilmente manipulado pela direita quando o ciclo expansivo das *commodities* chegou ao fim, sendo o caso paradigmático o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Ainda com relação às sequelas do neo-extrativismo na democracia, a verdadeira contradição do modelo: progressismo hegemônico/territorialidades comunitárias, levou à repressão dos Movimentos Sociais. Essa é a maior ironia do progressismo, que tinha promovido “(uma) expansão das fronteiras do direito, visíveis na constitucionalização de novos direitos (individuais e coletivos)”, sendo que “a narrativa estatista coexistia, com suas articulações e tensões, com a narrativa indigenista e ecologista, como sucedia em Bolívia e Equador, além da hegemonia crescente da matriz estatal-populista e sua articulação com os novos liderazgos”, mas, à medida que a dita contradição escancarava, “os governos progressistas terminaram por assumir um discurso beligerantemente desenvolvimentista em defesa do extrativismo, com uma prática criminalizadora e tendencialmente repressiva das lutas socioambientais, e por uma vontade explícita de controlar as formas de participação popular” (SVAMPA, 2018, p. 32-33).

Agora, após ter identificado as rupturas e continuidades entre ambos os consensos, vamos focar nas peculiaridades do Consenso das *Commodities* que, conforme a precursora do conceito, tem percorrido três fases (ver imagem 17):

1. Fase de Otimismo (2003-2008): o auge no preço das *commodities* no mercado mundial levou a uma releitura das matérias-primas como fonte de riqueza, resultando num “novo desenvolvimentismo”, de maneira que, “independentemente das diferenças entre governos progressistas ou conservadores”, em termos gerais houve um “(...) aumento do gasto social e seu impacto na redução da pobreza, o crescente papel do Estado e a ampliação da participação popular geraram grandes expectativas políticas na sociedade, sobretudo após ter transitado sucessivas crises e décadas de estagnamento econômico e ajuste neoliberal”. Ainda que negligente com os riscos socioambientais do modelo, esse otimismo estava fundamentado numa redução efetiva de pobreza na região, que passou de 44% em 2002, a 31.4% em 2011, e de 19.4% a 12.3%, no caso da pobreza extrema, graças à política pública, que atingiu 19% da população, ou seja, ao redor de cinco vinte milhões de mulheres, crianças e homens (SVAMPA, 2018, p. 32); outro aspecto destacável é o reconhecimento de direitos coletivos (dentre os quais os ambientais) nas Constituições de vários países, especialmente aqueles com governos progressistas.
2. Fase de Multiplicação de Megaprojetos e dos Movimentos Sociais (2008-2013): a dialética do modelo escancarou no seguinte lustro, à medida que os governos aceleravam o ritmo das concessões às empresas extrativistas (nacionais e

transnacionais), e se consignavam nos Planos Nacionais de Desenvolvimento novos megaprojetos (para exploração de minas, barragens, solos férteis, construção de infraestrutura, etc., segundo o perfil do país); por conseguinte, nesse período há uma intensificação dos processos de acumulação por espoliação, com a correspondente deterioração ambiental, fato que derivou no ressurgimento dos Movimentos Sociais, sob o que Svampa denomina virada ecoterritorial.

Dentro dos megaprojetos destacados pela autora estão o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) (apresentado em 2007 pelo governo do Brasil, e que pretendia a construção de barragens na Amazonia), a extração de gas e minerais nos Andes, e de petróleo na Orinoquia venezuelana, o Plano Estratégico Agroalimentar 2010-2020 (que contemplava um aumento de 60% na produção de grãos na Argentina), e o projeto regional de transporte e logística (rodovias, hidrovias, portos, corredores biooceânicos, etc.), recolhidos na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), que posteriormente passou a ser denominada Conselho Sulamericano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN).

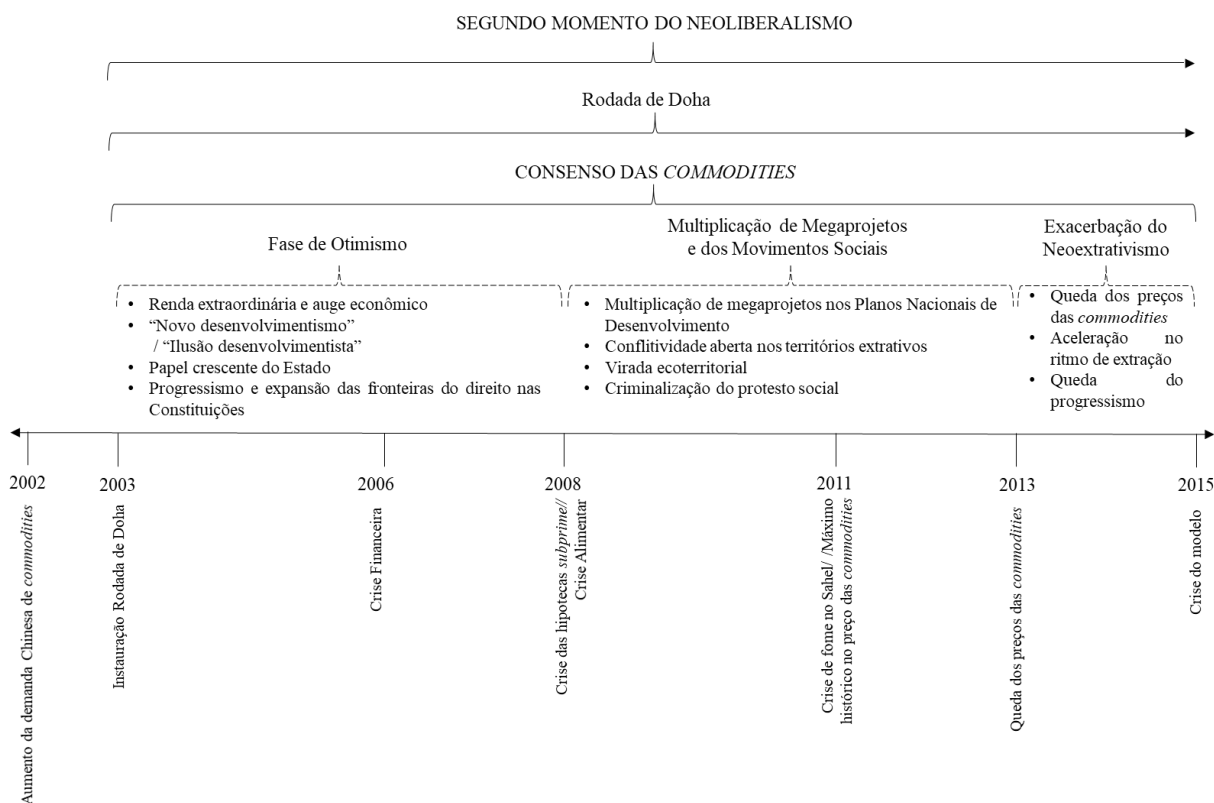
Em resposta à força da virada eco-territorial na região, houve um processo de criminalização do protesto social, por isso, Svampa (2018, p. 35) salienta: “resulta claro que a expansão da fronteira de direitos encontrou um limite na expansão crescente das fronteiras de exploração do capital, em busca de bens, terras e territórios, esmagando as narrativas emancipadoras que tinham levantado fortes expectativas, sobretudo em países como Bolívia e Equador”.

3. Fase de Exacerbação do Neo-extrativismo (2013-2015): finalmente, houve uma ampliação do número de projetos, numa tentativa por compensar os efeitos negativos nas balanças de pagamento da queda dos preços dos *commodities*; “a isto tem que adicionar o declínio da hegemonia progressista/populista e o fim do ciclo progressista, fato que (tem tido) um forte impacto na reconfiguração do mapa político regional” (SVAMPA, 2018, p. 38).

Em referência à última fase do Consenso das *Commodities*, a exacerbção do neo-extrativismo, Gudynas (2015) reconhece a existência de diferentes gerações do extrativismo: o de primeira geração, se corresponde com a exploração colonial de minerais, do solo e da força de trabalho indígena e afrodescendente; o extrativismo de segunda geração, que incorpora as tecnologias da Primeira e Segunda Revoluções Industriais (maquinaria, explosivos, insumos agrícolas sintéticos), intensificando a apropriação dos chamados recursos naturais; o de quarta

geração, no qual se introduziram os avanços tecnológicos do século XX (mecanização e sistematização, engenharia química e de materiais), para a mineração metálica, de hidrocarbonetos, do solo e da água, sendo atualmente o tipo mais comum na América Latina; por fim, o extrativismo de quarta geração, surge em resposta à crise energética, com tecnologias ainda mais nocivas para o ambiente, como o *fracking* e as areias betuminosas.

Imagem 17. Cronologia do Consenso das Commodities



Elaboração própria a partir de Svampa (2018).

Ainda na caracterização do extrativismo, o autor destaca as já mencionadas diferenças entre os governos neoliberais, o que ele denomina extrativismo tradicional, e aquele nos quais o Estado tem uma participação ativa e tendente à redistribuição das rendas extraordinárias, ou extrativismo progressista. Svampa (2018), por sua parte, propõe duas formas de abordar o neoextrativismo: como lente analítica e como modelo socioterritorial. No primeiro caso, trata-se de uma “janela privilegiada”, segundo a expressão da autora, para entender a realidade contemporânea, uma vez que o neoextrativismo está diretamente relacionado com o atual modelo de acumulação, sendo causa e reflexo das crises da modernidade, da economia global e da democracia, além de nos elucidar sobre o xadrez geopolítico –com destaque para a aparente multipolaridade do poder e o resurgimento da *pax sinica*–.

No que respeita ao extrativismo como modelo socioterritorial, partimos de que “o neoextrativismo apresenta uma determinada dinâmica territorial cuja tendência é a ocupação intensiva do território e a grilagem de terras (*land grabbing*), a través de formas ligadas à monocultura ou monoprodução, uma de cujas consequências é o deslocamento de outras formas de produção (economias locais/regionais), assim como de populações” (SVAMPA, 2018, p. 23). Dentro dos frentes da apropriação corporativa dos territórios, a autora identifica o agronegócio, a exploração de minerais energéticos e não energéticos, a privatização da água potável (*blue grabbing*), e “a conservação ou a denominada apropriação verde das terras (*green grabbing*), que inclui desde a conformação de áreas protegidas de tipo privado, até a instauração de projetos de mitigação da mudança climática como aqueles sob a denominação Redução das Emissões devidas à Deforestação e a Degradação das Florestas (REDD+)” (Idem.).

Assim, sob o modelo neoextrativista há uma renovação da questão agrária, cujo elo – que, como bem sabemos, é o poder corporativo– leva à territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2012, p. 3), processos que serão expressos na seguinte secção; a intensificação da acumulação por espoliação (que é inerente ao neoextrativismo, e sua variante agropecuária, o agronegócio), se evidencia na estrutura fundiária latino-americana, como expõe Svampa (2018, p. 23), sendo que 1% das propriedades –os maiores latifúndios– ocupam mais da metade da superfície agrícola, “Colômbia é o país com a distribuição mais desigual, com 0.4% das explorações agropecuárias dominando 68% da terra do país, segue Peru onde 77% das fazendas estão nas mãos de 1%, depois Chile (74%), Paraguai (71%), Bolívia onde 1% controla 66% das fazendas, México (56%), Brasil com 44% do território agrícola para 1% das propriedades, (e) Argentina (36%)”.

Dentro desse 1% que concentra e domina o território agrícola na América Latina encontramos, além dos agentes que caracterizaram o período anterior (proprietários históricos da terra, fazendas agroexportadoras, agroindústria processadora), os agentes que distinguem o período atual: as corporações e o capital financeiro transnacionais, epitomados no *pool de plantio*. Seguindo a Belik (1992), poderíamos dizer que a novidade do agronegócio está assentada, de um lado, nos tipos de capitais envolvidos na produção e processamento dos alimentos, de natureza mais especulativa; do outro lado, na oligopolização do sistema. É claro que, devido à presença de capitais transnacionais, as análises do neo-extrativismo são necessariamente multiescalares, por conseguinte, os fenômenos locais são uma projeção fractal das dinâmicas regionais, que por sua vez obedecem às nacionais e, por fim, à livre mobilidade do capital, e suas estratégias de deslocamento espaço-temporais.

A partir do anterior, Svampa (2018, p. 21) precisa que, embora “(...) o extrativismo (percorra) a memória longa do continente e suas lutas, (definindo) um modo de apropriação da natureza, um padrão de acumulação colonial, associado ao nascimento do capitalismo moderno”, é crucial identificar as particularidades do novo extrativismo:

[...] sua actualización, no século XXI, traz novas dimensões a diferentes níveis: globais (transição hegemônica, expansão da fronteira de *commodities*, agotamento dos bens naturais não renováveis, crise socioecológica de alcance planetário), regionais e nacionais (relação entre o modelo extrativo-exportador, o Estado-nação e a captação de renda extraordinária), territoriais (ocupação intensiva do território, lutas ecoterritoriais com participação de diferentes atores coletivos), enfim, políticas (emergência de uma nova gramática política contestatária, aumento da violência estatal e paraestatal).

No seguimento, em 2013 os preços das matérias-primas despencaram tão intempestivamente como tinham subido uma década atrás, vamos agora aprofundar nos fatores para tais oscilações.

Para começar, como vimos na introdução, o ressurgimento do mercado mundial de *commodities* nos primórdios do século XXI, foi impulsionado primeiro pela demanda chinesa (2002-2003), e posteriormente pelo deslocamento dos capitais imobiliários após a crise dos créditos *subprime* (2008), atingindo o apogeu um par de anos depois, entre 2010 e 2011; aqui vale lembrar que nos momentos de maior instabilidade o capital tende a se refugiar em matérias-primas, particularmente o ouro, e assim, à medida que os indicadores econômicos se restabeleciam, houve uma queda no mercado de metais, um dos mais influentes índices do ramo, o GSCI Spot de Standard & Poor's, caiu 2,2%, provocando uma reação em cadeia, que foi registada como “o fim do superciclo das *commodities*”.¹⁶⁶ Por fim, o petróleo, que ainda é a *commodity* mais importante do mercado, teve uma baixa nos preços em 2014, principalmente devido ao aumento na oferta, entre outros fatores, pela implementação do *fracking*.

Na América Latina, onde as *commodities* representam mais de 80% das exportações, no caso de Bolívia, Paraguai e Peru, ao redor de 60%, em Argentina, Colômbia e Uruguai, e um pouco mais da metade das exportações brasileiras,¹⁶⁷ a repercussão foi imediata; a queda dos preços das matérias-primas na região foi contundente, chegando a menos de uma terceira parte dos valores de 2011, comportamento que não se limitou ao mercado energético e de metais, senão que rapidamente atingiu o agronegócio, embora em teoria este seja menos elástico. No entanto, víamos com base em Svampa (2018, p. 12-13), que “o fim do chamado ‘superciclo das commodities’, longe de significar um enfraquecimento, confrontou-nos com um

¹⁶⁶ JUSTO, Marcelo. El fin del auge de las materias primas: ¿golpe para América Latina? Em: **BBC Mundo**, 9 de maio de 2013, online.

¹⁶⁷ Idem.

aprofundamento do neoextrativismo em todos os países”; surge então uma nova pergunta, por que o extrativismo tem conseguido ser tão duradouro? Para tentar respondê-la vamos retroceder um pouco na história.

Na cronologia do extrativismo de Gudynas (2015), vemos que tal modelo de apropriação da riqueza tem perdurado –desde a mineração e as plantações coloniais, até as tecnologias de exploração petrolífera no leito marinho (pré-sal)– graças à tecnologia, mas não devido a ela. Aliás, extrativismos de segunda, terceira e quarta gerações coexistem na América Latina, incluso os de primeira geração, onde a correlação de forças o permite (como evidencia a persistência do trabalho escravo), e isso indica pelo menos três coisas: a primeira, a permanência da matriz colonial de poder, um de cujos receptáculos continua a ser o extrativismo; a segunda, a iminência do *peak oil*, razão pela qual, “o que se apresenta uma e outra vez como avanços tecnológicos dos extrativismos em realidade são combates à escassez, e formas de ocultar os lucros decrescentes” (idem., p. 30). A terceira, o vínculo histórico entre matérias-primas e os ciclos do capital financeiro, aspecto que passaremos a analisar.

Embora nosso marco temporal seja o Longo Século XX, consideramos pertinente referir as primeiras crises especulativas da era moderna, tendo como suporte a cronologia de Fernando Trías de Bes (2009, p. 11; 14): “a crise das tulipas de 1636, (e) a da Companhia dos Mares do Sul de 1720”; de um lado, “a das tulipas foi uma das primeiras documentadas e suscita estupor comprovar que houve quem entregaram seus pertences a troca de bolbos de flores”, do outro lado, “a bolha dos Mares do Sul constituiu um dos primeiros casos de ‘criatividade financeira’ onde a titulização da dívida formou um espiral especulativo formidável”; já na era contemporânea, o mesmo autor destaca “o crack do 29 (que) foi a primeira grande bolha global”, “a bolha do Japão nos anos noventa (que) guarda muitos paralelismos com a (recente) crise imobiliária e é impressionante como freou a fantástica progressão de um país no panorama internacional”, e a crise de hipotecas *subprime*. Focaremos na primeira e na última.

No concernente à crise das tulipas, Trías de Bes (2009, p. 16; 17) remonta à era de ouro holandesa, o século XVII, quando a Companhia Neerlandesa das Índias Orientais (VOC, pela sigla em neerlandês) exercia um comércio internacional vibrante, “os Países Baixos desenvolveram um sistema financeiro ágil, eficiente e, sobretudo, aberto ao público. O Banco de Amsterdão principiou sua atividade em 1609: nele, os nobres, comerciantes, dirigentes e incluso estrangeiros podiam realizar depósitos em metálico”, pois bem, “a este próspero entorno foi parar a tulipa, (que) se introduziu em Europa (em 1539) desde o Império otomano”. Como sucede com os bens exóticos (ou melhor, exotizados), a flor foi acolhida pela aristocracia

européia como símbolo de status, especialmente após a introdução do vírus do mosaico (*Tulip Breaking Virus*, TBV), que permitiu o surgimento de exemplares raros, os quais ostentavam listras de cores brancas ou amarelas nas pétalas (ver imagem 18).

Imagem 18. Ilustração de exemplares de tulipa com TBV (1640)



Tomado de: Rijksmuseum, “Sheet from a Tulip Book by Jacob Marrel”, disponível em: <https://useum.org/artwork/Sheet-from-a-Tulip-Book-Jacob-Marrel-1640>. Dentre estes exemplares destaca o *Semper Augustus* (de cor vermelha-sangue com listras brancas), que se tornou a máxima expressão de prosperidade e bom gosto entre a aristocracia europeia.

No total, foram categorizadas cinquenta variedades sob a denominação *Admirael* (Almirante), sendo a mais valorada a *Admirael van der Eijck*, trinta variedades com o prefixo *Generael* (Generales), e assim por diante, com as tulipas Alexandre o Grande, as Scipio, e por fim, as Almirante de Almirantes, e General de Generales, quando faltou a criatividade, o importante era ressaltar a natureza preciosa das flores em questão. Dessa forma, a aleatoriedade evolutiva contribuiu ao frenesi especulador que seguiu; estamos na era pré-industrial, a tecnologia agrícola é basicamente a herdada do medievo, mas isso não foi um obstáculo para a inventiva capitalista, que foi capaz de tornar um bem perecível –uma flor, que murcha em poucos dias– numa *commodity*, como o fez?, colocando no mercado não a planta, mas seus bolbos:

Ao terminar a temporada da flor, começava a dos bolbos. Junto às tulipas tinham crescido os pequenos bolbos. Entre junho e setembro se arrancavam e se plantavam depois. A especulação teve lugar com estes bolbos enterrados. Como estavam embaixo da terra, não podiam passar de umas mãos a outras, pelo qual **os holandeses conceberam a venda de um direito sobre a futura tulipa**. Sim, falei futura. O mecanismo que explicarei a continuação se denomina hoje nos mercados de valores 'contratos de futuros'. Os holandeses, precursores de muitas das práticas financeiras modernas, **idearam a través da tulipa os contratos de futuros que hoje fazem parte de nossos mercados de valores** [TRÍAS DE BES, 2009, p. 19; ênfase nossa].

Em geral, o *mercado de futuros* funciona sob a premissa de que os preços de uma mercadoria vão subir, trate-se de bolbos de tulipa ou grãos de soja, a mecânica é essencialmente a mesma, há um comprador que assina hoje um contrato de compra com o produtor, e outro contrato de venda, por um preço maior ao de compra, o comprador desse título, por sua vez, pode continuar a revendê-lo, havendo tantas transações quanto a bolha ature; no entanto, a especulação não para por aí, “uma vez criados os mercados iniciais, são abertas oportunidades para o desenvolvimento de derivativos (por exemplo, *opções* de carbono ou *futuros* para 'ações de captura' de pesca) que permitam às empresas se protegerem de, ou especular sobre, os preços destes títulos, quotas ou créditos” (THOMSON E DUTTA, 2018, p. 26). Isto vai ficar mais claro quando falemos da crise hipotecária de 2008.

Voltando à Holanda do século XVII, Trías de Bes (2009, p. 21; 22-23) descreve a maneira em que as operações especulativas foram ganhando proporções inusitadas:

Os contratos de futuros sobre [as variedades mais raras], a maioria das quais não existe hoje, aumentaram como espuma e acima das demais. Para termos uma ideia de quanto chegou a ser pago por um bolbo de tulipa (ou melhor, por um direito sobre esse bolbo), devemos levar em consideração que 1 florim equivalia então ao poder aquisitivo de uns 10 euros atuais. Em outubro de 1636, um direito sobre um bolbo de tulipa era intercambiado a 20 florins (200 euros). Entre novembro desse mesmo ano e maio do seguinte teria lugar a maior febre especulativa e sua posterior explosão. A meados de novembro os direitos se dispararam a 50 florins (500 euros); esse mesmo mes, em só quinze dias se dobraram os preços: 100 florins, [mil euros] por uma tulipa!

A bolha inflou tanto que acabou por transbordar o círculo das elites, descendo na pirâmide social à medida que os preços escalavam, até atingir as classes populares. No ápice do ciclo, o contrato sobre meia dúzia de bolbos equivalia a um ano de trabalho, “o lucro das operações era tal que a gente achava absurdo perder o tempo trabalhando no seu ofício. Para que seguir com a madeira, com a fruta, com o gado ou o vinho se havia algo muito mais lucrativo chamado tulipa? Ademais, o único que devia ser feito era comprar e vender papéis”. Levadas pela tendência altista, as pessoas começaram a oferecer imóveis como penhor de contrato, “os casos mais chamativos são um pacto de (5 hectares) de terra por um bolbo de *Semper Augustus*¹⁶⁸ e a aquisição de um *Viceroy* por: 2 carros de trigo e 2 de centeio, 4 bois, 8

¹⁶⁸ Ver imagem 18.

porcos, 12 ovelhas, 2 tonéis de vinho, 4 de cerveja, 2 toneladas de manteiga, 1000 libras de queijo, 1 cama de casal, 1 baú cheio de roupa e 1 copa de prata”.

O 3 de fevereiro de 1637 foi alcançado o preço record de quase 200 florins por bolbo, nessa temporada “se punham à venda os bolbos que iriam florir esse ano”, e as promessas de revenda desdobradas seriam efetivadas, porém, “as vendas não foram tão bem como esperado. Não se sabe com certeza o motivo, mas se contemplam duas possibilidades. A primeira é que os preços tinham subido demasiado”, e para os aristocratas –cuja demanda de tulipas sustentava a estrutura toda– compensava mais comprar outros bens suntuários, como obras de arte e vinhos de reserva, que podiam custar o mesmo, eram mais duradouros e lhes conferiam igual status; “outras fontes apontam que as vendas de tulipas desse ano foram muito inferiores devido a que a peste bubônica reduziu a atividade comercial dos mercados de Harlem” (TRÍAS DE BES, 2009, p. 23). Usando a expressão de Susan Strange (apud. THOMSON E DUTTA, 2018), é assim que funciona o cassino capitalista.

O mais importante nesse exemplo é lembrar que, a pesar da ilusão gerada pelos derivativos, o ancoradouro da economia se encontra sempre no mercado real, “todos assumiam que o comprador final (a classe aristocrata) pagaria por uma tulipa o que eles pagavam por um bolbo e ninguém questionava o contrário” (TRÍAS DE BES, 2009, p. 23). *Ad portas* de uma bolha estourar, só quem têm acesso a informação privilegiada conseguem se furtar da falência, vendendo seus contratos antes do caos surgir, por isso as pessoas da classe trabalhadora que entram na loucura especulativa costumam ser sempre as mais afetadas; no caso da crise das tulipas, camponeses, artesãos e varejistas não conseguiram se desembaraçar dos seus contratos, que tinham perdido todo interesse no mercado, por conseguinte houve escaramuças, “as autoridades se viram obrigadas a intervir e declararam que os contratos de bolbos tinham sido uma simples venda de fumaça” (idem, p. 25).

Porém, o governo holandês devia tomar medidas definitivas para evitar que as confrontações tomassem maior envergadura, “(...) a solução foi que quem possuísse contratos no momento do vencimento podia abster-se de exercer a compra, mas estava obrigado a abonar 10% do importe pactuado”, as repercussões dessa decisão podem aperceber-se ainda hoje, “bem-vindos à criatividade financeira! Essas são *opções de compra!* O *futuro* é um contrato que obriga a uma compra ou venda em determinada data. A *opção* é um contrato que dá a possibilidade de realizar ou não uma compra ou venda numa data determinada” (TRÍAS DE BES, 2009, p. 15). Trías de Bes (2009, p. 26) relata que, mesmo sendo o mal menor, a saída das *opções* causou mal-estar entre os perdedores do jogo, “os proprietários dos bolbos receberam

10% do que pensavam cobrar e os titulares de contratos tiveram de pagar cifras aberrantes pelas tulipas”, um preço ainda muito alto por uma flor que agora ninguém queria.

Voltando ao século XXI, vamos nos referir à grande crise que o inaugurou: a das hipotecas *subprime*. É na década dos anos noventa do século passado que ganharam forma as regras introduzidas pela ordem neoliberal, no âmbito financeiro, isto foi mais evidente a finais de 1999, quando foi derogada a chamada Lei Glass-Steagall (PL 73-66 de 1933), que regulava o sistema bancário estadunidense, acarretando uma onda de especulação e mega-fusões; Thomson e Dutta (2018, p. 23) enfatizam na desregulação do mercado de derivativos de commodities, pela entrada em vigor do novo marco (*Commodity Futures Modernization Act, H.R. 5660/ 1999-2000*), “isto, junto com outras decisões tomadas pela Comissão de Comércio de Futuros de Commodities (*US Commodity Futures Trading Commission*), (...) abriu a porta ao comércio especulativo sem supervisão ou divulgação obrigatória. Essa desregulação foi resultado do *lobby* das grandes empresas financeiras”.

Essa é a essência da crise, agora, qual a sua apariência? Começemos lembrando como opera o mercado hipotecário clássico: um particular busca um crédito em um banco comercial para comprar um imóvel, adquirindo com este um compromisso, cuja garantia é o próprio imóvel, quer dizer, até que a dívida seja saldada, o banco tem direito a penhorar o bem do seu devedor em caso de incumprimento. Quais as diferenças no contexto pós H.R. 5660? A chave está na securitização que, como vimos na introdução, é o processo de especulação com seguros de qualquer tipo: de bens raízes, automóveis, maquinários, colheitas, etc.; “em termos básicos, a securitização hipotecária implica que um banco comercial venda um pacote de hipotecas a um banco de investimento, que cria um ‘veículo’ ou ‘entidade de propósito especial’ (SPV ou SPE, pela sigla em inglês) que agrupa (*pools and splices*) os ingressos destes pagamentos hipotecários em títulos que se venderão a investidores” (THOMSON E DUTTA, 2018, p. 21).

Portanto, onde antes havia uma transação entre duas partes: um devedor e um banco comercial, agora há uma cadeia: devedor, banco comercial, banco de investimento, investidores, etc.; a hipoteca, que possibilita a execução de um imóvel moroso, deixa de ser a garantia do banco comercial, que opta por vendê-la sob a figura do *título*¹⁶⁹ aos bancos de investimento, que os oferecem a investidores, e assim por diante. Com relação aos agentes novos (ver imagem 19), vamos focar em aqueles diretamente implicados no caso que estamos analisando; os bancos de investimento são intermediários financeiros, criam uma ponte entre quem quer investir capital –investidor– e quem quer arrecadá-lo, os investidores buscam fazer

¹⁶⁹ Aliás, a securitização também é conhecida como titularização.

um deslocamento espacial e/ou temporal de capitais, ou seja, colocar um montante que está ocioso no momento presente em alguma atividade que lhe reporte lucro futuro, para assim não perder sua natureza de capital (valor que se valoriza).

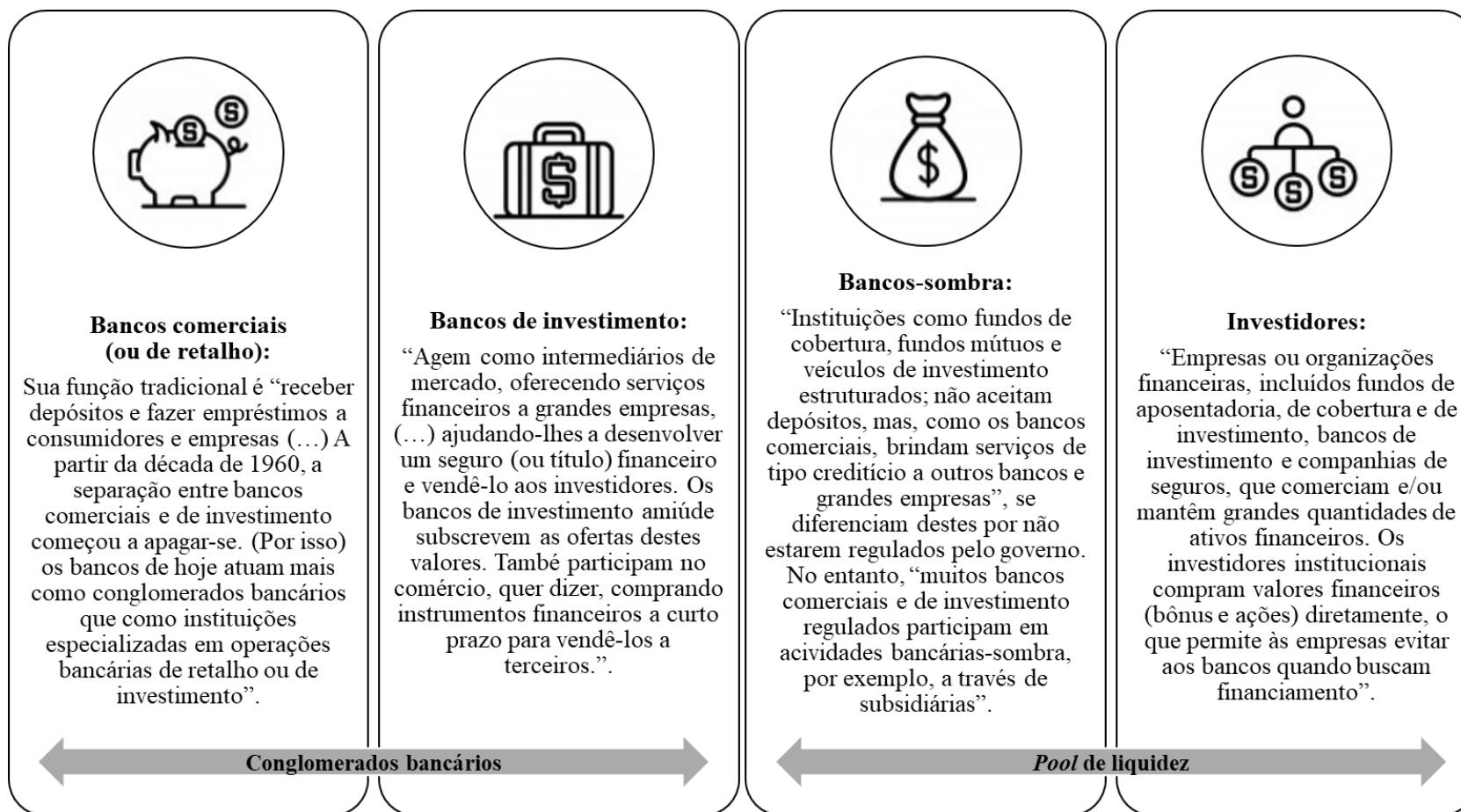
Sob esse novo esquema houve um auge do crédito imobiliário entre 2001 e 2006. As autoras expõem a mecânica da cadeia de securitização:

Os investidores escolhem entre um portfólio de títulos com diferentes níveis de risco e as correspondentes taxas de lucro. Os ingressos gerados pelos pagamentos da hipoteca são utilizados para pagar juros e capital, primeiro aos 'trechos' de menor risco; os trechos de alto (maior) risco recebem pagamentos só se e quando os outros trechos (anteriores) têm sido liquidados. Isto se denomina esquema de 'originar e distribuir': os bancos 'originam' as hipotecas e depois as distribuem a outros. Isto permite aos bancos trasladarem o risco creditício de sua balança, além disso, o produto da venda pode ser emprestado a outros clientes. Os bancos também podem se beneficiar ao cobrar tarifas por originar as hipotecas. O banco de investimento ganha a diferença entre o que pagou pelo pacote de hipotecas e a monta pela que vende os títulos. (Em alguns casos, em lugar de vender a um banco de investimento externo, o próprio banco comercial cria um SPV para realizar a securitização diretamente) [THOMSON E DUTTA, 2018, p. 21].

Para entendermos esse processo, lembremos que quanto maior for o risco de um investimento, maior o lucro, e aí entram em jogo as hipotecas com mais probabilidade de mora (*subprime*), “uma vez satisfeita a demanda do segmento mais 'solvente' da população, o mercado se dirigiu ao 'setor de alto risco' ou os compradores de moradia mais pobres, graças às técnicas de securitização”, como consequência do aumento na demanda hipotecária subiram os juros (que são os preços dos créditos) e caíram os preços dos imóveis (pela relação inversa entre ambas as variáveis); “à medida que os juros subiam e os preços das casas caíam, as pessoas começaram a incumprir o pagamento de suas hipotecas”, no entanto, é importante salientar que “o colapso do mercado *subprime* por si só não poderia ter causado uma crise financeira generalizada. Grande parte do problema foi a securitização hipotecária (...)” (idem.).

A bolha especulativa alcançou dimensões inusitadas pela globalização do mercado financeiro, e aqui devemos precisar que há uma heterogeneidade de investidores, desde milionários, passando pelos próprios corretores da bolsa, até o elo mais frágil na cadeia da especulação, os aposentados, cujas poupanças conformam os chamados fundos de pensão, aos quais os bancos de investimento venderam *títulos* hipotecários. Por regra geral, a diferença dos dois primeiros tipos de investidores, os fundos de pensão não estão interessados em investimentos de alto risco, então, por que adquiriram títulos *subprime*? Para dar resposta a essa questão devemos introduzir outro agente central na cadeia de securitização: as agências de classificação de risco, que continuaram dando as notas mais altas (AA e AAA) a este tipo de

Imagem 19. Principais agentes na financeirização da economia



Elaboração própria a partir de Thomson e Dutta (2018, p. 6-7).

Um agente central na bolha especulativa de 2008 foram as agências classificadoras de risco que, ao conferirem as notas mais altas aos títulos hipotecários, possibilitaram a entrada de investidores de baixo risco, como os fundos de aposentadoria, porém, não foram consideradas pelos referidos autores.

SPVs *ad portas* do estouramento da bolha; a Justiça estadunidense determinou posteriormente, que o sistema bancário pagou às classificadoras de risco pela atribuição das ditas notas.¹⁷⁰

No dia 15 de setembro de 2008, Lehman Brothers – toda uma instituição dentro do mundo financeiro, desde sua fundação, em 1847– declarou falência, começando um efeito dominó que atingiu os lugares mais longínquos; os culpáveis dos crimes financeiros cometidos na cadeia de securitização imobiliária não foram penalizados, longe disso, o Senado estadunidense aprovou um plano de resgate econômico, logo no 3 de outubro desse ano, custando aos contribuintes 700 milhões de dólares, e o corte do orçamento público para pequenas empresas e a classe trabalhadora. Após o resgate do sistema bancário e financeiro – em Estados Unidos e outros países direta ou indiretamente implicados na crise –, continuaram sendo criados SPVs em novos mercados, a situação permanece essencialmente igual, só mudou a aparência, e assim, os capitais transnacionais migraram como andorinhas à procura do verão.

Desde finais de 2008, os capitais que se furtaram da crise no mercado de securitização imobiliária voltaram a porto seguro: as *commodities*. Nesse sentido, Thomson e Dutta (2018, p. 23) dão novos elementos para entender o superciclo das commodities na América Latina; após a desregulação do mercado financeiro (H.R. 5660/1999-2000), “o investimento em índices de futuros de *commodities* nos Estados Unidos (cestas de derivativos negociados em bolsa sobre uma variedade de matérias-primas) aumentou de um estimado de \$ 13 bilhões em 2003 a \$ 260 bilhões em 2008”, para entendermos a volatilidade desse mercado, queremos mencionar que em 2012, após o auge do modelo na América Latina, o valor nocional dos derivativos de commodities em aberto no mercado de balcão (*notional value of outstanding Over The Counter commodity derivatives*) estava em 3 trilhões,¹⁷¹ e no fim do ciclo, “para 2017, (o mesmo valor) se manteve em \$ 1,4 (trilhões¹⁷²)”.

Anteriormente tínhamos asseverado que as *commodities* – especialmente o ouro – são um refúgio para o capital em momentos de instabilidade, contudo, não tínhamos explicado por que é assim. Por um lado, “historicamente, os preços das *commodities* têm tendido a mudar em linha

¹⁷⁰ Embora a leitura de Thomson e Dutta seja realmente didática, recomenda-se o documentário “*Inside job*”, de Charles Ferguson (2010), que permite entender de maneira muito simples a grande crise financeira de 2008 e sua correlação com as agências de classificação de risco e as esferas do poder. Um dos aspectos mais infames nesse golpe aos investidores de classe média, é que alguns corretores dos bancos de investimento apostaram contra os mesmos SPVs que vendiam a seus clientes, quer dizer, enquanto apresentavam ao público tais produtos como AAA, adquiriam outros instrumentos na bolsa de valores, que lhes permitiriam tirar lucro quando do incumprimento das carteiras *subprime*, situação que bem sabiam iria chegar mais tarde ou mais cedo.

¹⁷¹ DEF: o valor nocional dos derivativos de commodities em aberto no mercado de balcão. Fonte: Bank for International Settlements. **Statistical release:** OTC derivatives statistics at end-June 2012. Disponível em: https://www.bis.org/pub/otc_hy1211.pdf.

¹⁷² No original, “1,401 billion”, porém, o traduzimos como trilhões em concordância com o sistema estadunidense que, como no Brasil, equivale a mil bilhões.

com –e, por conseguinte, proveem uma boa proteção contra– a inflação. Isto fez com que as *commodities* fossem atrativas para quem almejavam se proteger contra perdas em outros investimentos ou diversificar seus portfólios” (THOMSON E DUTTA, 2018, p. 23), por outro lado, graças ao impulso da demanda chinesa no mercado de matérias-primas, e devido à desregulação da derivação financeira, “a crescente demanda de derivativos de *commodities* empurra os preços para cima, o que os torna ainda mais atrativos para os investidores financeiros, criando um ciclo autocumprido” (idem.).

Levando isso em consideração, é claro que “os mesmos bancos, fundos de alto risco (*hedge*) e companhias de seguros que causaram a crise das hipotecas *subprime* especulam com alimentos, aproveitando-se de mercados globais desregulamentados e altamente rentáveis” (VIVAS, 2017, p. 26). Nesse modelo sobressaem três fundos de investimento:¹⁷³

- ✓ A instituição de serviços financeiros (*Teachers Insurance and Annuity Association of America-College Retirement Equities Fund*, TIAA), corretora de fundos de aposentadoria nos Estados Unidos;
- ✓ BlackRock, um dos maiores fundos de investimento do mundo, com destaque na área de *commodities* para o setor energético (carvão, petróleo), e presença em trinta países;
- ✓ Harvard Management Company, um dos principais agentes nos processos de grilagem de terra (*land grabbing*) no Sul Global, estando incluso implicada em casos de grilagem no Cone Sul (Uruguai, Chile, Argentina e Brasil).

São esse tipo de agentes os que constituem os *pool de liquidez* (ver imagem 19), sem os quais o agronegócio não poderia operar; cria-se assim uma simbiose entre ambos os lados da especulação, pois, mesmo nos momentos de maior instabilidade financeira, “os fundos de alto risco e de pensão (têm sido) encorajados a pedir novos empréstimos e a investir em mercados de futuros, comprando bens com valor assegurado, como os grãos”, depois de tudo, “o que há de mais seguro para se investir do que o alimento, se todo mundo, obviamente, tem de comer?” (VIVAS, 2017, p. 28).

Como veremos a seguir, o ciclo de crises alimentares da primeira década do século XX não se fez esperar; “em março de 2008, o preço médio do trigo em escala mundial foi 130% superior ao do ano anterior; a soja valia 87% mais; o arroz, 74%, e o milho, 31%”; como denuncia Vivas (2017, p. 27), em decorrência desses movimentos especulativos, “os alimentos ficaram praticamente inacessíveis para muitas famílias que vivem nos países do Hemisfério

¹⁷³ Infelizmente não conseguimos a resenhar uma importantíssima publicação, por ter saído em 2020: o “Atlas del agronegocio transgénico en el cono sur: Monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos”, de Lucía Vicente, Carolina Acevedo e Carlos Vicente.

Sul, que passaram a gastar entre 50% e 60% de sua renda em comida –chegando a 80% nos países mais pobres.” A mobilização social tampouco se fez esperar, por exemplo, no México, em 2007, com os protestos pela “Crise das tortillas”, em Marrocos, Senegal, Filipinas, Paquistão, Haiti e Indónesia, a través das chamadas “revoltas da fome”, de 2008, e ainda em 2011, como um dos pontos centrais da “Primavera Árabe” (idem.).

Mas a “criatividade financeira” parece não ter fim, sendo que “o envolvimento de bancos de investimento como Goldman Sachs no mercado de *commodities* levou a um novo escândalo em 2013. Goldman Sachs tinha comprado uma quantidade de (alumínio). Logo retrasou a entrega dos pedidos para reduzir a oferta e aumentar os preços (...)” (THOMSON E DUTTA, 2018, p. 23). É claro que essa prática de comércio desleal é ainda mais nociva quando aplicada no mercado de *commodities* alimentares, frisando que logo após a crise das hipotecas *subprime*, em 2011, presenciamos a criminal fome do chifre africano (ver imagem 17); embora a crise alimentar detonasse antes do estouramento da bolha imobiliária –em 2005, no caso da África (crise alimentar de Níger), e a começos de 2008 no mundo inteiro, quando organismos multilaterais como a FAO, o BM e o FMI, admitiram que a alça nos preços da comida era um fenômeno generalizado–, há uma conexão direta com a especulação financeira.

Para Vivas (2017), embora a crise alimentar seja um processo multifatorial, o qual se intersecta com as crises energética, econômica e ambiental: aumento da demanda nos países emergentes, mudança climática e consequentes más colheitas, especulação no mercado de *commodities* e a produção de agrocombustíveis, os fatores determinantes são os dois últimos; aliás, poderíamos agregar que o único fator de aparente natureza extra-econômica, o aquecimento global, de qualquer forma é consequência do atual modelo produtivo. “O aumento do preço dos alimentos (...) estagnou em 2009, em parte por conta da crise econômica e consequente declínio na especulação financeira”, porém, “em meados de 2010, uma vez apaziguados os mercados internacionais com substanciais somas públicas injetadas no mercado privado, a especulação atacou novamente” (idem, p. 28).

Em suma, nem todas as ligações com a especulação financeira são lineares, mas é claro que esta tem engatilhado muitas das crises, em particular as de fome. Em palavras de Thomson e Dutta (2018, p. 25):

O impacto do comércio especulativo nos preços dos alimentos tem sido particularmente severo, embora se questione iradamente até que ponto a especulação foi responsável pela recente crise alimentar mundial. O preço dos produtos alimentares comercializados internacionalmente aumentou ao redor de 130% entre princípios de 2002 e meados de 2008. Estes crescentes custos dos alimentos foram especialmente difíceis para as pessoas do Sul Global, onde as compras de alimentos representam entre 60% e 80% dos ingressos.

Além disso, vimos que a flexibilização de cultivos tem potenciado os usos não alimentares dos mesmos, sendo o caso paradigmático a caixa verde da OMC e os subsídios ao agronegócio, sob o discurso da mitigação das emissões de gases de efeito estufa via agrocombustíveis, o que acarreta um dilema (*trade-off*) entre usos, que é resolvido, não em função das necessidades nutricionais das pessoas, senão dos lucros na bolsa de *commodities*. Consequentemente,

Após a crise alimentar, o número de pessoas consideradas 'desnutridas e com insegurança alimentar' aumentou aproximadamente em 75 milhões. A crise provocou distúrbios civis em mais de 40 países de todo o mundo e um aumento significativo dos custos das importações de alimentos para os 50 países menos adiantados (PMA). Os preços das *commodities* caíram drasticamente depois de junho de 2008, junto com a crise financeira, mas se recuperaram logo após um ano. Kerekhoffs *et al.* argumentou que a injeção constante (de 2003 até meados de 2008) e a rápida retirada posterior (finais de 2008) de dinheiro especulativo nos mercados de derivativos de *commodities* estavam por trás da inflação e o repentino estouramento da bolha. Desde 2008, os preços subiram antes de cair em 2015 e repontar mais uma vez. Alguns argumentam que os preços das *commodities* estão se estabilizando depois de um período de auge e queda. Sem embargo, é claramente um lugar de especulação [THOMSON E DUTTA, 2018, p. 25].

Como reza o adágio latino, *ex nihilo nihil*, pretender derivar valor a partir de bolbos de tulipa ou da securitização imobiliária não passa de ilusão, no caso dos incautos que perdem suas economias, e de simples roubo, no caso dos financistas envolvidos na criação e inchamento das bolhas especulativas. Trías de Bes (2009, p. 23-24) é taxativo nesse ponto, “estes são os perigos de especular dando as costas para o mercado real”; infelizmente, a inversão dessa relação também é válida, e há um grande perigo em dar as costas para a especulação, como veremos a partir de Arrighi (Braudel), e as esferas do poder financeiro, mas antes, vamos explicitar a forma mais vulgar desse poder: as chamadas portas giratórias (*revolving doors*), a contínua passagem de altos cargos diretivos entre entidades públicas e privadas, uma prática muito comum, a pesar do obvio conflito de interesses que implica.

Vamos agora nos referir ao “alto comando” da economia global, no qual, conforme Braudel, se encontra o “verdadeiro lar do capitalismo”; Arrighi (1996, p. 8) expõe as características dessa “camada superior não especializada da hierarquia do mundo do comércio”, quer dizer, aquele 1% da população mundial que possui um portfólio de investimento diversificado, com independência da natureza ou localização da atividade produtiva, se a houver. Para o autor,

[isto pode] ser lido como uma reafirmação da fórmula geral de Karl Marx para o capital: DMD, o capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a **ampliação** da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha [ARRIGHI, 1996, p. 5, ênfase no original].

Assim, relembremos que a concreção de capital num processo produtivo está sujeita à expectativa de que isso devirá em maior liquidez, caso a ordem geral não possa atender dita expectativa, por exemplo, quando das transições entre regimes, os capitalistas preferirão investimentos mais flexíveis. Esse ponto é muito mais relevante do que pode parecer à primeira vista, e consideramos que poderia nos ajudar a entender as rupturas e continuidades do extrativismo na América Latina.

Com efeito, esses momentos de preferência pela liquidez são o que Arrighi denomina – a partir de Braudel –, “expansão financeira”, e são “um sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista”, como se evidencia ao longo da história do capitalismo:

Ao discutir a retirada dos holandeses do comércio em meados do século XVIII, para se transformarem nos banqueiros da Europa, Braudel sugere que essa retirada é uma tendência sistêmica recorrente em âmbito mundial. Antes, a mesma tendência se evidenciara na Itália do século XV, quando a oligarquia capitalista genovesa passou das mercadorias para a atividade bancária, e na segunda metade do século XVI, quando os *nobili vecchi* genoveses, fornecedores oficiais de empréstimos ao rei da Espanha, retiraram-se gradualmente do comércio. Seguindo os holandeses, essa tendência foi reproduzida pelos ingleses no fim do século XIX e inícios do século XX, quando o fim da fantástica aventura da revolução industrial criou um excesso de capital monetário.

Nesse sentido, a *pax americana* segue o mesmo percurso traçado pelos seus antecessores, e assim:

Depois da igualmente fantástica aventura do chamado fordismo-keynesianismo, o capital dos Estados tomou um rumo semelhante nas décadas de 1970 e 1980. Braudel não discute a expansão financeira da nossa época, que ganhou impulso depois de ele haver concluído sua trilogia *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. No obstante, podemos facilmente reconhecer nesse renascimento do capital financeiro mais um exemplo do retorno ao ‘ecletismo’ que, no passado, esteve associado ao amadurecimento de algum grande desenvolvimento capitalista [ARRIGHI, 1996, p. 5-6].

Aqui vale salientar que o dito “desenvolvimento capitalista” é abordado de maneira mais apurada pelo próprio Arrighi sob o conceito de “ciclo sistêmico de acumulação”, que será retomado no final deste documento, com relação à discussão sobre a congruência do regime alimentar corporativo. Agora, à luz dessa continuidade histórica podemos ler de outra forma a financeirização da sociedade contemporânea.

Logo, “a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial”; sob esse olhar sintomático da expansão financeira, entendemos que, nos ciclos de “concreção” ou “especialização”, os capitalistas operam uma combinação de recursos naturais, força de trabalho e técnica, em atividades produtivas e/ou comerciais, porque tais investimentos reportam maior liquidez, até que, numa dada altura, o fluxo monetário ultrapassa esse nível e a

economia entra em ciclos “eccléticos”, em que são mais rentáveis as formas flexíveis de capital (DD). “O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiro (fases MD)” (ARRIGHI, 1996, p. 6).

Todavia, apesar do caráter recorrente das expansões financeiras, é claro que cada uma delas guarda particularidades. Para descrever o momento atual, Arrighi (1996, p. 3) resgata o conceito de “acumulação flexível” de Harvey, que se caracteriza pela desarticulação do modelo de desenvolvimento fordista-keynesiano, com o fim da produção de massa especializada, o surgimento de um tipo de “especialização flexível”, e consequente transposição do poder financeiro em relação ao estatal. “Essa guinada, por sua vez, levou a uma explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, ligados à ascensão de sistemas muito sofisticados de coordenação financeira global”, como evidenciado na cadeia de securitização; “o remanejamento espacial dos processos de produção e acumulação, o ressurgimento da produção artesanal e das redes empresariais pessoais/familiares e a disseminação de coordenações via mercado, em detrimento do planejamento empresarial e governamental” (idem. 3-4).

Flexibilização e inovação, tais são os mantras da atual expansão financeira, cujo sustentáculo é o meio técnico-científico-informacional, como exposto por Santos (1994). Para entendermos melhor esse processo, vamos introduzir a estrutura em três patamares com que Braudel explicava a dialética da sociedade: o primeiro patamar, a chamada “vida material”, ou domínio da “não-economia”, o segundo, a “economia de mercado”, e a camada superior, onde encontramos o “capitalismo” ou “antimercado” (ver imagem 32); mais uma vez, deixaremos a discussão das duas camadas inferiores (vida material e mercado), para o final do capítulo, em que abordaremos os horizontes do atual regime alimentar. A continuação, focaremos nessa camada superior, o 1% que, como aduzido parágrafos acima, tem maior liquidez monetária, e por isso pode investir de forma eclética ou flexível.

Tal vez, nos movimentos especulativos seja mais fácil enxergar a essência da economia que, em parte obedece a uma molecularidade, pela diversidade de interesses individuais em jogo, mas, está sob o influxo de um polo magnético, esse patamar superior que Braudel designou como o lar do capital. Segundo Arrighi (1996, p. 9-10), “historicamente, o crescimento por uma única via de desenvolvimento e as guinadas de uma via para outra não têm sido um simples resultado inintencional dos inúmeros atos autonomamente praticados (...) pelos indivíduos e pelas múltiplas comunidades em que se divide a economia mundial”, pelo contrário, as variações no rumo que toma a economia “(...) têm ocorrido sob a liderança de

determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente bem-posicionados para tirar proveito das consequências não pretendidas dos atos de outros agentes”.

O anterior não implica que a dita camada superior seja uma entidade monolítica, como temos argumentado em vários momentos da nossa exposição, porém, negligenciar sua ingerência nas outras camadas da sociedade conduz a análises parciais. As díspares sequelas do estouramento de uma bolha especulativa evidenciam esse fato, de maneira que, para o 99% da população chega a significar uma tragédia, pela perda do emprego, da moradia e/ou das economias de toda uma vida, enquanto para a esfera capitalista só representa um sinal para seus capitais migrarem a outro destino. Por conseguinte, a capacidade do capital financeiro para incidir na economia de mercado e a vida material é indissociável do poder corporativo; é nessa perspectiva que entendemos o neo-extrativismo na nossa região. A seguir, aprofundaremos nas formas que tomou a expansão financeira na agricultura latino-americana.

4.2.1. Impactos da financeirização na agricultura latino-americana

Na secção anterior vimos que a expansão financeira pós Bretton Woods pode ser lida como sintoma do fim da *pax americana*, à luz da historiografia braudeliana (ARRIGHI, 1996); vale ressaltar ainda que esse vertiginoso crescimento do mercado financeiro se dá tanto em termos absolutos, quanto relativos, lembrando que na atualidade a proporção entre este e o mercado “real” é de ao redor de 104:1 (THOMSON E DUTTA, 2018). Na teoria econômica neoclássica, a liberalização do capital promoveria o desenvolvimento dos países ditos atrasados pelo fluxo norte-sul de capitais, esse pressuposto não só é questionável, na prática o resultado tem sido exatamente o contrário: a reprimarização dessas economias, a instabilidade como consequência dos movimentos de *investidores andorinha*,¹⁷⁴ e incluso, nas últimas duas décadas, fluxos de capitais no sentido inverso (sul-norte) (*idem.*).

O aspecto que mais nos interessa é a reprimarização das economias latino-americanas, sob o Consenso das Commodities, máxime porque esse processo tem se dado a custas da soberania alimentar, por estar atrelado a um modelo agroexportador e especializado em cultivos não tradicionais (NTC, pela sigla em inglês). Já vimos que isto faz parte das estratégias de deslocamento espaço-temporal com que o capital tenta esquivar as crises permanente de sobre-

¹⁷⁴ Investidores que fazem operações baseados em variáveis de curto prazo, colocam seus capitais onde as taxas são mais lucrativas e assim que obtiverem seu rendimento voam a outros destinos, como andorinhas procurando o verão, esses movimentos especulativos geram distorções nas taxas de câmbio e outras variáveis macroeconômicas importantes, porque modificam o montante de divisas disponíveis literalmente em questão de segundos.

acumulação, e levaram à comoditização da economia (HARVEY, 2004). As consequências sobre a agricultura são palpáveis:

A crescente participação de investidores financeiros e especuladores tem provocado mudanças na forma em que funcionam os mercados de commodities, até certo grau, ‘desvinculando-os’ das condições do mercado físico (por exemplo, a oferta e a procura reais) e ligando-os mais estreitamente aos movimentos em ações e bônus. Por exemplo, os especuladores de índices [...] usualmente não tomam suas decisões de investimento de acordo com as condições da oferta e a procura em mercados físicos específicos, senão em relação com o desempenho de outros ativos financeiros. Provavelmente, tal especulação está por trás da simultânea subida e queda nos preços de diferentes commodities –as quais não podem ser facilmente explicáveis pelos fatores da oferta e a procura–. Ainda, os especuladores não têm interesse nas commodities em si. Segundo a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), somente 2% dos contratos de futuros terminam com o envio do bem físico [THOMSON E DUTTA, 2018, p. 24].

Essa lacuna entre as operações financeiras pactuadas –principalmente no *Chicago Board of Trade* (CBOT, que faz parte do referido CME Group)–, e o 2% que se efetiva no mercado físico, só chega a ser atravessada pelos gigantes corporativos, no caminho ficam milhões de empresas e estabelecimentos agrícolas menores que entram em falência, e bilhões de famílias famintas nos espaços urbanos e rurais. As consequências da especulação na vida das pessoas de carne e osso é muito real, ela gera distorções e instabilidade nos preços das commodities e, por meio delas, incluso nos preços de cultivos locais que são vitais para a alimentação humana, e continuam sendo teimosamente produzidos pela economia camponesa, apesar dos desígnios padronizadores do agronegócio.

Mesmo assim, “o crescimento do comércio de derivativos de commodities segue sendo fortemente respaldado por muitos fazedores de política e instituições como o BM”, curiosamente, essa defesa é mais responsável pelo fracasso do AOA e em geral do Consenso de Washington, do que a própria ação dos movimentos sociais que se opõem à globalização neoliberal; aliás, são os Estados e organismos multilaterais os que “(...) têm mudado a ênfase da estabilização de preços através de acordos internacionais sobre as commodities, tribunais de comercialização centralizados e esquemas cooperativos, para estratégias privadas, baseadas no mercado, especialmente o comércio de derivativos” (THOMSON E DUTTA, 2018, p. 24). A crise alimentar do 2018 foi o indício do modelo agroalimentar que promove a atual geopolítica dos alimentos, tomando a forma de agronegócios como os da soja e a floricultura na América Latina.

Em concordância com o anterior, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2012, p. 6) identifica três pilares em que se alicerça esse modelo de produção e especulação agrícola, nomeadamente: a produção de commodities, a regulação dos preços dessas mercadorias nas bolsas de valores, e o controle do processo produtivo através da constituição de monopólios mundiais, dinâmica

que se articula e projeta no espaço rural pela “monopolização dos territórios” e a “territorialização dos monopólios”; o primeiro cenário, a monopolização do território, se efetiva a partir de:

[...] empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes [OLIVEIRA, 2012, p. 10].

No segundo cenário, a territorialização do monopólio, o capital “atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012, p. 8). Ambas as dinâmicas apresentadas pelo autor são expressivas na América Latina, no entanto, elas representam a apariência do processo, para entendermos sua essência devemos traçar as relações com o patamar superior na estrutura de Braudel, o 1% cuja ingerência no rumo da economia global é iniludível, uma vez que:

Nessa camada superior é que se fazem os lucros em grande escala. Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista ‘monopolize’ as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos de atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação [ARRIGHI, 1996, p. 8].

Sabemos que essa possibilidade de deslocar continuamente os investimentos tem consequências na economia como um todo, seja diretamente, a través das cadeias de derivação de valor, que distorsionam as variáveis de referência (preços, taxas de juro, taxas de câmbio, base monetária, etc.), seja pelo “enorme impacto no comportamento das corporações”, pois, como destacam Thomson e Dutta (2018, p. 16), “na carreira por aumentar os preços das ações, muitos gerentes corporativos têm começado a imitar a conduta do mercado financeiro, tornando a estrutura da empresa mais ‘curtoprazista’”; como resultado, “empresas não financeiras têm optado por novos canais de lucro através de atividades financeiras, reestruturações (como subcontratação, aquisições e fusões) e engenharia financeira (como recompras de ações ou evasões fiscais), em lugar de investir em novos produtos ou melhorar a produtividade”.

No agronegocio há sim um investimento constante em I&D, como aprendimos com os *flexcrops*, mas mesmo nesse caso as decisões obedecem a incentivos financeiros, pela promessa de retorno no mercado de derivativos de commodities. Uma das consequências mais diretas, e a razão de ser da presente tese, é a repercussão dessa administração financeirizadas das empresas agropecuárias sobre os padrões de especialização produtiva, e mais especificamente, o fenômeno de *bifurcação* apontado por Friedman; a esse respeito, McMichael (2014, p. 16) cita novamente a Pritchard, quem recapitula esse processo:

A OMC foi um instrumento adicional, para além dos Ajustes Estruturais, de reestruturar a agricultura mundial e as relações comerciais, fomentando 'uma mudança inter-hemisférica na troca agroalimentar global' —com os produtores comerciais do Norte Global exportando cultivos, carnes e lácteos de menor valor, e os Estados do Sul consolidando agroexportações de alto valor, as quais foram introduzidas durante o regime da dívida de 1980. Assim: 'enquanto os cidadãos do Sul Global foram crescentemente alimentados com milho cultivado em Estados Unidos, trigo europeio o leite em pó antipódico, os consumidores afluentes no Norte enchiam seus carrinhos de supermercado com uma gama cada vez maior de alimentos transportados por via aérea provenientes do Sul Global.'

Nossa leitura para a América Latina é que a dita bifurcação tem exacerbado tanto a divisão territorial do trabalho, quanto a sexual, no primeiro caso, havendo uma notável diferença entre o agronegócio nos países da faixa intertropical e do Cone Sul do continente, com a consequente incorporação diferenciada do trabalho das mulheres. Continuando com McMichael:

Destarte, o regime alimentar corporativo é representado por uma estruturação da ordem alimentar global ao estilo da OMC —um regime que em última instância foi derivado da influência das corporações sobre os governos dos Estados Unidos e a União Europeia, pressionando para uma instituição supranacional que consolidaria legalmente seu controle e conteria a autoridade para extê-lo mais.¹⁷⁵ Esse regime estava vinculado a uma lógica normativa de liberalização, embora a norma fosse desigualmente aplicada, ao deslocar os subsídios agrícolas do Norte ao sistema de caixas sob o Acordo sobre Agricultura da OMC. O resultado foi uma divisão internacional do trabalho agrícola construído politicamente [idem.].

Para o autor, os gonzos que sustentam o atual regime são, primeiro, o que se deriva dos regimes anteriores, a institucionalização do Norte como celeiro, graças à "(...) desigual aplicação da retenção dos subsídios agrícolas e as proteções contra as importações de alimentos processados e semielaborados para Estados Unidos e a União Europeia", via normativas da OMC; o segundo, consequência dos "(...) PAE da década dos anos oitenta, centrado em partes do Sul Global a medida que as agroexportações não tradicionais se expandiram para sufragar a dívida nos chamados 'Novos Países Agrícolas' (NAC, pela sigla em inglês)" (idem.). Na imagem 20 resumimos essa dinâmica.

Conforme a principal teórica dessa abordagem, em resposta à crescente consciência sobre as consequências dos agrotóxicos na saúde humana e dos ecossistemas, a qual tem derivado na procura de produtos mais saudáveis, acentuar-se-ia tal bifurcação do sistema alimentar na escala global, como "sistemas complementares dentro de um único regime alimentar emergente" (FRIEDMANN, 2005, p. 261), com as transnacionais se beneficiando dessa segmentação do mercado pela possibilidade de cobrar preços diferenciados, e inclusive pela preservação da estratificação das classes sociais. Ao estar "lideradas por capitais privados, às vezes as mesmas empresas vendem produtos de qualidade e baratos a diferentes classes de

¹⁷⁵ WEIS, Tony. *The global food economy: the battle for the future of farming*. Londres: Zed, 2007, p.132.

consumidores. Nos Estados Unidos, as duas cadeias de supermercados que definem os mercados das duas classes são *Whole Foods* (uma apropriação assombrosa de um termo contracultural dos anos 60) e Wal-Mart” (ibid, p. 254).

Correndo o risco de abusar do recurso, vamos agora apresentar um trecho de Bértola e Ocampo (2010, p. 21), o qual nos ajuda a entender a lógica econômica que opera por trás da bifurcação do mercado na nossa região; para começar, a partir dos autores corroboramos que a variável edafo-climática é fundamental no comércio de produtos agrícolas, fato que em parte responde à diferenciação objetiva entre os cultivos de clima temperado e tropical, porém, o interessante são as relações sociais (políticas, econômicas, culturais) que se tecem ao redor dessas diferenças, em particular, vamos nos referir à “natureza de seus processos de produção (e) as relações de competência ou complementariedade implícitas respeito aos mercados de destino”. Segundo os autores:

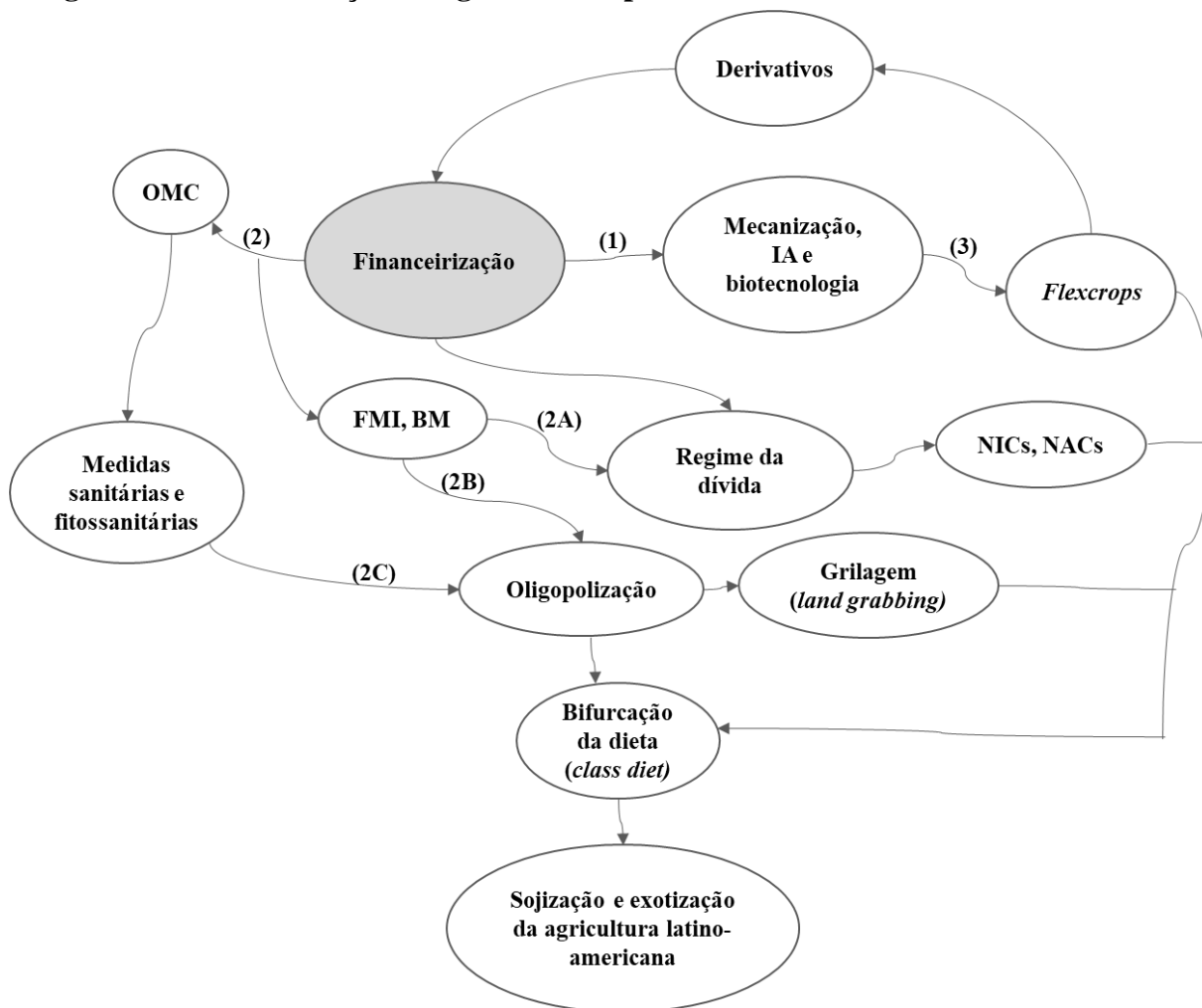
[...] os diferentes produtos têm especificidades que determinam as possíveis trajetórias tecnológicas e da organização social, embora não se trate de um duro determinismo dos recursos sobre os aspectos tecnológicos e institucionais [...]. Sem embargo, é innegável que diferentes produtos oferecem diferentes possibilidades de encadeamentos produtivos a jusante e a montante. Por sua vez, os mercados aos que se destina e com os que se compete apresentam diferentes estruturas, desde alguns que ostentam monopólios ou oligopólios, mesmo que às vezes seja por períodos limitados (nitratos, café, borracha), até os que competem com regiões nas que o trabalho é abundante e relativamente barato (Ásia e África), principalmente em produtos de agricultura de clima tropical ou subtropical, até produtos que competem com a agricultura dos países desenvolvidos [sic.], que apresentam certa escassez de recursos naturais e maior nível de remuneração de mão de obra (trigo, milho, carnes, lãs).

Para os autores, a partir de um e outro tipo de mercado –quer dizer, “segundo o conteúdo tecnológico e as bases de competitividade dos produtos exportados e importados”–, não só desponta a estrutura exportadora: valor agregado, diversificação, balança de pagamentos, etc., senão que “também será de grande importância a evolução da estrutura da produção do mercado interno, ou seja, as mudanças na estrutura do consumo e a produção”. Apesar da sua relevância, essa segunda relação não será aprofundada.

Como salientam os próprios Bértola e Ocampo, as diferenças entre a estrutura exportadora dos cultivos intertropicais e a dos cultivos temperados derivam em diferenças na matriz tecnológica de cada tipo de agronegócio; com relação ao anterior, Santos (1986, 1994) argumenta que o meio técnico-científico-informacional se constitui como uma força autônoma, capaz de acelerar as transformações tecnológicas em si, além de universalizar e dissociar geograficamente os processos produtivos, com o conseqüente aumento e concentração do poder corporativo e das estruturas financeiras que o sustentam –principalmente no Sul Global–. Um exemplo interessante disso é a territorialização recente da soja na Amazonia, como expansão do modelo do Cerrado, que conseguiu superar barreiras edafoclimáticas pela via tecnológica; a

não linearidade dessa dinâmica se evidencia na adaptação ao contexto local, por exemplo, os incêndios como prática sistemática na disputa da soja pelos territórios indígenas.

Imagem 20. Financeirização da agricultura e processo correlatos na América Latina



Elaboração própria.

Legendas:

- (1) Investimento em pesquisa e desenvolvimento (I&D), que podemos abordar a partir de conceitos como: “Deslocamentos espaço-temporais” (HARVEY, 2014), “Redistribuição tecnológica” (MOORE, 2010; apud. MCMICHAEL, 2014), e/ou “Meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1994).
- (2) Tecnocracia: Reorganização da arquitetura institucional, com a instauração de novas instituições (OMC), e a delegação de novas funções ao BM e FMI (arrecadação de pagamento à dívida externa e ajustes estruturais); (2A) Programas de ajuste estrutural (PAE) prescritos aos países do Sul Global; (2B) Liberalização do mercado; (2C) Barreiras não tarifárias ao comércio e penalização da produção local mais artesanal, pelo não cumprimento de medidas sanitárias e fitossanitárias que requerem grandes investimentos.
- (3) Matrizes tecnológicas que marginalizam a produção local tradicional.

A pesar de os NAC serem resultado direto do regime da dívida dos anos oitenta, há raízes profundas da bifurcação do sistema agroalimentar que queremos retomar. Para começar, “o movimento de cultivos alimentares durante o intercâmbio colombiano ocorreu com bastante rapidez para muitas plantas”, um caso já visitado, “as batatas, (...) foram vistas pela primeira vez por exploradores europeus em 1551 e já estavam sendo cultivadas nas Ilhas Canárias em

1567” (KHOURY, ACHICANOY, BJORKMAN, E OUTROS, 2016, p. 6). Como vimos no capítulo 3, a dita adaptação de espécies vegetais se deu em ambas as beiras do Atlântico (e daí em diante no globo terráqueo todo), ocasionando também uma *europização* da agricultura latinoamericana, no sentido da introdução dos cultivos básicos da dieta europeia –cana, grãos, hortaliças, gados–, momento que marca o que denominamos primeiro momento e primeira aceção da *exotização*; a segunda aceção será abordada de aqui a pouco.

Tentando enxergar as múltiplas determinações que se escondem “por trás da forma fenomênica de circuitos de commodities chave”, voltamos aos regimes alimentares; o comércio trasatlântico sustentou a que “tal vez seja a mais radical e inovativa forma de agricultura”, a conformação de um “celeiro do mundo” para alimentar a força de trabalho que mantinha andando à oficina do mundo, o que significou, aumentando a escala de análise, a concentração de terra, trabalho e capital nas ex-colônias, para a agroexportação (MCMICHAEL, 2014, p. 23-24). No entanto, quando analisada mais de perto, vemos que a complementariedade entre cultivos das zonas intertropical e temperada é contingente, sendo que “o regime alimentar pode ter uma forma específica ao marcar um episódio histórico particular identificado com uma face particular do poder, mas seu conteúdo depende da elaboração de um conjunto historicamente intrincado de relações de produção e reprodução” (idem.).

Sabemos já que na América Latina o extrativismo é transversal a esse conjunto historicamente intrincado de relações de produção e reprodução, e por isso queremos chegar à definição de Gudynas (2015, p. 13), tal vez a mais completa no estado da arte, como “um tipo de extração de recursos naturais, em grande volume ou alta intensidade, e que estão orientados essencialmente a ser exportados como matérias-primas sem processar, ou com um processamento mínimo”, entendendo então ao agronegócio como a aresta agroalimentar do neo-extrativismo. Sob essa abordagem o agronegócio não seria concebido enquanto modelo de produção, senão como modelo de apropriação da mais valia da força de trabalho mais vulnerável, e dos bens comuns que constituem os agroecossistemas (fertilidade do solo, fontes hídricas, agrobiodiversidade, etc.).

Nesse cenário, como salienta Friedmann (1992, p. 376), “a virada às exportações não tradicionais’ cria novos problemas. Fruta fresca, vegetais, pescados, incluso flores e plantas ornamentais, frequentemente competem diretamente com a produção doméstica nos Estados Unidos e a União Europeia”, acentuando as brechas históricas no comércio global, e, por conseguinte, uma estrutura interestatal hierarquizada; adicionalmente, esses agronegócios, “ainda que amiúde se baseam em capital nacional’, por exemplo em Chile, estão organizados,

desde as sementes até a comercialização, conforme os padrões globais”, que são normatizados pela OMC, e viabilizam os processos de oligopolização (ver imagem 20). Por isso, segundo a autora, “no trânsito da complementariedade colonial à competitividade num contexto global, a base política da produção e o comércio não desaparece, porém, muda” (idem.).

Na atualidade, complementariedade e competitividade tomam a forma de bifurcação, em palavras de Friedmann (2005, p. 41-42): “com corporações transnacionais (particularmente varejistas globais e sua associação GLOBALGAP) organizando cadeias de suprimento agroalimentar a través de padrões de qualidade alimentar regradados de forma privada que se apropriam do ambientalismo do consumidor para renovar a acumulação e anular os padrões alimentares públicos”. Por isso sustentamos que na prática do comércio internacional há um falseamento dos argumentos dos economistas clássicos (Smith e Ricardo), sendo que os padrões de especialização não obedecem às ditas vantagens comparativas, mas ao uso político e econômico das vantagens naturais; na América Latina, o processo de bifurcação é favorecido pelas diferenças climáticas, tirando lucro da segmentação da demanda entre alimentos para o consumo massivo e suntuário.

É nesse sentido que abordamos os dois casos propostos, como resultantes de um entramado de relações de poder que consolidaram cadeias agroalimentares diferenciadas: de um lado, os complexos pecuário e de comida processada, cujo propósito é produzir commodities baratas, para a reprodução da classe trabalhadora, sendo o agronegócio da soja paradigmático nesse âmbito; do outro lado, a produção de alimentos e matérias-primas para o consumo das elites (desde alimentos biológicos, até cosméticos a base de produtos naturais, passando por plantas ornamentais), dentro da qual as flores são só um exemplo, porém, tal vez seja um dos mais patéticos, por se tratar de um cultivo não alimentar. Vamos aprofundar nessa questão, começando com a dinâmica da *sojização* (GOLDFARB, 2013), que é a base do regime alimentar corporativo.

Mas, antes disso, dedicaremos pelo menos algumas linhas para falar sobre a grilagem de terras (*land grabbing*), aspecto no qual não aprofundaremos, por ser nosso foco a comoditização da agricultura. Poucas semanas antes da defesa dessa tese (em outubro de 2021), a *Initiatives in Critical Agrarian Studies* (ICAS) lançou uma segunda edição, com acesso aberto, de “Speculative Harvests: Financialization, Food, and Agriculture” (“Colheitas

especulativas: Financeirização, Alimentação e Agricultura),¹⁷⁶ de Jennifer Clapp e Ryan Isakson, onde as autoras frisam: “o setor alimentar e agrícola tornou-se também um novo site para acumulação financeira de outras formas para além da especulação com commodities”, em particular, o “(...) aumento de novos tipos de fundos de investimento baseados em alimentos e agricultura permitem aos investidores lucrar com a exposição financeira a terras agrícolas e empresas do agronegócio” (p. 12); esperamos poder explorar essa relação em futuros trabalhos.

4.2.2. As forças da sojização no Cone Sul

A partir de Yamila Goldfarb (2013, p. 15), entendemos a *sojização* como “a forte expansão e consolidação da soja como um importante determinante das configurações espaciais do campo”, um processo interdependente da financeirização, “expressa tanto na importância que adquire o mercado de commodities, como nos mecanismos de financiamento de safras e da dinâmica desencadeada no setor por sua crescente participação no mercado de capitais (por meio de fusões, aquisições e criação de derivativos)”. No Cone Sul, as raízes da sojização começaram a delinear-se já no regime alimentar colonial-diaspórico, uma vez que foi nessa ordem que a região adquiriu a condição de celeiro do mundo; por outras palavras, no século XIX a região sulina tomou uma forma que no século XX foi preenchida por um novo conteúdo, pelo efeito do que temos denominado *forças da sojização*.

Friedmann (1992, p. 377), dá luzes sobre a gênese e desenvolvimento da sojização:

A soja é, de longe, o cultivo que tem crescido mais rapidamente no mundo desde 1945. Partindo de uma cultura alimentar asiática, a soja se tornou a base para a transformação global da pecuária, ligando monoculturas e a criação intensiva e científica de animais, por meio de gigantes corporações agroalimentares, a través de muitas fronteiras nacionais. A produção mundial de soja triplicou entre finais de 1940 e 1970, e logo duplicou novamente entre 1970 e 1988, virtualmente em todo o mundo ocidental. Mais que um quarto da produção mundial da oleaginosa, com um valor de \$4.8 billion, entra ao comércio internacional.

Assim, é no regime alimentar mercantil-industrial que as ditas forças se concretizam, em decorrência dos múltiplos fatores que expusemos em capítulos e secções anteriores, dentro dos quais ressaltamos dois: de um lado, a flexibilização de cultivos (*flexcrops*), e do outro, a complexa relação entre ambos os polos da Guerra Fria que, no caso da geopolítica dos alimentos, moveu-se entre contratos comerciais secretos e embargos públicos, e acabou sendo um incentivo para o crescimento das companhias transnacionais, que foram traçando estratégias para driblar as proibições e fornecer grãos ao importante mercado soviético; isto teve consequências diretas no Cone Sul, sendo nesse contexto que entraram no mercado mundial de

¹⁷⁶ CLAPP, Jennifer; ISAKSON, Ryan. **Speculative Harvests: Financialization, Food, and Agriculture**. Warwickshire: Practical Action, 2021.

soja Argentina e Brasil, este último chegando a produzir mais que os Estados Unidos, até então monopolista (FRIEDMANN, 1993).

É claro que ambos aspectos estão estreitamente relacionados, a flexibilização da soja permitiu –junto com a do milho transgênico– a criação de um complexo no qual se alicerça todo o modelo, ao ser o principal insumo para a produção de ração animal e para a indústria processadora de alimentos,¹⁷⁷ incursionando incluso na geração de energia; assim, é evidente o poder do complexo soja, que em consequência tem atraído gigantes corporativos, aliás, a partir das megafusões que caracterizam ao atual sistema agroalimentar, Bayer-Monsanto, Syngenta-ChemChina e DuPont-Dow controlam 71% do mercado mundial de agrotóxicos e praticamente dominam o 100% do mercado das sementes transgênicas, dentre as quais as de soja *Roundup Ready* (RR), a variedade usada pelo agronegócio.¹⁷⁸ Uma situação análoga se dá com a comercialização, controlada por apenas quatro companhias (ADM, Bunge, Cargill e Luis Dreyfus, com um 80% do total mundial) (OLIVEIRA, 2016; GOLDFARB, 2013).

Segundo Goldfarb (2013, p. 39), “foi no início do processo de consolidação dos complexos agroindustriais que o entrelaçamento dos complexos produtivos da soja e da carne de aves com a de carnes bovinas e suínas se deu, no Brasil”, sendo portanto a gênese da sojização no sul desse país; nos demais países do Cone Sul houve processos análogos. A autora reconhece dois fatores que favoreceram a localização do complexo soja nessa região: a conjuntura internacional e a intervenção do Estado; o primeiro fator, o cenário global, foi descrito amplamente no capítulo anterior e sintetizado no começo desta seção, a propósito de uso dos “alimentos como arma” no marco da Guerra Fria, conseqüentemente, vamos focar só no segundo fato. A esse respeito, Cristiane Campos (2011) fala da constituição de uma ‘tríplice aliança’ (latifúndio-agronegócio-Estado), que vamos a analisar melhor.

Para a autora, “existe no Brasil, e muito provavelmente em outros países latino-americanos, uma tríplice aliança (...) agronegócio-latifúndio-Estado, que cria as condições favoráveis para a territorialização do agronegócio no contexto de implantação das políticas neoliberais no país, a partir da década de 1990” (CAMPOS, 2011, p. 121). As ditas condições favoráveis para a territorialização do agronegócio são de ordem técnica (modernização conservadora), política (portas giratórias e conseqüente apoio governamental), e socioeconômica (estrutura latifundiária), e possibilitaram “a manutenção e/ou aumento da concentração de terras e de outras formas de riqueza em poucas mãos e, desse modo, contribui

¹⁷⁷ Se couber essa denominação, podendo falar-se incluso de ração humana, pelos comprovados riscos à saúde humana da dieta ultra processada e baseada em variedades de soja e milho transgênicos.

¹⁷⁸ Ver Ribeiro (2017).

decisivamente para a produção e reprodução da pobreza e da exclusão social nos municípios do interior do Brasil, fenômenos cuja forma e conteúdo são ainda mais perversos para as mulheres” (ibid. p. 21).

Nessa lógica, o lobby das cooperativas do sul foi crucial para que o governo militar interviesse na modernização do setor agropecuário em geral, e na consolidação da soja em particular, fazendo uso tanto da política pública, quanto da política internacional, nesse último caso, com destaque para o referido acordo comercial com Japão, que incentivou a expansão da oleaginosa em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Oeste da Bahia (GOLDFARB, 2013, p. 40). Evidencia-se assim que “(o) processo de modernização não homogeneizou o espaço agrário brasileiro e nem tampouco o espectro tecnológico da agricultura”, pois, sabemos que é do interesse do capital a preservação das diferenças passíveis de lucro, sendo que “(...) esse processo abrangeu basicamente os estados do Centro-Sul brasileiro e de forma bastante concentrada, já que abrangeu um número relativamente pequeno de estabelecimentos” (ibid. p. 35).

Goldfarb (2013, p. 39) cita a Leonel Mazzali,¹⁷⁹ quem salienta que “o Estado esteve no centro: a) do desenvolvimento da produção agrícola e de sua articulação com a indústria a montante da agricultura; b) da modernização e organização da estrutura de comercialização da soja; c) da constituição e do desenvolvimento da agroindústria processadora”. Aqui vale resgatar os clássicos trabalhos de Guilherme Delgado (1985) e Walter Belik (1992), que apresentam a evolução da política governamental para a agricultura e sua relação com os processos de industrialização e urbanização, a partir da década dos anos setenta, destacando, no primeiro caso, a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e no segundo, as mudanças qualitativas do setor processador, que é uma sintoma da diversificação industrial, quer dizer, a tendência das corporações a não ter uma atividade exclusiva, senão um leque de negócios dos quais a indústria processadora é um elo articulador; voltaremos sobre esse ponto.

O parecer de Campos (2011, p. 22-23) a esse respeito é mais categórico, argumentando que o Estado brasileiro “pode ser caracterizado como ‘fiel servidor’ dos organismos internacionais na implementação das reformas neoliberais que viabilizam, entre outras coisas, o avanço do capitalismo no campo”. Para a autora, dentro da referida tríplice aliança, o Estado tem “(garantido) a adoção de um conjunto de medidas essenciais para o fortalecimento do agronegócio”, além do pacote clássico (financiamento ou investimento direto em obras de

¹⁷⁹ MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização em rede. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

infraestrutura, empréstimos e subsídios), que passaremos a revisar no seguinte parágrafo, ela destaca “(a) flexibilização de legislações trabalhistas e ambientais; isenções ou grande redução de impostos para os produtos destinados à exportação, como é o caso da soja, liberação do cultivo e comercialização de variedades transgênicas”.

Assim, ainda com relação à política governamental, vamos nos adentrar um pouco nesse pacote clássico de instrumentos que foi medular na constituição do agronegócio da soja, nomeadamente, “(a) política de crédito rural; (os) investimentos diretos, por exemplo infraestrutura de transporte e armazenagem, na produção de fertilizantes; (os) subsídios fiscais e créditos específicos para a instalação de agroindústrias processadoras”; adicionalmente, “o Estado atuou como regulador da comercialização de grãos”, e como árbitro nos conflitos entre agentes econômicos (“cooperativas agrícolas, indústria processadora, exportadores de grãos”) (GOLDFARB, 2013, p. 39). Agora, dentre esses instrumentos que facilitaram a territorialização da soja no Brasil destaca o crédito rural, “principal instrumento de política pública para a agricultura”, especialmente num cenário crescentemente financeirizado, por isso nos debruçaremos sobre esse ponto (idem. p.70).

Em consonância com Delgado, Goldfarb (2013, p. 69-70) faz referência à centralidade do SNCR na constituição do complexo soja no Brasil, no entanto, em função do seu recorte temporal, enfatiza nas transformações recentes no sistema de créditos agrícolas, as quais estão diretamente relacionadas com a crise da dívida dos anos oitenta e consequente transição entre os regimes alimentares mercantil-industrial e corporativo, fato que se traduziu na entrada de entidades creditícias privadas, muitas delas transnacionais. A autora salienta as diferenças entre ambos os modelos, no crédito oficial, “(os) recursos são provenientes basicamente da poupança rural, dos fundos constitucionais, dos recursos obrigatórios e do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Por sua vez, o crédito agrícola comercial tem seus recursos disponibilizados pelos fornecedores de insumos, seus distribuidores (revendas e cooperativas agropecuárias) e pelas *tradings* de grãos e seus derivados”.

Perante as restrições prescritas aos estados latino-americanos no marco do regime da dívida, e a resultante “drástica diminuição de subsídios” para o crédito rural, cada vez mais “as *tradings* e indústrias processadoras ou as produtoras de insumos passaram (...) a ter um papel significativo no fornecimento de recursos para os produtores, já que essas empresas tinham maior acesso aos mercados de crédito internacional”, dessa forma, a produção de grãos foi se subordinando à lógica especulativa das corporações (GOLDFARB, 2013, p. 70). Nessa dinâmica se cria uma simbiose entre o Estado e o agronegócio, pois, como vimos, o poder

corporativo cresceu e tem se desenvolvido graças à intermediação estatal, e as divisas que geram as commodities financiam os planos de governo em grande medida, incluso no caso dos governos do chamado socialismo do século XXI (FRIEDMANN, 1993; SVAMPA, 2012, 2018; OLIVEIRA, 2016).

Não obstante, essa simbiose é paradoxal, uma vez que o agronegócio produz territórios transfronteiriços, não só quando da comercialização (que é transnacional por definição), senão incluso durante a produção, sendo emblemático o infame anúncio que a então Syngenta publicou na mídia argentina no ano 2003, no qual dava a conhecer sua percepção do Cone Sul como uma “república unida da soja”, que se espalha através de Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai e Paraguai (ver imagem 21). Aliás, vimos que as funções do Estado começam a mudar no primeiro momento do neoliberalismo, e se tornam ainda mais paradoxais no segundo momento; no caso do agronegócio, essa guinada se percebe a partir de 1988, pelo desmantelamento ou transferência de instituições setoriais que foram centrais na conformação dos CAIs (de álcool, café, trigo, etc.), a redução no orçamento e a mudança na atuação do Estado.

Imagem 21. República Unida da Soja segundo Syngenta



Tomado do site da GRAIN: <https://grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada>, acessado no 9 de junho de 2021.

Para esclarecer esse trânsito entre o regime mercantil-industrial –pautado pela política pública–, e o regime corporativo –cujo elo é o agronegócio–, Goldfarb (2013, p. 70-71) introduz a forma, função e estrutura da armazenagem e sua relação com os instrumentos públicos de

estabilização da oferta agrícola. Com efeito, a logística e infraestrutura dispostos para a soja na sua caminhada ao mercado internacional, são um dos elementos mais importantes para entender a territorialidade do agronegócio em geral, e a desta commodity em particular; até a administração de Fernando Collor o governo era o chamado a intervir nos cenários de flutuação do mercado, no seu caso, respondeu à elevação dos preços internacionais das commodities com uma política que “consistia em garantir ao agricultor uma rentabilidade agrícola financiada pelo crédito rural, o que neutralizava os efeitos da inflação”, porém, a apreciação da taxa de câmbio e a abertura econômica de começos da década dos noventa tornaram muito onerosa tal medida.

Após o conturbado impeachment de Collor, “no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a estabilização da economia, houve uma mudança radical nessa política. O governo passou a se desinteressar pela estabilização da oferta agrícola e pela necessidade de fazer com que esta viesse de produção nacional”, inaugurando-se assim a era neoliberal; “após a mudança cambial de 1999 tornou-se dispensável a formação de estoques públicos (...) o que se passou a fazer foi viabilizar a formação de estoques privados” (GOLDFARB, 2013, p. 71). Com o desmantelamento das empresas estatais que administravam a armazenagem de soja, aumentou o poder das corporações transnacionais em todos os elos do complexo, havendo uma ologopolização tanto na oferta de recursos financeiros –crédito–, como dos insumos necessários para uma produção condizente com os padrões internacionais, e o escoamento das colheitas.

Isso não significa que o Estado tenha deixado de destinar orçamento público para o agronegócio, só que a direção da cadeia agroalimentar foi entregue à iniciativa privada; dessa maneira, “é importante lembrar que o investimento em infraestrutura para transporte e armazenagem de grãos é feito em parceria com o Estado, que aporta volumes imensos de recursos financeiros”, portanto, “(...) o papel do Estado passa a ser o de garantir a fluidez ao território e de superar barreiras materiais e imateriais à produção ou circulação das commodities (como legislações ou direitos)” (GOLDFARB, 2013, p. 129-130). Mesmo assim, devido ao déficit de “unidades de armazenagem de fazenda” (aquelas que se localizam *in situ*), a logística é ineficiente e dependente dos chamados silos coletores, intermediários e terminais, objetos onipresentes ao longo das estradas sulinas até os portos (*idem.*).

A autora nos ajuda a entender a importância deste conjunto de objetos e ações, cujo manejo repercute na oferta de grãos, além de sujeitar aos produtores, que já não podem determinar quando vender e escoar suas colheitas em função dos preços que lhes sejam mais favoráveis;¹⁸⁰ “até os anos 80, a grande maioria das unidades armazenadoras eram estatais ou

¹⁸⁰ Para aprofundar nesse importante aspecto, ver Goldfarb (2013, p. 134-140).

cooperativas, em especial na região Sul (de Brasil)”, mas o panorama mudou completamente na década seguinte, pela impetuosa construção de silos corporativos (coletores, intermediários e terminais), como resultado, no auge do superciclo das commodities, já “74% da capacidade de armazenamento (pertencia) a agentes privados, 21% a cooperativas, apenas 5% (eram) controladas pelo Estado”, e se localizam essencialmente no sul do país. “O total da capacidade estática do Brasil é de 158 milhões de toneladas, sendo que apenas 1,96 milhões pertencem à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)” (GOLDFARB, 2013, p. 131).

Este aspecto é crucial na análise da territorialização da soja, muito especialmente no que respeita à consolidação do poder oligopólico das corporações agroalimentares. Para começar, vale destacar que a oligopolização foi um processo precoce, no Brasil, “já ao final da década de 1970, 60% da produção de soja passava a ser controlada por apenas quatro empresas: Ceval, Sadia, Perdigão e Cargill” (GOLDFARB, 2013, p. 40). Sabemos que esse aumento e concentração do poder corporativo coincide com o declínio da *pax americana*, e que o governo estadunidense tem lutado com afínco para não perder sua hegemonia, intervindo sobretudo na arquitetura institucional multilateral, mas também na legislação doméstica, tal o caso da *Commodity Futures Modernization Act* (H.R. 5660/ 1999-2000), que estudamos na secção anterior; vamos agora ver qual a estratégia traçada para driblar as normas antimonopólicas, num contexto de “acirramento da concorrência internacional”.

Dentre os instrumentos utilizados pelos Estados Unidos, Goldfarb (2013, p. 44) faz referência ao fortalecimento dos subsídios às exportações em 1988 (em plena Rodada de Uruguai), a imposição de sanções unilaterais às importações que, no entender das autoridades norte-americanas, violassem a legislação comercial desse país (ementa *Super 301*), e o projeto *Export Trading Company Act*, votado no congresso em 1982, ao qual poderíamos agregar o *Foreign Trade Antitrust Improvements Act*, que estava ligado a ele. Sabemos que a esfera de influência dessas medidas era limitada –estando *ad portas* a criação da OMC–, no entanto, isso não significa que fossem intrascendentes, uma vez que elas marcaram a consolidação do modelo de conglomerados empresariais, que atuam tanto no comércio, quanto no financiamento a terceiros (bancos de investimento e *pools* de liquidez), à imagem “das corporações japonesas *Sogo Shosha*”.

Assim, na sua tentativa por se remir do déficit na balança comercial, o governo estadunidense sentava as bases para a integração horizontal e vertical como nova estratégia das companhias transnacionais, “(promovendo) a formação de empresas e associações exportadoras e autorizar empresas bancárias controladoras (*holdings*), bancos financiadores e subsidiárias de

bancos estadunidenses a investir em empresas de comércio exportador” (GOLDFARB, 2013, p. 44). Mais uma vez, podemos evidenciar aqui a passagem entre o regime alimentar mercantil-industrial e o regime corporativo:

Uma diferença no aspecto das fusões e aquisições (F&A) das décadas de 1950 e 1960 com as que passam a ocorrer a partir da década de 1990 é que nas primeiras décadas, as grandes empresas buscavam diversificação adquirindo fornecedores na intenção de se integrar às fontes de matérias-primas e complementar suas linhas de produtos. Nas décadas seguintes, as F&A se deram mais no sentido de incorporar concorrentes e alcançar novos mercados [ibid., p. 47].

Doravante, há uma tendência à integração comercial e técnica entre produtoras de matérias-primas, empresas processadoras e a indústria de produtos alimentícios para o consumo final, dentro das quais podemos resenhar a Cargill, Unilever, Bunge e Coangra Brands, como exemplos de integração vertical a jusante, na busca de maior valor agregado dentro da cadeia alimentar; mas o movimento não só se dá verticalmente:

As empresas alimentares acabaram se desfazendo das plantações [...] e se concentraram na confecção e marketing do produto final. [...] em especial para o caso dos produtos que poderiam ser facilmente organizados em mercados de commodities. Isso fez [...] com que as empresas alimentares hegemônicas se libertassem das restrições de uma única cadeia alimentar e passassem a se diversificar horizontalmente. No mesmo sentido foram feitas alianças estratégicas entre empresas hegemônicas em biotecnologia, em atividades a montante e a jusante, as grandes *traders* e o setor de primeiro processamento. [Essas alianças ou *clusters*] visam agregar valor vindo da produção de especialidades [ibid., p. 50].

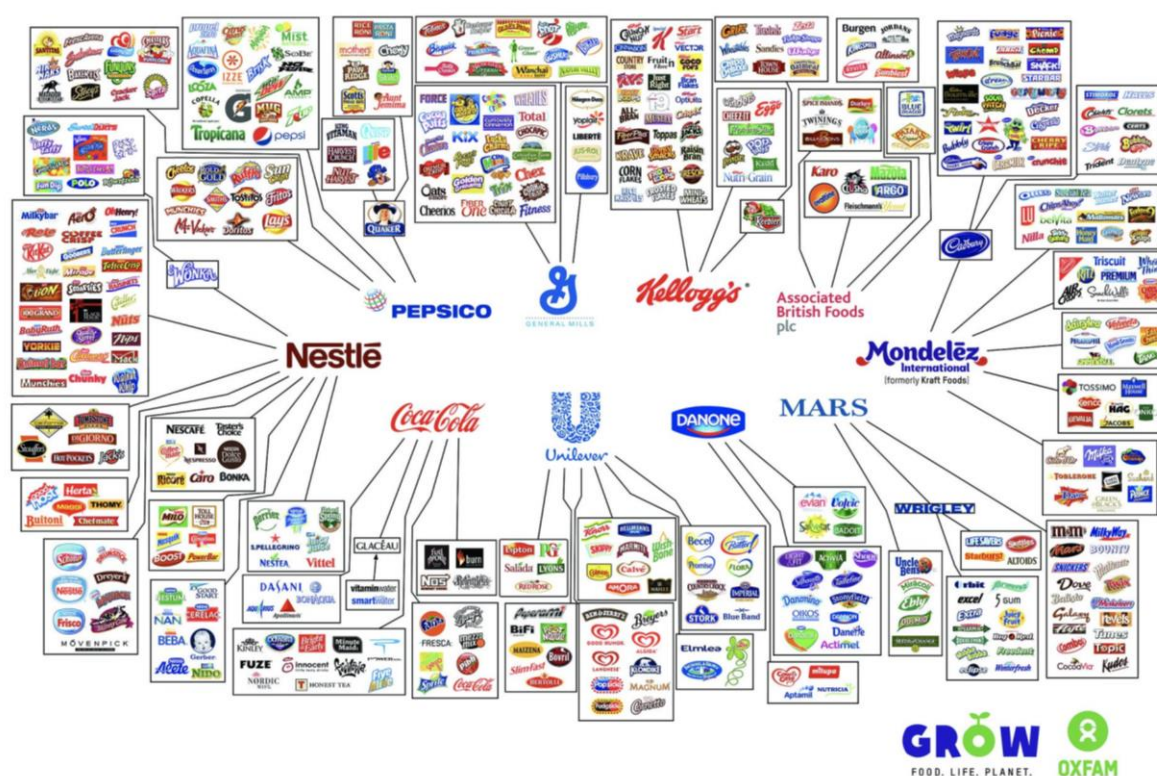
Em ambos os casos, há um oneroso investimento em P&D, o que se traduz em barreiras à entrada de concorrentes. Como resultado, a configuração do espaço rural que se associa aos *clusters* é bem mais complexa, pelo carácter especulativo da produção agrária em si, e pela constituição de poderes oligopólicos.

Nesse cenário, a autora destaca¹⁸¹ duas estratégias de diversificação: a diversificação radical –quando a aliança se realiza entre setores com pouca ou nenhuma sinergia produtiva ou comercial–, e a diversificação complementar –quando há um maior grau de similaridade entre as empresas– (GOLDFARB, 2013). Como vimos, as alianças (fusões e aquisições) e a diversificação surgiram como resposta ao acirramento da concorrência internacional a partir dos anos oitenta, contudo, o resultado foi muito além; no caso de empresas como a Cargill, “(...) parte significativa do seu faturamento (está associado) a um maior leque de diversificação produtiva, como negócios de comercialização de produtos e insumos agrícolas, corretagem, finanças, química, têxtil, etc”, sendo que para o ano 2000, os produtos alimentares representavam apenas uma terceira parte do seu faturamento (idem., p. 52).

¹⁸¹ Identificadas por: MARTINELLI JR., Orlando. As tendências mundiais recentes da indústria processadora de alimentos. Em: **Revista Pesquisa & Debate**, vol. 10, n°1(15), p. 5-40, 1999.

Esse é o outro extremo na concentração do poder corporativo que caracteriza o atual regime alimentar (lembrando que no começo do capítulo resenhamos as megafusões das principais empresas de insumos agrícolas: Syngenta-ChemChina, DuPont-Dow, Bayer-Monsanto); com respeito a isso, Oxfam alerta, no observatório *Behind the brands* (Por trás das marcas),¹⁸² que dez *clusters* alimentares estão no prato de virtualmente cada pessoa na Terra: Unilever, Nestlé, Coca-Cola, Kellogg's, Mars, Pepsico, Mondelez, General Mills, Associated British Foods e Danone (ver imagem 22); a soja (junto com o milho) é um ingrediente onipresente nos produtos desses conglomerados, adquirindo todas as formas, cores e sabores, que a engenharia de alimentos consegue tirar dela. Mesmo assim, como veremos no final do capítulo, é a agricultura camponesa a que alimenta a maioria da população global, não o agronegócio (ETC GROUP, 2017).

Imagem 22. Dez maiores marcas de produtos alimentícios no mundo



Tomado do site de Oxfam: <https://www.oxfamamerica.org/explore/stories/these-10-companies-make-a-lot-of-the-food-we-buy-heres-how-we-made-them-better/>, acessado no 15 de junho de 2021.

Leticia Arrúa, Lis García, Guillermo Ortega e Sarah Zevaco (2020) apresentam uma apurada análise da territorialização da soja em Paraguai (uma radiografia mesmo, como elas denominam sua pesquisa), a partir da qual é possível entender melhor o agronegócio da dita

¹⁸² Disponível no vínculo: <https://www.behindthebrands.org/>, essa plataforma permite ver um relatório sobre a atuação das empresas resenhadas em termos de direitos humanos e ambientais, até a última atualização, que foi feita em 2016.

oleaginosa, e como repercute no espaço rural sulino. Na imagem 23a resumimos esse processo, tendo como insumo principal o esquema das autoras, que se complementa com o de Lourdes Vildomiú (1984); para começar, na fase pré-agrícola, encontramos o oligopólio de insumos, sem os quais é impossível estar a par da concorrência dentro da cadeia agroalimentar capitalista; na seguinte fase, entramos na produção propriamente dita, sobre a qual voltaremos de aqui a pouco; na fase de industrialização, uma parte do grão é transformada em farelo e óleo, tanto para o consumo direto, quanto para ser incorporado como insumo por outras indústrias; por último, os grãos de soja e seus derivados chegam aos portos, desde onde são exportados.

Na imagem 23b, Arrúa (e outras, 2020) aumentam a escala de análise, conseguindo capturar uma perspectiva mais detalhada da fase agrícola do agronegócio de soja no Cone Sul. O primeiro elemento a levar em consideração nesse diagrama é a sujeição da produção camponesa ao agronegócio, seja pela via da modernização produtiva e consequente dependência dos insumos disponibilizados no mercado, seja pela logística e infraestrutura de armazenagem, como se se tratasse de um fractal do regime da dívida, aplicado, já não aos países como um todo, senão às unidades de produção familiar; o segundo elemento é o peso relativo dos dois objetos geográficos mais ostensivos na paisagem agrícola do complexo-soja: o latifúndio e os silos, a partir dos quais se dá um fluxos de mercadorias, pessoas, ações e informações, que conduzem a uma configuração do espaço determinada (SANTOS, op. cit.).

Especificamente, a configuração do espaço no complexo soja reflexa o poder dos *clusters* alimentares, que Goldfarb (2013, p. 50) evidencia por meio de uma brochura da Cargill, do ano 2001, na qual –num tom distópico que parece saído de uma obra de ficção científica– o conglomerado de empresas se orgulhava de sua ubiquidade na vida cotidiana das pessoas:

Nós somos a farinha no seu pão, o trigo no seu macarrão, o sal em suas batatas fritas. Nós somos o milho das suas *tortillas*, o chocolate na sua sobremessa, o adoçante no seu refresco. Nós somos o azeite no seu molho de salada e o bife, porco ou galinha que você come na janta. Nós somos o algodão na sua roupa, o reverso do seu tapete e o fertilizante no seu campo.

Em anos recentes (após 2006), poderíamos acrescentar à lista: nós somos a soja e o milho no agrodiesel que (supostamente) vai esfriar o planeta (e que justifica a conservação de subsídios às monoculturas, embora elas próprias estejam entre as principais responsáveis pelo aquecimento global, como discutíamos em secções anteriores). Essa questão dos usos não alimentares dos cultivos reforçam a definição que dimos de agronegócio, a partir do conceito de extrativismo de Gudynas, como um modo de apropriação mais do que de produção; nessa mesma sintonia, a autora declara: “o regime alimentar é uma forma de produção e circulação de valor mais do que de alimento propriamente dito” (ibid. 51).

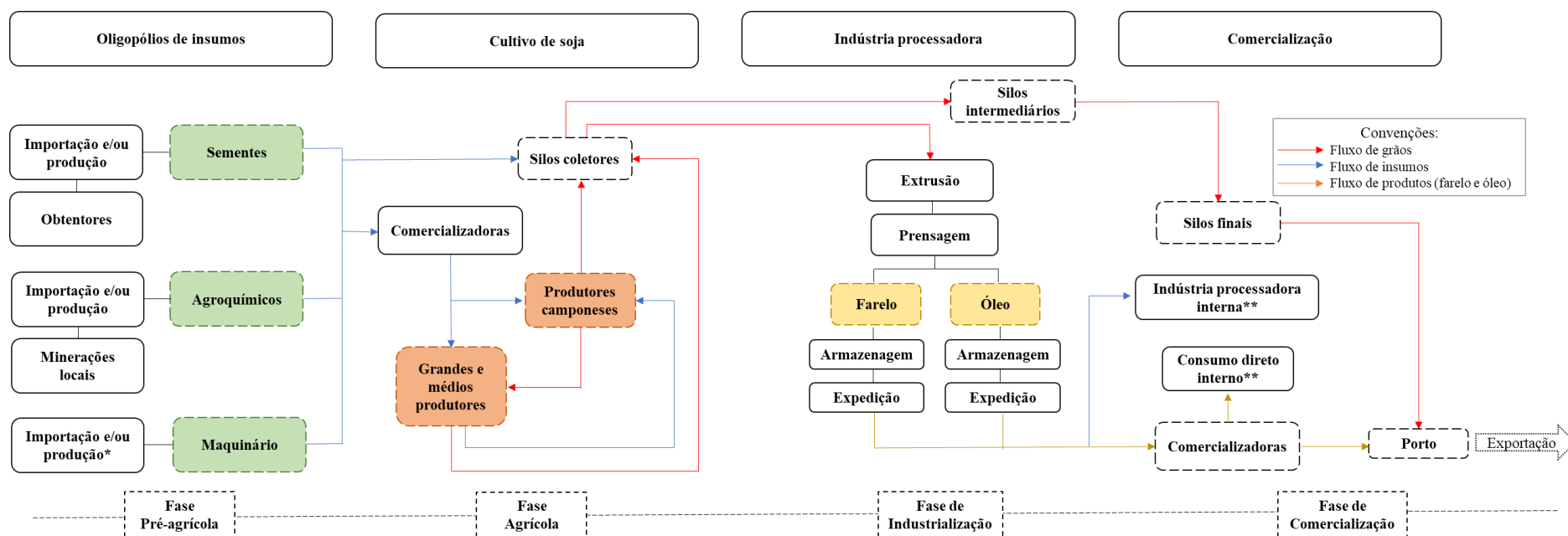
Para se referir à notável presença da Cargill (e demais corporações agroalimentares), Goldfarb (2013, p. 140) resgata o conceito de territorialização do capital (OLIVEIRA, 2012), agregando que “ocorre também a monopolização do território pelo capital, (pois), não é preciso que a Cargill em si produza soja em determinado local para que ela exerça influência acerca do que e como será cultivado aí”. É claro que a configuração do espaço rural na América Latina “(atribui) uma continuidade e regularidade que (são) favoráveis aos detentores do controle da organização” (SANTOS, 1986, p. 28), por outras palavras, o conjunto de normas que media a relação entre a força de trabalho camponesa e o capital, é favorável ao agronegócio; um exemplo disso é a infraestrutura e logística de escoamento, que são construídas e administradas em parceria entre o agronegócio e o Estado, consolidando a apropriação corporativa –isto é, privada– do território (GOLDFARB, 2013).

Sabemos que na área de influência dos corredores que ligam as monoculturas de soja com os portos há processos de grilagem, gentrificação, substituição de cultivos tradicionais, apoderamento de bens comuns (água, nutrientes do solo, biodiversidade, etc.), entre outros, mas não temos exposto as repercussões da sojização dentro da unidade familiar de produção-consumo. Com esse objetivo vamos focar agora no noroeste do Rio Grande do sul, onde se reúnem três características que podem auxiliar nossa argumentação: uma produção de soja histórica, significativa e com alta participação da agricultura de base familiar,¹⁸³ sendo que, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, no marco do Censo Nacional Agropecuário de 2006, pouco mais de um terço da produção gaúcha de soja (36%) provém da produção camponesa.

Na introdução explicávamos que a eleição do estado de Rio Grande do Sul como unidade de análise obedecia, primeiro, ao critério geopolítico, por ser de nosso interesse traçar uma grelha de comparação entre o Cone Sul e a zona intertropical do continente; segundo, uma vez que a análise da divisão sexual do trabalho agrícola passa necessariamente pela escala doméstica, selecionamos a mesorregião do noroeste desse estado para introduzir a questão do trabalho das mulheres. Assim, apesar de que a expansão da dita monocultura por regiões como

¹⁸³ Em estados do norte (Amazonas) e do nordeste, como Rio Grande do norte, Paraíba e Pernambuco, a soja é produzida majoritariamente pela agricultura familiar, porém, essas regiões não se localizam no cone sul (critério crucial para a análise da divisão territorial do trabalho), e não se trata de uma produção histórica nem com volumes significativos.

Imagem 23a. Estrutura do complexo-soja no Cone Sul



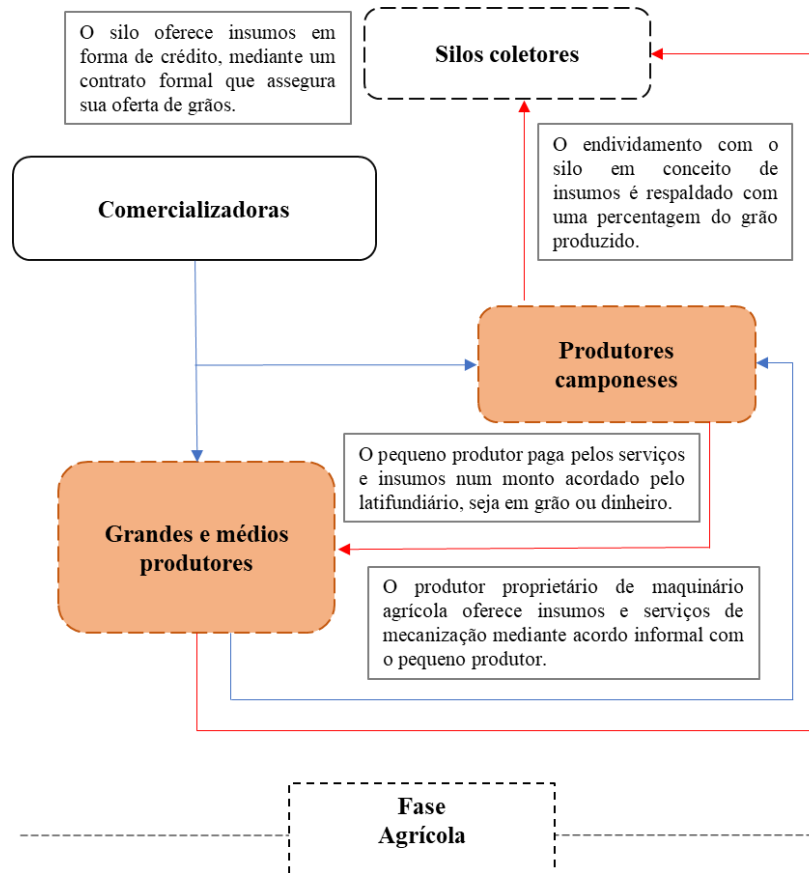
Modificada a partir de: Lourdes Vildomiú (1984, p. 82), Leticia Arrúa, Lis García, Guillermo Ortega e Sarah Zevaco (2020, p. 46), e do esquema sobre o “processo de extração mecânica de óleo e produção de farelo de soja” (disponível no site: <http://atividaderural.com.br/>, visitado no 15 de junho de 2021).

Notas:

* No caso de Brasil e Argentina, a integração a montante dos Complexos Agroindustriais incluiu a produção de máquinas agrícolas, enquanto em outros países do Cone Sul, como o Paraguai, tais equipamentos devem ser importados.

** O mercado interno absorve uma parte dos subprodutos da soja: óleo e farelo, seja para o consumo direto (no primeiro caso), ou como insumos para a fabricação de alimentos, rações e nos usos não alimentares; a respeito dessa última fase, a incorporação da soja e seus subprodutos na indústria processadora doméstica, vale destacar que “as empresas que fabricam alimentos geram rendas com o aluguel das licenças para uso de suas marcas ou subcontratando a produção de produtos de renome internacional, enquanto impõem preços de monopólio aos produtores locais para o fornecimento de ingredientes e outros insumos necessários” (GOLDFARB, 2013, p. 129), portanto, na maioria dos casos, mesmo a indústria processadora que atua localmente faz parte dos conglomerados transnacionais.

Imagem 23b. Estrutura do complexo-soja no Cone Sul (detalhe da fase agrícola)



Tomado de: Leticia Arrúa, Lis García, Guillermo Ortega e Sarah Zevaco (2020, p. 46).

o centro-oeste e o cerrado possa ser mais expressiva do processo de sojização no Brasil, nosso recorte espacial nos permite interrelacionar a divisão sexual e territorial do trabalho de uma maneira mais integradora, revelando nuances e paradoxos pouco visíveis, porém, igualmente importantes para entender a territorialização do agronegócio na América Latina.

Pois bem, segundo Simoni Marmilicz (2013, p. 12), “estima-se que no Rio Grande do Sul a territorialização da soja tenha sido iniciada no ano de 1900 nos municípios de Pinheiro Machado e Dom Pedrito”, sendo que já em 1936 há um “(...) primeiro indício de comercialização no Estado, (...) mas sua importância econômica só começou a manifestar-se a partir de 1947 quando começaram os embarques do produto para a Europa”, definindo desde então a vocação agroexportadora desse cultivo; para 1950 o cultivo se concentrava em três microrregiões, todas elas localizadas dentro da mesorregião do noroeste do estado: “Colonial de Santa Rosa, Colonial das Missões e Colonial de Ijuí, as quais conjuntamente somavam 93,6% da lavoura gaúcha de soja e constituíam a denominada ‘frente de expansão’ da soja no Rio Grande do Sul”.

Para completarmos esse contexto histórico da soja no noroeste do Rio Grande do Sul, vamos agora falar um pouco sobre os aspectos físicos. A dita mesorregião se encrava no planalto Norte-Rio-Grandense –que se caracteriza pela ondulação da superfície–, e pertence à região hidrográfica da bacia do rio Uruguai; enquanto à caracterização climática, sabemos que se localiza na zona temperada do planeta, com invernos e verões marcados, e dois subtipos de clima: subtropical e temperado. No entanto, vale esclarecer que, de acordo com Jussara Mantelli (2006, p. 270), “a influência da natureza deve ser considerada não como fator determinante no processo de ocupação da região noroeste do Rio Grande do Sul, mas como um dos elementos que tiveram uma participação significativa no processo de ocupação regional e no próprio desenvolvimento da agricultura ao longo do tempo, considerando os recursos e as restrições oferecidas pelo meio físico”.

É claro que as características edafo-climáticas da mesorregião, nomeadamente, a potencialidade agrícola dos solos e as temperaturas ótimas (em primavera-verão), que levaram inclusive à abertura de estações experimentais,¹⁸⁴ possibilitaram a adaptação da soja, condição indispensável para a posterior localização do complexo agroexportador, porém, para a autora, mais do que nas condições físicas, é importante centrar a análise na história da ocupação gaúcha, a qual “(...) permite definir/dividir o Rio Grande do Sul agrário em duas unidades com características físicas, sócio-econômicas e culturais distintas: a área de campo e a área de mata, ocupada pelos fazendeiros e colonos, respectivamente. Os primeiros fundados no sistema de sesmarias e os segundos, como resultado do processo migratório europeu” (MANTELLI, 2006, p. 270); na terminologia da abordagem dos Regimes Alimentares, podemos dizer que a primeira unidade se relaciona com a Colônia e a segunda com o regime colonial-diaspórico.

Vimos que o Cone Sul teve uma colonização tardia (quando comparada com o resto da América Latina, em especial, as zonas ricas em metais preciosos), e nesse contexto, o noroeste do Rio Grande do Sul é a área de ocupação mais recente, se remontando ao primeiro regime alimentar. Sobre esse ponto, Mantelli (2006, p. 274) sublinha a forte correlação entre a evolução agrária e as dinâmicas econômicas e demográficas no estado, sendo que na dita mesorregião “as atividades relacionadas à agricultura contribuíram para a formação de grandes contingentes populacionais e a existência de numerosos povoados (...)”, havendo portanto uma densidade demográfica alta; isto “contrasta com as áreas meridionais onde a atividade econômica baseia-se na pecuária e apresenta uma densidade demográfica significativamente inferior”, com uma

¹⁸⁴ Para aprofundar nas características físicas da região das Missões (orografia, hidrografia, caracterização dos solos, clima, etc.), ver Marmilicz (2013).

estrutura fundiária que emergiu “(a partir dos) fazendeiros/estancieiros radicados no estado em grandes áreas de campos naturais (herança do sistema de sesmarias)”.

Essa diferença entre as formações econômicas e sociais que surgiram no norte e o sul do Rio Grande do Sul ainda são palpáveis, na área que nos convoca:

A região noroeste do Rio Grande do Sul apresenta características inerentes às das zonas de colonização, com o domínio da pequena propriedade rural e da policultura de vários produtos destinados à subsistência familiar e ao abastecimento do mercado interno, além de adquirir importância o desenvolvimento da lavoura de caráter comercial, dada pela produção de trigo, milho e soja, principalmente [MANTELLI, 2006, p. 274].

No que respeita à soja, o contraste entre o norte e o sul do estado se evidencia na composição do complexo, no primeiro caso, com uma maior participação da agricultura camponesa na produção de grãos, e no segundo, de natureza eminentemente latifundiária.¹⁸⁵ A matriz tecnológica em um e outro arranjo será crucial para discutir a incorporação do trabalho feminino, e nesse sentido, podemos retomar as imagens 23a e 23b, que retratam a imbricação entre agronegócio e unidade familiar de produção-consumo, em especial a imagem 23b, na qual podemos apreciar o processo de sujeição dos produtores camponeses no Cone Sul, pela via da mecanização e a monopolização da estrutura de escoamento; vamos agora revisar as especificidades dessa relação entre a produção camponesa e o agronegócio da soja na nossa zona de interesse.

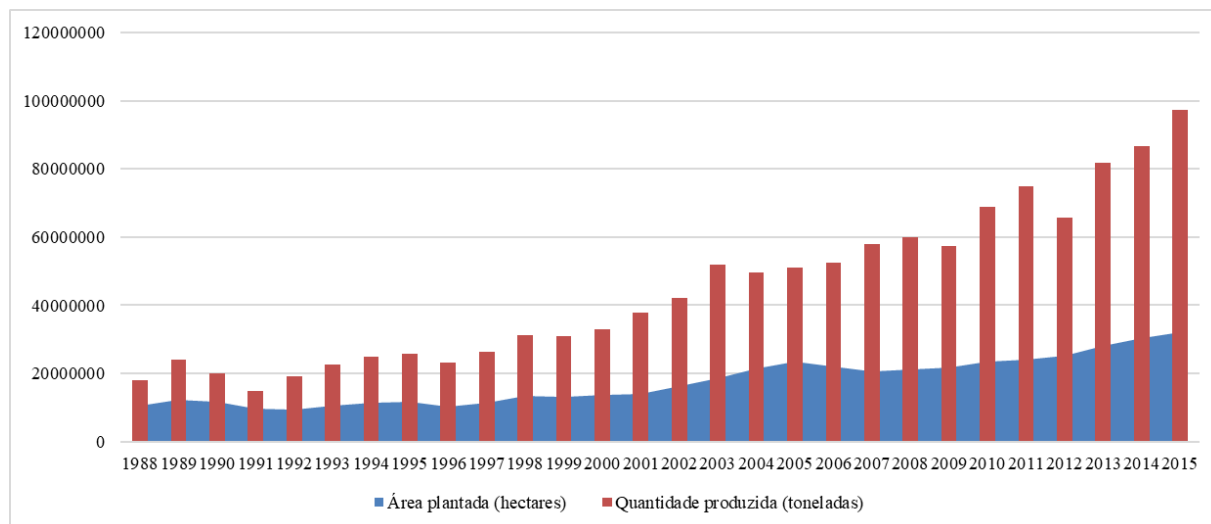
Para dar resposta a essa questão, Marmilicz (2013, p. 12) continua seu percurso pela história da soja no noroeste do Rio Grande do Sul, anotando que já em 1950 a dita cultura “(...) estava localizada e sendo cultivada em pequenas e médias propriedades, oferecendo suporte especialmente à atividade suinocultora”; adicionalmente, para se referir aos processos de modernização das unidades familiares de produção-consumo, a autora referencia a Octavio Conceição,¹⁸⁶ quem “(...) afirma que a soja foi ao mesmo tempo, causa e efeito de uma maior utilização de máquinas e equipamentos agrícolas dentro do processo produtivo das pequenas e médias propriedades, o que resultou na reorientação da atividade produtiva dentro do espaço físico, no sentido de uma maior substituição de culturas não mecanizadas por culturas mecanizadas”.

¹⁸⁵ Dentro da zona sul do estado destaca o município de Canguçu, onde a agricultura familiar é expressiva e em anos recentes tem havido uma expansão da soja; para aprofundar nessa dinâmica ver, por exemplo, MANTELLI, Jussara; DUTRA, Eder; KONZGEN, Queli. A agricultura familiar no contexto do agronegócio no município de Canguçu, estado do Rio Grande Do Sul, Brasil. Em: **Geosul, Florianópolis**, vol. 34, n.º. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 500-524, Abril de 2019

¹⁸⁶ CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul –1950-75**. Porto Alegre, FEE: 1984.

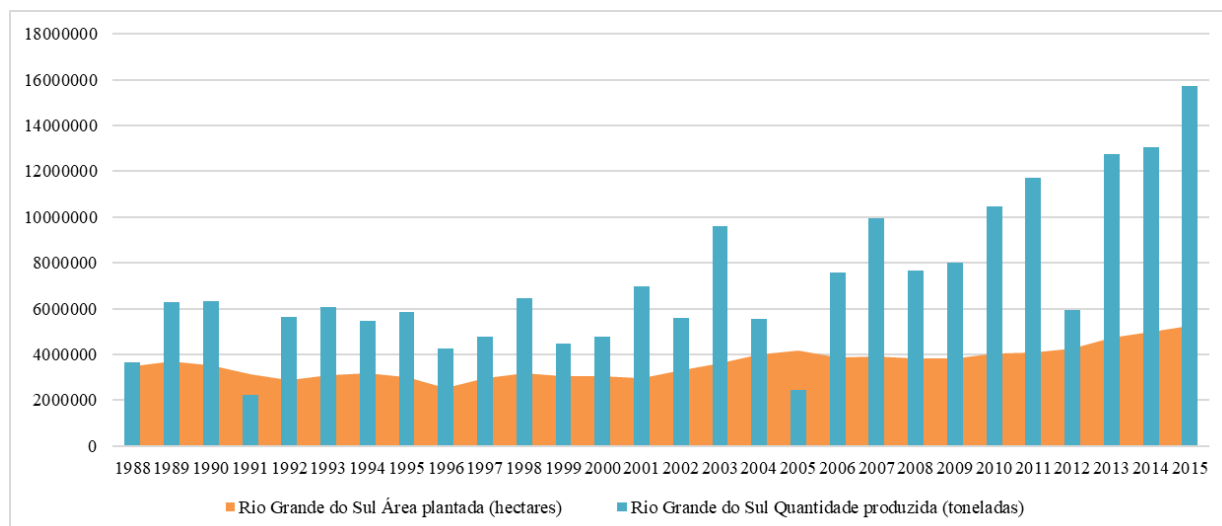
Nos gráficos 5 e 6 (ver), apresentamos a evolução da área plantada e da quantidade produzida de soja em grão em Brasil e no Rio Grande do Sul, para nos fazermos uma ideia sobre a intensificação desse cultivo no regime alimentar corporativo.

Gráfico 5. Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de soja em grão em BR



Fonte: IBGE. Notas: i. Embora o regime alimentar corporativo se remonte ao ano de 1986, a série começa em 1988, em função das bases de dados do IBGE; ii) Nos gráficos 5 e 6 deve levar-se em consideração que as medidas de ambas variáveis são diferentes (hectares e toneladas), no entanto, optamos por apresentar a informação dessa maneira, e não com dois eixos Y, por questões didáticas, para poder apreciar melhor a escala, que em todo caso não é precisa.

Gráfico 6. Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de soja em grão em RS



Fonte: IBGE.

Calibrando ainda mais nossas lentes, buscamos em Marmilicz (2013) e Campos (2011) os critérios para chegar à unidade de análise básica, uma vez que os objetivos de pesquisa de ambas estão alinhados com nossas hipóteses e perguntas; assim, escolhemos os municípios de

Guarani das Missões e Cruz Alta que, a partir da análise das mencionadas autoras, planteiam dois elementos centrais para a presente tese, de um lado, “conhecer os impactos do modelo modernizador introduzido pela cultura da soja, bem como as suas influências na organização do espaço rural e na reprodução socioeconômica dos agricultores familiares” (MARMILICZ, 2013, p. 6), e do outro, “compreender o processo de territorialização do agronegócio buscando, a partir da perspectiva de gênero, verificar se o agronegócio (repercute especialmente na vida das mulheres” (CAMPOS, 2011, p. 21).

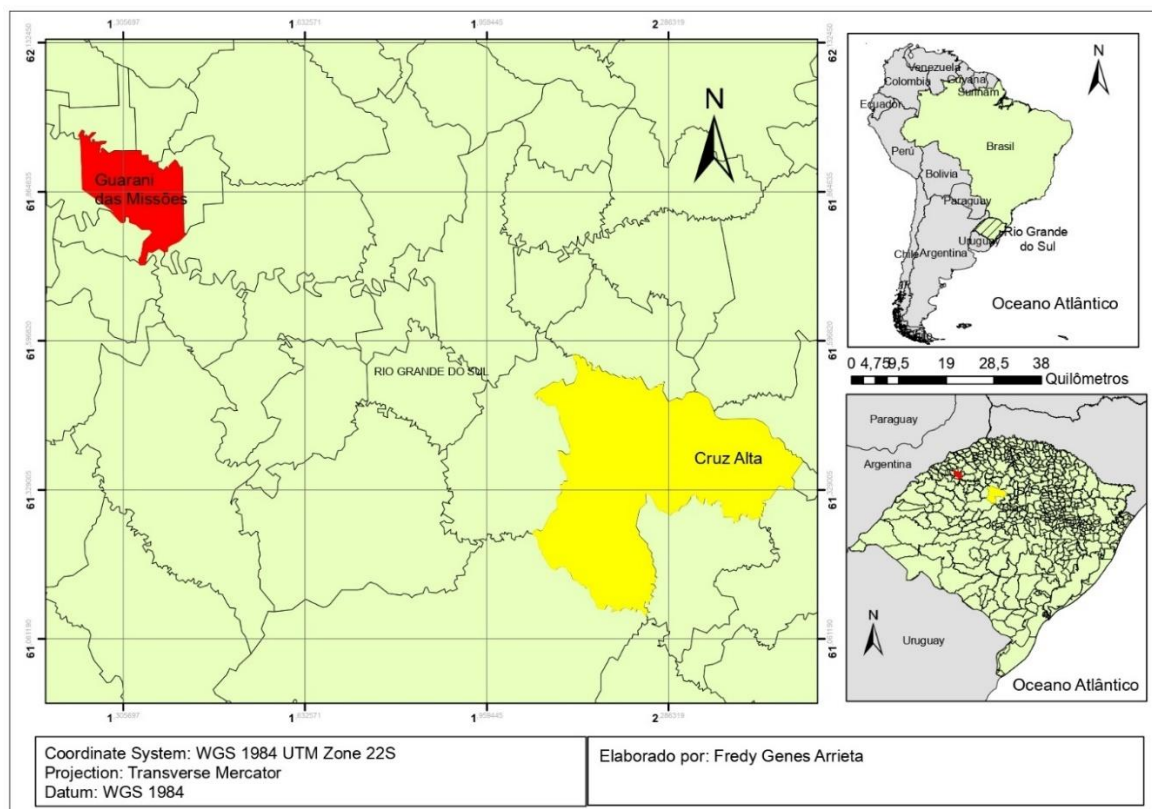
Na escala local, a partir da década de 1960, pelo aprofundamento dos processos de modernização conservadora, há uma “(...) busca pela maximização da área cultivada com a cultura mecanizada em detrimento das demais atividades produtivas, que foram minimizadas até o limite necessário ao seu abastecimento dentro da propriedade” (MARMILICZ, 2013, p. 12). Essa tendência se manteve ao longo do século passado, se intensificando na virada para o século XXI, sob a influência do Consenso das *Commodities*, de maneira que, ainda hoje a soja é um dos setores econômicos mais importantes para o Rio Grande do Sul, que é o terceiro maior produtor de grão de soja no Brasil, por trás de Mato Grosso e Paraná;¹⁸⁷ dentro da dinâmica estadual, o norte e o noroeste continuam sendo as mesorregiões mais produtivas, sendo responsáveis atualmente por quase a metade da produção sul-riograndense, com uma média de 300 mil toneladas de grão de soja anuais.¹⁸⁸

Uma característica a ressaltar na configuração espacial do noroeste do estado é que “(...) há um grande número de pequenos centros em praticamente todas as zonas agrícolas, densamente povoados, em concordância com o desenvolvimento da agricultura, criadora de ligações comerciais, sociais e, mais tarde, industriais, que constituíram o embrião de numerosos núcleos urbanos”, isso possibilitou a inserção das pequenas propriedades, quer dizer, aquelas entre um e quatro módulos fiscais (lembrando que nessa zona o módulo fiscal é de entre 5 e 20 hectares), pelo agronegócio da soja (MANTELLI, 2006, p. 276). Dentro dessas unidades camponesas de produção-consumo, “(...) o agricultor, com o auxílio da mão-de-obra familiar, produz alimentos, matérias-primas de transformação industrial e grande parte participa – principalmente com a cultura da soja– do mercado externo” (idem.).

¹⁸⁷ Segundo dados de EMBRAPA, safra (2020-2021), disponíveis em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>, e do Atlas econômico do RS, disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/soja>.

¹⁸⁸ Idem.

Mapa 1. Localização dos municípios de Guarani das Missões (RS) e Cruz Alta (RS)



Outra característica importante do noroeste do Rio Grande do Sul é a sazonalidade dos cultivos, sistema introduzido pelos colonos que estabeleceram uma rotação entre o trigo, o milho, e, posteriormente, a soja (MARMILICZ, 2013). Pelas facilidades relativas que essa leguminosa oferece ao agricultor familiar (bom preço, menor tempo de trabalho efetivo, demanda garantida), já a partir da década de 1970 se consolida a “sojização do espaço rural”, e aqui vale destacar os fatores internos que, conforme Marmilicz (2013, p. 31), facilitaram esse processo: “i) facilidade de sucessão da soja com o trigo; ii) mecanização da lavoura de soja utilizando a mesma maquinaria da lavoura tritícola; iii) aproveitamento de uma estrutura cooperativa montada para o trigo; iv) aumento progressivo da capacidade de industrialização de óleos no sul do país; v) garantia de preços mínimos compensadores ao produtor; vi) financiamento à lavoura pelo Banco do Brasil”.

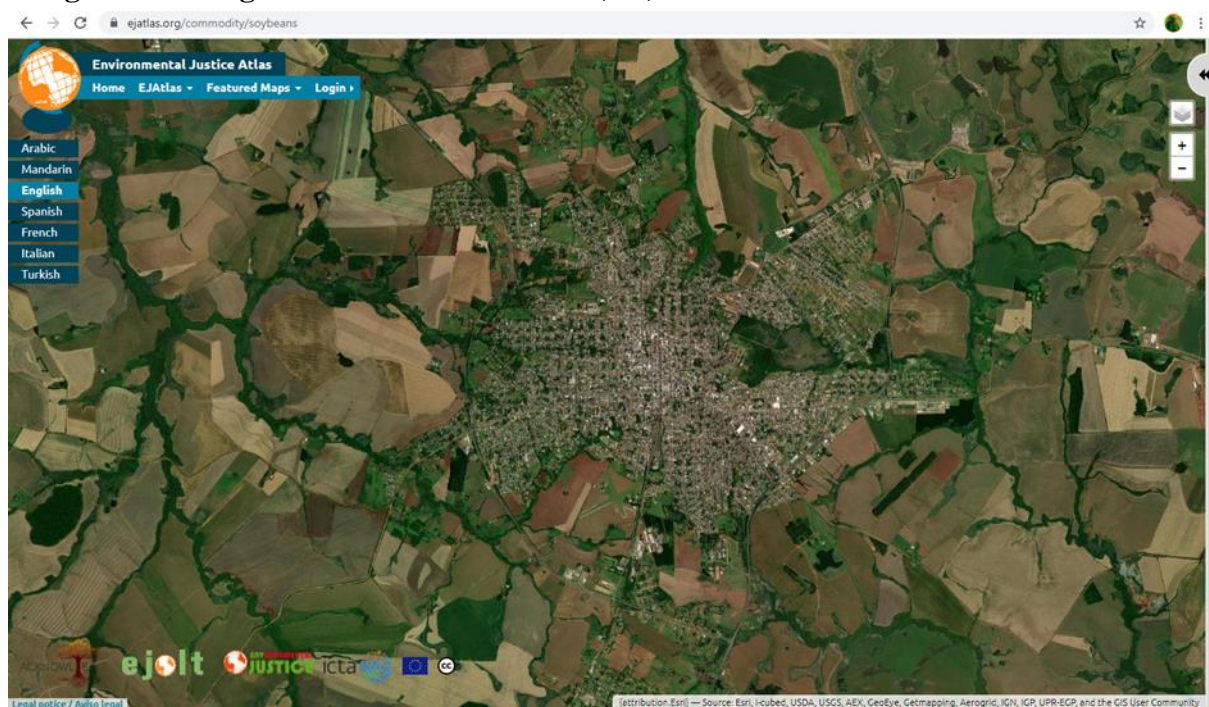
A esse respeito, Marmilicz (2013, p. 78) expõe os paradoxos que a soja supõe para a agricultura camponesa de Guarani das Missões, pois, embora tenha trazido as vantagens referidas no parágrafo anterior (“quando conjugada com outras atividades como a pecuária leiteira, a fruticultura, entre outras”), representa uma despesa para o Estado (sem cujo financiamento o agronegócio não seria eficiente), e se dá em detrimento do agroecossistema,

da autonomia do produtor, da qualidade dos alimentos e, em suma, da soberania alimentar; assim, para a autora,

Contrariando a ideia preconcebida de que a soja seria ainda hoje a principal cultura do município, em termos de que ela, por si só ou combinada com outras culturas temporárias estivesse garantindo a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, se pode afirmar que sua viabilidade é resultado de outras fontes de renda no meio rural. Sendo assim, atualmente, a produção de leite, as aposentadorias, a diversificação propiciada por algumas alternativas de agroindústrias e hortifrutigranjeiros, além da prestação de serviços e do emprego em outras propriedades ou até mesmo nas cidades da região tem permitido ao agricultor ou a membros de sua família obter as rendas que efetivamente os sustentam durante o ano. Deste modo, a permanência no cultivo da soja tem se caracterizado por possibilitar uma renda extra, uma espécie de poupança, garantida inclusive porque a maioria dos agricultores financia a produção [idem., p. 101].

Situações análogas podem ser evidenciadas em Cruz Alta e demais municípios da mesoregião. Pela conjugação das vantagens e detrimientos mencionados –ou “fatores de dispersão e de concentração”, para usar a expressão de Santos (1986, p. 51)–, o espaço do noroeste gaúcho tem se organizado como penínsulas num mar de soja, mesmo que penínsulas plenamente integradas entre si e, sobretudo, com o exterior, a diferença das *plantations* coloniais e do regime colonial-diaspórico; a zona urbana –que como vimos, é composta por cidades pequenas–, articula as unidades familiares de produção-consumo, mais ou menos espalhadas no espaço rural, e estabelece as ligações com o agronegócio. Essa organização do espaço pode ser apreciada na imagem 24, que apresenta uma fotografia aérea de Cruz Alta.

Imagem 24. Fotografia aérea de Cruz Alta (RS)



Tomada do Environmental Justice Atlas <https://ejatlas.org/>

Voltando agora ao panorama global, vamos retomar um conceito medular na análise de Friedmann: a bifurcação do mercado (*class diet*), que podemos relacionar com o que Martinelli Jr. (apud., GOLDFARB, 2013, p. 48)¹⁸⁹ chamou de “desterritorialização dos padrões de consumo”, “resultante do avanço dos padrões ocidentais de consumo para o mundo inteiro além de uma enorme diferenciação de mercados em função de estilos de vida e aspectos culturais”, os quais, claro está, se relacionam assim mesmo com a diferenciação das classes sociais; pelo processo de oligopolização das corporações de produtos alimentícios, há uma reestruturação do modelo de produção, a qual repercute diretamente nos padrões de consumo, especificamente,

Até a década de 1970, o fator mais relevante da concorrência era a concepção de comercialização de produtos padronizados. Atingir uma economia de escala era o pilar da eficiência econômica. Mas a partir dos anos 1980, com as inovações tecnológicas no campo da informática, com o desenvolvimento de utensílios para a cozinha (como o forno microondas) e, somado a isso, as transformações socioculturais advindas da globalização, muda o quadro de estratégias de concorrência do setor alimentar. A diferenciação de produtos torna-se um dos principais fatores de concorrência [GOLDFARB, 2013, p. 51].

Isto abriu novos horizontes para a segmentação da demanda, se aproveitando da genuína e crescente preocupação pelos efeitos adversos da comida processada na saúde humana, fato que se traduziu no surgimento dos chamados “alimentos funcionais”, que prometem coadjuvar processos fisiológicos como a digestão e a resposta imunológica, assim,

As corporações transformam linhas de produtos de commodities em especialidades e ingredientes saudáveis. Soma-se a isso os interesses em se patentear os ingredientes ativos que são a base dos novos alimentos funcionais. A quantidade de patentes que as corporações possuem de processos industriais é impressionante. A Cargill possui centenas, tanto no Brasil como na Argentina, datadas em especial a partir dos anos noventa. Porém [...] é na década de 2000 que o setor de soja [recebe] seu grande impulso, o que [possibilitou] uma expansão arrebatadora [ibid., p. 41-42].

Essa dinâmica é expressiva no complexo soja, particularmente na fabricação de “lácteos” *vegan*, e no segmento de óleos, no qual, conforme a autora, “Mazzalli¹⁹⁰ identifica três tendências a partir das décadas de 1980 e 1990: saída das atividades de esmagamento concentrando-se no refino; busca de diferenciação e sofisticação por meio da produção de óleos com baixo teor de gordura, cremes vegetais, etc”; e, dentro dos usos não alimentares, “diversificação, mediante incorporação de novas tecnologias, produzindo novas gamas de produtos (sabões, detergentes, cosméticos, etc.)” (idem., 2013, p. 53). A última tendência demonstra que, no caso do segmento popular da demanda, a ampliação do leque produtivo tem mais a ver com a incorporação de valor que com o interesse por produzir alimentos mais saudáveis

¹⁸⁹ MARTINELLI JR., Orlando. As tendências mundiais recentes da indústria processadora de alimentos. Em: **Revista Pesquisa & Debate**, vol. 10, nº1(15), p. 5-40, 1999.

¹⁹⁰ MAZALLI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Editorial UNESP, 2000.

e ecológicos; no caso das elites, a procura por produtos de maior qualidade impulsiona o outro grande processo que identificamos na América Latina: a exotização da agricultura intertropical.

4.2.3. As forças da exotização: América Central, o Caribe e o norte da América do Sul

As comidas que usam ordinariamente, compostas de raízes, frutas, ervas e diversos peixes, lhes fazem abundar de sangue e humor flemático. Não conhecem o trigo nem alguma outra semente de grãos (...)

Américo Vespúcio, Viagens¹⁹¹

Exótico, essa é a primeira palavra que vem à mente quando pensamos na América Central, o Caribe e o norte sul-americano, incluso para quem lá nasceu e que, por definição, deveria considerar que os exuberantes rios, prais, montanhas e bosques húmidos tropicais – enquanto nativos – são costumazes. Nesse item exploraremos a maneira em que a divisão internacional do trabalho foi relegando aos países da faixa intertropical à produção de cultivos não tradicionais (NTC) ditos exóticos, exercendo pressão sobre os usos do solo, com repercussões imediatas na soberania alimentar; ainda, à medida que as plantações florestais, de frutas e de flores vão deslocando espécies cruciais para a nutrição humana e as culturas locais, vai se cedendo lugar à dieta estandardizada dos cultivos flexíveis importados, fechando assim o círculo da geopolítica dos alimentos sob o regime alimentar das companhias transnacionais.

Como referido anteriormente, reconhecemos dois aceções interdependentes no processo de exotização; a primeira, e mais evidente, a introdução de espécies exóticas (alóctones) nas colônias europeias, para satisfazer as necessidades alimentares das metrópoles. Khoury, Achicanoy, Bjorkman e outros (2016, p. 6), exprimem algumas causas e consequências desse processo que, embora começasse em América com o intercâmbio colombiano, eventualmente atingiu cada canto da Terra:

O cultivo em novas zonas agrícolas teve em muitos casos um sucesso notável, em parte devido à possibilidade de esquivar pragas e patógenos específicos do cultivo. A complementaridade em termos de temporada de produção ou necessidades dietéticas também facilitou a rápida aceitação de alguns cultivos (por exemplo, o milho em Itália). A expansão dos assentamentos humanos até os limites das áreas habitáveis do planeta, impulsionada por um transporte cada vez mais eficiente e o aumento do comércio mundial, tem desengajado a geografia do consumo e da produção dos cultivos.

Esse desengajamento dos lugares de produção e consumo dos alimentos tem levado à homogeneização da dieta e a uma perda crescente da identidade culinária, por isso, “é cada vez mais fácil imaginar, não só que se atribua erroneamente a origem das batatas a Irlanda, dos tomates a Itália e da pimenta malagueta a Tailândia, mas, de fato, que se perda por completo a conexão dos cultivos com sua origem geográfica” (idem. p. 7), nesse caso, três espécies cujos centros de origem se situam na América Latina. É claro que essa relação também se dá no

¹⁹¹ VESPUCIO, Américo. **Viajes de Américo Vespúcio**. Madrid: Calpe, 1923.

sentido contrário, de maneira que os países intertropicais do continente americano se associam no imaginário global ao cultivo da cana de açúcar, café ou bananas, todos eles da faixa tropical de Ásia e África; no tocante à última espécie,

As bananas, um cultivo que requer condições de plantio tropicais, agora se consome em pelo menos 167 países, incluídas todas as regiões temperadas. O desenvolvimento econômico e agrícola em curso e as tendências de globalização, incluído o aumento do poder aquisitivo dos consumidores nas regiões em desenvolvimento [sic.], o auge dos supermercados e as comidas preparadas, um maior consumo fora do lar, a urbanização, o transporte refrigerado, os subsídios agrícolas, as tecnologias alimentícias industriais e os acordos comerciais facilitados, disponibilizaram uma maior variedade dos principais produtos alimentares para os consumidores nos países de todo o mundo, mas também uma maior homogeneidade no sistema alimentar mundial

A relevância econômica desse cultivo nos países da América Central e o norte sul-americano chegou a tal dimensão que lhes valeu o apelido de repúblicas das bananas,¹⁹² não do milho, o cacau, o tomate, as batatas, ou a quinoa, cultivos nativos da região; no capítulo anterior discutimos que essa introdução e substituição de cultivos nas colônias era reflexo das relações de poder, no sentido do que era considerado comida pelos agentes hegemônicos, o que Saldarriaga (2016, p. 67) chama de “proceso de adaptação ou negociação com o local”, o qual “(...) estava atravessado por considerações relativas ao gosto e ao dever ser da comida”. Essa concepção do mundo é evidente na citação dos diários de viagens de Américo Vespúcio, apresentada na epígrafe desta seção, na qual o patronímico do nosso continente se refere com claro desdém (e imprecisão) sobre a alimentação dos habitantes originários destas terras.

Chegamos assim à segunda acepção de exotização, a qual é muito mais complexa e, em função do nosso recorte, só conseguiremos elaborar superficialmente, a partir do apresentado no capítulo 3; queremos contudo deixar constância de duas obras que, a nosso entender, são um importante ponto de partida para analisar a construção de um outro, extravagante e inferior, que justificou o imperialismo europeu: “Orientalismo”, de Edward Said, e o inconcluso, “Ensaio sobre o exotismo”, de Victor Segalen.¹⁹³ Propomos então uma definição preliminar da *exotização da agricultura*, como a condição de alteridade e complementariedade dos cultivos da zona intertropical em relação aos das zonas temperadas, resultante da bifurcação do mercado alimentar (*class diet*); esse processo se localiza principalmente na dita zona climática já que, como expressava jocosamente Segalen nas notas do ensaio que não conseguiu terminar,¹⁹⁴ “o exotismo costuma ser tropical. Coqueiros e céus tórridos. Pouco exotismo polar”.

¹⁹² Relato que vimos no capítulo 3, a propósito do clássico do escritor O. Henry.

¹⁹³ SAID, Edward. **Orientalism**. Nova Iorque: Pantheon, 1978. SEGALLEN, Víctor. **Ensayo sobre el exotismo**. Una estética de lo diverso. Madrid: La línea del horizonte, 2017. Ver nota de rodapé 141.

¹⁹⁴ Segalen (2017, p. 19).

A razão para a circunscrição do fenômeno da exotização da agricultura também transborda os objetivos da presente pesquisa, contudo, como aventuramos a dizer antes, no Norte Global surgiram os grandes impérios da modernidade: da dinastia Ming à *pax britannica*, e tal vez por isso o quilate da alimentação (e da cultura em geral) são os hábitos e necessidades de consumo desse hemisfério, especialmente de Europa. Pulando até a história contemporânea, consideramos que vale a pena recapitular o papel que a exotização teve na consolidação da hegemonia estadunidense; como inquire sagazmente Friedmann (1992, 372-373):

Por que os países do Terceiro Mundo importaram trigo ao invés de investir em suministros alimentares nacionais para apoiar o desenvolvimento industrial e urbano, como tinham feito antes os países europeus? A resposta é tanto material quanto ideológica.

A primeira parte dessa resposta, o componente material, estamos em capacidade de enunciar, lembrando que o Plano Marshall e posteriormente a PL480, foram estratégias do governo estadunidense para se desfazer dos excedentes de grãos e cereais (que tinham resultado da adoção da Revolução Verde), a través da ajuda humanitária; a segunda parte, de ordem ideológica, também foi introduzida já, no entanto, no seguinte trecho a autora provê novos elementos:

[...] os países do Terceiro Mundo deram as boas-vindas aos alimentos baratos, ou seja, as importações de trigo subvencionadas pelo governo de Estados Unidos, como uma ajuda para criar uma classe trabalhadora urbana. A ideologia do desenvolvimento se centrou na industrialização até o ponto da obsessão. A princípios da década de 1960, a ajuda alimentar estadunidense representava 35,6% do comércio mundial total de trigo. Como resultado, em Colômbia, por exemplo, a área total cultivada para alimentos comerciais se reduziu num 54% e o trigo importado chegou a representar o 78% do consumo nacional de trigo.

Importar comida barata –quer dizer, subsidiada– para alimentar uma estrutura populacional maiormente urbanizada, bancar com orçamento público a exportação de cultivos com um alto preço no mercado mundial, mas com uma demanda restrita principalmente às camadas com maior poder aquisitivo, tal a estrutura agroexportadora típica nos países de América Central, o Caribe e o norte de América do Sul. A história do trigo na região andina permite ilustrar o processo de exotização em toda sua dimensão.

Para começar, até o momento em que as corporações começaram a investir na flexibilização da soja e nos processos que a fizeram mais digerível para o ser humano,¹⁹⁵ o trigo tinha mantido a condição de “alimento básico dos povos modernos desenvolvidos capitalistamente”, como identificava Marx (1985, p. 124) já no século XIX. Logo na primeira década do século XVI os conquistadores ibéricos foram introduzindo o cereal no continente americano, como uma forma de reduzir os custos de manutenção das expedições; após

¹⁹⁵ Para aprofundar nesse processo ver: GEORGE, Susan. **O mercado da fome**. São Paulo: Paz e Terra, 1978. Apud Goldfarb (2013, p. 41).

tentativas falhadas nas Antilhas, os europeus descobriram que em planaltos, como os andinos, era onde melhor se adaptava o trigo,¹⁹⁶ o que ocasionou mudanças imediatas nos usos do solo e na alimentação das comunidades indígenas que habitavam (ou habitam ainda) esses territórios, como no caso dos *muiscas*, na Colômbia.

Consequentemente, o trigo passou a ser parte da dieta básica das sociedades andinas, à medida que os tubérculos, pseudocereais e ervas nativos eram relegados, sob a denominação de *yuyos*, comida de índio, comida de pobre. A modo de exemplo, vamos nos posicionar na cordilheira leste dos Andes, chegando ao planalto cundiboyacense, ali está encravada a Sabana de Bogotá, onde atualmente se localiza 79% da floricultura colombiana,¹⁹⁷ a pesar de sua longa tradição agrícola, que se remonta pelo menos ao primeiro século a.C, desde quando há registro de que as comunidades humanas que ali viviam tinham uma alimentação rica, baseada no milho, os tubérculos de altura, a caça e a pesca; por isso, Jenny Veloza e Guisella Lara (2014, p. 18) salientam que “a agricultura vai ser uma característica fundamental para entender as mudanças que se deram na Sabana, assim como outras características que têm a ver com tradições e costumes, bem como as formas de organização política e demais”.

A adaptação do trigo e outros cereais (como a aveia e a cevada) no que hoje conhecemos como Colômbia começou na década de 1530, e com ela a primeira onda de exotização da agricultura; de acordo com David Álvarez e Diana Chaves (2017), no planalto cundiboyacense, já em 1540 se introduziram os moínhos, com as previsíveis repercussões sobre a dieta tradicional muisca. Doravante, a produção tritícola estaria na base da agricultura camponesa da região, atingindo sua “era dourada” sob a influência do regime mercantil-industrial, entre 1920 e 1989; porém, com a entrada em vigor da hegemonia corporativa, o dito cereal começa uma súbita fase de queda, a um ritmo de decréscimo de 9% anual, entre 1986 e 2013, assim, “(enquanto) no ano de 1950 em Colômbia se sembraram ao redor de 145.000ha de trigo, colhendo 102.000t. Em 2016, somente se reportaram 6.195ha sembradas e uma produção de 13.476t de trigo” (ibid, p. 127).

Friedmann (1993, p. 37) explica que esse processo não é tão linear como pode parecer a primeira vista, pois, a pesar do crescimento das agriculturas nacionais latino-americanas a meados do século XX, o germe da perda da soberania alimentar se encontra na mesma *pax americana*, “à medida que os países do (chamado) terceiro mundo procuravam desenvolver

¹⁹⁶ Para uma revisão aprofundada sobre a assimilação do trigo nos Andes ver: VIZCAÍNO, Eduard. **La cultura del trigo en los Andes venezolanos**. Fiestas asociadas al cereal. 200, 148 p. Monografía (Graduação em História), Universidad de los Andes.

¹⁹⁷ Segundo dados do DANE, Censo de fincas productoras de flores, 2019.

suas economias nacionais, suas estratégias agrárias eram modeladas pelas oportunidades e limites dos mercados mundiais de alimentos”, e esses limites foram estabelecidos pelas ideologias dominantes: “a modernização e a dependência, as quais encorajaram aos Estados a restar importância à agricultura exceto enquanto subsidiária do desenvolvimento industrial”, focando de forma progressiva nos NTC, a despeito dos setores agrários tradicionais, que se tornaram sinônimo de atraso, apesar de sua importância para a alimentação doméstica. Isso por não voltar sobre as repercussões dos programas de ajuda alimentar.

O caso da Sabana bogotana é dramático, levando em consideração que ela é centro de origem de um alimento rico em almidões, minerais e proteína, como os tubérculos, mas acabou sendo assimilada por um agronegócio produtor de uma commodity não alimentar. Como vimos, na tentativa por replicar o modelo de agriculturas nacionais vinculadas ao mercado mundial, na Colômbia e o resto da América Latina, adotaram-se os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, conseguindo resultados divergentes, por ter desconsiderado as particularidades físicas, ecossistêmicas, culturais e econômicas locais; como aconteceu com os demais países da faixa intertropical, o desmantelamento dos cultivos tradicionais foi transformando a Colômbia em importadora líquida de alimentos fundamentais para a cesta básica:

As políticas de importação criaram, ao longo de duas décadas, uma dependência em países que tinham sido maioritariamente auto-fornecedores de alimentos até a Segunda Guerra Mundial. Do lado exportador, os cultivos tropicais defrontaram-se com o notável problema da queda nos termos de intercâmbio, incluso quando os países exportadores tentaram influir nas provisões mundiais. [...]. Para começos dos anos setenta, o regime alimentar prendeu o terceiro mundo [sic.] numa tesoura. Uma lâmina era a dependência da importação de alimentos. A outra lâmina eram os ingressos decrescentes na exportação de cultivos tropicais tradicionais [FRIEDMANN, 1993, p. 38].

Além disso, as commodities ditas exóticas são especialmente voláteis dentro do já instável mercado mundial, pois, por definição, estão pensadas para atender gostos excêntricos, caprichosos, suntuários.

Os paradoxos da *exotização* se evidenciam, por exemplo, na tendência dos chamados súper-alimentos, que promove o consumo de maca (*Lepidium meyenii*), uchuva (*Physalis*), chia (*Salvia hispanica*), e outros *yuyos* estigmatizados desde a Colônia, cujas propriedades nutricionais e nutraceuticas a ciência moderna está descobrindo apenas; incluso movimentos tão interessantes como os das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) refletem o dito paradoxo, pondo de manifesto quão exotizada está a dieta latino-americana, pois espécies nativas como as mencionadas são hoje consideradas “não convencionais”, enquanto as que foram introduzidas fazem parte da culinária típica. Devemos, contudo, fazer uma ressalva, e aqui tomamos emprestada a preciosa expressão da nutricionista colombiana, Cristina Vélez

Sarrazola: “ainda bem as comunidades indígenas nunca deixaram de ‘comer seus restolhos’”, porque agora que a sociedade ocidental começa a as escutar, podem partilhar essa sabiduria.

Mas a questão chega ao limite do absurdo no caso da floricultura, aspecto que desenvolveremos no que resta dessa secção. Para começar, como pudimos observar com a febre das tulipas na Holanda do século XVII, se trata de um produto efêmero, que em pouco tempo murcha e perde todo valor (a uma taxa de 15% por dia), razão pela qual o processo de corte e empacotado nas explorações, transporte transnacional e venda, não pode superar as 48 horas. Esses desafios não impediram que os holandeses desenvolveram uma estrutura de negócio global, além de aperfeiçoarem as ferramentas financeiras, aliás, há duzentos anos funciona nesse país o maior leilão de flores cortadas do mundo: o *Royal Flora Holland*, sediado perto da capital, na cidade de Aalsmeer, dispondo da tecnologia e logística necessárias para preservar tão delicada commodity. No dito leilão, se importam e re-vendem nada mais e nada menos que o 40% das flores que se comerciam no mercado internacional.¹⁹⁸

No continente americano, o moderno agronegócio das flores surgiu nos Estados Unidos, se localizando em estados “ricos”, como Massachusetts, Pennsylvania e Nova York, que concentravam também a maior demanda, porém, à medida que os avanços nas tecnologias de transporte e refrigeração assim o permitiram, foi procurando locais onde a produção pudesse ser mais barata, se deslocando primeiro dentro do próprio país, ao sudoeste, e posteriormente até os Andes, principalmente em Colômbia e Equador. Nessa sequência, a floricultura se instalou na Sabana de Bogotá na década de 1960, segundo Martha Vargas (2012, p. 1), “(...) como parte de um processo amplo de realocização das indústrias de mão de obra intensiva aos países com mão de obra barata”, sendo que, “enquanto o salário diário de um trabalhador colombiano custava US\$ 0,82 em 1960 e 1970, o de um trabalhador norte-americano em tarefas como a horticultura era de US\$ 16,03 e US\$ 21,25, respectivamente”.

Ao olharmos mais de perto como está constituído o mercado mundial de flores cortadas encontramos uma clara divisão territorial entre países compradores –todos eles localizados no Norte Global (principalmente Estados Unidos e a União Europeia)–, e países produtores, os quais se situam na faixa equatorial (Colômbia, Equador, Quênia e Etiopia), com exceção da própria Holanda, que é o maior produtor e exportador. As razões para esse padrão tão definido motivaram em grande medida a presente pesquisa, pois as relações ali travadas não são tão evidentes como poderia parecer à primeira vista; foi na década dos anos setenta que o

¹⁹⁸ FREDENBURGH, JEZ. The new roots of the flower trade. Em: **BBC, Made on earth**. [Online]. Disponível em: <https://www.bbc.com/future/ bespoke/made-on-earth/the-new-roots-of-the-flower-trade/>

agronegócio das flores começou a se deslocar à procura de mão de obra barata, mas isso não quer dizer que o fator custos de produção fosse determinante –lembrando que se trata de um produto suntuário–, a questão tampouco é de ordem técnica, como demonstra o notável contraexemplo da floricultura holandesa... então, qual o cerne?

Começemos com Veloza e Lara (2014, p. 39), que expõem os fatores que colocaram a Sabana bogotana na mira da floricultura; em primeiro lugar, as condições físicas são ótimas (relevo plano, solos vulcânicos, riqueza hídrica, temperatura amena e constante, e doze horas diárias de sol),¹⁹⁹ de fato, essa é uma das regiões com maior aptidão agrícola na Colômbia, pela fertilidade do solo e a disponibilidade de água; segundo, “a nível social, tem uma população de origem camponesa com baixos níveis de escolaridade, grande quantidade de migrantes internos com necessidades econômicas e pouca oferta laboral em atividades fora da floricultura”; por último, “outro fator que influenciou foi a proximidade destes municípios a Bogotá (Madrid está a 21 km de distância da capital)”, e por conseguinte, ao principal porto aéreo da Colômbia, com ligações diretas ao mercado internacional, “especialmente a Estados Unidos e alguns países europeus”.

As autoras apresentam valiosos elementos, mas ainda insuficientes para dar resposta a nossa questão, por isso, vamos também revisar o informe de CENSAT (2005, p. 5), onde se apresenta um aspecto que consideramos chave:

O capital investido na indústria florícola colombiana tem predomínio industrial e financeiro, bem seja porque os agricultores capitalistas (típicos da floricultura) tem diversificado seus investimentos a outros setores ou porque os setores industrial e financeiro têm decidido investir em terras suburbanas ou têm chegado a controlar faixas da atividade com base em operações de crédito e marketing. O investimento estrangeiro cresce cada dia mais no cultivo, se destacando os capitais de Estados Unidos e Japão. Os japoneses (investiram) em várias empresas florícolas desde os anos 80 e os capitais estadunidenses, que foram pioneiros da atividade, se destacam especialmente pela associação com agricultores crioulos [...].

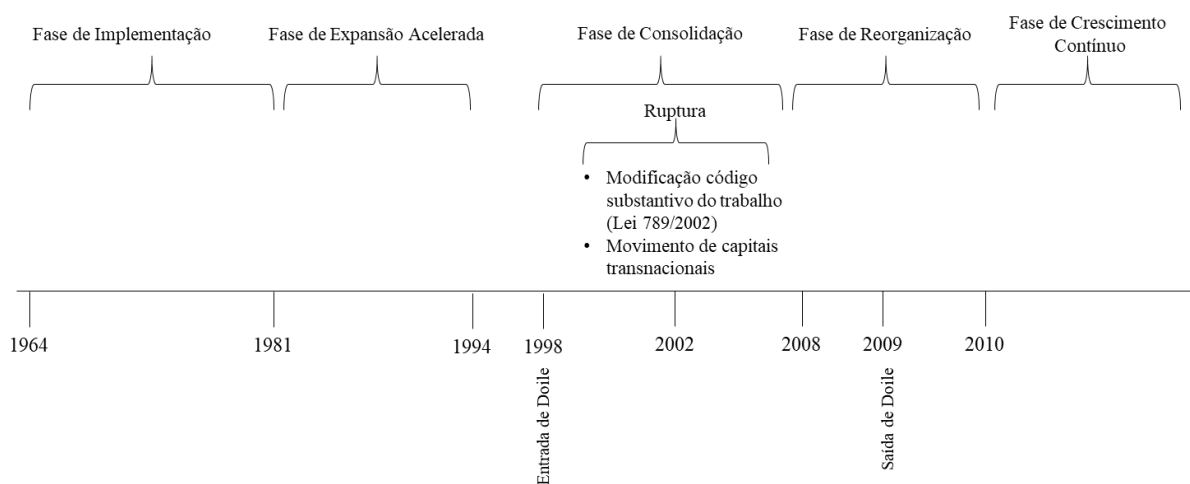
Assim, mais uma vez, estamos constatando os efeitos da liberalização do mercado de capitais no período pós-Bretton Woods, dentro da estratégia de deslocamentos espaço-temporais exposta por Harvey. Nesse percurso, podemos evidenciar também a divisão internacional do trabalho agrícola que caracteriza a hegemonia da OMC, e as dinâmicas

¹⁹⁹ Martha Vargas (2012, p. 3) cita o trabalho de “David Cheever, estudante de postgrado de la Universidad Estatal de Colorado, (el principal estado productor de clavel en ese entonces) (...) titulado: *Bogotá, Colombia as a cut flower exporter for the world markets*. En dicho trabajo, Cheever enumeraba las condiciones naturales, sociales y de infraestructura que hacen de la sabana de Bogotá un lugar óptimo para el cultivo de flores. Ubicada a 520 km al norte del ecuador, con una altura de cerca de 2.500 m sobre el nivel del mar, goza de un clima suave con variaciones pequeñas de temperatura y disfruta de 12 horas de luz solar a lo largo de todo el año, lo que permite cosechar flores de manera permanente. Además, sus suelos arcillosos son ricos y está bañada por un tejido de ríos y pantanos. Señaló, además, que la sabana está apenas a tres horas y media de vuelo de Miami y más cerca de los mercados de la costa este que California, el centro de la industria florícola de los Estados Unidos. Las carreteras y el aeropuerto internacional El Dorado constituían otras ventajas para movilizar la producción”.

correlatas que apresentamos anteriormente: a conformação de NACs, a especialização em cultivos não tradicionais, a oligopolização, financeirização e, claro está, a bifurcação do mercado (ver imagem 20). Com respeito à oligopolização, vale destacar que, já na década de 1990, uma só empresa, a Dole Food Company, era responsável pela produção de 40% das flores cultivadas na Colômbia, enquanto um oligopólio de apenas trinta distribuidoras, a USA Floral, controlava a comercialização nos Estados Unidos, principal mercado da floricultura colombiana.

A partir de Veloza e Lara (2014), e Carolina Botía (2020, p. 15), é possível identificar cinco fases na territorialização do agronegócio das flores: uma fase de implementação (1964-1981), pela migração de capitais da indústria manufatureira ao agronegócio; uma fase de expansão acelerada (1981-1994), que coincide com a transição ao regime alimentar corporativo, no marco da implementação da OMC; uma fase que poderíamos chamar de consolidação, e que se inaugura em 1998, com a entrada da transnacional *Dole Food Company*; uma fase de reorganização e crise (2008-2010), sobre a qual voltaremos posteriormente; e por fim, uma fase de crescimento contínuo (2010-até hoje) (ver imagem 26). De acordo com Botía, em 2002 há um momento de ruptura, marcado pela flexibilização da já laxa legislação trabalhista, por conseguinte, “se bem as duas (pen)últimas fases supuseram picos de tensão em quanto ao âmbito laboral e econômico, (...) a floricultura colombiana não se estagnou” (idem).

Imagem 26. Fases da floricultura na Sabana de Bogotá



Modificado a partir de Carolina Botía (2020, p. 15); sem escala.

Assim, a evolução da floricultura na Sabana de Bogotá revela, de um lado, os efeitos da exotização da agricultura intertropical que, por ser acessória (em relação à agricultura das zonas temperadas, principal responsável pela cesta básica), tem um caráter mais especulativo,

aturando mudanças intempestivas nas dinâmicas do mercado mundial; aliás, a oferta e a demanda das commodities ditas exóticas estão marcadas por tendências, se trate de uma fruta que tem o potencial de curar milagrosamente a diabetes, uma raiz que detem a queda do cabelo, ou um cereal que contém mais proteína que os produtos de origem animal, o resultado é o mesmo: haverá um auge no cultivo do vegetal em questão, e no final sobreviverão as explorações mais capitalizadas ou melhor integradas aos oligopólios do setor. Do outro lado, a floricultura é outra constatação da tríplice aliança agronegócio-Estado-latifúndio; de fato, a floricultura é especialmente elucidativa no tocante à relação Estado-agronegócio na Colômbia.

Há um consenso entre absolutamente todas as autoras consultadas (CENSAT, 2005; CASTRO, 2008; PÁEZ, 2011; VARGAS, 2012; GONZÁLEZ, 2014; VELOZA E LARA, 2014; CÁCTUS, 2016; BOTÍA, 2020), sobre a simbiose entre o Estado colombiano e o setor floricultor, sendo que a política internacional não poderia ser explicada sem o lobby desse agronegócio; os dois exemplos mais destacáveis nessa relação são a assinatura do Tratado de Livre Comércio entre Colômbia e Estados Unidos (irônicamente, aprovado pelo congresso norteamericano no 12 de outubro de 2011), e o chamado Plano Colômbia, estratégia dos Estados Unidos no país, no marco da Guerra Contra as Drogas (TWOD, pela sigla em inglês). Por isso, pode-se dizer que a floricultura tem se constituído como um embaixador estadunidense na Colômbia, e a razão é muito simples: mais de três quartas partes das exportações tem como destino o dito país.²⁰⁰

Adicionalmente, Omaira Páez (2011) e Veloza e Lara (2014), se referem aos benefícios que o governo outorga à floricultura: isenções fiscais, subsídios, empréstimos perdoáveis, isenções alfandegárias, investimento em infraestrutura, entre outros. Consequentemente:

a floricultura na Sabana de Bogotá tem se convertido na atividade econômica emblema da introdução de políticas econômicas internacionais que têm como pano de fundo [...] o crescimento do modelo exportador, dentro do qual o agronegócio baseado na especialização econômica, a abertura e reprimarização da economia, a expansão de monoculturas de flores e outros produtos como cana de açúcar, banana, palma de dendê, etc., os quais têm afetado não só a Sabana, senão milhares de regiões no mundo, onde as lógicas do desenvolvimento capitalista e a divisão internacional do trabalho têm operado de similar maneira, abrindo mais a brecha entre as classes sociais, aumentando a pobreza e afetando a soberania alimentar dos povos [VELOZA E LARA, 2014, p. 45].

No caso específico da Sabana de Bogotá, essa lógica tem possibilitado que “nos últimos anos (a floricultura) esteja se desenvolvendo no meio de novas configurações territoriais regionais que se planejam e exercem desde visões hegemônicas do território” (idem., p. 50);

²⁰⁰ Conforme dados do Ministerio de Agricultura: Cadena de Flores Dirección de Cadenas Agrícolas y Forestales [online], Fevereiro de 2019, disponível em: <https://sioc.minagricultura.gov.co/Flores/Documentos/2019-06-30%20Cifras%20Sectoriales.pdf>

para compreender melhor essas transformações espaciais, Érika González (2011) resgata o conceito de “plastificação da Sabana”, de Rubén Utria,²⁰¹ que se refere à proliferação de estufas para a monocultura de flores na região (ver imagem 29), e dinâmicas associadas, como a urbanização de zonas com grande tradição camponesa, o loteamento para moradias de alto padrão e segunda moradia, a perda da organicidade dos municípios, e a depredação ecológica.

Com respeito ao último ponto, vale lembrar que as flores são uma monocultura muito intensiva, o que acarreta uma pressão sobre os aquíferos e o solo, tanto pela sua integração como insumos produtivos, quanto pela geração e descarga de resíduos altamente poluentes; além disso, a “plastificação” supõe a criação de um ambiente onde todas as variáveis estão controladas, possibilitando que “o esquema produtivo das flores (seja) linear e extremadamente simples”, condição que, de acordo com CENSAT (2005, p. 16), “(...) é a que não permite ao agroecossistema se autorregular, e por isto requiere constantes subsídios de energia na forma de insumos e mão de obra” (ver imagens 27a e 27b). Por isso discordamos de Gudynas (2015, p. 11), cuja categorização não inclui a floricultura dentro do extrativismo, por considerar que a intensidade e o volume da exploração dos ditos bens comuns (água e solo), é média, quando comparada com atividades como a mineração e o agronegócio da soja.

A posição do autor é, contudo, escusável, pois a floricultura é uma exploração plena de contradições, que tal vez só no âmbito local podem ser dimensionadas; a modo de exemplo, vamos nos referir a uma que, a nosso parecer, é das mais gritantes: a aparente diversidade que produz esse agronegócio. Assim, enquanto a alimentação popular esta baseada em dez espécies comercializadas no mundo (como expusemos no capítulo anterior), por incrível que pareça, na bolsa de Holanda se negociam mais de 22 mil espécies e variedades de flores; à vista disso, concluíamos em outro documento:

O modelo mais intensivo em capital não só é mais masculinizado, como também é mais homogêneo. [Tal a situação da monocultura de soja no Cone Sul]; no caso da floricultura Colombiana, que é intensiva em mão de obra, principalmente feminina, tende-se à diversificação, apresentando mais de cinquenta espécies e inúmeras variedades cultivadas e exportadas (CASTRO, 2008; GONZÁLEZ, 2014). No entanto, o que opera por trás de ambos os casos é a mesma lógica homogeneizante, por isso o mercado celebra a variabilidade de alguns atributos, como as flores [...], em detrimento das culturas alimentares causando, assim, mais vulnerabilidade socioambiental não só em países como a Colômbia, mas também no Brasil [IPDRS, 2017, p. 10-11].

Em soma, o modelo linear, simplificado e intensivo da floricultura corporativa, é substrato fértil para a oligopolização desse agronegócio; por isso, “hoje existem menos hectares

²⁰¹ Utria, Rubén. **Metropolización de la Sabana de Bogotá**. Em: Anais do Evento Metropolización, planeación y ordenamiento territorial, Sociedad geográfica de Colombia, 1998. Disponível em: <http://www.sogeo-col.edu.co/web/>.

Imagem 27a. Estrutura produtiva do agronegócio das flores de corte na Colômbia

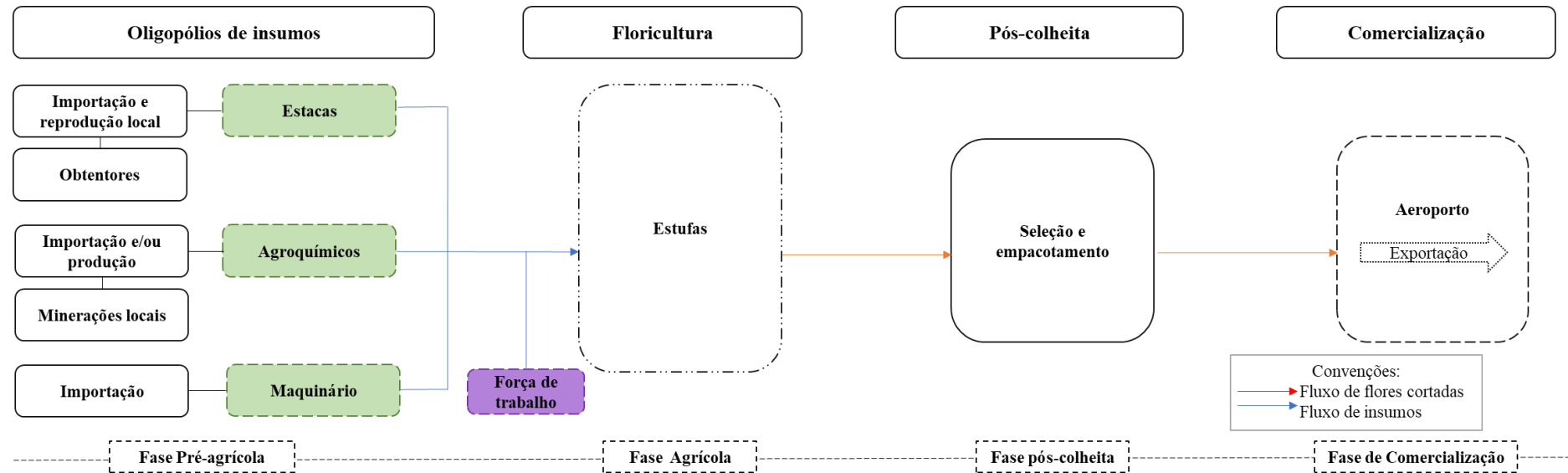
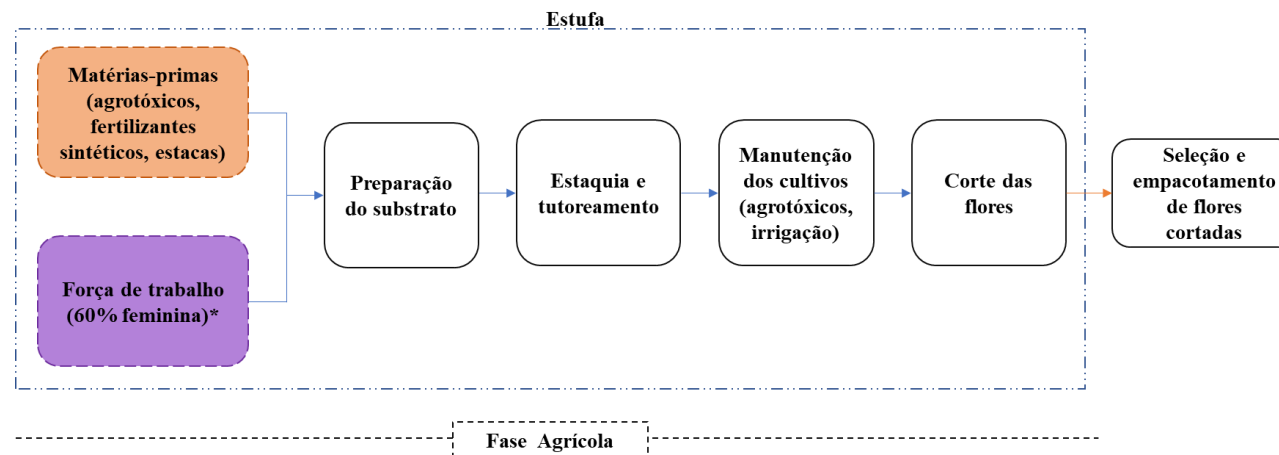


Imagem 27b. Fases agrícola e de pós-colheita da floricultura de corte na Colômbia



Modificadas a partir de CENSAT (2005, p. 14), e, Carmen Parrado (e outros, 2019, p. 30). Nota. *Fonte: DANE, Censo de fincas produtoras de flores, 2019.

cultivados e menos empresas a nível nacional (...), sem embargo, esta agroindústria produz em média os mesmos quilos de carga para exportação por ano (...)”, os motivos para esse aumento da produtividade são de ordem tecnológica e social, nesse último caso, devido ao “(...) detrimento das condições trabalhistas e a violação dos direitos sociais dos e das trabalhadoras: aumento de funções e tempos de trabalho, não pagamento de segurança social, implementação de políticas de flexibilização laboral, corte de pessoal, etc.” (VELOZA E LARA, 2014, p. 45).

Isto último introduz outro elemento que queremos de discutir, a maneira em que as políticas neoliberais aproveitam os cenários de crise –política, econômica, sanitária ou física (seja de origem natural ou antrópica)– para introduzir mudanças abruptas e impopulares, no que a brilhante pensadora Naomi Klein denomina a “Doutrina do Choque” (*The Shock Doctrine*).²⁰² Omaira Sepúlveda (2011, p. 6) é taxativa ao respeito, e se refere à “crise como estratégia empresarial”, tendo como referência as sequelas da crise *subprime* para os agroexportadores colombianos, em particular, a variação cambial,

Para alguns empresários, como o Grupo Nanneti ou Americaflor, a [valorização] do peso tem sido a melhor justificativa para incumprir suas obrigações como empregadores. Supostamente esta foi a razão pela que seus mais de 6000 trabalhadores e trabalhadoras em 2010 completaram até quatro quinzenas sem salários e a acumulação dos décimo-terceiros salários; um ano sem receber subsídio familiar, nem vestuário de trabalho, supressão dos vales alimentação e do transporte, tendo que se mobilizar a pé ou se endividar para cobrir o preço do transporte, [levando em consideração que as estufas costumam se localizar em conglomerados rodeados por aldeias camponesas, algumas delas bastante afastadas].

Por isso, incluso quando o setor não tem um bom desempenho as utilidades corporativas não se vêm comprometidas; tomemos como exemplo o ano 2015 que, como vimos, marcou o fim do Consenso das Commodities, afetando também as exportações da floricultura colombiana, mas não o lucro dos empresários (CÁCTUS, 2016). A entrada da Dole Food Company na produção de flores e sua aparatosa saída, é emblemática nessa dinâmica. A Dole –antes *Standard Fruit Company*– se estabeleceu na Colômbia na década de 1970, no ramo da agroexportação de frutas; a finais da década de 1990 comprou as quatro principais produtoras e distribuidoras de flores da Sabana, aproveitando sua própria rede de distribuição para posicionar no mercado estadunidense a subsidiária *Dole Fresh Flowers*, que chegou a concentrar mais de 350 hectares para a monocultura de flores, empregando a mais 5.000 pessoas.

Porém, só uma década depois, a transnacional começou a alegar que o negócio não era rentável, e que a instabilidade do mercado mundial estava agudizando esse fato; assim, em 12 de outubro de 2006 demitiu a 3.500 trabalhadoras e trabalhadores, e fechou as filiais *Porcelain*

²⁰² KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine**. Toronto: Knopf Canada, 2007.

Flowers e *Splendor* (essa última, a maior exploração na Colômbia), abandonando definitivamente o setor a começos de 2009. Por sua parte, para Cactus (2016), a saída da Dole do agronegócio floricultor não obedeceu à crise econômica, senão ao fortalecimento dos sindicatos de trabalhadoras, que organizaram uma série de greves para exigir melhores condições. Aqui vale salientar que a Dole possui uma longa história no país, não só na agroexportação de frutas, particularmente banana, senão na repressão ao sindicalismo, sendo acusada em 2009 no Tribunal Superior de Los Angeles, por haver financiado o grupo paramilitar *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC), mesmo que sem sucesso.

Imagem 28. Cadeia de suprimentos, produção e consumo das rosas colombianas



Tomado de Lina Oviedo e Nathalia Rodríguez (2009, p. 19).

A vulnerabilidade das trabalhadoras e trabalhadores perante esses gigantes corporativos se acentua porque a floricultura depende totalmente do mercado externo, tanto para a compra de insumos, como para a demanda das flores cortadas; para dimensionarmos isto, revisamos o trabalho de Lina Oviedo e Nathalia Rodríguez (2009), que fazem uma caracterização da cadeia de suprimentos de uma das espécies mais emblemáticas da floricultura colombiana, as rosas, as quais se cultivam a partir de estacas e sob condições controladas de substrato, fertilizantes e pesticidas, para reduzir o ciclo de produção, sendo que o grosso desses insumos são importados (mesmo que com tarifas alfandegárias muito baixas) como se reune na imagem 28 (ver). No tocante à demanda, Esther Vivas (2017, p. 58), expõe outra das ironias da floricultura, a mercadificação dos sentimentos, uma vez que, nas suas palavras:

A rosa vermelha é a expressão sublime [do] amor convertido em mercadoria. Milhões de rosas são vendidas no dia de São Valentim. Mas de onde é que elas vêm? Como

foram cultivadas? Por quem? A maior parte vêm da Quênia, Etiópia, Colômbia e Equador, os maiores exportadores para a União Europeia. Sua origem tem pouco a ver com a imagem idílica que procuram representar. A precariedade no trabalho, a má saúde de seus trabalhadores, o impacto sobre o meio ambiente: eis o que elas escondem.

As mulheres são a principal força de trabalho nesses ambientes maquiados dos países do Sul. Mulheres que não recebem rosas, mas que as produzem de sol a sol por salários de miséria e em condições muito precárias.

Nessa poderosa imagem das mulheres que recebem rosas e as que as produzem, Vivas condensa a divisão internacional do trabalho da agricultura exótica (ou suntuária), com o Norte consumidor e o Sul produtor; mas a aguda reflexão da autora não para por aí, ela fia ainda mais fino, chegando até as representações de gênero que a prática de regalar flores em datas como o dia dos namorados ou o dia das mulheres reproduz:

Essas rosas perpetuam o arquétipo do amor romântico, baseado na subordinação das mulheres aos homens. As flores de São Valentim, para além do *marketing*, expressam a subordinação de um sexo ao outro, e impõem um amor normatizado e heteropatriarcal. Essas rosas não somente escondem a dor daqueles que são explorados a quilômetros de distância [da Europa], como também daqueles que, cegamente, como Cupido, acreditam num ideal impossível –gerador de dor, amargura e dependência.

As rosas de São Valentim nos prometem amor, mas ocultam espinhos afiados [idem., p. 60-61].

Continuando com essa analogia, podemos dizer que a beleza das flores produzidas pelo agronegócio esconde a injustiça social e ambiental que caracterizam a países como Colômbia.

Veloza e Lara (2014, p. 28) vasculham a história para descobrir as razões da precarização da força de trabalho camponesa na Sabana, lembrando que nessa região a estrutura fundiária da *Hacienda* “continua vigente”, como “(...) modo hegemônico de organizar o território, (destinando) grandes extensões de terra (...) a donos definidos”; as autoras salientam que “esse tema é álgido e existe pouca informação ao respeito na Sabana, o que é evidente ao percorrê-la é que nos deparamos com fazendas que reafirmam o ideal da propriedade privada”. Portanto, como veremos na seguinte seção, em concordância com os postulados de García Nossa (1973), o agronegócio das flores constitui outro exemplo de constelação social do latifúndio, sendo que as dinâmicas do mercado laboral entre as zonas rurais e a cidade de Bogotá, têm colocado às mulheres de origem camponesa em maior vulnerabilidade, como exército de reserva (ou fundo de trabalho, na terminologia de García Nossa).


Enquanto à estrutura fundiária, vale precisar que existem também explorações pequenas (menores a três hectares), e medianas (entre três e dez hectares), mas isso não contradiz o fato da floricultura ser uma atividade econômica eminentemente oligopolizada, pois, de um lado, as empresas grandes “(...) concentram a maior parte da produção e das exportações”, se localizando principalmente na Sabana; aliás, há uma clara diferenciação regional na floricultura colombiana, mas as demais regiões são pouco expressivas, especialmente quando comparadas

com a Sabana onde, como sabemos, se cultivam quase 80% das flores para a exportação²⁰³ (CENSAT, 2005, p. 6). Do outro lado, persiste a tendência à concentração da terra, embora tenham entrado novas empresas, as maiores continuam dominando o setor, às vezes, incluso aumentando o tamanho das propriedades; “esta tendência à concentração se dá especialmente em municípios da Sabana de Bogotá como Madrid, Funza, El Rosal e Facatativa” (idem.).

Imagem 29. Fotografia aérea da floricultura na Sabana de Bogotá



Tomada do Environmental Justice Atlas, disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/floricultura-en-la-sabana-de-bogota-colombia>.

Convenções:  Conflitos pela terra e a biomassa (manejo de florestas, agricultura, pesca e gado).

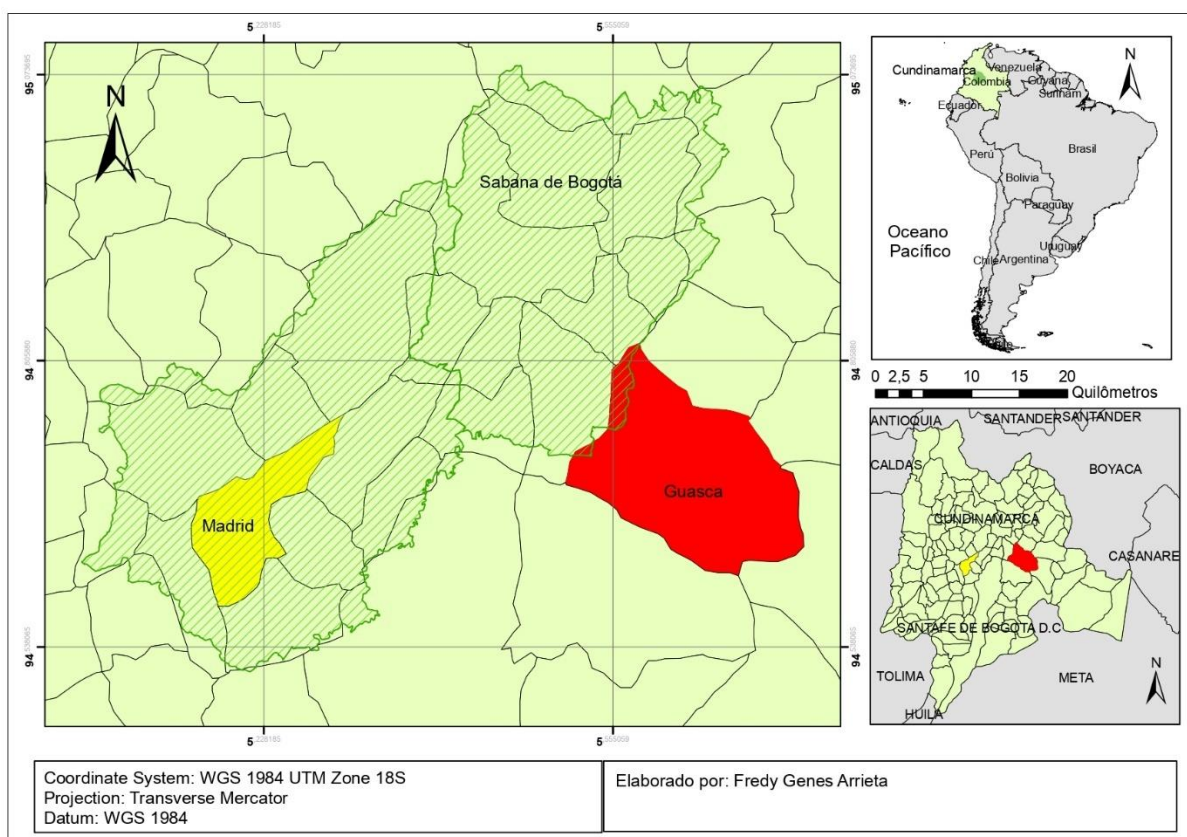
No entanto, o tamanho das explorações não é única variável determinante “na estrutura empresarial florícola”, CENSAT (2005, p. 6) destaca também “a distribuição da terra na zona onde se encontra a empresa, a localização geográfica, a espécie produzida, o tipo de comercialização adotado, o uso de insumos, o nível tecnológico e a estrutura organizativa interna. Se apresentam marcadas relações entre variáveis como distribuição da produção, uso de mão de obra e organização empresarial”. No caso da Sabana bogotana, com uma estrutura latifundiária, as empresas grandes têm ao redor de 30Has, e “entre 300 e 1.000 trabalhadores, (número) determinado pela etapa de desenvolvimento da empresa e o grau de diversificação da produção. A empresa mediana, com uma área dentre 10 e 30 Has, tem entre 100 e 300 trabalhadores. As pequenas empresas têm menos de 10 Has, e menos de 100 trabalhadores” (idem). Sobre a questão do trabalho voltaremos posteriormente.

De acordo com Veloza e Lara (2014, p. 30), como consequência da proximidade da capital, Bogotá D.C. (ver mapa 2.), “a Sabana tem se configurado como um elo internacional

²⁰³ DANE (2019), Censo de fincas productoras de flores.

metropolitano que guarda uma série de condições geoestratégicas que a posicionam como um espaço indispensável para os interesses do capital”, motivo pelo qual em municípios como Madrid, “tem se inserido as lógicas do urbano na vida cotidiana, apagando os espaços e tradições rurais de quem os habitam, que são na maioria de origem camponesa e popular”. É o que as autoras chamam “apagamento do espaço rural no imaginário social”, em decorrência de modelos de ordenamento territorial, como “(...) o plano Cidade-Região, que colocam à cidade capital no centro e delimitam a Sabana de maneira distinta, como territórios que aparecem e desaparecem segundo os interesses do lugar desde o qual se está ordenando o território” (idem.).

Mapa 2. Localização dos municípios de Guasca e Madrid na Sabana de Bogotá



E assim, “a partir da instauração (...) da floricultura se constrói uma forma de entender e se relacionar com o território desde uma visão funcional de dominação da Sabana de Bogotá”, que foi se espalhando desde Mosquera, o primeiro município a ser incorporado pelo dito agronegócio, em 1964, passando por Madrid, que é hoje o maior produtor do país, até chegar às periferias *sabaneras*, como o município de Guasca (ver mapa 2), onde a floricultura é incipiente e ainda há uma agricultura diversificada, com uma importante presença da economia camponesa; em geral, “esta atividade econômica traz diversos problemas à região, desde a exploração ambiental e social, especificamente para as mulheres trabalhadoras e ex-

trabalhadoras” (VELOZA E LARA, 2014, p. 37). Vale destacar que as autoras não falam só como cientistas sociais, senão também como filhas de trabalhadoras da floricultura, e incluso, como ex-trabalhadoras sazonais desse agronegócio.

É claro que à medida que a floricultura se consolida há um deslocamento da agricultura camponesa, pois, como argumentam Veloza e Lara (2014, p. 40),

A multiplicação dos cultivos de flores promoveu o reiterado processo depressivo da agricultura tradicional. Os cultivos tradicionais apresentam os maiores índices de decréscimo na produção alternativa, apenas, alguns cultivos de batata, alface, milho, ervilha, sobrevivem perante a devastadora expansão da monocultura das flores, o que se tem convertido numa agressiva competência pela terra, a água e a mão de obra [...].

A incorporação da força de trabalho camponesa será o tema da próxima secção; mas, antes de passar a essa discussão, devemos frisar que nos países da faixa intertropical em geral, e na Colômbia em particular, a exotização da agricultura tem ocasionado uma perda maciça da Soberania Alimentar. No caso que nos convoca, este processo se dá uma vez que

A floricultura implicou que os camponeses e camponesas da Sabana deixaram de cultivar alimentos em suas parcelas para se tornar trabalhadores assalariados das empresas de flores, as quais pouco a pouco foram deslocando o modelo de produção agrícola que garantizava a alimentação de sus habitantes por um modelo agroexportador que se especializou num produto que não é de primeira necessidade, pois nós não nos alimentamos de flores, e pelo contrário, com a incursão desta atividade perdimos a diversidade produtiva de uma das terras mais férteis de Colômbia e assim, nos sintonizaram com as lógicas do desenvolvimento capitalista e a divisão internacional do trabalho, onde os países produtores de flores como Colômbia, Quênia e Equador se inseriram de uma maneira subordinada à economia mundial [idem., p. 41].

Aqui é importante resgatar a discussão sobre uma das contradições básicas do capitalismo na América Latina: a reprodução de formas capitalistas e não capitalistas no espaço rural, a qual se concretiza na conjugação –em graus diversos, de acordo com a organização do espaço que se deriva de cada *commodity*– de modernização produtiva, uma sofisticada logística do mercado acionista e de futuros, e o trabalho camponês.²⁰⁴

Conforme Oliveira (2004, p. 41), “é essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões”. Sob essa perspectiva se entende porquê os processos de modernização da agricultura tem incorporado ao campesinato nos circuitos capitalistas de acumulação sem proletarizá-lo por completo (WANDERLEY, 2009), possibilitando que o

²⁰⁴ Nesse sentido, cabe ressaltar que “para Mariátegui, las relaciones feudales y capitalistas formaban parte de un único sistema económico y no constituyen dos economías separadas (...) En su opinión, el desarrollo del capitalismo no eliminaría las relaciones precapitalistas y sólo intensificaría la dominación del monopolio del capital imperialista (...)” (citado Por KAY, 2007, p. 68), portanto, na compreensão das dinâmicas do capital é necessário estudar sua relação com formas não capitalistas, especialmente na América Latina, isto se aplica não só aos camponeses, mas também às comunidades indígenas e quilombolas.

capital “(abra) espaços para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social”, garantindo – isso sim – sua sujeição através de liames “(...) que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele às vezes produza exclusivamente para a indústria” (OLIVEIRA, 2004, p. 41-42).

Antes de passarmos à próxima secção, vale lembrar um aspecto introduzido no capítulo anterior: a existência de um grupo de cultivos tropicais plenamente integrados na dieta da classe trabalhadora, nomeadamente, o açúcar, o café e outros estimulantes, precisamente por repercutirem positivamente na força de trabalho; há, contudo, uma bifurcação no interior desta camada de alimentos, com cultivos de primeira e terceira categoria, ou incluso substitutos sintéticos, como no caso dos edulcorante. Em palavras de McMichael (2014, p. 23), “assim, um alimento mundial como o açúcar tornou-se parte integrante do cálculo do valor do capitalismo, através do qual uma força de trabalho global desigual, mas combinada, foi construída e aprovionada através de uma elaborada relação imperial”. Vamos agora examinar um pouco mais de perto as intersecções entre geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho agrícola, na América Latina.

4.3. AGRONEGÓCIO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

*“María sólo trabaja, sólo trabaja, sólo trabaja,
María sólo trabaja, y su trabajo es ajeno”
César Calvo / Chabuca Granda.*

Esta secção estava projetada como um capítulo à parte, no qual sistematizaríamos os resultados das entrevistas e da reflexão com cada grupo de mulheres; a través dos exercícios de cartografia social, se pretendia esboçar nossa contribuição à ciência geográfica, para analisar os processos definidos ao longo desse documento num maior grau de concreção. No entanto, tomando como inspiração a resiliência que caracteriza as comunidades rurais da América Latina, optamos pela sabedoria que encerra o ditado popular: “feito é melhor que perfeito”. Após essa confissão, queremos especificar ainda que nos parágrafos que seguem só conseguiremos inaugurar a discussão, mas não desenvolvê-la plenamente, com a expectativa de voltar sobre estas considerções em futuros exercícios investigativos. A teoria da reprodução social será o marco que ajudará a ligar as esferas produtiva e reprodutiva, e as escalas doméstica e global.

A sociedade contemporânea continua reproduzindo estruturas hierarquizadas que herdou das eras moderna e antiga, e incluso da pré-história, tal o caso das relações sociais de

sexo, que vêm acompanhando o mundo ocidental desde o neolítico;²⁰⁵ claro está que essas denominações não devem ser transpostas à história do *Abya-Yala* de maneira descontextualizada, porém, mais uma vez, em função do nosso recorte, vamos a assumir principalmente essa herança europeia nas atuais repúblicas latino-americanas. Nesse sentido, Shiva (1988, p. 1-2) se refere ao viés de gênero que caracteriza o desenvolvimentismo econômico, uma vez que ele,

[...] tornou-se uma extensão do projeto de criação de riqueza na visão econômica do patriarcado ocidental moderno, que se baseava na exploração ou exclusão das mulheres (do ocidente e não ocidentais), na exploração e degradação da natureza, e na exploração e erosão de outras culturas. O 'desenvolvimento' não podia deixar de implicar a destruição das mulheres, da natureza e das culturas subjugadas, razão pela qual, em todo o Terceiro Mundo, as mulheres, camponesas e tribais, lutam pela libertação do 'desenvolvimento', tal como anteriormente lutavam pela libertação da colonização.

Vamos ver a maneira em que esse viés se materializa na América Latina, e qual a sua relação com a bifurcação corporativa do mercado mundial de alimentos, a partir da qual se determinam os padrões de especialização agroexportadora na nossa região.

Como vimos, a teoria da reprodução social aponta que alguns grupos dentro do conjunto da força de trabalho são mais vulneráveis, e que isso não obedece a diferenças na dinâmica da acumulação de capital –a qual é a única lei inquestionável dentro do sistema–, senão às relações de opressão que mediam na esfera da reprodução social. Para esclarecer essa ideia vale retomar a Maria de Nazareth Wanderley (2009), quem demonstra que no Brasil o processo de proletarianização não tem atingido a totalidade da força de trabalho, em particular a agrícola, sendo o campesinato o agente que permitiu a transferência total da mais-valia por fora da agricultura, nesse caso, o capital se aproveita das particularidades da economia camponesa para maximizar seu lucro; uma situação análoga sucede com as mulheres, cuja fonte de opressão são as relações sociais de sexo e, a partir delas, a divisão do trabalho baseada em construções de gênero que permitem manter a remuneração da força laboral artificialmente baixa (DEER, 1995).

No que respeita às mulheres camponesas, Carmen Diana Deer e Magdalena León (1997, p. 8) destacam as dinâmicas da organização familiar do trabalho dentro da unidade de produção-consumo, na qual costuma haver uma diferenciação entre tarefas ditas produtivas –cuidado dos cultivos comerciais e animais de grande porte–, e reprodutivas –cuidado da família, da horta, e dos animais de pequeno porte–, contudo, conforme elas, essa divisão de tarefas não deve dar-se como certa, pois reproduz estereótipos que nem sempre se correspondem com a realidade:

²⁰⁵ Para aprofundar nos fascinantes domínios da arqueologia e a construção das relações de gênero, ver, por exemplo, o site do projeto WOMAM: Women, Men and Mobility: Understanding Gender Inequality in Prehistory: <http://projectwomam.com/>

Durante muitas décadas, a visão estereotipada da agricultura camponesa latino-americana tem sido que se baseia na unidade ou sítio familiar, com uma divisão do trabalho segundo a qual a cabeça masculina do lar é o principal agricultor, e a esposa ou companheira é a 'ajudante'. Esta visão tem sido perpetuada pelos censos agrícolas e os pesquisadores que dependem deles para realizar sua análise comparativa.

Nesse sentido, é importante salientar que há uma heterogeneidade na divisão sexual do trabalho no espaço rural latino-americano, a qual se dá em função de diversas características locais (tipo de cultivos, regimes de propriedade, etnicidade, estrutura do mercado, etc.), não sendo incomum o caso em que as mulheres exercem a chefia no estabelecimento produtivo, como tem sido demonstrado na tradição da pesquisa feminista.

Em particular, tínhamos apresentado as reflexões de Deere (1995, p. 55), sobre as diversas formas em que as mulheres latino-americanas participam na produção agrícola, “de acordo com a região, com a raça (sic.) e a etnia”. Com relação a isto último, Bértola e Ocampo (2010) oferecem alguns elementos que permitem desenhar uma tipologia da população rural na América Latina; a partir dos autores, encontramos três grandes categorias, as quais, é claro, não representam unidades homogêneas nem excludentes entre si, havendo na prática combinações particulares delas para cada sub-região e/ou país:

- ✓ Na região intertropical, maior e mais diversa, há mais presença de: a) comunidades afrodescendentes, principalmente nas Antilhas e zonas litorâneas, zona histórica de *plantation*; e, b) comunidades indígenas e mestiças, localizadas sobretudo nos territórios das grandes civilizações pré-colombianas, mais próximas da mentalidade hierarquizadora europeia, e portanto, passíveis de transculturação.²⁰⁶ Não deve estranhar-nos que nessa zona climática tenham sido mais generalizadas as formas de trabalho forçado.
- ✓ No Cone Sul, de clima temperado, privilegiou-se a imigração de colonos europeus, conformando uma população mais branca e mestiça.

Conforme Deere (1995), a participação das mulheres é mais direta nas comunidades indígenas e afrodescendentes (região intertropical), que naquelas predominantemente brancas ou mestiças (Cone Sul); como veremos ao falarmos da floricultura, apesar da forte herança indígena, as famílias camponesas do planalto bogotano podem ser caracterizadas como heteropatriarcais, havendo uma clara divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, análoga à das unidades gaúchas. As construções de gênero que sustentam essa divisão sexual do trabalho no noroeste do Rio Grande do Sul e na Sabana de Bogotá, merecem ser enxergadas mais de perto e rigorosamente problematizadas, acreditando que essa questão seria uma constante no diálogo com as mulheres nos grupos focais; porém, pelas razões já expostas, o cerne da discussão será

²⁰⁶ Ver Marta Herrera (2002).

a maneira em que o capital explora essa divisão sexual do trabalho estereotipada, extraindo a mais-valia das camponesas para incorporá-la em seus circuitos de acumulação.

Com esse propósito, a seguir, começaremos a analisar as correlações entre regimes alimentares, tecnologia e divisão sexual de trabalho, tendo como ponto de partida, mais uma vez, à Revolução Industrial, a qual exacerbou a visão mecanicista da sociedade, se constituindo no *deus ex machina* do capitalismo, de uma forma muito literal, ao apresentar a ciência e o desenvolvimento técnico como a solução para todos os problemas que acometem a sociedade, a promessa do progresso continuado e intrinsecamente benéfico, que mais cedo ou mais tarde redundaria em todas as capas. Contudo, a brecha tecnológica, que não por acaso se corresponde também com as brechas social, econômica e de gênero, longe de minguar, se acentua com o curso das décadas; qual a situação no espaço rural da América Latina?

4.3.1. Deus ex machina: O mercado mundial, as mulheres e a relação capital/trabalho

Desde a primeira fervura da máquina a vapor, a tecnologia vem sendo introduzida em cada aspecto da vida social e promovida como um processo linear e neutro, embora a história demonstre o contrário. Porto-Gonçalves e Alentejano (2010) apresentam um interessante exemplo a esse respeito, ainda na era moderna:

Ao contrário do que nos ensinam nas escolas e nas universidades, o Brasil (assim como Haiti e Cuba) não era, nos séculos XVI e XVII, exportador de matéria-prima, mas sim de açúcar, produto manufaturado, a maior commodity da época, e para produzi-lo não havia nenhuma manufatura tão moderna como os nossos engenhos de açúcar, tal e qual, hoje, as mais modernas máquinas e implementos do *agribusiness*, nome novo para uma prática quicentenária, nos mostra cabalmente que a modernidade não necessariamente nos traz progresso, liberdade e justiça social [PORTO-GONÇALVES E ALENTEJANO, 2010, p. 52].

Vários pontos surgem a partir do caso dos engenhos açucareiros da Colônia: em primeiro lugar, o fato da tecnologia não ser sinônimo de avanço contínuo, evidenciando-se ao invés disso constantes reviravoltas; em segundo lugar, e como consequência do anterior, que o dito progresso tecnológico não obedece necessariamente a critérios técnicos, e sim econômicos; terceiro, o carácter marcadamente heterônomo na incorporação de tecnologias na agricultura latino-americana; quarto, a naturalização do processo todo, passando por altas evidências históricas como a sugerida pelos autores.

Nesse sentido, Dirce Maria Suertegaray (2005, p. 7) lembra que, “em nossos dias, a ciência constitui o motor da tecnologia; a sociedade atual está fundamentada no saber científico, no saber técnico ou instrumental (...)”, que por sua vez está fundamentado no positivismo de Comte, o qual, “ (...) diz respeito ao contexto da Revolução Industrial (século XVIII)” (idem., p. 15), e portanto, às mudanças nas relações sociais que devieram da mecanização dos processos produtivos; em particular, a tecnologia ajudou a firmar a divisão social do trabalho em todas as

escalas, desde a constituição de uma força de trabalho proletarizada nas próprias metrópoles, até o aprofundamento da estrutura de exploração de matérias-primas em colônias como as chamadas Índias Ocidentais. Conseqüentemente, na atualidade, os mapas da brecha tecnológica e os da brecha econômica se sobrepõem perfeitamente, havendo um claro padrão entre os hemisférios Norte e Sul.

Aliás, Santos (op. cit.) demonstrou que o grau de incorporação da tecnologia está diretamente relacionado com a divisão territorial do trabalho, e a partir daí é possível verificar que os processos de modernização da agricultura na América Latina respondem mais aos interesses da economia global que aos da local, no marco da geopolítica dos alimentos. Nessa secção se fará uma releitura dos processos de modernização conservadora, com ênfase na maneira em que a divisão territorial do trabalho impulsiona os vectores tecnológicos do agronegócio e, por conseguinte, a relação específica capital/trabalho; esse será o ponto de partida para estudar a incorporação do trabalho das mulheres, sendo nossa hipótese que o capital estimula as relações sociais de sexo, explorando nas plantações mecanizadas o trabalho reprodutivo de maneira indireta –pela sua invisibilização–, e o produtivo diretamente nas plantações intensivas em mão de obra, onde as condições trabalhistas são mais precárias.

A precursora na análise da correlação entre masculinização da produção agrícola e implementação da Revolução Verde é Ester Boserup (1970, p. 53); a partir do seu criterioso estudo comparativo em países de África, América, Ásia e Europa, a autora conclui que,

Nos sistemas agrícolas primitivos, a diferença de produtividade entre o trabalho agrícola masculino e feminino é aproximadamente proporcional à diferença de força física. À medida que a agricultura se torna menos dependente da força muscular humana, se esperaria que a diferença na produtividade do trabalho entre os dois sexos diminuísse. Na realidade, porém, isto está longe de ser assim. São normalmente os homens que aprendem a operar os novos tipos de equipamento enquanto as mulheres continuam a trabalhar com as velhas ferramentas manuais. Com a introdução de equipamentos agrícolas melhorados, há menos necessidade da força muscular masculina; no entanto, a diferença de produtividade tende a aumentar porque os homens monopolizam a utilização de novos equipamentos e os métodos agrícolas modernos.

Dessa maneira, a modernização da agricultura só veio exacerbar as relações sociais de sexo que caracterizam o patriarcado ocidental, na medida em que as mulheres têm sido banidas do uso das tecnologias de ponta, e relegadas às tarefas reprodutivas (cuidado da família, o lar, a horta e os animais de pequeno porte), que não percebem remuneração econômica. Por conseguinte,

Em todos os países em desenvolvimento –e na maioria dos países industrializados– as mulheres desempenham as tarefas manuais simples na agricultura, enquanto os tipos de equipamentos mais eficientes, operados por energia animal ou mecânica, são utilizados primariamente pelos homens. Muitas vezes, os homens aplicam métodos científicos modernos no cultivo de culturas comerciais, enquanto as suas esposas continuam a cultivar culturas alimentares por métodos tradicionais. Assim, no decurso

do desenvolvimento agrícola, a produtividade do trabalho dos homens tende a aumentar enquanto que a das mulheres permanece mais ou menos estática. O corolário do declínio relativo da produtividade do trabalho feminino é um declínio do seu estatuto relativo dentro da agricultura e, como resultado adicional, as mulheres vão querer abandonar o cultivo e se retirar para a vida doméstica, ou partir para a cidade.

A tese da masculinização decorrente da modernização da agricultura tem recebido críticas por dar explicações um tanto lineares, porém, sua importância é inegável; adicionalmente, numa leitura mais detalhada, podemos ver a semente de um pensamento muito além do economicismo dos contemporâneos de Boserup, por exemplo, quando a autora assevera que o processo de masculinização não é mecânico, mas o resultado de dinâmicas sociais, em particular, “os colonos europeus, os administradores coloniais e os extensionistas são largamente responsáveis pela deterioração do estatuto das mulheres nos setores agrícolas dos países em desenvolvimento (sic)”, uma vez que, “(os ditos agentes) foram quem negligenciaram a força de trabalho agrícola das mulheres quando ajudaram a introduzir a agricultura comercial moderna ao longo do globo, e promoveram a produtividade masculina” (idem, p. 53-54).

Quando da modernização conservadora, o tripé BM-OMC-FMI não só promoveu a referida dicotomia agricultura tradicional/agricultura moderna, como sinônimos de atraso e progresso, respetivamente, senão que exacerbou a divisão patriarcal do trabalho agrícola. Para aprofundarmos um pouco mais nesse tópico, vamos voltar sobre a imagem 20 (ver), onde explorávamos a relação entre financeirização, bifurcação da dieta e padrões de especialização agroexportadora na América Latina, vinculando essa arquitetura institucional a través de conceitos como o regime da dívida e os NACs (BM e FMI), instrumentos de política, como as medidas sanitárias e fitossanitárias (OMC), e tendências como a oligopolização (BM-FMI-OMC); vamos agora revisar outra aresta crucial, a partir do Documento de Política Setorial de 1975, do Banco Mundial, sobre desenvolvimento rural, que trazia na página três a seguinte definição:²⁰⁷

O desenvolvimento rural é uma estratégia concebida para melhorar a vida social e económica de um grupo específico de pessoas: os pobres rurais. Significa alargar os benefícios do desenvolvimento aos mais pobres dos pobres entre aqueles que tentam sobreviver nas zonas rurais. O grupo inclui pequenos agricultores, meeiros e camponeses sem terra. Uma estratégia de desenvolvimento rural deve reconhecer três pontos. Primeiro, a taxa de circulação de pessoas da agricultura de baixa produtividade e atividades afins para interesses mais lucrativos tem sido lenta... Segundo, a massa de pessoas nas zonas rurais dos países em desenvolvimento enfrenta vários graus de pobreza. A sua posição é susceptível de piorar se a população continuar a crescer sem controlo enquanto as limitações impostas pelos recursos e tecnologias disponíveis, instituições e organizações permanecerem em vigor. Terceiro, as zonas rurais têm mão-de-obra, terra, e pelo menos algum capital que, se mobilizado, poderia reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida.

²⁰⁷ Apud, ESCOBAR, Arturo (2007, p. 274-275).

Assim, a premissa do BM, principal gestor e executor dos recursos para o espaço rural no Sul Global, era que o empecilho para o almejado progresso do campo são os próprios camponeses. O papel dos extensionistas rurais foi então instruir a esses “mais pobres dos pobres entre aqueles que tentam sobreviver nas zonas rurais”, para que aprendessem como “mobilizar seu capital para melhorar sua qualidade de vida”; e, ao lembrar que a meados do século passado, quando o evangelho da Revolução Verde começou a ser proclamado pelo mundo afora, as ciências agrônômicas ainda eram um domínio eminentemente masculino, cabe esperar que esses homens carregassem seus vieses de gênero, junto com os insumos sintéticos, sementes híbridas, teodolitos e demais instrumentos requeridos na sua labor de conversão.

Boserup (1970, p. 54), se refere à maneira em que os extensionistas europeus na África –onde culturalmente as mulheres desempenham a chefia das unidades agrícolas–, “(...) mostraram pouca empatia pelos sistemas femeninos de cultivo que encontraram em muitas das colônias e países independentes em que se estabeleceram”, trasladando o pressuposto europeu “(...) de que o cultivo é um trabalho naturalmente masculino, (o que) os persuadeu de acreditar que os homens poderiam ser muito melhores agricultores que as mulheres, se tão só abandonassem sua costumaz preguiça. Queriam uma prova dessa crença, e a acharam”. De forma geral, essa “atitude dos serviços de extensão” pode ser rastreada na própria política de desenvolvimento agrícola do BM, que até muito pouco circunscrevia às mulheres ao lar, como mães ou ajudantes dos maridos. Por isso, ainda hoje, o acesso à terra, crédito, insumos e serviços, é detido pelos homens (VIVAS, 2017).

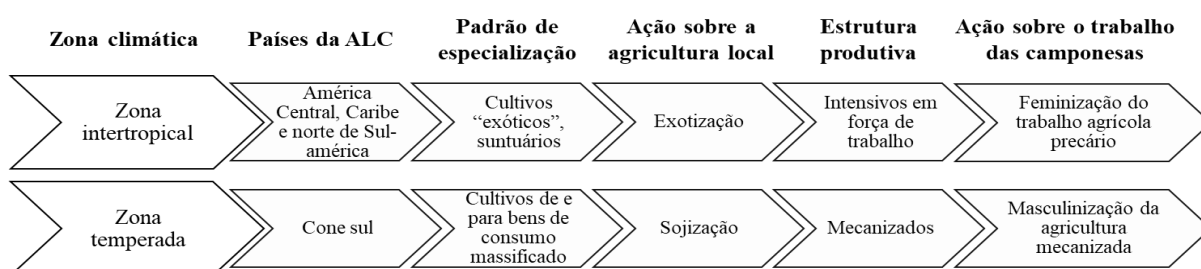
Boserup, Shiva, Vivas, Veloza e Lara, entre outras autoras (aqui referenciadas ou não),²⁰⁸ têm sistematizado múltiplas experiências de resistência feminina perante o avanço dos projetos de agricultura comercial para a exportação, que além de marginá-las na tomada de decisões sobre o ordenamento dos seus territórios, reforça as relações de subjugação ao esposo, pai, irmãos, filhos e demais parentes varões, como aponta Friedmann (1995); com efeito, as monoculturas comerciais, ao estarem amparadas pelo olhar patriarcal do desenvolvimento econômico, desconsideram o trabalho produtivo das mulheres e seus direitos sobre a unidade familiar de produção-consumo, destroem os bosques e pomares onde elas cuidam das galinhas, ovelhas e cabras, e que as fornecem das frutas com que alimentam a suas famílias e preparam as geleias que podem vender no circuito local, as tornando dependentes do dinheiro que gerem os homens, e a estes últimos da volubilidade do mercado mundial capitalista.

²⁰⁸ Ver, por exemplo, o clássico de Michael Taussig: “O diabo e o fetichismo da mercadoria”, onde o autor apresenta a resistência das mulheres rurais no *Valle del Cauca* (Colômbia) perante a introdução da agricultura comercial. Apud, Escobar (2007).

No entanto, desde uma perspectiva verdadeiramente dialética, mais uma vez, entendemos que não se trata de um processo unidirecional e/ou inequívoco; a degradação do trabalho das agricultoras no marco dos processos de modernização conservadora não é um fato consumado, apenas uma força à qual se opõem outras, como os movimentos sociais, na virada eco-territorial. Em palavras de Boserup (1970, p. 80), “uma vez que as mulheres são utilizadas para as operações manuais na agricultura, pode-se sugerir que o uso de mão-de-obra feminina irá gradualmente desaparecer à medida que a agricultura for sendo modernizada. Mas o problema não é tão simples assim”; de um lado, são diversas as respostas que têm surgido desde os movimentos feministas e de defesa da soberania alimentar, do outro, o próprio agronegócio tem encontrado formas de explorar a mão de obra feminina, como temos referido em parágrafos anteriores. Vamos agora falar sobre o segundo ponto.

Como sabemos, na América Latina, em função da divisão territorial do trabalho agrícola, que se expressa na bifurcação dos padrões de consumo (*class diet*), tem se consolidado duas cadeias agroalimentares diferenciadas: de um lado, no Cone Sul, os complexos pecuário e de comida processada, cujo propósito é produzir commodities baratas, para a reprodução da classe trabalhadora; do outro lado, na zona intertropical do continente, a produção de cultivos ditos exóticos, principalmente para o consumo das elites. Também sabemos já que o primeiro tipo de agronegócio é intensivo em capital, enquanto o segundo o é em força de trabalho, tendo esboçado em múltiplas ocasiões a correlação entre sojização, mecanização e masculinização, no primeiro caso, e exotização, precarização e feminização do trabalho, no segundo, mesmo que de maneira linear, como a apresentada na imagem 30.

Imagem 30. Correlação entre a divisão territorial e sexual do trabalho agrícola na América Latina



Elaboração própria; versão preliminar apresentada em Flores e Peña (2020, p. 165).

É claro que essa relação entre composição orgânica do capital e exploração do trabalho feminino é bem mais complexa, e para perscrutá-la vamos voltar sobre o conceito de constelação social do latifúndio de Antonio García Nossa (1973, p. 48), e mais especificamente,

sobre sua abordagem dos fundos de trabalho camponês; o ponto de partida do autor é a premissa de que:

Não existem latifúndios, senão estruturas latifundiárias. Estas estruturas são diversas e funcionam não só como constelações sociais, mas também como sistemas de economia e de poder articulados com a organização política do Estado, o sistema nacional de mercado e as estruturas de transferência inter-setorial de recursos tecnológicos e financeiros.

Isto se relaciona com a tríplice aliança agronegócio-latifúndio-Estado, referida por Campos (2011), que estabelece as particularidades de cada país; “existindo uma pluralidade de estruturas latifundistas, se define também uma pluralidade de constelações sociais” (GARCÍA NOSSA, 1973, p. 49), das quais são herdeiras as diversas formas que toma o agronegócio na região: monocultura de abacate, abacaxi, arroz ou milho, criação de camarões, frangos, porcos ou salmões, extração de urucum ou de castanhas de caju, plantações de teca ou eucalipto... a lista é longa e cambiante. Assim, os fatores históricos, políticos e físicos se conjugam, conformando múltiplas estruturas latifundistas, dentre as quais o autor identifica quatro modelos: “um chileno, no *Valle Central*; outro equatoriano, nos páramos sulinos do *Cañar*, e dois peruanos, um correspondente ao *Valle Cuzqueño* de Anta e outro aos vales regados e de agricultura de plantação da Costa” (idem.).

Essa caracterização, que García Nossa apresenta humildemente como sendo “mais exemplificadora que exaustiva”, é um recurso invaluable quando da construção de uma grelha comparativa entre regiões da América Latina (como a que pretendíamos com o trabalho de campo), pois, a partir desses quatro modelos, ilustra maneiras concretas em que o latifúndio se relaciona com as formas não capitalistas (comunidades étnicas e camponesas, peões sem terra, trabalhadores sazonais), com o sistema político, as instituições financeiras, de logística, comercialização e transferência tecnológica, etc., nas escalas local e internacional; neste documento –agora sim, a modo de exemplo–, queremos consignar sua figura 2.7: Complexos agroindustriais, por considerar que nela já é possível distinguir os traços fundamentais do agronegócio (açucareiro) (ver imagem 31).

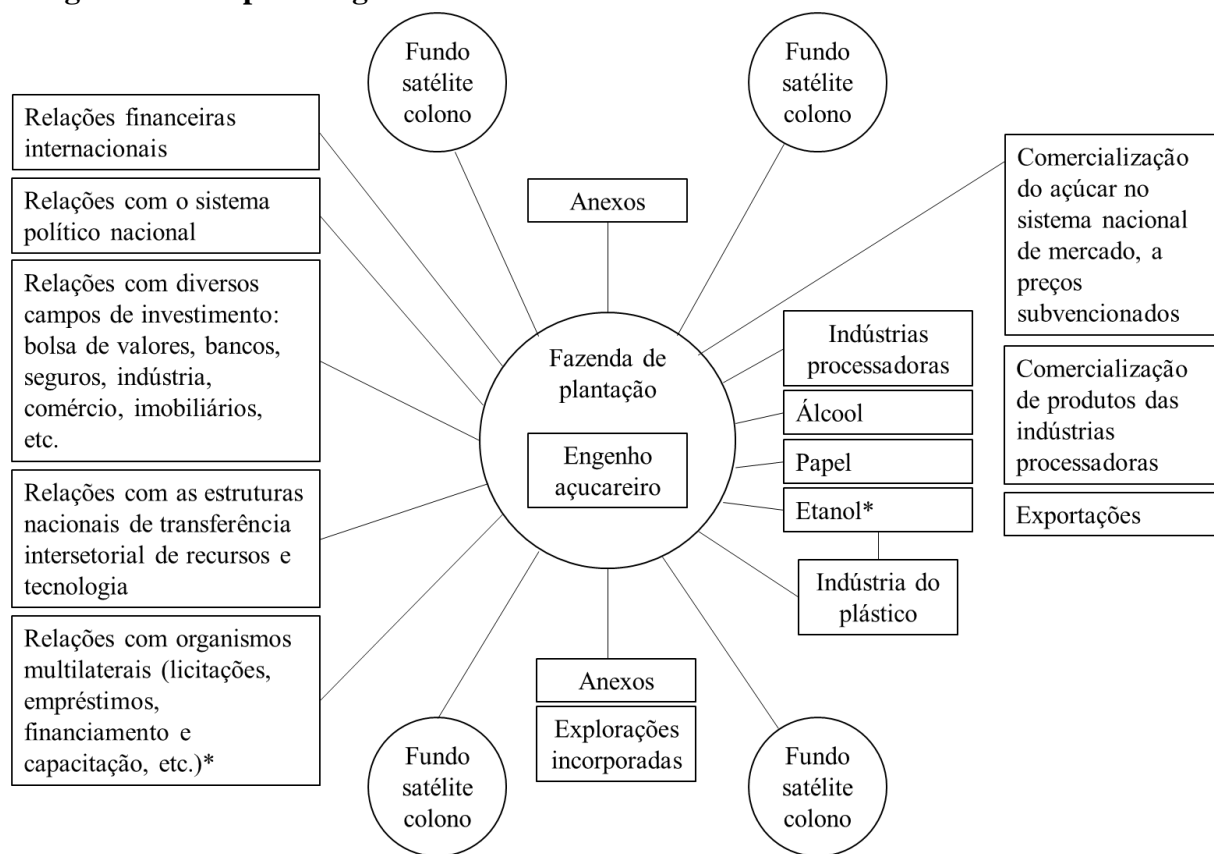
Contudo, queremos aqui centrar a atenção nas relações que o latifúndio tem estabelecido com as formas não capitalistas:

A constelação social baseia-se num mecanismo de colonialismo interno; um certo tipo de latifúndio opera como núcleo ou centro orientador do sistema, e na sua periferia - articulada e mobilizada pela sua força centrífuga - a constelação de zonas, populações e unidades satélites está agrupada: pequenas economias camponesas, zonas de pequenos proprietários, comunidades indígenas, ranchos de trabalhadores sem terra (chamados peões livres no Equador e *afuerinos* no Chile) e cidades fronteiriças [GARCÍA NOSSA, 1973, p. 48].

As ditas forças centrífugas estão mediadas pela idade dos elementos do latifúndio e sua constelação social (segundo com a terminologia de Santos), por isso, “o funcionamento da

estrutura latifundiária”, tem se evidenciado tanto “(...) nas zonas mais atrasadas de latifúndio de colonato (a serra equatoriana, os vales de Cuzco ou as terras altas da Guatemala), (quanto) nas regiões mais modernizadas da agricultura de plantação na costa peruana ou nas antilhas”, para o autor, “este fato explica-se pela natureza ou origem colonial dos tipos dominantes de estrutura de latifúndios na América Latina: a clássica *hacienda* (fazenda) colonial –arcaica ou moderna– que preservou as linhas gerais da ideologia senhorial em relação à terra e à população camponesa que lhe foi confiada, e a plantação, que introduziu no contexto das economias tropicais o sistema normativo do tipo africano ou asiático moderno de enclave colonial” (GARCÍA NOSSA, 1973, p. 49).

Imagem 31. Complexos agroindustriais



Tomado de: García Nossa (1973, p. 54). *Quando da publicação do livro ainda não eram tão expressivos os agrocombustíveis e a ligação entre organismos multilaterais e agronegócio, por isso nos permitimos atualizar a figura.

Tal corolário é ainda mais certo no caso do agronegócio contemporâneo, uma vez que a matriz tecnológica joga um papel central, pela necessidade de acompanhar os padrões internacionais para ser competitivo no mercado; assim, as forças centrífugas e centrípetas do agronegócio estão diretamente relacionadas com o grau de tecnificação. Ainda sobre esse ponto, Campos (2011, p. 22), lembra que a modernização dos complexos agroalimentares se intensificou sob a hegemonia da OMC:

É verdade que em algumas regiões brasileiras ocorreu um intenso processo de modernização das atividades agropecuárias nas décadas de 1970 e 1980, que resultou na elevação da composição orgânica do capital, numa maior integração com mercados mundiais e na produção orientada pela busca contínua da maximização do lucro. Entretanto, é a partir da década de 1990 que o agronegócio se torna uma realidade no conjunto do país, transformando a paisagem, impondo um novo tempo e uma nova dinâmica socioespacial tanto no meio urbano, quanto nas áreas rurais dos municípios em que se territorializa. Por isso, no caso do Brasil, não há como dissociar o agronegócio das políticas neoliberais que criam as condições econômicas e geopolíticas para sua expansão em múltiplas escalas geográficas, desde a local até a global.

Em termos gerais, se a modernização da década dos anos setenta foi um processo heterogêneo na América Latina, a primeira fase do neoliberalismo, a través dos PAE, foi bastante homogênea; poderíamos incluso dizer que essa é uma dinâmica comum para o Sul Global, que aparece como uma mina de mão de obra barata para o agronegócio. A seguir, vamos esboçar algumas dessas relações entre composição orgânica de capital e fundos de trabalho, a partir dos referidos casos das mulheres camponesas no noroeste do Rio Grande do Sul e na Sabana de Bogotá.

4.3.2. A soja e a masculinização da agricultura nas plantações mecanizadas

Só no território, junto com as mulheres gaúchas, poderia traçar-se os fluxos que inter-relacionam os espaços produtivos e reprodutivos no contexto do agronegócio da soja, os pontos em que ambos os espaços se superpõem e aqueles em que não o fazem; no entanto, sob a guia da teoria da reprodução social podemos tentar um esboço (WINDERS E SMITH, 2018; BHATTACHARYA, 2017). Esse tipo de mapeamentos evidenciam a relevância do trabalho das mulheres na agregação de valor no contexto agrícola, especialmente quando consideradas todas as tarefas do complexo produtivo, dentre as quais podemos nomear as tarefas reprodutivas, que enquadram não só as domésticas, mas também aquelas geradoras de rendas extra –como o artesanato e a transformação caseira de alimentos–, e o fortalecimento dos laços comunitários, labores e tipos de trabalho historicamente invisibilizados (DEER E LEÓN, 1997).

Isto é o que se conhece como “economia iceberg”; Vivas (2017, p. 93) se refere a esse conceito –próprio da economia feminista–, nos seguintes termos: “a economia capitalista funciona como um iceberg, do qual você só vê a ponta, uma pequena parte da economia de mercado, o trabalho remunerado associado ao masculino”, assim, essa metáfora se refere ao fato de o grosso das labores necessárias para a reprodução da sociedade permanecer submerso sob o véu do fetichismo da mercadoria, “é a economia reprodutiva, da vida, do cuidado, associada ao feminino. Sem ela, o mercado não funcionaria, porque ninguém a iria sustentar. Um exemplo: as horas de trabalho invisibilizadas (...) ter o cuidado de manter a casa, preparar a comida, buscar as crianças na escola, cuidar de idosos dependentes”. No espaço rural, e mais

especificamente, na unidade de produção familiar, essa questão é ainda mais palpável, pelos limites difusos entre a produção e a reprodução, como discutido no capítulo 2.

Vimos que o Noroeste do Rio Grande do Sul é a região com a maior participação da agricultura de base familiar na produção de grão de soja; como expõe Mantelli (2006, p. 276), naquele contexto, a unidade familiar “produz alimentos, matérias-primas de transformação industrial e grande parte participa –principalmente com a cultura da soja– do mercado externo. Ainda assim, essas áreas apresentam baixo rendimento econômico e a maioria das famílias vive em condições desfavoráveis”. Especificamente, a autora chama atenção sobre a “progressiva perda da produtividade da pequena propriedade”, por conta de fatores como o reduzido tamanho das propriedades, a “intermediação comercial desfavorável”, a sujeição e o marginamento tecnológico; conseqüentemente, “mesmo mantendo a propriedade da terra, o colono vê-se, desta forma, submetido cada vez mais ao capital (...)”.

Nesse sentido, como temos podido apreciar, há um consenso entre as autoras aqui apresentadas (Mantelli, Marmilicz, Campos), acerca das contradições que supõe o agronegócio de soja para a unidade familiar de produção-consumo, na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Ainda nesse ponto, Campos (2011, p. 147) se refere a um processo que parece contradizer o senso comum, uma vez que em municípios com um PIB agropecuário tão significativo quanto os do Noroeste Sul- rio-grandense, há processos de urbanização; no caso de Cruz Alta,

Paradoxalmente, nesse contexto em que as atividades agropecuárias são o centro dinâmico da economia local, se intensifica a urbanização do município, uma vez que o processo de modernização é altamente seletivo, beneficiando um número limitado de proprietários rurais, particularmente os médios e grandes, e absorvendo um contingente de trabalhadores cada vez menor. O resultado é um contínuo esvaziamento demográfico do campo. Tanto que na contagem populacional de 2007 a população rural de Cruz Alta correspondia a menos de 4% da população total – em número absoluto 2.308 pessoas. De modo que se configura em Cruz Alta um processo que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004) define como territorialização do capital no campo.

Como cabe esperar, essa seletividade do processo de modernização também tem um caráter interseccional; sobre a dinâmica de classe, apontada por Campos, Mantelli (2006, p. 276) esclarece: “paulatinamente proletarizado, o pequeno produtor agrícola poucas oportunidades encontra para reinvestir capital em terra ou em tecnologia, para aumentar a produtividade”. Dessa forma, no Noroeste do Rio Grande do Sul, o agronegócio da soja consegue se apropriar do mais-valor da economia camponesa pelo menos em três vias: fora da unidade de produção-consumo, nas explorações corporativas, onde contrata principalmente a mão de obra masculina, e dentro das pequenas propriedades, de um lado, ao exercer poder monopsônico no mercado local do grão, e do outro, ao tirar vantagem da invisibilização do trabalho reprodutivo, que barateia artificialmente os custos de produção da agricultura familiar.

Também sobre esse ponto, Vivas (2017, p. 82-83) se refere ao “aprofundamento da crise no campo nos países do Sul e (à) intensificação da migração para as cidades”, processo que tem derivado numa descampanização “que, em muitos países, não assumiu um clássico movimento campo-cidade –em que os antigos camponeses iam para as cidades para trabalhar em fábricas no marco de um processo de industrialização”, e para entender essa dinâmica, a autora resgata o conceito de “urbanização desconectada da industrialização”, de Mike Davis,²⁰⁹ que explica como essas pessoas de origem rural, deslocadas pela violência econômica (e às vezes armada) do agronegócio, chegaram a constituir uma cidade paralela, nas periferias, e nelas, um “proletariado informal”. As mulheres estão no centro desses “fluxos de migração nacionais e internacionais, que têm provocado o dismantelamento e abandono das famílias, da terra e dos processo de produção” (idem.).

No caso do Rio Grande do Sul, Anita Brumer (2004, p. 210) argumenta que os ditos movimentos migratórios entre os espaços rural e urbano, não são homogêneos em termos demográficos, havendo uma maior expulsão de mulheres com idades entre 20 e 25 anos:

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra.

Brumer destaca a modernização da agricultura em geral, e o agronegócio de soja em particular, como um fator que veio a reforçar a divisão sexual do trabalho dentro da unidade familiar, na medida em que, “como o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, é ele que investe no aprendizado das novas tecnologias, mantém os contatos com técnicos rurais ou agrônomos, faz a maioria das vendas e contatos com os bancos (empréstimos e pagamentos) e participa de associações tais como cooperativa e sindicato” (idem, p. 213); ao observarem como suas mães (e elas próprias) são marginadas da gestão do patrimônio familiar e na tomada das decisões mais relevantes acerca do rumo da produção, as jovens gaúchas não projetam seu futuro no campo. Mas a questão não para por aí, como salienta Vivas (2017, p. 83), “ao mesmo tempo, esse processo gera para as mulheres que permanecem em suas regiões um aumento de carga familiar e comunitária”.

²⁰⁹ DAVIS, Mike. **Planet of slums**. Londres: Verso, 2006.

No seu trabalho de campo nas monoculturas canavieiras corporativas, Rosa Rossini (2002, p. 12) também demonstra essa tendência; em palavras da autora, “(são) evidentes as contratações masculinas para operar máquinas. Não se encontrou ainda mulheres operando máquinas sofisticadas”. Por isso, Campos (2011) é categórica ao falar da “face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio”, nesse caso, no contexto da soja no Noroeste do Rio Grande do Sul, e mais especificamente em Cruz Alta, onde:

a exclusão social, ainda que afete uma significativa parcela da população, é muito mais severa entre as mulheres, uma vez que elas têm mais dificuldade de acesso a postos de trabalho. Na economia do município, o agronegócio, direta ou indiretamente, é o maior responsável pela criação de vagas de trabalho. No entanto há uma grande desigualdade de gênero na ocupação das vagas. A exclusão feminina do mundo do trabalho engendra não apenas a pobreza, no sentido de escassez de rendimentos monetários, mas produz impactos em múltiplas dimensões da vida das mulheres e das crianças pelas quais elas são responsáveis diretamente.

Vale reiterar que isso não significa que o agronegócio mais mecanizado não contrate mulheres, de fato, há alguns postos de trabalho reservados para elas (geralmente aqueles associados ao cuidado, como os de limpeza e restauração), mas, é possível constatar empiricamente que esse tipo de vinculações são ínfimas e tendem a ser mais precarizadas; isso por não voltar sobre a apropriação capitalista do trabalho reprodutivo dentro das unidades familiares. No caso cruz-altense:

A exclusão ou inserção precária das mulheres nos locais pesquisados pode ser observada tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Em termos de quantidade, constatou-se que dos 3.099 postos de trabalho apenas 694 são ocupados por mulheres; sendo que destes 507 são temporários com uma duração média de três meses por ano. Portanto, 73% das mulheres empregadas pelo [idem, p. 160-161].

Essa realidade pode ser confirmada no agronegócio sojeiro do Cone Sul como um todo –considerando as particularidades locais–, onde a mecanização da produção está claramente atravessada pelas relações sociais de sexo;²¹⁰ resulta interessante a maneira em que as construções de gênero permitem justificar essa divisão sexual do trabalho agrícola, aduzindo alguns atributos, como a suposta “delicadeza da mulher(,) como obstáculo para a operação de máquinas pesadas; essa imagem também é invocada na Colômbia, desta vez como fundamento para a contratação majoritária de mão de obra feminina (na floricultura)” (IPDRS, 2017, p. 15), assunto que reveremos no próximo item.

Agora, é claro que as dinâmicas de poder do complexo soja transcendem o campo; na mesa elas também têm presença, pelo componente de classe, a través da tantas vezes referida bifurcação da dieta (*class diet*), mas não só. Há um elemento, estreitamente relacionado com a estratificação social, que pouco temos tratado nessa tese: o menosprezo dos saberes populares.

²¹⁰ Ver por exemplo, VICENTE, Lucía; ACEVEDO, Carolina; VICENTE, Carlos. **Atlas del agronegocio trans-génico en el cono sur: Monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos**. Buenos Aires: Altuna, 2020.

A esse respeito, Jane Dixon (2009, p. 321) se refere à maneira em que o complexo tecnológico empossa às ciências da nutrição na peritagem do que pode ou não ser considerado sadio para a alimentação humana, chegando ao que ela denomina “nutricionalização corporativa” (*corporate nutritionalisation*), a qual “tem sido central para a expansão espacial e temporal, a consolidação e a natureza de crise do sistema agro-alimentar industrial global e formações capitalistas acompanhantes”; a soja é um bom exemplo disso, sendo promovida como uma gordura mais sã que a tradicional banha de porco, embora isso não seja verdade.

Voltando ao âmago da discussão, a tese da masculinização da agricultura pode ser corroborada empiricamente dentro do complexo soja do Cone Sul, tendo como referência inicial o modelo de Ester Boserup (1970), apresentado na secção anterior. Não obstante, este pressuposto deverá ser redimensionado quando for contrastado com as realidades locais, principalmente em outras regiões do sub-continente latino-americano; como indica Shanin (op. cit.), a realidade agrária é tão complexa que seria impossível abordá-la a partir de processos unívocos: descampanização, diferenciação social, masculinização, sendo mais adequado entendê-la dentro de uma totalidade dialética, que contém necessariamente seu contrário: recampanização, diferenciação demográfica, feminização. Em relação com isso último, veremos a continuação que a consideração do trabalho feminino como trabalho produtivo não repercutiu positivamente na vida das camponesas no Sul Global.

4.3.3. A floricultura e a feminização do trabalho agrícola precarizado

Como vimos, a estratégia de apropriação da mais-valia camponesa não se limita à exploração do trabalho reprodutivo, quando as condições o permitem, o capital também incorpora o trabalho produtivo²¹¹ das mulheres. Um exemplo disso é que, a partir da década dos anos oitenta houve uma inserção da força de trabalho das mulheres camponesas no planalto bogotano, região principal da floricultura colombiana, não por conta das dinâmicas da cultura local, mas como um resultado da migração sazonal de mão de obra masculina, “sobre todo entre os pequenos proprietários de terra”, num contexto de crescente quebra das economias camponesas, pela falta de políticas públicas e a liberalização do mercado agroalimentar (DEER E LEÓN, 1997, p. 8). Os trabalhos de autoras como Érika González, Vivian Castro, Beth Tzadok, Gloria Narváez Tafur, Omaira Páez, Laura Reynolds, Esther Vivas, Jenny Patricia Veloza e Guisella Lara, foram as principais fontes de consulta nesta secção.

²¹¹ Vale insistir em que o trabalho reprodutivo também é gerador de riqueza, portanto, produtivo, tal vez seria mais adequado fazer uma diferenciação entre trabalho remunerado e não remunerado.

Para começar, Vivas (2017, p. 82) expõe a dialética entre essas duas dimensões do trabalho das mulheres no espaço rural: a atribuição das tarefas de cuidado nos contextos de masculinização da técnica –o que ela chama “esfera pública camponesa”–, ao mesmo tempo que,

Ocorre uma notável ‘feminização’ do trabalho assalariado agrícola em muitas regiões do Sul Global, na América Latina, na África subsaariana e no Sul da Ásia. Entre 1994 e 2000, as mulheres ocupavam 83% dos novos postos de trabalho no setor da exportação agrícola não tradicional. Esta dinâmica também veio acompanhada da marcada divisão de gênero: nas plantações, as mulheres executam as tarefas não qualificadas, tais como a respiga e a embalagem, enquanto os homens se encarregam da colheita e do plantio.

A esse respeito, tínhamos aberto a questão das construções de gênero, os papéis que a sociedade espera que homens e mulheres desempenhem. Em particular, falamos sobre a suposta delicadeza da mulher, que no Sul do Brasil é considerada um obstáculo para a operação de maquinário agrícola, enquanto na Colômbia se usa como justificativa para a feminização da floricultura; Érika González (2014, p. 17) faz referência a isso último:

[O grêmio dos floricultores] argumenta que [a preferência pela mão de obra das mulheres] está relacionada com certas qualidades consideradas femininas, como o cuidado, a delicadeza, a destreza ou a paciência, que permitem um melhor trabalho [...] Por detrás da demagogia no apelo a este atributo -que, vale a pena lembrar, foi culturalmente magnificado- está o facto gritante da precariedade do mercado de trabalho para os homens, e para as mulheres em particular: [...] há uma maior dependência das mulheres desta fonte de trabalho: a maioria das trabalhadoras são mães chefes de família (69% das mulheres contratadas) sem qualificações e admitindo elevados graus de exploração laboral para sustentar os seus filhos e filhas com os seus salários, porque é muito difícil encontrar outro emprego.

McMichael (2014, p. 97) o expressa com notável agudeza: “o agronegócio utiliza ideologias de gênero para corroer o emprego estável e os direitos dos trabalhadores no que diz respeito às mulheres. De igual importância, empregar mulheres proporciona ao empregador uma forma de invocar instituições para além do local de trabalho para alargar e reforçar a disciplina laboral”. Vamos nos deter um pouco mais nesse tópico.

Tal como a promoção da migração foi uma solução dupla para o capitalismo oitocentista (no regime colonial-diaspórico), a incorporação do trabalho feminino o tem sido para o agronegócio contemporâneo, que apresenta a precarização nas plantações de cultivos não tradicionais (NTC), sob o disfarce da igualdade de gênero, ao mesmo tempo que tira vantagem da invisibilidade das tarefas de cuidado. Acerca disso, Beth Tzadok (2018) salienta que a laxa legislação laboral resulta numa falta de limites entre o tempo pessoal, familiar e laboral, o que coloca as trabalhadoras da floricultura sob constante pressão física, emocional e psicológica, especialmente em época alta, como o Dia dos Namorados, o Dia da Mulher e o Dia da Mãe; nesse ponto, vale lembrar o paradoxo apontado por Vivas (2017), pois nessas datas

culturalmente aceites como de celebração do feminino –claro está, sob os padrões patriarcais–, as trabalhadoras desse setor não recebem as rosas senão os espinhos.

A partir da teoria da reprodução social, conseguimos enxergar que, em geral, o capital reforça os atributos em que se baseia a opressão (resumidos na tríada: raça, gênero, classe, apresentada por Angela Davis), para refinar sua estratégia de exploração da força de trabalho (BHATTACHARYA, 2017). Numa prova disso, Vivian Castro (2008, p. 11), destaca que na última década tem havido uma “progressiva masculinização” da floricultura colombiana, particularmente em Antioquia (o segundo produtor do país) e outras regiões atingidas pela liberalização do mercado alimentar, “devido ao aumento no número de varões disponíveis para a vinculação, pelo aumento global do desemprego nestas zonas, estreitamente relacionado com a crise agropecuária”, além disso, esse processo se dá “como resposta dos empresários aos custos que representam as licenças de maternidade, licença de aleitamento materno e outras questões relacionadas com a saúde infantil”.

Na mesma perspectiva, Laura Raynolds (2001, p. 7), cita “o estudo clássico de Arizpe e Aranda²¹² (o qual) conclui que a vantagem comparativa da agroexportação de morangos no México, tal como a indústria exportadora, depende da contratação de trabalhadoras”, salientando que, embora a apreciação das autoras tenha validade empírica, isso não implica a existência de uma relação inequívoca entre NTC e feminização da força de trabalho; Raynolds rejeita

esta caracterização da feminização do emprego agroexportador, uma vez que incentiva uma visão unidimensional e demasiado determinista das relações de produção complexas e potencialmente contraditórias. Para além das desigualdades de gênero, as divisões baseadas na etnicidade e cidadania têm sido exploradas há muito tempo na construção de forças de trabalho rurais temporárias (por exemplo, Bourgois 1989; Moberg 1996). Como Collins (1993) demonstra, o agronegócio pode estabelecer diferentes regimes para a mobilização de mão-de-obra: Onde algumas empresas podem contratar mulheres para fornecer mão-de-obra de baixo custo, disciplinada e flexível, outras recorrem a migrantes masculinos ou subcontratação doméstica para alcançar estes objetivos. A organização da produção varia ao longo do tempo, bem como por empresa, uma vez que esta é continuamente negociada em lutas sobre a disponibilidade de mão-de-obra local [idem.].

Por isso, a autora propõe calibrar as lentes para enxergar a maneira em que as construções de gênero se intersectam com as demais dinâmicas de opressão, na construção de um exército de reserva para o agronegócio. Assim, no seu estudo nas plantações corporativas de abacaxi na República Dominicana, Raynolds (2001, 1998) consegue identificar dois momentos, o primeiro, quando do estabelecimento do dito agronegócio na virada entre as

²¹² ARIZPE, Lourdes; ARANDA, Josefina. The "comparative advantages" of women's disadvantages: Women workers in the strawberry export agribusiness in Mexico. Em: **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Vol. 7, no. 2, p. 453-473, 1981.

décadas dos anos oitenta e noventa do século passado, se caracterizou pela maciça contratação de mulheres; o segundo, num contexto em que as políticas neoliberais estavam já consolidadas e a precarização laboral era a regra, de crescente masculinização do setor.

No que respeita à Sabana de Bogotá, para entender os processos de feminização da floricultura, devemos voltar sobre a herança pré-colombiana na agricultura e as relações sociais, como expõem Veloza e Lara (2014, p. 24):

[Um] aspecto fundamental a ter em conta é como, através do processo de colonização, o patriarcado ocidental se estabeleceu na América, o que, particularmente na sociedade muisca, gerou alguns confrontos culturais muito fortes devido aos seus costumes, formas de trabalho e sobretudo à forma matrilinear de organização [...]. Neste sentido, pertencia-se à comunidade com base no tipo de relação que se tinha com a mulher, [...] quando os homens casavam, deixavam de pertencer ao seu grupo familiar e passavam a fazer parte do grupo familiar da mulher. Contudo, a autoridade era exercida por uma figura masculina, geralmente um tio materno, que era o centro do grupo. Esta forma de organização durou até ao século XIX.

As autoras enfatizam que não se trata de uma romantização da sociedade indígena como carente de formas patriarcais, mas do rastreamento dos processos sociais que derivaram nesse e dos demais atributos da opressão, que propiciam a criação dos fundos de trabalho que o capital em geral, e o agronegócio em particular, exploram. A alienação do trabalho feminino, que foi se configurando a partir da Colônia, se concretizou a começos do século XX, com a instauração de uma base militar no município de Madrid, sendo as camponesas da região as encarregadas das labores de cuidado, especialmente do lavado dos uniformes das tropas; dessa maneira, quando da chegada da floricultura, nos anos setenta do mesmo século, havia já uma base de mulheres assalariadas (idem).

O resultado já o conhecemos, “a incorporação das mulheres no âmbito do trabalho remunerado (tem implicado) uma carga de trabalho dupla, pois continuam a realizar o cuidado de suas famílias enquanto trabalham para gerar renda, geralmente em empregos precários”, além disso, “elas têm piores condições de trabalho do que seus pares masculinos e recebem remuneração inferior para as mesmas tarefas, tendo que trabalhar mais para ganhar o mesmo rendimento” (VIVAS, 2017, p. 82). Como se fosse pouco, retomando um ponto que já foi discutido, nos países da faixa inter-tropical, a exotização da agricultura se traduz no detrimento dos cultivos da cesta básica, que devem ser importados dos celeiros do mundo, como o Cone Sul, fechando o círculo da dependência alimentar; essa situação também repercute negativamente na vida das trabalhadoras da floricultura que, pelas condições de precariedade, costumam ser mães chefe de família, lutando por alimentar suas crianças.

Essa é só uma introdução a um debate cativante e complexo, que projetamos desenvolver em futuros trabalhos, no entanto, não queremos deixar passar a oportunidade de

voltar sobre uma das ligações mais imperceptíveis da floricultura: aquela que tem travado com o conflito armado na Colômbia. De um lado, uma vez que a floricultura da Sabana de Bogotá surgiu e se desenvolveu de acordo com as necessidades do mercado estadunidense, que ainda hoje exerce um poder monopsônico (sendo o destinatário de 75% das exportações), o grêmio depende do mecanismo de *certificação*,²¹³ sendo portanto um tenaz embaixador de políticas como o Plano Colômbia;²¹⁴ do outro lado, a persecução ao sindicalismo tem resultado em alianças entre transnacionais do setor e as forças paramilitares (como no referido caso da DOLE), principal agente na degradação do conflito armado colombiano, nas últimas quatro décadas. Mas, quando a violência se intensifica também o fazem a organização e a resistência.

4.4. O TRABALHO INVISÍVEL E AS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO²¹⁵

“Un jardín comienza con una semilla
y una visión alimentada por la luz del sol”

Lido Pimienta, Los Jardines.

Perante esse panorama avassalador há uma multiplicação de respostas, sendo a base delas o próprio campesinato, cuja resiliência tem lhe permitido se adaptar ao meio circundante, construindo estratégias de permanência, a partir do fortalecimento de relações de produção e troca historicamente mais horizontais e solidárias;²¹⁶ paradoxalmente, na era da globalização e das redes se viabiliza uma maior confluência e articulação dessas alternativas, através de propostas como a Via Campesina, que agrupa em torno de 164 organizações do mundo inteiro, se ratificando como agente central na defesa dos direitos territoriais das comunidades étnicas e camponesas, e interlocutor obrigado quando da discussão das questões agroalimentares na escala global. As mulheres são protagonistas, tanto no espaço rural, quanto no urbano, sendo cruciais as alianças entre produtoras e consumidoras conscientes, em circuitos de economia justa e sorora (VIVAS, 2017; SHIVA, 1988).

Defendemos, a partir de Bhattacharya (2017), a centralidade da esfera reprodutiva dentro dessas estratégias, por ser limitada a influência do capital sobre algumas das decisões cruciais para a reprodução da força de trabalho: os afetos, as redes de socialização e de apoio, a consciência com que se exercem a cidadania e o consumo, entre outras. Como vimos, esse

²¹³ Mecanismo adotado nos anos noventa pelo governo dos Estados Unidos para qualificar os países em termos da cooperação com as políticas estadunidenses em matéria de narcotráfico e luta contra o terrorismo.

²¹⁴ Acordo de cooperação pactuado no ano 2001 pelos governos colombiano e estadunidense, que estabelece a política, os projetos e planos de ação no marco da guerra contra as drogas, o que inclui práticas penalizadas por entes competentes em matéria de direitos humanos, como a aspersão indiscriminada de glifosato (*Round up*), com a justificativa da eliminação de cultivos de plantas de uso ilícito, especialmente coca e maconha.

²¹⁵ O presente capítulo tem trechos do artigo Soya en un florero, Flores e Peña (2020).

²¹⁶ Ver Chayanov (op. cit.) e Shanin (op. cit.).

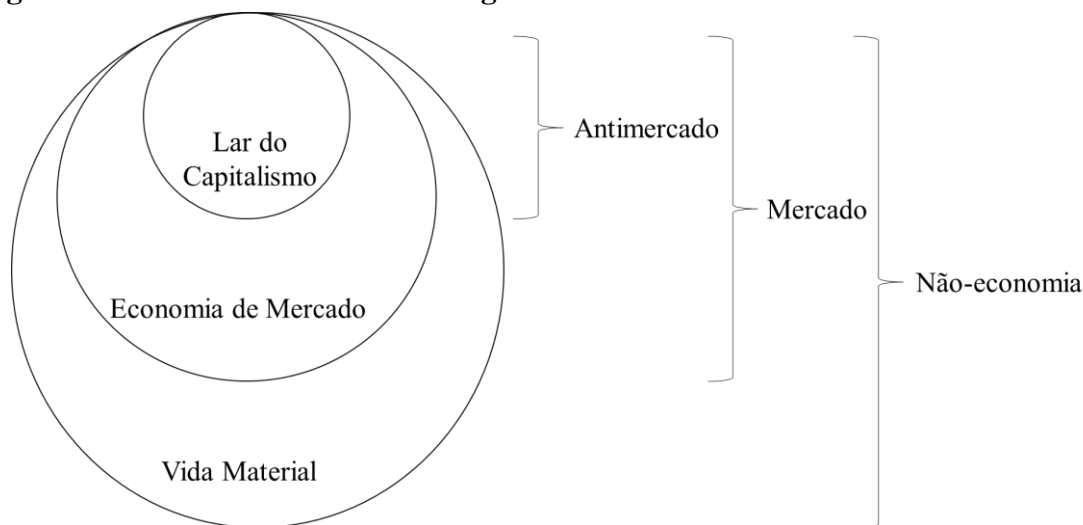
aspecto é especialmente relevante no caso das agriculturas e economias camponesas que, por definição, operam em unidades familiares de produção-consumo, onde o capital tem um controle incompleto, não só na esfera reprodutiva, mas incluso na produtiva, uma vez que, como Alexander Chayanov (op. cit.) argumenta, se guiam por um sistema coerente e oposto à lógica da acumulação. Por isso, apesar da investida do agronegócio, na América Latina ainda existem territórios em que a racionalidade ecológica e econômica do campesinato é reproduzida diária e anonimamente, para o alívio do planeta e da soberania alimentar da região.

Isto nos remete à discussão sobre os três patamares da sociedade, enunciados por Fernand Braudel (1982, p. 21-22) e apresentados por Arrighi (1996 p. 10) (ver imagem 32), nomeadamente:

1. O patamar da Vida Material ou da “não-economia”, constitui a base do sistema todo, pois, “como em todas as hierarquias, as camadas superiores não poderiam existir sem os estágios inferiores de que dependem”. Este nível da não-economia vai cedendo terreno à medida que o capitalismo consegue comoditizar novos elementos e dimensões da vida social, contudo, no espaço rural latino-americano ainda é muito expressivo, incluso, em alguns lugares (onde o valor de uso importa mais do que o de troca), se mantém o mais amplo. De qualquer forma, a Vida Material é “(...) **o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar**”, e sempre haverá esferas da sociedade intocadas pelo mercado.
2. O patamar da Economia de Mercado, é hoje o mais amplo nas sociedades ocidentais (sendo **favorecido pela arquitetura institucional**), e comunica horizontalmente os diferentes mercados, “aqui, uma certa medida de coordenação automática costuma ligar a oferta, a demanda e os preços”.
3. Por último, o patamar superior, que não se rege pelas mesmas normas que as demais camadas, “(o) anti-mercado, onde circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva. Este –hoje como no passado, antes e depois da revolução industrial– é **o verdadeiro lar do capitalismo**. Desde este patamar se exerce uma influência poderosa, capaz de mudar os rumos das nações em função das necessidades das elites.

No entanto, embora a hierarquização da sociedade seja inegável, aqui queremos tentar uma reinterpretação da estrutura braudeliiana, no sentido de explicitar a interdependência entre o patamar superior, médio e inferior, propondo então a analogia dos círculos concêntricos, e não a da habitual pirâmide.

Imagem 32. Patamares da sociedade segundo Fernand Braudel



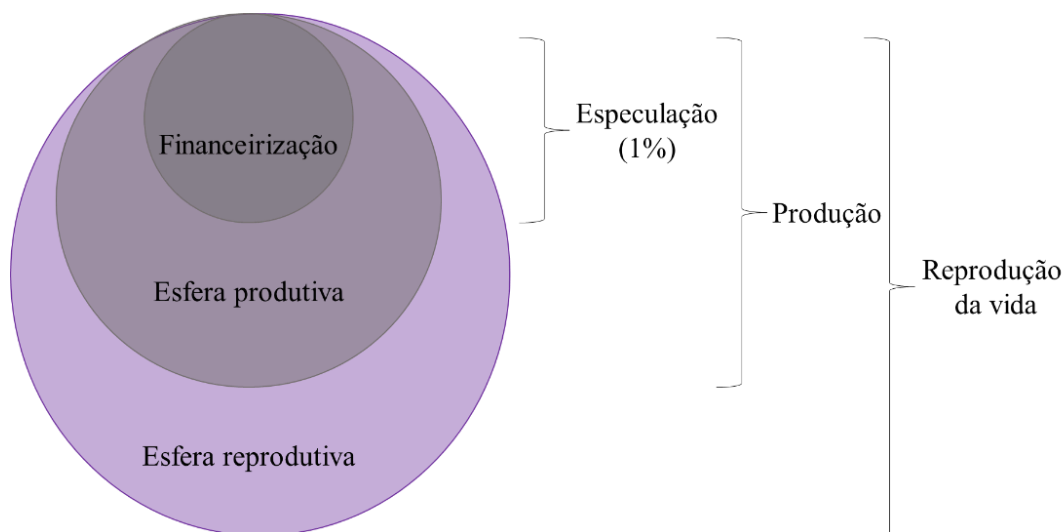
Elaboração própria, a partir de Braudel²¹⁷ apud. Arrighi (1996).

E aqui voltamos à teoria da Reprodução Social, podendo relacionar o patamar da Vida Material com a esfera reprodutiva, que envolve as demais, uma vez que, como salienta Vivas (2017, p. 93): “o que seria de nós sem comer? Sem uma alimentação saudável? Sem quem cultivasse a terra? Sem cozinhar? Ou, o que seria de nós se ninguém nos ajudasse ao ficarmos doentes? Sem quem cuidasse das crianças? Sem um apoio aos idosos? Sem roupa lavada? Sem casas limpas? Sem afeto ou carinho? Seríamos nada”; e isso aplica para todo mundo, desde nós, classe trabalhadora, até a Rainha Isabel II e cada um dos membros da família Rotschild, passando pelos corretores da bolsa em Wall Street e os chefes de Estado. Simples assim, sem a esfera da reprodução social não haveria sociedade, nem muito menos produção econômica, e aí radica o poder dela.

Nessa perspectiva chegamos à imagem 33, na qual podemos relacionar, primeiro, a não-economia com a reprodução da vida, movimentada pelas pessoas do comum, que representamos o 99% da população global; segundo, equiparamos a economia de mercado com a esfera produtiva, onde vendemos nossa força de trabalho e compramos mercadorias, algumas das quais constituem bens comuns (como a água, o solo e as sementes), mas estão hoje comoditizadas; por último, o patamar da não-economia, o verdadeiro lar do capitalismo, representa a especulação financeira, o 1%, cujo lobby traça os planos da arquitetura institucional e regra a vida social.

²¹⁷ BRAUDEL, Fernand. *The Wheels of commerce*. Nova York: Harper & Row, 1982.

Imagem 33. Superposição das esferas produtiva e reprodutiva



Elaboração própria.

Por isso, é importante superar as leituras dualistas da sociedade, entendendo que é nos interstícios e sobreposições entre as esferas produtiva e reprodutiva que encontramos as reflexões mais interessantes. E dentro desse fluxo, é importante identificar e visibilizar a trama de relações que tecem as mulheres; na pergunta que aqui nos trouxe, reconhecemos que sem elas teria sido impossível a permanência do campesinato nos seus territórios. Este protagonismo feminino pode ser devido, de um lado, à necessidade de enfrentar o papel de maior subordinação que o capital tem reservado às mulheres em geral, às trabalhadoras em particular, e mais ainda, às trabalhadoras rurais; do outro lado, a uma relação estreita e histórica com a alimentação (que remonta ao início da agricultura, com a selecção e adaptação das primeiras espécies). Maristella Svampa (2018, p. 64-65) se refere a esse fato,

Historicamente, o papel das mulheres nas lutas sociais no Sul global tem sido muito importante. Na América Latina, o protagonismo da mulher nas últimas décadas: mulheres indígenas, mulheres camponesas, afro-descendentes, mulheres pobres rurais e urbanas, lésbicas e mulheres trans, saíram do silêncio, se mobilizam e recriam relações de solidariedade e novas formas de auto-gestão coletiva. Para explicar este empoderamento, falamos cada vez mais de feminismos populares que, para além das suas diferenças, parecem estar associados aos sectores mais marginalizados e tendem a questionar a visão individualista e moderno-ocidental, em favor de uma maior apreciação da experiência colectiva e comunitária.

Daí, para a autora as mulheres representam um dos principais eixos da chamada virada eco-territorial. Estas práticas são a semente de projetos mais coletivos e integradores, que vão florescendo como verdadeiras plataformas políticas e civilizadoras, tais como a Via Campesina. Vamos agora nos deter um pouco nestes espaços de convergência, nos quais a economia é colocada ao serviço da vida –e não ao contrário– e são construídas estratégias de mobilização que compreendem a interdependência entre as esferas produtiva e reprodutiva, combinando

táticas tradicionais (sindicatos, boicotes, greves, marchas) e outras mais alternativas (feiras de economia solidária, expressões artísticas e culturais, etc.). A forma como uma ou outra tática é combinada depende das possibilidades concretas e singularidades locais, como podemos ver nos casos que estamos tratando.

Assim, enquanto na Sabana de Bogotá têm surgido especialmente alianças entre trabalhadoras e ex-trabalhadoras da floricultura (Red Popular de Mujeres de la Sabana, Asociación la Herrera, Escuela de Mujeres de Madrid, etc.) (VELOZA E LARA, 2014), no sul do Brasil, resulta paradigmático o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), que surgiu como um "clube de mães", e gradualmente transcendeu a escala doméstica para convergir com outras plataformas de defesa dos direitos territoriais do campesinato e da igualdade de gênero (TEDESCHI, 2004). Portanto, as alternativas ao modelo do agronegócio não precisam começar do zero, bem pelo contrário, para darem fruto, devem estar firmemente enraizadas nas tradições que precederam o capital e que –apesar de tudo– ainda estão vivas após a longa noite de quinhentos anos, descansando no colo escuro da terra, à espera de tempos mais favoráveis para florescer e reproduzir-se nos territórios.

Essa ação das mulheres rurais nos territórios é multiescalar. Nos lares, elas cuidam dos seus parentes, sobretudo dos mais vulneráveis, sendo que, conforme dados da FAO, “são mais propensas a gastar os seus rendimentos em comidas e necessidades das crianças, ao contrário dos seus companheiros. Conseqüentemente, as chances de sobrevivência de uma criança, especialmente no Sul, aumentam em 20% quando é a mãe quem controla o orçamento familiar” (VIVAS, 2017, p. 81); nas vizinhanças e lugares de convívio comunitário, as camponesas são uma presença contínua: na projeção e arrecadação de fundos para obras comuns (por exemplo, a través das feiras e bazares de igreja), na coordenação de creches, festas paroquiais e mutirões, no fornecimento de primeiros socorros nas áreas mais afastadas dos centros médicos, na construção de circuitos de economia solidária, na organização perante a avançada de megaprojetos no território.

As mulheres também são protagonistas nas confluências de organizações locais, regionais, nacionais e internacionais, dentre as quais destaca a Via Campesina (LVC), espaço em que a liderança feminina é palpável e amplamente celebrada, porquanto, como declaram no seu site,²¹⁸

Ao longo da existência da Via Campesina, as mulheres têm estado presentes e activas em todas as questões e em todas as lutas: empenhando-se na organização, marchando corajosa e pacificamente, enfrentando os mais poderosos em conferências nacionais e internacionais, sofrendo detenções e prisões, e fazendo ouvir as suas vozes sobre

²¹⁸ Disponível no link: <https://viacampesina.org/es/las-mujeres-la-via-campesina/>.

questões importantes. Lado a lado e em solidariedade com os homens da Via Campesina, oferecem análise política, experiência e energia para o objetivo comum de criar um futuro mais justo, igualitário, pacífico, ecológico e gerador de vida.

Aliás, a Soberania Alimentar, conceito basilar e princípio reitor de LVC, tem como um dos seus pilares a igualdade de gênero, ou, na definição oficial do movimento: “o reconhecimento dos direitos das camponesas que desempenham um papel essencial na produção agrícola e alimentar”. Nesse papel, sobressai o dinamismo das mulheres como promotoras da Agroecologia, guardiãs das sementes (e a partir delas, da agrobiodiversidade dos povos), lutadoras contra os transgênicos e os agrotóxicos, e, em suma, como defensoras dos bens comuns (florestas, rios, zonas de pesca artesanal), por isso, os chamados “feminicídios corporativos”²¹⁹ são uma prática cada vez mais frequente no Sul Global, dada sua capacidade de gerar terror e desestabilizar a organização social.

Imagem 34. V Assembleia de Mulheres de LVC.



Tomada de: <https://viacampesina.org/es/25-anos-gestacion-del-feminismo-la-via-campesina/>

Esses processos de perseguição, exploração e sub-reprodução da classe trabalhadora se transformam em novas oportunidades de organização, quando abordados numa perspectiva internacionalista e reivindicadora da centralidade da esfera reprodutiva, e, portanto, do protagonismo histórico das mulheres na sociedade. Mesmo no século XIX, quando as tecnologias da telecomunicação não estavam massificadas, a resposta popular desembocou no surgimento do sindicalismo, em guerras e movimentos independentistas e de descolonização, em revoluções proletárias e camponesas, em comunas anarquistas; mas, nesses processos há um apagamento sistemático da participação de pessoas indígenas, negras e de sexo feminino,²²⁰ especialmente nos processos de independência e conformação dos Estado-nação, sendo erigidas

²¹⁹ O assassinato seletivo de mulheres líderes, patrocinados pelas empresas transnacionais e empreiteiras de megaprojetos (barragens, minas, obras de infraestrutura).

²²⁰ Por mencionar só os atributos mais evidentes nesse projeto de amoldar toda a sociedade pelos parâmetros do homem cis branco, judeu-cristão, heterossexual e pertencente pelo menos à aristocracia do trabalho.

nas praças das cidades os bustos e estátuas equestres dos chamados próceres da pátria, enquanto a massa de pessoas sem as quais tais façanhas tivessem sido impossíveis, continua anônima.

Há exceções, principalmente no caso das insurreições de inspiração socialista, porém, ainda hoje é necessário reivindicar essa heterogeneidade dos nossos heróis e heroínas quando da construção e custódia da memória histórica, indicando quanto falta por incorporar nas narrativas da sociedade. Para ilustrar esse ponto podemos falar sobre o sindicalismo, um campo de luta tradicional, no qual transparece a separação capitalista entre esferas produtiva e reprodutiva, estando geralmente vinculado à produção fabril e, portanto, à liderança masculina; milhares de homens e mulheres morreram para conquistar nossos direitos trabalhistas, no entanto, comemoramos as efemérides de maneira diferenciada, por exemplo, no caso das massacres do 1 de maio de 1886 e de março de 1911, lembramos aos mártires de Chicago dedicando esse dia como o dia da classe trabalhadora, enquanto, não só esquecemos o motivo do 8 de março, senão que utilizamos a data para reforçar estereótipos de gênero.

Agora, é em função do nosso recorte que temos falado sobre os conflitos entre famílias camponesas e agronegócio, contudo, a avançada neoextrativista na região se dá principalmente em territórios étnicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.); nesses últimos casos fica mais evidente a contradição que deriva da ideia de progresso, base da sociedade contemporânea, que rotula florestas e prados de enorme importância para as comunidades que os habitam como terras incultas, acometendo todo um leque de megaprojetos, desde os mais evidentemente poluidores, como a mineração, até os da dita economia verde e a sua solução espúria para o aquecimento global: como o mercado de carbono, as monoculturas para agrocombustíveis e as barragens. Por isso, um aspecto chave para a compreensão do neo-extractivismo na América Latina são os espaços de diálogo intercultural entre comunidades étnicas e camponesas.

Esta interculturalidade –que é inerente à história americana – deve ser abordada a partir de múltiplas dimensões, muitas das quais o pensamento moderno apenas começa a vislumbrar (tais como as ligações espirituais com os territórios). O nosso objetivo é muito mais modesto, pois refere-se unicamente à produção alimentar local, ao trabalho das mulheres e à mercantilização da agricultura; neste sentido, devemos deixar registro de que os casos propostos, embora se enquadrem neste propósito, não são expressivos da diversidade étnica e cultural da América Latina, dado que ambos os territórios são reconhecidos como camponeses, no Rio Grande do Sul, descendentes dos colonos do primeiro regime alimentar, e na Sabana de Bogotá, da mestiçagem entre muiscas e espanhóis, durante a Colônia. Feita essas esclarecimentos, podemos voltar sobre a importância do trabalho reprodutivo na defesa do território perante o agronegócio.

Vimos com Bhattacharya (2017) que, assim como a interferência do capital deve ser traçada além dos locais do trabalho assalariado, a esfera da reprodução social transcende o lar e as atividades necessárias para a reprodução biológica da classe trabalhadora; dentre essas ações cotidianas e invisíveis que cabem à esfera reprodutiva, estão, por exemplo, a acumulação das habilidades necessárias para que uma pessoa possa levar uma vida funcional dentro da comunidade, e isso inclui os valores da solidariedade, que se materializam em coletivos que autogestionam bens e serviços que as vizinhanças requerem para seu bem-estar (grupos artísticos, circuitos de economia informal, infraestrutura), e que as instituições formais: Estado e Mercado, não lhes fornecem.²²¹ No espaço rural, encontramos iniciativas como os coletivos agroecológicos, que se nutrem dos conhecimentos tradicionais e promovem a autonomia da unidade familiar de produção-consumo e, em últimas, a Soberania Alimentar.

Assim, é pelas dinâmicas da reprodução social que o capital consegue explorar incluso a quem não está lhe vendendo diretamente sua força de trabalho, mas também, é dentro dela que as alternativas mais radicais estão sendo semeadas e colhidas. Vandana Shiva (1988, p. 94) é uma das maiores autoridades no que respeita ao papel da mulher na construção das alternativas ao modelo alimentar corporativo, que surge na escala local (e incluso, doméstica), a partir das relações de vizinhança e sororidade; para autora, o eficientismo da Revolução Verde contrasta com a abordagem holística das agricultoras camponesas, que “produzem alimentos em parceria com árvores, animais”, e demais elementos do agroecossistema, porque conseguem perceber suas interligações, enquanto o agronegócio só enxerga insumos e mercadorias. Em outro trabalho (IPDRS, 2017, p. 19) o resumíamos da seguinte maneira:

Tanto as fileiras infinitas de variedades transgênicas e pouquíssimas espécies [no espaço rural] brasileiro, onde a mão de obra –especialmente a feminina– escasseia, quanto as lonas das estufas que cobrem a diversidade artificial da produção de flores, explorando o trabalho das mulheres e arrasando a diversidade natural dos Andes colombianos, são a concreção do ideal capitalista de produção agropecuária possibilitado pelas tecnologias da Revolução Verde. O patriarcado se desenha pelo ideal da linha reta –uma pouco sutil alegoria ao fálco–, que rompe com os ciclos naturais, ao invés de incorporá-los de maneira dinâmica: quando a linha se flexibiliza pode-se transformar num círculo, a celebração dos princípios feminino e masculino como síntese da vida mesma, que contém o milagre da regeneração e renovação frente as perturbações.

O pensamento agroecológico nos permite entender que “a ação de bactérias, nemátodes, fungos e demais organismos microscópicos, sustenta a fertilidade do solo, sendo então a base da trofobiose –a complexa rede da troca energética que contem a vida–, porém, no modelo

²²¹ Para aprofundar na importante questão da relação Família/Mercado/Estado, recomendamos o podcast do PLAAS, Agrarian Politics, do dia 13 de setembro de 2021, em que apresentam a fala da professora Lyn Ossome: Social reproduction, capitalist exploitation and the surplus population, disponível em: <https://soundcloud.com/umhlaba-web/social-reproduction-capitalist-exploitation-and-the-surplus-population-1>.

produtivo da Revolução Verde se desconsidera por completo este princípio”, da mesma maneira em que se promove uma divisão sexual do trabalho patriarcal. Nesse cenário, “não resulta estranho que fosse uma mulher –Ana Primavesi– quem alertara sobre a essencialidade dessa microfauna, pois o papel histórico das precursoras e guardiãs da agrobiodiversidade, também tem sido sistematicamente invisibilizado” (idem.).

Já na introdução planteávamos que isso não significa que o agronegócio atinja unicamente às camponesas latino-americanas ou mesmo o Sul global, apresentando como contraexemplos a monocultura de amêndoas nos Estados Unidos, a horticultura em estufa em Espanha e a avicultura corporativa em China; concluímos que no centro da questão está a perturbação dos ciclos ecológicos, a comoditação dos bens comuns, e a exploração de territórios e da força de trabalho mais vulnerável, como os imigrantes, as mulheres e as comunidades rurais. Contudo, a liderança das mulheres nas resistências frente as múltiplas facetas da territorialização do capitalismo é evidente, e pode ser entendida dentro dessa abordagem interseccional das esferas produtiva e reprodutiva, pois é essa última “o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar”.

Com relação a isso último, não podíamos fechar esse documento sem ressaltar o fato de que fossem mulheres as autoras e/ou co-autoras da grande maioria das obras citadas, não foi intencional, mas tampouco é casual, pois demonstra, de um lado, que a sensibilidade com a questão de gênero ainda não é entendida em sua dimensão plena, como projeto emancipador para toda a humanidade, independentemente do sexo. Do outro lado, uma sugestiva prova das interessantes reflexões que provêm dos grupos sociais marginalizados pelo capital (leia-se todos aqueles que não cabemos no estreitíssimo molde do homem cis, caucásico, hetero-normado, judeu-cristão, e possuidor de um diploma universitário), nosso papel dentro da academia crítica e dos movimentos sociais é continuar construindo os cenários em que a diversidade das vozes que conformam a classe trabalhadora sejam ouvidas.

Feira De Mangaio

Clara Nunes

Fumo de rolo, arreio de cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Bolo de milho, broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Pé de moleque, alecrim, canela
Moleque sai daqui me deixa trabalhar
E Zé saiu correndo pra feira de pássaros
 E foi passo-voando pra todo lugar

Tinha uma vendinha no canto da rua
 Onde o mangaieiro ia se animar
Tomar uma bicada com nambu assada
 E olhar pra Maria do Juá

Tinha uma vendinha no canto da rua
 Onde o mangaieiro ia se animar
Tomar uma bicada com nambu assado
 E olhar pra Maria do Juá

Cabresto de cavalo e rabixola
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Farinha ,rapadura e graviola
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Pavio de cadeeiro , panela de barro
 Menino vou me embora
 Tenho que voltar
 Xaxar o meu roçado
 Que nem boi de carro
Alpargata de arrasto não quer me levar

Porque tem um Sanfoneiro no canto da rua
Fazendo floreio pra gente dançar

Tem Zefa de Porcina fazendo renda
E o ronco do fole sem parar

Porque tem um Sanfoneiro no canto da rua
Fazendo floreio pra gente dançar
Tem Zefa de Porcina fazendo renda
E o ronco do fole sem parar

Eii forró da mulestia!

Fumo de rolo , arreio de cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho , broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela
Moleque sai daqui me deixa trabalhar
E Zé saiu correndo pra feira de pássaros
E foi passo-voando pra todo lugar

Tinha uma vendinha no canto da rua
 Onde o mangaieiro ia se animar
Tomar uma bicada com nambu assado
 E olhar pra Maria do Juá

Mas é que tem um Sanfoneiro no canto da
rua
Fazendo floreio pra gente dançar
Tem Zefa de Porcina fazendo renda
E o ronco do fole sem parar
Eita Sanfoneiro da gota serena

5 TODA A GLÓRIA DO MUNDO CABE EM UMA SEMENTE²²²

“Toda la gloria del mundo cabe
en un grano de maíz”
José Martí.

O termo Geopolítica dos alimentos pode soar pomposo, sobretudo porque remete a uma escala tão global que pareceria difícil que chegasse a atingir às pessoas de carne e osso; no entanto, cada mulher, homem e criança é atravessada por complexas redes de poder (a maioria das vezes sem sequer imaginá-lo), quando preenche (ou não) seu prato almejando satisfazer uma das necessidades mais básicas para a conservação da vida, e conseqüentemente, para a reprodução da sociedade. De alguma maneira, todas as espécies são movidas pela procura dos alimentos, o que parece diferenciar-nos delas é precisamente a dinâmica do poder.

Podemos recuar essa relação entre alimentos e poder até a revolução neolítica, passando pelo Vale do Nilo e a antiga Mesopotâmia, para avançar pelas rotas do comércio intercontinental do medievo, até embarcar nas caravelas que inauguraram o comércio trasatlântico; na outra beira do oceano, outras formas de poder também se movimentavam, seja nas costas dos *tlamemes* ou atravessando o *Tahuantinsuyo* pelo *Quapaq Ñan*, mas, importante como é essa história, não nos coube a nós relatá-la aqui. Nosso propósito foi tentar traçar alguns pontos chave na relação entre capitalismo e agricultura, a partir de Harriet Friedmann e Philip McMichael (op. cit.) –que as consideram como forças “mutuamente condicionantes” –, neste caso, tendo como foco América Latina.

Definimos a geopolítica dos alimentos como a maneira em que se articulam as relações de produção, comercialização, distribuição e consumo alimentares, no e com o espaço (ver Anexo 1), e, no contexto do capitalismo, como as dinâmicas da produção de mercadorias e alienação dos valores produzidos ao longo dos complexos agroalimentares, cujo objetivo é o lucro, a reprodução da força de trabalho e o fornecimento de matérias-primas para a indústria. Com relação a isto, Friedmann (2004) salienta que só a partir do século XIX a divisão territorial do trabalho agrícola se dá em função de produtos da cesta básica (a diferença dos temperos ou o açúcar coloniais, cujo comércio estava restrito aos círculos aristocráticos), consolidando um mercado capitalista em sentido estrito: centrado na produção de mercadorias, com o preço como único indicador e o lucro como fim último.

Pela dificuldade de delimitar o termo geopolítica (ver Anexo 1), adotamos a abordagem dos Regimes Alimentares, conceito que historiza o comportamento do mercado mundial de alimentos, identificando padrões de especialização e comércio, que correlacionam um sistema

²²² Nessa secção retomamos e parafaseamos alguns parágrafos das secções anteriores.

de poder com um sistema de produção agrícola, e uma participação no consumo diretamente associada à própria divisão social do trabalho (*class diet*), distinguindo períodos de congruência relativa nos interesses dos agentes com poder de decisão. Friedmann (2004), precursora dessa análise, o define como:

[...] um período histórico relativamente delimitado, no qual, expectativas mutuamente reforçadas dominam o comportamento dos agentes sociais, como agricultores, empresas, e trabalhadores envolvidos em todos os aspectos do cultivo, transformação, distribuição e venda de comida, bem como as agências governamentais, cidadãos e consumidores.

Com relação a isto, deve lembrar-se que a geopolítica, enquanto estruturação de agentes e instituições públicas e privadas, não trata de unidades congruentes, bem pelo contrário, ela obedece a interesses diversos, muitas vezes contraditórios, com a acumulação de capital como única lei inquestionável e inquebrantável. Essa natureza complexa é exacerbada no caso da geopolítica dos alimentos, dentre outras coisas, pelo fato da comida ser um dos direitos humanos mais básicos, o que não significa necessariamente que a busca de seu cumprimento tenha um objetivo humanitário, e sim que na delicada diplomacia internacional é politicamente incorreto falar abertamente da fome como consequência do modelo agroalimentar vigente; portanto, os regimes alimentares:

Só existem em determinados momentos, funcionando melhor quando são naturalizados e, conseqüentemente, se alicerçam em normas e regras que são pelo menos parcialmente implícitas. As regras dos regimes alimentares têm sido bem mais implícitas que as que regem, por exemplo, o mercado monetário ou a guerra [FRIEDMANN, 2004, p. 125].

Assim, Friedmann identifica dois regimes alimentares na história recente (de 1870 até hoje), a partir dos quais se configuraria um terceiro; há uma discussão aberta em torno desse último regime entre ela e McMichael, sendo este último quem o formalizou como regime “corporativo”:

1. O primeiro regime, identificado no período de 1870 a 1914, é o “regime alimentar colonial-diaspórico”, que promoveu uma especialização regional em função dos interesses das potências coloniais, principalmente Grã-Bretanha, a partir da qual se configurou o espaço rural de países como Argentina e Uruguai, pela espoliação em territórios indígenas para a produção tritícola e pecuária, incentivando a migração de colonos europeus, um processo análogo ao que se deu no sul do Brasil.
2. O segundo regime, “mercantil-industrial” (1947-1973), se diferencia do primeiro – assentado na ideologia do mercado regulador – ao inscrever-se no clima da Guerra Fria e a institucionalidade do acordo de Bretton Woods, marcando o começo da pax americana. Isto se traduziu na conformação de complexos agroindustriais sob a égide da Revolução Verde; nesse período, os países europeus reproduziram a política agrícola norteamericana,

subsidiando a produção e as exportações, através de iniciativas como a Política Agrícola Comum (PAC), o dumping emerge então como ameaça constante para as agriculturas locais no chamado “terceiro mundo”. As crises econômicas da década dos anos setenta marcaram o fim deste regime.

3. O terceiro regime, “corporativo”, se caracterizaria pela financeirização, comoditização e o aumento do poder corporativo como principais heranças do Consenso de Washington; porém, o neoliberalismo contemporâneo não só é muito mais intrincado que o *laissez faire* do século XIX, ele incluso é mais incoerente que a versão original consignada no dito consenso, uma vez que na prática se conjugam subsídios, tratados de livre comércio, vetos comerciais, e outras práticas contraditórias, que só conseguem ser reconciliadas pelos tecnocratas, que realizam alquimias em função de um capital cada vez mais caprichoso e voraz.

Estes períodos são determinantes na história da América Latina, lembrando que a conformação dos Estados-nação modernos não só foi premissa para uma divisão internacional do trabalho *verdadeiramente capitalista*, também foi sua consequência, tratando-se de uma relação bidirecional (FRIEDMANN E MCMICHAEL, 1989). Parafraseando a Marx,²²³ uma vez que a distribuição é o reverso da produção, resulta lógico que, assim como faz o sistema produtivo, também o comércio global tenha gerado umas relações jurídicas correspondentes, influenciando inclusive na mais universal delas na ordem burguesa: o Estado-nação.

Daí que o sistema de livre comércio do regime colonial-diaspórico esteja diretamente relacionado com a conformação do moderno sistema de Estados-nação, aspecto especialmente evidente no continente americano. Dentre as múltiplas arestas dessa relação entre economia capitalista e Estado-nação, aprofundamos no tema que nos convoca: suas correlações com os padrões de especialização produtiva, a divisão territorial do trabalho agrícola e as agriculturas camponesas; nesse sentido, Friedmann e McMichael (1989) desenham o panorama do primeiro regime, sublinhando que à medida que as dinâmicas do mercado global iam se materializando como agriculturas mais especializadas, crescia a dependência, não só em termos comerciais, senão também produtivos, pela progressiva incorporação de insumos de síntese industrial, que foram substituindo os adubos e fito-remédios tradicionais, preparados a partir do conhecimento tradicional e da reciclagem de elementos da própria unidade camponesa.

A partir desse momento, a divisão internacional do trabalho agrícola tem respondido às dinâmicas de acumulação do capital, no segundo regime (mercantil-industrial), a través dos

²²³ Ver nota 23.

processos de modernização conservadora, cujo alicerce fora a “tríplice aliança agronegócio-latifúndio-Estado” (CAMPOS, 2011), e no período neoliberal, pelo surgimento das empresas transnacionais como agente central. É este último nosso foco, e por conseguinte, a *commoditização* da agricultura, que interfere em cada elo da cadeia alimentar –desde a produção e comercialização de insumos, até o escoamento e venda ao consumidor final–, em função dos voláteis ditames de uma economia financeirizada. A América Latina continua cumprindo um papel de subalternidade nesse arranjo mundial e, assim, sua histórica estrutura agroexportadora se adapta às novas condições do capital, que se sustentam na ilusão de bolhas especulativas, porém, igualmente contundentes na exploração dos territórios rurais.

A autonomia das agriculturas camponesas é prejudicada pela introdução de tecnologias heterônomas, e pela incorporação do trabalho familiar nos circuitos de acumulação de capital, dinâmica que afeta principalmente às mulheres, cujo trabalho é confinado à esfera reprodutiva (tornando-o sistematicamente invisível), ou então incorporado na produção de *commodities* sob condições insalubres e mal remuneradas, num contexto de precarização generalizada das condições trabalhistas. Isto aponta a que a atual geopolítica dos alimentos exacerba uma divisão sexual do trabalho estereotipada, e que isto faz parte da estratégia de acumulação do capital, que dessa forma mantém os preços da produção camponesa, artificialmente baixos.

Como veremos a seguir, isto é um resultado direto do que Friedmann (1994) tem designado como bifurcação da demanda (*class diet*), que se refere à existência de um mercado mundial de alimentos para as classes trabalhadoras e outro para as elites. Dessa maneira, o agronegócio, de acordo com sua composição orgânica de capital (a qual está diretamente relacionada com a divisão internacional do trabalho (SANTOS, op. cit.), consegue absorver o valor produzido pelas agriculturas camponesas, seja a través de contratos de produção que as obriga a adotarem um pacote técnico heterônimo e degradador do ambiente dentro das unidades familiares de produção-consumo, ou, pela contratação direta nas plantações das empresas transnacionais, como mão de obra barata. Assim é lesionada a soberania alimentar na região de maneira absoluta, devido à demonstrada importância das agriculturas camponesas na produção das principais culturas para a dieta da população em geral.

Na imagem 35: Financeirização e bifurcação da agricultura na América Latina, resumimos estas reflexões; partindo dos mecanismos identificados no processo de financeirização da agricultura na América Latina (ver imagem 20), vemos como a bifurcação da dieta na nossa região toma uma forma muito concreta, a qual está relacionada com os padrões

de especialização produtiva que começaram a delinear-se a partir do primeiro regime alimentar, de maneira que,

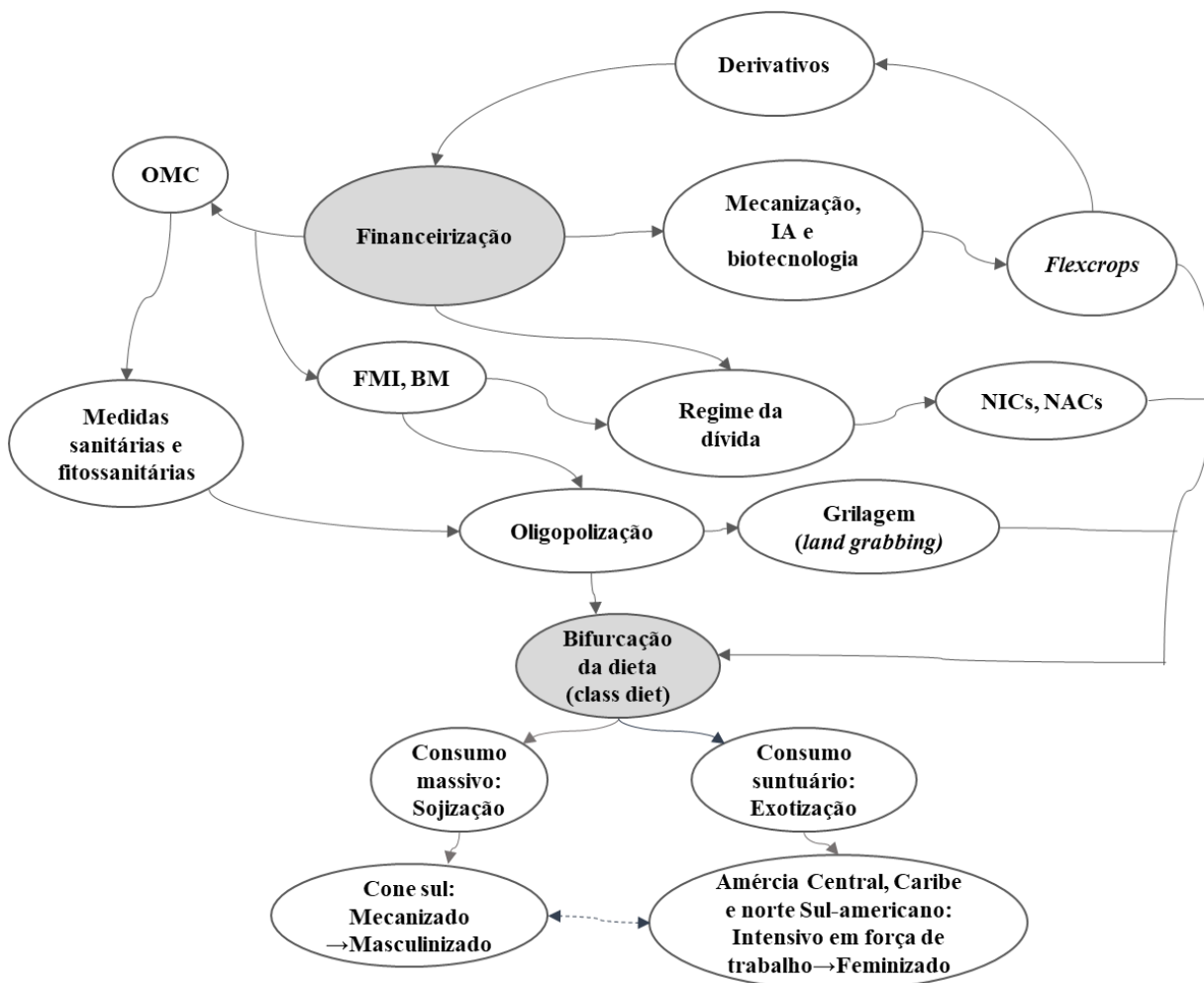
- ✓ Nos países da zona intertropical, como os de América Central, o Caribe e o norte sul-americano, a estrutura produtiva está mais voltada às commodities “exóticas” ou “tropicais” (café, frutas, flores, plantações madeireiras e para a produção de agro-combustíveis, etc.), geralmente destinadas ao consumo das elites, como as flores e os chamados superalimentos. Denominamos esse processo “exotização da agricultura” (ver secção 4.2.3).
- ✓ No Cone Sul, o ‘celeiro do mundo’, há uma condição aparentemente privilegiada no comércio internacional de produtos agrícolas (carnes, cereais e grãos), mas com um alto custo socioambiental, associado ao modelo de complexos homogêneos e dependentes de insumos sintéticos. A soja –que constitui a base da dieta da classe trabalhadora–, é o paradigma do agronegócio sulino, levando ao que autoras como Yamila Goldfarb (2013) denominam sojização.

Deve salientar-se que essa diferenciação, longe de expressar uma dicotomia, é o resultado de uma única lei: a acumulação do capital, que não só se espacializa de acordo com as particularidades locais, senão que as usufrui, gerenciando as diferenças nas dinâmicas de valorização para incorporá-las nos circuitos de acumulação, a partir de uma especialização em commodities mais ou menos mecanizadas, em função da geopolítica dos alimentos. Nesse sentido, comprova-se também a tese da masculinização dos cultivos mecanizados (BOSERUP, 1970), que não por acaso se correspondem com os cultivos massificados –como soja, milho e arroz–, os quais exigem um barateamento dos custos, e em consequência, um investimento maior em tecnologias desse tipo, enquanto as plantações de bens suntuários –como frutas e flores–, são intensivas em força de trabalho, razão pela qual costumam contratar camponesas e outras pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

Exploramos dois casos, a floricultura na Colômbia e a produção de soja no sul do Brasil, pois, sob a nossa perspectiva, evidenciam a forma concreta que toma a bifurcação da dieta na América Latina: exotização e sojização, respetivamente. O fio condutor entre esses dois tipos de agronegócio, aparentemente incomparáveis, é, de um lado, os processos de especulação financeira, que conseguiram tornar um produto perecível, como as flores, numa commodity; do outro lado, o trabalho das mulheres, categoria que permite abordar tanto os mecanismos utilizados pelo capital para incorporar em seus circuitos de acumulação os valores produzidos

pelo campesinato, quanto as estratégias de permanência das comunidades camponesas em seus territórios.

Imagem 35. Financeirização e bifurcação da agricultura na América Latina



Elaboração própria, ver imagem 20.

Voltaremos sobre a questão do trabalho das mulheres de aqui a pouco, no entanto, para entendermos melhor a relação entre agricultura e especulação, vale lembrar que, no contexto de uma economia financeirizada, as commodities agrícolas deveriam ser entendidas como aquelas mercadorias produzidas pelo agronegócio, comercializadas no mercado internacional e, o mais importante, a partir das quais o capital pode *derivar* valor (ver secção 4.2). Queremos precisar também que –de acordo com a teoria marxista–, o valor só pode ser obtido a partir do trabalho humano, assim, os derivativos, e em geral os instrumentos financeiros, são contratos que possibilitam a seus detentores se apropriar de mais-valia futura, por isso, a âncora da especulação se encontra sempre na economia real, o resto é ilusão e estoura como as bolhas de sabão.

A produção alimentar deixa então de ser considerada como uma das funções estratégicas dos Estados-nação, para entrar nos impiedosos domínios dos mercados de futuros, opções, e demais instrumentos financeiros. Essa redefinição dos alimentos se sustenta numa estrutura hierarquizada de poder, que num primeiro momento (o neoliberalismo “clássico”, ver imagem 16) se correspondia com a estrutura norte/metrópole, sul/colônia, de maneira que as potências tradicionais conservaram plenamente a prerrogativa estatal na produção dos principais gêneros agrícolas, enquanto os outros países a perderam; este fato transpareceu na alocação do Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, John Block, quando da instauração da Rodada de Uruguai:

A ideia de que países em via de desenvolvimento deveriam alimentar-se a si mesmos é um anacronismo de uma era passada. Poderiam garantir melhor sua segurança alimentar confiando nos produtos agrícolas dos Estados Unidos, os quais estão disponíveis, em muitos casos a menores custos.²²⁴

Esse renovado interesse na produção de alimentos por parte das potências industrializadas se relaciona com as crises permanentes de sobre-acumulação de capital, aceleradas pela financeirização da economia no período pós Bretton Woods, nesse cenário se dão deslocamentos espaço-temporais dos capitais que correm o risco de ficarem ociosos, investindo esses fundos em outros lugares, em outros setores, ou em atividades com rendimentos futuros, como as inovações tecnológicas (HARVEY, 2004).

Um claro exemplo de deslocamento espaço-temporal de capital é a “flexibilização” de cultivos, fenômeno entendido como a aplicação de tecnologias de ponta na agricultura, com o fim de encontrar-lhe novos usos (alimentares e não alimentares, como no caso dos agrocombustíveis). Sob o neoliberalismo esses avanços tecnológicos têm repercussões que não são óbvias; em palavras de Julie de los Reyes e Katie Sandwell, “por séculos, cultivos como o milho e o dendê têm sido a base para rações, fibras, álcool, e a produção energética, além de servir como fonte de alimento para as culturas que os plantam. Porém, novos usos para cultivos e novas economias em torno deles estão emergindo hoje” (TNI, 2018, p. 3), nosso foco foi a dimensão política desse fenômeno, e como isso se materializa no espaço agrário da América Latina. A particularidade no momento atual é que:

Os cultivos e os produtos básicos recebem usos novos, múltiplos e intercambiáveis, como alimento, ração, combustível e material industrial num processo ao que nos referimos como flexibilização (flexing). A flexibilização implica a criação de produtos completamente novos ou a transformação de subprodutos e resíduos que antes se consideravam “desperdícios” em novas commodities. Este processo se realiza em grande medida como resultado da convergência das crises alimentar, energética, financeira e climática, e das cambiantes necessidades de recursos das economias emergentes, para as quais os flex crops e as commodities se posicionam como uma

²²⁴ Citado por Walden Bello (2008, online).

solução (potencial) [TNI, 2018. p. 3].

Tais soluções são apresentadas como alternativas mais eficientes e ecológicas, no marco da dita Economia Verde ou Bio-economia, embora os informes especializados demonstrem que longe de melhorar, nossa civilização esteja se aproximando perigosamente ao ponto de não retorno para a sexta extinção massiva; para dimensionarmos a ironia nesse discurso, resulta interessante remontar-nos às origens do automóvel.

Para começar, o protótipo do motor de combustão de Rudolf Diesel usava óleos vegetais, incluso o icônico Modelo T de Henry Ford projetava o uso de agro-etanol, porém, sabemos que é devido à geopolítica do petróleo que a gasolina acabou tornando-se o principal combustível. Tendo isso em mente, voltamos ao século XXI, mais especificamente a junho de 2002, quando cinquenta e cinco países –incluídos os da União Europeia– ratificaram o Protocolo de Kyoto, enquanto o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, se negava a fazê-lo, sob a alegação de que este representava uma ameaça aos interesses do seu país; resulta então emblemática sua viragem como porta-bandeira dos agrocombustíveis, logo em 2006, sendo que a começos do seguinte ano começa a subsidiar a produção de etanol de milho, privilegiando o oligopólio cerealista –em particular, ADM, Cargill e Bunge, nesse momento, responsáveis pela terceira parte da produção de agroetanol nos Estados Unidos–.

Assim, o agronegócio do milho para a produção de etanol, que ressurgiu nos primeiros anos do século XXI, se beneficiou com a bolha especulativa de 2007, ainda por cima, esquivando as proibições que a OMC tinha imposto aos subsídios agrícolas, amparado pelo uso não alimentar desses cultivos e pelo objetivo de mitigação das emissões de gases de efeito estufa (podendo assim cair na zona cinzenta da caixa verde), ganhando o aval de organismos multilaterais tão influentes quanto o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); situações análogas se dão no caso da soja e demais espécies com usos energéticos. A esse respeito, Saturnino Borrás Jr., Jennifer Franco (e outros) expõem a evolução dos flex crops e sua relação com as crises convergentes:

A Mudança Climática, o esgotamento do petróleo de fácil extração (peak oil), os atuais níveis de consumo de carne (meatification of diets), a expansão do transporte global sem precedentes, e a fenomenal eclosão dos BRICS e dos MICs [países de renda média], são transformações de contexto muito significativas —e são todas relativamente recentes. Em conjunto, encerram as características definitórias da geração atual de flex crops e commodities. Assim, por exemplo, a primeira geração de etanol de cana-de-açúcar (em países como Brasil e Alemanha nos anos de 1970) foi motivada pela crise petrolífera de começos dessa década, devido ao embargo da OPEP. Por outro lado, a atual geração de etanol é amplamente, porém não unicamente, incentivada pelas estratégias de mitigação da Mudança Climática e/ou compreensão do peak oil, duas narrativas que não estavam presentes nos anos setenta [TNI, 2014. p. 3].

É claro que o crescimento desse mercado acarreta um aumento na demanda de matérias-primas vegetais para a produção de plásticos, medicamentos, agrocombustíveis, farinhas para os complexos pecuário e de comida ultra-processada, etc, e por conseguinte, “(...) novas geografias da produção têm emergido em resposta a essa demanda. Em anos recentes, países como Camboja e Zâmbia têm experimentado a maior expansão percentual do mundo em área plantada de cana-de-açúcar, enquanto Brasil tem se transformado no maior produtor e exportador de soja”; o traço mais chamativo dessas “novas geografias da produção” é que nelas “novas relações comerciais estão se estabelecendo entre países que tipicamente não tinham sido centros de comércio e capital” (TNI, 2018, p. 4), o que se traduz em relações de poder mais intrincadas e multipolares.

A soja e o milho se transformam assim nos arquétipos do mercado mundial de alimentos, sendo a base dos processos de derivação financeira e da standardização da dieta, que cada vez é mais dependente de umas poucas espécies e variedades gerenciadas pelo agronegócio. A localização do agronegócio da soja no Cone Sul –particularmente na Argentina e no Brasil–, está diretamente relacionado com as tensões entre os blocos capitalista e soviético da Guerra Fria; nesse momento entram em escena uma categoria de países que Friedmann (1992, 1993) nomeia “Novos Países Agrícolas” (*New Agricultural Countries*, ou NAC, para os relacionar com os chamados *New Industrial Countries*, NIC), e que foram cruciais na emergência do regime alimentar corporativo.

Quando estudamos a história econômica do século XX, as questões que saltam ao falarmos da década dos anos setenta são o chamado Nixon Shock e as crises petrolíferas, porém, como argumenta Friedmann (1992, p. 371), “o primeiro surto da crise alimentar a princípios da década de 1970 foi tão devastador para o terceiro mundo quanto a crise energética”. Mas as consequências do caos econômico não se limitaram às crises alimentar e petrolífera, o abandono da paridade dólar-ouro aumentou a liquidez global, acarretando pressão pela liberalização financeira, foi como se tivessem aberto gaiolas (douradas) para os capitais migrarem ao Sul Global, primeiro, na procura de mão de obra barata –o que transformou as estruturas bancária e produtiva, para fazê-las mais internacionais–, e depois, pela simples especulação do capital andorinha (swallow capital) (TNI, 2018; MCMICHAEL, 2014).

Nesse período de transição o agronegócio do Cone Sul começou a se perfilar como novo polo agroexportador; no meio da confusão econômica e política, o governo Nixon tomou decisões que não só eram contraditórias entre si, senão que colocaram em xeque o monopólio comercial estadunidense. No contexto global, o fracasso dos embargos aos soviéticos levou à

perda de protagonismo do pivô Atlântico da geopolítica dos alimentos (Estados Unidos- Comunidade Econômica Europeia), estimulado especialmente pela demanda de países asiáticos e a oferta argentina e brasileira:

Em 1972-73, a soja e o milho estiveram tão implicados quanto o trigo nas compras soviéticas que precipitaram a crise a longo prazo do regime alimentar. Pelo pânico diante da perspectiva de escassez doméstica durante os escândalos que rodearam às empresas involucradas nas vendas, o governo de Estados Unidos embargou as exportações de soja. Apesar de que ao final se cumpriram todos os contratos, Japão rapidamente buscou diversificar seus fornecedores e outros países, em particular Argentina e Brasil, aproveitaram a oportunidade para ingressar a um mercado com escassez (temporal) e preços altos. A participação de Estados Unidos nas exportações de soja caiu de quase um monopólio a aproximadamente dois terços em muito pouco tempo [FRIEDMANN, 1992, p. 378].

No ponto álgido dos escândalos de espionagem na sede do partido democrata (Watergate), Nixon pede a demissão, em agosto de 1974. Friedmann distingue dois tipos de agroexportadores que emergiram nesse contexto, o primeiro, dedicado a suprir matérias-primas para os complexos soja e de não perecíveis, e outro grupo de países –como os NICs, os ricos em petróleo, etc.– em que “(...) os estados intervêm na agricultura e o comércio para criar uma indústria pecuária nacional intensiva, utilizando rações industriais” (idem). O agronegócio brasileiro é um dos mais representativos desse segundo grupo.

O conflito entre Estados Unidos e a União Soviética tomou novos cursos quando caiu a cortina de ferro, “as guerras comerciais iminentes levaram a lutas sobre se, como e com que rapidez incluir produtos agrícolas nas negociações do GATT, e implicitamente a intentos coordenados dos principais exportadores para reduzir os excedentes de cereais nacionais”, que foi um efeito colateral do modelo produtivo da Revolução Verde (FRIEDMANN, 1992, p. 373). Vimos que a instauração da Rodada de Uruguai e conseqüente criação da OMC foi a tentativa para a resolução de tais guerras comerciais; o resultado foi a consolidação do poder corporativo, manifesto no terceiro regime alimentar.

Do outro lado desse complexo pecuário e de comida processada, cujo propósito é produzir commodities baratas, para a reprodução da classe trabalhadora, está a produção de alimentos e matérias-primas para o consumo das elites (desde alimentos biológicos, até cosméticos a base de produtos naturais, passando por plantas ornamentais), dentro da qual as flores são só um exemplo, porém, tal vez seja um dos mais patéticos; o caso da Sabana bogotana –principal produtor de flores na Colômbia–, é dramático, levando em consideração que ela é centro de origem de um alimento rico em almidões, minerais e proteína, como os tubérculos, mas acabou sendo assimilada por um agronegócio produtor de uma commodity não alimentar.

As commodities ditas exóticas são especialmente voláteis dentro do já instável mercado mundial, precisamente por estarem pensadas para atender gostos excêntricos, caprichosos,

suntuários. Para começar, como observamos com a febre das tulipas na Holanda do século XVII, se trata de um produto efêmero, que em pouco tempo murcha e perde todo valor (a uma taxa de 15% por dia), razão pela qual o processo de corte e empacotado nas explorações, transporte transnacional e venda, não pode superar as 48 horas. Esses desafios não impediram que os holandeses desenvolveram uma estrutura de negócio global, além de aperfeiçoarem as ferramentas financeiras, aliás, há duzentos anos funciona nesse país o maior leilão de flores cortadas do mundo: o Royal Flora Holland, sediado perto da capital, na cidade de Aalsmeer, dispondo da tecnologia e logística necessárias para preservar tão delicada commodity. No dito leilão, se importam e re-vendem nada mais e nada menos que o 40% das flores que se comerciam no mercado internacional.²²⁵

No continente americano, o moderno agronegócio das flores surgiu nos Estados Unidos, se localizando em estados “ricos”, como Massachusetts, Pennsylvania e Nova York, que concentravam também a maior demanda, porém, à medida que os avanços nas tecnologias de transporte e refrigeração assim o permitiram, foi procurando locais onde a produção pudesse ser mais barata, se deslocando primeiro dentro do próprio país, ao sudoeste, e posteriormente até os Andes, principalmente em Colômbia e Equador. Nessa sequência, a floricultura se instalou na Sabana de Bogotá na década de 1960, segundo Martha Vargas (2012, p. 1), “(...) como parte de um processo amplo de realocização das indústrias de mão de obra intensiva aos países com mão de obra barata”, sendo que, “enquanto o salário diário de um trabalhador colombiano custava US\$ 0,82 em 1960 e 1970, o de um trabalhador norte-americano em tarefas como a horticultura era de US\$ 16,03 e US\$ 21,25, respectivamente”.

Ao olharmos mais de perto como está constituído o mercado mundial de flores cortadas encontramos uma clara divisão territorial entre países compradores –todos eles localizados no Norte Global (principalmente Estados Unidos e a União Europeia)–, e países produtores, os quais se situam na faixa equatorial (Colômbia, Equador, Quênia e Etiópia), com exceção da própria Holanda, que é o maior produtor e exportador. As razões para esse padrão tão definido motivaram em grande medida a presente pesquisa, pois as relações ali travadas não são tão evidentes como poderia parecer à primeira vista; foi na década dos anos setenta que o agronegócio das flores começou a se deslocar à procura de mão de obra barata, mas isso não quer dizer que o fator custos de produção fosse determinante –lembrando que se trata de um produto suntuário–, a questão tampouco é de ordem técnica, como demonstra o notável contraexemplo da floricultura holandesa... então, qual o cerne?

²²⁵ Ver nota 213.

O informe de CENSAT (2005, p. 5) deu-nos a chave:

O capital investido na indústria florícola colombiana tem predomínio industrial e financeiro, bem seja porque os agricultores capitalistas (típicos da floricultura) tem diversificado seus investimentos a outros setores ou porque os setores industrial e financeiro têm decidido investir em terras suburbanas ou têm chegado a controlar faixas da atividade com base em operações de crédito e marketing. O investimento estrangeiro cresce cada dia mais no cultivo, se destacando os capitais de Estados Unidos e Japão. Os japoneses (investiram) em várias empresas florícolas desde os anos 80 e os capitais estadunidenses, que foram pioneiros da atividade, se destacam especialmente pela associação com agricultores crioulos [...].

Assim, mais uma vez, estamos constatando os efeitos da liberalização do mercado de capitais no período pós-Bretton Woods, dentro da estratégia de deslocamentos espaço-temporais exposta por Harvey. Nesse percurso, podemos evidenciar também a divisão internacional do trabalho agrícola que caracteriza a hegemonia da OMC, e as dinâmicas correlatas que apresentamos anteriormente: a conformação de NACs, a especialização em cultivos não tradicionais, a oligopolização, financeirização e, claro está, a bifurcação do mercado (ver imagens 20 e 35). Com respeito à oligopolização, vale destacar que, já na década de 1990, uma só empresa, a Dole Food Company, era responsável pela produção de 40% das flores cultivadas na Colômbia, enquanto um oligopólio de apenas trinta distribuidoras, a USA Floral, controlava a comercialização nos Estados Unidos, principal mercado da floricultura colombiana.

É nesse sentido que abordamos os dois casos propostos, como resultantes de um entramado de relações de poder que consolidaram cadeias agroalimentares diferenciadas, em função da classe (*class diet*). Em ambos os extremos dessa bifurcação, evidenciamos a incorporação do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres; em termos do trabalho produtivo, observamos uma relação direta com a composição orgânica de capital, havendo uma tendência à masculinização nos agronegócios mais mecanizados –como os do Cone Sul–, enquanto tem havido processos de feminização nas plantações intensivas em mão de obra, principalmente nos cultivos ditos exóticos. Mas isso não deve ser lido de maneira linear e unívoca, pois, como salienta Laura Raynolds (2001, p. 7):

Para além das desigualdades de gênero, as divisões baseadas na etnicidade e cidadania têm sido exploradas há muito tempo na construção de forças de trabalho rurais temporárias (por exemplo, Bourgois 1989; Moberg 1996). Como Collins (1993) demonstra, o agronegócio pode estabelecer diferentes regimes para a mobilização de mão-de-obra: Onde algumas empresas podem contratar mulheres para fornecer mão-de-obra de baixo custo, disciplinada e flexível, outras recorrem a migrantes masculinos ou subcontratação doméstica para alcançar estes objetivos. A organização da produção varia ao longo do tempo, bem como por empresa, uma vez que esta é continuamente negociada em lutas sobre a disponibilidade de mão-de-obra local [idem.].

Por isso, não estamos argumentando que o agronegócio atinja unicamente às camponesas latino-americanas ou mesmo ao Sul global, sendo alguns contraexemplos a

monocultura de amêndoas nos Estados Unidos, a horticultura em estufa em Espanha e a avicultura corporativa em China; o que concluímos é que no centro da questão está a perturbação dos ciclos ecológicos, a comoditação dos bens comuns, e a exploração de territórios e da força de trabalho mais vulnerável, como os imigrantes, as mulheres e as comunidades rurais.

Quisemos analisar a exploração da força de trabalho feminina pois, da mesma forma em que a divisão territorial do trabalho pretende ser resultado de uma pré-condição natural –as chamadas vantagens comparativas–, a divisão sexual do trabalho é justificada com argumentos pretensamente biológicos que disfarçam arranjos culturais –as relações sociais de sexo–. Enquanto categoria de análise, a divisão sexual do trabalho tem evoluído graças às teóricas feministas, que souberam questionar o significado original dado por cientistas da estatura de Lévi-Strauss, que a entendia em termos de uma complementaridade de tarefas no seio das organizações familiares; na dimensão do gênero, se entende que essa atribuição não é neutral, e manifesta uma relação de poder do sexo masculino sobre o feminino. Assim, se chega à definição de Danièle Kergoat (HIRATA e outras, 2009, p. 67):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)

Nessa lógica, os trabalhos dos homens foram então considerados criadores de riqueza, ou produtivos, por oposição às labores domésticas das mulheres. Em décadas recentes, tal como a promoção da migração foi uma solução dupla para o capitalismo oitocentista (no regime colonial-diaspórico), a incorporação do trabalho (dito) produtivo das mulheres o tem sido para o agronegócio contemporâneo, que apresenta a precarização nas plantações de cultivos não tradicionais (NTC), sob o disfarce da igualdade de gênero, ao mesmo tempo que continua a tirar vantagem da invisibilidade das tarefas de cuidado.

Vivas (2017, p. 82) expõe a dialética entre essas duas dimensões do trabalho das mulheres no espaço rural: a atribuição das tarefas de cuidado nos contextos de masculinização da técnica –o que ela chama “esfera pública camponesa”–, ao mesmo tempo que,

Ocorre uma notável ‘feminização’ do trabalho assalariado agrícola em muitas regiões do Sul Global, na América Latina, na África subsaariana e no Sul da Ásia. Entre 1994 e 2000, as mulheres ocupavam 83% dos novos postos de trabalho no setor da exportação agrícola não tradicional. Esta dinâmica também veio acompanhada da marcada divisão de gênero: nas plantações, as mulheres executam as tarefas não qualificadas, tais como a respiga e a embalagem, enquanto os homens se encarregam da colheita e do plantio.

A esse respeito, refletimos sobre a questão das construções de gênero, os papéis que a sociedade espera que homens e mulheres desempenhem. Em particular, falamos sobre a suposta delicadeza da mulher, que no agronegócio da soja no Sul do Brasil é considerada um obstáculo para a operação de maquinário agrícola, enquanto na Colômbia se usa como justificativa para a feminização da floricultura; Érika González (2014, p. 17) faz referência a isso último:

[O grêmio dos floricultores] argumenta que [a preferência pela mão de obra das mulheres] está relacionada com certas qualidades consideradas femininas, como o cuidado, a delicadeza, a destreza ou a paciência, que permitem um melhor trabalho [...] Por detrás da demagogia no apelo a este atributo -que, vale a pena lembrar, foi culturalmente magnificado- está o facto gritante da precariedade do mercado de trabalho para os homens, e para as mulheres em particular: [...] há uma maior dependência das mulheres desta fonte de trabalho: a maioria das trabalhadoras são mães chefes de família (69% das mulheres contratadas) sem qualificações e admitindo elevados graus de exploração laboral para sustentar os seus filhos e filhas com os seus salários, porque é muito difícil encontrar outro emprego.

McMichael (2014, p. 97) o expressa com notável agudeza: “o agronegócio utiliza ideologias de gênero para corroer o emprego estável e os direitos dos trabalhadores no que diz respeito às mulheres. De igual importância, empregar mulheres proporciona ao empregador uma forma de invocar instituições para além do local de trabalho para alargar e reforçar a disciplina laboral”. Contudo, também é evidente a liderança das mulheres nas resistências frente o agronegócio e as múltiplas facetas da territorialização do capitalismo, e isto pode ser entendido dentro de uma abordagem interseccional das esferas produtiva e reprodutiva.

Assim, a partir de Bhattacharya (2017), defendemos a centralidade da esfera reprodutiva dentro das estratégias de defesa do território, por ser limitada a influência do capital sobre algumas das decisões crucias para a reprodução da força de trabalho: os afetos, as redes de socialização e de apoio, a consciência com que se exercem a cidadania e o consumo, entre outras. Como vimos, esse aspecto é especialmente relevante no caso das agriculturas e economias camponesas que, por definição, operam em unidades familiares de produção-consumo, onde o capital tem um controle incompleto, não só na esfera reprodutiva, mas incluso na produtiva, uma vez que, como Alexander Chayanov (op. cit.) argumenta, se guiam por um sistema coerente e oposto à lógica da acumulação. Por isso, apesar da investida do agronegócio, na América Latina ainda existem territórios em que a racionalidade ecológica e econômica do campesinato é reproduzida diária e anonimamente.

Isto nos remete à discussão sobre os três patamares da sociedade, enunciados por Fernand Braudel (1982, p. 21-22) e apresentados por Giovanni Arrighi (1996 p. 10) (ver imagens 32 e 33), podendo relacionar o patamar do Antimercado (o “verdadeiro lar do capitalismo”), com a financeirização da economia, o 1% da população cujo lobby traça os planos da arquitetura institucional e regra a vida social; o patamar do Mercado, com a esfera

produtiva, onde vendemos nossa força de trabalho e compramos mercadorias, algumas das quais constituem bens comuns (como a água, o solo e as sementes), mas estão hoje comoditizadas; e por último, a Vida Material, “o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar”, com a esfera reprodutiva, que envolve e sustenta as demais. Como salienta Vivas (2017, p. 92-93):

A alimentação, o cozinhar em casa, as compras de comida, as pequenas hortas para o autoconsumo fazem parte desses trabalhos de cuidados, que não são valorizados ou vistos, mas que são essenciais: Tal vez por isso não apreciamos o que, o como ou quem produz o que comemos: pensamos que quanto menos gastarmos em comida melhor [...] No entanto, todos estes trabalhos são vitais. O que seria de nós sem comer? Sem uma alimentação saudável? Sem quem cultivasse a terra? Sem cozinhar? Ou, o que seria de nós se ninguém nos ajudasse ao ficarmos doentes? Sem quem cuidasse das crianças? Sem um apoio aos idosos? Sem roupa lavada? Sem casas limpas? Sem afeto ou carinho? Seríamos nada”

E isso aplica para todo mundo, desde nós, classe trabalhadora, até a Rainha Isabel II e cada um dos membros da família Rotschild, passando pelos corretores da bolsa em Wall Street e os chefes de Estado. Simples assim, sem a esfera da reprodução social não haveria sociedade, nem muito menos produção econômica, e aí radica o poder dela.

Portanto, nesse turbido e desesperançador panorama, acreditamos que os processos de exploração e sub-reprodução da classe trabalhadora podem representar oportunidades de organização, quando abordados numa perspectiva internacionalista e reivindicadora da centralidade da esfera reprodutiva, e, portanto, do protagonismo histórico das mulheres na sociedade. Aliás, vimos que já no século XIX a resposta popular desembocou no surgimento do sindicalismo, em guerras e movimentos independentistas e de descolonização, em revoluções proletárias e camponesas, em comunas anarquistas; contudo, há um apagamento sistemático da participação de indígenas, afrodescendentes, mulheres, etc., especialmente nos processos de independência e conformação dos Estado-nação, sendo erigidas nas praças das cidades os bustos e estátuas equestres dos chamados próceres da pátria, enquanto a massa de pessoas sem as quais tais façanhas tivessem sido impossíveis, continua anônima.

No caso do agronegócio no Sul Global, a multiplicação de respostas tem como base ao próprio campesinato, cuja resiliência tem lhe permitido se adaptar ao meio circundante, construindo estratégias de permanência, a partir do fortalecimento de relações de produção e troca historicamente mais horizontais e solidárias (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1973); paradoxalmente, na era da globalização e das redes também se viabiliza uma maior confluência e articulação dessas alternativas, através de propostas como a Via Campesina, que agrupa em torno de 164 organizações do mundo inteiro, se ratificando como agente central na defesa dos direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais –camponesas, indígenas, quilombolas,

etc.–, e interlocutor obrigado quando da discussão das questões agroalimentares na escala global.

Mas essa não é a única escala de luta, com a massificação da media também tem se possibilitado o acesso de novos agentes nesse debate –pais de família, escolas, organizações de vizinhos, etc.–, que se engajam nos espaços de mobilização, contribuindo à construção de alternativas locais, nas quais se valorizam as agriculturas de pequena escala, circuitos de comercialização curtos e mais solidários, a diversificação e o uso de sementes crioulas e nativas, o pagamento de preços devidos aos camponeses e seu acesso aos meios de produção, dentre outras reivindicações. Essa participação ativa dos consumidores tende ao rompimento das falsas dicotomias entre o rural e o urbano, em virtude da gestão de territórios agroalimentares autônomos, socialmente equitativos, culturalmente adequados e ambientalmente sustentáveis, na perspectiva da Soberania Alimentar, concebida pela Via Campesina.

No conjunto, isto constitui uma verdadeira virada eco-territorial dos movimentos sociais (SVAMPA, op. cit.), e as mulheres são protagonistas nessa construção, devido tanto a sua relação histórica na produção de alimentos (que data dos albores da agricultura, quando da seleção e adaptação das primeiras espécies), quanto à necessidade de lutar contra a função de maior subordinação que o capital tem reservada para elas. Por isso, vale salientar ainda que as alternativas ao modelo alimentar do agronegócio não precisam começar do zero, bem pelo contrário, para frutificarem devem estar firmemente enraizadas nas tradições que antecederam ao capital e que –apesar de tudo– continuam vivas após a longa noite dos quinhentos anos, repousando no escuro colo da terra, à espera de tempos mais favoráveis para florescerem e se reproduzirem pelo território todo.

Agora, é em função do nosso recorte que temos falado sobre os conflitos entre famílias camponesas e agronegócio, porém, na nossa região, esta problemática afeta igualmente aos territórios étnicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.); nesses últimos casos fica mais evidente a contradição que deriva da ideia de progresso, base da sociedade contemporânea, que rotula florestas e prados de enorme importância para as comunidades que os habitam como terras incultas, acometendo todo um leque de megaprojetos, desde os mais evidentemente poluidores, como a mineração, até os da dita economia verde e a sua solução espúria para o aquecimento global: como o mercado de carbono, as monoculturas para agrocombustíveis e as barragens. Por isso, um aspecto chave para a compreensão do neo-extractivismo na América Latina são os espaços de diálogo intercultural entre comunidades étnicas e camponesas, que não conseguimos abordar.

Para finalizar, queremos ressaltar o fato de que fossem mulheres as autoras e/ou co-autoras da grande maioria das obras citadas, não foi intencional, mas tampouco é casual, pois demonstra, de um lado, que a sensibilidade com a questão de gênero ainda não é entendida em sua dimensão plena, como projeto emancipador para toda a humanidade, independentemente do sexo. Do outro lado, uma sugestiva prova das interessantes reflexões que provêm dos grupos sociais marginalizados pelo capital (leia-se todos aqueles que não cabemos no estreitíssimo molde do homem cis, caucásico, hetero-normado, judeu-cristão, e possuidor de um diploma universitário), nosso papel dentro da academia crítica e dos movimentos sociais é continuar construindo os cenários em que a diversidade das vozes que conformam a classe trabalhadora sejam ouvidas.

REFERÊNCIAS

ACHKAR, Marcelo; DOMÍNGUEZ, Ana; PESCE, Fernando. **Agronegocios Ltda.** Nuevas modalidades de colonialismo en el cono sur de América Latina. Montevideu: REDES AT, 2008.

ÁLVAREZ, David; CHAVES, Diana. El cultivo de trigo en Colombia: Su agonía y posible desaparición. Em: **Revista De Ciencias Agrícolas**, vol. 34, nº 2, p. 125-137, 2017.

ARAGHI, Farshad. Food Regimes and the Production of Value: Some Methodological Issues. Em: **Journal of Peasant Studies**, vol. 30, nº 2, p. 41-70, 2003.

ARENDRT, Hanna. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. Comprender la Hegemonía –2. Em: **New Left Review**, vol. 33, p. 24-54, maio-junho de 2005b.

_____. Comprender la Hegemonía –1. Em: **New Left Review**, vol. 32, p. março-abril de 2005a.

_____. **O longo século XX.** Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: UNESP, 1996.

ARRÚA, Leticia; GARCÍA, Lis; ORTEGA, Guillermo; ZEVACO, Sarah. **Radiografía del agronegocio sojero:** Análisis de la cadena productiva de la soja y su impacto socioeconómico em Paraguay. Assunção: BASE-IS, 2020.

BELIK, Walter. **Agroindústria Processadora e Política Económica.** Campinas: Unicamp, 1992 (Tese de doutorado).

BERNSTEIN, Henry. **Food Regimes and Food Regime Analysis:** a selective survey. Conference Paper on Land grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia. Chiang Mai: BRICS Initiatives for Critical Agrarian Studies (BICAS), 2015.

_____. A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização. Em: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 27, p. 52-81, maio-agosto de 2011.

BERNSTEIN, Henry; FRIEDMANN, Harriet; DOWE VAN DER PLOEG, Jan; SHANIN, Teodor; WHITE, Ben. Forum: Fifty years of debate on peasantries, 1966–2016. Em: **The Journal of Peasant Studies**, vol. 45, nº 4, p. 689-714, maio de 2018.

BHATTACHARYA, Tithi (Ed.). **Social Reproduction Theory.** Remapping Class, Recentring Oppression. Londres: Pluto Press, 2017.

BELLAMY, John. Marx as a food theorist. Em: **Monthly review**, Vol. 68, No. 7, 1 de dezembro de 2016 [Online]. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/12/01/marx-as-a-food-theorist/>, acessado no 16 de outubro de 2017.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. **Una historia económica de América Latina desde la Independencia.** Desarrollo, vaivenes y desigualdade. Madrid: Secretaría General Iberoamericana, 2010.

BOCANEGRA, Carmen; VÁSQUEZ, Miguel. Peculiaridades de la integración comercial: La presencia de Wal-Mart Stores, Inc. en América Latina. Em: **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, No. 195, 2014, p. 1-31.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. **Towards understanding the politics of flex crops and commodities: Implications for research and policy advocacy.** Think piece series on flex crops & commodities, n°. 1. Amsterdão: TNI, 2014.

BOSERUP, Ester. **Woman's Role in Economic Development.** Londres: George Allen & Unwin, 1970.

BOTIA, Carolina. **Mujeres y flores.** Aproximaciones al fenómeno de la mano de obra femenina y a la floricultura en Madrid (Cundinamarca) desde la teoría del desarrollo geográfico desigual. 2020, 187 p. Monografía (Licenciatura em Ciências Sociais), Universidade Pedagógica de Colômbia.

BRUCKMANN, Mónica; AGULLÓ, Juan. **Historia crítica del pensamiento geopolítico.** Aula virtual da rede de pós-graduações do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2018 [online]. Disponível no repositório do CLACSO: <https://repositorio.clacso.org/index.html>, acessado no 8 de abril de 2020.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. Em: **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n°1, p. 205-227, janeiro-abril de 2004.

CÁCTUS. **Actualización del contexto de la floricultura de exportación en Colombia con énfasis en la Sabana de Bogotá (2013- 2015).** Facatativá, Corporación Cactus, 2016.

CALIGARIS, Gastón. **Acumulación de capital y sujetos sociales en la producción agraria pampeana (1996-2013).** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2017.

CAMPOS, Christiane. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: O caso de Cruz Alta/RS.** Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CASTRO, Vivian. **Colombia: Los trabajos de las mujeres en la floricultura.** Serie Comercio, Género y Equidad en América Latina, Generando Conocimiento para la Acción Política, Red Internacional de Género y Comercio, Capítulo Latinoamericano, 2008.

CENSAT AGUA VIVA. **Las raíces de las flores: las deudas y los impactos de la floricultura en Colombia.** Documento n° 5 no marco da campanha “No te comas el mundo”, 2005 [online]. Disponível em: <https://docplayer.es/19926896-Documento-5-informe-elaborado-en-colaboracion-con-censat-agua-viva-colombia.html>, acessado no 23 de setembro de 2017.

CHAYANOV, Alexander. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. Em: **A questão agrária**, Silva (Ed.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLAPP, Jennifer; ISAKSON, Ryan. **Speculative Harvests: Financialization, Food, and Agriculture.** Warwick-shire: Practical Action, 2021.

DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. **A concept of agribusiness.** Boston: Harvard University Press, 1957.

DEER, Carmen. What difference does gender make? Rethinking peasant studies. Em: **Feminist Economics**, vol. 1, n°1, p. 53-72, 1995.

DEER, Carmen; LEÓN, Magdalena. La mujer rural y la reforma agraria en Colombia. Em: **Cuadernos de Desarrollo Rural**, nº 38 e 39, p. 7-23, 1997.

_____. **La mujer y la política agraria en América Latina**. Bogotá: Siglo XXI, 1986.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985**. São Paul: Editora Ícone, 1985.

DELGADO, Juan. **La construcción social del paisaje de la Sabana de Bogotá 1880–1890**. 2010, 153 p. Dissertação (Mestrado em Historia), Universidad Nacional de Colombia.

DIXON, Jane. From the imperial to the empty calorie: how nutrition relations underpin food regime transitions. Em: **Agriculture and Human Values**, vol. 26, nº 4, p. 321-333, agosto de 2009.

DUSSEL, Enrique. El método dialéctico de lo abstracto a lo concreto. Em: **La producción teórica de Marx: Un comentario a los grundrisse**. México DF: Siglo XXI, 1991.

FALS BORDA, Orlando. Reflexiones sobre la aplicación del método de Estudio-Acción en Colombia. Em: **Revista Mexicana de Sociología**, vol. 35, nº 1, p. 49-62, janeiro-março de 1973.

FLORES, Carmen; PEÑA, Diana. Soya en un florero: División territorial y sexual del trabajo agrícola en América Latina (1986-2015). Em: **e-cadernos CES**, nº 34, Alerta vermelho, alerta verde: dar forma à transformação ecossocialista, 2020, p. 147-171, publicado a 9 de julho de 2021.

FRIEDMANN, Harriet. **Foodregimes and their transformation**. Em: Food Systems Academy Talks, 2014. [online]. Disponível em: <http://www.foodsystemsacademy.org.uk/audio/harriet-freidmann.html>, com acesso em 1 de abril de 2019.

_____. Moving food regimes forward: reflections on symposium essays. Em: **Agriculture and Human Values**, vol. 26, nº 4, p. 335-344, agosto de 2009.

_____. From colonialism to green capitalism: social movements and the emergence of food regimes. Em: **New directions in the sociology of global development**. Research in rural sociology and development, vol. 11. Frederick Buttel e Philip McMichael (Eds). Oxford: Elsevier, 2005, p. 227–264.

_____. Feeding the Empire: The Pathologies of Globalized Agriculture. Em: Socialist Register, **The Empire Reloaded**, Panitch; Leys (Eds.). Londres: Merlin, 2004, p. 124-143.

_____. The Political Economy of Food: a global crisis. Em: **New Left Review**, vol. 1. nº 197, p. 29-57, janeiro-fevereiro de 1993.

_____. Distance and durability: Shaky foundations of the world food economy. Em: **Third World Quarterly**, vol. 13, nº 2, p. 371-383, 1992.

_____. The Family Farm and the International Food Regimes. Em: **Peasants and Peasant Societies**, segunda edição, Teodor Shanin (Ed.). Oxford: Basil Blackwell, 1987, p.247-258.

_____. World Market, State, and Family Farm: Social Bases of Household Production in the Era of Wage Labor. Em: **Comparative Studies in Society and History**, vol. 20, nº 4, p. 545-586, outubro de 1978.

FRIEDMANN, Harriet; DAVIRON, Benoît; ALLAIRE, Gilles. Political economists have been blinded by the apparent marginalization of land and food. An interview with Harriet Friedmann. Em: **Revue de la régulation: Capitalisme, institutions, pouvoirs**, vol. 20, segundo semestre, outono de 2016, p. 1-21.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Phillip. Agriculture and the state system. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. Em: **Sociologia Ruralis**, vol. 29, nº 2, p. 93-117, 1989.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL; FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Atlas do agronegócio**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

GARCÍA NOSSA, Antonio. **Sociología de la reforma agraria en América Latina**. Bogotá: Cruz del sur, 1973.

GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill**. 2013, 212 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo.

GONZÁLEZ, Érika. **Las mujeres en la industria colombiana de las flores**. Informe número 11 do Observatorio de Multinacionales en América Latina (OMAL). Bilbao: Marra Servicios Publicitarios, 2014.

GUDYNAS, Eduardo, Hasta la última gota. Las narrativas que sostienen a los extractivismo. Em: **REVIISE**, p. 15-31, 2019.

_____. **Extractivismos**. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB, 2015.

_____. Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano. Em: *Nueva Sociedad*, no. 237, p. 128-146, janeiro-fevereiro de 2012.

GUERRA, Sergio. **Etapas y procesos en la historia de América Latina**. Veracruz: Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, 1997. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/iih-s-uv/20170608043740/pdf_473.pdf, com acesso o 17 de julho de 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Em: **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, nº. 132, p. 595-609, setembro-dezembro de 2007.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

Instituto para el Desarrollo Rural de Suramérica (IPDRS). **Estética, agricultura e gênero: a visibilidade nas mudanças do modelo agroalimentar após a revolução verde**. Em: **Exploraciones** Nº 34, p. 5-21, 12 de março de 2017.

KHOURY, Colin; ACHICANOY, Harold; BJORKMAN, Anne (e outros). Origins of food crops connect countries worldwide. Em: **Proceedings B, Royal Society**. vol. 283, nº. 1832, p. 1-9, 2016.

LANZA, André; LAMOUNIER, Maria. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). Em: **Cadernos Prolam, USP**. vol. 14, nº. 26, p. 90-107, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **La acumulación del capital**. Valencia: Edicions Internacionals Sedov. Grupo Germinal, 2009

MANTELLI, Jussara. O processo de ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária. Em: **Geografia, Rio Claro**, vol. 31, nº 2, p. 269-278, maio-agosto de 2006.

MARIÁTEGUI, José. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARMILICZ, Simoni Teresinha. **A soja como estratégia de reprodução socioeconômica: o caso dos agricultores familiares de Guarani das Missões – RS**. 2013, 117 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. Secções I e II. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**. Livro 1. Seção III. Capítulo 5. O processo de trabalho e o processo de valorização. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 188-193.

_____. **O Capital**. Livro 3. O processo global da produção capitalista. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Discurso sobre el libre cambio. Em: **La miseria de la filosofía**. Respuesta a la filosofía de la miseria de P. J. Proudhon. Bogotá: Siglo XXI, 1987, p. 205-208.

MARTÍ, José. Nuestra América. Em: **José Martí: obras completas**. Volumen 6 Nuestra América, p. 15-26. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2011.

MATOS, Patrícia; PESSÔA, Vera. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. Em: **Geo UERJ** - Ano 13, vol. 2, nº 22, p. 290-322, 2^{do} semestre de 2011.

MCMICHAEL, Philip. **Food Regimes and Agrarian Questions**. Halifax: Practical Action Publishing, 2014.

_____. A food regime genealogy. Em: **The Journal of Peasant Studies**, vol. 36, nº 1, p. 139-169, janeiro de 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150902820354>, acessado no 31 de outubro de 2018.

_____. The power of food. Em: **Agriculture and Human Values**, vol.17, nº 1, p. 21-33, 2000.

_____. World food system restructuring under a GATT regime. Em: **Political Geography**, vol. 12, nº 3, p. 198-214, maio de 1993.

MCNALLY, David; FERGUSON, Sue. Social Reproduction Beyond Intersectionality: An Interview. Em: **Viewpoint Magazine**, 31 de outubro de 2015, disponível em: <https://www.viewpointmag.com/2015/10/31/social-reproduction-beyond-intersectionality-an-interview-with-sue-ferguson-and-david-mcnally/>, acessado no 17 de outubro de 2018.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueredo. **A Geografia no Brasil ao longo do Século XX: Um panorama**. São Paulo: AGB- SP, 2002.

NARVÁEZ TAFUR, Gloria. **Impactos de las políticas tributarias en el ejercicio de los DESC de las trabajadoras de las empresas de las flores**. Bogotá: Corporación Cactus, 2015.

OCAMPO, José Antonio. Commodity-led Development in Latin America. Em: **Alternative Pathways to Sustainable Development: Lessons from Latin America**, International Development Policy series, nº 2. G. Carbonnier, G., H. Campodónico, and S. Tezanos Vázquez (eds.). Geneva, Boston: Graduate Institute Publications, 2017, p. 51-76.

_____. La América Latina y la economía mundial en el Largo Siglo XX. Em: **El Trimestre Económico**, vol. 71, nº 284(4), p. 725-786, outubro-dezembro de 2004.

_____. **Colombia y la Economía Mundial: 1830-1910**. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. Em: Anais do XII Coloquio Internacional de Geocrítica: Independencias y construcción de Estados Nacionales: Poder, Territorialización y Socialización, Siglos XIX-XX. Bogotá, 7 a 11 de mayo de 2012.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. Em: **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. OLIVEIRA, A. de e MEDEIROS, M. (Orgs.). São Paulo: Casa amarela e Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. The Geopolitics of Brazilian Soybeans. Em: **Journal of Peasant Studies**, vol. 43, nº 2, p. 348-372, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T.; SCHNEIDER, Mindi. The politics of flexing soybeans in China and Brazil. Em: **Transnational Institute (TNI) agrarian justice program think piece series on flex crops & commodities**, nº 3, p. 1-20, setembro de 2014.

OVIEDO, Lina; RODRÍGUEZ, Nathalia. **Caracterización de la cadena de abastecimiento de rosas en Colombia**. 2009, 128 p. Monografía (Graduação em Engenharia Industrial), Pontificia Universidad Javeriana.

PARRADO, Carmen; RICARDO, Ricardo; VELÁZQUEZ, Héctor; LOPERA, Sergio; HASENSTAB, Christian. An Environmental Evaluation of the Cut-Flower Supply Chain (*Dendranthema grandiflora*) Through a Life Cycle Assessment. Em: **Revista EIA**, ano XVI, vol. 16, nº 31, p. 27-42, janeiro-junho de 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos; ALENTEJANO, Paulo. Geografia agrária da crise dos alimentos no Brasil. Em: **Mundo Siglo XXI - Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Intituto Politécnico Nacional**, vol. 20, p. 39-54, 2010.

PÁEZ SEPÚLVEDA, Omaira. **La realidad bajo los invernaderos**. Informe sobre la floricultura colombiana. Corporación Cactus. Bogotá: Arfo, 2011.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

QUIRÓS, Marta Lucía. La floricultura en Colombia en el marco de la globalización: aproximaciones hacia un análisis micro y macroeconómico. Em: **Universidad EAFIT**, vol. 122, nº 62, p. 59-68, abril-junho 2001.

RAFFESTIN, Paul. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAYNOLDS, Laura. New Plantations, New Workers: Gender and Production Politics in the Dominican Republic. Em: **Gender and Society**, vol. 15, no 1, p. 7-28, fevereiro de 2001.

_____. Harnessing women's work: restructuring agricultural and industrial labor forces in the dominican republic. Em: **Economic Geography**, vol. 74, no 2, p. 149-169, abril de 1998.

_____. The restructuring of Third World agro-exports: changing production relations in the Dominican Republic. Em: P. McMichael (ed). **The global restructuring of agrofood systems**. Ithaca: Cornell University Press, 1994, p. 214–237.

RAYNOLDS, Laura; MYHRE, David; MCMICHAEL, Philip; CARRO-FIGUEROA, Viviana; BUTTEL, Frederick. The “New” Internationalization of Agriculture: A Reformulation. Em: **World Development**, vol. 21, nº. 7, p. 1101-1121, janeiro de 1993.

REARDON, Thomas; GULATI, Ashok. The Supermarket Revolution in Developing Countries. Policies for “Competitiveness with Inclusiveness”. Em: **IFPRI Policy Brief**. No. 2, Junho de 2008, p. 1-2.

REYES, Julia de los; SANDWELL, Katie (Ed.). **Flex crops: A primer**. Think piece series on flex crops & commodities, nº. 6. Amsterdão: TNI, 2018.

ROSSINI, Rosa. **A modernidade tecnológica no campo exclui a mulher e acelera as masculinidades na agricultura**. Em: Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 4 a 8 de novembro de 2002.

SALDARRIAGA, Gregorio. Comer y ser: La alimentación como política de la diferenciación en la América española, siglos XVI y XVII. Em: **Varia Historia**. [online], vol.32, nº.58, p.53-77, janeiro-abril de 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hicitec, 1994.

_____. Espaço e Método. Em: **Geocrítica** -Cuadernos críticos de geografía humana, vol. 12, nº65, p. 1-79, setembro de 1986.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHUBERT, Mayron; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar –uma apresentação ao debate. Em: **Revista Mundi**. Meio Ambiente e Agrárias, vol.1, nº1, p. 3.1-3.20, janeiro-junho de 2016.

SEVILLA, Eduardo; GONZÁLEZ, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SHANIN, Teodor (Ed.). **Marx tardio e a via russa**. Marx e a periferia do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações –o velho e o novo em uma discussão marxista. Em: **Revista Nera**, ano 8, nº 7, 2005, p.1-21.

_____. The nature and logic of the peasant economy 1: A generalization. Em: **Journal of Peasant Studies**, vol. 1, nº 1, p. 63-80, 1973.

SHIVA, Vandana. **Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India**. Londres: Zed books, 1988.

SORRE, Maximilien. Fundamentos da Geografia Humana. Em: **Coleção grandes cientistas sociais**. No. 46. Org. Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Ed. Ática, 1985, p. 87-98.

SPÓSITO, Eliseu. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. Em: **Terra Livre**, nº 16, p. 99-111. AGB: São Paulo, 2001.

SUÁREZ, Aurelio. Em: ILSA, **La cuestión agraria hoy**. Colombia: Tierra sin campesinos. Bogotá: Ántropos ediciones, 2008, p. 181-212.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. Em: **Cadernos Geográficos Florianópolis**, N° 12 p. 63, Maio 2005.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Guadalajara, Jalisco: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados (CALAS), 2018.

_____. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. Em: **Revista del Observatorio Social de América Latina**, ano 13, n° 32, p. 15-38, novembro de 2012.

TEDESCHI, Losandro. Mulheres camponesas do noroeste do Rio Grande do Sul: Identidades e representações. 2007. 245 p. Tese (Doutorado em História), UNISINOS.

THE INTERNATIONAL AGRICULTURAL TRADE RESEARCH CONSORTIUM. Does the Agreement on Agriculture Work? Agricultural Disputes after the Uruguay Round. Em: **International Agricultural Trade Research Consortium Working Paper**, n° 98-2, p. 1-47, abril de 1998.

_____. The uruguay round agreement on agriculture: an evaluation. Em: **International Agricultural Trade Research Consortium Commissioned Paper**, n° 9, p. 1-98, julho de 1994.

THOMSON, Frances; DUTTA, Sahil Jai. **Financialisation: a primer**. Amsterdã: TNI, 2018.

TOLEDO, Víctor. Agroecología, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar. Em: **Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol.3, n° 2, p. 27-36, abril-junho de 2002.

TRÍAS DE BES, Fernando. **El hombre que cambió su casa por un tulipán**. Qué podemos aprender de la crisis y cómo evitar que vuelva a suceder. Barcelona: Temas de hoy / Epublibre Raksha, 2009.

TZADOK BEN SASSON, Beth Amit. **Vida familiar, personal y laboral de algunas mujeres que trabajan y tienen experiencia en los floricultivos de la Sabana de Bogotá**. 2018, 145 p. Tese (Graduação em Trabalho Social), Universidade Externado de Colômbia.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Peasants and the art of farming: a Chayanovian manifesto**. Rugby: Practical action, 2014.

VARGAS, Martha. Esbozo histórico de la floricultura en la Sabana de Bogotá. Em: **CONADI** Condiciones socioeconómicas de los trabajadores de la floricultura en la Sabana de Bogotá, Facultad de Sociología, Universidad Cooperativa de Colombia, junho de 2012

VELOZA TORRES, Patricia; LARA VELOZA, Guisella Andrea. **De la resignación a la indignación activa: Propuesta educativa con mujeres populares de la Asociación Herrerade Madrid Cundinamarca**. 2014, 191 p. Tese (Graduação em Educação Comunitária), *Universidad Pedagógica Nacional*, Bogotá, Colombia

VILDOMIÚ CANELA, Lourdes. El complejo soja mundial Em: **La inserción de España en el complejo soja-mundial**. Madri, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, 1984, p. 53-112.

VIVAS, Ester. **El negocio de la comida**. Barcelona: Icaria, 2014.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **O mundo rural como espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WINDERS, Jamie; SMITH, Barbara. Social reproduction and capitalist production: A genealogy of dominant imaginaries. Em: **Progress in Human Geography**, p. 1-19, First Published 6 Aug 2018, <https://doi.org/10.1177/0309132518791730>

ZAMUDIO, Ricardo. **Flores colombianas: Entre el amor y el odio**. Subjetividad y Factores psicosociales intralaborales, extralaborales e individuales en trabajadoras y trabajadores florícolas de la Sabana de Bogotá. Bogotá: Cactus, 2011.

Referências complementares

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Huacitec, 1999.

BELLO, Walden. Destroying African Agriculture. Em: **Foreign Policy in Focus**, 3 de junho de 2008, disponível em: http://fpif.org/destroying_african_agriculture/, acessado no 10 de maio de 2017.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ETC GROUP. **¿Quién nos alimentará? ¿La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial?** 3a Edición, 2017. [Online]. Disponível em: http://www.etcgroup.org/es/quien_alimentara, con acceso el 15 de mayo de 2018.

HABEGGER, Sabina; MANCILA, Iulia. **El poder de la Cartografía Social en las prácticas contrahegemónicas**. La Cartografía Social como estrategia para diagnosticar nuestro territorio. [Online]14 de abril de 2006. Disponible Em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4034/1/FPF_PTPF_01_0693.pdf, acessado

KROPOTKIN, Piotr. **La ayuda mutua**. Santiago de Chile: Instituto de estudios anarquistas, 2005.

LARA, Guisella; VELOZA, Patricia; FLÓREZ, Juliana. Escuela de Mujeres de Madrid: lugar, corporalidad y trabajos no capitalistas. Em: **NÓMADAS**, nº. 43, p. 95-111, outubro de 2015.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing, 2013.

MANÇANO, Bernardo. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y agronegocio**. Hacia dónde vamos: conflictividad agraria e laboral. Guatemala: Pastoral de la Tierra Interdiocesana, 2007.

MCFARLANE, Anthony. Relaciones internacionales y guerras coloniales: el contexto internacional de las independencias americanas. Em: **TEMPUS** Revista en Historia General, nº 4, p. 256-275, setembro-outubro de 2016.

NASCIMENTO, Diego. T. F.; LUIZ, Gislaine. C.; OLIVEIRA, Ivanilton. J. Panorama dos sistemas de classificação climática e as diferentes tipologias climáticas referentes ao estado de Goiás e ao Distrito Federal (Brasil). Em: **Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu**, vol.5, nº.2, p.59-86, julho-dezembro de 2016.

PAREDES, Julieta, El feminismocomunitario: la creación de un pensamiento propio. Em: **Corpus Archivos virtuales de la alteridad americana**, vol.7, nº.1, p. 1-9, janeiro-julho de 2017.

RIBEIRO, Silvia. Megafusiones agrícolas: quién decidirá lo que comemos. Em: **La jornada UNAM**, p.1-4, 10 de julho de 2017.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo**: Recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta limón, 2013.

ROSENTAL, M; IUDIN, P. **Diccionario filosófico marxista**. Montevideú: Ediciones Pueblos Unidos, 1946.

VICENTE, Lucía; ACEVEDO, Carolina; VICENTE, Carlos. **Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur**: Monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos.

WOLF, Eric. **Los campesinos**. Barcelona: Editorial Labor, 1971. Buenos Aires: Acción por la biodiversidad, 2020.

ANEXOS

1. O chão e o horizonte: qual geopolítica e qual gênero

A presente tese trata dois aspectos da divisão social do trabalho agrícola no sistema capitalista, os quais têm sido abordados inúmeras vezes, sob inúmeras perspectivas; por isso, é necessário definir esses termos basilares, para, a partir daí, poder construir um diálogo claro, que nos ajude a dar resposta às perguntas que nos convocaram nesse exercício. Assim, propomos uma definição sucinta de cada termo (quase um verbete), enfatizando nos embasamentos teórico e metodológico que foram adotados. Seguindo o processo de ascensão dialética, partimos do real concreto até atingir as determinações mais simples:

- ✓ Geopolítica
- ✓ Trabalho e divisão social do trabalho
- ✓ Gênero

Vale salientar que na versão final desse documento, vamos delimitar ainda os termos “Alimento” e “América Latina”, mesmo que de maneira inacabada. Por último, destacamos que a definição de “Geopolítica” terá um grau maior de elaboração, pois, além de ser um dos termos mais polissêmicos, no resto do documento só será abordado a través do conceito de Regimes Alimentares, que contém sua essência, mas não atinge algumas discussões centrais, no que diz à história da ciência.

Geopolítica.

Mónica Bruckmann e Juan Agulló (2018) empreendem a difícil tarefa de traçar a genealogia do conceito de geopolítica, um vocábulo paradoxal em muitos sentidos, pois é relativamente novo, vigente e muito utilizado, embora insuficientemente delimitado; de maneira preliminar, podemos entender que o campo de análise da geopolítica é o das correlações entre espaço e poder. Em termos temporais, estes autores fazem uma distinção entre a geopolítica clássica –que se desenvolveu entre o século XIX e o final da Guerra Fria–, e a contemporânea; no tocante à epistemologia, distinguem entre uma corrente mais conservadora e outra crítica. Essas abordagens têm pontos de sobreposição e outros de distanciamento irreconciliável, contudo, os assuntos sobre os que se debruçam são essencialmente os mesmos: i) a energia e os recursos; ii) a capacidade produtiva; iii) as ideias e as formas políticas; e, iv) as relações de força entre diferentes agentes no espaço (ver Imagem 1 e tabela 1).

Assim sendo, o âmago de toda discussão geopolítica repousa em dois termos estreitamente associados, o primeiro, as configurações do poder, nesse trabalho entendido a partir de Hanna Arendt (2011, p. 61), que o diferencia do vigor (“a propriedade inerente a um

objeto ou pessoa e pertencente a seu carácter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas”), da força (“a energia liberada por movimentos físicos ou sociais”), da autoridade (“o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam”), e, muito especialmente, da violência, que conforme ela:

Distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo [p. 63]. [Nesse sentido] sua substância é regida pela categoria meio-fim, e portanto, na ação violenta sempre está latente o perigo de que o fim seja [...] suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo [p. 18].

Na filosofia de Arendt, violência é o termo antitético do poder, que define como:

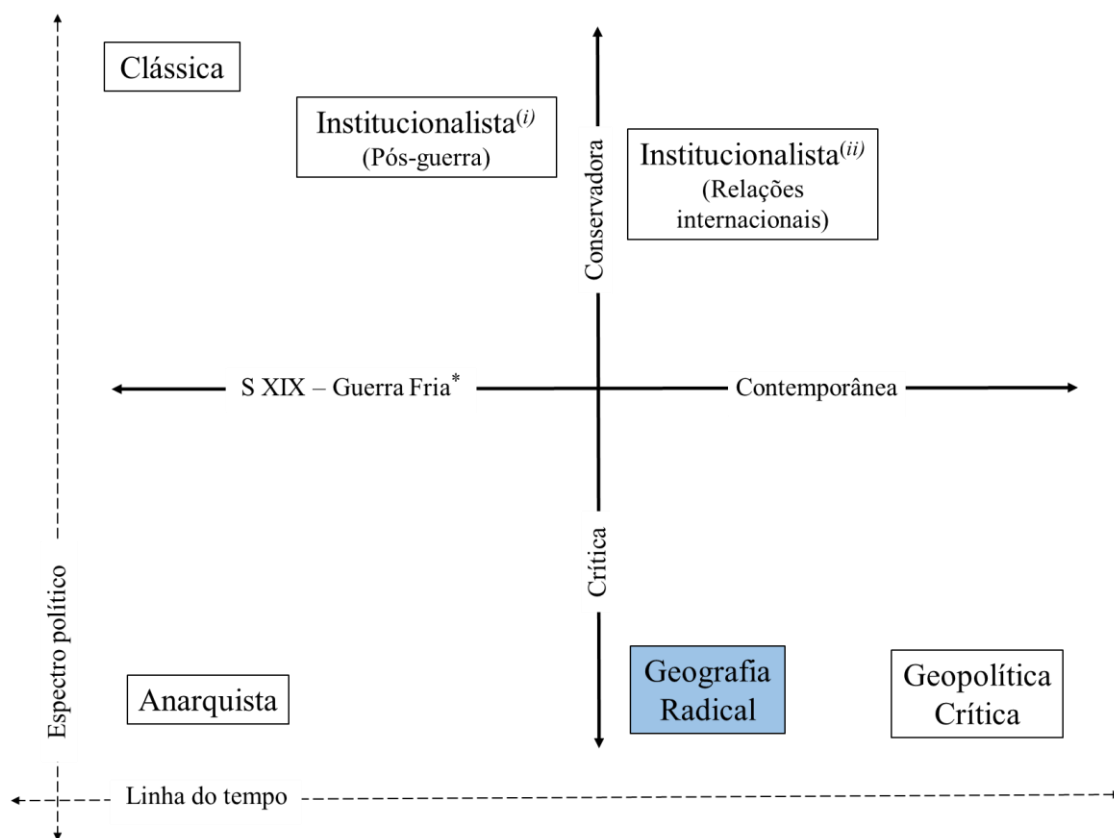
[a] habilidade humana para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo do qual se originara o poder desde o começo (potestas in populo: sem povo ou grupo não há poder) desaparece, ‘seu poder’ também se desvanece.

Como veremos, essa definição de poder está muito próxima dos conceitos de regime e hegemonia, cruciais na abordagem dos Regimes Alimentares. Dentro dos geógrafos ressalta a concepção de poder de Claude Raffestin (1993, p. 7), que também o entende enquanto exercício, colocando no centro aos agentes que o exercem e entre os quais circula, para ele, a população deve ser o ponto de partida nessa análise, “porque é a fonte do poder, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada ao seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações”. Por isso, para Raffestin é o trabalho a fonte do poder, uma vez que ele é o vetor, o que mobiliza uma combinação determinada de energia e a informação, que são os dois elementos constitutivos do poder, segundo o autor.

O segundo termo sobre o qual se debruça a geopolítica é o espaço, que podemos definir a partir de Milton Santos (1986, p. 12), “como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida”, por conseguinte, “(...) a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual”. No terceiro capítulo veremos –a partir de Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo, Arendt, David Harvey e Giovanni Arrighi– que no capitalismo a relação entre poder e espaço é inerentemente contraditória, principalmente pela tensão entre a acumulação permanente de capital, a expansão territorial e a política de Estados das potências.

Não procuramos aprofundar nas conceições clássica e conservadora da geopolítica, porém, precisamos levá-las em consideração para podermos delinear sua evolução teórica. Assim, nos remontamos ao ano 1908, quando Rudolf Kjellen cunhou o termo, se bem na sua aceção se referia à administração de recursos por parte do Estado-nação, e isso introduz um importante tópico, que marcará o surgimento da geopolítica contemporânea, isto é, qual o tratamento dessa figura chave da modernidade, na qual alicerça sua arquitetura institucional. Enquanto na geopolítica clássica o Estado-nação é o agente central –aliás, o único–, sendo equiparado portanto ao poder mesmo, as leituras contemporâneas partem da multiplicidade e heterogeneidade das forças sociais que interagem e contendem no espaço (Estados, organismos multilaterais, companhias transnacionais, movimentos sociais, etc.); conseqüentemente, no primeiro caso, o espaço se circunscreve ao território nacional, e no segundo o transborda (BRUCKMANN E AGULLÓ, 2018; SANTOS, 1986).

Imagem i. Principais correntes da Geopolítica



*Há uma transição entre a década dos anos setenta e o fim da Guerra Fria, a qual marca o primeiro e segundo momentos das correntes Geopolíticas. Elaboração própria a partir de Bruckmann e Agulló (2018).

Na imagem i e o quadro i, resumimos a delimitação proposta por Bruckmann e Agulló (2018), que identificam os antecedentes da geopolítica nos trabalhos sobre Geografia política de autores como Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blanche, cujo pensamento esteve marcado

por três processos: a construção dos Estados-nação, a evolução dos mercados nacionais e as economias coloniais. Esses três processos, além de moldar a geografia (como ciência e como prática), são a razão pela qual essa corrente clássica se desenvolveu principalmente no âmbito militar e nas chamadas sociedades geográficas, essas últimas, responsáveis por expedições nos pontos mais longínquos do planeta, movidas em parte pelo anseio de erudição, mas sempre ligado à expansão da economia colonial, ávida de novas matérias primas e fontes de energia.

Quadro i. Principais correntes da Geopolítica

	Contexto	Abordagem das variáveis			Autores	
		Agentes	Espaço	Poder		
Corrente	Anarquista	Século XIX, no meio da consolidação da <i>pax britannica</i> , conformação dos Estados-nação modernos, e o confronto político e teórico entre o capitalismo e as diversas vertentes do socialismo, com destaque para os movimentos sindicais e camponeses.	Triada política-militar-religiosa, as instituições, coletivos e indivíduos engajados no apoio mútuo	Espaço geográfico	Tentativa de dominação da vida social por parte da dita tríada.	Piotr Kropotkin, Élisée Reclus
	Clássica	Século XIX, como disciplina instrumental na formação e consolidação dos Estados-nação, ainda sob uma forte concepção expansionista e colonialista, principalmente	Estados-nação	Território nacional	Soberania estatal	Friedrich Ratzel, Paul Vidal de La Blache
	Institucionalista	Após a Segunda Guerra Mundial houve um descrédito do termo Geopolítica, pela sua ligação com os governos fascistas (italiano, alemão e japonês). Nos países anglo-saxões se opta: i) Na Inglaterra, por uma geopolítica <i>de facto</i> , que busca consolidar o poder das potências	Sistema estatal, organismos multilaterais	Lugares e regiões estratégicos	Sistema estatal, organismos multilaterais	Halford John Mackinder
		ii) Nos Estados Unidos, esse objetivo está mais claramente ligado aos objetivos da Guerra Fria, tentando fazer aliados pela via que McMichael (2009, 2014) denomina “projeto do desenvolvimento”,	Sistema estatal, organismos multilaterais	Lugares e regiões estratégicos	Sistema estatal, organismos multilaterais	Nicholas Spykman, George Kennan, Herman Kahn, Samuel Huntington,
	Geografia Radical	A primeira e segunda crises do petróleo (1973, 1979), como entrada de um período de crises permanentes do capital e evidência empírica das teses marxistas, levaram à radicalização do pensamento geográfico, renunciando à pretensão de neutralidade política da ciência em geral e da Geografia em particular. Há então uma aproximação entre Geografia e marxismo.	Classes sociais (capitalistas, trabalhadores, latifundiários), sistema estatal, organismos multilaterais	Sistema-mundo; circuitos de acumulação do capital	Luta de classes	Precusores: Henri Lefebvre, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi. Principais teóricos: na França: Yves Lacoste; na Grã Bretanha: David Harvey, Doreen Massey.
Geopolítica Crítica	Marcada pelo final da Guerra Fria e suas representações maniqueístas do mundo, por tanto, essa corrente parte de uma leitura multipolar da geopolítica, criticando o euro-centrismo das abordagens anteriores. Seu epicentro é a academia anglo-saxã, porém, com uma notável	Discursos e representações polifônicas do mundo	Espaço geográfico, representações desse espaço	Representações, discursos e práticas	Simon Dalby, Gearóid Ó Tuathail, John Agnew.	

Elaboração própria a partir de Bruckmann e Agulló (2018).

Aqui vale lembrar que foi Lucien Febvre quem sintetizou o debate entre as escolas alemã e francesa do pensamento geográfico, discussão que ia muito além do campo teórico-conceitual,

e se adentrava nas emaranhadas relações internacionais que se teciam na Europa pré e entre guerras mundiais; quando Febvre decidiu rotular a produção de Ratzel e seus discípulos de determinista, e a de La Blache e os seus de possibilista, não só está evidenciando uma simpatia pessoal, senão também uma adesão política, o que pode ser entendido num cenário de confrontação bélica. Maximilien Sorre (1985, p. 98) é taxativo a esse respeito, apontando que a discussão sobre possibilismo e determinismo –tão amplamente discutida na academia–, constitui um dos dois falsos debates geográficos, sendo o outro a ideia da subdivisão da geografia humana em ramos autônomos, acrescentando que “(ela) é una, pois capta o homem (sic.) inteiro em cada uma de suas atividades”.²²⁶

Feita essa aclaração –que pode ser ampliada no anexo 4–, nos movemos até o outro lado do espectro na imagem i, completando assim o panorama da evolução da geopolítica oitocentista; geógrafos anarquistas como Piotr Kropotkin e Élisée Recluse conseguiram imaginar outras formas de organizar a vida social, baseadas não na autoridade, mas na cooperação fraterna e horizontal, sentando as bases deontológicas e epistêmicas para teóricos contemporâneos, em especial dentro da chamada geopolítica crítica (BRUCKMANN E AGULLÓ, 2018). Contudo, não sendo essa a linha que tem guiado a práxis política, voltamos aos quadrantes superiores do nosso plano cartesiano; a geopolítica clássica norteou a construção, desenvolvimento e estratégias expansionistas das potências globais, quer dizer, de aqueles países que, por definição, têm a capacidade (e a intenção) de exercer poder sobre outros países.

No segundo, terceiro e quarto capítulos retomaremos esta última discussão, a propósito da hegemonia, como teorizada por Antônio Gramsci (a partir de Nicolás Maquiavel) e resgatada por Giovanni Arrighi, dentro da teoria do Sistema-Mundo (que referiremos de aqui a pouco). No entanto, vale apresentar logo a maneira em que Arrighi (1996, p. 26-27) aborda as potências: “o conceito de ‘hegemonia mundial’ aqui adotado (...) refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, essa atribuição de liderança surge a partir de uma combinação entre coerção e consentimento,

²²⁶ Essa tensão se manifestava, de um lado, já no seu próprio objeto: a relação homem-natureza, uma vez que, como foi mencionado, ambas as dimensões constituem uma das dicotomias básicas nas quais se alicerça a modernidade; não sendo viável enquadrar esta disciplina entre as ciências sociais ou naturais, esse paradoxo tentou ser esquivado, não sem dificuldades, a través de outra disjunção: Geografia Humana e Física (Idem). De outro lado, está a questão do método, que no positivismo se caracteriza pela comparação e busca de semelhanças entre objetos (perspectiva nomotética), enquanto a Geografia, nessa época abordava a pesquisa “(...) através das seguintes etapas: localizar, observar, descrever e explicar”, já que “(se) tinha como procedimento analítico o estudo do fenômeno como único, sua explicação era resultado de sua construção na história. A ênfase era dada às diferenças” (perspectiva ideográfica) (SUERTEGARAY, 2005, p. 18, 19). Esse corpo, que é chamado de Geografia Clássica, marcou o surgimento da disciplina como ciência autônoma no século XIX, mantendo esses princípios até meados do século seguinte, quando novas e velhas críticas começam a ser esboçadas e/ou retomadas (Idem).

sendo o poder do Estado (ou grupo de Estados) hegemônicos “(...) maior e diferente da ‘dominação’ pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliado pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’ (...)”;

defendemos que a dita “liderança intelectual e moral” não deriva necessariamente de uma superioridade real, e sim da normalização/naturalização de um *status quo*.

Isto introduz um aspecto que será central nesse trabalho, e é a maneira em que no mundo persistem subdivisões –invisíveis, porém, palpáveis–, que sustentam as relações de poder dentro do sistema de Estados-nação, e que não por acaso têm sua origem principalmente no continente europeu, o qual tem se relacionado com seus homólogos a partir da exacerbação das diferenças, do exotismo, estando esta noção tão arraigada, que vem sendo arrastada desde os filósofos aristotélicos até os modernos; América teve um papel central nesse processo, pois Europa só aquiesceu a esfericidade da Terra após 1492, inaugurando a era da razão científica, herdeira da dicotomia cartesiana: corpo/alma, a partir da qual desabrochou a visão moderna do mundo, que não só gera uma diferenciação entre objeto/sujeito, natureza/sociedade, atraso/progresso, homem/mulher, etc., senão que fundamenta nessa distinção uma estrutura social hierarquizada. Nesse sentido, a distinção entre o norte e o sul globais, que será um relato permanente nessa tese, contém uma inércia da matriz colonial: metrópole/colônia.

Essa matriz tem tido um epicentro movediço: da península ibérica a Inglaterra²²⁷ –impulsado pelo vento nos navios corsários, e posteriormente pelas máquinas de vapor–, da Inglaterra aos Estados Unidos –pela força da caneta, o capital e a tecnologia armamentista–; a esse respeito, vale ressaltar que a reconstrução da Europa após a devastação bélica não só marcou o surgimento dos Estados Unidos como nova potência mundial, senão também de uma arquitetura institucional global, alicerçada num bloco estreito de países (na prática, os fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN), a qual consolidou a polarização entre os chamados primeiro, segundo (o hoje extinto campo socialista), e terceiro mundos. Essa fragmentação do globo se resume perfeitamente na teoria do choque de civilizações, de Samuel Huntington, acadêmico estadunidense e assessor de governos ditatoriais nos anos setenta (incluído o brasileiro), num dos pontos álgidos da Guerra Fria (ver anexo 5).

No tocante à genealogia do conceito geopolítica, evidenciamos algumas consequências dessa concepção fragmentada do mundo, sendo que as ideias de Ratzel e Kjellen foram adotadas

²²⁷ Aqui estamos fazendo referência à autoridade formal dessa matriz na América Latina, na prática, as grandes potências que têm moldado o capitalismo são as cidades-Estado de Veneza, Gênova e Florença, os Países baixos, o Reino Unido e os Estados Unidos (ARRIGHI, 1996).

pelos ideólogos dos fascismos italiano, alemão e japonês, dentre os quais sobressaem as contribuições do catedrático da Universidade de Munique, Karl Haushofer, cruciais na ascensão do terceiro Reich; conseqüentemente, após a Segunda Guerra Mundial o termo geopolítica cae em desuso nos países aliados. No caso soviético, a ligação do conceito com a conformação dos Estados-nação lhe valeu o rótulo de disciplina burguesa, sendo portanto relegada nos debates científicos, embora na prática se aplicasse os mesmos postulados geopolíticos dos países capitalistas (expansionismo territorial, estratégias bélicas, regiões pivô, etc.), principalmente no contexto da Guerra Fria. No mundo agloxasão há uma importante produção teórica e acadêmica –mesmo sob outras denominações–, que no seu conjunto conformam o que Bruckmann e Agulló (2018) denominam geopolítica institucionalista.

Ao carecer de prestígio acadêmico, mais uma vez a análise geopolítica se vincula diretamente aos afazeres estatistas, especialmente dentro dos chamados tanques de pensamento (*think tanks*); contudo, nessa instrumentalização renovada não faltaram críticas aos postulados das correntes clássicas, ampliando um pouco o panorama de estudo, menos centrado na soberania estatal e mais no sistema de Estados, em face da delicada ordem mundial do pós-guerra, sempre prestes a desabar. A partir dos autores acima referidos, podemos identificar dois epicentros da geopolítica institucionalista –o primeiro britânico e o segundo estadunidense–, os quais marcam a mudança nas correlações de força que trouxe o sistema Bretton Woods:

- ✓ Na Inglaterra, destaca a figura de Halford John Mackinder, que signou a evolução teórica e prática da geopolítica, termo do qual renegava abertamente, embora fosse autor da (agora controvertida) teoria das regiões pivô (*heartland*), que guiou a estratégia militar durante boa parte do século XX. Vale lembrar que o ponto desde o qual fala Mackinder é de declínio britânico e ascensão estadunidense, e marcando o ritmo nessa cessão da batuta, o começo da Guerra Fria. Em termos bélicos, a lógica da Guerra Fria manifestou-se a través de dois movimentos (aparentemente) contraditórios, a partir dos quais se configura a sociedade contemporânea (pós-Bretton Woods): incursões militares no Sul Global (sublinhando as do sudeste asiático, em congruência com a teoria do *heartland*), e evasão de colisões frontais entre os blocos ocidental e soviético.
- ✓ Nos Estados Unidos, a transferência do centro do poder também teve repercussões dentro da academia, a geopolítica deu lugar à disciplina de relações internacionais, sendo rapidamente incorporada nas grades curriculares de graduações e pós-graduações; no entanto, deve recalcar-se que a geopolítica e as relações internacionais não são matérias

trocáveis entre si, tendo essa última uma perspectiva política essencialmente *realista*,²²⁸ o que não implicou a ausência de contribuições teóricas, aliás, os autores *internacionalistas*²²⁹ desse período desenvolveram um pensamento mais rigoroso e sistemático (mesmo que limitado pelo próprio objeto de estudo), do qual carecia a geopolítica. Só resta comentar que a acolhida da disciplina de relações internacionais é tal, que continua até hoje como uma respeitada carreira universitária, incluso após a retomada da geopolítica dentro dos discursos oficiais –da mão de Henry Kissinger– e como campo de estudo.

Curiosamente, nesse período de tribulações dentro da academia anglo-saxã, há um apogeu do pensamento geopolítico na América Latina, com destaque para a geopolítica brasileira, desenvolvida por militares como Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, precursores de uma doutrina da segurança nacional que buscava consolidar o potencial hegemônico do gigante sul-americano na região, perante a crescente influência dos Estados Unidos –evidenciada, por exemplo, na construção do canal de Panamá–, mesmo compartilhando as orientações anti-comunistas do país norte-americano. Essas ideias ecoaram principalmente no governo de Getúlio Vargas, a través de medidas como o investimento em infraestrutura viária para a integração do território nacional e o controle das fronteiras (BRUCKMANN E AGULLÓ, 2018).

Em resumo, de maneira análoga à ligação entre Geografia e geopolítica clássicas, a geopolítica institucionalista está muito próxima da crise epistemológica do pós-guerra (cujo maior sintoma foi o fechamento da cátedra de Geografia em Harvard, entre os anos 1948 e 1951), e portanto, da chamada revolução teórica. Como mencionávamos, esses movimentos se correlacionam com o clima político da época: a passagem da *pax britannica* à Americana, e suas repercussões nas instituições e no sistema econômico, no meio:

[...] da expansão do capitalismo monopolista de um lado, e de uma necessidade emergente de planejamento que derivava da reconstrução dos países destruídos pela Guerra, como o caso dos países Europeus. Neste contexto, a Geografia é repensada e busca-se a construção de um conhecimento geográfico “mais útil” à sociedade, ou seja, ao planejamento do estado [SUERTEGARAY, 2005, p. 21].

Tratou-se de uma renovação neo-positivista, que atingiu basicamente o método, adotando uma linguagem mais quantitativa, substituindo a causalidade linear pela probabilística, e a indução pela abordagem hipotético-dedutiva (SUERTEGARAY, 2005; MONTEIRO, 2002; SPOSITO, 2001). Em termos políticos, esse movimento está relacionado

²²⁸ Por definição, escola das relações internacionais que tem como ponto de partida a arquitetura institucional existente: Estado-nação, sistema interestatal, organismos multilaterais, etc..

²²⁹ Na acepção de profissional das relações internacionais.

com a transfiguração do poder colonial que, embora começasse com os processos independentistas do século XIX (em todo caso, uma mudança meramente formal), se consolida realmente na diplomacia do *Bretton Woods*, caracterizada pelo planejamento centralizado e multilateral, a urbanização, e o desenvolvimentismo econômico; em palavras de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro:

Nos macro-polos econômicos do Hemisfério Norte, uma forte ascensão da ciência e da alta tecnologia, coincidente com a dinamização da economia era extremamente favorável ao desenvolvimento de “revoluções teórico-quantitativas” necessárias a uma visão de mundo preparadora da economia de mercado e da globalização [MONTEIRO, 2002, p. 24].

Essa dicotomia Norte-Sul –ao ser imanente à modernidade–, ficou consignada nos preceitos neo-positivistas, fundamentando o intervencionismo do bloco Estados Unidos-Europa ocidental na América Latina, cuja estratégia privilegiada foram as missões internacionais, que prescreveram profundas mudanças econômicas e políticas (tipificadas nas ditaduras militares), facilitando o revigoramento do poder neo-colonial na região, e a ulterior acessão de um papel heterônomo na divisão internacional do trabalho.

Sob essa ótica se entende que o objeto da Geografia não é mais a relação ser humano-natureza, senão a organização espacial, de acordo com as necessidades do planejamento em função dos circuitos de acumulação do capital, eufemisticamente chamados de desenvolvimento econômico (SUERTEGARAY, 2005; MONTEIRO, 2002; SPOSITO, 2001). Destacam também as mudanças na abordagem espaço-temporal, pois de um lado, “nesta perspectiva, o espaço valorizado é, diferentemente da Geografia clássica (espaço absoluto), o espaço relativo, ou melhor, o espaço que se define pela relação entre os objetos”, do outro lado, muda o tratamento do tempo, “enquanto a Geografia clássica valorizava a história, a Geografia teórica enfatizava em sua análise o presente. O objeto é analisar o presente com vistas à projeção, à planificação do futuro” (SUERTEGARAY, 2005, p. 21).

Vale ressaltar que essa abordagem relacional, apesar de trazer contribuições ao estudo das sociedades modernas –especialmente no campo dos sistemas de informação geográfica (SIG)–, encerra importantes limitações sob a perspectiva neo-positivista (teórica), dentre as quais se identifica a primazia da análise sincrônica, a adoção mecanicista da teoria de sistemas –que aprofunda a naturalização da realidade social–, e a instrumentalização (burocratização) do conhecimento. Suertegaray (2005) aponta que o último aspecto (a instrumentalização) é uma consequência da associação com a Economia neo-clássica (sem dúvida, uma das disciplinas mais funcionais ao *status quo*), cujo corpo teórico parte de pressupostos tendenciosos, almejando a circulação do capital no presente, e a projeção de cenários ótimos para sua reprodução futura.

Essa aproximação entre Geografia teórica e Economia neoclássica, também se correlaciona com um dos maiores paradoxos do mundo contemporâneo: o avanço científico sem precedentes que caracteriza os séculos XX e XXI, e o aprofundamento das inequidades distributivas:

Se a ciência propiciava o desenvolvimento de uma tecnologia de ponta, a economia capitalista produzia tais desigualdades que se chegava às raias do ‘irracional’ (...). As profundas alterações nas relações de produção, mudando a própria concepção de ‘trabalho’, não repercutiram na sua divisão internacional e na estrutura de poder. Isto induzia à suposição de que o estopim ‘Crise Histórica’ provinha da associação entre o modo de reprodução ampliada do capital e o estatuto tecnológico (impulsionado pelas conquistas atômicas e espaciais) ”[MONTEIRO, 2002, p. 26].

No campo político, as crises petrolíferas dos anos setenta se traduziram na emergência de uma nova ordem mundial, pós *Bretton Woods*, que eliminava um dos últimos freios à acumulação capitalista (a paridade dólar-ouro), levando à financeirização da economia, e portanto, à exacerbação da “irracionalidade” na produção de miséria, principalmente nas regiões do sul planetário, como iremos ver ao longo desse documento. No entanto, “(...) como toda ação implica uma reação, mesmo nos centros hegemônicos do poder e do saber, levanta-se uma oposição conduzida pelas camadas da esquerda, socialista, geradora da Geografia crítica” (MONTEIRO, 2002, p. 24).

A Geografia crítica ou radical²³⁰ questiona a instrumentalização da disciplina por parte do Estado (cujo superlativo seria a filiação ao fascismo), aduzindo que esta derivou numa falta de rigor científico; nesse sentido, a renovação epistemológica dos anos sessenta e setenta responde a uma necessidade mútua: um embasamento teórico e metodológico para a Geografia, e a consideração das dinâmicas espaciais dentro do marxismo, das quais careceu até as análises de Henri Lefebvre, sobre quem voltaremos depois. Dentro das obras basilares dessa corrente reconhecemos “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, de Yves Lacoste, na qual se argumenta que essa “geografia dos estados maiores” (que é como denomina à prática estatista do controle territorial, inseparável do exercício do poder desde os primórdios da revolução neolítica), a partir do século XIX começou a valer-se da chamada “geografia escolar”; nas suas palavras:

[...] a função ideológica essencial do discurso da geografia escolar e universitária foi sobretudo a de mascarar por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, como ainda para a organização do Estado e prática do poder. É sobretudo quando ele parece "inútil" que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos "neutros" e "inocentes" parece supérflua. A sutileza foi a de ter passado um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo [LACOSTE, 1988, p. 11].

²³⁰ Que foi assim denominada na década dos anos oitenta, de maneira posterior à convergência de autores marxistas dentro da Geografia.

Assim, explicita as estratégias de instrumentalização da Geografia, que por isso foi medular na ascensão e consolidação do capitalismo industrial, de um lado, ao colocar “um saber estratégico em mãos de alguns”, e do outro, por exacerbar –ou mesmo construir– um sentido de patriotismo, essencial à constituição dos Estados-nação modernos, por exemplo, a partir da memorização das principais características do território nacional (fronteiras, divisões político-administrativas, capitais, características orográficas, hidrográficas, etc.) (LACOSTE, 1988, p. 18). Nessa mesma sintonia, Suertegaray (2005, p. 28) se refere aos questionamentos marxistas à base positivista da Geografia, nomeadamente:

A exigência de um objeto para cada área do conhecimento, a exigência de um único método, a defesa da neutralidade científica, a perspectiva ideológica e a não transformação da realidade, a separação do sujeito do objeto e a separação da natureza da sociedade [SUERTEGARAY, 2005, p. 28].

Vale destacar que, se bem o marxismo tinha sido um contraponto ao pensamento positivista desde suas origens, sendo que tanto Augusto Comte quanto Marx e Engels, enunciaram suas teorias na primeira metade do século XIX, só na conturbada década dos anos setenta do século passado foi se posicionando dentro do pensamento geográfico. Mais uma vez, esta virada epistemológica é um reflexo das dinâmicas sociais: a entrada num período de crises permanentes do capital –tipificadas nos movimentos especulativos irrestritos e de curto prazo–, como evidência empírica das teses marxistas. Nesse sentido, dentro da Geografia crítica se reconhecem dois principais epicentros:

- ✓ Francês: Ecoando as inquietações que se levantaram com as mobilizações sociais da década dos anos sessenta, e a partir da herança teórica de Lefebvre, há um auge dos debates críticos na academia; no entanto, vale ressaltar que à medida em que o pós-estruturalismo foi ganhando destaque nas ciências sociais, houve um afastamento da base marxista.²³¹
- ✓ Anglo-saxão: Desenvolvido tanto na Inglaterra, dentro da chamada *New Left* (Nova Esquerda), quanto nos Estados Unidos, nesse caso mais ligado aos movimentos antibelicistas e pelos direitos civis; no bloco britânico há uma importante produção teórica, destacando os trabalhos de David Harvey e Doreen Massey, que nos ajudarão a analisar as dinâmicas espaciais da divisão do trabalho nas escalas global e doméstica, respectivamente.

Assim, graças a esse alicerce teórico recupera a geopolítica sua perspectiva histórica; em particular, as leituras braudelianas de Immanuel Wallerstein e Arrighi (no caso do último

²³¹ O que não significa desconhecer o valor das questões que promoveram essas correntes, por exemplo, na análise do discurso, mas a adoção do marxismo como base teórica e metodológica mais adequada para analisar processos na escala global, como a geopolítica.

autor, as análises dos ciclos hegemônicos), possibilitaram transcender ao Estado como unidade de análise, sob a perspectiva do Sistema-Mundo,²³² dentro da qual se exprime o conceito de Regimes Alimentários. Mas as contribuições dessa geopolítica de cunho marxista vão muito além da superação do estado-centrismo, ela questiona os pilares do positivismo e do neopositivismo, apelando por uma abordagem transdisciplinar das relações espaciais de poder, e incluso, dando alguns passos tímidos no sentido de criticar o progressismo (à Rostow)²³³ (BRUCKMANN E AGULLÓ, 2018), embora no seu seio persistisse um olhar um tanto teleológico/desenvolvimentista, próprio da dialética hegeliana, como veremos no segundo capítulo.

Na América Latina, essas críticas –enraizadas em cinco séculos de dominação colonial–, também renderam frutos; Bruckmann e Agulló (2018) destacam as discussões levantadas por Theotonio dos Santos, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Raúl Prebisch e Celso Furtado, a propósito das particularidades históricas da região, sua relação com o resto do mundo –em particular, com Europa–, e as heranças que daí desabrocharam; destarte, formulam e renovam teorias tão cruciais para entender a narrativa moderna, quanto a da dependência (centro-periferia, deterioração dos termos de troca, etc.). Ressaltam aqui as críticas às leituras eurocêntricas e desenvolvimentistas, presentes não só nos discursos oficiais, senão incluso dentro da teoria de Sistema-Mundo, nesse caso, evidente na periodização proposta por Wallerstein e Arrighi, para quem a integração global se inaugurou com a chegada das carabelas a América, quer dizer, com o surgimento do polo europeu do poder, deixando de lado o protagonismo asiático (em especial chinês e indiano), que se estendeu por séculos nesse mundo pré século XV, de acordo com a argumentação de Gunder Frank.

No caso dos autores cepalinos, apesar do valor teórico e político das suas formulações, reconhecemos algumas limitações –pelo menos desde uma perspectiva marxista–, as quais estão diretamente relacionadas com os próprios limites da instituição que num começo os acolheu, e que escancararam com o auge do neoliberalismo. Nesse sentido, aderimos as críticas

²³² Em “Análisis de sistemas-mundo. Una introducción” (México: Siglo XXI, 2005), Wallerstein (p. 32) define o sistema-mundo como: “uma zona espaço-temporal que atravessa múltiplas unidades políticas e culturais, uma que representa uma zona integrada de actividade e instituições que obedecem a certas regras sistémicas”, e, no caso específico da modernidade, um sistema guiado pela economia-mundo capitalista, quer dizer, “uma grande área geográfica dentro da qual existe uma divisão de trabalho e, portanto, um intercâmbio significativo de bens básicos ou essenciais, bem como um fluxo de capital e de trabalho. Uma característica definidora de uma economia mundial é que não está limitada por uma estrutura política unitária. Pelo contrário, existem muitas unidades políticas dentro de uma economia mundial, tenuamente ligadas umas às outras no nosso moderno sistema mundial dentro de um sistema interestatal” (p. 40).

²³³ No caso da América Latina, essas cinco “etapas do desenvolvimento econômico” nem contemplavam a impronta que a herança colonial deixou nas nossas sociedades, fato que os cepalistas sublinharam a través do seu método “histórico-estrutural”.

de Samir Amin,²³⁴ que realoca o poder transformador da sociedade nos movimentos sociais, resgatando a raiz revolucionária do marxismo, principalmente em Vladimir Lênin (imperialismo e desenvolvimento desigual), e Rosa Luxemburgo (acumulação e reprodução ampliada do capital nas periferias), como veremos a propósito dos debates sobre a divisão internacional do trabalho agrícola e os padrões de especialização produtiva na América Latina. No olhar de Amin, tendo ele mesmo nascido numa das periferias do capitalismo, a teoria marxista adquire um novo cariz, mais próximo da nossa realidade.

Não obstante, podemos chegar ainda mais perto no nosso propósito de analisar a geopolítica dos alimentos na América Latina a través de Milton Santos, dentre cujas contribuições, Suertegaray (2005, p. 28) ressalta o conceito de formação sócio-espacial, que enriquece e contextualiza a noção de organização do espaço, introduzindo a análise histórica, assim, “busca associar a lógica da produção/reprodução social ao espaço, indicando que, na mesma medida que o espaço geográfico é produzido socialmente, é, também ele, elemento constituinte da reprodução”. Nessa perspectiva, o espaço geográfico é re-significado, e passa a ser entendido “(...) como a expressão material da forma como os homens (sic.) se organizam socialmente para produzirem e reproduzirem suas vidas no e com o espaço” (Idem.). Desta maneira, Santos consegue superar os vazios epistemológicos das abordagens teóricas, avançando na consolidação de uma Geografia de base marxista.

A retomada da dialética como marco analítico, não só enriqueceu a abordagem histórica com a dinâmica da contradição de classes, senão que contribuiu no propósito da unificação das disciplinas, pois, “para o Materialismo Histórico, as Ciências Humanas são unas. Cada campo contribui com a construção de uma Teoria: a Teoria Social” (SUERTEGARAY, 2005, p. 28), atingindo o âmago da disciplinarização positivista da ciência. A mesma autora faz ênfase na relação sujeito/objeto, irmanada pela práxis, como fundamento da filosofia marxista, a partir da qual se deriva outra importante relação, reconhecendo (apesar de algumas ressalvas pessoais que não cabe aqui mencionar), a “significativa contribuição” do marxismo à abordagem sociedade/natureza, uma vez que:

[...] sempre indicou, filosoficamente, a possibilidade de pensarmos o homem [sic.] sendo ao mesmo tempo e, quiçá, contraditoriamente, natural e social e, o espaço

²³⁴ Em “La desconexión. Hacia un sistema mundial policéntrico” (Madrid: IEPALA, 1988, p. 48-49), Samir Amin aponta: “Notei que a adoção de uma perspectiva dinâmica tinha permitido a Raúl Prebisch, no seu trabalho inicial, que anunciava o que mais tarde se tornaria a tese do desenvolvimentismo e depois da dependência, para acertar o prego na cabeça do verdadeiro problema: que o progresso técnico foi expresso nos centros do sistema, sob a forma de um aumento dos salários reais e, nas periferias, na queda dos preços relativos. (...) Só lamentei que Prebisch, um positivista, não tivesse ido mais longe e não se tivesse colocado a si próprio a questão de saber por que razão isto deveria ser assim.”

geográfico como a expressão material da transformação da primeira em segunda natureza [SUERTEGARAY, 2005, p. 28-29].

A segunda natureza,²³⁵ enquanto materialização do trabalho humano, se corresponde com o espaço geográfico, e o arranjo espacial “indica o modo de socialização da natureza, isto é, a transformação da história natural em história dos homens (sic.)” (SUERTEGARAY, 2005, p. 27); isso em oposição frontal à naturalização dos processos sociais que caracteriza a análise positivista da realidade.

Lefebvre (2013) é pioneiro em fazer essa ligação entre o espaço, o trabalho humano e o poder, desde uma abordagem marxista, demonstrando que o espaço social é um produto, tese que se contrapõe ao que ele chama de ideologia organicista, que seria *–grosso modo–* a acepção espacial do fetichismo da mercadoria. Assim concebido, o espaço se apresenta em toda sua complexidade: simultaneamente condição e resultado das práticas sociais, nem superestrutura (pois ele próprio é organizado de acordo com as exigências do Estado e do mercado),²³⁶ nem simples objeto (porque engloba as relações de produção e reprodução,²³⁷ as ordens e desordens que as configuram, e as coisas produzidas). Essas relações de produção e reprodução – historicamente interligadas e co-dependentes –, são transformadas na sociedade capitalista, imbricando-se em três níveis: a reprodução biológica, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção, o que facilita a perpetuação da mencionada ideologia organicista.

Com relação ao anterior, quer se dar o devido destaque à questão do fetichismo da mercadoria que, como sabemos, é medular na teoria marxista. Por definição, fetichismo é a atribuição de propriedades sobrenaturais a objetos, a “divinização das coisas”; no caso da sociedade capitalista, “(...) atribui-se à mercadoria, ao dinheiro e ao capital, como objetos materiais, certas propriedades (por exemplo, a propriedade de trocar-se e gerar lucro para o capitalista) que na realidade não são suas propriedades naturais, senão expressão das relações capitalistas de produção”.²³⁸ O fetichismo –da mercadoria, do espaço– finca a naturalização dos processos sociais, cria as condições para velar as contradições de classe, sendo então o objetivo do materialismo histórico evidenciar a apropriação diferenciada da base material da sociedade em cada formação econômica; entende-se assim que a tarefa de geógrafas e geógrafos não seria

²³⁵ Mais adiante voltaremos sobre esse tema, a propósito do conceito de *metabolic rift* sistematizado por John Bellamy Foster.

²³⁶ Podendo fungir incluso como mercadoria.

²³⁷ Aquí entendidos, respectivamente como Forças produtivas, relações de propriedade, divisão do trabalho. E Relações bio-fisiológicas, organização familiar.

²³⁸ De acordo com a definição do clássico “Dicionário filosófico marxista”, de M. Rosental y P. Iudin, traduzido do russo ao castelhano por M. B. Dalmacio, e editado em Montevideu por Ediciones Pueblos Unidos (1946, p. 113).

mais a descrição do *status quo*, nem muito menos o planejamento das condições necessárias para sua reprodução, senão:

desvendar, a partir dos arranjos, as mediações capazes de explicar tais composições materiais, como por exemplo, a verticalização e os vazios urbanos, os bairros ricos e os bairros pobres, as favelas e os condomínios, os centros comerciais (shopping) e os pequenos armazéns, os trabalhadores rurais com propriedade e os sem propriedade (arrendatários, posseiros...), o volante e/ou o bóia-fria, o comércio formal e o comércio informal ou, em outras escalas, os países ricos e os países pobres [SUERTEGARAY, 2005, p. 28].

O fim desse desvendamento é, claro está, superar as condições que sustentam essa apropriação desigual. Por isso, ao falarmos de geopolítica adotaremos a perspectiva da Geografia crítica ou radical, no intuito de colocar o poder no centro dos debates sobre a divisão internacional do trabalho, superando argumentações espúrias das vantagens naturais e comparativas que, como veremos, naturalizam padrões de troca e especialização produtiva.

A partir de todo o anteriormente falado, retomamos a definição de Bruckmann e Agulló (2018), com a qual se busca, não fechar o debate ao redor da geopolítica, senão reconhecer o chão sobre o qual se levantam nossas análises; aliás, em palavras desses autores, a geopolítica não se estabelece como uma disciplina, nem sequer como um corpo teórico, trata-se de “um campo multidisciplinar de problematização”, no qual convergem múltiplas abordagens e perspectivas sobre a maneira em que “se articulam as relações de poder no (e com) o espaço”. No tocante à geopolítica dos alimentos, aderimos a perspectiva de Harriet Friedmann e Philip McMichael, sistematizada a través do conceito de Regimes Alimentares, herdeiro da teoria do Sistema-Mundo, e no qual se abordam as diversas dinâmicas da produção, comercialização, distribuição e consumo dos alimentos, sob o olhar materialista histórico.

Antes de passar ao seguinte termo, queremos terminar de traçar a evolução epistemológica da geopolítica; na Geografia contemporânea há um resgate de correntes filosóficas como o anarquismo e a fenomenologia, que lembram dimensões negligenciadas em maior ou menor medida pelos paradigmas anteriores, sobretudo nos domínios da cultura e a subjetividade (SUERTEGARAY, 2005; SPOSITO, 2001). Dentro dessa virada se localiza a geopolítica crítica, legatária do pós-estruturalismo francês, mas desenvolvida principalmente nas ilhas britânicas nos anos oitenta e noventa, sendo seus principais representantes Simon Dalby, quem cunhou o termo, e Gearóid Ó Tuathail, quem o sistematizou; no escopo dessa corrente encontramos principalmente discussões sobre o discurso e as representações do poder, o eurocentrismo e as fronteiras (BRUCKMANN E AGULLÓ, 2018). Embora reconheçamos nessas abordagens elementos dignos de interlocução, defendemos a relevância teórica e política do marxismo, que norteará essa tese.

Trabalho e divisão social do trabalho

Como sabemos, o trabalho é a categoria basilar na abordagem marxista, e por isso será desenvolvida ao longo deste documento, especialmente na introdução, onde falaremos da divisão sexual do trabalho, e no capítulo 2, em que trataremos a diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato; no entanto, vamos aqui introduzir alguns aspectos elementares, começando com a própria definição de trabalho que, conforme Marx (2011, p. 188),

[...] é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente

O trabalho não só implica um gasto energético para o ser humano, senão também para o ecossistema ao qual pertence, como demonstrou John Bellamy Foster (2016), ao popularizar os conceitos de “metabolismo social” e “ruptura metabólica” (*metabolic rift*),²³⁹ que ampliam a análise marxista além dos processos sociais (político-econômicos), até os domínios da termodinâmica, aspecto crucial ao falarmos do agronegócio, um dos principais fatores para a mudança climática e a perda da biodiversidade.

A despeito da importância dessa abordagem ampla do trabalho, nessa tese vamos focar principalmente na dimensão social da categoria: a divisão social do trabalho, a qual está vinculada –junto com a aparição da propriedade privada– com o surgimento das classes sociais.²⁴⁰ Ainda, vamos negligenciar “(o) incomensurável intervalo de tempo (que) separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva”, fazendo referência unicamente à era contemporânea (e às heranças da era moderna), na qual, não só “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”, mas, “o comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* (em

²³⁹ BELLAMY, John. **La ecología de Marx**. Materialismo y Naturaleza. Barcelona: El viejo topo, 2004.

²⁴⁰ ROSENAL e IUDIN. **Diccionario filosófico marxista**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1946.

ato) aquilo que antes ele era apenas *potentia* (em potência), a saber, força de trabalho em ação, trabalhador” (MARX, 2011, p. 188), ou trabalhadora.

Como veremos, a divisão social do trabalho não está atravessada unicamente pela luta de classes, pois, como indica Danièle Kergoat, “a relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesses antagônicos”; por outras palavras, a pirâmide social está alicerçada na existência de grupos de interesses antagônicos, seja pela propriedade dos meios de produção, a localização num determinado hemisfério geopolítico, a etnia e a cor da pele, a identidade de gênero, a orientação sexual, o credo e a religião, ou a "categorização biologizante machos-fêmeas” (HIRATA E OUTRAS, 2009, p. 71). Essa última diferenciação introduz o seguinte termo: gênero, que nos ajudará a entender melhor os processos de alienação capitalista.

Gênero

Ao falarmos do trabalho das mulheres como categoria de análise pode parecer que o fazemos de maneira instrumental, porém, somos conscientes de que por trás dos processos que queremos referir há pessoas de carne e osso, que têm sofrido na pele as consequências do agro-negócio. Nós mesmas, como mulheres, temos experimentado a teia invisível, mas contundente, das relações de poder baseadas no sexo biológico: as relações sociais de sexo, que repercutem em todos os âmbitos da vida social (a autoexpressão, o direito à cidade, o exercício profissional, etc.). Com efeito, para Kergoat, “as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema”, sendo a divisão sexual do trabalho o elemento problematizador, a partir das seguintes dimensões:

- *a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- *as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;
- *essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- *essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação” [HIRATA E OUTRAS, 2009, p. 71].

Embora exista uma diferenciação biológica entre machos e fêmeas, ela não é a base dos gêneros, prática cultural que se caracteriza pelos “processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos; em suma, para criar um sistema de gênero” (HIRATA, 2007, p. 596). O patriarcalismo da sociedade ocidental se alicerça em grande medida nessa distinção entre trabalho feminino e masculino, sendo o primeiro historicamente limitado às tarefas domésticas e de cuidado dos membros da família, ou

trabalho reprodutivo, em contraposição com o trabalho dito produtivo, que se supõe o único criador de riqueza, e portanto, é visibilizado nas contas macroeconômicas de todos os países, a diferença do trabalho reprodutivo.

Como veremos ao longo deste documento, concebemos o gênero de uma forma interseccional, pois, sendo um dos nossos maiores interesses compreender as transformações das economias camponesas na América Latina nos últimos trinta anos, vale lembrar que as construções de gênero em que se assenta a divisão sexual do trabalho agrícola, surgem dentro da própria unidade de produção familiar; não conseguiremos aprofundar nessa questão, como tampouco exploraremos plenamente reflexões como as de Julieta Paredes (2017), a propósito da cooptação capitalista do feminismo liberal –tecnocracia de gênero, como ela a denomina–, que desconhece a luta histórica das mulheres não ocidentais, as tornando recetoras de uma salvação exógena. Desde sua visão de mulher aymara, Paredes visibiliza *Q'amasa Warminanaka*, a força das mulheres, o feminismo comunitário. Que este exercício acadêmico pelo menos seja um convite a reflexionar esses tópicos.

2. Tradução de “On free trade”²⁴¹

Senhores,

A abolição das leis sobre os cereais na Inglaterra é o maior triunfo que o livre-câmbio alcançou no século XIX. Em todos os países onde os fabricantes falam de livre-câmbio, eles têm principalmente em vista o livre-câmbio dos cereais e das matérias-primas em geral. Sujeitar a direitos protetores os cereais estrangeiros é infame, é especular sobre a fome das populações.

Pão a preços baixos, salários altos, cheap food, high wages, eis o objetivo com o qual os free-traders, na Inglaterra, despenderam milhões; e seu entusiasmo já se estendeu aos seus irmãos do continente. Em geral, se se deseja o livre-câmbio, é para aliviar a condição da classe laboriosa.

Mas, coisa espantosa! O povo, ao qual se quer a toda força proporcionar pão a preços baixos, é muito ingrato. O pão a preços baixos é tão desacreditado na Inglaterra como os governos frouxos o são na França. O povo vê nos homens devotados, num Bowring, num Bright e outros, seus maiores inimigos e os hipócritas mais descarados.

Toda gente sabe que a luta entre os liberais e os democratas é, na Inglaterra, a luta entre free-traders e os cartistas.

Vejam agora como os free-traders ingleses provaram ao povo os bons sentimentos que os faziam agir.

²⁴¹ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/01/07.htm>

Eis o que diziam aos operários das fábricas:

O direito cobrado sobre os cereais é um imposto sobre o salário, e este imposto vós o pagais aos senhores territoriais, a estes aristocratas da Idade Média; se vossa situação é de miséria, é por causa dos preços elevados dos gêneros de primeira necessidade.

Os operários perguntavam por sua vez aos fabricantes:

Como se explica que nestes trinta anos, nos quais a nossa indústria teve o seu maior desenvolvimento, nossos salários tenham baixados numa proporção bem maior do que aquela em que se verificou a alta dos preços dos cereais?

O imposto que pagamos aos proprietários territoriais, como pretendes, representa para o operário apenas três pence (seis soldos) por semana. E entretanto o salário do tecelão manual desceu de 28 shillings por semana a 5 shillings, de 35 francos a 7,25 francos, entre 1815 e 1843; e o salário do tecelão, na oficina automática, foi reduzido de 20 shillings por semana a 8 shillings, de 25 francos a 10 francos, entre 1825 e 1843.

E durante todo esse tempo o imposto que em parte pagamos ao proprietário territorial nunca foi além de três pence. Além disso, em 1834, quando o pão estava muito em conta e o comércio ia muito bem, o que é que dizíeis? Se estais em má situação, é porque tendes muitos filhos, é porque vosso casamento é mais fecundo do que a nossa indústria!

Eis as palavras que nos dirigíeis então; e íeis elaborar as novas leis dos pobres e construir as work-houses, estas bastilhas dos proletários.

E a isso replicavam os fabricantes:

Tendes razão, senhores operários; não é somente o preço do trigo, mas também a concorrência entre os braços que se oferecem que determina o salário.

Pensai bem, entretanto, numa coisa: o nosso solo é constituído apenas de rochedos e de bancos de areia. Imaginais, por acaso, que se poderá produzir trigo num vaso de flores? Assim, se, em vez de prodigalizarmos nosso capital e nosso trabalho num solo completamente estéril, abandonássemos a agricultura para nos dedicar inteiramente à indústria, toda a Europa abandonaria as manufaturas, e a Inglaterra formaria uma só cidade manufatureira, que teria como campo o resto da Europa.

Ao falar deste modo aos seus próprios operários, o fabricante é interpelado pelo pequeno comerciante, que lhe diz:

Se abolirmos as leis sobre os cereais arruinaremos, é verdade, a agricultura, mas não forçaremos por isso os outros países a se abastecerem nas nossas fábricas e a abandonarem as suas.

Que resultará disso? Perderei os fregueses que tenho agora no campo, e o comércio interno perderá seus mercados.

O fabricante, voltando as costas para o operário, responde ao merceeiro:

Quanto a isto, deixai por nossa conta. Uma vez abolido o imposto sobre o trigo, teremos por preços mais baixos trigo do estrangeiro. Em seguida baixaremos os salários, que se, elevarão ao mesmo tempo nos outros países, de onde recebemos os cereais.

Assim, além das vantagens que já temos, teremos ainda a de um salário menor, e, com todas estas vantagens, poderemos muito bem forçar o continente a se abastecer em nosso país.

Entretanto, eis que o rendeiro e o operário agrícola entram na discussão.

E, quanto a nós, qual será a nossa situação? perguntam eles.

Poderíamos aceitar uma sentença de morte contra a agricultura que nos faz viver? Deveríamos consentir em que nos tirem o solo de sob os pés?

Como única resposta, a Anti-corn-law League contentou-se em conferir prêmios aos três melhores trabalhos publicados sobre a influência salutar da abolição das leis dos cereais sobre a indústria inglesa.

Estes prêmios foram conquistados pelos srs. Hope, Morse e Gregg, e seus livros foram divulgados no campo aos milhares de exemplares.

Um dos laureados esforça-se por provar que não é nem o rendeiro nem o assalariado agrícola que perderão com a importação livre dos cereais estrangeiros, mas somente o proprietário territorial. O rendeiro inglês, exclama ele, não deve temer a abolição das leis sobre os cereais, porque nenhum país poderia, produzir trigo a preços tão baixos e de tão boa qualidade como a Inglaterra. Assim, mesmo no caso de cair o preço do trigo, isto não vos poderia prejudicar, porque esta baixa atingiria unicamente a renda, que diminuiria, e de nenhum modo o lucro industrial e o salário, que permaneceriam os mesmos.

O segundo laureado, sr. Morse, sustenta, ao contrário, que o preço do trigo subirá em seguida à abolição das leis sobre os cereais. E se dá a um trabalho infinito para demonstrar que os direitos de proteção jamais puderam assegurar ao trigo um preço remunerador. Em apoio de sua asserção, cita o fato de que todas as vezes que se importou trigo estrangeiro, o preço do trigo subiu consideravelmente na Inglaterra; e quando se importava pouco, ele descia extremamente. O laureado se esquece de que a importação não era a causa do preço elevado, mas que o preço elevado era a causa da importação. E, em completa oposição ao seu colega, afirma que toda alta nos preços dos cereais redundava em benefício do rendeiro e do operário, e não em benefício do proprietário.

O terceiro laureado, sr. Gregg, que é um grande fabricante e cujo livro se dirige à classe dos grandes rendeiros, não podia argumentar com tais ninharias. Sua linguagem é mais científica. Convém que as leis sobre os cereais não façam subir a renda senão fazendo subir o preço do trigo e que elas não façam subir o preço do trigo senão impondo ao capital a obrigação de se aplicar a terras de qualidade inferior, sendo óbvia a explicação de tal coisa. À medida que a população aumenta, e não podendo o trigo estrangeiro entrar no país, é forçoso recorrer-se a terras menos férteis, cuja cultura exige mais despesas, e cujo produto é, em consequência, mais caro.

Sendo o trigo de venda forçada, o preço será regulado necessariamente pelo preço dos produtos das terras mais onerosas. A diferença existente entre estes preços e o custo de produção das melhores terras constitui a renda. Assim, se, em seguida à abolição das leis sobre os cereais, o preço do trigo e, em consequência, a renda caem, é porque as terras pouco produtivas deixarão de ser cultivadas. Logo, a redução da renda acarretará infalivelmente a ruína de uma parte dos rendeiros.

Estas observações eram necessárias para fazer compreender a linguagem do sr. Gregg.

Os pequenos rendeiros, diz ele, que não conseguirem manter-se na agricultura terão um recurso na indústria. Quanto aos grandes rendeiros, eles devem lucrar com isso, pois ou os proprietários serão forçados a vender-lhes por preços baixos suas terras ou os contratos de arrendamento que farão com eles serão de prazos muito prolongados. E isso lhes permitirá empregar grandes capitais na terra, utilizar máquinas numa escala maior, e assim fazer economia no que diz respeito ao trabalho manual que, aliás, se tornará mais barato com a baixa geral dos salários, consequência imediata das leis sobre os cereais.

O doutor Bowring deu a todos estes argumentos uma consagração religiosa, ao exclamar, numa reunião pública:

Jesus Cristo é o free-trade; o free-trade é Jesus Cristo.

Compreende-se que toda esta hipocrisia não era adequada a fazer com que os operários fossem tentados pelo pão a preços baixos.

Como, aliás, poderiam os operários compreender a filantropia subitânea dos fabricantes, desta gente que ainda estava ocupada no combate ao projeto de lei das dez horas, com o qual se queria reduzir o dia de trabalho dos operários das fábricas de doze para dez horas?

Para vos dar uma ideia da filantropia dos, fabricantes, lembrar-vos-ei, senhores, os regulamentos adotados em todas as fábricas.

Cada fabricante tem para seu uso particular um verdadeiro código com multas estipuladas para todas as faltas voluntárias ou involuntárias. Por exemplo, o operário pagará tanto, se tiver a infelicidade de se sentar numa cadeira, de cochichar, conversar, ou rir, se chegar alguns minutos atrasado, se acontecer partir-se uma peça da máquina, se não entregar os objetos na quantidade desejada, etc., etc. As multas são sempre mais elevadas do que os danos verdadeiramente ocasionados pelo operário. E para que o operário possa mais facilmente incorrer nas penalidades, adianta-se o relógio da fábrica, fornecem-se matérias-primas de má qualidade para que se façam com elas boas peças. O contramestre que não se mostrar capaz de multiplicar os casos de contravenção é destituído de suas funções.

Como vedes, senhores, esta legislação interna é feita para produzir contravenções, e procura-se fazer com que aumente o número de contravenções para que aumente o dinheiro arrecadado. Assim, o fabricante emprega todos os meios para reduzir o salário nominal e para explorar até os acidentes pelos os quais o operário não pode ser responsabilizado.

Estes fabricantes são os mesmos filantropos que quiseram fazer com que os operários acreditassem que eram capazes de fazer despesas enormes, unicamente para melhorar a sua sorte.

Assim, de um lado, eles reduzem da maneira mais mesquinha o salário do operário através dos regulamentos de fábrica, e, de outro, lhe impõem os maiores sacrifícios para fazê-lo subir por meio da Anti-corn-law League.

Eles constroem, com grandes despesas, palácios onde a League estabelecia, de certo modo, sua sede oficial; põem em movimento um exército de missionários que se dirigem para todos os pontos da Inglaterra, a fim de pregarem a religião do livre-câmbio; mandam imprimir e distribuir gratuitamente milhares de brochuras para esclarecerem o operário acerca de seus próprios interesses; despendem somas enormes para tornar a imprensa favorável à sua causa; organizam uma vasta administração para dirigir os movimentos livre-cambistas; e empregam todos os recursos de sua eloquência nos comícios públicos. Foi num desses comícios que um operário exclamou:

"Se os proprietários territoriais vendessem nossos ossos, vós, fabricantes, serieis os primeiros a comprá-los, para atirá-los num moinho a vapor e transformá-los em farinha".

Os operários ingleses compreenderam muito bem a significação da luta entre os proprietários territoriais e os capitalistas industriais. Eles sabem muito bem que se queria rebaixar o preço do pão para rebaixar o salário e que o lucro industrial aumentaria na proporção em que a renda diminuísse.

Ricardo, o apóstolo dos free-traders ingleses, o mais notável dos economistas do nosso século, está, a este respeito, de perfeito acordo com os operários. Ele escreveu na sua célebre obra sobre economia política:

"Se, em vez de cultivar trigo em nosso país, descobríssemos um novo mercado onde pudéssemos encontrar esse produto por preços mais em conta, os salários deveriam, nesse caso, baixar e os lucros aumentar. A baixa do preço dos produtos da agricultura reduz os salários não somente dos operários agrícolas, mas também de todos os que trabalham nas manufaturas ou estão empregados no comércio."

E não acrediteis, senhores, que se trate de coisa inteiramente indiferente para o operário não receber mais de quatro francos, estando o trigo mais barato, no lugar dos cinco francos que recebia anteriormente. Seu salário não diminuiu, de qualquer modo, em relação ao lucro? E não é claro que sua posição social piorou em face do capitalismo? Além disso, ele perde ainda concretamente.

Enquanto o preço do trigo estava a preços mais altos, sendo o salário também mais elevado, uma pequena economia feita no consumo do pão bastava para proporcionar ao operário outros proveitos, mas desde o momento que o pão e, em consequência, o salário, baixam, ele não poderá economizar quase nada sobre o pão para a aquisição de outros objetos.

Os operários ingleses fizeram sentir aos free-traders que eles não se deixavam enganar pelas suas ilusões e suas mentiras, e se, apesar disso, se associaram a eles contra os proprietários territoriais, foi para destruir os últimos restos da feudalidade e para ter pela frente um único inimigo. Os operários não se enganaram em seus cálculos, pois os proprietários territoriais, para se vingar dos fabricantes, fizeram causa comum com os operários na aprovação da lei das dez horas, que estes últimos pleiteavam em vão fazia trinta anos, e que foi adotada imediatamente depois da abolição dos direitos sobre os cereais.

Se, no congresso dos economistas, o doutor Bowring tirou de seu bolso uma longa lista para mostrar todas as partes do boi, o presunto, o toucinho, os frangos, etc., etc., que foram importados na Inglaterra, para serem consumidos, como disse, pelos operários, ele se esqueceu infortunadamente de vos dizer que no mesmo instante os trabalhadores de Manchester e de outras cidades manufatureiras, eram despedidos de seus empregos em consequência da crise que começava.

Em economia política, não se deve jamais, em princípio, agrupar os algarismos referentes a um único ano para deles deduzir leis gerais. Deve-se tomar sempre o termo médio

de seis a sete anos — lapso de tempo durante o qual a indústria moderna passa por fases diferentes de prosperidade, superprodução, estagnação, crise e completa seu ciclo fatal.

Sem dúvida, se os preços de todas as mercadorias descerem, e essa é a consequência necessária do livre-câmbio, eu poderia obter com um franco muito mais coisas do que antes. E o franco do operário vale tanto quanto qualquer outro. Logo, o livre-câmbio será muito vantajoso para o operário. Existe somente um pequeno inconveniente: é que o operário, antes de trocar o seu franco por outras mercadorias, havia feito, primeiramente, a troca de seu trabalho por capital. Se nesta troca ele recebesse sempre pelo mesmo trabalho o franco em questão, e se os preços de todas as outras mercadorias descessem, ele ganharia sempre nessa transação. O ponto difícil não está em provar que baixando o preço de todas as mercadorias terei mais mercadorias pelo mesmo dinheiro.

Os economistas consideram sempre o preço do trabalho no momento em que ele é trocado por outras mercadorias. Mas deixam inteiramente de lado o momento em que é efetuada a troca do trabalho por capital.

Quando forem necessárias menos despesas para pôr em movimento a máquina que produz as mercadorias, as coisas indispensáveis para sustentar esta máquina que se chama trabalhador custarão igualmente menos. Se todas as mercadorias estiverem mais baratas, o trabalho, que é também uma mercadoria baixará também de preço, e, como veremos mais tarde, este trabalho — mercadoria baixará proporcionalmente muito mais do que as outras mercadorias. O trabalhador, depois de ter confiado na argumentação dos economistas, verificará que o franco se derreteu em seu bolso, e que não lhe restam senão cinco soldos.

Os economistas dirão então: pois bem, convimos em que a concorrência entre os operários, a qual certamente não terá diminuído sob o regime do livre-câmbio, não tardará a colocar os salários de acordo com o preço baixo das mercadorias. Mas de outro lado o preço baixo das mercadorias determinará o aumento do consumo; o consumo maior exigirá uma maior produção, a qual será seguida de uma maior procura de braços, e a esta maior procura de braços sucederá uma alta de salários.

Toda esta argumentação se reduz ao seguinte: o livre-câmbio aumenta as forças produtivas. Se a indústria cresce, se a riqueza, a força de produção, se, numa palavra, o capital produtivo aumenta a procura de trabalho, o preço do trabalho e, como consequência, o salário, aumentam igualmente. A melhor condição para o operário é o crescimento do capital. E é preciso concordar com isso.

Se o capital permanecer estacionário, a indústria não permanecerá somente estacionária, mas declinará, e neste caso, o operário será a primeira vítima. Ele perecerá antes do capitalista. E se o capital continuar a crescer nesse estado de coisas que apontamos, o melhor para o operário, qual será a sua sorte? Perecerá igualmente. O crescimento do capital produtivo implica a acumulação e a concentração dos capitais. A concentração dos capitais leva a uma maior divisão do trabalho e a um maior emprego de máquinas. A maior divisão do trabalho destrói a especialização do trabalho, destrói a especialização do trabalhador, e pondo no lugar desta especialização um trabalho que toda gente pode fazer, ele aumenta a concorrência entre os operários.

Esta concorrência torna-se ainda mais intensa, pois a divisão do trabalho permite ao operário fazer sozinho o trabalho de três pessoas. As máquinas apresentam o mesmo resultado numa escala muito maior. O crescimento do capital produtivo, forçando os capitalistas industriais a trabalharem com meios sempre crescentes, arruína os pequenos industriais e os atira no proletariado. Em seguida, a taxa do juro diminuindo à medida que os capitais se acumulam, os pequenos rendeiros que não podem mais viver de suas rendas serão forçados a entrar na indústria, para aumentarem depois o número de proletários.

Enfim, quanto mais aumenta o capital produtivo, mais é ele forçado a produzir para um mercado de que não conhece as necessidades, quanto mais a produção precede ao consumo, mais a oferta procura forçar a procura, e, em consequência, as crises aumentam de intensidade e de rapidez. Mas toda crise, por sua vez, acelera a centralização dos capitais e torna maior o número de proletários. Assim, à medida que o capital produtivo cresce, a concorrência entre os operários aumenta numa proporção muito mais intensa. A retribuição do trabalho diminui para todos, e o fardo do trabalho aumenta para alguns.

Em 1829, havia em Manchester 1.088 fiandeiros trabalhando em 36 fábricas. Em 1841 não havia senão 448, e estes movimentavam 53.353 fusos a mais do que os 1.088 operários de 1829. Se a relação do trabalho manual com o poder produtivo tivesse aumentado proporcionalmente, o número dos operários teria sido de 1848; assim os melhoramentos introduzidos na mecânica tiraram o trabalho a 1.100 operários.

Sabemos com antecedência a resposta dos economistas. Estes homens privados de trabalho, dizem eles, encontrarão outro emprego para seus braços. O senhor doutor Bowring não deixou de reproduzir este argumento no congresso dos economistas, mas também não deixou de refutar a si mesmo.

Em 1833, o doutor Bowring pronunciou um discurso na Câmara dos Comuns, a respeito dos 50.000 tecelões de Londres que fazia muito tempo morriam de inanição, sem conseguirem encontrar esta nova ocupação que os free-traders fazem entrever à distância.

Vamos citar as passagens mais importantes desse discurso do senhor doutor Bowring.

"A miséria dos tecelões manuais, disse ele, é a sorte inevitável de toda espécie de trabalho que se prende facilmente e que é susceptível de ser a cada momento substituída por meios menos dispendiosos. Como, neste caso, a concorrência entre os operários é extremamente grande, a menor diminuição na procura produz uma crise. Os tecelões manuais encontram-se de algum modo colocados nos confins da existência humana. Um passo mais, e a sua existência se tornará impossível. O menor choque bastará para atirá-los ao caminho do aniquilamento. O progresso da mecânica, suprimindo cada vez mais o trabalho manual, ocasiona infalivelmente durante a época de transição muitos sofrimentos temporais. O bem-estar nacional não poderia ser obtido senão à custa de alguns males individuais. Não se avança na indústria senão com prejuízo dos retardatários; e de todas as descobertas, o tear a vapor é a que mais esmaga com seu peso os tecelões manuais. Já em muitos artigos que se faziam a mão, o tecelão foi posto fora de combate, mas ele será vencido em muitas outras coisas que ainda se fazem a mão.

Tenho nas mãos, diz ele mais adiante, uma correspondência do governador geral com a Companhia das Índias Orientais. Esta correspondência diz respeito aos tecelões do distrito de Dacca. O governador diz em suas cartas: há alguns anos a Companhia das Índias Orientais recebia de seis a oito milhões de peças de algodão, que eram fabricadas nos teares do país; a procura caiu gradualmente e foi reduzida a cerca de um milhão de peças.

Neste momento ela cessou quase completamente. Além disso, em 1800, a América do Norte adquirira nas Índias cerca de 800.000 peças de algodão. Em 1830 não adquiriu nem mesmo 4.000. Enfim, em 1800, foi embarcado, para ser transportado para Portugal, um milhão de peças de algodão. Em 1830, Portugal não recebia senão 20.000.

Os relatórios sobre a miséria dos tecelões indianos são terríveis. E qual foi a origem desta miséria?

A presença no mercado dos produtos ingleses; a produção do artigo por meio do tear a vapor. Um número muito grande de tecelões morreu de inanição; o restante passou para outras ocupações, sobretudo para os trabalhos agrícolas. Não saber mudar de ocupação equivalia a uma sentença de morte. Neste momento o distrito de Dacca está repleto de fios e de tecidos ingleses. A musselina de Dacca, famosa no mundo inteiro pela sua beleza e firmeza de sua textura, foi também eclipsada pela concorrência das máquinas inglesas. Em toda a história do

comércio, seria talvez difícil encontrar sofrimentos semelhantes aos que tiveram de suportar classes inteiras nas Índias Orientais."

O discurso do senhor doutor Bowring é notável principalmente por serem exatos os fatos nele citados, e as frases com que tenta mitigá-los têm o caráter da hipocrisia comum a todos os sermões livre-cambistas. Ele apresenta os operários como meios de produção que precisam ser substituídos por outros meios de produção menos dispendiosos. Finge ver no trabalho de que fala um trabalho inteiramente excepcional, e na máquina que esmagou os tecelões uma máquina igualmente excepcional. Esquece-se de que não há trabalho manual que não seja susceptível de sofrer um dia a sorte da tecelagem.

"O objetivo constante e a tendência de todo aperfeiçoamento no mecanismo são, com efeito, dispensar inteiramente o homem ou diminuir o seu preço por meio da substituição da indústria do operário adulto pela das mulheres e das crianças, ou pelo trabalho do operário inábil ou do artesão experimentado. Na maior parte das fiações de teares contínuos, em inglês throstle-mills, a fiação é inteiramente executada por mocinhas de dezesseis anos e de menos idade. A substituição da mull-jenny comum pela mull-jenny automática teve como efeito o desemprego da maior parte dos fiandeiros, sendo mantidos no trabalho as crianças e os adolescentes."

Estas palavras do mais apaixonado dos livre-cambistas, o senhor doutor Ure, servem para completar as confissões do sr. Bowring. O sr. Bowring fala de alguns males individuais, e diz, ao mesmo tempo, que estes males individuais fazem perecer classes inteiras; fala dos sofrimentos passageiros do período de transição, sem contudo procurar dissimular que estes sofrimentos passageiros consistiram para a maior parte dos trabalhadores na passagem da vida para a morte, e para a parte restante no movimento de transição para uma condição inferior àquela na qual se encontravam anteriormente. Se ele diz, mais adiante, que o infortúnio destes operários é inseparável do progresso da indústria e necessário ao bem-estar nacional, ele diz simplesmente que o bem-estar da classe burguesa tem como condição necessária a desgraça da classe laboriosa.

Toda a consolação que o sr. Bowring pródiga aos operários que perecem, e, em geral, toda a doutrina de compensação que os free-traders estabelecem, reduz-se ao seguinte:

Vós, milhares de operários que definhais, não vos desoleis. Podeis morrer com toda a tranquilidade. Vossa classe não perecerá. Ela será sempre bastante numerosa para que o capital a possa dizimar, sem que tenha de recear o seu extermínio. Aliás, como havíeis de querer que o capital encontrasse uma aplicação útil, se ele não tivesse o cuidado de se proporcionar sempre a matéria explorável, os operários, para os explorar de novo?

E também, por que apresentar como problema a ser resolvido a influência que a efetivação do livre-câmbio exercerá sobre a situação da classe operária? Todas as leis que os economistas expuseram, desde Quesnay até Ricardo, foram estabelecidas na suposição de que os entraves que ainda dificultam a liberdade comercial deixaram de existir. Estas leis se confirmam à medida que o livre-câmbio se torna uma realidade.

A primeira destas leis é que a concorrência reduz o preço de toda mercadoria ao mínimo de seu custo de produção. Assim, o mínimo de salário é o preço natural do trabalho. E que é o mínimo de salário? É precisamente o necessário para fazer produzir os objetos indispensáveis ao sustento do operário, para pô-lo em condições de se alimentar bem ou mal e de propagar por pouco que seja a sua raça. Não suponhamos, contudo, que o operário não terá senão este mínimo de salário; não suponhamos, também, que ele terá sempre este mínimo de salário.

Não, segundo esta lei, a classe operária será às vezes mais feliz. Ela terá algumas vezes mais do que o mínimo; mas este excedente não será senão o suplemento daquilo que ela terá recebido abaixo do mínimo na época de estagnação industrial. Isso quer dizer que num certo lapso de tempo que é sempre periódico, neste círculo que a indústria faz, passando pelas vicissitudes de prosperidade, de superprodução, de estagnação e de crise — e considerando-se tudo o que os trabalhadores terão tido a mais ou a menos que o mínimo — isso tudo quer dizer que a classe operária não será conservada como classe senão depois de muitas desgraças e misérias e cadáveres deixados sobre o campo de batalha industrial. Mas que importa? A classe subsiste sempre, e, melhor ainda, ela terá aumentado.

Isso não é tudo. O progresso da indústria produz meios de existência menos custosos. É assim que a aguardente substituiu a cerveja, que o algodão substituiu a lã e o linho, e que a batata substituiu o pão. Assim, como se encontra sempre meio de alimentar o trabalho com coisas menos caras e mais miseráveis, o mínimo de salário vai sempre diminuindo. Se este salário começou por fazer trabalhar o homem para viver, ele acabou fazendo o homem viver uma vida de máquina. Sua existência não tem outro valor senão o de uma simples força produtiva, e o capitalista o trata em consequência.

Esta lei do trabalho-mercadoria, do mínimo do salário, verificar-se-á à medida que a suposição dos economistas, o livre-câmbio, se torne uma realidade, uma atualidade. Assim, das duas cousas uma: ou é preciso renegar toda a economia política baseada sobre a suposição do livre-câmbio, ou então é preciso convir em que os operários serão atingidos por todo o rigor das leis econômicas neste regime de livre-câmbio.

Para resumir: no estado atual da sociedade, que é, pois, o livre-câmbio? É a liberdade do capital. Quando tiverdes feito cair os poucos entraves nacionais que ainda dificultam a marcha do capital, não tereis feito senão libertar inteiramente a sua ação. Enquanto se deixar subsistir a relação entre o trabalho assalariado e o capital, a troca das mercadorias entre elas em vão se fará nas condições mais favoráveis: haverá sempre uma classe que explorará e uma classe que será explorada. É verdadeiramente difícil compreender a pretensão dos livre-cambistas, que imaginam que o emprego mais vantajoso do capital fará desaparecer o antagonismo entre os capitalistas industriais e os trabalhadores assalariados. Pelo contrário, tudo o que resultará é que a oposição destas duas classes se acentuará ainda mais nitidamente.

Admiti por um instante que não haja mais leis sobre os cereais, nem alfândega, nem direitos de barreira, enfim, que todas as circunstâncias acidentais, às quais o operário pode ainda atribuir a culpa de sua situação de miséria, tenham desaparecido inteiramente, e tereis rasgado tantos outros véus que ocultam a seus olhos o seu verdadeiro inimigo.

Ele verá que o capital libertado não o escraviza menos que o capital molestado pelas aduanas. Senhores, não vos deixeis iludir pela palavra abstrata de liberdade. Liberdade para quem? Esta não é a liberdade de um simples indivíduo em presença de outro indivíduo. É a liberdade que tem o capital de esmagar o trabalhador. Como havíeis ainda de querer sancionar a livre concorrência com esta ideia de liberdade quando esta liberdade não é senão o produto de um estado de cousas baseado sobre a livre concorrência?

Já vimos o que é a fraternidade que o livre-câmbio faz nascer entre as diferentes classes de uma só e mesma nação. A fraternidade que o livre-câmbio viesse a estabelecer entre as diversas nações da terra não seria mais fraternal. Designar pelo nome de fraternidade universal a exploração em seu estado cosmopolita é uma ideia que não poderia ter origem senão no seio da burguesia. Todos os fenômenos destruidores que a livre concorrência faz nascer no interior de um país se reproduzem em proporções mais gigantescas no mercado mundial. Não temos necessidade de nos deter mais longamente nos sofismas que expendem sobre este assunto os livre-cambistas, e que valem bem os argumentos de nossos três laureados, srs. Hope, Morse e Gregg.

Alega-se, por exemplo, que o livre-câmbio faria nascer uma divisão internacional do trabalho, a qual atribuiria a cada país uma produção em harmonia com seus recursos naturais. Pensais, talvez, senhores, que a produção de café e de açúcar é o destino natural das Índias Ocidentais. Dois séculos antes, a natureza, que não se preocupa muito com comércio, não havia colocado naquela região nem cafeeiros nem cana de açúcar.

E não se passará talvez nem meio século, e não encontrareis mais ali nem café nem açúcar, pois as Índias Orientais, através de uma produção mais barata, já enfrentaram vitoriosamente este pretenso destino natural das Índias Ocidentais. E estas Índias Ocidentais com seus dons naturais já são para os ingleses um fardo tão pesado quanto os tecelões de Dacca, que, eles também, estavam destinados desde a origem dos tempos a tecer à mão.

Outra coisa que não se deve jamais perder de vista é que, do mesmo modo como tudo se tornou monopólio, há também em nossos dias alguns ramos industriais que dominam todos os outros e que asseguram aos povos que mais os exploram o império sobre o mercado mundial. É assim que no comércio internacional o algodão sozinho tem um maior valor comercial do que todas as matérias-primas empregadas para a fabricação de roupas, consideradas em conjunto. E é verdadeiramente risível ver os livre-cambistas fazer ressaltar umas poucas especialidades em cada ramo industrial para compará-las com os produtos de uso comum que se produzem a preços mais baixos nos países onde a indústria se encontra em grande desenvolvimento.

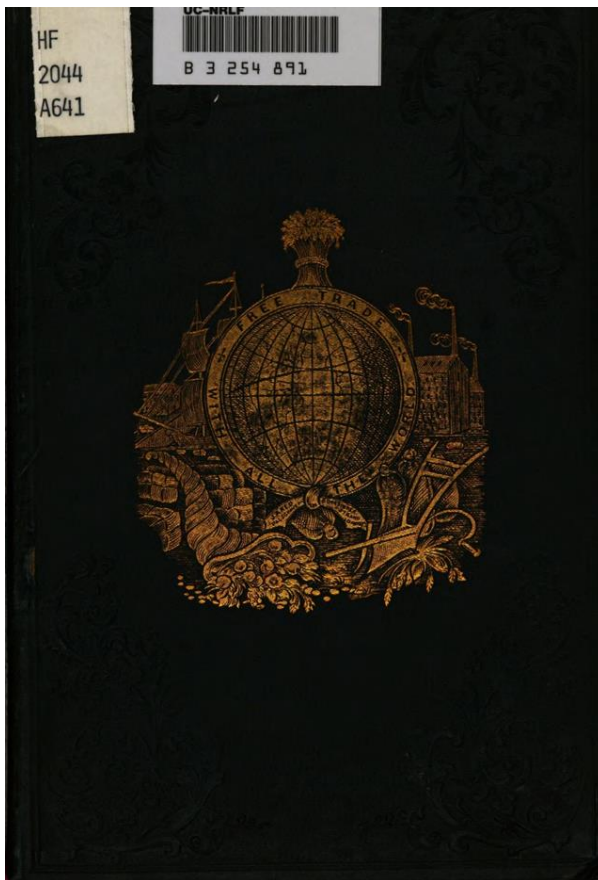
Não devemos nos admirar de que os livre-cambistas não consigam compreender como um país pode se enriquecer à custa de outros, pois estes mesmos senhores também não querem compreender como, no interior de um país, uma classe pode se enriquecer à custa de outra classe.

Não acrediteis, senhores, que fazendo a crítica da liberdade comercial temos a intenção de defender o sistema protecionista. Podeis vos declarar inimigos do regime constitucional, e nem por isso vos declarais amigos do antigo regime.

Aliás, o sistema protecionista não é senão um meio de se estabelecer numa nação a grande indústria, isto é, de fazê-la depender do mercado mundial, e desde que se dependa do mercado mundial já se depende mais ou menos do livre-câmbio. Além disso, o sistema protecionista contribui para desenvolver a livre concorrência no interior de um país. É por isso que vemos a burguesia fazer grandes esforços para ter direitos de proteção nos países onde ela começa a se fazer valer como classe, como, por exemplo, na Alemanha. Esses direitos são para ela armas contra a feudalidade e contra o governo absoluto, um meio de concentrar suas forças, de realizar o livre-câmbio no interior do seu próprio país.

Mas, em geral, nos nossos dias, o sistema do livre-câmbio é destruidor. Ele dissolve as antigas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Numa palavra, o sistema da liberdade de comércio apressa a revolução social. É somente neste sentido revolucionário, senhores, que eu voto em favor do livre-câmbio.

3. Capa de: *The three prize essays on agriculture and the Corn Law*²⁴²



Detalhe.

4. Sobre o determinismo geográfico.

Como mencionávamos na introdução (capítulo 1), a popular oposição entre determinismo e possibilismo é uma caricatura do pensamento geográfico das escolas clássicas alemã e francesa, sendo, portanto, um falso debate. Por essa razão, apesar da devida cautela com a que deve abordar-se qualquer análise positivista, vale resgatar alguns argumentos do próprio Ratzel, por considerar que contribuem a avaliar a pertinência da categorização sob critérios geofísicos (nesse caso, coordenadas geodésicas), lembrando que essa relação não se supõe unívoca nem unidirecional, aliás, o teórico alemão é taxativo em sua crítica ao que ele denomina reducionismo na abordagem dos problemas geográficos –dentre os quais destaca a influência entre natureza e ser humano, como objeto privilegiado desta ciência–, sendo que, conforme ele, “(...) no estudo desses efeitos encontramos sempre diante de um dos dois erros conhecidos: ou se busca a explicação diretamente na natureza ou se nega a existência de quais as relações com esta” (RATZEL, 1985, p. 65).

²⁴² Digitalizado por Google.

Para referir-se ao segundo erro –a negação da influência da natureza sobre os seres humanos–, Ratzel cita os filósofos mais destacados nesse debate, que no século XIX estava muito orientado a explicar as diferenças fenotípicas da nossa espécie, dando foco a David Hume, que apresenta nove argumentos contra a dita relação, mesmos que ele rebate de maneira pormenorizada, embora nem sempre cabal. Contudo, é ao primeiro erro que ele dedica mais atenção, apontando sobre o perigo das explicações demasiado lineares, que tendem a apagar algumas relações, enquanto exageram outras, nesse sentido, ele salienta que:

[...] as pesquisas de que se trata não podem quase nunca se limitar ao exame das relações diretas entre povo e território, e isto porque é raro poder admitir que, no espaço de tempo durante o qual, segundo nosso reconhecimento, um povo permanece sobre um determinado território, se verifiquem nele modificações sensíveis, ainda que se aceite que durante aquele tempo esse povo tenha se mantido puro de misturas estranhas [RATZEL, 1985, p. 58].

Um primeiro elemento importante nessa afirmação é o reducionismo em si, que, conforme ele, é consequência de um juízo apressurado e da “necessidade de imagens” que caracteriza à mente em processo de raciocínio, que deve necessariamente isolar alguns elementos, havendo sempre o risco de que “(possam) ser rompidas as tênues ligações que constituíam antigamente as relações entre povos” (RATZEL, 1985, p. 41). Um exemplo desse erro seriam as generalizações que abundam nos escritos de viagens, as quais, ao serem tomadas como fontes fidedignas, levaram a vários filósofos a respostas apressuradas, dentre as quais destaca as teses climatistas de Eberhard Zimmermann e Georges Louis Leclerc (conde de Buffon), sobre as quais se retornará algumas linhas depois.

Um segundo elemento, diretamente relacionado com o anterior, é a questão das diversas escalas temporais em que deve enquadrar-se a análise geográfica. Para Ratzel, um elemento central na análise geográfica é a diferenciação entre os tempos geológico e humano, relação que amplia e torna mais complexo o horizonte da análise, pois deverão levar-se em consideração não só os fenômenos presentes, senão também as diversas e complexas relações que estes tecem com o passado, e isso aplica tanto para as dinâmicas sociais em si (as sociedades ancestrais, seus fluxos migratórios, etc.), quanto para suas correlações com a Terra, essas últimas herdeiras de milhões de anos de evolução; portanto, “(...) a questão do tempo é verdadeiramente a mais importante, e não é possível chegar à solução do nosso problema (em seu caso, a relação sociedade-natureza) se não se a toma em grande consideração” (RATZEL, 1985, p. 68).

A questão da escala temporal é aqui entendida como foi introduzida pelo naturalista Johann Reinhold Forster, quem –mesmo sem desenvolver o conceito– “(...) pela primeira vez, às fantásticas teorias da rápida transformação dos povos por obra do clima, opõe a advertência de que nossa vida é muito breve, nosso conhecimento sobre as migrações dos povos muito

incompleto, nossas observações físicas há muito pouco tempo iniciadas para que seja lícito chegar a conclusões seguras!” (RATZEL, 1985, p. 38). Isso em relação direta com as mencionadas teses climatistas, as quais conferem ao ser humano uma plasticidade absoluta e unidirecional frente as influências climáticas, sendo o exemplo paradigmático a ideia de que a pigmentação da pele é uma função da exposição às radiações solares; o mais inquietante dessas teorias, é que nelas se basearam filósofos da estatura de Kant e Rousseau.

A partir desse chamado à devida ponderação das escalas temporais, se pode introduzir a visão da antropogeografia de Ratzel, na qual ele reconhece quatro formas em que a natureza influencia ao ser humano:

- i) Sobre os indivíduos, pelo processo de evolução que influiria na sua fisiologia e psicologia.
- ii) Como restrição aos movimentos demográficos, devido principalmente às formações naturais (cursos de água, montanhas, etc.)
- iii) Como condicionante da essência de um povo, o que se relaciona especialmente com o seu grau de isolamento ou miscigenação.
- iv) Na constituição social de um povo, em função das suas riquezas naturais.

Vale salientar que para este autor, o primeiro elemento (que foi tão discutido pelos filósofos que o antecederam, e cuja expressão mais óbvia é as ditas teses climatistas), não tem “nada a ver” com a geografia, devendo ser estudado à parte. Assim, embora Ratzel tenha acolhido as teses de Darwin, entendendo que o conceito da adaptação às condições médio-ambientais poderia auxiliar na compreensão das relações sociedade-natureza, ele salienta que tanto a variabilidade quanto a hereditariedade de atributos são processos complexos –pela mencionada ação do tempo e pelos movimentos migratórios–, e que se adentram mais nos campos da fisiologia e da psicologia; ainda nesse ponto, ele afirma:

Verifica-se de todo modo como era escasso o fundamento do conceito de que os povos podem se adaptar exatamente ao seu ambiente como se estes fossem uma massa plástica, de modo a se tornar com o tempo um espelho do próprio ambiente; e como por outro lado se impõe a constatação de que os povos, sendo constituídos por organismos vivos, estão sujeitos à lei da variabilidade, não podendo, portanto, subtrair-se à ação das influências externas” [RATZEL, 1985, p. 62].

Essa ação das influências externas se daria, não mediante a seleção natural ou artificial, senão através dos processos de migração e isolamento que, conforme ele, são “(...) os dois conceitos geograficamente mais óbvios” (RATZEL, 1985, p. 60, 61). No texto, considerava que suas reflexões poderiam ser criticadas por dar pouca ênfase à ação humana, ao que ele se adianta respondendo que “(...) devemos visar sempre unicamente à investigação da verdade. A exata valorização do elemento humano na história não pode ser obtida senão mediante o estudo

das condições em meio às quais o homem (sic.) realiza sua obra política” (RATZEL, 1985, p. 80).

E que seria então a “exata valoração do elemento humano”, segundo a análise do autor alemão, “toda a história da humanidade é uma contínua evolução sobre a Terra e com a Terra” (RATZEL, 1985, p. 100), sendo que a conjunção (com) se opõe à ideia de relação unidirecional. Portanto, a aceitação do influxo do meio natural sobre o social não significa uma sujeição total aos desígnios e forças da natureza, bem pelo contrário, nessa análise ele defende a ideia de que “o homem é um organismo que segue *as próprias leis* e que sempre de acordo com estas, embora de forma independente, elabora tudo aquilo que lhe provém do exterior” (RATZEL, 1985, p. 61, grifo no original). No entanto, não se subtrai totalmente às explicações lineares que critica, fato que poderia estar mais relacionado com os corolários do paradigma positivista, do que com uma postura pessoal do autor.

Assim, apesar do autor também “(...) afirmar enfaticamente que a geografia deve antes de mais nada estudar e descrever a Terra, independentemente de quaisquer considerações acerca do elemento humano e histórico” (RATZEL, 1985, p. 89), nele há um reconhecimento da importância do estudo disso que chama de atropo-geografia, exercício que exige horizontes de análise mais amplos e integrados com outros campos, como a história.

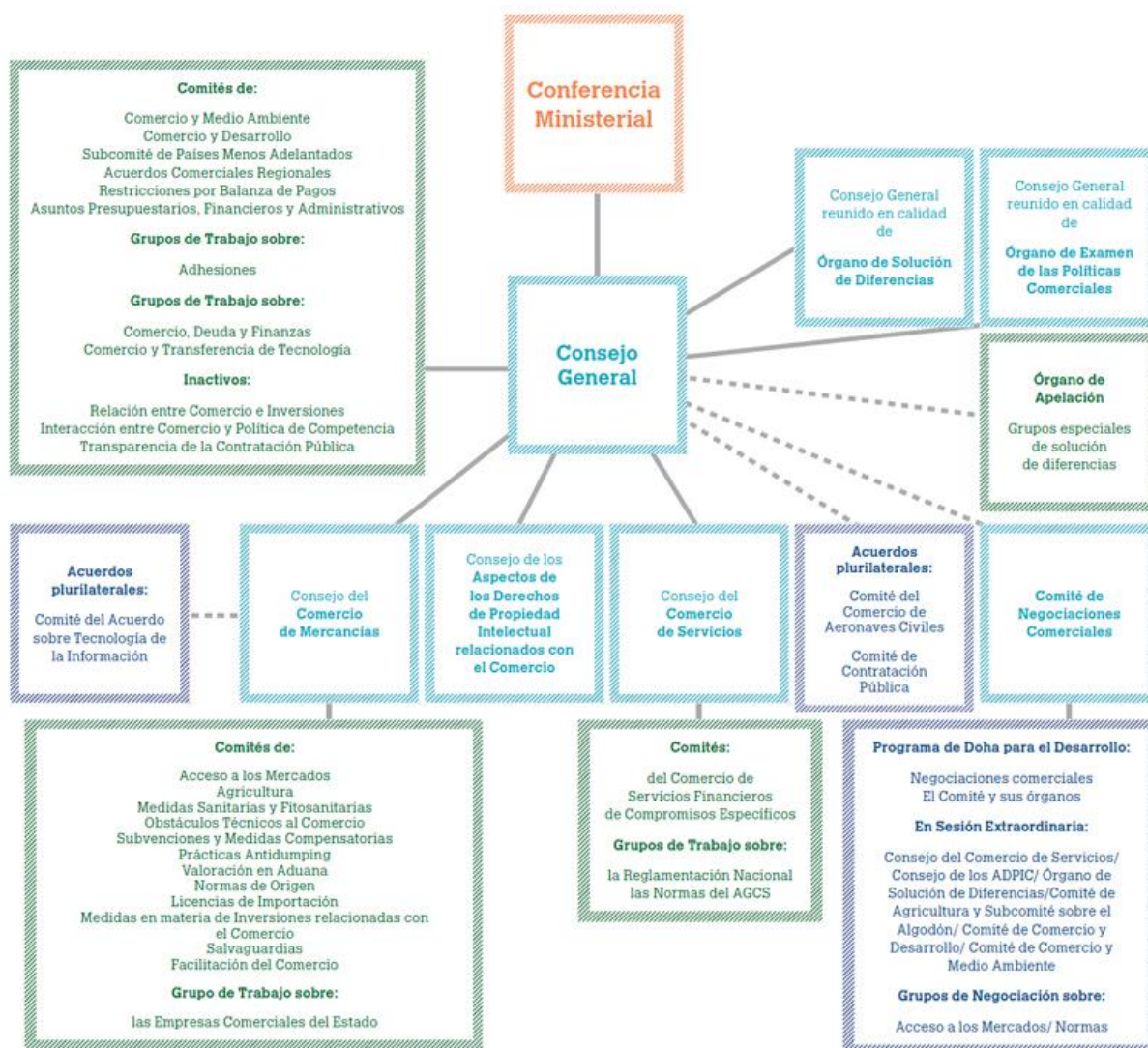
5. Divisão do mundo segundo Samuel Huntington²⁴³



Fonte: HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations*. New York: Simon & Schuster, 1996, p. 26.

²⁴³ Imagem tomada do blog da Escola Alfredo Inácio Trindade: <https://escolaaait.blogspot.com/2020/06/professor-horacio-3-ano-geografia.html>

6. Estrutura da OMC²⁴⁴



7. Metodologia proposta para um eventual trabalho de campo

Apresentamos a continuação uma atividade consignada no ensaio publicado pelo Instituto para o Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS, 2017, p. 16-18), no qual sistematizamos algumas propostas para incentivar os debates iniciais com grupos focais, a través do trabalho com imagens escolhidas previamente, nas quais se representem alguns dos pontos que se busca discutir.

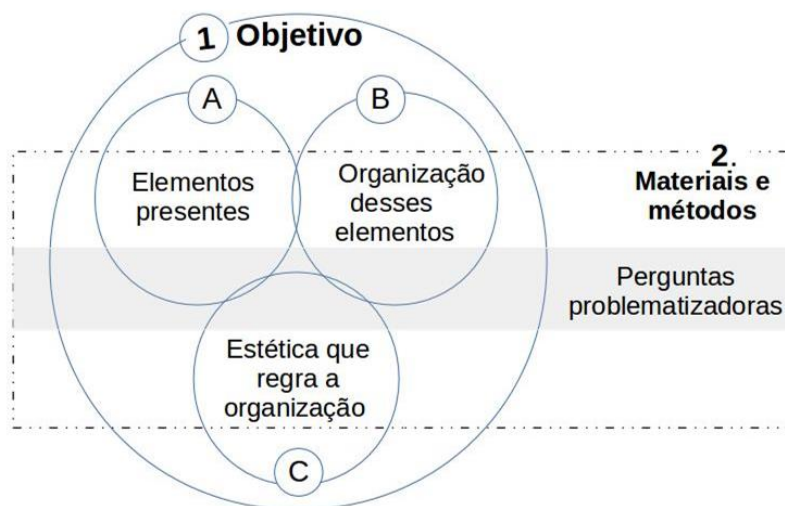
a. Elementos para a decodificação participativa do espaço.

“(…) Uma proposta de pesquisa transformadora com comunidades rurais tradicionais, exige que o facilitador ou facilitadora oriente a discussão sem direcioná-la, equilíbrio delicado

²⁴⁴ Tomado do site da OMC: www.wto.org/

ao qual quer se contribuir, pela apresentação de alguns componentes desejáveis (porém não exaustivos, é claro) nessa prática. (...) Se apresenta o esquema 1 (...) que consegue resumir estes componentes: o círculo maior (1) representa o objetivo da pesquisa (quais práticas e que espaço determinado estão na mira), a leitura desse alvo se dá à luz dos três elementos destacados por Lefebvre (2013) – círculos A, B e C –, que nesse sentido são como lentes oftálmicas; a calibração das lentes depende da abordagem metodológica e dos materiais escolhidos – retângulo de traço descontínuo (2) –, mas o sentido e relevância dos trechos a serem lidos só se deriva das perguntas formuladas – área cinza –, porque elas podem ou não estimular o diálogo num exercício decodificador participativo.

Esquema 1: Elementos para a decodificação participativa do espaço.



É sensato que nessa leitura dos códigos espaciais se privilegie a linguagem visual sobre a escrita, não só pelas razões já expostas (LEFEBVRE, 2013; RIVERA CUSICANQUI, 2010; ESCOBAR, 2007; CHOW, 1982), também porque isto incentiva a participação em grupos heterogêneos (pelas formas e habilidades para entender e descrever o mundo, as faixas etárias, o nível de escolaridade, etc.), já que a observação de imagens gera sensações que alimentam o raciocínio – a concepção das coisas –, mas que também se conectam (de maneira mediata, mas também imediata) com emoções – a percepção – e lembranças – a vivência –.

No caso do debate aqui proposto, o alvo é analisar a maneira em que as visualidades têm contribuído na construção de discursos que possibilitaram a adoção do modelo produtivo da Revolução Verde na Colômbia e o Brasil, como tem repercutido isto na organização do espaço agrário, e em especial, qual a imagem das mulheres na divisão social do trabalho a ele associada. Para facilitar a leitura desse espaço se propõe:

- ✓ Elementos decodificadores (lentes): A) Elementos presentes: Famílias camponesas (e suas dinâmicas internas e práticas de adaptação frente ordens alheias), o capital (e o sistema

de instituições que preservam o status quo, concretizado na Revolução Verde); B) Organização desses elementos: As unidades de produção familiar, as aldeias camponesas e suas relações espaciais com o agronegócio – plantações de soja, milho e flores–; C) Estética que rege a organização: As representações dicotômicas do mundo rural e o discurso visual a elas associado, promovido pelos programas de governo, as instituições de extensão agrícola, campanhas publicitárias, etc., e ressignificado pelas famílias camponesas.

✓ **Materiais e métodos (calibrador):** Identificação e crítica destas práticas discursivas por meio da visualidade (fotografias publicitárias e ilustrativas, disposições e regulamentações sanitárias e fitossanitárias, prescrições técnicas de extensionistas, etc.). Elaboração de linhas de tempo, fluxos dos agentes e instituições envolvidas, diagramas, matrizes, etc., que permitam visualizar as mudanças reconhecidas nos sistemas de produção, as variedades de sementes que deixaram de ser cultivadas, as práticas e tecnologias tradicionais esquecidas e as que permaneceram, os câmbios nos padrões alimentares e na divisão do trabalho ao interior da família, etc.

Nessa exploração dos imaginários agroalimentares que são reproduzidos na América Latina (o modo em que os cultivos são concebidos, percebidos, produzidos e consumidos na região), a experiência cotidiana das pessoas tem muito a dizer, e o propósito das perguntas problematizadoras deve ser nortear o diálogo entre as partes envolvidas, cuidando o sentido sem coartá-lo. Nos dois casos propostos, algumas das perguntas desencadeadoras poderiam ser:

✓ Para a comoditização de grãos no Brasil: Por que se promovem as culturas de soja e milho em detrimento do arroz e o feijão, embora as últimas sejam a base da dieta brasileira? Por que se considera que o óleo vegetal é mais saudável que a tradicional banha de porco, apesar de ser produzido com variedades transgênicas? Por que as mulheres jovens são o grupo etário mais atingido pelo êxodo rural sob este modelo?, em geral, perguntas tendentes a visibilizar como os discursos desenvolvimentistas se materializam na mesa, qual o papel dos padrões estéticos associados, e como eles mediam a relação das pessoas com a agricultura e a comida, quais os preconceitos que continuam sendo reproduzidos com relação à alimentação boa e saudável, e quais os alimentos estigmatizados, seja por questões econômicas, tecnológicas ou de procedência.

✓ Para as plantações de flores na Colômbia: Por que as importações de produtos tradicionalmente cultivados no país continuam aumentando? Quando começaram a localizar-se as estufas da floricultura? Quem trabalha nelas, por que? Quais as condições labo-

rais das pessoas ali empregadas? Perguntas em torno à especialização em cultivos tropicais –muitos deles não alimentares– e quais as implicações na Soberania Alimentar, de que maneira tem se afetado a economia camponesa com a liberalização do mercado, como repercute isto no bojo dos sítios familiares (divisão do trabalho, participação da agricultura na renda, diversificação dos cultivos, etc.).

No intuito de visibilizar as resistências e estratégias adaptativas das famílias camponesas frente a espacialização do capital em seus territórios, e ainda mais, para ser partícipe no processo, se faz esse convite à decodificação do espaço e as práticas que o produzem, “o ponto de partida é a realidade atual: o salto adiante das forças produtivas, a capacidade técnica e científica de transformar radicalmente o espaço natural, chegando a ser uma ameaça para a própria natureza” (LEFEBVRE, 2013, p. 122), por isso se propus começar pelo modelo agroalimentar da Revolução Verde, seu afã homogeneizante e produtivista, as consequências socioambientais da simplificação dos agroecossistemas e o uso de adubos e defensivos sintéticos (...).”

A partir desse primeiro diagnóstico se projetarão as seguintes atividades, buscando formas lúdicas de construir as reflexões com as participantes, de acordo com as particularidades de cada grupo, alguns dos insumos básicos serão: croquis dos territórios onde moram e trabalham as mulheres, exercícios para que cada uma delas descreva sua cotidianidade no “trabalho” e na casa, identificando a partir da socialização os pontos de superposição e os momentos que poderia qualificar-se de mais íntimos, traçado de linhas do tempo com os momentos mais marcantes no processo de comoditização da agricultura, identificação de agentes e objetos geográfico, visibilização de estratégias locais de resistência ao agronegócio, etc.